

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

FABÍOLA MARTINS BASTOS

**A POLÍTICA NA ANTESSALA DO PARLAMENTO:
IMPrensa E SOCIABILIDADES NA FORMAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA DE
OPINIÃO EM VITÓRIA/ES, NOS ANOS DE 1840 A 1889**

**VITÓRIA
2016**

FABÍOLA MARTINS BASTOS

**A POLÍTICA NA ANTESSALA DO PARLAMENTO:
IMPrensa E SOCIABILIDADES NA FORMAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA DE
OPINIÃO EM VITÓRIA/ES, NOS ANOS DE 1840 A 1889**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História na área História Social das Relações Políticas.

Orientadora: Prof.^a Dra. Adriana Pereira Campos

**VITÓRIA
2016**

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Bruno Pacheco Coelho Leite - Bibliotecário CRB- 6 ES/765)

B327p Bastos, Fabíola Martins, 1984-
A política na atessala do parlamento: imprensa e sociabilidades na formação da esfera pública de opinião em Vitória/ES, nos anos de 1840-1889 / Fabíola Martins Bastos. – 2016.
474 f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Pereira Campos.
Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Opinião pública. 2. Imprensa. 3. Comunicação – Aspectos políticos. 4. Vitória (ES). I. Campos, Adriana Pereira. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

FABÍOLA MARTINS BASTOS

**A POLÍTICA NA ANTESSALA DO PARLAMENTO:
IMPrensa E SOCIABILIDADES NA FORMAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA DE
OPINIÃO EM VITÓRIA/ES, NOS ANOS DE 1840 A 1889**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História.

Aprovado em 31 de Agosto de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Adriana Pereira Campos

Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
Orientadora

Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva

Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
Membro Titular Interno

Profa. Dra. Patrícia Maria da Silva Merlo

Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
Membro Titular Interno

Profa. Dra. Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

Universidade Católica do Salvador - UCSAL
Membro Titular Externo

Prof. Dr. João Gualberto Vasconcellos

Universidade Federal do Espírito Santo e Secretaria
Estadual de Cultura do Espírito Santo -
UFES/SECULT-ES
Membro Titular Externo

Prof. Dr. Ricardo Alexandre Ferreira

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" -
UNESP Franca
Membro Suplente Externo

Profa. Dra. Rita de Cássia Maia e Silva

Universidade Federal do Espírito Santo e Sistema
Estadual de Bibliotecas Públicas do Espírito Santo -
UFES/SEBP-ES
Membro Suplente Externo

Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco

Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
Membro Suplente Interno

Para meu *grandíamigo* Caio Rabello Decuzzi (*in memorian*)
Estou simplificando meu querido.

Para Vinícius Pesente Binotte
E eu voei...

Para Marly Lucas Martins Bastos
Sua estrelinha brilhou mamãe.

Para Bernadete Schaqueti (*in memorian*)
A culpa é toda sua.

AGRADECIMENTOS

A minha família, em especial minha mãe Marly e minha irmã Ua, por compreenderem meus períodos de retiro.

Ao professores do PPGHIS/UFES por me concederem a oportunidade de concluir este trabalho.

À Adriana Pereira Campos por me apoiar e compreender que eu precisa recobrar o fôlego para voltar.

Aos professores Gilvan Ventura da Silva e Geraldo Antônio Soares pelos apontamentos e sugestões que enriqueceram este trabalho.

Aos professores Gilvan Ventura, Patrícia Merlo, Vanessa Cavalcanti e João Gualberto por aceitarem o convite para a banca de defesa deste trabalho.

Às colegas Paula Rejane e Daniele Simiquele pela torcida.

A Leandro Quintão, Kellen Jacobsen e Enaile Flauzino pelo carinho e amizade.

À amiga Rosani Faria pelas longas conversas telefônicas, risadas e sugestões que tornaram essa trajetória mais aprazível.

Ao amigo Caio Rabello Decuzzi por compartilhar essa jornada comigo até o fim. Sinto sua falta.

A Vinícius Pesente Binotte por querer fazer parte dessa etapa, me incentivando a retomar a pesquisa e por ser a minha pipa. *Ao infinito e avante!*

E a Lucas, meu *cãopanheiro*, que me devolveu a saúde física e emocional. Ah se as pessoas soubessem o bem que um animalzinho pode fazer...

A palavra é valor.
Luís Fernando Veríssimo.

RESUMO

Nesta tese discutimos a formação da esfera pública de opinião em Vitória, durante a segunda metade do Oitocentos. Neste interstício, as sociabilidades políticas ganharam novos espaços além dos encontros nos ambientes públicos da cidade (ruas e praças): os jornais locais, as associações e clubes. Escolhemos para fonte principal desta pesquisa a imprensa periódica capixaba que circulou em Vitória entre os anos de 1849 e 1889. Observamos nesses documentos mudança na atividade jornalística capixaba a partir de fins de 1850, quando uma imprensa de opinião e oposição iniciou seus trabalhos na capital, o que colaborou para a formação de outro tipo de sociabilidade política: a imprensa. De 1860 a 1889, a política passou a pautar os editoriais e as sociabilidades políticas ganharam progressiva publicidade nos impressos. Desavenças entre membros da elite local, processos eleitorais e questões pertinentes à vida pública provincial e nacional passaram a ser discutidos na imprensa por meio da qual se buscava definir os valores da política local. Os periódicos lançaram novo vocabulário político e as matérias publicadas nesses impressos ganharam caráter mais geral por priorizarem temas de ordem pública relativas à política provincial, ao desenvolvimento material e intelectual da Província, à administração dos municípios, ao estado sanitário da capital, entre outros. Nesse ínterim identificamos os primeiros usos da expressão opinião pública na imprensa de Vitória, em que os capixabas experimentavam essa noção ao mesmo tempo em que procuravam defini-la. Assim, assistimos a emergência da opinião pública enquanto recurso para legitimação de práticas políticas, uma operação simbólica que transforma opiniões individuais ou setoriais em opinião geral. Interpretamos essas mudanças das sociabilidades políticas, expressas principalmente na imprensa capixaba, como o processo de formação da esfera pública de opinião. Esta esfera não se constituiu em um vazio político-cultural. Durante todo o período estudado reconhecemos a permanência de práticas de circulação das vozes marcadas pela oralidade, a exemplo dos boatos, e das ruas como *locus* de participação política.

Palavras-chave: Esfera Pública de Opinião; Imprensa; Sociabilidade Política.

ABSTRACT

In this thesis we discuss the creation of the sphere of public opinion in the city of Vitoria, in the 1800s. In this period, the political sociabilities broke new grounds, beyond the meetings in public environments of this city (streets and squares): the local newspapers, associations and clubs. We chose, as the main source for this research, the regular newspapers from Espírito Santo which were published in Vitoria between 1849 and 1889. We could notice, in these documents, a change in the journalism-related activities in Espírito Santo, in the end of 1850s, when opposition press and opinion press started their activities in the capital city, which promoted the creation of another type of political sociability: the printed one. From 1860 to 1889, politics became a frequent theme in editorials and the political sociabilities increased their publicity in the printed form. Disputes between members of the local elite, elections and issues related to the public life in the province (and also in the country) started to be discussed in the press, in order to define values for local politics. Newspapers set a new political vocabulary and the articles published in this press became more general, since they favored themes of the public sphere related to politics in the province, material and intellectual development of the province, management of municipalities, sanitary condition of the capital, and others. In this time, we could notice the first uses of the expression of the public opinion in the press from Vitoria, in which the inhabitants of Espírito Santo were, at the same time, experiencing and defining such expression. Thus we saw the rise of public opinion as a resource to legitimize political practices, a symbolic move that transforms individual or sectoral opinions into general opinion. We interpret these changes in political sociabilities, expressed mainly in the press of Espírito Santo, as a process of creation of the public sphere of opinion. This sphere did not become a political-cultural void. Throughout the period studied, we acknowledge the existence of communication practices influenced by spoken language, such as hoaxes, and the streets as a place for political participation.

Keywords: Public Sphere of Opinion; Press; Political Sociability.

RÉSUMÉ

Dans cette thèse, nous discutons la création de la sphère de l'opinion publique dans la ville de Vitoria, dans les années 1800. Dans cette période, les sociabilités politiques ont atteint les nouveaux domaines, au-delà des réunions dans les lieux publics de cette ville (rues et places): les journaux locaux, les associations et les clubs. Nous avons choisi, comme la source principale de cette recherche, les journaux réguliers de l'Espirito Santo qui ont été publiés à Vitoria entre 1849 et 1889. Nous pourrions remarquer, dans ces documents, un changement dans les activités liées au journalisme en Espirito Santo, à la fin des années 1850, quand la presse d'opposition et la presse d'opinion ont commencé leurs activités dans la capitale, qui a favorisé la création d'un autre type de sociabilité politique: celle imprimée. De 1860 à 1889, la politique est devenue un thème fréquent dans les éditoriaux et les sociabilités politiques ont augmenté leur publicité sous forme imprimée. Les conflits entre les membres de l'élite, les élections et les problèmes locaux liés à la vie publique de la province (et aussi du pays) ont commencé à être discutés dans la presse, afin de définir des valeurs pour la politique locale. Les journaux ont établi un nouveau vocabulaire politique et les articles publiés dans ces journaux sont devenus plus généraux, étant donné qu'ils étaient favorables à des thèmes de la sphère publique liés à la politique de la province, le développement matériel et intellectuel de la province, la gestion des municipalités, l'état sanitaire de la capitale, et autres. En ce moment, nous avons pu constater les premières utilisations de l'expression de l'opinion publique dans la presse de Vitoria, où les habitants de l'Espirito Santo pourraient, en même temps, découvrir et définir cette expression. Ainsi, nous avons vu la montée de l'opinion publique comme une ressource pour légitimer les pratiques politiques, un geste symbolique qui transforme les opinions individuelles ou sectorielles dans l'opinion générale. Nous interprétons ces changements dans les sociabilités politiques, exprimées principalement dans la presse de l'Espirito Santo, comme un processus de création de la sphère publique de l'opinion. Cette sphère ne devient pas un vide politique-culturel. Au cours de la période étudiée, nous reconnaissons l'existence de pratiques de communication influencées par la langue parlée, comme des canulars, et les rues comme un lieu de participation politique.

Mots-clés: Sphère publique de l'opinion; Presse; Sociabilité politique.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Cidade da Victoria, capital da Província do Espírito Santo, 1870.	41
Figura 2 - Rua do Chafariz em Vitória, primeira década do século XX.	50
Figura 3 - Mangal do Campinho, década de 1900.	51
Figura 4 - Vitória nas últimas décadas do século XIX.	59
Figura 5 - Bairro da Capichaba, década de 1870.	61
Figura 6 - Detalhe do bairro da Capichaba, década de 1870.	62
Figura 7 - Bairro Porto das Lanchas, década de 1870.	63
Figura 8 - J. Zinzen e Cia. Armazéns vistos do mar, década de 1900.	66
Figura 9 - J. Zinzen e Cia. Depósito de Inflamáveis, década de 1900.	67
Figura 10 e 11 - Vista da Casa Verde, década de 1900.	68
Figura 12 - Casa Verde, Rua da Alfândega nº16, década de 1900.	68
Figura 13 - Tipos e componedor.	148
Figura 14 - A Província do Espírito Santo, de 5 de janeiro de 1883, p. 1.	154
Figura 15 - A Província do Espírito Santo, de 4 de janeiro de 1884, p. 1.	158
Figura 16 - Mudança no layout de A Actualidade.	158
Figura 17 - Mudança no layout de O Baluarte.	159
Figura 18 - Mudança no layout de A Folha da Victoria.	159
Figura 19 - José Marcelino Pereira de Vasconcellos.	167
Figura 20 - Cabeçalho do jornal O Semanário.	177
Figura 21 - Extrato de marginália em exemplar do Correio da Victoria.	183

Figura 22 - Extrato de marginália em exemplar de O Horizonte.....	183
Figura 23 – Sugestão de leitura escrita à mão por Bazílio Carvalho Daemon no Espírito-Santense.....	185
Figura 24 - Extrato de anúncios de uma edição do Espírito-Santense.....	274

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Tipos de estabelecimentos comerciais instalados em Vitória, 1871.....	71
Gráfico 2 - Distribuição dos estabelecimentos comerciais em Vitória, 1871.	73
Gráfico 3 - Perfil profissional dos assinantes.....	178

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População livre da cidade de Vitória	79
Tabela 2 - População escrava da cidade de Vitória	80

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Contratos de impressão dos atos oficiais da Província do Espírito Santo	126
Quadro 2 - Periódicos e tipografias de Vitória, 1849-1889.....	143
Quadro 3 - Tiragem dos periódicos, 1870-1889	157
Quadro 4 - Perfil profissional dos redatores/editores dos jornais capixabas.	162
Quadro 5 - Assinantes de O Semanário: <i>jornal de instrução e recreio</i>	173
Quadro 6 - Assinantes identificados.....	179

LISTA DE PLANTAS

Planta 1 - Planta Geral da Cidade de Vitória em 1895.....	460
Planta 2 - Vila da Vitória, capital da Capitania do Espírito Santo, 1776.....	43
Planta 3 - Parte da cidade da Victoria com os melhoramentos.....	462

LISTA DE SIGLAS

AMV - Arquivo Municipal de Vitória

AN - Arquivo Nacional

APEES - Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

BN - Biblioteca Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO I - Cidade de Vitória: cenário das sociabilidades capixabas	37
1.1 Dimensões da capital: geografia e ocupação	38
1.2 Aspectos de modernidade urbana em Vitória	44
1.3 Vitória sob o olhar de visitantes	57
1.4 Negócios de Vitória.....	64
1.5 Paisagem humana: epidemias, escravidão e letramento.....	77
1.6 Conclusão.....	84
CAPÍTULO II - A circulação das vozes: sociabilidades políticas e opinião popular em Vitória	86
2.1 Imprensa e política no Brasil Império.....	89
2.2 A política no cotidiano capixaba	103
2.3 O Espírito Santo na imprensa da Corte	119
2.4 Conclusão.....	137
CAPÍTULO III - Entre papéis, tipos e tintas: a imprensa periódica capixaba no Oitocentos	139
3.1 Os primeiros passos da imprensa capixaba	139
3.2 A arte tipográfica: produção dos jornais e sociabilidades	143
3.3 Publicistas.....	162
3.4 Leitores e redes de comunicação	165
3.5 Conclusão.....	185
CAPÍTULO IV - Impressos capixabas: espaço de sociabilidade política	187
4.1 Grilhões contratuais, censura e o despertar para a política.....	187
4.2 <i>A Liga</i> e o coronel Monjardim	202
4.3 Os tempistas.....	215
4.4 Liberais versus conservadores nos jornais <i>O Amigo do Povo</i> e <i>O Monarchista</i>	219
4.5 Discussões impressas na era liberal dos anos 1860	231
4.6 Conclusão.....	259
CAPÍTULO V - <i>Imprensa política, irmã gêmea do parlamento: a consolidação dos impressos na interlocução dos negócios públicos</i>	262
5.1 A efervescência política das últimas décadas da monarquia no Brasil.....	262
5.2 Especificidades da imprensa capixaba dos anos 1870-1889	269

5.3 Jornais científicos, literários e democráticos: em nome do progresso da Província do Espírito Santo	278
5.4 Masca Aranhas <i>versus</i> Barrigudos	289
5.5 Presente e futuro da Província	314
5.6 Grandes temas em discussão	335
5.7 Opinião pública: a emergência de uma noção.....	353
5.8 Conclusão.....	361
CAPÍTULO VI - Geografia das sociabilidades capixabas na segunda metade do Oitocentos.....	363
6.1 Sociabilidade e movimento associativo	364
6.2 <i>Soirées</i> dançantes, passeios musicais e espetáculos dramáticos.....	371
6.3 Associações beneficentes, de classe e públicas	380
6.4 Sociabilidades literárias: em nome do progresso intelectual do Espírito Santo.....	391
6.5 Movimento associativo e campanha abolicionista	403
6.6 Lugar de política é nas ruas.....	421
6.7 Conclusão.....	436
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	437
REFERÊNCIAS.....	440
ANEXO A - PLANTA N 1, PLANTA GERAL DA CIDADE DE VITÓRIA EM 1895	460
ANEXO B - PLANTA N 3, PARTE DA CIDADE DA VICTORIA COM MELHORAMENTOS.....	462
ANEXO C - LISTA DE COMERCIANTES DE VITÓRIA	464
ANEXO D - RUAS COM MAIS OCORRÊNCIA DE TIPOGRAFIAS.....	467
ANEXO E - TRANSCRIÇÃO DO CONTRATO FIRMADO ENTRE O <i>CORREIO DA VICTORIA</i> E O GOVERNO PROVINCIAL, 1849.....	469
ANEXO F - LISTA DOS SÓCIOS DA SOCIEDADE LIBERTADORA DOMINGOS MARTINS.....	471

INTRODUÇÃO

O que significa escrever uma narrativa sobre o passado senão produzir a história daquilo que poderia ter acontecido¹? O texto que nós, historiadores, produzimos assemelha-se mais a uma pintura do que a uma fotografia do passado. O tempo da narrativa histórica não é aquele dos fatos, mas sim o de como *pretensamente* esses fatos aconteceram num passado que não existe mais². Produzir uma narrativa histórica é tarefa que exige curiosidade e certa dose de imaginação, porque não temos contato direto com nosso objeto de estudo. Produzimos apenas a ideia do que o passado poderia ter sido.

De acordo com Arlette Farge³, começamos a escrever história já na sala de pesquisa dos arquivos, quando, mergulhados em documentos de época, indagamos a respeito da relevância dos registros encontrados. Para Farge, se a história significa ressurreição intacta do passado, a tarefa de escrevê-la é impossível. Insistir na força do conteúdo (isto é, da quantidade de registros encontrados) e em sua impossível decifração completa só atesta o caráter lacunar do trabalho historiográfico⁴.

A tarefa de produzir uma narrativa histórica fundamenta-se na tensão entre a paixão (de colecionar tudo, de ler tudo, de experimentar as possibilidades de análise das fontes) e a razão (que exige que as informações sejam questionadas para a produção de sentido). É entre paixão e razão que se constrói a história a partir dos documentos empíricos, “assumindo uma à outra, sem nunca ganhar sobre a outra ou a sufocar, sem nunca se confundir ou se sobrepor, mas as incorporando ao seu caminho até que não se coloque mais a sua necessária distinção”⁵.

¹ Indagação inspirada em Gabrielle M. Spiegel: “Em suma, o que significa o passado senão uma existência material anterior, agora silenciada, que só subsiste como signo e, como signo, atraindo para si cadeias de interpretações conflitantes, que pairam sobre sua presença ausente e rivalizam na posse das relíquias, buscando inscrever traços de significado sobre corpos mortos?”. In: SPIEGEL, Gabrielle M. *History and Post-Modernism. Past & Present*. Oxford, maio 1992, n. 135, p. 194-208.

² RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papyrus, 1997. Tomo III.

³ FARGE, Arlette. *Le goût de l'archive*. Paris: Éditions du Seuil, 1989. p. 22-23.

⁴ Maurice Agulhon é ainda mais incisivo: “Nós temos arquivos parciais, personagens mortos, logo, mudos, ou que fazemos falar por voz indireta”. AGULHON, Maurice. D’amont em aval. In: LEVASSEUR, Roger (Dir.). *De La sociabilité: spécificité et mutations*. Actes du Colloque organisé par Le Centre de Recherche en Études Québécoises de l’Université du Québec à Toirs-Rivières. 1988. p. 329.

⁵ Tradução livre. FARGE, Arlette. 1989. p. 23.

Nesta tese, discutimos a formação da esfera pública de opinião em Vitória, Espírito Santo, durante a segunda metade do Oitocentos. Nesse período, as sociabilidades políticas ganharam novos espaços além dos encontros nos ambientes da cidade (ruas e praças): os jornais locais, as sociedades fechadas e os clubes. Escolhemos para fonte principal desta pesquisa a imprensa periódica produzida em Vitória entre os anos de 1849 e 1889, recorte temporal deste trabalho. Observa-se nesses documentos, como veremos, mudança na atividade jornalística a partir de 1860, época em que uma imprensa de opinião e oposição iniciou seus trabalhos na capital capixaba, o que colaborou para a formação de outro tipo de sociabilidade política: a imprensa.

De 1860 a 1889, a política pautou os editoriais jornalísticos e as sociabilidades políticas ganharam publicidade nos impressos. Desavenças entre membros da elite local, processos eleitorais e discussões de ideias passaram a ser veiculados na imprensa, transformando os periódicos na antessala do Parlamento, isto é, em um novo espaço para a política.

Os periódicos lançaram novo vocabulário político e as matérias publicadas nesses impressos ganharam caráter mais geral por priorizarem questões de ordem pública relativas à política provincial, à administração dos municípios, ao estado sanitário da capital etc. Interpretamos essas mudanças das sociabilidades políticas, expressas principalmente na e pela imprensa capixaba, como o processo de formação da esfera pública de opinião, tese que ocupa a reflexão de todo este trabalho.

No estudo das sociabilidades políticas em Vitória, interessa-nos os contatos humanos que produziram relações sociais. De acordo com Max Weber⁶, não são todos os contatos entre pessoas que têm caráter social, mas apenas o comportamento que, quanto ao sentido, se orienta pelo comportamento de outra pessoa. A ação social constitui-se, necessariamente, ao guiar-se pelo referencial do outro. A partir do comportamento social alheio, o outro formula o seu próprio modo de agir. A ação forjada no encontro de dois indivíduos transforma-se, por sua vez, em ação social. Denominamos relação social, então, o comportamento reciprocamente determinado por uma pluralidade de agentes e que apenas adquire

⁶ WEBER, Max, *Economia e sociedade*. São Paulo: Editora UnB/Impressão Oficial, 2004. v. 1, p. 14.

sentido ao se orientar por essa referência⁷. Para tanto, é necessária a existência de um mínimo de relacionamento recíproco entre as partes envolvidas.

Embora as definições weberianas de relação social e de ação social orientem muitas das conclusões desta tese, o conceito norteador da análise proposta é o de sociabilidade. Nas Ciências Sociais, esse conceito ganhou notoriedade com os trabalhos de Georg Simmel, no início do século XX. Para ele, a sociabilidade seria a “[...] forma lúdica de sociação⁸ e [...] algo cuja concretude determinada se comporta da mesma maneira como a obra de arte se relaciona com a realidade”⁹. Em sentido rigoroso, o fenômeno da sociabilidade, para Simmel, ocorre quando essa forma de associação, desvincilhada das realidades da vida social – isto é, dos conteúdos da sociedade (os interesses e impulsos que movimentam os indivíduos) –, adquire, puramente por si mesma, uma vida própria, um exercício livre de todos os conteúdos materiais.

Simmel concentrou-se em descrever a sociabilidade ideal, cuja interação não está ligada a quaisquer motivações senão à própria inter-relação. Não há nada exterior à sociabilidade, nenhum conteúdo ou finalidade objetiva que justifique essa forma de relação¹⁰. A precisão dada por Georg Simmel ao conceito revela uma preocupação com o “social puro”. Essa definição apresenta-se, assim, bastante fechada, por considerar sociabilidade apenas as formas de relações sociais em que não estejam envolvidos fatores externos a elas. O sentimento e a satisfação de estar socializado caracterizariam esse fenômeno¹¹.

Concordamos com Gilberto Velho quando critica Simmel a respeito do que seja sociabilidade. Para Velho, privilegiar somente a abordagem simmeliana significaria perder muitos elementos importantes do que também consideramos sociabilidade, como interações, cotidiano e costumes, fundamentais para o estudo da vida social¹².

⁷ WEBER, Max, 2004. p. 16.

⁸ Associação.

⁹ SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais de Sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p. 65.

¹⁰ “Posto que, para a sociabilidade, se colocam de lado as motivações concretas ligadas à delimitação de finalidades da vida, a forma pura, a inter-relação interativa dos indivíduos, precisa ser acentuada com o máximo de força e eficácia”. SIMMEL, Georg, 2006. p. 64.

¹¹ SIMMEL, Georg, 2006. p. 64.

¹² VELHO, Gilberto. Entrevista com Gilberto Velho. Entrevista concedida em 3 de julho de 2001 a Celso Castro, Lucia Lippi Oliveira e Marieta de Moraes Ferreira. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 2, n. 28, 2001, p. 207.

Nessa perspectiva, há ainda os trabalhos de Maurice Agulhon, que acrescentou ao conceito a dimensão afetiva (positiva ou negativa) e os interesses pessoais como componentes da sociabilidade, analisando as formas pelas quais os indivíduos entram efetivamente em relação.

Para Agulhon, sociabilidade constitui qualquer relação humana a partir da qual os indivíduos dão sentido às suas relações cotidianas¹³, ampliando radicalmente o conceito proposto por Simmel. Em Agulhon, a sociabilidade refere-se ao espaço de relações intermediárias que se situa além das necessidades básicas de existência (trabalhar, alimentar-se, vestir-se, abrigar-se), da vida privada e das relações com os mais íntimos (família) e aquém dos poderes instituídos (Igreja, Estado, empresa).

Maurice Agulhon propôs uma tipologia das formas de sociabilidade, diferenciando-as entre formais (que ocorriam nos espaços das associações e clubes fechados) e informais (as dos ambientes públicos da cidade, a exemplo das ruas)¹⁴. Reconhecemos ser temerário promover divisões estanques entre as formas de sociabilidade, conforme afirmou Javier Escalera no artigo *Sociabilidad y Relaciones de Poder*¹⁵, vez que não existe uma fronteira definida entre as práticas formal e informal e que mesmo os encontros fortuitos do cotidiano não são desprovidos de regras de comportamento.

Considerando os prejuízos que uma análise dualista entre formal e informal traria à tese, explicamos que a classificação de Agulhon foi incorporada neste trabalho por facilitar a identificação das sociabilidades políticas capixabas durante os anos de 1840 a 1889. Nesta pesquisa, empregamos as tipologias formal e informal para distinguir as sociabilidades a partir dos espaços onde elas se estabeleceram: constitui-se sociabilidade formal, então, aquela promovida por grupos formalmente organizados pela escolha voluntária de seus membros (a exemplo das sociedades e dos clubes); ao passo que a sociabilidade informal refere-se aos encontros fortuitos ocorridos nos espaços públicos da cidade. Utilizamos essa distinção na tentativa de

¹³ LEVASSEUR, Roger. Présentation. In: LEVASSEUR, Roger (Dir.). *De La sociabilité: spécificité et mutations*. Actes du Colloque organisé par Le Centre de Recherche en Études Québécoises de l'Université du Québec à Toirs-Rivières. 1988. p. 09-10.

¹⁴ AGULHON, Maurice. Visão dos bastidores. In: NORA, Pierre (Org.). *Ensaio de Ego-História*. Lisboa: DIFEL, 1987. p. 21.

¹⁵ ESCALERA, Javier. Sociabilidad y Relaciones de Poder. *Kairos*, Revista de Temas Sociales, Universidad Nacional de San Luis, San Luis, Argentina, ano 4, n. 6, 2000. Disponível em: <http://www.fices.unsl.edu.ar/~kairos/k06-02.htm>. Acesso em 10 de dezembro de 2013.

identificar as mudanças ocorridas nas práticas de sociabilidade ao longo do período estudado.

Para Maurice Agulhon¹⁶, as sociabilidades da vida cotidiana estabelecidas nos espaços de livre trânsito da população caracterizam-se pela informalidade dos encontros, no que concerne à inexistência de ambiente fixo para essas relações. A sociabilidade informal desenvolve-se na vida cotidiana, nas relações construídas nos ambientes públicos da cidade. O adjetivo informal não caracteriza ausência de códigos de convivência. As interações preveem modos de ver e ser visto, formas de falar, interjeitar, de se apresentar e, diga-se, representar.

No que tange às sociabilidades formais, Agulhon acredita que elas participam amplamente da gênese da modernidade liberal política e da democracia. O autor explica que “não há movimento democrático sem prática de reunião e de associação”¹⁷ e acrescenta, ainda, que o fenômeno associativo “[...] é tributário das condições sociais e políticas, jurídicas e culturais [...]” de dada sociedade¹⁸. As relações desse tipo configuram uma sociabilidade específica, porque “[...] no seio de toda associação existem regras de comportamento e de satisfação da vida comum, que são independentes da finalidade e do objetivo de cada categoria de associação”¹⁹.

A partir da análise dos impressos publicados pelas tipografias da capital da Província do Espírito Santo e dos documentos oficiais, identificamos as práticas de sociabilidade política e os lugares onde ocorreram. De acordo com Arlette Farge²⁰, há certos ambientes, como igrejas, cemitérios, ruas e botequins, que provocam formas de sociabilidade de conciliação, de disputa e de conflito, propiciando um imaginário em que a opinião popular se constrói, exprimindo a sua maneira de apreender um real que lhe é também distribuído, lugar a lugar.

¹⁶ AGULHON, Maurice. La Sociabilidad como categoría histórica, In: FUNDACION MARIO GONGORA. *Formas de Sociabilidad en Chile, 1840-1940*. Santiago do Chile: Vivaria, 1992. p. 8.

¹⁷ AGULHON, Maurice, *apud* LEVASSEUR, 1988. p. 12.

¹⁸ Tradução nossa. AGULHON, Maurice. *Pénitents et Francs-Maçons de l’Ancienne Provence*. Paris: Fayard, 1984. p. VIII.

¹⁹ Tradução nossa. AGULHON, Maurice. *Pénitents et Francs-Maçons de l’Ancienne Provence*. Paris: Fayard, 1984. p. VIII.

²⁰ FARGE, Arlette. *Lugares para a História*. Lisboa: Teorema, 1997. p. 114.

Os espaços de sociabilidade identificados na pesquisa são concebidos consoante discussão proposta por Henri Lefebvre e Michel De Certeau a respeito de espaço social²¹. Para Lefebvre, o espaço social é construído historicamente pelo homem à medida que a sociedade se organiza política e economicamente. Inspirado na teoria marxista, o autor utiliza a dialética para explicar a produção do espaço social como produto da sociedade, consequência de atividades que implicam a economia, a técnica e a política²².

De acordo com Lefebvre, espaço social é um conceito carregado de subjetividade, pois compreende um ambiente de grupo e do indivíduo nele inserido; é o horizonte a partir do qual as pessoas se situam, interagem e onde vivem. Esse espaço compõe-se de um tecido denso de redes pertencentes à vida cotidiana²³.

Para Michel De Certeau, por sua vez, caberia ainda uma diferenciação entre lugar e espaço²⁴. Lugar caracterizaria a ordem segundo a qual os elementos são distribuídos nas relações de coexistência. Seria uma configuração instantânea e unívoca de posições. Já o espaço “[...] estaria para o lugar como a palavra quando falada, isto é, quando é percebida na ambiguidade de uma efetuação, mudada em um termo que depende de múltiplas convenções [...]”²⁵. O espaço não tem a estabilidade do lugar. De Certeau concorda, portanto, com Lefebvre quanto ao espaço ser um produto social: é um *lugar praticado*. A título de exemplo, citamos a rua, que, “[...] geometricamente definida por um urbanismo, é transformada em espaço pelos pedestres [...]”²⁶.

Sob tal ponto de vista, a análise dos impressos publicados em Vitória durante o século XIX mostra-se importante para a discussão das sociabilidades políticas e dos espaços onde elas se desenrolavam na capital. A imprensa periódica é uma fonte privilegiada para a investigação, dada a riqueza das publicações a respeito do cotidiano local. Além de descreverem as sociabilidades capixabas, os jornais

²¹ LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. 4 ed. Paris: Librarie de l'architecture et de La ville. 2000. DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 3 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

²² LEFEBVRE, Henri. 2000. p. 102.

²³ LEFEBVRE, Henri. *Critique de la vie quotidienne*. II Fondements d'une sociologie de La quotidienneté. Paris: L'Arche Editeur, 1961. p. 232.

²⁴ DE CERTEAU, Michel. 1998. p. 201-202.

²⁵ DE CERTEAU, Michel. 1998. p. 202.

²⁶ DE CERTEAU, Michel. 1998. p. 202.

tornaram-se espaço legítimo para o desenvolvimento dessas práticas, porque se observa o uso disseminado dos impressos como *locus* das sociabilidades, principalmente nas últimas décadas da monarquia, quando a política tornou-se o *carro-chefe* das folhas. As *publicações a pedido* e os editoriais assim ratificam²⁷.

Tomamos a imprensa por fonte e objeto de estudo: como fonte, fornece dados sobre as sociabilidades desenvolvidas pelos capixabas; ao passo que, no segundo caso, é produto de uma época histórica²⁸. Concordamos com Robert Darton em estudar a palavra impressa na sua perspectiva de ingrediente do acontecimento e não somente como um registro do que aconteceu²⁹.

No Brasil, os estudos sobre a produção e circulação de impressos no Dezenove concentram-se nos anos compreendidos entre a luta pela independência brasileira e o fim da fase regencial³⁰. Essas produções acadêmicas tratam do envolvimento político de indivíduos na imprensa, da circulação de impressos (e manuscritos), dos usos politizados dos espaços públicos, das práticas de sociabilidades e os descrevem como indícios da formação de uma esfera pública de poder no Brasil.

²⁷ *Publicações a pedido* eram correspondências particulares enviadas à tipografia para serem publicadas no jornal. Pagava-se o valor referente à quantidade de linhas que a notícia teria após serem montados os tipos da edição.

²⁸ Os jornais são fonte e objeto de pesquisa, porque, além de informarem sobre dada realidade do passado disponível aos estudiosos apenas mediante testemunhos indiretos, também são agentes da história. A imprensa periódica desempenhou um papel de destaque na formação do Estado nacional brasileiro durante as primeiras décadas do Oitocentos e, desde então, não é possível separar a história da imprensa no Brasil das mudanças vividas no país desse século até a atualidade. MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tania Regina de (Org.). História da imprensa no Brasil. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

²⁹ DARTON, Robert & ROCHE, Daniel (Org.). *A revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Edusp, 1996. p. 15.

³⁰ Para citar alguns dos trabalhos mais recentes: BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. *Anarquistas, rusquentos e demagogos: os liberais exaltados e a formação da esfera pública na Corte Imperial (1829-1834)*. [Dissertação de Mestrado] Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2000; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: FAPERJ/REVAN, 2003; MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: HUCITEC, 2005; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Os panfletos políticos e o esboço de uma esfera pública de poder no Brasil*. In: ABREU, Márcia. SCHAPOCHNIK, Nelson. *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas/São Paulo: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB)/FAPESP, 2005. p. 399-411; MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e política: espaço público e cultura política na província de Minas Gerais, 1828-1842*. [Dissertação de Mestrado] Belo Horizonte: PPGHIS/UFMG, 2006; FELDMAN, Ariel. *O império das carapuças: espaço público e periodismo político no tempo das regências (1832-1842)*. Curitiba: PPGHIS/UFPR, 2006; PANDOLFI, Fernanda Cláudia. *A abdicação de D. Pedro I: espaço público da política e opinião pública no final do primeiro reinado*. [Tese de Doutorado] Assis: UNESP, 2007; GALVES, Marcelo Cheche. *Ao público sincero e imparcial: imprensa e independência do Maranhão (1821-1826)*. [Tese de Doutorado] Niterói: PPGHIS/UFF, 2010; MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e opinião pública no Brasil Império: Minas Gerais e São Paulo (1826-1842)*. [Tese de Doutorado] Belo Horizonte: PPGHIS/UFMG, 2011.

Em comum, esses trabalhos reportam-se à noção de esfera pública formulada por Jürgen Habermas³¹ a partir da apropriação realizada por Marco Morel³². Essa é uma das categorias de suporte desta tese para refletir a formação da esfera pública de opinião em Vitória na segunda metade do Oitocentos.

A definição clássica de Habermas caracteriza a esfera pública burguesa como o espaço da crítica que reunia um público (de pessoas) em um público (com a publicidade de opiniões). Os primeiros debates ocorridos nessa esfera pública pretenderam acabar com o alcance restrito das resoluções e dos debates parlamentares entre as pessoas³³. Desde então, se constituiu a esfera pública como “[...] uma rede que permite comunicar conteúdos, tomadas de decisão e, portanto, de opiniões; os fluxos de comunicação são aí infiltrados e sintetizados de maneira a condensar em opiniões públicas reagrupadas”³⁴. A inclusão de novos indivíduos nos restritos círculos de discussão, antes exclusivos aos grupos palacianos, ampliou o exercício da crítica³⁵.

A emergência dessa esfera possibilitaria às pessoas refletir e manifestar uma opinião sobre assuntos de interesse público. Para Habermas, um indivíduo só faz parte da esfera pública na condição de portador de uma “opinião pública”³⁶. As questões discutidas nessa esfera produziram o fenômeno da opinião pública como recurso para legitimação de práticas políticas, operação simbólica que transforma opiniões individuais ou setoriais em opinião geral³⁷. A opinião pública caracteriza-se, em Habermas, pela ideia de reputação, ou consideração, que se promove em relação a outros indivíduos e ao Estado, submetendo à dúvida, ao questionamento.

³¹ HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

³² Embora o trabalho de Morel tenha sido publicado em 2005, as produções acadêmicas citam, quase unanimemente, a tese desse pesquisador defendida em 1995. MOREL, Marco. 2005.

³³ HABERMAS, Jürgen. 2003. p. 80.

³⁴ LIMA, Evelyn Furquim Werneck & MALEQUE, Miria Roseira (Org.). *Espaço e cidade: conceitos e leituras*. 2 ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007. p. 44.

³⁵ HABERMAS, Jürgen. 2003. p. 85.

³⁶ HABERMAS, Jürgen, 2003. No Brasil, essa expressão só foi dicionarizada na última década do Oitocentos, em 1890. O *Dicionário da Língua portuguesa*, de Antonio de Moraes Silva, adicionou ao verbete “opinião” a palavra *pública*. Isso não quer dizer que essa invenção política era estranha à sociedade brasileira daquele século. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Opinião Pública. In: JÚNIOR, João feres. *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: EDUFMG, 2009. p. 181-202.

³⁷ MOREL, Marco. O surgimento da imprensa periódica: ordenar um espaço complexo. In: MARTINS, Ana Luíza & LUCA, Tania Regina de (Org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 10.

Habermas preocupou-se em esmiuçar a esfera pública burguesa no contexto europeu do século XVIII e concluiu que se tratava de pessoas privadas reunidas em um público que reivindicavam a esfera pública regulamentada pelo governo³⁸, a fim de discutir com o Estado “[...] as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevantes, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social”³⁹. No início do século XIX, as pessoas reunidas nessa esfera pública organizaram-se a ponto de se tornarem permanentes comentaristas de crítica⁴⁰. Na Inglaterra, por exemplo, o Parlamento perdeu, em definitivo, a exclusividade da prerrogativa de crítico. O público politizado tornou-se, assim, parceiro de discussão qualificado⁴¹.

A teoria proposta por Habermas foi alvo de críticas da comunidade acadêmica desde sua primeira publicação, realizada na década de 1960. Do conjunto desses críticos, destacamos as considerações de Arlette Farge⁴² e de François-Xavier Guerra⁴³ pelas contribuições que ambos os autores aditaram ao conceito.

Para Arlette Farge, a análise de Habermas privilegiou a esfera da crítica desenvolvida pelos círculos letrados, desprezando a opinião popular. Farge defende a existência de outra esfera pública, a plebeia. A partir da noção de “opinião pública popular” – que corresponde às formas de comunicação próprias do Antigo Regime, a saber, os boatos⁴⁴, os bilhetes, os libelos, entre outras – a autora conclui ter sido a partir dela que o homem comum da Paris setecentista via a si próprio, ao outro e à sua condição de vida. Farge explica que “as falas ditas, as opiniões pronunciadas, formam brechas, criam mudanças e organizam alguma coisa de novo no espaço do falar e do fazer [...]”⁴⁵.

³⁸ Habermas discutiu o fenômeno da esfera pública burguesa em três realidades geográficas: França, Alemanha e Inglaterra.

³⁹ HABERMAS, 2003. p. 42.

⁴⁰ HABERMAS, 2003. p. 84-85.

⁴¹ HABERMAS, 2003. p. 85.

⁴² FARGE, Arlette. *Dire et mal dire: l'opinion publique au XVIII^e siècle*. Paris: Éditions du Seuil, 1992.

⁴³ GUERRA, François-Xavier. LEMPÉRIÈRE, Annick. et al. *Los espacios públicos em Iberoamérica: ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX*. México: Fondo de Cultura Económica, 1998.

⁴⁴ Nesta tese, as palavras boato e rumor são tratadas como sinônimas, pois ambas se referem a informações que circulavam nos espaços da cidade sem a confirmação da veracidade de seu conteúdo. Nesse sentido, seguimos a linha de Arlette Farge, que também utiliza em seus trabalhos ambas as expressões. FARGE, Arlette, 1992.

⁴⁵ FARGE, Arlette, 1992. p. 10-11.

Para Farge, os rumores exerceram um papel fundamental na formação da opinião pública popular da Paris do Setecentos⁴⁶. O povo protestava contra o rei e seus opressores, isto é, tinha opiniões sobre a realidade parisiense que vivenciava. A essa opinião popular era negada importância política por parte do governo.

A categoria operada por Farge é carregada de um elemento imprescindível para a análise da sociedade parisiense setecentista: o emocional⁴⁷. A autora apresenta um conceito mais aberto e plástico de opinião, privilegiando as opiniões não apreciadas pela crítica dos homens das letras, as controvérsias, pois o consenso, segundo ela, é heterogêneo, moldado aos poucos⁴⁸. As vozes, as palavras, abundantemente descritas e recriadas pelos cronistas da época, tem grande importância no estudo dessa sociedade, já que elas formariam o cimento das sociedades populares, das reuniões de todos os tipos e da vida do espaço público⁴⁹.

Concordamos com Farge sobre a necessidade de prestar atenção às formas orais de comunicação, fugidas ao pesquisador pela raridade de registros documentais. É preciso sensibilidade para identificar os vestígios dessa circulação de vozes, imprescindível à análise da opinião popular forjada nos encontros e desencontros do cotidiano local. As considerações da autora foram assimiladas nesta tese com o intuito de identificar as sociabilidades ocorridas nos ambientes públicos de Vitória que produziram uma opinião popular sobre a política capixaba.

Seguindo o raciocínio de Farge, François-Xavier Guerra também discute a opção de Habermas pelas formas mais novas de comunicação das elites que desconsidera os modos de circulação da informação e de reação mais antigos, como o pasquim e o libelo, ou mais populares, como os boatos⁵⁰. Guerra afirma que a abstrata esfera

⁴⁶ Timothy Tackett compartilha o entendimento de Arlette Farge sobre os boatos. No estudo sobre o sequestro de crianças em Paris durante a Revolução Francesa, Tackett verificou o grande temor gerado pelos rumores populares espalhados pela cidade de que os raptos foram promovidos por oficiais reais. TACKETT, Timothy. Conspiracy obsession in a time of revolution: french elites and the origins of the Terror, 1789-1792. *The American Historical Review*, v. 105, n. 3, jun., 2000, p. 696.

⁴⁷ FARGE, Arlette. *Lugares para a história*. Lisboa: Editorial Teorema, 1999. p. 116.

⁴⁸ FARGE, Arlette. 1999. p. 125-126.

⁴⁹ Idem. *Essai pour une histoire des voix au dix-huitième siècle*. Paris: Bayard Éditions, 2009. p. 14-15.

⁵⁰ GUERRA, François-Xavier. 1998. p. 9-10.

pública burguesa seria apenas mais um dos espaços onde os homens se congregavam, se comunicavam e atuavam⁵¹:

A esfera pública se entende como um espaço abstrato e imaterial [...] cujos ecos encontramos em vários aspectos mais palpáveis: os impressos, sua difusão e sua recepção, as práticas de leitura, etc. A maior parte dos espaços públicos que encontramos são muito concretos: a rua e a praça, o Congresso e o Palácio, o café e a imprensa. E, sobretudo, a cidade, lugar por excelência da política. O público é aqui o povo concreto com toda sua diversidade⁵².

O estudo dos impressos nesta tese baseia-se na combinação da definição de esfera pública proposta por Habermas com as ressalvas e aditamentos elencados por Arlette Farge e por François-Xavier Guerra. Elegemos os impressos fonte elementar da tese, procurando identificar as sociabilidades políticas. Tratamos das práticas relativas aos impressos (produção e circulação) e produzimos algumas inferências sobre a recepção desses produtos, isto é, as leituras realizadas, bem como as diferentes apropriações⁵³. Dado que os registros sobre as práticas de leitura foram achados pontuais nas fontes⁵⁴, optamos pela refiguração “[...] do contexto imediato da produção desses [impressos] destinados a fazer crer ou agir [...]”⁵⁵. Eles são elementos importantes de dinamismo da esfera pública de opinião na medida em que circulam e se fazem circular, incluindo aí a leitura individual, a coletiva, a ouvida e as conversas despreziosas nos quarteirões de Vitória⁵⁶.

A noção de “esfera pública de opinião” debatida nesta tese caracteriza-se, sobretudo, por “[...] uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões [...]”⁵⁷, da qual faziam parte a imprensa e a Assembleia Provincial, cada uma à frente de suas respectivas tribunas, inter-relacionadas com

⁵¹ GUERRA, François-Xavier. 1998. p. 10-11.

⁵² GUERRA, François-Xavier. 1998. p. 10.

⁵³ Essas categorias são aqui trabalhadas a partir da leitura de um conjunto de obras de Roger Chartier, em especial: CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Miraflores (Portugal): DIFEL, 1992; CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. 2 ed. Brasília: EDUnB, 1998; CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, Literatura e História*. Santana (Porto Alegre/RS): Artmed, 2000; CHARTIER, Roger. Escutar os mortos com os olhos. *Estudos Avançados*, IEA/USP, 2010, 24 (69), p. 7-30.

⁵⁴ Concordamos com Robert Darnton a respeito da dificuldade de identificar as experiências de leitura dos indivíduos, porque é um dado muito sensível e raro nos documentos. DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das letras, 1990. p. 128.

⁵⁵ CHARTIER, Roger. La cultura de l'imprimé. In: CHARTIER, Roger (Dir.). *Les usages de l'imprimé XV^e-XIX^e*. Paris: Fayard, 1987. p. 8-14.

⁵⁶ DARNTON, Robert. *Os Best-sellers proibidos da França revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 196.

⁵⁷ HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. Vol. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. p. 92.

outras instâncias de sociabilidade política e cultural. Aqui, privilegamos o fazer político praticado fora dos ambientes institucionais, isto é, na antessala do Parlamento: nos impressos, nos movimentos de rua (boatos, cabalagem, repiques, alvoradas etc.), nas sociedades e nos clubes. Trata-se de uma construção discursiva, formada pelos mecanismos de opinião pública e pela circulação de opiniões.

Utilizamos a expressão “sociabilidade política” para caracterizar as relações sociais cujas motivações ou interesses se referiam à política local. Entendemos sociabilidade e política na sua dimensão de práticas sociais e, assim, interessa-nos a *práxis* política vivenciada no cotidiano capixaba, caracterizada, por exemplo, na cabala realizada pelas ruas da cidade em época de eleições⁵⁸, na troca de insultos entre grupos políticos adversários na imprensa e na opinião popular forjada em meio aos boatos e à circulação de notícias.

Nossa abordagem de política é inspirada nos trabalhos de René Rémond e de Pierre Rosanvallon⁵⁹. Para René Rémond, “[...] a política é a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício, a prática do poder; assim, os partidos são políticos porque tem como finalidade, e seus membros como motivação, chegar ao poder”⁶⁰.

Rémond compreende a política inserida no campo do político, caracterizado pela disputa do poder. Nesse campo não há fronteiras definidas e estanques, pois o político se comunica com outros domínios da vida humana. O político, em Rémond, é expressão de identidade coletiva, dado que um povo pode se exprimir “[...] tanto pela sua maneira de conceber, de praticar, de viver a política, quanto por sua literatura, seu cinema e sua cozinha”⁶¹.

Acompanhando a ideia de campo introduzida por Rémond, Pierre Rosanvallon “[...] define o mundo da política como segmento do mundo político, operado pela

⁵⁸ Cabalar significa atuar em favor de um candidato à eleição política.

⁵⁹ RÉMOND, René. Do Político. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1996. p. 441-450; ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.

⁶⁰ RÉMOND, René. 1996. p. 444.

⁶¹ RÉMOND, René. 1996. p. 449-450.

mobilização dos mecanismos simbólicos de representação⁶². Ele interpreta a política como a reconstrução da sucessão cronológica dos acontecimentos, o funcionamento das instituições, os mecanismos de tomada de decisões públicas, o resultado das eleições, o estudo das razões que impelem os atores e o sistema de suas interações e como a descrição dos rituais e dos símbolos que organizam a vida em sociedade⁶³. Para Rosanvallon, a “[...] atividade política *stricto sensu* é o que ao mesmo tempo limita e permite, na prática, a realização do político. Ela é uma tela e um meio⁶⁴. O político é definido por Rosanvallon abarcando, simultaneamente, um campo e um trabalho:

[...] designa o lugar em que se entrelaçam os múltiplos fios da vida dos homens e das mulheres; aquilo que confere um quadro geral a seus discursos e ações; ele remete à existência de uma sociedade que, aos olhos de seus partícipes, aparece como um todo dotado de sentido. Ao passo que, como trabalho, o político qualifica o processo pelo qual um agrupamento humano, que em si mesmo não passa de mera população, adquire progressivamente as características de uma verdadeira comunidade⁶⁵.

A discussão sobre política e campo político conduz-nos a considerar as sociabilidades políticas como relações de disputa pelo poder, em que os indivíduos envolvidos no jogo político se relacionavam por adesão ou oposição em busca de sucesso na vida pública. Na arena política, é preciso utilizar todas as armas disponíveis para tentar sair vitorioso, valendo-se de relações de amizade, de redes de influência e de uma boa retórica. Nisto reside a originalidade deste trabalho: dar voz a esses episódios da vida política capixaba a partir das sociabilidades, de forma a elucidar o *modus operandi* da política local, destacando os arranjos acordados entre os candidatos, as disputas entre as lideranças políticas, a política dispersa no cotidiano e nas páginas dos impressos e os espaços em que essas práticas ocorriam.

Não há, para o Espírito Santo, pesquisa que tenha se dedicado ao estudo das sociabilidades como via interpretativa para problematizar a gestação de uma esfera pública de opinião durante a segunda metade do século XIX. Há ainda muito a ser estudado sobre o processo de formação dessa esfera no Brasil para além do

⁶² ROSANVALLON, Pierre. 2010. p. 30.

⁶³ ROSANVALLON, Pierre. 2010. p. 78.

⁶⁴ ROSANVALLON, Pierre. 2010. p. 78.

⁶⁵ ROSANVALLON, Pierre. 2010. p. 71-72.

período da independência, especialmente nos anos de sua maior expansão e dinamismo⁶⁶.

Na historiografia recente do Espírito Santo, são significativos os estudos que utilizaram os impressos como fonte de pesquisa para temas variados: imigração estrangeira⁶⁷, sociabilidades e conflitos⁶⁸, trabalho escravo⁶⁹, movimento abolicionista⁷⁰, fugas de escravos⁷¹, entre outros. Observa-se certa preferência por assuntos ligados à temática escravista, ao passo que a política propriamente dita foi objeto de análise em apenas um estudo a respeito dos jornais políticos e da formação dos partidos políticos na Província do Espírito Santo⁷². No trabalho de Karulliny Siqueira, a pesquisa centrou-se na dinâmica política provincial durante a segunda metade do século XIX, período em que a autora observa ter ocorrido a verdadeira formação dos partidos políticos de cunho ideológico no Espírito Santo. A emergência desses partidos – liberal e conservador – foi analisada, em parte, com base na imprensa regional: os jornais publicados em Vitória e em Cachoeiro de Itapemirim serviram à autora para mapear as novas práticas políticas emergentes a partir de meados de 1860.

O que propomos, então, é uma História Social das Relações Políticas⁷³, linha de reflexão que problematiza o papel de univocidade do Estado em relação à geração e à irradiação do poder na sociedade. Nesse campo de discussão, o Estado é convertido a mais uma das instâncias de exercício do poder, ganhando destaque as

⁶⁶ Sobre a consolidação de uma esfera pública de opinião no Brasil nas últimas décadas da monarquia, conferir os apontamentos de BASILE, Marcello Otávio Campos Neri. 2000. p. 26 e p. 249; e os trabalhos de ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil- Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002; e MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV/Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (EDUR), 2007.

⁶⁷ BARROS, Thiago Zanetti de. *Imigração estrangeira no jornal A Província do Espírito Santo (1882-1889)*. [Dissertação de Mestrado] Vitória: PPGHIS/UFES, 2007.

⁶⁸ BASTOS, Fabíola Martins. *Relações sociais, conflitos e espaços de sociabilidade: formas de convívio no Município de Vitória, 1850-1872*. [Dissertação de Mestrado] Vitória: PPGHIS/UFES, 2009.

⁶⁹ JESUS, Aloiza Delurde Reali de. *De porta adentro a porta afora: trabalho escravo nas freguesias do Espírito Santo (1850-1871)*. [Dissertação de Mestrado] Vitória: PPGHIS/UFES, 2009.

⁷⁰ PICOLI, Mariana de Almeida. *Ideias de liberdade na cena política capixaba: o movimento abolicionista em Vitória (1869-1888)*. [Dissertação de Mestrado] Vitória: PPGHIS/UFES, 2009.

⁷¹ FERREIRA, Heloisa Souza. *Ardís da sedução e estratégias de liberdade: escravos e senhores nos anúncios de jornais do Espírito Santo (1849-1888)*. [Dissertação de Mestrado] Vitória: PPGHIS/UFES, 2012.

⁷² SIQUEIRA, Karulliny Silverol. *Os apóstolos da liberdade contra os operários da calúnia: a imprensa política e o parlamento nas disputas políticas da província do Espírito Santo, 1860-1880*. [Dissertação de Mestrado] Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRRJ, 2011.

⁷³ O campo de reflexão “História Social das Relações Políticas” é a área de concentração do Programa de Pós-graduação em História da UFES.

implicações sociais da política, a forma como ela é praticada, sancionada e questionada por determinado grupo social. Os comportamentos políticos, aí incluída a sociabilidade, são históricos e, portanto, resultantes de circunstâncias e interesses específicos. Tratar os acontecimentos políticos como autoexplicativos é perder de vista a assimetria das relações políticas que conferem a cada indivíduo (ou grupo) capacidades desiguais de ação e interferência no jogo político.

O recorte espacial escolhido para esta investigação é Vitória, capital da Província do Espírito Santo. Ela foi escolhida *locus* das sociabilidades, de práticas políticas e de produção e circulação de impressos por ser a capital da Província, cabeça de Comarca⁷⁴, sede da Assembleia Provincial e região que mais recebeu melhoramentos de infraestrutura na Província durante o Oitocentos⁷⁵. Nela também se fixaram as primeiras tipografias, em 1840 e 1849⁷⁶. Conforme já assinalado, a temporalidade abarcada pela pesquisa vai de 1840 a 1889.

O recorte inicial, 1840, foi escolhido por se tratar da primeira tentativa (de que se tem notícia) de instalação de uma tipografia em Vitória. Ayres Vieira de Albuquerque Tovar adquiriu a máquina tipográfica na Corte com o objetivo de criar um periódico e, também, de publicar os atos do governo provincial. O contrato firmado entre Tovar e a Presidência da Província do Espírito Santo previa a publicação das “Ordens e Ofícios da administração, compreendendo as portarias e correspondências do governo com as autoridades da província e todos os impressos necessários [...]”⁷⁷.

A iniciativa não logrou sucesso, publicando-se apenas um único número do jornal *Estafeta*. Manteve-se, entretanto, o funcionamento da tipografia para a publicação de circulares, poesias, ofícios e impressos ordinários. Especula-se que o fracasso da empreitada deveu-se à péssima qualidade da tinta utilizada na impressão,

⁷⁴ Faziam parte da Comarca de Vitória, na segunda metade do século XIX, as freguesias de Vitória, Espírito Santo, Carapina, Cariacica, Queimado, Viana e Santa Leopoldina.

⁷⁵ Afirmção baseada nos relatórios e nas falas dos presidentes de província à Assembleia Provincial do período. Item: obras públicas.

⁷⁶ Respectivamente: *O Estafeta* e *o Correio da Victoria*.

⁷⁷ DAEMON, Bazilio Carvalho. *Província do Espírito Santo*. Sua descoberta, história cronológica, sinopses e estatística. 2 ed. Vitória: SECULT/APES, 2010, Coleção Canaã, v. 12, p. 358.

produzida na própria oficina tipográfica⁷⁸. Os capixabas esperaram até 1849 por um novo jornal publicado em Vitória: o *Correio da Victoria*, com edição inaugural datada de 17 de janeiro de 1849. Embora o empreendimento de Albuquerque Tovar tenha falhado, acreditamos que a imprensa era interpretada pelos capixabas como espaço de sociabilidade e, também, de discussão política. Os acontecimentos políticos do Espírito Santo não ficavam restritos aos limites de seu território, ganhando publicidade em outras regiões do Império⁷⁹. Alguns indícios levantados em jornais da cidade imperial assim confirmam: a eleição para deputado geral de 1842, por exemplo, foi alvo de muitas publicações de capixabas no *Diário do Rio de Janeiro*. Na correspondência de 12 de novembro daquele ano, assinada por *O amigo da Constituição e do Brasil*, foram enumeradas as práticas corruptíveis observadas no processo eleitoral em diversas freguesias do Espírito Santo⁸⁰.

As publicações encontradas em diferentes edições do *Diário* sugerem que os capixabas envolvidos com as disputas políticas locais (ou mesmo que tiveram seus nomes mencionados nas páginas do *Diário*) utilizavam a imprensa do Rio de Janeiro para debater a política do Espírito Santo, não obstante lhes faltasse uma imprensa orgânica. Além disso, as correspondências publicadas por capixabas em um jornal de outra província revelam ter existido a circulação de periódicos de fora em Vitória, provavelmente trazidos pelas embarcações que atracavam nos cais da ilha da capital com as malas do correio.

O ano de 1889, por seu turno, foi escolhido para término da pesquisa porque acreditamos ter sido esse um marco inaugural de novas discussões políticas para a imprensa brasileira e também para os debates promovidos pelos construtores/intérpretes da opinião pública⁸¹. A República reorganizou o jogo político travado durante os decênios finais do Império no Brasil e novos conceitos e

⁷⁸ Daemon suspeita ser esse o motivo da interrupção dos serviços da oficina tipográfica, porque notou a má qualidade da tinta utilizada nos ofícios, poesias, rezas e circulares ali impressos. In: DAEMON, Bazílio Carvalho. 2010. p. 358.

⁷⁹ Nesse sentido, é preciso relativizar a afirmação de que a vivificação de uma imprensa política na Província do Espírito Santo a partir de 1860 levou “[...] à Corte as notícias que por tanto tempo ficaram restritas à província”. SIQUEIRA, Karulliny Silverol. 2011. p. 302.

⁸⁰ DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Edições de: 12/11/1842, 19/11/1842, 7/12/1842 e seguintes.

⁸¹ As práticas de sociabilidades também foram alteradas progressivamente com a República, dados os esforços dos governos municipais e estaduais em demolir a imagem de *cidade presépio* de Vitória para erigir outra, mais harmônica à visão moderna dos centros urbanos. ROSTOLDO, Jadir Peçanha. Uma imagem para a República: intervenções públicas na cidade de Vitória, 1892-1896. In: *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História* – ANPUH, Londrina: UEL, 2005.

princípios tornaram-se a chave para a prática discursiva da política brasileira. Além disso, consolidou-se a profissionalização dos jornais, que não perderam sua identificação de órgãos partidários, mas se tornaram um negócio⁸². Entretanto, essa transformação em curso nos primeiros anos após a proclamação da República ultrapassa os objetivos desta tese.

As fontes utilizadas nesta pesquisa são de fundo jornalístico e oficial: jornais publicados em Vitória e fora dela, panfletos que circularam na capital e relatórios e correspondências do fundo Presidência de Província, todas guardadas no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES). Os documentos foram analisados a partir de dois procedimentos metodológicos: quantitativo e qualitativo.

Na primeira etapa, foram pesquisados os jornais e documentos oficiais e feita a transcrição das publicações sobre a vida política local, em especial as sociabilidades. Na fase qualitativa, esses registros foram analisados de modo a comprovar a emergência de uma esfera pública de opinião em Vitória ao longo da segunda metade do século XIX. No caso dos periódicos, procurou-se identificar que destaque foi conferido ao fato narrado, quem foram os autores das publicações (se redatores, editores ou particulares), se pertenciam a algum grupo político, a quem se destinava a publicação (auditório) e quais ideias pretenderam construir na narrativa impressa⁸³. Para tanto, recorreremos à retórica como chave de leitura⁸⁴.

De acordo com José Murilo de Carvalho, a retórica, a palavra sonora e a frase bem feita têm importância na cultura nacional brasileira, em especial para a do nosso período estudado. Para ele, o peso da retórica relaciona-se à tradição escolástica portuguesa que predominou nos centros de estudo de Portugal e influenciou a formação de bacharéis tanto no além-mar quanto no Brasil. Ao contrário da argumentação puramente racional, destinada apenas a convencer, a arte da persuasão prevê que a qualidade moral do orador vale tanto quanto a qualidade de

⁸² LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Org.). *História da imprensa no Brasil*. 2 ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012. p. 149-175.

⁸³ LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

⁸⁴ CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi*, Rio de Janeiro. n° 1, v. 1, 2000. p. 123-152.

seus argumentos⁸⁵. A retórica, assim, admite o argumento *ad hominem* ou *ad personam* – recurso linguístico que intenciona desqualificar o opositor atacando sua qualificação moral.

Na fase qualitativa da pesquisa, analisamos a política pelo viés das sociabilidades, formais e informais, com destaque para as discussões políticas travadas nos jornais da capital, para o vocabulário e para a retórica utilizados e, em especial, para a formação de uma opinião pública como recurso legitimador de práticas políticas. As sociabilidades políticas desenvolvidas pelos e nos impressos, no cotidiano capixaba, nas associações e nos espaços de discussão política e de circulação dos impressos revelaram-se partes constitutivas da esfera pública de opinião, evidenciando suas possibilidades e limites de atuação.

A tese foi organizada em seis capítulos. No primeiro, apresentamos ao leitor a cidade de Vitória, cenário das sociabilidades capixabas, porque suspeitamos que a configuração geográfica parece ter influenciado, de meados do Seiscentos até o final do Dezenove, a ocupação do lugar, favorecendo uma sociabilidade mais intensa. No segundo capítulo, iniciamos a discussão sobre as sociabilidades políticas em Vitória e sobre a formação de uma opinião popular nas primeiras décadas do Oitocentos, período em que reinavam outras formas de comunicação na capital da Província: ajuntamentos, boatos, gritos e vozes, pasquins e manuscritos anônimos. Também discutimos os usos da imprensa de fora realizados por capixabas para tratar da política local.

O capítulo terceiro discute as características da imprensa capixaba durante o século XIX, desde a fundação de seu primeiro periódico, com um debate sobre a produção e a circulação dos impressos, o perfil dos publicistas, quem eram os leitores e as redes de comunicação forjadas por intermédio das permutas e da leitura dos jornais e das tipografias, estas últimas tratadas como um espaço de sociabilidade. No capítulo seguinte, os impressos são alçados a espaço de sociabilidade política. Discutindo a trajetória da imprensa periódica capixaba, pretendemos mostrar como se configurou o processo de progressiva politização dos jornais a partir da criação de folhas de opinião (e de oposição) e da reorganização dos grupos políticos em partidos em finais de 1850.

⁸⁵ CARVALHO, José Murilo de. 2000. p. 135.

O quinto capítulo discute a consolidação da imprensa como interlocutora legítima dos negócios públicos na cidade de Vitória durante as duas últimas décadas do período monárquico no Brasil. Trabalhamos as características dos jornais capixabas publicados nesse interstício e as sociabilidades políticas estabelecidas pela e na imprensa, ascendendo, assim, à arena de discussão. Discutimos também a consolidação de uma esfera pública de opinião na capital gestada na antessala da Assembleia Provincial, isto é, na imprensa, em concomitância com a emergência da noção de opinião pública nos discursos impressos como recurso legitimador de ações políticas nos periódicos.

No capítulo sexto, por fim, tratamos dos outros elementos constitutivos dessa esfera pública de opinião que se forjou em Vitória ao longo da segunda metade do século XIX. Ruas, associações, clubes e teatros foram os espaços escolhidos para a investigação por se configurarem ambientes onde as sociabilidades políticas se desenvolveram e, por conseguinte, onde circulavam impressos e opiniões sobre política. Voltamos, assim, ao ponto de partida desta tese, a capital da Província. No primeiro capítulo, apresentamos os espaços geográficos da cidade. No último, fazemos uma geografia das sociabilidades políticas.

CAPÍTULO I

Cidade de Vitória: cenário das sociabilidades capixabas

Quem entra pela Baía da Vitória fica encantado com a beleza do conjunto. Não é um Pão de Açúcar, mas dá à Baía o mesmo encantamento. Depois avista-se a cidade. A ilha onde Vitória foi construída é montanhosa, de modo que a cidade possui altos e baixos, cheia de ladeiras [...]¹.

“A cidade tem uma história”, disse Henry Lefebvre em *O direito à cidade*². Ela é uma obra incompleta sujeita à ação transformadora dos seres humanos; “[...] é um fato cultural, um caldeirão de impressões, de sentimentos, de desejos e de frustrações”³. A história de uma cidade pode ser contada a partir das ruínas das construções arquitetônicas do passado e dos detalhes de sua vida cotidiana que revelam a complexidade das relações sociais empreendidas pelos habitantes do lugar. Por cidade entendemos “[...] o meio geográfico e social formado por um conjunto de construções e cujos habitantes trabalham em maioria no seu interior”⁴.

Neste capítulo, contamos a história de Vitória, capital da Província do Espírito Santo, na segunda metade do Oitocentos. As linhas que seguem são dedicadas à narrativa do passado dessa cidade, cuja composição geográfica parece ter influenciado, de meados do Seiscentos até o final do Dezenove, a ocupação do lugar e a intimidade da vida cotidiana. Geraldo Antonio Soares acredita que o modo como se formou o núcleo urbano da cidade de Vitória favoreceu uma sociabilidade mais intensa: “[...] [n]uma pequena cidade como Vitória à época, onde certamente quase todos que ali viviam deviam se conhecer, a vida de cada um era inconscientemente vista como um espelho de sua própria vida, ou seja, sua vida refletida”⁵. Tratamos, então, do cenário das sociabilidades capixabas.

¹ OLIVEIRA, Alvarus. Impressões da terra capixaba: a cidade presépio – Victoria se moderniza – Gente que trabalha e produz – Aspectos gerais da vida espírito-santense. *Diário da Manhã*. Vitória, 25 de novembro de 1936. p. 1.

² LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Documentos, 1969. p. 68.

³ RAMINELLI, Ronald. História Urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana & VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 285.

⁴ LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Porto/Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2007. p. 64.

⁵ SOARES, Geraldo Antonio. Cotidiano, sociabilidade e conflito em Vitória no final do século XIX. *Dimensões*, Vitória: UFES/CCHN, 2004, n. 16. p. 60.

1.1 Dimensões da capital: geografia e ocupação

Caracterizada por um relevo recortado por rochedos, em parte escarpados, planícies alagadas e diversas ilhas, a ocupação da capital concentrou-se na faixa de terra à beira-mar, estreitada entre a barra da ilha de Vitória e os morros de Inhanguetá, Piedade, do Bastos, da Capixaba e da Vigia, numa paisagem que reunia brejos, mangues, braços de mar que adentravam a ilha e córregos que desciam os morros⁶. As águas do mar invadiam a ilha principalmente em dois pontos: no Largo da Conceição, subindo em direção à Fonte Grande, e na Rua Porto dos Padres, onde inundava desde a base do morro da Misericórdia até o Campinho⁷.

Era uma cidade de proporções modestas⁸, principalmente no que dizia respeito às áreas urbanas, que se estendiam da colina da Santa Casa às pedreiras da Rua Barão de Monjardim⁹. Nesta rua, existia uma cancela contígua ao Forte São João que bloqueava o acesso à ilha a partir de determinadas horas da noite. A Santa Casa de Misericórdia, de um lado, e o Forte São João, de outro, eram considerados os limites dos bairros urbanizados da ilha de Vitória. Fora desse perímetro, o que existia era vegetação cerrada e pequenas propriedades rurais na parte da ilha mais afastada do mar, chamadas de chácaras, localizadas aos pés dos morros¹⁰. No Dezenove, era comum encontrar esse tipo de propriedade dentro da zona considerada perímetro urbano, em cidades de menor porte. Isso indica que, naquela época, havia um limite tênue entre o urbano e o rural¹¹.

⁶ Para visualizar as características de relevo destacadas no parágrafo, conferir a planta 1 (*Planta Geral da cidade de Vitória em 1895, Estado do Espírito Santo*) localizada no anexo A desta tese.

⁷ Antes de ter esse nome, o Campinho era conhecido por Lapa do Mangal, ou simplesmente Mangal, por ser uma região de mangue.

⁸ Afirmativa baseada na comparação entre Vitória e outras cidades brasileiras no mesmo período (segunda metade do século XIX) – podemos citar Ouro Preto, em Minas Gerais, e Parahyba (atual João Pessoa), em Paraíba.

⁹ DIÁRIO DA MANHÃ de 10 de outubro de 1936. p. 1.

¹⁰ A zona que se estendia do Campinho até Santo Antônio (morro Inhanguetá) era chamada de roças velhas pela prevalência de vegetação cerrada e de pequenas propriedades rurais com produção agrícola (ver planta 1 no anexo A). DERENZI, Luiz Serafim. *Biografia de uma ilha*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1965. p. 104.

¹¹ No século XIX, o Brasil apresentou um profundo contraste entre as cidades portuárias mais movimentadas e os núcleos urbanos do interior. Estes últimos, em sua quase totalidade, viviam à margem dos melhoramentos urbanos empreendidos nas cidades portuárias. Na maioria dos núcleos urbanos, os limites entre a zona urbana e a rural eram imprecisos. Boa parte da população vivia em chácaras cujos limites chegavam à cidade. COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. p. 241.

Por urbano entendemos a “[...] especificidade da concentração de serviços, de processos de caminhos, de encontros, de ideias, de possibilidades, enfim, que o espaço urbano sintetiza e oferece”¹². Consoante Alexandre Mendes Cunha, urbano é uma expressão cujo sentido se aproxima ao de vida urbana¹³.

O urbano não se resume ao espaço citadino, porque os processos e práticas socioculturais, políticos, etc., não se desenrolam simplesmente “[...] por sobre uma base espacial dada”¹⁴. Ele é mais que um pano de fundo; é uma realidade social complexa, originária da construção coletiva do espaço e, por isso mesmo, inseparável da vida cotidiana do ambiente da cidade “[...] e das experiências e processos materiais e simbólicos que a esta estão associados”¹⁵.

A condição de sede do governo provincial e cabeça de comarca¹⁶ contribuíram para o desenvolvimento dos espaços urbanizados na porção insular da capital, sítio de ocupação mais antigo da cidade. Situavam-se na ilha de Vitória os edifícios públicos mais importantes da Província do Espírito Santo, como o Palácio do Governo e a Assembleia Provincial. Nela também foram construídos os templos religiosos católicos (no cume de pequenos morros) e outras repartições públicas, a exemplo da Câmara Municipal, da cadeia, da alfândega, da Tesouraria Provincial, etc.

A instalação de setores da administração da Província na ilha de Vitória parece ter privilegiado essa região no que tange a melhoramentos de estrutura urbana. Durante o Oitocentos, os moradores da barra da ilha foram beneficiados com serviços de calçamento e limpeza das vias, construção de chafarizes para fornecimento de água (proveniente da nascente da Fonte Grande), contratação de iluminação artificial por lampiões e construção de latrinas para o depósito de águas

¹² CUNHA, Alexandre Mendes. O urbano e o rural em Minas Gerais entre os séculos XVIII e XIX. *Cadernos da Escola do Legislativo*, jan./jun. 2009, v. 11, n. 16, p. 60.

¹³ CUNHA, Alexandre Mendes. 2009. p. 60.

¹⁴ CUNHA, Alexandre Mendes. 2009. p. 60.

¹⁵ CUNHA, Alexandre Mendes. 2009. p. 61.

¹⁶ Comarca compreende uma circunscrição de jurisdição criminal formada por um ou mais termos e residida por juizes de Direito Criminal e corregedores. Nela também atuava o promotor público. BUENO, José Antonio Pimenta. *Apontamentos sobre o Processo Criminal brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Empresa Nacional do Diário, 1857. p. 29. Faziam parte da Comarca de Vitória na segunda metade do século XIX as freguesias de Vitória, Espírito Santo (atual Vila Velha), Carapina, Cariacica, Queimado, Viana e Santa Leopoldina. ESPÍRITO SANTO (Estado). *Presidentes de Província (1840-1872)*. *Relatório de Presidente da Província do Espírito Santo de 1868*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/229/index.html>>. Acesso em: 12 de janeiro de 2013.

servidas¹⁷. Esses serviços, ainda que incipientes, promoveram certa urbanização da barra da ilha de Vitória, diferenciando-a da porção continental da capital, onde a prioridade dos governos municipal e provincial era a manutenção da ponte de Maruípe e das picadas abertas em meio à vegetação, para trânsito local¹⁸. Era comum os consertos promovidos nessas passagens serem coadjuvados por particulares, conforme revela uma correspondência de 2 de agosto de 1847 enviada ao Presidente da Província do Espírito Santo, subscrita pelo fiscal da Câmara Municipal de Vitória, Domingos José de Freitas:

Illmo. Exmo. Senhor – Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. E. que se acha terminado o melhoramento e limpa da estrada, desde a Pedreira até a ponte do rio Maruípe, distância de mais de uma légua. Prestaram-se a este público benefício as Illmas. senhoras D. D. Carolina Acioli e Ana Francisca da Penha Benedicta Monjardim e o Doutor José de Melo Carvalho e Antonio Ferreira das Neves, possuidores das terras por onde a mesma estrada passa; a primeira senhora com seis escravos; a segunda com quatro; o Doutor Melo também com quatro; isto durante o espaço de 10 dias consecutivos; e o último dos beneficentes limpando a sua testada somente, porque sendo lavrador pobre, não dispõe de forças [...]¹⁹.

De acordo com a documentação analisada, os terrenos mais afastados da orla da ilha e as planícies alagadas do torrão continental apresentavam uma paisagem majoritariamente rural, marcada pela presença de roças, propriedades agrícolas e picadas. Essas planícies localizavam-se a leste da ilha, separadas por um braço de mar muito estreito. A comunicação entre as duas regiões era feita pela ponte de Maruípe. O acesso era permitido mediante pagamento de pedágio. A cobrança destinava-se às obras de manutenção periódica da ponte e a fiscalização do pagamento era feita por fazendeiros que residiam nas imediações. Infelizmente, não há registros cartográficos do século XIX para essa região.

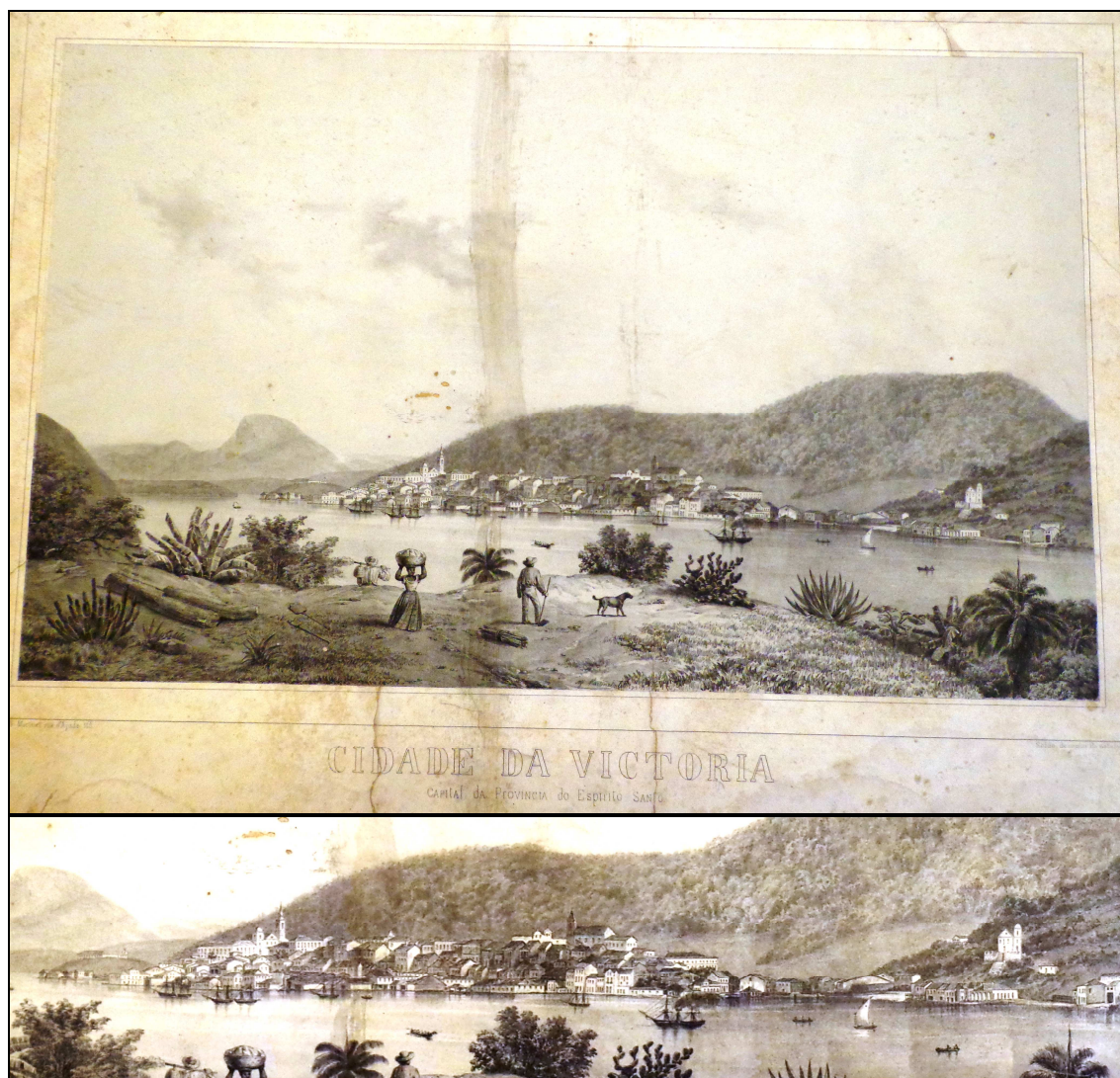
A zona urbanizada de Vitória representava, assim, uma pequena parcela do território da cidade, restrita à barra da ilha, conforme mostra a figura 1, a seguir, em dois planos: ao fundo, no desenho original, e em destaque.

¹⁷ *Águas servidas* é uma expressão recorrente na documentação pesquisada do Oitocentos para se referir à água suja (por já ter sido utilizada e contaminada com dejetos).

¹⁸ A ponte de Maruípe fazia a comunicação da ilha com as planícies do continente e as estradas construídas artesanalmente eram chamadas de picadas.

¹⁹ Registro da correspondência com a Presidência da Província do Espírito Santo. Série Acioly, Livro 47, Fundo Governadoria, APEES.

Figura 1 - Cidade da Victoria, capital da Província do Espírito Santo, 1870.



Fonte: Biblioteca Nacional, Seção Iconografia.

A figura 1 corrobora nossa narrativa a respeito da concentração da estrutura urbana na faixa de terra existente entre a barra da ilha e os morros. A imagem representa o primeiro núcleo de povoamento de Vitória²⁰. Neste capítulo, as ilustrações compõem a narrativa de Vitória no Oitocentos, apresentando-se como recurso importante para a pesquisa histórica ao oportunizar uma visualização mais tangível de uma realidade

²⁰ Durante as décadas iniciais de colonização da Capitania do Espírito Santo, os constantes problemas com os índios e as baixas populacionais decorrentes dos embates com os nativos impeliram à fundação da Vila de Santo Antonio (erigida no alto de uma colina), para a proteção dos portugueses colonizadores. Buscava-se no alto do morro a “[...] defesa contra dois temidos inimigos: o índio, do mato; e o pirata, do mar”. A vila recém-criada transformou-se anos mais tarde na Vila da Vitória, escolhida para ser a sede administrativa e judicial da Capitania do Espírito Santo (a partir dos primeiros anos de 1550). FREIRE, Mário Aristides. *A Capitania do Espírito Santo: crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores (1535-1822)*. Vitória: Flor&Cultura/Cultural-ES, 2006. p. 64.

que não existe mais e acessível ao historiador somente por meio de testemunhos indiretos. Além da iconografia, contamos com os registros cartográficos para contar a história da cidade.

A representação cartográfica da cidade de Vitória dos séculos XVIII e XIX foi feita por meio de plantas²¹. Nesta tese, trabalhamos com a de 1776 (quando Vitória ainda era vila) e com a de 1967 (que retrata a configuração da capital em 1895)²². Em comum, as duas plantas reproduzem graficamente parte da capital – a barra da ilha (região mais urbanizada) – como sendo toda a cidade. As plantas mostram também esse sítio dividido em ruas, quarteirões, praças e largos, elementos morfológicos típicos de cidade, o que, para Ronald Raminelli, constitui indício de modernidade urbana²³. As fontes levantadas indicam que essa era uma realidade exclusiva da barra da ilha, pois o torrão continental não apresentava traçado urbano.

Na planta 1, anexo A da tese, é possível observar que a ilha de Vitória era cortada por braços de mar que invadiam algumas áreas urbanizadas e se misturavam às águas das nascentes provenientes da Fonte Grande. Também identificamos pequenas pontes que passavam por cima desses terrenos inundados e comunicavam os quarteirões capixabas. As pontes eram indispensáveis para o deslocamento da população, incluindo no quarteirão do Campinho, cujo alagadiço ficava intransponível em dias de chuva. A seguir, temos a planta 2, datada de 1776.

²¹ Planta é uma representação cartográfica, geralmente em maior escala, destinada a fornecer informações muito detalhadas, porém, retratando menor área. OLIVEIRA, Julio Cesar de. *XIV Curso de uso escolar de sensoriamento remoto no estudo do meio ambiente*. Julho/2011. Disponível em: <http://www.dsr.inpe.br/vcsr/files/Apres_Cartografia.pdf>. Acesso em: 5 de janeiro de 2014. Na tese, utilizamos as plantas de 1776 (planta 2) e a de 1895 (planta 1).

²² As plantas estão identificadas na tese da seguinte maneira: Anexo A (planta 1, representação de Vitória em 1895) e Planta 2 (a de 1776).

²³ Raminelli não esclarece o sentido da expressão modernidade urbana, mas da leitura de seu texto notamos que ela se relaciona aos processos de difusão do pensamento higienista e das intervenções urbanas com vistas à manutenção e à ampliação dos núcleos citadinos ocorridas em cidades brasileiras a partir do segundo quartel do Oitocentos (incluindo aí as tentativas de saneamento das cidades, de contratação de iluminação artificial e de realinhamento do traçado urbano). RAMINELLI, Ronald. *História Urbana*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana & VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 288-289. É possível ler mais a respeito de modernidade urbana no artigo de SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. *Modernidade urbana e dominação da natureza: o saneamento de Pelotas nas primeiras décadas do século XX*. *História em Revista*. Pelotas/RS: UFPEL/Núcleo de Documentação Histórica, dezembro de 2001, v. 7. Disponível em: <http://www2.ufpel.edu.br/ich/ndh/hr/historia_em_revista_07.html>. Acesso em: 7 de abril de 2014.

Planta 2 - Vila da Vitória, capital da Capitania do Espírito Santo, 1776.



Fonte: Arquivo Militar. Localização: ARC 9 - 2- 39.

A planta 2 mostra a Vila da Vitória em 1776. É válida sua utilização nesta tese, porque os quarteirões sofreram pouca alteração de tamanho até o final do século XIX²⁴. Essa planta, tal como a do anexo A, mostra o traçado dos quarteirões da ilha, as pequenas propriedades com cultivo agrícola, o entorno inabitado preenchido pela vegetação e o encontro das águas da nascente da Fonte Grande com os braços de mar que invadiam a barra da ilha.

²⁴ As mudanças mais drásticas na estrutura urbana de Vitória iniciaram-se somente após a proclamação da República, em 1889. Daí em diante a cidade aderiu aos projetos de modernização capitaneados pelo Rio de Janeiro, originando o Novo Arrabalde.

1.2 Aspectos de modernidade urbana em Vitória

Em 1863, a capital contava com 31 ruas, 8 becos, 7 ladeiras, 4 praças e outros tantos largos, todos localizados na ilha de Vitória²⁵. Esses espaços são formas características do ambiente citadino. A praça, por exemplo, é um elemento morfológico específico das cidades (principalmente as do mundo ocidental), devido à sua organização espacial e à sua intencionalidade de desenho²⁶. Comparada à rua, resultado acidental de alargamento ou confluência de traçados,

A praça pressupõe a vontade e o desenho de uma forma e de um programa. Se a rua, o traçado, são os lugares de circulação, a praça é o lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária e de prestígio [...]”²⁷.

Os traçados de ruas, praças e largos compõem a forma da cidade e são “[...] utilizáveis no desenho urbano na concepção arquitetônica”²⁸. Na ilha de Vitória, a Câmara Municipal era responsável por autorizar todas as construções particulares, sendo imprescindível a apresentação de licença para tal fim. Essa obrigatoriedade constava nas Posturas Municipais e pretendia manter o alinhamento do traçado urbano dessa área da capital²⁹.

A capital apresentava alguns largos em sua estrutura urbana e muitos deles foram citados na documentação de época como espaços de circulação e encontro de pessoas e de venda de produtos³⁰. De acordo com José Manuel Ressano Garcia Lamas, o largo se aproxima da definição de traçados acidentais: “[...] vazios ou alargamentos da estrutura urbana e que, com o tempo, foram apropriados e usados”³¹.

²⁵ De acordo com um poema de Francisco Antunes de Siqueira, havia em Vitória 5 largos, 20 ruas, 6 cais e algumas vias menores. SIQUEIRA, Francisco Antunes de. *Poemeto descritivo em oito cantos*. Vitória: Tipografia d’A Província do Espírito Santo, 1884. p. 40.

²⁶ “É partir do Renascimento que a praça se inscreve em definitivo na estrutura urbana e adquire o seu estatuto até fazer parte obrigatória do desenho urbano nos séculos XVIII e XIX”. LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. 2007. p. 102.

²⁷ LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. 2007. p. 100 e 102.

²⁸ LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. 2007. p. 102.

²⁹ “Artigo 18: Ninguém poderá erigir propriedade de casas e muros dentro da cidade sem preceder alinhamento requerido ao fiscal da Câmara o qual com o Secretário e Porteiro e um pedreiro fará no termo mais breve [...]”. POSTURAS MUNICIPAIS: 1829. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1999. p. 28.

³⁰ Referimo-nos aos largos de Conceição, de Santa Luzia e do Imperador.

³¹ LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. 2007. p. 102.

A manutenção desses ambientes era tema recorrente nos Relatórios de Presidentes da Província do Espírito Santo durante o século XIX. Reclamava-se do péssimo estado de conservação das ruas, do mato crescente que impedia o trânsito dos pedestres, dos alagadiços ocasionados pela chuva e pelo mar e do lixo exposto. O trecho a seguir foi extraído de um relatório feito em 1870 por Manoel Pinto Aleixo, fiscal da Câmara Municipal de Vitória, a respeito das providências a serem tomadas para melhorar a estrutura urbana da capital.

Asseio público – [...] a falta de pontes em pontos determinados, para despejos de materiais fecais e águas servidas, muito concorrem para que jamais possa ser regular ou salubre o estado sanitário da cidade; [...] = Praças = existem as seguintes praças nesta cidade: a Municipal e a do Palácio: nenhuma delas estão em condições de assim se chamarem porque não são calçadas e nem ao menos um trilho possuem que nos tempos de abundantes chuvas deem ao transeunte passagem, tornando-as quase intransitáveis; [...] = Largos = pressente-se igualmente de um trilho o largo da Misericórdia em frente à capela nacional [...]; o largo da casa do dízimo do pescado, isto é, da frente daquela casa para a rua da Alfândega, está em circunstâncias iguais às praças de que falei; precisa ou calçamento ou ao menos de trilhos, porque nos tempos fluviais intransita-se [...]. = Cais = o Cais do Imperador precisa já de grandes consertos [...]. o d'Alfândega precisaria de enorme quantia para seu aperfeiçoamento [...]; o Municipal intransitável em parte nos tempos de chuvas totalmente nas grandes marés que cobre com suas águas todo ele [...]; o de São Francisco, esquecido há anos, tudo tem para fazer-se [...]³².

De acordo com Manoel Pinto Aleixo, a cidade carecia de obras públicas capazes de minorar as consequências das chuvas e das inundações das marés. Faltavam trilhos nas praças e nos largos para escoamento da água nos “[...] tempos de abundantes chuvas [...]”; os cais também pereciam por causa das marés que cobriam com água toda sua extensão. Preocupava também o estado sanitário de Vitória, porque o lixo e as águas servidas eram jogados em qualquer rua sem obediência ao disposto no artigo 6º das Posturas Municipais³³.

Acreditamos que as recomendações do fiscal da câmara (quanto à necessidade de reparos na estrutura urbana da capital, a fim de proporcionar aos capixabas

³² SÉRIE ACCIOLY, Fundo Governadoria, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), Livro 98, p. 1-2.

³³ “Artigo 6º: Todos são obrigados a mandar lançar ao mar os lixos e imundices de suas casas e os condutores que os lançarem nas ruas serão castigados com cinquenta açoites sendo escravos e sendo libertos pagarão para as despesas da Câmara a quantia de dez mil”. POSTURAS MUNICIPAIS: 1829. 1999. p. 21.

condições salubres de vida) se inseriam num contexto de difusão, em terras brasileiras, das teorias médicas europeias a respeito da salubridade das cidades³⁴. Consoante Karina Camarneiro Jorge, esses estudos foram divulgados no Brasil durante todo o Dezenove e condenavam tanto a permanência de algumas construções alcunhadas de *propagadoras das doenças* dentro do perímetro das cidades (a exemplo dos hospitais, dos matadouros e dos lazaretos) quanto a sobrevivência de práticas nocivas à saúde pública, como o depósito de lixo nas ruas³⁵.

As intervenções urbanas promovidas nas cidades brasileiras durante o século XIX foram realizadas a partir de releituras desses estudos médicos. Em especial, a autora cita a teoria miasmática, que argumentava a contaminação dos indivíduos pela circulação do ar *carregado de emanações pútridas*:

Na teoria miasmática [...] a fermentação era um movimento próprio das substâncias vegetais e animais, nas quais a experiência havia demonstrado que degenerariam cedo [...]. À medida que a fermentação avançasse, o ar elementar se espalharia, sua livre comunicação com o ar atmosférico lhe transmitiria todas as suas propriedades, dissolvendo-se e se tornando cada vez mais rarefeito. Isto diminuiria a aderência das partes dos corpos nos quais se faria este trabalho e, ao se desprender, esse ar levaria consigo as moléculas, as mais sutis, sejam oleosas, sejam inflamáveis, pútridas, se tornaria necessariamente mortal, se as exalações diversas que emanam de certos corpos não corrigissem estes diferentes vícios e se os ventos não dissipassem aos princípios de sua corrupção. Se o ar infectado ficasse parado e não se renovasse jamais e, principalmente, se ele fosse respirado por muito tempo, consequências danosas poderiam ser esperadas³⁶.

Em Vitória, observamos que o hospital da Santa Casa de Misericórdia e o lazareto localizavam-se fora da zona habitada³⁷, tendo o primeiro sido construído a oeste do núcleo urbano da ilha, no alto de um morro, afastado dos quarteirões habitados; e o segundo instalado na Ilha do Príncipe, separado da ilha de Vitória pelo mar³⁸.

³⁴ JORGE, Karina Camarneiro. *Urbanismo no Brasil Império: a saúde pública na cidade de São Paulo no século XIX (hospitais, lazaretos e cemitérios)*. [Dissertação de Mestrado] Campinas/SP: PUC – CAMPINAS, 2006.

³⁵ JORGE, Karina Camarneiro, 2006. p. 10.

³⁶ JORGE, Karina Camarneiro, 2006. p. 21.

³⁷ Ver n. 2 e 3 da legenda da Planta 1 no anexo A desta tese.

³⁸ Não havia local pré-fixado para acomodação dos doentes que deveriam ficar em quarentena. De 1850 a 1889, algumas ilhas da capital serviram de lazareto, quais foram: Ilha do Boi (1855), Ilha de Santa Maria (1873) e Ilha do Príncipe (1874 em diante). CORREIO DA VICTORIA, n. 81, de 17 de

Ao que parece, a teoria miasmática teve adeptos na capital da Província do Espírito Santo durante a segunda metade do Dezenove. Publicações veiculadas na imprensa capixaba do período revelam preocupação quanto ao estado sanitário da região, em especial no que toca à manutenção dos cemitérios dentro de zonas habitadas. As notícias desse teor intensificaram-se no início da década de 1860, ao ponto de até o final dos anos 1880 a salubridade da cidade ter sido um tema recorrente nos jornais locais.

Em 17 de fevereiro de 1883, foi publicada n' *O Horizonte* uma carta particular cujo objetivo era recriminar a convivência de mortos e vivos num mesmo espaço. A publicação não foi assinada, mas a leitura do escrito fornece indícios de que se tratava de indivíduo conhecedor da literatura higienista europeia, principalmente a dos miasmas.

Questão dos cemitérios - *Le voisinage des morts créé toujours un danger pour les vivants* (Ch. de Freycinet) - Fundado nos poucos conhecimentos de química, porém bastantes para levar a convicção aos espíritos refratários, ficou provado que os cemitérios no centro das cidades não é coisa tão inocente como pensam alguns [...]. É fora de dúvida que, além dos [animais] que a decomposição cadavérica produz e que chegam a desaparecer depois de certo tempo do enterramento, efeito e não causa, como pensam alguns, de certas moléstias, parte dos gases nocivos à saúde, naturalmente os compostos de carbono, conservam toda sua energia nas casas mortuárias ainda depois de longos anos [...]. A necessidade da remoção dos cemitérios de dentro das cidades foi já objeto de luminosas discussões na Inglaterra e na França [...]. À vista, pois, do que temos dito e que nos tem sido ensinado por tantos e tão ilustres higienistas, não se pode negar a conveniência de colocar os cemitérios fora das cidades; não imitemos a Roma antiga que dizia que os mortos deviam ser enterrados junto dos vivos para despertar nesses o sentimento religioso [...]. O corpo médico da Vitória não mercadeja e nunca especulou com a credulidade pública como se fez crer. Concluindo, para não mais voltar à imprensa, direi que: quando não precisarmos mais de ar para entreter a vida e que para isso seja bastante estarmos mergulhados em uma atmosfera de gases mefíticos; quando finalmente se tiver transformado de toda nossa natureza então acompanharei os que dizem que a existência dos cemitérios no centro das cidades mantém a saúde e felicidade do povo. Por enquanto é isto nada menos que uma puerilidade³⁹.

outubro de 1855, p. 1; O ESPÍRITO-SANTENSE, n. 277, de 14 de outubro de 1873, p. 1; O ESPÍRITO-SANTENSE, n. 319, de 20 de janeiro de 1874, p. 2.

³⁹ O HORIZONTE, n. 19, de 17 de fevereiro de 1883, p. 2-3.

A epígrafe inicial é impactante: *a vizinhança dos mortos cria sempre perigo para os vivos*. Ela revela antecipadamente a posição defendida pelo autor de que não era saudável manter sob a mesma atmosfera tecidos orgânicos mortos e seres humanos vivos. As referências à teoria miasmática estão por toda a correspondência: desde o perigo causado pela proliferação de gases nocivos à saúde, provenientes dos corpos em decomposição depositados nos cemitérios, até a menção aos *ilustres higienistas* que defendiam a conveniência dos cemitérios fora das cidades. Ao final do trecho transcrito, temos mais uma pista sobre o autor da publicação: “[...] o corpo médico da Vitória não mercadeja e nunca especulou com a credulidade pública [...]”. Isso nos leva a crer que o texto fora redigido por um profissional de saúde da capital.

Corroborando essas publicações, os relatórios de presidentes da Província do Espírito Santo também discutem a questão da localização dos cemitérios e a necessidade de mudá-los para fora da área urbana, sobretudo, a partir de 1850. A convivência entre vivos e mortos foi objeto de preocupação por parte dos políticos capixabas, promovendo debates que ultrapassavam os limites da casa legislativa e do palácio provincial e chegavam às páginas dos jornais locais⁴⁰.

Vimos, páginas atrás, que os fiscais da Câmara Municipal de Vitória produziam relatórios, enviados à presidência da Província, informando o estado sanitário da cidade. Mas isso não era tarefa exclusiva deles. Em maio de 1871, a Câmara formou uma comissão, composta por cinco moradores locais, com a finalidade de discutir a salubridade pública da capital, em especial, propondo artigos para compor a futura reedição das posturas municipais⁴¹. A comissão relacionou, então, uma série de ações que deveriam ser adotadas para melhorar o asseio público e, conseqüentemente, as condições sanitárias da cidade.

São necessárias as medidas seguintes: encanar as águas da vala da Várzea em lugar conveniente; limpar duas ou mais vezes por semana a vala do Palame, impedindo-se o depósito de objetos nela;

⁴⁰ Sobre as práticas de sepultamento e as ideias higienistas difundidas no Brasil durante o século XIX, recomendamos a leitura das seguintes obras: RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997. REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

⁴¹ Fizeram parte da comissão: Francisco de Sousa Cirne Lima, Dr. Florencio Francisco Gonsalves, Dr. Francisco Gomes de Azambuja Meirelles, José Ribeiro Coelho e Cassiano Candido Tavares Bastos.

construir quatro molhes: um na rua do Comércio junto à casa do Sr. Lopes; outro no cais do Imperador; outro entre a casa do Sr. José Francisco Ribeiro e a banca [de pescados] e, finalmente, outro no largo da Conceição. Intimar a todos os proprietários para limparem seus quintais e terrenos que deverão cercar. Proceder-se a limpeza das ruas e praias e concluir o calçamento do largo da Conceição. Impedir que se faça despejo no cais Azambuja e em outros lugares que serão marcados. Limpar duas vezes ao menos por semana o cano que passa a porta do Sr. Capitão do Porto, bem como outros que houver e aparecerem. Proibir a criação de porcos nos quintais e que andem pelas ruas e bem assim que se venda frutas verdes e outros legumes e gêneros que possam prejudicar a saúde. Examinar todas as casas de negócio a fim de estarem limpas, não consentindo-se a conservação e venda de gêneros deteriorados. Mudar o cemitério da misericórdia para fora da cancela do campinho, sendo o atual aterrado pelo menos com dois palmos de altura e alargar o atual cemitério do Rosário ou ser ele também mudado [...] ⁴².

As medidas propostas pela comissão previam intervenções de mínimo impacto na vida dos capixabas, porque eram preventivas: limpeza periódica de valas e canos; limpeza e cercamento de terrenos, por parte de seus proprietários; limpeza de ruas e praias; calçamento de vias, etc ⁴³. Preocupou-se também a comissão com os riscos advindos da venda irregular de alimentos, proibindo a criação de animais nos ambientes domésticos e fiscalizando a venda de produtos agrícolas. Os cemitérios, por sua vez, deveriam ser construídos fora dos limites do núcleo urbano da ilha (*para fora da cancela do Campinho*), a fim de não gerar prejuízos à saúde. Interpretamos essas ações como sinal da disseminação da teoria de contaminação por miasmas em Vitória.

A influência das teorias higienistas europeias nas ações de asseio público em Vitória iam além das medidas implementadas contra a contaminação do solo e do ar provocada pela existência de cemitérios dentro da cidade. Esses estudos recomendavam também a prática profilática de aterros para elevar a salubridade do lugar ⁴⁴. A drenagem das áreas pantanosas e daquelas alagadas pelo mar foi bastante defendida por vereadores da Câmara de Vitória e pelo governo provincial durante todo o século XIX. A intervenção pretendia atingir dois objetivos: aumentar o

⁴² CORREIO DA VICTORIA, n. 38, de 17 de maio de 1871, p. 2.

⁴³ O artigo 5º das Posturas Municipais tratava da limpeza de terrenos particulares: “Todos são obrigados a ter suas testadas limpas e os donos de chãos vazios a mandá-los tapar com muros ou paredes francesas, sob pena de pagarem dez mil réis para as despesas da Câmara [...]”. POSTURAS MUNICIPAIS: 1829. 1999. p. 21.

⁴⁴ JORGE, Karina Camarneiro, 2006. p. 22.

espaço habitável na ilha e diminuir os riscos de contaminação atmosférica devido ao ar fétido típico dos brejos e das regiões com água sem escoamento.

Afirmavam os vereadores da Câmara Municipal de Vitória que os alagadiços capixabas eram provocados pelo traçado das ruas da capital, muito estreitas e tortuosas, pelos braços de mar que invadiam a ilha e encontravam as nascentes que desciam da Fonte Grande e pelos aterros realizados sem planejamento nas áreas pantanosas, que impediam o escoamento natural das águas fluviais e das marés⁴⁵. Na figura 2, a seguir, mostramos uma rua de Vitória sem calçamento e coberta por mato, nos primeiros anos do século XX.

Figura 2 - Rua do Chafariz em Vitória, primeira década do século XX.



Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 27ª Região.

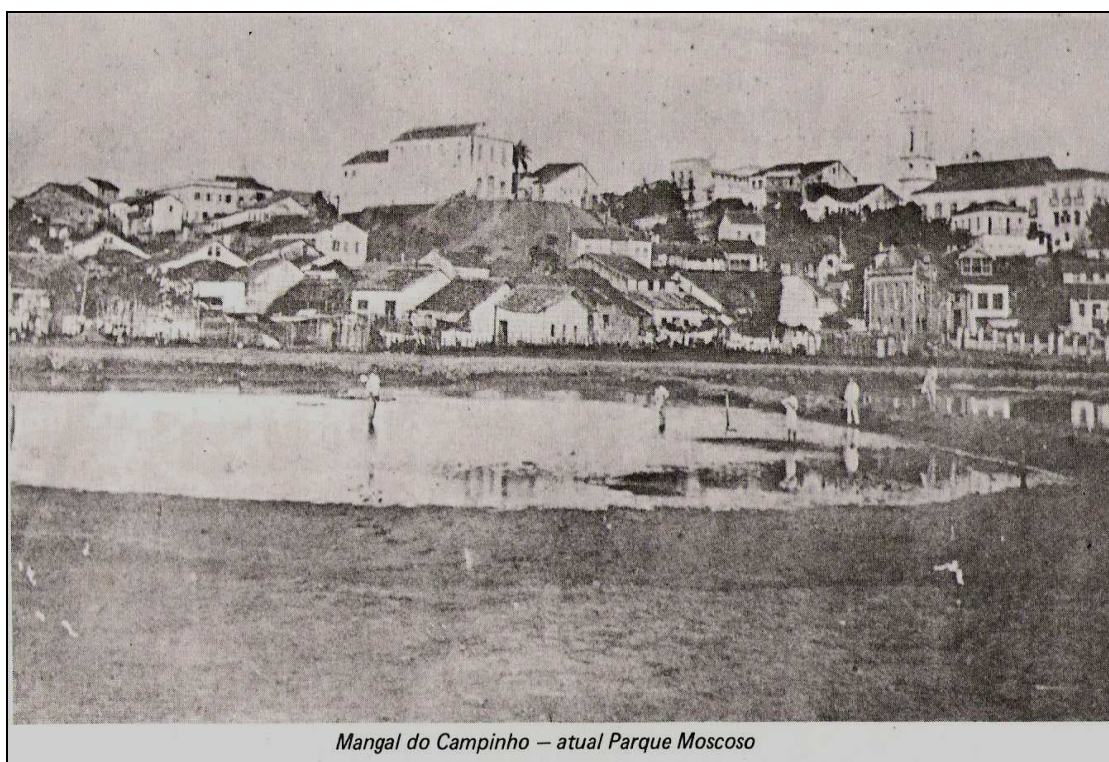
A Lapa do Mangal, região de mangue e limite oeste do núcleo urbano da ilha, foi uma das primeiras a receber *lençóis de terra* que se tem notícia em Vitória⁴⁶. A intervenção foi realizada no governo de Francisco Alberto Rubim entre os anos de

⁴⁵ Relatórios produzidos pela Câmara Municipal de Vitória à presidência da Província do Espírito Santo, 1852 e 1870.

⁴⁶ DERENZI, Luiz Serafim. 1965. p. 103. Talvez date do século XVIII o primeiro aterro realizado na ilha de Vitória. Em 1755, *tapou-se com terra* o Reguinho (córrego das águas que desciam da Fonte Grande) para a construção da igreja de Nossa Senhora da Conceição da Prainha. Essa região ganhou um largo no século XIX com o nome de Largo da Conceição. DAEMON, Bazílio Carvalho. *Província do Espírito Santo. Sua descoberta, história cronológica, sinopses e estatística*. 2 ed. Vitória: SECULT/APES, 2010, Coleção Canaã, v. 12, p. 219.

1812 e 1819. A obra ficou incompleta, pois o mangal não foi totalmente dessecado, sendo suficiente apenas para melhorar a caminhada dos pedestres com os pés secos até o hospital da Misericórdia em dias de sol⁴⁷. Durante o Oitocentos, o mangal recebeu o nome de Campinho e sua lama fazia a alegria das crianças, que adoravam usá-la para pintar o corpo e sair cantarolando pelas ruas da cidade⁴⁸. A seguir, vemos o Campinho, na figura 3.

Figura 3 - Mangal do Campinho, década de 1900.



Fonte: BICHARA, Terezinha Tristão. História do poder legislativo do Espírito Santo, 1835-1889. Vitória: Leoprint, 1984.

O aterro inacabado da década de 1810 mais prejudicou do que ajudou a população capixaba com o passar do tempo, porque transformou o mangue do Campinho em um alagadiço sujo. A obstrução provocada pelos lençóis de terra impedia o fluxo das marés e, conseqüentemente, a limpeza natural do alagadiço, tornando-o um depósito de lixo e águas fétidas⁴⁹. De 1850 até os anos finais do Império, o aterro do

⁴⁷ DERENZI, Luiz Serafim. 1965. p. 103.

⁴⁸ SIQUEIRA, Francisco Antunes de; ACHIAMÉ, Fernando A. M. *Memórias do passado: a Vitória através de meio século*. Vitória: Flor&cultura/Cultural-ES, 1999.

⁴⁹ MUNIZ, Maria Izabel Perini. *Parque Moscoso: documento de vida*. 2 ed. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2001.

Campinho foi pauta da administração provincial. Porém, assumia presidente, saía presidente, a situação continuava a mesma: o alagadiço permanecia a céu aberto. Os redatores da imprensa capixaba também discutiam a urgência dessa intervenção urbana como medida de saúde pública, como informa o editorial de 21 de dezembro de 1882 d' *O Espírito-Santense*, assinado pelo redator e proprietário da folha, Bazílio Carvalho Daemon.

O aterro do Campinho. – Já por diversas vezes temos tratado deste assunto. Outros jornais da capital o mesmo tem feito. Na Assembleia Provincial foram apresentados projetos que, tornados lei, autorizaram o governo provincial a proceder ao aterro do mangal do Campinho [...]. Mas, até hoje ainda esse grande desejo a bem da salubridade pública desta cidade não pôde ter êxito satisfatório, apesar de todos os meios de que se tem lançado mão para tal fim [...]. Do mangal do campinho em tempos de calor se elevam gases deletérios, que derramados nos ambientes desta cidade causam moléstias de caráter pernicioso, fazendo sempre vítimas e não poucas nos meses de maior calor, como os de dezembro, janeiro, fevereiro e março, como tem acontecido e como presenciamos em 1878, que só vítimas em membros da importante família Silva Coutinho se elevou a seis ou oito, se bem nos recorda, pois residindo nas imediações do campinho, pela absorção desses gases mefíticos, que se derramam das matérias putrefatas naquele mangal foram atacadas de febre paludosas de caráter tifoide, vitimando-as afinal [...]. Obtivesse a Ilha do Príncipe para nela ser edificada a casa de Misericórdia, o cemitério da mesma e o público, mediante a desapropriação da pequena colina onde se acha edificada a já arruinada casa de Misericórdia e o cemitério, que mais fácil se tornaria o aterro com o arreamento dessa colina, trazendo isso [vantagem direta]: [...] vendo-se encanar o ar que nos vem do mar pelo local da colina onde se acha a casa de Misericórdia, pois os miasmas seriam levados para além, purificando o ar da cidade, descortinando além um panorama digno do pincel de um Doré ou de um Vernese⁵⁰.

Daemon inicia o editorial recordando que o aterro do Campinho era assunto assaz conhecido pelos capixabas leitores de jornais, porque tanto o *Espírito-Santense* quanto outras folhas da capital já tinham se manifestado sobre esse *grande desejo a bem da salubridade pública*. A medida se fazia necessária e imperiosa pelos malefícios causados pelas águas paradas do mangal, que em tempos de calor produziam gases deletérios à saúde humana.

Observamos que o redator do *Espírito-Santense* fundamentou-se na teoria dos miasmas para defender a urgência do aterro, ainda que não o tenha declarado

⁵⁰ ESPÍRITO-SANTENSE, n. 100, de 21 de dezembro de 1882, p. 1. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 20 de outubro de 2012.

explicitamente. Alegava que o ar contaminado pela matéria orgânica em decomposição no Campinho circulava nos ambientes de Vitória, causando moléstias de caráter pernicioso. A situação piorava nos meses de dezembro, janeiro, fevereiro e março, quando o calor aumentava o número de vítimas fatais.

A solução defendida por Daemon previa a expropriação das terras ocupadas pelo hospital e pelo cemitério da Misericórdia (no alto de um morro na própria ilha de Vitória), mudando-os para a Ilha do Príncipe. Se isso fosse levado a cabo, o aterro do Campinho poderia ser estendido para além do morro da Misericórdia, possibilitando a planificação do terreno e conseqüente aumento da área habitável da ilha⁵¹. Além disso, acreditava o redator que os capixabas respirariam ar menos contaminado pela decomposição dos corpos enterrados no cemitério e pelos doentes em tratamento no hospital, porque os ventos vindos do mar levariam os *miasmas para além, purificando o ar da cidade*.

Defendemos a tese de que a imprensa periódica capixaba desenvolveu-se, ao longo da segunda metade do século XIX, como interlocutora da população de Vitória nos assuntos públicos, dialogando com autoridades da Câmara Municipal e do Governo Provincial a respeito da política local e da gestão da cidade⁵². Neste capítulo, reproduzimos trechos de publicações dos jornais que discutiam alternativas para melhorar a salubridade de Vitória. Em comum, esses textos tinham tom argumentativo, utilizavam fatos para embasar o posicionamento defendido e recorriam à citação de estudos estrangeiros para referendar suas proposições. As citações reproduzidas indicam que os periódicos manifestavam-se a favor de reformas na estrutura urbana da capital e exigiam o cumprimento das Posturas Municipais.

Além disso, os jornais também extravasavam insatisfações pessoais, dando publicidade a queixas de particulares relacionadas a carências de serviços públicos

⁵¹ A partir do segundo quartel do século XIX, a administração provincial intensificou o debate a respeito dos aterros como alternativa para a falta de espaço habitável na ilha. Em 1855, foi submetido à Assembleia Provincial um projeto de ampliação da barra da ilha, que previa a dessecação dos terrenos inundados pelo mar da rua da Alfândega, sentido ao cais do Santíssimo. Essa área receberia lençóis de terra e proteção contra as marés cheias, viabilizando novas construções. A planta 3 no anexo B da tese mostra o projeto com os melhoramentos, representados por linhas pontilhadas. Trata-se da região compreendida pelas legendas 10, 17, 18 e 20 da planta 1 do anexo A desta tese.

⁵² Nos capítulos seguintes, tratamos com mais detalhes da imprensa como um espaço de crítica.

na capital. Algumas dessas publicações, escritas em tom denunciativo, expunham, por exemplo, o perigo de caminhar pela cidade à noite, dada a escuridão provocada pela iluminação precária. A citação a seguir foi extraída da edição de 3 de abril de 1850 do *Correio da Victoria* e foi assinada por *Z. Junior*.

Sr. redator – Não nos dirá qual a razão por que a iluminação pública desta cidade se acha igual aos meteoros que aparecem e desaparecem a todo momento? Pois apenas se acendem os lampiões não se conservam meia hora acesos, ou apagam-se de todo ou conservam uma luz amortecida não obstante os pobres negros acendedores andarem em um modo contínuo a atiçarem; dizem-me uns que é pelo péssimo azeite e outros pelo mau asseio dos tubos! Será isto verdade Sr. redator?!...Publique V. estas linhas que muito obrigará ao seu constante leitor. *O Z. Junior*⁵³.

Na correspondência, escrita em forma de diálogo, *Z. Junior* indagava o redator do *Correio* a respeito dos motivos que tornavam a iluminação pública contratada pela Câmara Municipal de Vitória tão ineficiente. Alguns dias mais tarde, na edição de 13 de abril, o mesmo tema voltou a ser comentado na seção *publicações a pedido* do *Correio da Victoria*.

Sr. Redator. Há poucos dias que meu querido filho Z mandou-me as gazetas dessa cidade nas quais li a sua correspondência acerca da limpeza das ruas e a de seu filho, meu neto, que tratava dos lampiões por se acharem quase sempre apagados, e eu também vou lhe contar a minha história. Estando eu nessa cidade e indo visitar um velho camarada, retirei-me de sua casa já à noite e passando pela rua que fica ao lado da cadeia dei algumas quedas e por que Sr. Redator? Não por ser fraco das pernas [...]. Caí por causa da escuridão e pelas malditas pedras negras com que é calçada essa ladeira que (segundo me dizem) tem nela caído muitos moços bonitos [...]. Publicando estas linhas muito obrigado lhe ficará o *Pai do Z*. Typuíra, 10 de abril de 1850⁵⁴.

Assinada pelo *Pai do Z*, a carta endereçada ao redator do *Correio* narrava um acidente ocorrido com o autor durante sua estadia na cidade de Vitória, quando visitava seu filho Z e seu neto (Z Junior). Embora *Pai do Z* não tenha associado explicitamente a escuridão, uma das causas de seu acidente, aos problemas de iluminação na capital, acreditamos que a relação possa ser estabelecida, pois no início da carta ele comenta os escritos de *Z* e *Z Junior* publicados no jornal a respeito da ineficiência dos serviços públicos prestados em Vitória. O episódio

⁵³ CORREIO DA VICTORIA, ano II, n. 27, de 3 de abril de 1850, p. 4. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 20 de outubro de 2012.

⁵⁴ CORREIO DA VICTORIA, ano II, n. 30, de 13 de abril de 1850, p. 4. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 20 de outubro de 2012.

relatado pelo *Pai do Z* revela, ainda, aspectos sobre o cotidiano das pessoas em Vitória. Ao que parece, era comum elas circularem à noite pelas ruas de pé de moleque da cidade⁵⁵, mesmo com pouca ou nenhuma visibilidade.

As queixas referentes à iluminação da capital chegavam até a presidência da Província por meio de publicações na imprensa (como as da família Z e dos editoriais) e por ofícios de autoridades públicas, como o de 29 de dezembro de 1845, assinado pelo chefe de polícia de Vitória, José Ignacio Accioli de Vasconcellos. No documento, Accioli de Vasconcellos relatava ao presidente Herculano Ferreira Pereira as possíveis causas dos problemas com os lampiões de Vitória.

Em resposta ao ofício de V. Exa. de 29 do corrente tenho a dizer que a iluminação pública desta capital, do modo porque é atualmente feita, não preenche o seu fim, não só porque os lampiões são acesos muitos depois de escurecer, como porque poucas horas se conservam acesos, como constantemente tenho observado. Secretaria da Polícia do Espírito Santo em 29 de dezembro de 1845. O chefe de Polícia, José Ignacio Accioli de Vasconcellos⁵⁶.

Até 1846, a iluminação era feita por lampiões a azeite de peixe dispostos prioritariamente nos edifícios públicos instalados na capital, como o Palácio do Governo Provincial, o quartel e a tesouraria da fazenda. A justificativa era o número reduzido de lampiões, que somavam 40 unidades, conforme ofício abaixo reproduzido.

Tenho a honra de apresentar à V. Exa. a conta da despesa feita com a numeração dos quarenta lampiões de que se compõe a iluminação pública desta capital, a fim de que V. Exa. se digne mandar satisfazer a sua importância. Secretaria da Polícia do Espírito Santo em 19 de janeiro de 1846. O chefe de polícia Jose Ignacio Accioli de Vasconcellos⁵⁷.

As unidades eram insuficientes para que a população capixaba gozasse dos benefícios de uma iluminação artificial. Em 1841, foram dispostas 30 delas pelas ruas da cidade (muito afastadas umas das outras) e 10 reservadas às repartições

⁵⁵ Também chamado de pedra negra, era o tipo de cobertura utilizada para calçar as ruas da capital durante o século XIX.

⁵⁶ Ofício n. 147, de 29 de dezembro de 1845, enviado ao Presidente da Província do Espírito Santo, Herculano Ferreira Pereira, p. 192. Registro de ofícios enviados à Presidência da Província do Espírito Santo. Série Acioly, Livro 52, Fundo Governadoria, APEES.

⁵⁷ Ofício n. 169, de 19 de janeiro de 1846, enviado ao Presidente da Província do Espírito Santo, Herculano Ferreira Pereira, p. 211. Registro de ofícios enviados à Presidência da Província do Espírito Santo. Série Acioly, Livro 52, Fundo Governadoria, APEES.

públicas. No ano de 1850, aumentou-se o número de lampiões para 70, mas desse total apenas 50 estavam em condições de uso. Em 1852, funcionavam 52, tendo sido colocado um no chafariz da Capixaba e outro em frente à cadeia. Na década seguinte, em 1864, contavam as ruas da capital com 65 lampiões, até que esse número foi elevado para 100, no final dos anos 1860. Esse serviço era realizado apenas na barra da ilha, sítio mais urbanizado da capital, mas, mesmo assim, o quantitativo disponível não era suficiente para iluminar toda essa região.

Não obstante os problemas com a quantidade reduzida de lampiões e o alto custo da iluminação artificial contratada para Vitória, consideramos que esse serviço fazia parte do processo de modernização do espaço urbano vivenciado pela cidade durante a segunda metade do Oitocentos. Essa iniciativa compunha uma série de intervenções que almejavam melhorar a estrutura urbana e elevar a salubridade das cidades brasileiras⁵⁸. Nas palavras de Ronald Raminelli, “[...] a iluminação artificial é outro indício da modernidade urbana, capaz de mudar hábitos, criar oportunidades de circulação e consumo”⁵⁹.

A precariedade da iluminação pública era uma realidade compartilhada por outras cidades brasileiras no segundo quartel do século XIX. A exemplo, citamos a cidade da Parahyba, onde esse serviço também era executado de forma ineficiente. Os custos para colocar em funcionamento lampiões em quantidade suficiente para iluminar toda a Parahyba eram elevados e os cofres públicos não suportavam tamanha despesa. Tal como Vitória, Parahyba “[...] oscilava entre períodos ‘claros’ e ‘escuros’ e somente as principais ruas eram iluminadas”⁶⁰.

Em 1864, houve o primeiro avanço para a melhoria do serviço em Vitória com a contratação da iluminação a querosene por meio da contratação junto aos negociantes Adrião Nunes Pereira e Francisco Rodrigues Pereira. A inauguração do novo sistema ocorreu em 1865. Mais tarde, em 1878, foi instalada a iluminação a gás e o serviço foi disponibilizado somente para particulares. Um ano depois, a

⁵⁸ MAIA, Doralice Sátyro; GUTIERRES, Henrique Elias Pessoa; SOARES, Maria Simone Moraes. A iluminação pública da cidade da Parahyba: século XIX e início do século XX. *Fênix Revista de História e Estudos Culturais*, abril/maio/junho de 2009, n. 2, v. 6, ano VI, p. 3. Disponível em: <www.revistafenix.com.br>. Acesso em: 10 de dezembro de 2013.

⁵⁹ RAMINELLI, Ronald. 1997. p. 289.

⁶⁰ MAIA, Doralice Sátyro; GUTIERRES, Henrique Elias Pessoa; SOARES, Maria Simone Moraes. 2009. p. 3.

administração provincial contratou o sistema a gás para a iluminação pública, inaugurada em 1º de março de 1879 para toda a capital⁶¹. Os gastos com o serviço ainda oneravam sobremaneira os cofres provinciais, razão pela qual decidiu o presidente Marcellino de Assis Tostes que nas noites de luar claro do mês de fevereiro de 1881 os lampiões seriam desligados⁶².

1.3 Vitória sob o olhar de visitantes

No século XIX, o Espírito Santo recebeu visitantes europeus que vieram ao Brasil para conhecer as características da fauna, da flora e da população brasileira. Dos que estiveram em terras capixabas, alguns dedicaram páginas de seus diários para a descrição de aspectos da estrutura urbana e arquitetônica de Vitória.

Citamos, em primeiro lugar, Auguste de Saint-Hilaire⁶³, que visitou o Espírito Santo na primeira metade do Oitocentos, quando Vitória ainda era vila, no ano de 1818. Nessa oportunidade, o visitante fez anotações sobre a constituição urbana e arquitetônica do vilarejo.

As ruas de Vitória são calçadas, porém mal; têm pouca largura, não apresentando qualquer regularidade. Dedicados à agricultura ou a um comércio regularmente estabelecido, os habitantes da Vila da Vitória não estão sujeitos aos mesmos reveses dos cavadores de ouro [de Minas Gerais] e não têm motivo para abandonar sua terra natal. Cuidam bem de preparar e embelezar suas casas. Considerável número delas tem um ou dois andares. Algumas têm janelas com vidraças e lindas varandas trabalhadas na Europa. Há, na vila da Vitória, algumas fontes públicas, que também não concorrem para embelezar a cidade, mas, pelo menos, fornecem aos habitantes água de excelente qualidade⁶⁴.

Saint-Hilaire observou que bom número de moradias tinha um ou dois andares, os chamados sobrados. Alguns deles apresentavam ornamentos importados da

⁶¹ DAEMON, Bazílio Carvalho. 2010. p. 326 *et seq.*

⁶² RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Espírito Santo em sua sessão ordinária de 8 de março de 1881 pelo Presidente da Província, Exmo. Sr. Dr. Marcellino de Assis Tostes. Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/PDF/Presidentes%20da%20Provincia/1881_03_08_Marcellino_Assis_Tostes.pdf>. Acesso em: 10 de janeiro de 2013. p. 39.

⁶³ “Nascido na França em 1779, Auguste de Saint-Hilaire [...] veio ao Brasil com uma missão proposta pelo Duque de Luxemburgo de tomar a posse da Guiana. Ele aproveitou a estada na América do Sul e viajou pelos estados de Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul para estudar os biomas desses locais [...]”. Disponível em: <<http://1emb0512.tumblr.com/>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2013.

⁶⁴ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, EDUSP, 1974. p. 45.

Europa, como os vitrais e as varandas. As anotações dele a respeito do traçado urbano da capital vão ao encontro do afirmado neste capítulo, pois ele constatou haver certa irregularidade no tamanho das ruas, que eram estreitas e mal calçadas.

Ainda na década de 1810, esteve na Capitania do Espírito Santo outro estrangeiro, o Príncipe de Wied-Neuwied Maximiliano, numa expedição que pretendia, sobretudo, coletar espécimes da zoologia brasileira⁶⁵. Maximiliano notou que a Vila da Vitória era edificada desigualmente sobre colinas apazíveis, no velho estilo português.

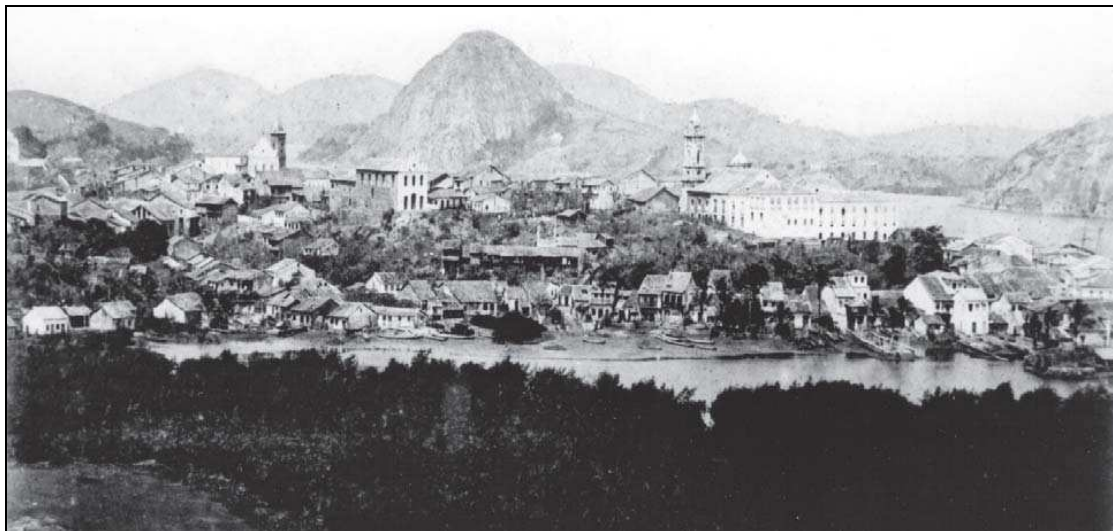
A cidade de Nossa Senhora da Vitória é um lugar limpo e bonito, com bons edifícios construídos no velho estilo português, com balcões e rótulas de madeira, ruas calçadas, uma câmara municipal razoavelmente grande, e o convento dos jesuítas, ocupado pelo governador, que tem, à sua disposição, uma companhia de tropa regular. Além de vários conventos, há uma igreja, quatro capelas e um hospital. A cidade é, entretanto, um tanto morta, e os visitantes, sendo raros, são objeto de grande curiosidade. O comércio marítimo não é desprezível; por isso, diversas embarcações estão sempre aí ancoradas, e fragatas podem aportar à cidade. As fazendas vizinhas produzem muito açúcar, farinha de mandioca, arroz, banana e outros artigos, que são exportados ao longo da costa⁶⁶.

Na figura 4, a seguir, vemos um panorama dos estilos das construções de Vitória que mereceram comentários de Saint-Hilaire e de Maximiliano.

⁶⁵ “O príncipe alemão Maximilian de Wied-Neuwied viajou do Rio de Janeiro até a Bahia, fazendo registros no campo da zoologia, mas também sobre a vida em sociedade, inclusive entrando em contato com diversas tribos indígenas, cujos vocabulários recolheu”. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/15/Viagem-ao-Brasil-nos-anos-de-1815-a-1817>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2013.

⁶⁶ MAXIMILIANO, Príncipe de Wied-Neuwied. *Viagem ao Brasil*. São Paulo: Nacional, 1940. p. 142.

Figura 4 - Vitória nas últimas décadas do século XIX.



Fonte: Biblioteca Nacional, Seção Iconografia.

No segundo quartel do século XIX, em 1851, esteve em terras capixabas o inglês Edward Wilberforce, que ficou bastante surpreso com as carências de medidas de asseio público na capital⁶⁷, visto serem as ruas sujas e tomadas de mato abundante, o que dificultava a visibilidade dos trajetos⁶⁸.

Logo à entrada da baía de Vitória, a barra da ilha já podia ser avistada e chamava a atenção dos visitantes pela ocupação espremida na estreita faixa de terra e pelos templos religiosos destacados no alto de morros. Alguns desses estrangeiros descreveram a passagem pelo Morro do Penedo até a chegada à barra da ilha e outros fotografaram a paisagem⁶⁹.

⁶⁷ “[...] era um aspirante a oficial de marinha que integrava a oficialidade da corveta de guerra Geyser que esteve no Espírito Santo na primavera de 1851 sob o comando do capitão de fragata Edward Tatham em missão repressiva ao contrabando de africanos”. Disponível em: <<http://www.estacaocapixaba.com.br/temas/historia/ingleses-na-costa-%E2%80%93-impressoes-de-um-aspirante-de-marinha-sobre-o-espírito-santo-em-1851/>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2013.

⁶⁸ WILBERFORCE, Edward. *Inglês na costa: impressões de um aspirante de marinha sobre o Espírito Santo em 1851*. Vitória: Cultural, 1989. p. 19-20.

⁶⁹ Auguste de Saint-Hilaire assim descreveu a baía e a Vila da Vitória em visita à região em 1818: “A baía, alargando-se de novo forma belo canal alongado, que se estende um pouco além da Ilha de Duarte Lemos e termina em uma grande angra, onde aparece lama nas marés baixas e ao sul da qual deságua o rio Santa Maria. É do lado norte desse canal e mais ao centro que surge a Vila da Vitória. [...] A Vila da Vitória foi construída a sudoeste da grande ilha chamada outrora ‘Duarte Lemos’ e do lado mais ocidental da baía”. SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, EDUSP, 1974. p. 44-45. Teresa da Baviera visitou a Província em 1888 e também comentou sobre sua chegada em Vitória: “Já estava escuro quando nosso vapor finalmente conseguiu passar pelo longo e estreito canal de entrada, ancorando diante de Vitória.

Os brasileiros em visita ao Espírito Santo também se encantavam com a vista. Esse foi o caso de Joaquim Ayres, fotógrafo imperial que se estabeleceu temporariamente em Vitória durante a década de 1870 para divulgar seu trabalho. Entusiasmado com a paisagem, Ayres iniciou os trabalhos fotográficos ainda em alto mar. As fotos adiante mostram dois bairros da capital fotografados da baía de Vitória: o da Capichaba (figuras 5 e 6) e o de Porto das Lanchas (figura 7).

O bairro da Capichaba foi a uma das primeiras áreas ocupadas da ilha pelos nativos remanescentes de goitacases, aymorés, purys, tupiniquins e outras tribos da região. Nessas terras, os índios cultivavam milho e a colheita permanente dessa gramínea culminou na denominação capichaba, expressão indígena bastante disseminada entre a população local⁷⁰. Após algum tempo, a alcunha daquela área da ilha começou a ser utilizada para identificar os moradores nela residentes. Assim, no bairro da Capichaba moravam capichabas. Ali foi construído um chafariz na Ladeira de Pernambuco, em 1828, que também ganhou o nome do bairro.

Assim sendo, fomos obrigados a passar a noite a bordo, embora centenas de luzes brilhassem nas casas, acenando de modo convidativo". BAVIERA, Teresa da. *Viagem pelo Espírito Santo (1888): viagem pelos trópicos brasileiros*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2012. p. 46.

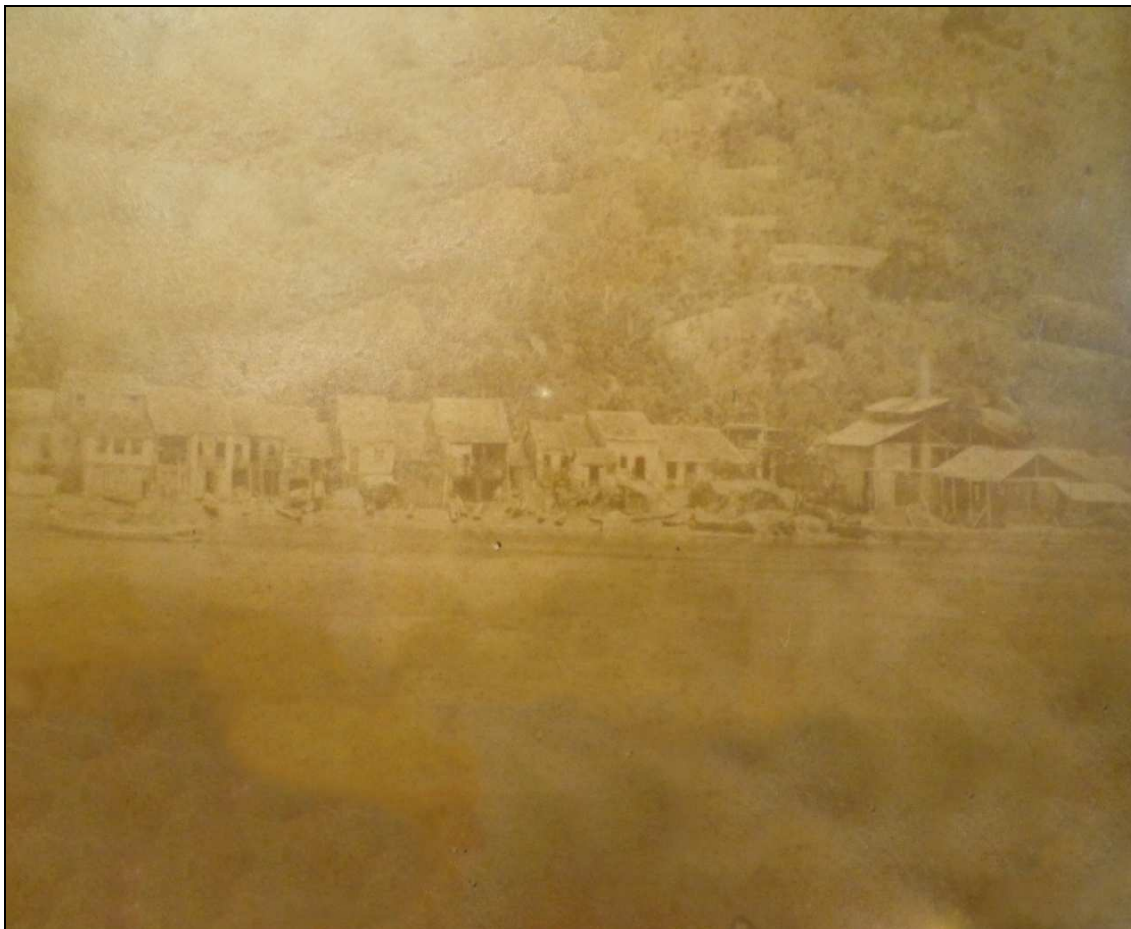
⁷⁰ A expressão capichaba originalmente referia-se ao local de plantação; pequeno sítio ou roça.

Figura 5 - Bairro da Capichaba, década de 1870.



Fonte: Biblioteca Nacional, Seção Iconografia, ARM 2.3.6 (2)

Figura 6 - Detalhe do Bairro da Capichaba, década de 1870.



Fonte: Biblioteca Nacional, Seção Iconografia, ARM 2.3.6 (2).

Ao que parece, o bairro da Capichaba agrupava moradias mais humildes em relação a outros bairros da capital da Província do Espírito Santo. As figuras 5 e 6 mostram que as casas localizadas à beira-mar eram contíguas umas às outras e que as construções pareciam rudimentares e até mesmo inacabadas, com moradias sem portas e sem paredes. Em frente a algumas das casas há toras de madeira e uma canoa atracada.

Na Rua da Lapa, próxima à cancela do Campinho⁷¹, as construções também eram humildes, à base de palha, tornando-as mais suscetíveis a acidentes tal como o que ocorreu em 23 de junho de 1846. Nesse dia, algumas casas de palha da rua foram incendiadas e o fogo se alastrou rápido demais, não sendo possível que o chefe de

⁷¹ O leitor pode conferir a localização da rua na ilha de Vitória na planta 1, anexo A da tese.

polícia interino, José de Mello e Carvalho, chegasse a tempo de preservar parte das estruturas⁷².

Na foto a seguir, vemos uma parte do bairro Porto das Lanchas, com destaque para o estilo das construções erigidas nessa porção da barra da ilha de Vitória. Comparando o bairro da Capichaba com o da figura 7, nota-se mudança na estrutura arquitetônica das construções, sendo as edificações desse último mais bem estruturadas do que as da Capichaba. É possível identificar moradas com muitas janelas com abertura voltada para o mar, além de diversos sobrados.

Figura 7 - Bairro Porto das Lanchas, década de 1870.



Fonte: Biblioteca Nacional, Seção Iconografia, ARM 2.3.6 (3).

⁷² Ofício n. 254, de 23 de junho de 1846, enviado ao Vice-Presidente da Província do Espírito Santo, José Ignacio Accioli de Vasconcellos. Registro de ofícios enviados à Presidência da Província do Espírito Santo. Série Acioly, Livro 52, Fundo Governadoria, APEES. p. 389.

As anotações dos visitantes estrangeiros sobre Vitória indicam o que era digno de nota por parte desses indivíduos. As impressões deles devem, no entanto, ser relativizadas, porque viviam outra realidade que não a das cidades brasileiras do século XIX. Por outro lado, interessante é perceber que seus comentários vão ao encontro da opinião de Luiz Serafim Derenzi a respeito da capital.

Derenzi também afirma que ela teria sido uma cidade tipicamente colonial portuguesa, desde os arruamentos até a arquitetura dos sobrados. As instalações das casas padeciam da falta de conforto, com pouca circulação de ar, e, no caso dos sobrados, os cômodos do térreo eram, geralmente, destinados às atividades comerciais.

Raríssimas casas tinham janelas em todas as peças. Geralmente, o cômodo de frente se destinava às visitas. No corpo central ficavam as alcovas e, na parte dos fundos, a sala de jantar avarandada, ligando-se à cozinha e à sanitária, como apêndices incômodos. [...] poucas habitações possuíam jardins laterais. As áreas de frente eram raríssimas e as de fundo mal cuidadas. Os corredores escuros, com entradas pela rua, comunicavam-se com o andar superior, por escadas de degraus altos e pedadas estreitas. O rés do chão destinava-se ao comércio. As ombreiras das portas e janelas, de madeira de lei, suportavam aduelas abatidas. As fachadas, simétricas, só se diferenciavam pela caiação. As telhas marselesas apareceram no fim do século, importadas⁷³.

O estilo português de edificação teria sido reproduzido sucessivamente até o fim da monarquia imperial. Para Derenzi, somente com a alvorada da República é que Vitória experimentaria efetivamente o progresso arquitetônico digno de uma capital.

1.4 Negócios de Vitória

A forma de ocupação de Vitória fez do mar um importante instrumento de comunicação com outras províncias do Império por meio de viagens a cabotagem em que embarcações aportavam e zarpavam dos cais capixabas transportando malotes do Correio, mercadorias e pessoas. Ao longo da barra da ilha, vários cais estavam disponíveis para a atracação. Na planta 1 (anexo A da tese), é possível observar diversos ancoradouros, inclusive o da alfândega, que ficava próximo ao mercado municipal. Na alfândega, era realizado o registro de todas as mercadorias de saída e de entrada. A praça comercial do Rio de Janeiro era um dos principais

⁷³ DERENZI, Luiz Serafim. 1965. p. 137-138.

destinos dos produtos capixabas e também de onde vinha a maioria dos produtos importados pela praça de Vitória.

Na década de 1850, Vitória vendia açúcar, aguardente, algodão (em rama e manufaturado), arroz, milho e café⁷⁴. Em 1870, os produtos vendidos diversificaram-se, saindo da capital também fumo em corda e em folha, amendoim, farinhas de mandioca, tapioca e milho, goma, feijão, araruta, tartaruga, couro, peles, coco, paina, toucinho, banha, melaço, mel de furo e madeiras⁷⁵. No biênio de 1883-1884, os itens de exportação incluíam, ainda, peixes, mamona, madeiras em dormentes e pranchões e panelas de barro⁷⁶. É preciso salientar que esses gêneros vendidos em Vitória provinham de regiões também de fora da capital (freguesias que compunham o Município de Vitória e vilas vizinhas)⁷⁷. Vitória concentrava a comercialização dos produtos por ser a praça de negócio mais importante da região central da Província⁷⁸.

As casas de negócio, responsáveis pela venda e compra de produtos com diversas praças mercantis do Império brasileiro, tenderam a construir suas sedes próximas aos cais da ilha de Vitória, de modo a facilitar o transporte de cargas e também o controle de chegada das embarcações. O comerciante João Zinzen, representante da casa comercial de Eduardo Pecher e de Otto Warnstoff, da Corte, escolheu casas próximas à barra da ilha para a instalação do escritório de venda e do

⁷⁴ VASCONCELLOS, José Marcellino Pereira de. Ensaio sobre a história e a estatística *da Província do Espírito Santo*. Vitória: Tipografia de Pedro Antonio Azeredo, 1858. p. 98.

⁷⁵ ESPÍRITO-SANTENSE n. 2, de 3 de janeiro de 1870, p. 4. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/> Acesso em: 20 de outubro de 2012.

⁷⁶ RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo em 22 de outubro de 1885 pelo presidente desembargador Antonio Joaquim Rodrigues. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/pdf/Presidentes%20da%20Provincia/1885_10_22_Antonio_Joaquim_Rodrigues.pdf Acesso em: 10 de janeiro de 2013.

⁷⁷ O Município de Vitória era composto das seguintes freguesias: Nossa Senhora da Vitória (capital), São João de Cariacica, São João de Carapina, São José de Queimado e Santa Leopoldina. Nos relatórios de presidente da Província do arco temporal abarcado pela tese observamos que as vilas de Serra e Guarapari também escoavam seus produtos à venda pela praça comercial de Vitória.

⁷⁸ De acordo com Enaile Flauzina Carvalho, Vitória atuava como zona comercial desde o período colonial (sua pesquisa compreendeu os anos de 1790 a 1821) quando ainda era uma vila, ao ponto de ser considerada o principal entreposto comercial e varejista da Capitania do Espírito Santo. CARVALHO, Enaile Flauzina. *Política e economia mercantil nas terras do Espírito Santo (1790 a 1821)*. [Dissertação de Mestrado] Vitória: PPGHIS/UFES, 2008. p. 19.

armazém. Em 1888, Zinzen hospedou a princesa Teresa da Baviera⁷⁹, que ficou encantada com o trabalho com os grãos de café:

Para ver algo de instrutivo em Vitória, nem precisamos sair de casa. A casa onde estamos hospedados fica perto do porto e é uma das maiores empresas de café do país. Todo o espaço do térreo é ocupado com o depósito de café. Ali mesmo são misturados os tipos de grãos, excluindo-se a mistura de grãos velhos com novos, que confere um gosto muito ruim ao café. Quanto à mistura dos diversos tipos, esta se orienta pelos pedidos dos países importadores que pedem os diferentes tipos de mistura. Justamente neste momento em que estamos aqui, os negros estão muito ocupados em encher os sacos, pesá-los e, com o peso certo, fechá-los e em seguida carregá-los sobre a cabeça até o navio ancorado bem em frente à casa. Os negros trabalham tão rapidamente e com tamanha disposição que dá gosto observá-los no serviço. Em fila, os carregadores de café se movimentam da casa até o navio. Em dois dias, ontem e hoje, eles carregaram 2.000 sacas de café⁸⁰.

Os negócios de João Zinzen consolidaram-se durante a década de 1880, com a expansão de seus escritórios de representação para o interior da Província do Espírito Santo, em Cachoeiro de Itapemirim. As fotografias a seguir mostram a ocupação da faixa litorânea de Vitória pelos armazéns de J. Zinzen e Cia.

Figura 8 - J. Zinzen e Cia. Armazéns vistos do mar, década de 1900.



Fonte: ESPÍRITO SANTO (Estado). *Indicador ilustrado do Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: M. Courrier, 1912.

⁷⁹ Teresa Carlota Mariana Augusta da Baviera esteve, em 1888, na Província do Espírito Santo, onde visitou a capital e vilas do interior. Na oportunidade, ela produziu relato minucioso sobre a população indígena, suas impressões sobre os lugares visitados e colecionou inúmeros espécimes da botânica local.

⁸⁰ BAVIERA, Teresa da. 2012. p. 148-149.

Figura 9 - J. Zinzen e Cia. Depósito de Inflamáveis, década de 1900.



Fonte: ESPÍRITO SANTO (Estado). *Indicador ilustrado do Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: M. Courrier, 1912.

Outro comércio importante da capital era a Casa Verde (Cruz, Duarte e Cia. Importação e Exportação Direta), fundada em 1879. Ela também foi instalada próxima aos cais da cidade, nas primeiras ruas a contar da barra da ilha: Rua 1º de Março (antiga Rua da Mangueira) e Rua Duque de Caxias (antiga Rua do Ouvidor)⁸¹. Os negócios de fazendas, moda, armarinho, máquinas de costura, calçados, chapéus, perfumaria e confecções eram realizados no edifício situado na Rua 1º de Março.

A Casa Verde recebia produtos importados e um dos mais vendidos eram os vinhos de Portugal. Os armazéns de estocagem e comércio a varejo de café da Casa Verde ficavam na Rua Duque de Caxias. As vendas a varejo eram realizadas numa espécie de loja, disponibilizando cadeiras para a acomodação dos clientes. As figuras 10 e 11 mostram a fachada do prédio situado na Rua 1º de Março e a foto 12 mostra a loja de venda de cafés, sendo possível visualizar vendedores e clientes vestidos com calça comprida, casaca, chapéu e sapato.

⁸¹ Ver planta 1 no anexo A da tese.

Figura 10 e 11 - Vista da Casa Verde, década de 1900.



Fonte: ESPÍRITO SANTO (Estado). *Indicador ilustrado do Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: M. Courrier, 1912.

Figura 12 - Casa Verde, Rua da Alfândega nº16, década de 1900.



Fonte: ESPÍRITO SANTO (Estado). *Indicador ilustrado do Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: M. Courrier, 1912.

Observa-se que os estabelecimentos de Zinzen e da Casa Verde localizavam-se no sítio mais urbanizado da cidade, isto é, na barra da ilha de Vitória. Essa região era privilegiada, pois contava com serviços de infraestrutura urbana que a diferenciavam da porção continental da capital, mais ruralizada. Mesmo deficientes, as ações da administração pública realizadas na barra da ilha alteravam o cotidiano de seus moradores. O calçamento das ruas, a canalização da água para a criação de chafarizes e fontes, a construção de espaços de sociabilidade (as praças e os largos), a divisão dos bairros em quarteirões, a numeração das casas e a iluminação artificial foram algumas das intervenções promovidas na barra da ilha que a tornaram um lugar de circulação permanente de transeuntes, fossem moradores ou visitantes.

As lojas comerciais cumpriam sua função de venda de mercadorias, movimentando a economia local, mas também desempenhavam outra atribuição: eram espaços de sociabilidade. Os capixabas se encontravam nesses estabelecimentos e aí proseavam sobre o dia a dia, os boatos disseminados pelas *bocas miúdas* e resolviam suas indisposições com vizinhos⁸². O horário de funcionamento do comércio capixaba era, no mínimo, curioso, pois as lojas abriam por volta das sete horas da manhã e permaneciam funcionando até as dez horas da noite⁸³.

⁸² As lojas de comércio como espaço de sociabilidade foi objeto de estudo da minha dissertação de mestrado, que descortinou as formas de convivências dos munícipes de Vitória nos anos de 1850 a 1872. Comprovada a relação entre comércio e sociabilidade no Município de Vitória, esperamos, na tese, identificar formas específicas de sociabilidade desenvolvidas nesse espaço: a sociabilidade política. BASTOS, Fabíola Martins. *Relações sociais, conflitos e espaços de sociabilidade: formas de convívio no Município de Vitória, 1850-1872*. [Dissertação de Mestrado] Vitória: PPGHIS/UFES, 2009. p. 49-112.

⁸³ Na noite de 7 de janeiro de 1864, dois comerciantes de Vitória trocaram injúrias. Eram eles: Adrião Nunes Pereira e Joana Peyneau (proprietária da padaria Peyneau). A altercação verbal foi parar nas barras dos tribunais, sendo necessário ouvir as testemunhas que presenciaram o ocorrido. Um fato chama a atenção nesse documento: os depoimentos e interrogatórios colacionados informavam que o comércio da capital funcionava até após ao anoitecer, beirando as 22 horas. No dia fatídico da discussão, Adrião fechou as portas de sua loja mais cedo, às vinte horas. O motivo? Para prostrar-se com os comerciantes vizinhos. Pouco depois, às 21 horas, a padaria de Joana Peyneau permanecia aberta com seus clientes conversando à beira do balcão e à frente da porta. BASTOS, Fabíola Martins. 2009. p. 176-177. Nos primeiros anos da década de 1873, após várias reclamações, os comerciantes da capital conseguiram a aprovação da Lei nº 42, de 11 de novembro de 1873, que determinou: “[...] as casas de negócio e oficinas de qualquer natureza só se conservarão abertas nos domingos e dias santificados, das nove horas da manhã às três da tarde. Excetuavam-se as barbearias, padarias e os hotéis e açougues”. Outra alteração no horário de funcionamento do comércio capixaba teve lugar em janeiro de 1888, quando o chefe de polícia determinou por edital que os estabelecimentos fechassem as portas às 20 horas, ao “Toque de Silêncio”. NOVAES, Maria Stella de. *História do Espírito Santo*. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo. [19-?]. p. 262 e p. 308.

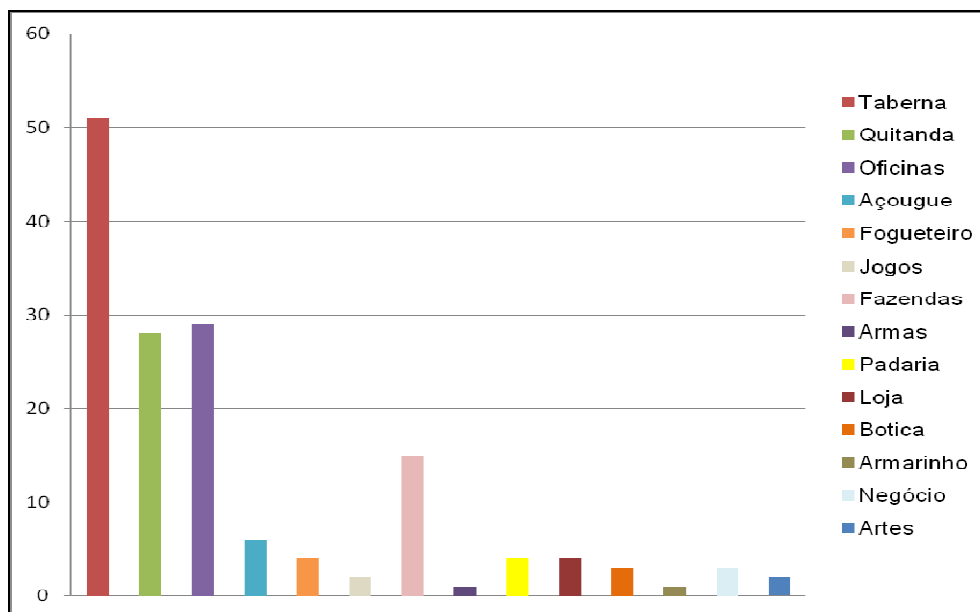
Dada a precariedade da iluminação contratada para a barra da ilha, já discutida neste capítulo, cogitamos que as lojas funcionavam até a noite à base de velas capazes de clarear minimamente o ambiente e viabilizar o atendimento aos clientes. O horário prolongado sugere, ainda, que as lojas podiam fazer parte da moradia dos comerciantes se instaladas no rés do chão da construção. Isso facilitaria o cumprimento da jornada de trabalho diária, já que a qualquer momento seria possível o deslocamento até a casa. O comércio com portas abertas até tarde da noite promovia a circulação de pessoas pelas ruas das vizinhanças capixabas, movimentando o cotidiano local⁸⁴.

O comércio de Vitória era diversificado. Funcionavam na barra da ilha desde taberna a armazém de armas. Prova disso é um documento produzido pela Câmara Municipal de Vitória, em 1871, contendo a lista dos comerciantes obrigados a pagar imposto por atividade de negócio⁸⁵. A relação incluiu informações pormenorizadas, como a localização do comércio (indicação do nome da rua e do número da casa), o número de cadastro na Câmara, o nome completo e a nacionalidade do contribuinte e o tipo de atividade comercial. O gráfico 1, a seguir, mostra a variedade das atividades comerciais desenvolvidas em Vitória em 1871.

⁸⁴ O horário de funcionamento do comércio capixaba era regulado pelo relógio público da cidade instalado na cadeia. Reclamavam os fiscais da Câmara Municipal de Vitória que em muitos pontos da capital não era possível ouvir as batidas do relógio, sendo requerido o deslocamento de um guarda para bater o sino da capela nacional (do Palácio do Governo Provincial) e assim fazer cumprir a lei que mandava “[...] fechar as portas nas horas e dias santificados [aos domingos e dias santos o comércio deveria encerrar as atividades às três horas da tarde] e para satisfazer as reclamações que já vão aparecendo de alguns negociantes desta cidade”. Correspondência de 25 de maio de 1873 enviada ao Presidente da Província do Espírito Santo, João Francisco da Silva. Ofícios de câmaras [correspondência recebida e expedida pelo Presidente da Província do Espírito Santo às câmaras municipais]. Série Acioly, Livro 98, Fundo Governadoria, APEES. s/ número.

⁸⁵ A lista completa pode ser conferida no anexo C da tese.

Gráfico 1 - Tipos de estabelecimentos comerciais instalados em Vitória, 1871.



Fonte: Lançamento das casas de comércio da cidade da Vitória sujeitas a impostos municipais no exercício de 1871. Ofícios de câmaras [correspondência recebida e expedida pelo presidente da Província do Espírito Santo às câmaras municipais]. Série Acioly, Livro 98, Fundo Governadoria, APEES. p 32.

As informações do gráfico referem-se aos 153 contribuintes cadastrados na Câmara Municipal de Vitória com estabelecimentos em funcionamento na capital no início da década de 1870. As colunas do gráfico mostram claramente o destaque das tabernas como atividade com maior número de ocorrências, totalizando 51 lojas. Em segundo lugar vinham as oficinas⁸⁶, com 29 registros, e atrás delas as quitandas⁸⁷, somando 28 contribuintes registrados. O número elevado de tabernas sugere que o consumo de bebidas alcoólicas fosse hábito comum entre os capixabas, pois nesse tipo de comércio eram vendidos licores, cervejas e bebidas espirituosas com maior teor alcoólico. As lojas de fazendas secas também apresentaram contingente elevado, perfazendo 15 registros⁸⁸.

O gráfico também revela que os capixabas contavam com uma rede comercial diversificada: o comércio alimentício incluía, além de quitandas, os açougues e as

⁸⁶ Nas oficinas, desenvolviam-se atividades de marcenaria, carpintaria, sapataria e artesanato.

⁸⁷ Nas quitandas, vendiam-se os hortifrutigranjeiros produzidos em Vitória e nos arredores, como frutas, legumes, verduras e ovos.

⁸⁸ Era possível encontrar tecidos, aviamentos, ferragens, ourivesarias, prataria e especiarias nas lojas de fazenda seca. CARVALHO, Enaile Flauzina. 2008. p. 111.

padarias⁸⁹; o lazer estava contemplado com duas lojas de jogos⁹⁰; três boticas supriam com remédios os enfermos e o hospital da Misericórdia; as costureiras e os alfaiates podiam recorrer ao armarinho para comprar linhas e agulhas; e em dias de comemoração era possível comprar fogos de artifício em quatro estabelecimentos.

Havia, ainda, duas lojas especializadas em artes. Essa designação compreendia as atividades de impressão tipográfica, mesma técnica utilizada para a reprodução dos exemplares de jornais publicados em Vitória durante o segundo quartel do Oitocentos. Os proprietários desses negócios são personagens importantes da narrativa desta tese. Trata-se de Aprigio Guilhermino de Jesus, proprietário e redator do *Correio da Victoria*, e Manoel Antonio de Albuquerque Rosa, dono do *Espírito-Santense*. Nos capítulos seguintes, analisamos a relação existente entre a atividade jornalística e a política em Vitória. Por ora, interessa-nos esclarecer que o fato de termos localizado somente esses dois casos não significa terem sido os únicos jornais existentes em Vitória durante a década de 1870, pois era prática comum terceirizar o serviço de impressão em tipografias que tivessem melhor estrutura de maquinário e funcionários.

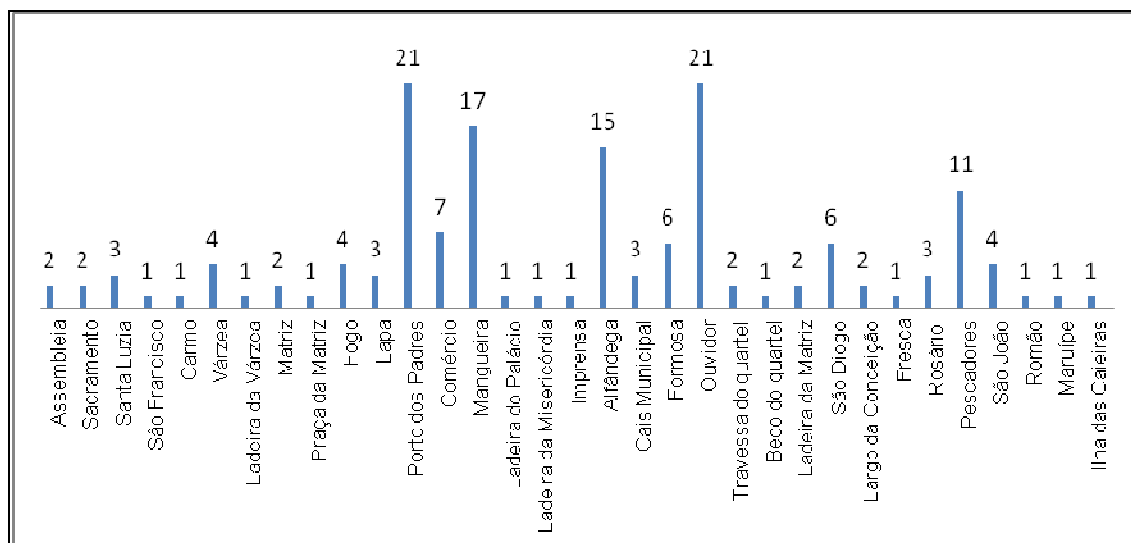
No gráfico 2, adiante, mostramos a distribuição da atividade comercial no espaço geográfico de Vitória, com a identificação das ruas⁹¹. Como se observa, algumas ruas se sobressaem pela concentração de estabelecimentos comerciais.

⁸⁹ Os açougues comercializavam carne verde. Esse nome designa a carne fresca, originada de animais abatidos na véspera do consumo, portanto, sem qualquer conservação.

⁹⁰ Os jogos disponíveis aos capixabas eram o bilhar, a cosmorama e a vespa.

⁹¹ Os nomes listados no gráfico 2 referem-se a ruas localizadas na ilha de Vitória, com exceção dos três últimos (Romão, Maruípe e Ilha das Caieiras), que correspondem a regiões menos urbanizadas da capital. Romão e Maruípe faziam parte do torrão continental e Ilha das Caieiras, como a própria designação indicada, era uma ilha.

Gráfico 2 - Distribuição dos estabelecimentos comerciais em Vitória, 1871.



Fonte: Lançamento das casas de comércio da cidade da Vitória sujeitas a impostos municipais no exercício de 1871. Ofícios de câmaras [correspondência recebida e expedida pelo presidente da Província do Espírito Santo às câmaras municipais]. Série Acioly, Livro 98, Fundo Governadoria, APEES.

As ruas mais próximas à barra da ilha de Vitória eram as que possuíam maior quantidade de comércio instalado: na Rua dos Pescadores, havia 11 estabelecimentos; na Rua da Alfândega, 15; na Rua da Mangueira, 17; e nas ruas Porto dos Padres e do Ouvidor, 21 lojas em cada uma⁹². Somadas, essas ruas concentravam 55,55% da atividade comercial da capital, perfazendo 85 registros. Do gráfico 2, notamos também que o comércio desenvolveu-se, quase exclusivamente, na barra da ilha de Vitória, à exceção de três tabernas localizadas fora dela: duas na porção continental da capital (uma em Romão e outra em Maruípe) e a última na Ilha das Caieiras. Todas as demais lojas instalaram-se na barra da ilha, o que mostra ter sido a região mais urbanizada da cidade a preferida para os empreendimentos comerciais.

Observa-se, portanto, que Vitória apresentava um comércio ativo e bem distribuído pelas ruas capixabas. Havia pelo menos um estabelecimento em cada logradouro da cidade, com ressalva para os caminhos do alagadiço do Campinho. Comparada

⁹² As ruas podem ser visualizadas na planta 1, no anexo A desta tese, com outros nomes: Rua dos Pescadores (Rua Cristóvão Colombo), Rua da Mangueira (Rua 1º de Março) e Rua do Ouvidor (Rua Duque de Caxias).

a outros quarteirões da ilha, essa região era menos povoada que os demais quarteirões, provavelmente devido aos problemas causados pela água suja aí acumulada e pelas constantes enchentes provocadas pelas águas de maré. Talvez por isso não fosse considerada um bom lugar para se abrir um negócio.

Merece destaque a presença feminina à frente de estabelecimentos comerciais da capital. Dos 153 registros constantes na lista produzida pela Câmara Municipal, 20 eram contribuintes mulheres. O *métier* principal dessas negociantes eram as quitandas, com 12 ocorrências. Se comparamos esse número com o total de quitandas registradas pela Câmara, 28 lojas, temos que as mulheres respondiam por 42,85% do montante encontrado.

Em segundo lugar, constatamos quatro mulheres como donas de tabernas, todas localizadas nos arredores do Largo da Conceição: uma no próprio largo, outra na Rua da Várzea e mais duas na Rua do Rosário. Curioso encontrar essas mulheres à frente de um negócio conhecido pela comercialização de bebidas etílicas. Tratava-se de um empreendimento majoritariamente masculino, pois, das 51 tabernas encontradas em Vitória, 47 eram administradas por homens. Havia, ainda, mulheres no comando de duas lojas de fazendas secas, de uma oficina (talvez de costuras) e de um negócio⁹³.

É digno de nota também a quantidade de estrangeiros atuando no comércio capixaba. Dos 153 contribuintes inventariados pela Câmara Municipal de Vitória, 28 eram imigrantes europeus. A nacionalidade que mais se destacou foi a portuguesa, com 14 ocorrências. A outra metade estava dividida entre prussianos, espanhóis e franceses. Eles trabalhavam em diversos estabelecimentos, como tabernas, açougues, oficinas, padarias, lojas de fazendas secas e quitandas.

O comércio não era o único meio de vida dos negociantes instalados em Vitória. Alguns deles conciliavam a rotina das lojas com o exercício de funções públicas. Delecarliense Drumond d'Alencar Araripe foi um deles. Dono de uma casa de jogos e de uma oficina, ambas localizadas na Rua Porto dos Padres, ele acumulava as atribuições de comandante da Companhia de Polícia de Vitória e era editor do *Jornal da Victoria*. Manoel do Couto Teixeira, por sua vez, dividia seu tempo entre a

⁹³ Não conseguimos identificar o que seria uma "loja de negócio". Porém, suspeitamos que se tratava de atividade de aluguel de imóveis.

loja de fazendas secas, na Rua Porto dos Padres, e as sessões da Assembleia Provincial, onde era deputado. Adrião Nunes Pereira era proprietário de uma taberna, situada na Rua do Comércio, e vereador na Câmara Municipal de Vitória. O alferes Francisco da Rocha Tagarro estava à frente de dois comércios, uma taberna e uma padaria, ambas na Rua do Comércio, e ainda encontrava tempo para atuar como vereador na Câmara e como jurado nas sessões do Tribunal do Júri. O comendador João Crisóstomo de Carvalho tinha uma oficina no cais municipal e era deputado provincial. E, por último, citamos o major Francisco de Paula Gomes Bittencourt, também dono de oficina, localizada no beco do quartel, e deputado pela Assembleia Provincial⁹⁴.

Diante dessa constatação, defendemos a hipótese de que os estabelecimentos comerciais capixabas foram mais do que um simples local de comercialização de produtos. Acreditamos que eles funcionavam também como espaço de sociabilidade política, a julgar pelos comerciantes que levantamos com acúmulo de funções públicas eletivas. Nesse sentido, tratava-se de um ambiente propício à circulação de ideias e opiniões. A cabala por votos podia ocorrer, por exemplo, dentro das lojas comerciais onde os comerciantes, que também participavam da vida pública local, tinham acesso a muitos clientes. No comércio, a opinião popular se forjava caracterizada pela informalidade dos encontros cotidianos em que circulavam vozes (e informações) e boatos podiam ser criados (e espalhados) na tentativa de influenciar o jogo político capixaba.

Interpretar o comércio capixaba como espaço de sociabilidade parece ainda mais plausível quando analisamos a criação do mercado municipal da capital, localizado na barra da ilha e inaugurado em 1874⁹⁵. O projeto pretendeu reunir em um só ambiente (a praça do mercado) os comerciantes de Vitória especializados em vendas a varejo⁹⁶. Isso significava concentrar os estabelecimentos, proporcionando

⁹⁴ A relação completa dos negociantes pode ser conferida no anexo C desta tese. Esses registros nos levam a indagar a respeito dos salários pagos aos funcionários públicos residentes em Vitória durante a segunda metade do Dezenove. Será que eram mal remunerados? Caso fossem, justificaria o exercício dessas funções em paralelo à prática do comércio. Talvez as funções públicas conferissem prestígio social, mas não a sobrevivência econômica.

⁹⁵ Conferir n. 18 da legenda da planta 1 no anexo A da tese.

⁹⁶ Os alicerces da praça do mercado começaram a ser construídos em 25 de dezembro de 1872, quando, em solenidade pública, foi posta a primeira pedra. Essa pedra continha uma cavidade em que foi depositado um vaso de vidro contendo os últimos números dos periódicos publicados na Província naquele ano, quais foram: *Correio da Victoria*, *O Espírito-Santense* e o *Estandarte*, e

maior circulação de pessoas e, por que não, maior possibilidade de práticas de sociabilidade.

A construção da casa do mercado municipal ocorreu em meio a uma crise financeira vivida pela Província do Espírito Santo, com crescimento da dívida ativa e redução de custos nas repartições públicas⁹⁷. A preocupação com os balanços financeiros era reiterada a cada relatório de presidente da Província. Chegamos a cogitar que se tratasse de discurso dos presidentes, procurando mostrar os benefícios de sua administração mesmo estando a Província afundada em problemas financeiros.

No entanto, Misael Ferreira Penna⁹⁸, numa conferência realizada em 12 de novembro de 1874 para a *aristocracia literária da Corte* (incluindo D. Pedro II)⁹⁹, ratificou as informações preocupantes prestadas pelos governos provinciais. Alegava Penna que a razão do atraso da Província do Espírito Santo estava na tendência dos habitantes da capital para os empregos públicos, não havendo homens que “[...] soubessem colocar-se fora do estreito círculo da mesquinha política”. A vitalidade econômica da região sul do Espírito Santo não poderia se estender para o resto da Província “[...] quando o abatimento e o desânimo” apoderavam-se “[...] de seu coração [Vitória]”¹⁰⁰. Essa cidade parecia não atender ao chamado do progresso, porque sua população se envolvia em demasia nos negócios públicos, faltando nela empreendedores para os negócios. Houve quem cogitasse, inclusive, a mudança da capital da Província como uma necessidade

diversas moedas metálicas do país. O vidro foi lacrado e protegido por outra pedra. O ESPÍRITO-SANTENSE, n. 157, de 31 de dezembro de 1872, p. 1.

⁹⁷ Vilma Almada ressalta a importância do café na segunda metade do século Dezenove para a economia da Província do Espírito Santo, que se encontrava decadente desde o início desse século. ALMADA, Vilma Paraiso Ferreira de. *A escravidão na história econômico-social do Espírito Santo, 1850-1888*. [Dissertação de Mestrado] Niterói/RJ: PPGHIS/UFF, 1981. p. 56.

⁹⁸ Misael Ferreira Penna assumiu alguns cargos públicos na Província do Espírito Santo: promotor público nas comarcas de Vitória e Itapemirim; Chefe de Polícia interino em Cachoeiro de Itapemirim; juiz municipal nos termos de Vitória, Cachoeiro e Itapemirim, e deputado provincial em duas legislaturas.

⁹⁹ As conferências populares ocorriam em escolas municipais da Glória, no Rio de Janeiro, e contavam na plateia com membros da elite letrada da Corte e de outras províncias, além do ilustre e imperial senhor.

¹⁰⁰ PENNA, Misael Ferreira. O presente e o futuro da Província do Espírito Santo. In: *Conferências Populares*, Rio de Janeiro, julho/1876, n. 6. p. 94-99.

inadiável¹⁰¹, dada a localização do sítio urbano numa faixa estreita da ilha, dificultadora da expansão da ocupação¹⁰².

A segunda metade do século XIX foi marcada em Vitória por tentativas de alavancar o comércio capixaba realizadas pelos governos municipal e provincial, na expectativa de torná-lo cada vez mais conhecido em outras províncias brasileiras e de possibilitar o crescimento das vendas em atacado. As lojas de venda a varejo, numerosas e bastante ativas nessas décadas, pareciam não ser suficientes para minorar a situação financeira da capital¹⁰³.

1.5 Paisagem humana: epidemias, escravidão e letramento

A Província do Espírito Santo e, em especial, Vitória passaram por outro tipo de crise a partir de 1850. As epidemias de febre amarela (1850), cólera (1855) disenteria hemorrágica (anos finais de 1850 e década de 1860) e varíola (decênio de 1870) tornaram-se assassinas da população capixaba¹⁰⁴.

Durante os surtos epidêmicos dos anos 1870 foram tomadas providências pelo presidente Abreu Lima, que estabeleceu um lazareto na Ilha de Santa Maria (próxima à capital), mandou colocar barris de alcatrão nas ruas e queimar desinfetantes¹⁰⁵. Ainda assim morreram muitas pessoas, provocando baixas nas estatísticas populacionais.

¹⁰¹ O Presidente Herculano Marcos Inglês de Souza, responsável por essa declaração, não esclareceu qual a cidade (ou região) apta para a instalação da capital da Província, mas o seu discurso indicava certa predileção pela região sul, onde Itapemirim despontava como centro produtor de café.

¹⁰² “A cidade de Vitória, situada na encosta de uma montanha, apertada pelo mar em uma estreita ‘linha’ de terra, despida de condições que possam oferecer o confortável a sua população e os melhoramentos materiais que são a base de todo o progresso intelectual e moral [...]”. Relatório que o senhor Herculano Marcos Inglês de Souza entregou, no dia 9 de dezembro de 1882, ao Senhor Martim Francisco Ribeiro de Andrada Junior, da administração da província. Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/pdf/Presidentes%20da%20Provincia/1882_12_09_Herculano_Marcos_Ingl ez_Souza.pdf>. Acesso em: 10 de janeiro de 2013. p. 16.

¹⁰³ A Província do Espírito Santo sustentava-se, basicamente, da exportação do café das regiões do sul, onde a gramínea era cultivada em grandes extensões de terra. A cafeicultura fez surgir nessas regiões “[...] uma aristocracia rural, representada pelos barões de Itapemirim, Aimorés, Timbuí e Guandu [...]”. FORTUNATO, Daniëlle de Oliveira Bresciani. Uma análise do Espírito Santo à luz do processo de implantação dos grandes projetos. *Dimensões*, v. 27, 2011, p. 44. Disponível em: <www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/download/2582/2078> Acesso em: 5 de janeiro de 2014.

¹⁰⁴ Quando a epidemia de cólera assolou a Província do Espírito Santo, a partir de 1855, havia dois médicos e dois boticários para atender a uma população de 49.092 habitantes. FRANCO, Sebastião Pimentel. *O terrívelíssimo mal do Oriente: o cólera na Província do Espírito Santo (1855-1856)*. Vitória: EDUFES, 2015. p. 70.

¹⁰⁵ DAEMON, Bazílio Carvalho. 2010. p. 444.

As inferências produzidas a respeito da população de Vitória baseiam-se, principalmente, nas estimativas populacionais realizadas durante o século XIX por autoridades públicas. Sabe-se que esses índices devem ser avaliados com cautela, porque se acredita serem eivados de incongruências¹⁰⁶. Não obstante, são os únicos dados de que dispomos a respeito, tornando-os imprescindíveis para a análise da paisagem humana local. Os censos disponíveis contabilizavam a população da Província do Espírito Santo separada por municípios e cada um deles era dividido em paróquias ou freguesias.

A capital da Província fazia parte do Município de Vitória¹⁰⁷, cuja população se manteve na faixa dos 16 mil habitantes (aproximadamente) de 1856 a 1890. No censo realizado em 1856, a população do Município contava com 13.164 habitantes livres e 3.807 cativos. Em 1872, os números registravam 12.470 livres e 3.687 escravos. O censo realizado após a abolição da escravatura, em 1890, estimou a população total em 16.887 indivíduos.

A estatística populacional da cidade de Vitória, isoladamente, apresentou instabilidade durante o Oitocentos. Considerando que os censos realizados de 1827 a 1872 dividiram a população da capital em livres e escravos, analisamos os dados referentes a esse período em conjunto e interpretamos separadamente os do censo de 1890¹⁰⁸. As tabelas adiante esboçam os principais resultados dos censos realizados na capital de 1827 até 1872.

¹⁰⁶ Em alguns relatórios de presidentes da Província do Espírito Santo foi feito um pedido de cautela no que tange à análise desses dados, porque muitas famílias mentiam sobre o número de habitantes vivendo sob o mesmo teto quando da visita das autoridades responsáveis pelo censo. Assim, havia dúvida se as informações coligidas correspondiam, estritamente, à realidade demográfica das regiões visitadas.

¹⁰⁷ Em 1849 o Município de Vitória era composto pelas paróquias de Nossa Senhora da Vitória, São José do Queimado, São João de Cariacica, São João de Carapina e Santa Leopoldina. Esta divisão manteve-se até o recenseamento geral do império, em 1872. Para o censo seguinte, em 1890, o município de Vitória compunha-se somente pelas paróquias de Nossa Senhora da Vitória, São João de Cariacica e São João de Carapina. PENNA, Misael Ferreira. *História da Província do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Typographia de Moreira, Maximino e C., 1878.

¹⁰⁸ O censo de 1872 traz informações sobre a população alfabetizada das províncias do Império. Logo, a interpretação desses índices será feita separada.

Tabela 1 - População livre da cidade de Vitória

População Livre	1827	1843	1856	1861	1872
Homens	3.872	3.440	-----	-----	1.520
Mulheres	4.508	3.870	-----	-----	1.840
Total	8.380	7.310	4.139	2.822	3.360

Fonte: VASCONCELLOS, Ignacio Accioli. Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828. Vitória: APEES, 1978; ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidentes de Província (1840-1872). Fala do Vice-Presidente da Província do Espírito Santo (1844). Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/229/index.html>>. Acesso em: 12 de janeiro de 2008; ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidentes de Província (1840-1872). Relatório de Presidente da Província do Espírito Santo (1857). Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/229/index.html>>. Acesso em: 12 de janeiro de 2008; DIRETORIA GERAL de Estatística (Brasil). Recenseamento Geral do Império de 1872. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger/Tip. Commercial, 1876. 12 volumes.

De acordo com a tabela, constatamos que a população livre da capital registrou tendência ao declínio até 1850. Para o censo de 1856, não há dados subdivididos por sexo, somente o valor total de livres, 4.139 habitantes. Utilizando de base as estatísticas de 1843, factível é propor que o número de homens tivesse se mantido equilibrado ao de mulheres em 1856. Neste ano, houve uma queda brusca da população livre, que de 7.310 habitantes passou a 4.139 em quase 15 anos. Podemos sugerir que esse decréscimo deveu-se, em parte, aos surtos de cólera e de câmara de sangue¹⁰⁹ que se espalharam pela cidade e pelo interior da Província. Por outro lado, suspeitamos também que o decréscimo populacional tenha decorrido de migração de Vitória para o interior do Espírito Santo ou mesmo para fora, talvez estimulada pelas novas frentes agrícolas em expansão no sul da Província, bem como pelo desenvolvimento das colônias de imigrantes em regiões como Santa Leopoldina, Santa Isabel e o Aldeamento Afonsino. Observa-se que o total da população em 1872 era inferior ao número de mulheres para o ano de 1843, isto é, 3.870 almas.

¹⁰⁹ Disenteria hemorrágica.

Tabela 2 - População escrava da cidade de Vitória

População Escrava	1827	1843	1856	1861	1872
Homens	2.164	-----	-----	-----	450
Mulheres	2.160	-----	-----	-----	551
Total	4.324	3.301	863	862	1.001

Fonte: VASCONCELLOS, Ignacio Accioli. Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828. Vitória: APEES, 1978; ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidentes de Província (1840-1872). Fala do Vice-Presidente da Província do Espírito Santo (1844). Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/229/index.html>>. Acesso em: 12 de janeiro de 2008; ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidentes de Província (1840-1872). Relatório de Presidente da Província do Espírito Santo (1857). Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/229/index.html>>. Acesso em: 12 de janeiro de 2008; DIRETORIA GERAL de Estatística (Brasil). Recenseamento Geral do Império de 1872. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger/Tip. Commercial, 1876. 12 volumes.

A propósito da população escrava da capital, apenas os censos de 1827 e de 1872 discriminam o sexo dos escravos. Observando esses registros, notamos equiparação entre o número de homens e o de mulheres. É possível que esse equilíbrio tenha se mantido nos anos para os quais não há dados específicos. Identificamos que a população cativa caiu vertiginosamente de 1843 a 1856, passando de 3.301 indivíduos para 863. O mesmo declínio não é verificado, todavia, nos censos posteriores, embora não seja possível inferir igualmente qualquer crescimento mais significativo. De 863 escravos, em 1856, passou-se para 1.001, em 1872, isto é, um aumento de 138 indivíduos. Comparando a população livre com a escrava, nota-se que 20 a 30% da população total da cidade de Vitória compunha-se de cativos entre 1856 e 1872: em 1856, eram 20%; em 1861, 30%; e em 1872, 29,70%.

O recenseamento geral do Império de 1872 trouxe um novo elemento para a análise da população capixaba: a distinção dos habitantes por cor. De um total de 4.361 pessoas, cerca de 60% foram classificadas como pardas e pretas. Entre os livres, o

índice era de 50% de pardos e pretos. No caso dos escravos, a totalidade encontrava-se nessa categoria. Para o censo de 1890, é possível perceber a manutenção desse percentual, porque, dos 6.626 indivíduos, 3.522 foram considerados pardos ou pretos.

Outra novidade inaugurada pelo censo de 1872: os indivíduos foram arrolados também de acordo com o *status* de letramento, isto é, se sabiam ler e escrever. Consoante o quadro geral da população livre da capital da Província do Espírito Santo, apenas 644, de um total de 3.360 pessoas, sabiam ler e escrever (19,17%). Quando ampliamos nossa análise para todo o Município de Vitória, verifica-se certa queda nesse percentual, 14,59%.

Essa não era uma realidade específica de Vitória, porque “não saber ler nem escrever” era a regra nas províncias brasileiras. Em 1872, a taxa para o conjunto do Império foi de 82,30% de analfabetos, valendo ao Brasil, no século XIX, o título de campeão mundial do analfabetismo¹¹⁰. A exceção era a Província do Rio de Janeiro, cujo índice de letrados ultrapassava a faixa dos 60% (62,66%) entre os homens livres e 36,18% de toda a população da cidade imperial (atingindo a marca de 44,75% nas freguesias urbanas)¹¹¹. Porém, é preciso ter em mente que essa província compreendia um conjunto privilegiado “[...] por sediar a corte e concentrar a burocracia estatal, os negócios e grande parte do ainda pequeno aparelho escolar brasileiro”¹¹².

Assim, para saber se Vitória estava à margem das taxas de letramento de outras províncias brasileiras, torna-se imprescindível comparar os percentuais da capital com os de freguesias de outras províncias¹¹³. Cotejando as taxas de Vitória com as freguesias/paróquias de três municípios da Província de Minas Gerais, Ouro Preto¹¹⁴, Sabará¹¹⁵ e São João d’El Rei¹¹⁶, inferimos que: dos 42.582 habitantes do

¹¹⁰ FERRARO, Alceu Ravanello; KREIDLOW, Daniel. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. *Educação e Realidade*, jul/dez de 2004. p. 183.

¹¹¹ BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. *Anarquistas, rusquentos e demagogos: os liberais exaltados e a formação da esfera pública na Corte Imperial (1829-1834)*. [Dissertação de Mestrado] Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2000. p. 262.

¹¹² FERRARO, Alceu Ravanello e KREIDLOW, Daniel. 2004. p.183.

¹¹³ Foram escolhidos os municípios mais destacados da Província de Minas Gerais, onde a imprensa oitocentista surgiu ainda nos idos de 1820. Essas regiões também foram cenário de movimentos regenciais.

¹¹⁴ Em 1872, faziam parte desse município 11 freguesias: Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, Nossa Senhora da Conceição de Antonio Pereira, São Bartholomeo, Nossa Senhora da Conceição

primeiro município mineiro, apenas 6.516 sabiam ler e escrever, perfazendo 15% do total. Individualmente, as onze freguesias de Ouro Preto apresentaram índices menores do que o de Vitória (19,17%), oscilando de 6,28% a 17,85%. Somente a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias exibiu taxa superior à da capital capixaba, totalizando 30,16%.

O percentual de indivíduos alfabetizados no Município de Sabará era ainda menor: apenas 9,78% do total (46.107 indivíduos) sabiam ler e escrever. Analisando o percentual das freguesias de Sabará, temos um resultado parecido com o encontrado para as de Ouro Preto: das nove freguesias do segundo município mineiro, só três tinham índice maior que Vitória¹¹⁷, sendo que em duas delas o percentual era bem próximo do da capital do Espírito Santo (19,35% em Santa Quitéria e 20,68% em Senhora da Conceição da Contagem).

Esse panorama foi acompanhado pelo Município de São João d'El Rei, onde 11,03% da população sabia ler e escrever. Separadamente, as sete freguesias desse município apresentaram valores entre 4,70% e 67,43%, constando apenas duas cujos índices ultrapassaram a taxa de Vitória¹¹⁸. Confrontando os dados dos municípios mineiros com os de Vitória, bem como os percentuais individuais por freguesia, observa-se que a capital da Província do Espírito Santo seguia o ritmo de letramento de outras províncias, neste caso, a de Minas Gerais.

Escolhemos Ouro Preto, Sabará e São João d'El Rei para comparação dos índices de letramento por se tratarem de regiões proeminentes da província mineira durante o Oitocentos e, além disso, Ouro Preto era sua capital. Foi também nesses três municípios mineiros que emergiu a imprensa mineira oitocentista, quando ainda na

de Antonio Dias, Santo Antonio da Casa Branca, Nossa Senhora da Conceição do Rio das Pedras, Nossa Senhora da Boa Viagem do Itabira do Campo, Santo Antonio de Ouro Branco, Nossa Senhora da Piedade de Paraopéba e Nossa Senhora de Congonhas do Campo.

¹¹⁵ O Município de Sabará era composto por 9 freguesias, sendo elas: Nossa Senhora da Conceição do Sabará, Nossa Senhora da Lapa, Santa Quitéria, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora do Pilar de Congonhas do Sabará, Santo Antonio do Rio Acima, Nossa Senhora da Boa Viagem do Correl d'El Rey, Nossa Senhora do Carmo de Betim e Senhora Conceição de Contagem.

¹¹⁶ O Município de São João d'El Rei, por sua vez, compunha-se de 7 freguesias: Nossa Senhora do Pilar de São João d'El Rei, Nossa Senhora da Conceição do Carrancas, Nossa Senhora da Conceição da Barra, Nossa Senhora de Nazareth, São Miguel de Cajurú, Nossa Senhora da Madre de Deus e Santa Rita do Rio Abaixo.

¹¹⁷ A faixa que destoou do restante encontrado para as freguesias de Sabará foi a de Nossa Senhora do Pilar de Congonhas do Sabará, 57,25%.

¹¹⁸ Nossa Senhora da Conceição da Barra, com 25,75%, e Nossa Senhora da Conceição do Carrancas, com 67,43%.

década de 1820 publicaram-se em Ouro Preto o *Compilador Mineiro* e a *Abelha do Itaculomy*. Mais tarde, em 1825, deu-se a impressão do *Universal*¹¹⁹.

Mesmo portadora de uma imprensa endógena mais antiga do que Vitória (cujo início ocorreu na década de 1840), a província de Minas Gerais (aqui representada pelos três municípios arrolados) apresentou percentuais equiparados aos da população capixaba, quando não foram suplantados pela taxa da capital da Província do Espírito Santo. Sabemos que a população dos quatro municípios aqui levantados (Vitória e os três mineiros) diverge em termos quantitativos, mas o importante é perceber que proporcionalmente (e aproximadamente) as taxas se equivaliam. Quando comparados os percentuais gerais dos municípios, identificamos que o Município de Vitória foi um dos mais letrados (14,59%), ficando atrás (por muito pouco) do Município de Ouro Preto, com 15% de alfabetizados.

De acordo com Ferraro e Kreidlow, as altas taxas de analfabetismo no Brasil permaneceram inalteradas no censo seguinte, realizado no primeiro ano da República (em 1890). A taxa se manteve na casa dos 80% (especificamente 82,60%)¹²⁰. Isso demonstra que a escolarização, até o fim da Monarquia, não se constituiu força capaz de se transformar em medida prioritária do Estado, até porque a Lei Saraiva excluiu os analfabetos do direito ao voto¹²¹.

Numa perspectiva microanalítica, entretanto, nota-se aumento do índice de pessoas letradas na cidade de Vitória: se em 1872 cerca de 20% da população (19,17%) era considerada alfabetizada, em 1890 (18 anos depois) esse número elevou-se para 29,94% (aproximadamente 30% do total). O percentual do Município de Vitória, por sua vez, também apresentou crescimento, passando de 14,59% para 21,14%, taxa maior do que as estatísticas do mesmo ano para os municípios mineiros de Ouro Preto (15,67%)¹²², Sabará (9,52%)¹²³ e São João d'El Rei (5,36%)¹²⁴. Das 32

¹¹⁹ MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e política: espaço público e cultura política na província de Minas Gerais, 1828-1842*. [Dissertação de Mestrado] Belo Horizonte: PPGHIS/UFMG, 2006. p. 24.

¹²⁰ FERRARO, Alceu Ravanello e KREIDLOW, Daniel. 2004. p. 179-200.

¹²¹ Lei n. 3.029, de 9 de janeiro de 1881.

¹²² O Município de Ouro Preto agregava outras paróquias nesse período, totalizando 14: Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias, São Bartholomeo, Nossa Senhora da Conceição de Antonio Pereira, Santo Antonio da Casa Branca, Nossa Senhora de Nazareth da Cachoeira do Campo, Nossa Senhora da Boa Viagem de Itabira do Campo, São Gonçalo do Amarante, São Gonçalo do Bação, Santo Antonio do Ouro Branco, Nossa Senhora da Piedade de Paraopéba, Jesus, Maria e José da Boa Vista, São José do Paraopéba e Nossa Senhora da Conceição do Rio das Pedras.

paróquias mineiras arroladas nesses municípios, Vitória só perdia para duas delas: Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias (Ouro Preto), com 37,24%, e Nossa Senhora da Conceição do Sabará (em Sabará), com 50,13%.

As estimativas de 1872 e 1890 revelam que a cidade de Vitória apresentava índices de letramento compatíveis com os das freguesias/paróquias mineiras aqui arroladas. Parece plausível dizer, portanto, que durante a segunda metade do Oitocentos tenha se formado na capital capixaba uma pequena comunidade de letrados e que essas pessoas tenham sido leitores potenciais dos impressos difundidos no mesmo período na cidade. Isso não quer dizer, por outro lado, que a população iletrada fosse desinteressada em relação às novas práticas de comunicação (impressos, jornais etc.).

Ao contrário, pensamos que essa comunidade de letrados se formou em meio a uma massa de analfabetos existente em Vitória, sendo possível que os indivíduos desprovidos da cultura escrita tivessem acesso ao mundo das letras por intermédio de práticas antigas de comunicação, como as leituras em ambientes públicos da cidade e a circulação das vozes, os boatos¹²⁵.

1.6 Conclusão

A despeito dos problemas de estrutura urbana em Vitória, a população capixaba ocupava ruas, praças e largos. Ela se relacionava com (e nos) espaços da cidade, de modo a reconhecê-los como parte de suas sociabilidades. As sociabilidades também tinham lugar nos estabelecimentos comerciais da capital, para onde os indivíduos se dirigiam para comprar produtos diversos e conversar sobre assuntos

¹²³ O Município de Sabará era composto das paróquias Nossa Senhora da Conceição do Sabará, Nossa Senhora da Lapa, Santa Quitéria, Nossa Senhora da Conceição dos Raposos, Nossa Senhora do Pilar de Congonhas do Sabará, Santo Antonio do Rio Acima, Belo Horizonte, Nossa Senhora do Carmo de Betim, São Gonçalo da Contagem e Nossa Senhora da Venda Nova.

¹²⁴ Faziam parte do Município de São João d'El Rei as paróquias: Nossa Senhora do Pilar de São João d'El Rei, Santo Antonio do Rio das Mortes, Nossa Senhora da Conceição da Barra, Nossa Senhora de Nazareth, São Gonçalo do Ibituruna, São Francisco do Onça, São Miguel do Cajurú e Santa Rita do Rio Abaixo.

¹²⁵ Os boatos são atores influentes no teatro da vida. Eles podem ser alvissareiros, alarmistas e revanchistas. Nicholas DiFonzo afirma que “[...] os boatos são afirmações sobre informações não verificadas que circulam em relação a assuntos que as pessoas consideram importantes; surgem em situações de ambiguidade, ameaça real ou potencial; e são usados por pessoas que tentam compreender ou gerenciar o risco”. DIFONZO, Nicholas. *O poder dos boatos: como os rumores se espalham, ditam comportamentos, podem ser administrados e por que acreditamos neles*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. p. 42-43. Tratamos melhor dos boatos no capítulo II da tese.

do cotidiano, incluindo aí questões da política provincial. O horário estendido de funcionamento do comércio movimentava os logradouros. Eram, portanto, espaços de sociabilidade.

O uso partilhado desses ambientes gerava uma sensação de familiaridade, proporcionava a tessitura de sociabilidades diversificadas e a constituição de uma opinião popular, caracterizada pela circulação de vozes e rumores. Essa opinião espalhada boca a boca previa um mínimo de relacionamento entre os participantes da *boca miúda*, dada a personalidade exigida para a transmissão oral das afirmações.

Para Tamotsu Shibutani e Ralph L. Rosnow, os rumores são importantes para o desenvolvimento de práticas de sociabilidade, pois a combinação de alguns fatores – como ansiedade, incerteza e credulidade na informação transmitida – favorece o intercurso de relações sociais haja vista a rapidez com que esses boatos se espalham¹²⁶. Além disso, essa opinião tinha um ritmo intermitente, porque dependia das sociabilidades empreendidas pelos indivíduos nos espaços públicos da cidade e no comércio capixaba.

¹²⁶ SHIBUTANI, Tamotsu. *Improvised news: a sociological study of rumor*. Indianapolis: The Bobbs-Merrill Company, 1966; ROSNOW, Ralph L. Inside rumor: a personal journey. *American Psychologist*, 46, 1991, p. 484-496. Disponível em: < <http://psycnet.apa.org/>> Acesso em: 21 de janeiro de 2015.

CAPÍTULO II

A circulação das vozes: sociabilidades políticas e opinião popular em Vitória

Nesta tese, discutimos a trajetória das sociabilidades políticas e sua contribuição para a formação da esfera pública de opinião em Vitória durante a segunda metade do Oitocentos. Nesse interstício, essas sociabilidades se transformaram, num processo gradativo e intermitente, e ganharam outros espaços – sociedades, clubes e imprensa – além dos encontros nos ambientes públicos da cidade (ruas e praças)¹.

Os dados levantados nos periódicos capixabas da época e nos documentos da presidência da Província do Espírito Santo apontam para uma mudança gradual nas sociabilidades políticas, tornando possível a exposição de opiniões políticas por meio dos impressos, dos panfletos, dos boatos e das reuniões em espaços de acesso restrito, em tipografias e nas ruas.

A imprensa periódica capixaba foi um empreendimento tardio. Enquanto as províncias de Minas Gerais, Pernambuco e Maranhão², por exemplo, experimentaram a produção de impressos ainda nos tempos coloniais, a Província do Espírito Santo esperaria até os anos 1840 para ter sua primeira folha publicada na capital, Vitória.

De modo geral, podemos afirmar que a produção de impressos no Brasil iniciou-se, sobretudo, no limiar do século XIX, quando começou a emergir uma nova ordem

¹ Os jornais capixabas são tema dos capítulos III, IV e V e a sociabilidade formal é discutida no capítulo VI desta tese. Foram analisados 25 periódicos: *A Actualidade*, *A Folha da Victoria*, *A Idea – Órgão da Mocidade*, *A Liga*, *A Província do Espírito Santo*, *A Regeneração*, *Correio da Victoria*, *Gazeta do Commercio*, *Jornal da Victoria*, *Lucifer*, *O Amigo do Povo*, *O Baluarte*, *O Cidadão*, *O Echo dos Artistas*, *O Espírito-Santense*, *O Horizonte*, *O Liberal*, *O Meteoro*, *O Monarquista*, *O Semanário: jornal de instrução e recreio*. *O Tempo*, *Opinião Liberal*, *Pyrilampo*, *Sete de Setembro* e *Vasco Coitinho*.

² GALVES, Marcelo Cheche. *Ao público sincero e imparcial: imprensa e independência do Maranhão (1821-1826)*. [Tese de Doutorado] Niterói: PPGHIS-UFF, 2010; MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e opinião pública no Brasil Império: Minas Gerais e São Paulo*. [Tese de Doutorado] Belo Horizonte: FFCH-UFMG, 2011; FELDMAN, Ariel. *Espaço público e formação do Estado Nacional brasileiro: a atuação política do Padre Carapuceiro (1822 a 1852)*. [Tese de Doutorado] São Paulo: FFLCH/USP, 2012.

discursiva pautada pela palavra escrita³. A imprensa periódica só surgiu de forma sistemática no país com a chegada da Corte portuguesa, em 1808, e com a instalação da tipografia régia. Considera-se a *Gazeta do Rio de Janeiro* o primeiro jornal impresso em terras brasileiras, publicado pela primeira vez em setembro de 1808, embora desde junho desse ano já circulasse, pelo menos no Rio de Janeiro, o *Correio Braziliense*, periódico de Hipólito da Costa publicado em Londres⁴.

A partir de 1820, a produção de impressos tornou-se cada vez mais difundida devido ao decreto de 21 de setembro do mesmo ano, que estabeleceu a liberdade de imprensa⁵, à liberação da circulação de impressos portugueses fora de Portugal e às discussões políticas na Corte brasileira, que ganhavam fôlego com o Vintismo⁶. A produção e a circulação de periódicos consolidaram-se no Brasil ao longo da segunda metade do Dezenove. Ana Luiza Martins afirma que, a partir de 1850, o país assistiu à ascensão do império do café e da palavra impressa, dada a importância do café para a economia brasileira do período e dos impressos como esfera pública de opinião⁷.

A produção e a circulação de impressos em terras brasileiras não se deram num vazio cultural, mas numa esfera pública marcada por tramas complexas de relações e formas de comunicação antigas. Mesmo após a consolidação da imprensa periódica essas práticas de circulação das vozes continuaram presentes, “[...]”

³ SCHIAVINATTO, Iara Lis. Entre os manuscritos e os impressos. In: LESSA, Mônica & FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito (Orgs.). *Entre a Monarquia e a República: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008. p. 13.

⁴ MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. 2 ed., 1 reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012. p. 29-30.

⁵ MOREL, Marco & BARROS, Mariana Monteiro. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 23.

⁶ A palavra *Vintismo* designa o contexto vivido por Portugal entre 1820 e 1823, caracterizado por revoluções constitucionalistas e pelo predomínio político das Cortes Constituintes, inspiradas na Constituição de Cadiz, de 1812. Para saber mais sobre as correspondências entre esse processo e a proliferação de impressos e as discussões políticas no Brasil, conferir o trabalho de NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan/FAPERJ, 2003.

⁷ Ana Luiza Martins destaca dois momentos importantes da imprensa brasileira do segundo quartel do século XIX: “[...] o primeiro, de 1841 a meados da década de 1860, no qual predominou o discurso conservador e áulico, a despeito das costumeiras vozes dissonantes; o segundo, sobretudo de 1868 em diante, quando da queda do Gabinete liberal de Zacarias de Góes e Vasconcelos, que figurou como porta-voz de credos diversos, reunindo polifonias de falar que pregavam a liberdade de religião, a emancipação e/ou libertação do escravo, o advento da república, não sem reverberações da permanência do regime monárquico. No tom dos discursos, o cânone romântico conferia nativismo e paixão às falas e ao texto impresso”. MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de Império. In: MARTINS, Ana Luiza. *Introdução*. MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. 2 ed., 1 reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012. p. 47.

caracterizando, assim, um hibridismo entre o arcaico e os primeiros passos de modernidade política nos espaços públicos [...]” das cidades⁸.

Embora o cerne desta pesquisa seja a formação de uma esfera pública de opinião em Vitória na segunda metade do século XIX, principalmente por meio dos debates travados nas publicações impressas, consideramos imprescindível o recuo no tempo para a comprovação de nossa hipótese, voltando aos anos pré-imprensa na capital, para analisar a trajetória da cena pública capixaba numa época em que outras formas de comunicação reinavam. Isso possibilita verificar o impacto que a produção local de impressos, tanto quanto sua circulação mais ativa na cidade, provocou no cotidiano dos capixabas, alterando suas práticas de comunicação e a maneira como se relacionavam uns com os outros e também com as autoridades públicas municipais e provinciais.

Dado que a imprensa não surge num vazio cultural, conforme assegura Marco Morel⁹, importa identificar as práticas de comunicação antigas existentes em Vitória antes do surgimento dos jornais capixabas, isto é, até finais da década de 1840. A circulação das vozes, das palavras, era feita por meios diversos: boatos, manuscritos e pasquins. Numa época sem imprensa local, a opinião popular era forjada nos espaços da cidade¹⁰, onde os indivíduos se encontravam em meio à rotina de seus afazeres diários, e fora dela, quando as disputas políticas extrapolavam os limites da capital.

Neste capítulo, tratamos, portanto, da relação entre a opinião popular e a política capixaba, com ênfase para as disputas eleitorais. Discutimos, também, a participação dos capixabas em jornais de fora da Província do Espírito Santo, a fim de demonstrar o extravasamento das disputas políticas para fora dos limites geográficos provinciais, principalmente daquelas travadas durante pleitos eleitorais. Trabalhamos as sociabilidades informais e os espaços onde elas se estabeleciam,

⁸ MOREL, Marco. 2005. p. 206.

⁹ MOREL, Marco. 2005. p. 206.

¹⁰ Entendemos por opinião popular as opiniões forjadas nos espaços da cidade, marcadas por boatos e gestos, a *vox populi* estudada por Arlette Farge para o século XVIII parisiense, e transmitidas, principalmente, pela oralidade, e, por isso mesmo, passíveis de atingir um número maior de pessoas. A opinião popular era tecida no cotidiano local. FARGE, Arlette. *Dire et mal dire: l'opinion publique au XVIII^e siècle*. Paris: Éditions du Seuil, 1992.

procurando destacar a trajetória dessas práticas e sua importância para a formação de uma esfera pública de opinião em curso durante o Oitocentos.

2.1 Imprensa e política no Brasil Império

Ó doce, ó longa, ó inexprimível melancolia dos jornais velhos! Conhece-se um homem diante de um deles. Pessoa que não sentir alguma coisa ao ler folhas de meio século, bem pode crer que não terá nunca uma das mais profundas sensações da vida – igual, ou quase igual, a que dá a vista das ruínas de uma civilização. Não é saudades piegas [sic], mas a recomposição do extinto, a revivescência do passado [...], a alucinação erudita da vida e do movimento que parou. Machado de Assis¹¹.

Concordamos com Machado de Assis. A leitura de um jornal, principalmente se ele for antigo, tem a capacidade de produzir nos leitores uma sensação de vida, porque revela o *movimento que parou*. No jornal, tudo está vivo; “[...] é a galera que sai, a peça que se está representando, o baile de ontem, a romaria de amanhã, uma explicação, um discurso, dois agradecimentos, muitos elogios; é a própria vida em ação”¹².

Os jornais constituem importante registro da sociedade brasileira dos séculos passados, porque guardam em suas páginas registros diversos. Ocupavam as colunas impressas do século XIX ordinarices do cotidiano, calendários de entradas e saídas das embarcações marítimas, publicações oficiais, cartas particulares, discussões políticas, entre outros assuntos. As folhas impressas abrem possibilidade, portanto, para várias frentes de pesquisa, podendo servir de referência para estudos folclóricos, para discussões sobre sociabilidades e cotidiano e, também, para investigações sobre a vida pública de dada localidade¹³.

A imprensa periódica está de tal modo arraigada à formação política do Brasil que não é possível desprezar o papel desempenhado por ela em momentos nevrálgicos da vida pública do país; ou seria possível discutir o processo da independência brasileira e a abdicação de D. Pedro I, para citar apenas dois exemplos, sem tocar

¹¹ ASSIS, Machado de. *Bons dias!* 3 ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2008. p. 273.

¹² ASSIS, Machado de. 2008. p. 273.

¹³ Para os usos dos jornais em pesquisas folclóricas conferir a obra clássica de CASCUDO, Luiz da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. São Paulo: Global, 2003 [1954]. Já a respeito de cotidiano e sociabilidades em Vitória/ES, conferir BASTOS, Fabíola Martins. 2009. Por fim, as pesquisas sobre a vida política brasileira durante o período monárquico serão tratadas nesta seção do capítulo.

na publicação de impressos incendiários e na explosão da palavra impressa verificadas naqueles anos?¹⁴

Apesar disso, até fins da década de 1970, aproximadamente, a imprensa era considerada fonte de pesquisa duvidosa, porque produtora de visões parciais, distorcidas da realidade e, portanto, desprovida da objetividade necessária para a reprodução dos fatos como eles *realmente ocorreram no passado*¹⁵. Relutava-se em utilizar os impressos para a escrita da História por meio da imprensa¹⁶.

Por outro lado, as pesquisas acadêmicas desenvolvidas nesse interregno que utilizaram os jornais na função de fonte histórica não se furtaram a uma análise mais crítica dos impressos publicados deste lado do Atlântico, pois contextualizaram a formação dessa nova ordem discursiva pautada pela palavra impressa¹⁷.

Esse foi o caso da obra de Néelson Werneck Sodré, publicada pela primeira vez em 1966. Preocupado em traçar as linhas gerais da trajetória da imprensa brasileira, Sodré escreveu um estudo que se esperava geral, global e total do periodismo no Brasil. Sua narrativa inseria os jornais nas relações capitalistas de produção. Inovador, ele investigou a produção da imprensa operária no país¹⁸. Marcada por

¹⁴ Nas palavras de Ana Luiza Martins: “A nação brasileira nasce e cresce com a imprensa. Uma explica a outra. Amadurecem juntas. Os primeiros periódicos iriam assistir à transformação da Colônia em Império e participar intensamente do processo. A imprensa é, a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira”. MARTINS, Ana Luiza. *Introdução*. In: MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tania Regina de (Orgs.). 2012. p. 8.

¹⁵ Tania Regina de Luca esclarece que “[...] os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas ‘enciclopédias do cotidiano’ continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez [de] permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas”. LUCA, Tania Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-112.

¹⁶ LUCA, Tania Regina de. 2005. p. 111; 1º Seminário [recurso eletrônico] de Pós-graduandos em História da UFF/organizado por Júlia Bianchi Reis Insuela, Marina Maria de Lira Rocha, Matheus Serva Pereira, Natália de Santanna Guerellus, Pedro Krause Ribeiro, Robertha Pedroso Triches. Niterói/RJ: PPGHISTÓRIA-UFF, 2012. p. 7.

¹⁷ Esses trabalhos são documentos preciosos de consulta para os estudiosos da imprensa e dos impressos nos séculos XVIII e XIX no Brasil. Citamos alguns clássicos: RIZZINI, Carlos Toledo. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1946; BAHIA, Juarez. *Três fases da imprensa brasileira*. Santos: Presença, 1960. Existem, ainda, pesquisas mais antigas cujas propostas pretenderam dar conta das imprensas regionais: AZEVEDO, Moreira de. *Origem e desenvolvimento da imprensa no Rio de Janeiro*, *Revista trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro*. Quarto trimestre de 1865; VEIGA, Xavier. *A imprensa em Minas Gerais (1807-1897)*, *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto, 1908; CARVALHO, Alfredo de. *Anais da imprensa periódica pernambucana de 1821-1908*. Recife: Tipografia do Jornal do Recife, 1908; e FREITAS, Afonso de. *A imprensa periódica de São Paulo desde seus primórdios, em 1823, até 1914*. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1915.

¹⁸ MARTINS, Ana Luiza. 2008. p. 15.

um viés marxista, a narrativa de Werneck Sodré compreendia a imprensa como fruto do capitalismo¹⁹. Em outras palavras, o autor relacionou o surgimento e o desenvolvimento da imprensa brasileira à própria história da emergência da sociedade capitalista no país.

A exemplo de Sodré, muitos pesquisadores desenvolveram suas análises a partir do uso dos impressos publicados no Brasil desde o período colonial até a República²⁰. Sob o influxo das renovações da disciplina História²¹, a imprensa ganhou estatuto de fonte histórica e, nas últimas décadas do século XX, foi elevada à categoria de objeto de estudo. Assim, ela passou a não ser mais entendida como portadora de verdades, mas sim de projetos; parcial, “[...] ela seleciona os fatos mais importantes, estabelece estratégias para narrá-los e silencia outros, construindo memórias e forjando identidades”²². É uma prática social e, portanto, agente da história²³.

A partir da década de 1990, então, vários trabalhos acadêmicos elegeram a imprensa objeto de investigação, além de trabalharem, quase exclusivamente, com um *corpus* documental composto por folhetos, panfletos e jornais. A desconfiança

¹⁹ SODRÉ, Néelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. X.

²⁰ Tania Regina de Luca afirma que vários pesquisadores “[...] formados segundo padrões de excelência acadêmica e que ocupavam lugar de destaque no meio universitário [...] não dispensava[m] a ida aos jornais, seja para obter dados de natureza econômica (câmbio, produção e preços) ou demográfica, seja para analisar múltiplos aspectos da vida social e política [...]”. LUCA, Tania Regina de. 2005. p. 117. A seguir, alguns dos intelectuais que problematizaram os jornais em suas respectivas pesquisas: LUZ, Nícia Vilela. *Aspectos do nacionalismo econômico brasileiro: os esforços em prol da industrialização*. São Paulo: Seção Gráfica da FFLCH/USP, 1959; STEIN, Stanley. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Brasiliense, 1961; CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo: Difel, 1962; COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Difel, 1966; e RODRIGUES, Leôncio Martins. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difel, 1966.

²¹ As renovações ocorridas na disciplina relacionam-se à difusão da História Nova, que previa, dentre outras coisas, a interdisciplinaridade, a escolha de temas mais variados e os jogos de escalas. Michel de Certeau salientou com precisão a mudança de foco nas pesquisas históricas ao comparar o historiador a um erradio: “[...] não é mais um homem capaz de construir um império. Nem visa mais o paraíso de uma história global. Ele chega a circular em torno das racionalizações conquistadas. Ele trabalha nas margens. Sob esse aspecto, ele se torna um erradio”. BOUTIER, Jean & JÚLIA, Dominique (Orgs.). *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998. p. 29. As mudanças promovidas pela História Nova foram sintetizadas por Jacques Le Goff e Pierre Nora em uma coleção de três volumes: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (Orgs.). *História: Novos Problemas, Novas Abordagens, Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. v. 3.

²² 1º Seminário [recurso eletrônico] de Pós-graduandos em História da UFF/organizado por Júlia Bianchi Reis Insuela, Marina Maria de Lira Rocha, Matheus Serva Pereira, Natália de Santanna Guerellus, Pedro Krause Ribeiro, Robertha Pedroso Triches. Niterói/RJ: PPG HISTÓRIA-UFF, 2012. p. 7.

²³ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. Apresentação. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz (Org.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006. p. 10.

em relação aos impressos fora ultrapassada, dando lugar ao reconhecimento de que eles foram mais do que registros dos acontecimentos do passado; eles foram ingredientes desses acontecimentos²⁴. Desse movimento, destacamos as obras que discutem a política pelo viés dos impressos e mostram de que maneira eles contribuíram para a constituição de uma esfera pública de poder no Brasil oitocentista²⁵.

Algumas das obras que selecionamos tem uma característica em comum: escolheram a cidade do Rio de Janeiro para recorte espacial das investigações. Sede do governo português desde 1808 e, após a independência do Brasil, Corte da monarquia constitucional brasileira, o Rio de Janeiro tinha uma realidade diferente das demais regiões do país, pois sediava a centralização administrativa e econômica do Império e apresentava os primeiros esboços de uma esfera pública literária, com a presença de livrarias, tipografias e periódicos²⁶. A Corte brasileira constituía-se, assim, *locus* privilegiado de circulação de impressos, opiniões e ideias.

A difusão de opiniões e ideias por meio de folhetos políticos, panfletos e jornais chamou a atenção de Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves. Em pesquisa de doutorado defendida na Universidade de São Paulo (USP) em 1995 e publicada em livro no ano de 2003, a pesquisadora analisou opiniões e ideias veiculadas em impressos publicados em Lisboa e no Rio de Janeiro entre 1820 e 1823, com o objetivo de analisar a cultura política no mundo luso-brasileiro. A análise desses

²⁴ DARNTON, Robert & ROCHE, Daniel (Orgs.). *A Revolução Impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: EDUSP, 1996. p. 15-16.

²⁵ A imprensa brasileira do século XIX era artesanal. Somente para o último quartel desse século e para alguns centros urbanos é possível observar mudanças nas oficinas tipográficas “[...] graças à incorporação dos avanços técnicos, [quando a prensa artesanal] começou a ser substituída por processos de caráter industrial, marcados pela especialização e divisão do trabalho no interior da oficina gráfica e a conseqüente diminuição da dependência de habilidades manuais”. LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tania Regina de. 2012. p. 149. Ana Paula Goulart Ribeiro afirma, por outro lado, que é preciso relativizar em certa medida a caracterização unívoca de uma imprensa artesanal para o século XIX, porque já no período da independência e do primeiro reinado havia “[...] alguns jornais mais independentes, mais estáveis, informativos e organizados a partir da lógica de empresa”. RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A imprensa da independência e do primeiro reinado: engajamento e mercado. In: *Anais do V Congresso Nacional de História da Mídia*. São Paulo: INTERCOM. p. 1. Sobre a transição da imprensa artesanal para a imprensa empresa conferir o artigo: SILVA, Márcia Pereira da & FRANCO, Gilmar Yoshihara. Imprensa e política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica, *Revista História em Reflexão*, vol. 4, n. 8, UFGD, Dourados jul/dez 2010.

²⁶ FERRARO, Alceu Ravanello e KREIDLLOW, Daniel. 2004. p.183.

escritos possibilitou “[...] identificar as práticas particulares, por meio das quais a elite política e intelectual dava significado às suas atitudes e interpretava a realidade que a rodeava”²⁷.

Em *Corcundas e Constitucionais*, a autora atribui papel significativo a esses escritos na circulação da cultura política dos primeiros anos da década de 1820, pois atuavam na divulgação de ideias e na constituição de uma nova esfera pública de opinião²⁸. Folhetos, panfletos e periódicos proliferavam-se pelas ruas de Lisboa e da Corte brasileira, sendo integrados aos espaços de sociabilidade. Lúcia Bastos sugere que o número significativo de jornais criados nos dois lados do Atlântico a partir de 1820 é indicativo de que “[...] hábitos de leitura de jornal estavam sendo adquiridos”²⁹.

Para a autora, os impressos foram responsáveis, mais do que a literatura teórica, pela proliferação, no mundo luso-brasileiro, de elementos constitutivos da cultura política do Vintismo nos anos iniciais de 1820. A profusão de opiniões impressas e as discussões indiscriminadas sobre termos como liberdade, constituição, fraternidade, luzes e igualdade – para citar alguns dos vocábulos trabalhados por Lúcia Bastos – proporcionaram a formação, ainda que tênue e restrita, de uma esfera propriamente pública no Brasil³⁰. Essa esfera, no entanto, padecia de limites muito precisos.

Seriam três as razões do cerceamento da esfera pública em formação no Brasil durante a década de 1820: em primeiro lugar, não se estendia para além de uma elite, mais intelectual do que social, o que impossibilitava ampliar as dimensões da opinião pública; em segundo, havia a influência de um Liberalismo ibérico mitigado pela forte presença da religião, que dava sentido à existência da maioria dos indivíduos; e, por fim, a repressão promovida contra os publicistas da imprensa e os políticos de oposição. Tudo isso favorecia a permanência de práticas tradicionais características da esfera privada do poder. Tanto em Lisboa quanto no Rio de Janeiro, a figura do monarca continuava a ser compreendida como “[...] polo

²⁷ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. 2003. p. 27.

²⁸ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. 2003. p. 39.

²⁹ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. 2003. p. 36.

³⁰ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. 2003. p. 113.

aglutinador das vontades políticas ao invés de transferirem-se para a ideia, abstrata em demasia, da nação”³¹.

Os primeiros anos de 1820 foram marcados por uma explosão da palavra pública em Portugal e no Brasil. O movimento constitucionalista, capitaneado pelas cortes de Lisboa, e o processo de independência brasileira motivaram a criação de inúmeros impressos, dando origem ao que Lúcia Bastos chamou de *guerra das penas*. A proliferação de escritos políticos no Brasil, no mesmo período, dinamizou as disputas pela hegemonia do império luso-brasileiro.

No período seguinte, que compreende o Primeiro Reinado e as Regências, a atividade impressa continuou a se desenvolver numa fase da história brasileira marcada por turbulências políticas e revoltas espalhadas pelo país³². Os registros dessas décadas constituem fontes riquíssimas de estudo, em grande medida devido à profusão de impressos que forjavam uma ideia de opinião pública. Não à toa, a primeira metade do Oitocentos é bastante visitada pelos historiadores que se dedicam aos periódicos. Exemplo disso é a dissertação de mestrado de Marcello Otávio Neri de Campos Basile que, na mesma linha de Lúcia Bastos, confirma a existência de uma guerra literária no Brasil entre 1820 e 1840³³.

No estudo de Marcello Basile, a imprensa periódica do Rio de Janeiro é uma personagem central, porque a partir dela foi analisada a trajetória política de um grupo de indivíduos alcunhado de liberais exaltados. Basile defende a hipótese de que a atuação dos liberais exaltados nas manifestações públicas de protesto e revolta, e, sobretudo, na imprensa periódica, propiciou o desenvolvimento de uma esfera pública de ação política no Rio de Janeiro, capital do Império, e culminou na queda do primeiro imperador do Brasil³⁴.

³¹ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. 2003. p. 416.

³² É preciso salientar que, após a independência, houve um processo de retraimento da publicação de impressos na Corte brasileira, “[...] cerceada pelo autoritarismo governamental que marcou todo o Primeiro reinado reprimindo o livre desenvolvimento das ideias e as manifestações públicas de oposição e protesto”. Somente a partir de 1826, quando foi reaberto o Congresso, é que a capital do Império experimentou progressiva recuperação da imprensa periódica. BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. *Anarquistas, rusguentos e demagogos: os liberais exaltados e a formação da esfera pública na Corte Imperial (1829-1834)*. [Dissertação de Mestrado]. UFRJ: IFCS, 2000. p. 251.

³³ BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. 2000. p. 249.

³⁴ BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. 2000. p. 28.

Com um arco temporal que vai dos anos finais do Primeiro Reinado até a fase regencial, a narrativa de Basile chama a atenção para a importância dos jornais nos acontecimentos ocorridos em março e abril de 1831. As manifestações populares e o descontentamento com D. Pedro I “[...] foram amplificados pela imprensa que, cada vez mais virulenta, procurou explorá-los de forma a agitar a opinião pública contra o Governo com a nítida intenção de desestabilizá-lo ainda mais”³⁵. Os liberais exaltados foram um dos principais agentes desses eventos e responsáveis pela difusão, nos impressos, de uma retórica que atacava o imperador.

Uma das conclusões do autor consiste em analisar o ato da abdicação como uma revolução, a “Revolução do 7 de abril”, visto que para ele o evento foi mais do que um simples arranjo das elites. Da leitura dos jornais, manifestos e folhas volantes que circularam no Rio de Janeiro naqueles meses de 1831, Marcello Basile entende que a decisão de D. Pedro I em deixar o trono brasileiro foi provocada por um conjunto de fatores, que incluiu a atuação de políticos descontentes, as discussões promovidas em sociedades secretas, nos quartéis, nos círculos letrados da Corte e nos impressos, e as manifestações de descontentamento e protesto ocorridas em diversas ruas da capital do Império³⁶. A “Revolução do 7 de abril” marcou a emergência de novas formas de ação política no Rio de Janeiro e a gestação de uma esfera pública de opinião, em que o espaço público foi elevado à arena de luta política³⁷.

Os periódicos, assim, atuavam na difusão de ideias e projetos políticos para o Estado brasileiro recém-criado e dinamizavam o jogo político por meio das discussões travadas entre grupos adversários. Os jornais, entendidos como espaço de exercício da crítica política, eram utilizados pelos participantes da vida pública da Corte; tanto adeptos de D. Pedro I quanto opositores viam nas folhas impressas o meio de propalar com êxito suas opiniões e desqualificar rivais.

Isabel Lustosa, na obra *Insultos Impressos*, debate a guerra travada entre periódicos, pasquins e folhetos a respeito dos projetos políticos em voga nos anos 1820. Nas palavras de Lustosa, a imprensa brasileira nascia “[...] comprometida com o processo revolucionário; [...] de um dia para outro, deixávamos de nos considerar

³⁵ BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. 2000. p. 6.

³⁶ BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. 2000. p. 21.

³⁷ BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. 2000. p. 249.

portugueses para nos assumirmos como brasileiros”³⁸. Os trabalhos que utilizam o Rio de Janeiro por recorte espacial de suas narrativas parecem concordar quanto à preeminência da imprensa periódica³⁹, em especial, e dos impressos, de modo geral, na constituição de espaços de publicização da política⁴⁰.

Em *As transformações dos espaços públicos*, Marco Morel analisa as mudanças ocorridas na cidade imperial entre 1820 e 1840 a partir da imprensa, dos atores políticos e das práticas de sociabilidades⁴¹. As acepções de espaço público utilizadas por Morel indicam três possibilidades: “[...] a cena ou esfera pública, onde interagem diferentes atores e que não se confunde com o Estado; a esfera literária e cultural; e os espaços físicos ou locais onde se configuram estas cenas e esferas”⁴².

A proposta de Morel é investigar a política relacionada à práxis da vida pública e, por isso, não se restringe ao estudo da política desenvolvida em palácios, gabinetes ou dentro das casas. Ele se detém também sobre as dimensões políticas das manifestações que se faziam nas ruas da cidade imperial, **nos e pelos impressos**⁴³.

³⁸ LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 25-26.

³⁹ Há boa variedade de trabalhos que discutem a imprensa periódica do Rio de Janeiro durante o século XIX. Para o intervalo que vai da instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro até os anos imediatos à independência brasileira, conferir o livro de SLEMIAN, Andréa. *Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo: HUCITEC, 2006. Para o momento da abdicação e anos imediatamente posteriores, há dois textos interessantes. O primeiro, de Gladys Sabina Ribeiro, discute a apropriação das ideias de Jean-Jacques Rousseau sobre a república em dois jornais da Corte, *O Republico* e *O Tribuna do Povo*. RIBEIRO, Gladys Sabina. Nação e cidadania em alguns jornais da época da Abdicação: uma análise dos periódicos *O Republico* e *O Tribuna do Povo*. In: LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito (Orgs.). *Entre a Monarquia e a República: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008. p. 35-60. O segundo texto é a tese de doutorado de Fernanda Cláudia Pandolfi, que analisa a constituição do espaço público e da opinião pública no Rio de Janeiro nos anos finais do Primeiro Reinado. PANDOLFI, Fernanda Cláudia. *A abdicação de D. Pedro I: espaço público da política e opinião pública no final do Primeiro Reinado*. [Tese de Doutorado] Assis/SP: UNESP, 2007. Para a imprensa da segunda metade do Dezenove, conferir: MENEZES, Lená Medeiros de. A imigração nos anúncios de jornais do Rio de Janeiro: facetas parisienses do sonho civilizatório. In: LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito (Orgs.). 2008. p. 221-242; e MACHADO, Humberto Fernandes. Imprensa abolicionista e a censura no Império do Brasil. In: LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito (Orgs.). 2008. p. 243-257.

⁴⁰ Espaço de publicização da política é uma expressão alcunhada por Marcelo Cheche Galves para tratar da atuação da imprensa maranhense no processo de independência. GALVES, Marcelo Cheche. *Ao público sincero e imparcial: Imprensa e Independência do Maranhão (1821-1826)*. Niterói: PPGH/UFF, 2010. p. 28.

⁴¹ MOREL, Marco. 2005. p. 151.

⁴² MOREL, Marco. 2005. p. 18.

⁴³ MOREL, Marco. 2005. p. 156. Grifo nosso.

Para Morel, as expressões manuscritas, verbais e gestuais não são devidamente estudadas nas produções acadêmicas muito em função de serem informações fugidias ao pesquisador e, portanto, difíceis de captar nas fontes. Essas práticas de comunicação perduraram mesmo após consolidada a imprensa periódica e provavelmente continham o interdito, aquilo que não podia ser escrito ou falado dentro dos limites vigentes. Analisá-las permite vislumbrar a política no cotidiano, numa sociedade marcada por costumes típicos do Antigo Regime⁴⁴.

Na obra de Marco Morel, a imprensa periódica perpassa, com bastante fluidez, as três concepções de espaço público. Em primeiro lugar porque os impressos foram decisivos na configuração de uma esfera pública de opinião; em segundo, porque participaram ativamente da adaptação e difusão de obras literárias a um público maior do que o estritamente leitor; e, finalmente, porque foram absorvidos pelos espaços geográficos da capital do Império, indicando a existência de certa geografia de sociabilidades impressas.

Marco Morel afirma que a imprensa brasileira da primeira metade do Oitocentos foi um agente de mobilização e de divulgação de ideias e um catalisador de disputas políticas. Para ele, os jornais foram partícipes das “[...] transformações nos espaços públicos, [da] modernização política e cultural de instituições, [do] processo de independência e de construção do Estado nacional”⁴⁵. Os anos compreendidos entre 1820 e 1840 assistiram à explosão da palavra pública, com o crescimento da imprensa periódica e dos impressos em geral, mas igualmente desenvolveu-se a prática associativa, marcada pelas associações leigas, maçônicas, filantrópicas, patrióticas, entre outras. O espaço público transformava-se hibridamente; expandia traços de modernidade política, atuando como arena de participação política, e mantinha práticas arcaicas de comunicação⁴⁶.

Os estudos a respeito da circulação de impressos na Corte brasileira durante o século XIX constituem leitura obrigatória para os pesquisadores do tema. Dada sua condição de sede administrativa e econômica do país, o Rio de Janeiro polarizou as discussões na imprensa periódica do período, proporcionando a nós, historiadores, uma série de registros. Por outro lado, é possível analisar a formação da imprensa

⁴⁴ MOREL, Marco. 2005. p. 224.

⁴⁵ MOREL, Marco & BARROS, Mariana Monteiro. 2003. p. 7.

⁴⁶ MOREL, Marco. 2005. p. 209.

brasileira sob a ótica de outras regiões do Brasil, distantes geograficamente do epicentro do poder durante o Império, mas com uma atividade jornalística tão intensa quanto a da cidade imperial.

Nesse sentido, citamos a pesquisa de Ariel Feldman, que discute a trajetória do padre Miguel do Sacramento Lopes Gama na vida pública de Pernambuco a partir de sua atuação em duas tribunas: a assembleia provincial e a imprensa. Feldman analisa o periódico *O Carapuço*, redigido por Lopes Gama durante os anos de 1832 a 1842. Esse jornal, bastante utilizado em estudos sobre o folclore e o cotidiano pernambucano, teve sua dimensão política pouco explorada pelos pesquisadores, talvez porque o próprio Lopes Gama afirmava, na epígrafe de cada exemplar, que se tratava de um jornal “só *per accidens* político”⁴⁷.

Para Ariel Feldman, “[...] os costumes, os vícios e a moral não foram os aspectos centrais desse jornal, pois as discussões políticas ocuparam lugar privilegiado e primordial”⁴⁸. Ele comprova que Lopes Gama utilizava-se de recursos linguísticos, como o humor e a sátira, para legitimar ideias com implicações institucionais concretas. Submeter ao escárnio os vícios da sociedade recifense tornava possível colocar em ridículo também as opiniões políticas contrárias às do redator d’*O Carapuço*. Com uma escrita risível, Lopes Gama produziu extensos editoriais publicados em seu jornal sobre a situação política vivida no Brasil daqueles anos. Um exemplo foi a crítica a respeito das razões do insucesso das instituições democráticas e representativas no Brasil⁴⁹. Considerando a atuação quase ininterrupta de Miguel do Sacramento Lopes Gama na Assembleia Provincial de Pernambuco e na imprensa, Ariel Feldman conclui que essa personagem atuou decisivamente na construção dos espaços públicos da província de Pernambuco⁵⁰.

Marcelo Cheche Galves, por sua vez, estuda a construção de espaços públicos de representação política na província do Maranhão na década de 1820, a partir da

⁴⁷ FELDMAN, Ariel. *O império das carapuças: espaço público e periodismo político no tempo das regências (1832-1842)*. [Dissertação de Mestrado] Curitiba/PR: PPGH/UFPR, 2006. p. 6.

⁴⁸ FELDMAN, Ariel. 2006. p. 10.

⁴⁹ FELDMAN, Ariel. 2006. p. 10.

⁵⁰ FELDMAN, Ariel. *Espaço público e formação do Estado nacional brasileiro: a atuação do padre carapuço (1822-1852)*. [Tese de Doutorado] São Paulo: PPGH/FFLCH/USP, 2012. p. 319.

circulação de impressos, abaixo-assinados e reuniões políticas⁵¹. Em sua tese de doutorado, Galves analisa a atuação dos maranhenses no processo da independência brasileira desde a adesão ao constitucionalismo português (em abril de 1821) até “[...] o reconhecimento de um novo centro de autoridade estabelecido no Rio de Janeiro” (em 1826)⁵². Nesse ínterim, o autor constata que os jornais maranhenses participaram ativamente da movimentação política, ascendendo à condição de espaço de discussão política. Tendo a imprensa como uma das dimensões da esfera pública de representação política, Marcelo Galves investiga, a exemplo de Marco Morel para o Rio de Janeiro, o processo de coexistência de novas formas de se fazer política com velhas práticas do Antigo Regime⁵³.

Os trabalhos de Ariel Feldman e de Marcelo Cheche Galves confirmam a existência de atividade impressa no nordeste brasileiro, em Pernambuco e no Maranhão, desde a primeira metade do século XIX⁵⁴, período de agitação política em diversas províncias e de afirmação do Estado nacional brasileiro⁵⁵. A mesma constatação pode ser feita sobre a imprensa mineira, cujos primeiros periódicos surgiram no alvorecer de 1820, conforme mostram as pesquisas de Rodrigo Fialho Silva e de Luciano da Silva Moreira.

O cenário da análise de Rodrigo Fialho Silva compreende duas regiões da província de Minas Gerais, Ouro Preto e São João d’El-Rey⁵⁶. A pesquisa de Fialho Silva identifica a existência de uma rede de sociabilidade impressa entre os periódicos mineiros publicados no intervalo de 1823 a 1831. Esses jornais acompanhavam o tom das folhas impressas da Corte imperial e até das de Pernambuco e do

⁵¹ GALVES, Marcelo Cheche. *Ao público sincero e imparcial: imprensa e independência do Maranhão (1821-1826)*. [Tese de Doutorado] Niterói/RJ: PPGH/UFF, 2010. p. 25.

⁵² GALVES, Marcelo Cheche. 2010. p. 25.

⁵³ GALVES, Marcelo Cheche. 2010. p. 306.

⁵⁴ No Pará, província localizada no norte do Brasil, as primeiras tipografias também surgiram na primeira metade do século XIX (na década de 1820), motivadas, principalmente, pela recusa dos paraenses em aderir à independência brasileira. Nos anos de 1830, a produção de impressos atingiu seu ápice com a deflagração da cabanagem, revolta que perdurou de 1835 a 1849. LIMA, Guilherme Cunha; LIMA, Edna Cunha; MARTINS, Fernanda de O. *Apontamentos para uma história do design gráfico no Brasil – o caso do Pará – levantamento das empresas tipográficas do Pará entre 1820 e 1850*. [Mimeo]. Disponível em: <www.academia.edu>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2014.

⁵⁵ “Fechar o abismo da revolução e parar o carro revolucionário [disse] Bernardo Pereira de Vasconcelos, um dos políticos mais influentes durante as Regências”. MOREL, Marco. *O período das regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. p. 20.

⁵⁶ SILVA, Rodrigo Fialho. *Nas Minas... por entre “typos”, jornais e tintas: sociabilidade impressa e debate político na Província das Gerais (1823-1831)*. [Tese de Doutorado] Rio de Janeiro: PPGH/IFCH/UERJ, 2011.

Maranhão, pois não se furtavam ao debate político. Os diálogos travados *na e pela* imprensa mineira ao longo do Primeiro Reinado construíam alianças entre os membros das elites letradas da região⁵⁷.

Rodrigo Fialho argumenta que as redes de sociabilidade impressa estenderam-se para além dos limites geográficos de Minas Gerais, porque os redatores mineiros permutavam jornais com outras províncias brasileiras, produzindo intenso trânsito cultural⁵⁸. Ele defende que os impressos constituíam espaço de sociabilidade e também esfera pública de opinião, devido à publicação de críticas à política desenvolvida em Minas Gerais. Mais uma vez, verifica-se o uso político dos jornais por grupos adversários, nesse caso, no interior do sudeste brasileiro⁵⁹.

Luciano da Silva Moreira, por seu turno, concorda com Rodrigo Fialho a respeito da importância da imprensa para a configuração de uma esfera pública de poder na província mineira. Abrangendo um recorte temporal mais longo, que vai de 1828 a 1842, Luciano Moreira discute, em sua dissertação de mestrado, os espaços de sociabilidade em Minas Gerais, onde os impressos circulavam, eram lidos e debatidos. Além disso, mostra que num cenário de rivalidades e lutas políticas “[...] as armas dos combatentes eram forjadas em papel e tinta”⁶⁰.

Da leitura de periódicos, panfletos e proclamações, Luciano Moreira identifica traços da cultura política mineira que negavam a participação popular, atrelando a imagem do imperador à do Estado. O autor reitera a posição defendida pelos demais pesquisadores aqui apresentados de que os impressos foram espaço de participação política, “[...] ampliando os debates e repercutindo nas práticas e representações políticas”⁶¹. Ele conclui, então, que “[...] um incipiente ‘espaço público’ realmente se constituiu na província de Minas Gerais” na primeira metade do Oitocentos⁶².

Imprensa e política mantiveram-se foco das investigações de Luciano da Silva Moreira em sua tese de doutorado. Nessa pesquisa, os jornais foram

⁵⁷ SILVA, Rodrigo Fialho. 2011. p. 19.

⁵⁸ SILVA, Rodrigo Fialho. 2011. p. 19.

⁵⁹ SILVA, Rodrigo Fialho. 2011. p. 22.

⁶⁰ MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e Política: espaço público e cultura política na província de Minas Gerais (1828-1842)*. [Dissertação de Mestrado] Belo Horizonte: FFCH/UFMG, 2006. p. 10.

⁶¹ MOREIRA, Luciano da Silva. 2006. p. 235.

⁶² MOREIRA, Luciano da Silva. 2006. p. 236.

simultaneamente fonte e objeto⁶³. Luciano Moreira identifica as linguagens políticas presentes nos impressos e de que maneira eles contribuíram para a formação de uma esfera pública de opinião. O recorte espacial foi alargado, incluindo, além de Minas Gerais, a província de São Paulo.

Tanto em Minas quanto em São Paulo a imprensa foi atuante politicamente e aguerrida, “[...] exercendo papel importante no jogo de forças que se processou entre a abertura da Assembleia Legislativa Geral, em 1826, e os movimentos liberais de 1842”⁶⁴. Ganham destaque na análise de Luciano Moreira as redes de sociabilidade viabilizadas, principalmente, pelas estradas que cortavam as duas províncias por onde circulavam pessoas e periódicos. Havia um cenário de lutas discursivas nessas regiões na primeira metade do século XIX. Entre réplicas e tréplicas nas imprensas mineira e paulista, forjava-se uma opinião pública⁶⁵. Os impressos foram fundamentais para a vida política das duas províncias estudadas, porque “fazer a guerra e persuadir as assembleias pela arte da retórica, tudo isso não é propriamente política, mas é condição para o exercício dela”⁶⁶.

Já tratamos da atividade impressa na Corte e nas províncias de Minas Gerais e de São Paulo. Cabe falar, pois, da última província que, junto com as demais, forma o que hoje conhecemos por Sudeste brasileiro: o Espírito Santo. Aqui, as pesquisas historiográficas a respeito da produção e circulação de impressos durante o século XIX encontram-se em desenvolvimento, com destaque para os estudos que discutem a relação entre imprensa e política. Trata-se de iniciativas pontuais, realizadas em nível de pós-graduação, cujos resultados evidenciam o papel desempenhado pelos jornais na vida pública espírito-santense.

Em primeiro lugar, apresentamos o trabalho de Mariana de Almeida Pícoli, que analisou os movimentos emancipacionista e abolicionista desenvolvidos em Vitória durante os anos de 1869 a 1888 a partir do levantamento de jornais impressos na capital da Província⁶⁷. De acordo com Mariana Pícoli, a imprensa periódica capixaba

⁶³ MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e opinião pública no Brasil Império: Minas Gerais e São Paulo (1826-1842)*. [Tese de Doutorado] Belo Horizonte: FFCH/UFMG, 2011. p. 24.

⁶⁴ MOREIRA, Luciano da Silva. 2011. p. 14.

⁶⁵ MOREIRA, Luciano da Silva. 2011. p. 179.

⁶⁶ MOREIRA, Luciano da Silva. 2011. p. 258.

⁶⁷ PÍCOLI, Mariana de Almeida. *Ideias de liberdade na cena política capixaba: o movimento abolicionista em Vitória (1869-1888)*. [Dissertação de Mestrado] Vitória: PPGHIS/UFES, 2009.

foi um importante canal de discussão das ideias antiescravistas, dada a publicação de editoriais que discutiam as medidas necessárias à extinção da escravidão no Brasil, se mais incisivas ou a longo prazo, e a transcrição exaustiva de notícias sobre os movimentos encabeçados por outras províncias⁶⁸. Os redatores também utilizavam as páginas impressas para convocar a população local a participar dos eventos organizados em prol da liberdade dos escravos⁶⁹.

Comparando o movimento antiescravista de Vitória com o de outras províncias brasileiras (Ceará, Rio de Janeiro e São Paulo), Mariana Pícoli acredita ter sido a campanha desenvolvida no Espírito Santo de caráter mais moderado no que concerne à intensidade das manifestações públicas, não havendo registros de fugas em massa, nem revoltas e tendo pouca participação popular⁷⁰. Para essa autora, o abolicionismo capixaba caracterizou-se pelo uso disseminado da imprensa como espaço de discussão das ideias libertárias⁷¹.

Karulliny Silverol Siqueira também atribui papel político significativo à imprensa produzida na Província do Espírito Santo a partir de 1860, quando os periódicos passaram a discutir deliberadamente a vida política provincial. Em sua dissertação de mestrado, Karulliny Siqueira investiga a formação dos partidos políticos Conservador e Liberal na Província a partir da análise de jornais e documentos oficiais. Para ela, a criação dos dois grandes partidos “[...] fez da imprensa um veículo necessário aos conflitos políticos existentes naquele período [...]”⁷² e a transformou em interlocutora legítima para tratar de assuntos públicos.

Karulliny Siqueira defende que somente após 1860 é possível falar em partidos políticos no Espírito Santo. Até esse decênio, o que existiam eram grupos políticos marcados pelo pessoalismo da figura de seus líderes. A autora adita que “a utilização de novas práticas políticas, sobretudo a inclusão da imprensa como *locus* de debate e propaganda, além de modificações ocorridas na própria elite [...]”

⁶⁸ PÍCOLI, Mariana de Almeida. 2009. p. 68.

⁶⁹ PÍCOLI, Mariana de Almeida. 2009. p.79.

⁷⁰ “Diferente das campanhas realizadas na Corte, representadas por José do Patrocínio, em São Paulo, por Luiz Gama e no Ceará, pelos jangadeiros Francisco José do Nascimento e José Napoleão, em Vitória, elementos dos estratos populares da sociedade participaram das manifestações apenas como espectadores”. PÍCOLI, Mariana de Almeida. 2009. p. 87.

⁷¹ PÍCOLI, Mariana de Almeida. 2009. p. 136-137.

⁷² SIQUEIRA, Karulliny Silverol. *Os apóstolos da liberdade contra os operários da calúnia: a imprensa política e o Parlamento nas disputas políticas da Província do Espírito Santo, 1860-1880*. [Dissertação de Mestrado] Rio de Janeiro: PPGH/ICHS/UFRRJ, 2011. p. 27-30.

tornaram viável a formação das identidades partidárias em nível provincial⁷³. Os jornais constituíam, então, instrumentos pedagógicos e espaço para questionamentos, além de difundirem elementos da cultura política partilhada por membros da elite política provincial⁷⁴.

Observamos que as pesquisas abordadas concordam a respeito da função pública exercida pelos impressos no Brasil do século XIX. Seja na Corte, no Maranhão ou no Espírito Santo, a imprensa periódica amplificou as disputas políticas e forjou redes de sociabilidade. Imprensa e política são palavras que parecem quase indissociadas na história brasileira do Oitocentos, primeiro porque os impressos se transformaram em espaço de crítica da vida pública; e segundo, porque tornaram possível a emergência de uma esfera pública de opinião baseada no fenômeno da opinião pública.

2.2 A política no cotidiano capixaba

Vitória, capital da Província do Espírito Santo, primeira metade do Oitocentos. Os documentos produzidos por autoridades públicas informam que os capixabas viviam em plena ordem⁷⁵; o sossego e a tranquilidade públicos permaneciam inalterados⁷⁶. Aqui não se imprimia jornais; reinavam outras formas de comunicação. Tratamos, nesta seção, da circulação das vozes em Vitória até os anos 1840. Interessa-nos a *vox populi* que povoava as ruas capixabas com rumores, gritos e gestos, manifestações difíceis de captar nas fontes documentais e, portanto, quase imperscrutáveis ao pesquisador.

Para Arlette Farge, essas manifestações compunham o que ela denominou de opinião pública para a Paris do século XVIII, período marcado por comportamentos e valores típicos do Antigo Regime⁷⁷. As expressões manuscritas, verbais e gestuais dessa centúria sobreviveram à virada para o Oitocentos, impregnando a vida

⁷³ SIQUEIRA, Karulliny Silverol. 2011. p. 81.

⁷⁴ SIQUEIRA, Karulliny Silverol. 2011. p. 89.

⁷⁵ Registro da correspondência com a Presidência da Província do Espírito Santo. Série Acioly, Livros 56 e 57, Fundo Governadoria, APEES.

⁷⁶ Nas próximas páginas, explicamos a origem da caracterização do Espírito Santo como uma província pacata, que vivia dentro dos limites da ordem. No capítulo seguinte, voltamos ao assunto. Adiantamos que não se tratava de pré-disposição individual de cada capixaba, mas sim de ações deliberadas por parte da elite política do lugar.

⁷⁷ FARGE, Arlette, 1992. p. 10-11.

cotidiana de reminiscências setecentistas⁷⁸. Sobre isso, Marco Morel assegura que as primeiras décadas do século XIX constituem uma época híbrida⁷⁹, em que conviviam práticas antigas e outras que se pretendiam modernas⁸⁰.

A partir da definição de Farge, entendemos opinião popular as opiniões originadas nas sociabilidades desenvolvidas nos ambientes públicos de Vitória, onde predominavam a comunicação oral e visual e potencialmente envolviam pessoas de *status* sociais diferentes, considerando que esses espaços eram franqueados a toda a população. Essas sociabilidades, informais, eram tecidas no ritmo da vida cotidiana⁸¹, cujas interações previam modos de ver e ser visto, formas de falar, interjeitar, de se apresentar e, diga-se, representar⁸². Concordamos com Marco Morel a respeito da importância da opinião popular “[...] para a política vivida no cotidiano numa sociedade em que a linguagem visual alcançava repercussão maior do que o registro letrado, sobretudo devido ao predomínio do analfabetismo”⁸³.

Para além de uma atividade “racionalmente articulada”, nesta tese, a política é estudada incluindo sua perspectiva de práxis social vivenciada no dia a dia. Em Vitória, ela afirmava-se como relação social e interpessoal, permeada por (des)afetos, temores, atrevimentos e idiosincrasias⁸⁴.

Conta Luiz Serafim Derenzi que em 1820 a população de Vitória, capital da então Capitania do Espírito Santo, entrou em confronto com o governador recém-nomeado, Baltazar de Souza Botelho de Vasconcelos, por temer que o governante

⁷⁸ MOREL, Marco. 2005. p. 224.

⁷⁹ MOREL, Marco. 2005. p. 223.

⁸⁰ Empregamos o termo modernidade no sentido apregoado por GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. Madri: MAPFRE, 1992.

⁸¹ O cotidiano refere-se ao tempo do acontecimento e ao do não acontecimento. Engloba, assim, tanto o instantâneo quanto o duradouro dentro da história, pois apresenta dois sentidos temporais complementares: o do acontecimento de um dia, num tempo brevíssimo, e o que acontece todos os dias, num tempo potencialmente longo. GUARINELLO, Norberto Luiz. Festa, trabalho e cotidiano. In: JANCSÓ, István & KANTOR, Iris. *Festa: cultura & sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: EDUSP/FAPESP/Imprensa Oficial, 2001. v. 2, p. 24-25.

⁸² Para Maurice Agulhon, essa sociabilidade é caracterizada pela informalidade dos encontros, no que concerne à inexistência de ambiente preestabelecido para o intercurso social, tal como ocorre nas reuniões de associações fechadas e em clubes particulares. AGULHON, Maurice. La Sociabilidad como categoría histórica, In: FUNDACION MARIO GONGORA. *Formas de Sociabilidad en Chile, 1840-1940*. Santiago do Chile: Vivaria, 1992, p. 8.

⁸³ MOREL, Marco. 2005. p. 224 e p. 228.

⁸⁴ MOREL, Marco. 2005. p. 227.

fosse favorável aos interesses da metrópole portuguesa, no que tocava ao Brasil, e contrário às Cortes constituintes de Lisboa⁸⁵.

Os embates iniciaram-se ainda nos primeiros meses de 1820, quando membros da tropa de linha e do povo manifestaram-se contra a administração do governador, mas foram abafados. Em abril do mesmo ano, a população se rebelou mais uma vez contra a administração de Botelho de Vasconcelos. A insatisfação ganhou as ruas da cidade; houve protestos, desobediência à ordem de fechar as portas do comércio e publicação de pasquins⁸⁶. A instabilidade manteve-se na capital e em julho daquele ano a tropa de linha se rebelou novamente, dessa vez exigindo a substituição do comandante de armas.

Juntaram-se civis e perturbaram a vida da cidade com arruaças e tiros. Souza Botelho conformou-se e deu o comando ao sargento artilheiro José Marcelino de Vasconcelos. O povo arriscou-se, na confusão atemorizante, por pedir a formação de um governo provisório. Souza Botelho, por prudência ou para despistar, mandou que se lhe representasse por escrito. Apenas 'um caixeiro e um boticário' assinaram o manifesto. Não vingou. A malquerença ao governador não cessara. Na falta de imprensa, os manuscritos anônimos eram afixados nos portais das casas mais frequentadas. Em um deles, lia-se ameaça terrificante ao governador: 'Se nesta vires trinta do corrente, morrerás, corcunda, infalivelmente'⁸⁷.

Os conflitos ocorridos em Vitória no primeiro semestre de 1820 mostram as formas de ação política dos capixabas envolvidos nas manifestações. Em primeiro lugar, notamos que o movimento contou com a participação de um público diversificado, pois Luiz Serafim Derenzi menciona o envolvimento de tropas de linha, do povo e de comerciantes. Da mesma forma, publicaram-se pasquins, que provavelmente expunham críticas à gestão de Botelho de Vasconcelos⁸⁸. Não temos registro dos lugares onde esses pasquins eram distribuídos, mas é possível que utilizassem o

⁸⁵ Baltazar de Sousa Botelho Vasconcelos era um administrador colonial português. Antes de ser nomeado para o governo da Capitania do Espírito Santo esteve à frente do governo da Capitania do Piauí, onde tomou posse em 10 de janeiro de 1814. Ali governou até 14 de julho de 1819. Sua administração na capitania piauiense foi marcada pela mudança da capital a Parnaíba. Disponível em: <<http://corrente.pi.gov.br/primordios-historicos/>>. Acesso em: 10 de agosto de 2013.

⁸⁶ DAEMON, Bazílio Carvalho. 2010. p. 303.

⁸⁷ DERENZI, Luiz Serafim, 1965, p. 132.

⁸⁸ Não localizamos no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) e na Biblioteca Nacional (BN) nenhum exemplar de pasquins confeccionados em Vitória durante o século XIX.

mesmo critério adotado para os manuscritos, que eram afixados nas casas mais frequentadas da capital da Capitania do Espírito Santo.

O ajuntamento de que fala Derenzi caracterizava-se pela reunião de civis que perturbavam o cotidiano da cidade com arruaças. *Civil* é a denominação dada ao que não é militar nem religioso, ao passo que *arruaça* significa desordem na rua⁸⁹. Luiz Serafim Derenzi também utiliza a expressão *povo* para se referir ao conjunto dos participantes, o que talvez indique certa pluralidade na composição do público envolvido nesses eventos. Tanto *civis* e *arruaça* quanto a opção pela palavra *povo* possibilitam inferir que as manifestações em desaprovação ao governador reuniram indivíduos de diferentes posições sociais e que o ambiente escolhido para esses eventos foram as ruas da capital, provavelmente porque se tratava de um espaço onde as manifestações teriam maior visibilidade e era compartilhado pela população como um todo.

A oralidade também está presente na descrição das desordens, porque Serafim Derenzi destaca que o *povo* requereu a constituição de um governo provisório, ao que o governador respondeu que se fizesse a solicitação por escrito. Exigiu-se, portanto, a formalização do pedido, constando as assinaturas dos requerentes; era um manifesto manuscrito. Na falta de imprensa local, os boatos dos acontecimentos eram alimentados por pasquins, manifestos e manuscritos anônimos. O anonimato possibilitava que as pessoas escrevessem sobre o que ou quem quisessem, com a suposta garantia de preservação da identidade do autor da mensagem e de proteção contra possíveis retaliações.

Os manuscritos tinham publicidade específica, pois eram afixados nos portais das casas mais frequentadas de Vitória. E a que horas era feita a distribuição dos manuscritos pelas ruas da capital? Durante o dia poderia haver testemunhas que pudessem identificar o entregador, por isso, o mais provável é que a afixação dos papéis ocorresse durante a noite, quando a escuridão favorecia o segredo e o proibido.

⁸⁹ Considerando o ano de publicação do livro de Derenzi, 1965, utilizamos um dicionário também editado no século XX. A versão digital está disponível em: <<http://www.dicionariodoaurelio.com/>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2014.

A escolha das casas a receberem os manuscritos não era aleatória, porque eram selecionadas apenas “as mais frequentadas”, provavelmente se referindo às famílias com alguma preeminência na cidade de Vitória. Talvez elas próprias fossem as destinatárias das mensagens constantes nesses papéis avulsos ou indivíduos de suas redes de sociabilidade. Não recuperamos exemplares desses manuscritos, mas o trecho citado por Derenzi indica o teor do documento: a política local. Era clara a associação feita pelos manifestantes da figura de Botelho de Vasconcelos com os interesses da metrópole portuguesa; chamavam-no de corcunda⁹⁰.

Manifestos, manuscritos e pasquins faziam as vezes da imprensa na publicidade dos acontecimentos em Vitória. Tais formas de comunicação sobreviveram ao longo das décadas da primeira metade do Dezenove na capital, pelo menos é o que indica a existência de duas tipografias que imprimiam pasquins em 1842, uma situada na Rua São Francisco e outra na Rua da Praia⁹¹. Embora os capixabas não tivessem à disposição jornais produzidos em Vitória, eles já contavam com outros tipos de escritos impressos. Quem nos fornece a informação é o comandante do corpo policial de Vitória, Maia Parahyba.

[...] se eu e as minhas patrulhas não respeitássemos o estado d'algumas pessoas, decerto os *pasquins* não apareceriam, porque certo *padre*, que por vezes foi encontrado *fora d'horas* pelas ruas iria para a cadeia e as tipografias das ruas de S. Francisco e Praia não teriam entregadores⁹².

Maia Parahyba sugere que a distribuição desses escritos era feita *fora d'horas* pelas ruas de Vitória. A expressão utilizada pelo comandante de polícia dá a entrever que a entrega dos pasquins ocorria à noite, quando muitos já se recolhiam aos lares e as vizinhanças capixabas adormeciam. Comparados aos jornais, esses impressos avulsos tinham certa vantagem: baixo custo de impressão (considerando o tamanho e a qualidade do papel utilizado) e distribuição clandestina, que podia favorecer o anonimato.

⁹⁰ “O termo corcunda (carcunda) apresentou a maior relação de identidade com o despotismo. Foi uma forma que conheceu ampla divulgação no vocabulário político de 1820 a 1823, servindo para referir-se de maneira acintosa a todos os que estavam a serviço do ideário do Antigo Regime, contrários às ideias constitucionais das Cortes soberanas de Lisboa e favoráveis ao absolutismo”. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. 2003. p. 132.

⁹¹ A Rua Duque de Caxias era popularmente conhecida pelos capixabas como Rua da Praia. No anexo D desta tese, é possível visualizar todas as tipográficas localizadas em Vitória durante o recorte temporal da pesquisa.

⁹² DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, nº 273, de 7 de dezembro de 1842, p. 3.

Ficamos a imaginar o ritmo acelerado em que trabalhavam os tipógrafos à época de eleições, quando os sentimentos políticos ficavam mais acalorados; a produção de pasquins devia aumentar dado o uso político desses papéis. Era preciso ganhar a simpatia e o voto dos eleitores, além de afligir os adversários. Como esses papeluchos eram recebidos pela população capixaba e mesmo pelos políticos locais⁹³? É provável que tivessem alguma eficácia, pois os registros mostram o uso dessa forma de comunicação em décadas diferentes da primeira metade do século XIX.

Arruaças, manuscritos, manifestos e pasquins são elementos da opinião popular capixaba gestada nas sociabilidades do cotidiano, que também incluíam boatos e episódios de intrigas e injúrias. Os rumores, as vozes públicas, ocupavam os espaços de Vitória; sua duração era efêmera, mas muitas vezes eficaz⁹⁴. Nicholas DiFonzo atribui bastante importância aos rumores, também chamados de boatos, pois acredita serem eles “[...] atores influentes no teatro da vida. Eles causam ou contribuem para uma série de resultados importantes”⁹⁵.

DiFonzo define os boatos como atos de comunicação sobre informações não verificadas que circulam sobre assuntos considerados relevantes por certo grupo social. Em geral, eles “[...] surgem em situações de ambiguidade, ameaça real ou potencial; e são usados por pessoas que tentam compreender ou gerenciar o risco”⁹⁶. Na política, os boatos são igualmente importantes, dada sua capacidade de neutralizar ameaças, denegrir adversários e defender a posição de uma causa ou grupo político⁹⁷.

Nas eleições para deputação geral de 1842, vários rumores circularam pela cidade de Vitória e em freguesias vizinhas a respeito dos candidatos Manoel de Freitas Magalhães e João Lopes da Silva Couto. Os boatos acirravam os ânimos entre partidários de ambos concorrentes e davam conta das supostas ações de determinado partido para vencer o escrutínio.

⁹³ Papelucho era um termo usado na época para se referir a impressos não caracterizados como jornais. Tinham formato de impressão diferenciado, mais barato, e eram distribuídos muitas vezes à noite.

⁹⁴ MOREL, Marco. 2005. p. 231.

⁹⁵ DIFONZO, Nicholas. *O poder dos boatos: como os rumores se espalham, ditam comportamentos, podem ser administrados e por que acreditamos neles*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. p. 29.

⁹⁶ DIFONZO, Nicholas, 2009. p. 42-43.

⁹⁷ DIFONZO, Nicholas, 2009. p. 44 e 49.

Constando à mesa eleitoral desta cidade que boatos aterradores se espalham por parte de um partido que empreendeu vencer a todo custo a eleição de deputado por esta Província; roga a mesma mesa a Vossa Senhoria a expedição de suas ordens para que amanhã, dia da votação, se poste na porta do colégio um guarda, não só para fazer respeitar o ato, como para manter a ordem, se o que não é de esperar de alguém pretender perturbá-la. Vitória, 1º de outubro de 1842. Assinado por Dionísio Alvaro Rezendo (presidente da mesa) e José Ribeiro Coelho (secretário)⁹⁸.

Os boatos foram qualificados de *aterradores* por Dionyzio Alvaro Rezendo e José Ribeiro Coelho, membros da mesa eleitoral, ao ponto de solicitarem a presença de um guarda à porta da igreja matriz para garantir a votação e manter a *ordem*. Não sabemos ao certo que afirmações esses boatos espalhavam, mas parece que foram iniciados por parte de um partido que pretendeu vencer a todo custo. O adjetivo *aterrorador* atribuído aos rumores sugere que se tratava de uma ameaça ou algo a temer; da mesma forma que o pedido da presença de um guarda no dia da votação (por receio de haver desordens) corrobora nossa suspeita sobre o conteúdo dessas afirmações.

Por outro lado, é preciso relativizar o discurso de Dionyzio Rezendo em relação aos boatos, porque talvez o presidente do colégio eleitoral da capital quisesse proteger interesses escusos. Nas eleições para a Câmara de Deputados de 1842, Rezendo apoiava o candidato João Lopes da Silva Couto, ex-presidente da Província do Espírito Santo⁹⁹. Ao que parece, o membro da mesa eleitoral teria recebido um conto de réis de Lopes Couto para garantir a *ordem* no dia da votação na igreja matriz da capital e a vitória do ex-administrador provincial. Quem sabe os boatos foram classificados de *aterradores* exatamente porque informavam a intenção dos eleitores em votar no concorrente capixaba ao cargo, Manoel de Freitas Magalhães, ameaçando os planos dos clubistas de Lopes Couto.

Gritos e vozes nas ruas de Vitória eram comuns, principalmente em períodos de eleições, quando os ânimos políticos pareciam ficar mais aflorados. José Ribeiro Coelho, membro da mesa qualificadora do pleito eleitoral de 1842 (em que se espalharam boatos), era delegado de polícia da capital da Província do Espírito

⁹⁸ *Correspondência ao presidente da Província do Espírito Santo, Senhor João Lopes da Silva Coito*. Registro da correspondência com a Presidência da Província do Espírito Santo. Série Acioly, Livro 41, Fundo Governadoria, APEES.

⁹⁹ Na seção 2.3 deste capítulo, tratamos com mais vagar sobre as denúncias feitas na imprensa sobre o pleito de 1842, em Vitória.

Santo. Na eleição de 1843, ele se desentendeu com indivíduos que atuavam no pleito. O episódio ocorreu no dia 30 de abril desse ano, mas os rumores sobre o fato perduraram dias.

A mesa paroquial desta cidade faltaria ao seu dever se por ventura não levasse ao alto conhecimento de Vossa Excelência o escandaloso fato praticado pelo delegado desta cidade, o cidadão José Ribeiro Coelho, na noite de 30 do mês próximo findo. Eram oito para nove horas da noite estando a mesa no exercício de suas funções presente grande número de votantes, que pacíficos e quietos esperavam sua vez para entregarem suas cédulas, quando aquele delegado passou sob frívolos pretextos a insultar a mesa chamando-a em altas vozes de injusta, parcial e arbitrária, levando depois seu arrogo e audácia a prorromper nestas insultantes palavras: esta eleição é uma eleição de bêbados. Este ato, Excelentíssimo Senhor, praticado por uma autoridade policial e que ia comprometendo a tranquilidade pública que, aliás, Vossa Excelência tanto se empenha em manter, é tão escandaloso; indica em seu autor tanto desrespeito às leis e às autoridades constituídas, que a mesa se julga na restrita obrigação de levar perante Vossa Excelência e confia que Vossa Excelência dará as providências que julgar convenientes. Deus guarde a Vossa Excelência. Igreja Matriz. 2 de maio de 1843¹⁰⁰.

A desinteligência havida entre delegado e membros da mesa, alcunhada de fato *escandaloso*, chama a atenção pelo horário em que ocorreu, entre 20 e 21 horas. Nesse horário, *grande* número de votantes *pacíficos* e *quietos* ainda esperava sua vez de entregar as cédulas na igreja matriz.

Observamos que os autores da correspondência destacaram a quantidade de votantes que aguardavam para votar e o comportamento deles na fila. Essa informação tem importância porque indica que muitas pessoas presenciaram o fato praticado por José Ribeiro Coelho e que somente ele agiu dessa maneira, posto que os demais votantes (em grande número) aguardavam pacificamente e em silêncio. Além disso, o destaque dado à quantidade de votantes mostra que os gritos foram presenciados e ouvidos por muitos espectadores que talvez tenham espalhado o boato sobre a confusão.

De acordo com a correspondência, José Ribeiro Coelho proferia insultos em altas vozes à mesa paroquial, desqualificando o trabalho desenvolvido nas eleições. Os

¹⁰⁰ Correspondência ao presidente da Província do Espírito Santo, Brigadeiro Venceslau de Oliveira Bello. Registro da correspondência com a Presidência da Província do Espírito Santo. Série Acioly, Livro 41, Fundo Governadoria, APEES.

gritos do delegado, que berrava estar diante de uma *eleição de bêbados*, ecoavam na praça da igreja matriz. Os subscritores da correspondência esperavam alguma punição por parte da presidência da Província, mas nenhum documento foi localizado que indique ter sido Ribeiro Coelho advertido.

Concluimos que boatos e gritos compunham as tramas das sociabilidades políticas de Vitória na primeira metade do século XIX. Somados aos manifestos, manuscritos e pasquins, essa teia de expressões constituía a opinião popular capixaba do período. Numa sociedade marcada pela oralidade característica do Antigo Regime, eram instrumentos importantes para a circulação das vozes e difusão de informações¹⁰¹.

Da leitura dos documentos, identificamos alguns espaços onde a opinião popular se formava no intercurso das sociabilidades: a igreja matriz (e seu entorno) e as ruas. A igreja matriz de Vitória localizava-se numa praça na ilha de Vitória e se comunicava com as ruas José Marcelino, Professor Baltazar, do Sacramento, Dois de Dezembro, Pedro Palácio e com a Ladeira da Matriz¹⁰². Vários caminhos, portanto, levavam à igreja, lugar importante para a política local. Ali se instalava o colégio eleitoral da capital no período de eleições, para onde se dirigiam votantes e elegíveis no dia do depósito das cédulas eleitorais.

Consideramos a igreja matriz e sua praça lugares de política para além do dia de votação, pois os trabalhos relativos ao pleito iniciavam-se antes do escrutínio e prolongavam-se após a eleição *stricto sensu*. Assim, durante alguns meses, esses locais atraíam a atenção dos indivíduos interessados nas tramas da política capixaba. Na porta e nas paredes da igreja matriz eram afixadas as listas de votantes e elegíveis, os avisos da junta qualificadora e da mesa paroquial e o levantamento dos fogos¹⁰³. Qualquer informação a respeito da eleição era obtida dirigindo-se à matriz e lendo os documentos pregados.

A ausência de listas, por sua vez, provocava atritos entre a junta qualificadora e os indivíduos que se julgavam prejudicados. Nas eleições à deputação geral de 1844, o

¹⁰¹ MOREL, Marco. 2005. p. 224-228.

¹⁰² No anexo A da tese, a igreja matriz é identificada com o número 16 na legenda da planta de André Carloni.

¹⁰³ Fogos era a denominação utilizada para casas habitadas. Na igreja matriz também eram afixadas listas dos destinatários das correspondências trazidas pelo correio.

padre Ignácio Rodrigues Bermude elaborou uma representação endereçada à presidência da Província do Espírito Santo questionando a falta de uma lista na porta da matriz e discriminava os prejuízos que a falha poderia acarretar.

[...] Ignácio Rodrigues Bermude, usando do direito que lhe concede a lei, vai perante Vossa Excelência mostrar que até este momento não existe na porta da matriz lista pela qual os cidadãos possam conhecer se seus nomes estão inscritos [...], por isso não havendo tempo para as reclamações legais, ficarão os cidadãos privados de seu direito de reclamar; nestes termos o suplicante espera que Vossa Excelência mande que a junta qualificadora cumpra com a lei expondo as listas ao público, para serem examinadas. Vitória, 6 de setembro de 1844¹⁰⁴.

Dias depois da primeira reclamação, Ignácio Rodrigues Bermude reuniu um grupo de indivíduos para assinar outra representação com o mesmo teor da anterior. Dessa vez, os representantes revelavam que fora afixada uma lista na porta da igreja matriz, mas o documento foi dilacerado por conter informações falsas. Mais uma vez, Rodrigues Bermude e apoiadores requeriam do presidente da Província que cobrasse uma resposta da junta qualificadora.

Os abaixo assinados, cidadãos votantes e elegíveis da freguesia desta cidade, vendo aproximar-se o dia vinte e dois do corrente mês em que deve ter lugar a eleição primária e não existindo na porta da matriz a lista geral que deveria por 15 dias pela qual os cidadãos possam conhecer se seus nomes estão nela inscritos sendo o motivo desta falta, como é constante, ter se dilacerado a lista que se pregou sem dúvida para encobrir outras, pois que se falsificavam as cópias que se extraíram do original, nas quais se eliminaram os nomes de muitos cidadãos votantes e elegíveis, ficando assim muitos privados dos direitos que a constituição lhes outorga, atos estes que induzem nulidades nas eleições que poderão privar a província de ter seu representante na assembleia geral [...]. Vitória, 11 de setembro de 1844. O bacharel Ignacio Rodrigues Bermude – Manoel Nunes Pereira – Domingos Rodrigues Souto – Manoel Caetano Simões – Manoel Goulart de Souza – o capitão Serafim José dos Anjos Vieira – João Teixeira Maia – Francisco de Amorim Machado – Manoel Pinto Ribeiro – João da Silva Moraes – Francisco Caetano Simões – Manoel da Motta Franco – João Moreira da Motta – Venceslau da Costa Vidigal¹⁰⁵.

¹⁰⁴ *Representação ao presidente da Província do Espírito Santo, Dom Manoel de Assis Mascarenhas.* Registro da correspondência com a Presidência da Província do Espírito Santo. Série Acioly, Livro 41, Fundo Governadoria, APEES. p. 79.

¹⁰⁵ *Representação ao presidente da Província do Espírito Santo, Dom Manoel de Assis Mascarenhas.* Registro da correspondência com a Presidência da Província do Espírito Santo. Série Acioly, Livro 41, Fundo Governadoria, APEES. p. 83.

Afirmavam os representantes que muitos cidadãos tiveram seus nomes excluídos da lista destruída, privando-os do direito de votar e serem votados. Em resposta às acusações, a junta qualificadora questionava como os representantes, desconhecedores do conteúdo da lista desaparecida, podiam asseverar com tanta veemência quais nomes faltavam. Era, no mínimo, suspeito.

[A Junta] não pode compreender como o mesmo padre Bermude e os cidadãos Manoel Caetano Simões e Venceslau Ferreira da Costa Vidigal dizendo-se tão ignorantes do que continha a lista afixada e segundo dizem dilacerada, possam saber com certeza que tais e tais pessoas foram prejudicadas na qualificação como mostram pelas reclamações que em nome dessas pessoas tem feito à junta; entretanto, não se atreve esta a argui-los de autores ou colaboradores do ato grandemente repreensível e escandaloso de arrancar-se a lista da porta da igreja. A junta, excelentíssimo senhor, afixando a lista como era do seu dever satisfazer o preceito da lei e por mais que consulte esta, não vê disposição que a mande renovar tantas vezes quantas for desencaminhada pelos perversos e nem lhe cabe já tempo senão para afixar a lista aditiva. Vitória em junta paroquial, 13 de setembro de 1844. O presidente – José Ribeiro Coelho – vencido em parte o coadjutor Joaquim de Santa Maria Madalena Duarte – Francisco de Borja Braga, subdelegado de polícia¹⁰⁶.

A junta suspeitava que Ignácio Rodrigues Bermude pudesse ter acintosamente arrancado a lista de votantes originalmente pregada na porta da matriz com o intuito de gerar atraso aos trabalhos eleitorais e ganhar tempo para cooptar Joaquim de Santa Maria Madalena Duarte, padre e membro da junta, a quem convenceria a respeito da ilegalidade da relação de nomes produzida pela junta. Ignácio Bermude, de sua parte, acusava Francisco de Borja Braga e José Ribeiro Coelho de terem falsificado a lista de votantes, porque pertenciam “[...] a um partido que era munido de todas as suas forças para vencer nas eleições e não contando com a maioria dos cidadãos indispensáveis tomam esses meios embora reprovados”¹⁰⁷.

Francisco Braga e José Ribeiro Coelho declaravam ao presidente da Província que Ignácio Rodrigues Bermude, aspirante à deputação geral, tinha em seu poder um *enxame* de cédulas eleitorais obtidas *a torto e à direita* pelos seus apoiadores e que muitos dos nomes não eram nem qualificados como votantes. Talvez por isso tenha

¹⁰⁶ Resposta à representação de Ignácio Rodrigues Bermude e... ao presidente da Província do Espírito Santo, Dom Manoel de Assis Mascarenhas. Registro da correspondência com a Presidência da Província do Espírito Santo. Série Acioly, Livro 41, Fundo Governadoria, APEES. p. 84.

¹⁰⁷ Representação ao presidente da Província do Espírito Santo, Dom Manoel de Assis Mascarenhas. Registro da correspondência com a Presidência da Província do Espírito Santo. Série Acioly, Livro 41, Fundo Governadoria, APEES. p. 87.

fascinado o reverendo Joaquim de Santa Maria Madalena Duarte, coadjutor na junta de qualificação, para se declarar desagradado com os trabalhos de qualificação, exigindo outra e negando a lista que assinara e fora arrancada da matriz na noite de 1º de setembro de 1844.

Ao que parece, Joaquim Madalena Duarte entregou uma cópia fiel da relação a Rodrigues Bermude e talvez por isso o original tenha desaparecido, por não conter alguns nomes de indivíduos cujos votos eram imprescindíveis para o padre aspirante à deputação geral¹⁰⁸. As investidas de Ignácio Rodrigues Bermude não lograram êxito, pois da eleição de 1844 saiu vitorioso o coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim para a vaga na Câmara dos Deputados. A narrativa dos eventos ocorridos na igreja matriz e nos arredores comprova a importância desse ambiente para a vida pública capixaba do Oitocentos, pois em período de eleições a igreja se transformava em um lugar de política.

Outro espaço privilegiado da política vivida no cotidiano eram as ruas capixabas¹⁰⁹: as arruaças contra Botelho de Vasconcelos, a distribuição clandestina de papéis manuscritos, a proliferação de boatos, os gritos e as vozes públicas, tudo isso ocorreu em ruas de Vitória. Elas seriam um ponto estratégico de observação, conversa e sociabilidade e “[...] parecem integrar-se ao espaço doméstico da casa, ou a casa parece estender-se por sobre as ruas”¹¹⁰. A rua é o espaço do concomitante, pois “[...] muitos encontros espontâneos, informais e improvisados podem ocorrer em simultâneo”¹¹¹.

As ruas eram lugares importantes para a vida pública capixaba da primeira metade do Dezenove. Elas se transformavam em cenas de poder; *locus* da política vivida no cotidiano, em que participavam na qualidade de espectadores ou atores até os habitantes de poucas (ou nenhuma) posses que “[...] não interferiam diretamente nas decisões do poder”¹¹². Esses espaços da cidade foram apropriados num mesmo

¹⁰⁸ Segunda resposta à representação de Ignácio Rodrigues Bermude ao presidente da Província do Espírito Santo, Dom Manoel de Assis Mascarenhas. Registro da correspondência com a Presidência da Província do Espírito Santo. Série Acioly, Livro 41, Fundo Governadoria, APEES. p. 90.

¹⁰⁹ MOREL, Marco. 2005. p. 165.

¹¹⁰ SIEBER, Tim. Ruas da cidade e sociabilidade pública. In: CORDEIRO, Graça Índias & VIDAL, Frédéric (Orgs.). *A rua: espaço, tempo, sociabilidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008. p. 52.

¹¹¹ HOLSTON, James. *The modernist city: an anthropological critique of Brasília*. Chicago: University of Chicago Press, 1989. p. 107. Tradução livre.

¹¹² MOREL, Marco. 2005. p. 165-166.

período de variadas maneiras pela população, com arruaças, vozes, gritos, festejos e celebrações.

Entre os eventos festivos e de celebração, destacamos os espetáculos de exposição do poder monárquico, bastante comuns no Brasil do Oitocentos. Trata-se de manifestações em apoio à monarquia, cortejos à efígie do imperador, *te deum laudamus*¹¹³, procissões e representações teatrais que atribuíam conteúdo político às ruas da capital. A diversão era anunciada por um pregoeiro mascarado que percorria os quarteirões capixabas com tocadores de tambor e de zabumba, bradando o máscara¹¹⁴: “quem quiser se divertir por hora e meia, à praça do Colégio vá, pois temos ceia”¹¹⁵.

O palco para a encenação das peças era armado artesanalmente na praça da ladeira do Palácio do Governo provincial. Os festejos em solenidade à pátria e aos sentimentos nacionais eram capazes de reunir “[...] fidalgos e plebeus, ricos e pobres, vilões e campônios, senhores e escravos, militares e paisanos, e até sacerdotes [...]”¹¹⁶. Mas indivíduos de *status* sociais diferentes não ocupavam o mesmo espaço nas celebrações. Em toda a extensão da ladeira e de um lado e outro do palco do teatro erigiam-se camarotes ocupados pelas “[...] famílias e cavalheiros mais distintos da sociedade” capixaba. O restante do público se acotovelava para acompanhar as peças teatrais¹¹⁷, sentando-se em bancos, cadeiras, tamboretas e esteiras¹¹⁸.

A iluminação do teatro improvisado era feita com azeite de peixe distribuído em tigelas de barro que “[...] umedecendo capulhos de algodão, ateavam com o fogo chamas que derramavam a luz por todo o espaço exterior e interior do palco”¹¹⁹. Antes de iniciar a cena dramática, o presidente da Província do Espírito Santo

¹¹³ Hinos de louvor cantados em homenagem a uma autoridade ou ao santo protetor de irmandade religiosa.

¹¹⁴ Indivíduo mascarado que apresentava à população o espetáculo a ser dramatizado.

¹¹⁵ SIQUEIRA, Francisco Antunes de; ACHIAMÉ, Fernando A. M. *Memórias do passado: a Vitória através de meio século*. Vitória: Flor&Cultura/Cultural-ES, 1999. p. 46.

¹¹⁶ SIQUEIRA, Francisco Antunes de; ACHIAMÉ, Fernando A. 1999. p. 42.

¹¹⁷ Representavam-se as peças: Inês de Castro, Dom José I, O poeta e a inquisição, Os salteadores de Mongrève, Zulmira, O juiz de paz da roça, Zamquizarra, O aprendiz de ladrão, O doutor Sovina, Quem casa quer casa, O irmão das almas e Judas em sábado de Aleluia. SIQUEIRA, Francisco Antunes de; ACHIAMÉ, Fernando A. 1999. p. 44.

¹¹⁸ SIQUEIRA, Francisco Antunes de; ACHIAMÉ, Fernando A. 1999. p. 43.

¹¹⁹ SIQUEIRA, Francisco Antunes de; ACHIAMÉ, Fernando A. 1999. p. 43.

convidava empregados públicos, militares e membros do clero para assistirem a um *te deum* na capela nacional dentro do palácio.

À frente do palácio, bandas de música da guarda nacional e das irmandades religiosas revezavam-se na tarefa de animar os presentes. Principiava o espetáculo um quadro simbólico que celebrava o Estado nacional brasileiro com figuras de “[...] personagens históricas, emblemas e brasões nacionais; estandartes, armas, destroços, regimentos e tambores”¹²⁰.

As cerimônias em homenagem à família imperial contavam com cortejos à effígie do imperador pelas ruas de Vitória, banquetes e bailes¹²¹. O nascimento de herdeiros de Pedro I também movimentava o cotidiano capixaba com iluminação das casas de particulares e de repartições públicas:

Fazendo sentir o desejo de que a Câmara convide os habitantes da capital para iluminarem a frente de suas casas por três dias pela agradável notícia do nascimento do príncipe imperial, constando por uma embarcação procedente da Corte do Império que se realizou ali no dia 19 de julho próximo findo o nascimento do príncipe imperial e devendo ter lugar todas as demonstrações de regozijo por tão fausto motivo, cumpre que a Câmara Municipal desta cidade, fazendo chegar essa agradável notícia ao conhecimento de seus habitantes os convide para iluminarem por três dias, principiando de hoje, a frente de suas casas. [...] Vitória, 8 de agosto de 1848¹²².

As comemorações pelo nascimento de Pedro II duraram dias. Encerrado o período de iluminação das frentes das moradas e dos edifícios públicos, o presidente da Província convidou um grupo seleta de indivíduos para participar de um *petit comité* na capela do palácio¹²³. Em 12 de agosto de 1848, reuniram-se políticos locais, comerciantes, padres e funcionários públicos para um *te deum* em ação de graças a

¹²⁰ SIQUEIRA, Francisco Antunes de; ACHIAMÉ, Fernando A. 1999. p. 44.

¹²¹ SIQUEIRA, Francisco Antunes de; ACHIAMÉ, Fernando A. 1999. p. 47.

¹²² Registro da correspondência do Governo Provincial com a Câmara Municipal de Vitória. Série 751 Livros, Livro 174, Fundo Governadoria, APEES.

¹²³ Foram convidados: Comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim; Manoel Nunes Pereira; José Rodrigues Saraiva; José Joaquim Guinzã; Manoel do Couto Teixeira; Tenente Coronel Gaspar Manoel de Figueira; Antonio Coitinho de Alvarenga; João Teixeira Maya; Dr. Ignacio Rodrigues Bermude; João Antonio Pessoa; Francisco Caetano Simões; Miguel Rodrigues Batalha; Manoel Pinto Aleixo; Capitão de Engenheiros Damazo da Fonseca Lima; Manoel de Siqueira e Sá Junior; Manoel de Siqueira e Sá; João de Siqueira; Manoel Gonçalves Meirelles; David de Benedito; Cirurgião Francisco Barata; Manoel Teixeira da Silva; Phillippe Pornin; Manoel de Moraes Coitinho; Tenente Sebastião Joaquim de Alencastre; Major Manoel Antonio Pereira; Frei João Nepomuceno Valadares; Padre Ignacio Felix de Alvarenga Salles; Manoel Ferreira das Neves; Manoel das Neves Xavier; Major Francisco de Paula Xavier; Manoel Ferreira de Quadros; Manoel Ferreira Barros; Vicente José Gonçalves de Sousa; Padre Joaquim de Santa Maria Magdalena Duarte Affonso.

Pedro II; findo esse ato, saíram em procissão com a efígie da majestade imperial ao som de bandas musicais¹²⁴. O cortejo priorizava as ruas capixabas onde funcionavam lojas comerciais, talvez devido ao movimento de entrada e saída de clientes nos estabelecimentos, que possibilitava maior número de espectadores ao préstito.

O comércio capixaba era ativo. Embora faltem registros específicos a respeito dos estabelecimentos comerciais para a primeira metade do século XIX, relatos esparsos coletados na bibliografia de consulta sugerem que a população tinha à sua disposição oficinas, quitandas, tabernas e pequenas lojas de secos e molhados¹²⁵. Esses ambientes não se restringiam à comercialização de produtos; eram também espaços de sociabilidade. O vai e vem de clientes nas lojas e o funcionamento prolongado até às 22 horas possibilitavam encontros, reuniões e discussões políticas.

As alterações sobre política chegavam quase às vias de fato, a exemplo da bulha entre Maia Parahyba e Luiz Ferreira de Mattos na loja de fazendas de Manoel Joaquim Ribeiro, em 1842.

No dia 3 de outubro próximo passado chegando eu [Maia Parahyba] ao quartel com o corpo policial do meu comando, vindo da mostra, distribui o serviço e largando a espada fui à vizinha loja de fazendas do Sr. Manoel Joaquim Ribeiro, na Rua da Praia. Aí entrando-se na ordem do dia as eleições apareceu Luiz Ferreira de Mattos bem conhecido nesta cidade pelas suas façanhas e tomando parte na conversa tive ocasião de disputar com ele em defesa do homem que o havia hospedado por mais de dois anos e a quem ele tão mal retribuía. Então quis ele fazer comigo uma das suas, pretendendo puxar do bolso da calça o seu *inseparável* para ferir-me talvez, o que não pôde conseguir porque acudindo o dono da casa e alguns soldados foi ele preso. Depois disto saiu da loja imediatamente o Sr. José Francisco Ribeiro a tomar-me satisfação; respondi-lhe que a questão não era com ele e que fosse vender os seus côvados de chita e nada mais houve. Eis os grandes insultos feitos por mim aos srs. europeus e ao respeitável corpo do comércio desta praça!¹²⁶

A loja de fazendas de Manoel Joaquim Ribeiro localizava-se numa das ruas mais movimentadas da capital, a Rua da Praia (mais tarde, Rua Duque de Caxias). De

¹²⁴ Registro da correspondência do Governo Provincial com a Câmara Municipal de Vitória. Série 751 Livros, Livro 174, Fundo Governadoria, APEES. p. 167-168.

¹²⁵ DERENZI, Luiz Serafim, 1965; NOVAES, Maria Stella de. *História do Espírito Santo*. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1968; SIQUEIRA, Francisco Antunes de; ACHIAMÉ, Fernando A. 1999.

¹²⁶ DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, n. 273, de 7 de dezembro de 1842, p. 3.

acordo com a narrativa de Maia Parahyba, as eleições para a Câmara de Deputados estavam na *ordem do dia*, sugerindo que fosse o assunto do momento. Defensor da candidatura de João Lopes da Silva Couto, ex-presidente da Província do Espírito Santo, o comandante do corpo policial conversava com o dono da loja quando se intrometeu Luiz Ferreira de Mattos.

Luiz Ferreira de Mattos tinha má fama em Vitória, pois Maia Parahyba afirma ser ele “[...] bem conhecido nesta cidade pelas suas façanhas”. Ferreira de Mattos e Maia Parahyba discutiram calorosamente, ao ponto de Mattos sacar seu *inseparável* (talvez uma arma) para afligir o comandante. A agressão física foi impedida por Manoel Joaquim Ribeiro e soldados que ali também estavam. Já fora da loja, Maia Parahyba foi abordado por outro comerciante de fazendas, José Francisco Ribeiro, que reprovou seu comportamento. Os dois trocaram algumas afrontas, mas logo cessaram. Parahyba informa que os comerciantes com quem se desentendeu eram europeus, pois em tom irônico afirmou: “[...] eis os grandes insultos feitos por mim aos senhores europeus e ao corpo do comércio desta praça”.

As discussões sobre a vida política local nos comércios de Vitória eram comuns nas primeiras décadas do século XIX. De acordo com Francisco Antunes de Siqueira, esses conventículos ocorriam, na maioria das vezes, à noite¹²⁷: “se a polícia dispersasse os ajuntamentos noturnos nos conventículos e tavernas, os nossos costumes seriam outros e gozaríamos os foros de uma cidade civilizada”¹²⁸.

Analisando a trajetória da cena pública capixaba no primeiro quartel do Oitocentos, identificamos quais formas de comunicação reinavam. A política fazia parte do cotidiano dos capixabas, com celebrações monárquicas, representações teatrais e manifestações populares, como desordens, gritos e boatos. Na falta de imprensa, imperavam outras práticas de circulação das vozes: manuscritos, manifestos, pasquins, vozes públicas e rumores. A opinião popular era forjada nas sociabilidades informais.

¹²⁷ Segundo o dicionário de época Antonio de Moraes Silva, conventículo significa um “ajuntamento de poucas pessoas que maquinam algum mal ao público ou a particulares”. SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado*, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. p. 325. O dicionário Aurélio, por sua vez, informa que se trata de uma “reunião clandestina de conspiradores; conluio, conciliábulo”. Disponível em: <<http://www.dicionariodoaurelio.com/>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2014.

¹²⁸ SIQUEIRA, Francisco Antunes de; ACHIAMÉ, Fernando A. 1999. p. 49.

Essas formas antigas de circulação das vozes sobreviveram durante todo o século XIX em Vitória, sendo possível percebê-las, por exemplo, quando da publicidade dos editais públicos. Com a criação da imprensa capixaba, a partir de 1849, a divulgação desses editais passou a ser realizada por meio dos jornais, mas foi mantido o costume de afixá-los nas portas de igrejas, na secretaria da Câmara Municipal de Vitória e nas lojas de comércio¹²⁹.

2.3 O Espírito Santo na imprensa da Corte

A imprensa periódica produzida na capital da Província do Espírito Santo foi um empreendimento tardio¹³⁰. Os primeiros jornais só vieram a público no limiar da segunda metade do Oitocentos. Acreditamos que esse atraso seja expressão dos riscos inerentes à empreitada: a aquisição dos maquinários para impressão dos jornais era onerosa e não havia apoio das lideranças políticas da Província, que procuravam a qualquer custo manter o *sossego público* da região. De acordo com Karulliny Silverol Siqueira, data das primeiras décadas do Dezenove a constituição de uma elite política local – os *condutores da ordem* –, comprometida com a causa da independência brasileira e com a manutenção da ordem monárquica. Tratava-se de uma elite “[...] homogênea em caráter social e ideológico e conhecedora das demandas locais [capaz] de construir o tão propagado ‘espírito ordeiro e pacífico’ de seus cidadãos”¹³¹. A elite a que se refere Siqueira era composta por indivíduos como Inácio Pereira Duarte Carneiro¹³², Dionyzio Álvaro Rezendo¹³³, Francisco de Andrade e Almeida Monjardim¹³⁴ e Luís da Silva Alves de Azambuja Suzano¹³⁵.

¹²⁹ Em edital publicado no *Jornal da Victoria* n. 9, de 30 de abril de 1864, assegurava-se que “[...] a notícia chegasse ao conhecimento de todos, mandando publicar o edital na imprensa e afixando-o nos lugares do costume” (p. 4).

¹³⁰ Nossa assertiva baseia-se na comparação realizada entre as províncias do Espírito Santo e as de Minas Gerais, São Paulo, Maranhão e Pernambuco. Nessas regiões, os periódicos começaram a ser produzidos ainda no período colonial.

¹³¹ SIQUEIRA, Karulliny Silverol. 2011. p. 67-75.

¹³² Coronel de milícias e proprietário da fazenda Borba, localizada em Viana, foi incumbido por Francisco Alberto Rubim de abrir uma estrada de comunicação da capitania do Espírito Santo com a de Minas Gerais. OLIVEIRA, José Teixeira de. História do Estado do Espírito Santo. 3 ed. Vitória: APEES/SECULT, 2008. p. 274.

¹³³ Militar, elevado a oficial maior, Dionyzio Rezendo ocupou diversas posições de prestígio na sociedade capixaba do Dezenove: foi eleito deputado provincial em várias legislaturas, secretário da Câmara Municipal de Vitória (1830), ocupou a presidência da Província do Espírito Santo em 1835 e a vice-presidência nos biênios de 1862/1863 e 1868/1869, atuou como Diretor-Geral de Instrução Pública do Espírito Santo (1872), além de ser jurado e irmão na Irmandade da Misericórdia (em 1834 foi escolhido para ser escrivão da confraria). OLIVEIRA, José Teixeira de. 2008. p. 543-544; GOULARTE, Rodrigo da Silva. *Figurões da terra: trajetórias e projetos políticos no Espírito Santo de*

Esses *condutores da ordem* pretenderam assegurar o sossego público dessa porção do Império, de modo que as manifestações políticas eram controladas para impedir que estourassem em terras capixabas conflitos de natureza semelhante às revoltas regenciais ocorridas em outras províncias brasileiras¹³⁶. Afirmaram alguns indivíduos da época que esses movimentos não encontravam eco na Província do Espírito Santo. A falta de uma imprensa ativa na Província teria sido uma das responsáveis pelo isolamento da população frente à efervescência política das vizinhas Minas Gerais e Rio de Janeiro, por exemplo. Nesse sentido, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim informou, com satisfação, ao Visconde de Macaé, que pouco sabiam os capixabas sobre os últimos acontecimentos das regiões vizinhas, e mesmo de outros países, porque não existia uma imprensa local para divulgar essas notícias. Atribuía-se a essa carência a ordem e a tranquilidade da Província:

Em ofício de vinte e dois de maio de 1848, José Francisco Andrade e Monjardim, então à frente da Administração provincial, informava ao visconde de Macaé, titular da pasta do Império: 'Respondendo ao Aviso reservado de dezessete de abril próximo findo, que tive a honra de receber em quinze do corrente, no qual V. Excia. tratando dos acontecimentos ocorridos na França onde desapareceram as instituições fundamentais do Estado, desenvolve a política seguida pelo governo imperial, recomendando ao mesmo tempo a mais perfeita conformidade nos atos desta presidência com os princípios de Justiça de tolerância e fidelidade nos quais está assente essa política [...] E por esta ocasião cumpre-me participar a V. Excia. que a notícia dos mencionados acontecimentos causou alguma

Oitocentos. [Dissertação de Mestrado] Vitória: PPGHIS/UFES, 2006. 102-158; DECUZZI, Caio Rabello. *O debate em perspectiva: a atuação do jurado e seus ecos no discurso da elite política (1842-1871)*. [Relatório final] Vitória: Programa Institucional de Iniciação Científica/UFES, 2012.

¹³⁴ O coronel Monjardim, conforme ficou conhecido pela historiografia local, foi um político de envergadura ímpar. Esteve no palco da política do Espírito Santo desde a Junta Provisória de Governo, em 1821, até o final do século XIX (legislativa de 1880/1881). Em 1830 e em 1832, ocupou por quatro vezes o governo interino da Província. Além disso, foi vereador da Câmara Municipal de Vitória, membro do Conselho Geral, do Conselho Administrativo da Província e do Conselho de Governo. Era maçom e irmão da Irmandade da Misericórdia. No ato da coroação de D. Pedro I foi agraciado com a insígnia de Cavaleiro da Ordem do Cruzeiro, em 1822. GOULARTE, Rodrigo da Silva. 2006. p. 33-119.

¹³⁵ Nascido em 20 de agosto de 1791, no Rio de Janeiro, Azambuja Suzano cursou o seminário de São Joaquim e, em 1811, veio para Vitória, no Espírito Santo. Atuou como professor de língua latina na capital capixaba e desde então nunca largou a vida pública. Foi membro da Junta do Governo Provisório, de 1822 a 1824. Após a dissolução desse governo, trabalhou na tesouraria da Fazenda da Província. Foi juiz de paz e deputado provincial, sendo condecorado com o Hábito da Ordem de Cristo e com o Oficialato da Rosa. Aventurou-se pela literatura, escrevendo vários livros, desde compêndios de ortografia a textos sobre plantação de café. Em termos de conduta política era considerado conservador monarquista. Dados extraídos da biografia publicada pelo ESPÍRITO-SANTENSE, ano III, n. 258, 28 de agosto de 1875. p. 4.

¹³⁶ SIQUEIRA, Karulliny Silverol, 2011.

sensação nesta capital, mas em poucas pessoas, pois que sendo a maioria de seus habitantes, e a de todos os outros pontos da Província, inteiramente estranha à política, pouca, ou nenhuma importância presta a semelhantes notícias, que, além disso, não podem aqui ser, felizmente, transcritas por falta de imprensa o que concorre por sem dúvida para manter-se o proverbial sossego, que de há muito goza a mesma Província, a qual, V. Excia. o sabe, há atravessado as crises revolucionárias, que têm abalado o Império, sempre fiel ao imperador e às instituições juradas¹³⁷.

Monjardim afirmava que a falta de uma imprensa para transcrever as notícias de alhures concorria, favoravelmente, para a manutenção da situação pacífica do Espírito Santo. No entanto, é necessário questionar esse isolamento da Província, porque o fato de não ter existido jornais locais em circulação nas primeiras décadas do Dezenove não significou falta de acesso a jornais de outras províncias. Encontramos cartas de capixabas publicadas em periódicos da Corte, o que indica que os jornais **de fora** eram lidos com certa frequência pela população local. É possível que as folhas viessem junto com as malas do correio nas embarcações que atracavam na barra da Ilha de Vitória a cada cinco dias¹³⁸.

As cartas publicadas por capixabas nos jornais do Rio de Janeiro apresentavam uma característica comum: versavam sobre política. Os registros localizados compreendem os anos de 1830 a 1850, sendo o mais antigo uma correspondência impressa no jornal *Sete de Abril*, de 1836. Esse periódico pertencia à tipografia Americana de I. P. da Costa e era publicado às quartas e aos sábados na Corte. Poderia ser adquirido por meio de assinatura semestral no valor de 2\$000 (dois mil réis) ou por números avulsos vendidos a 80 réis cada. A correspondência era anônima (foi assinada pelo *admirador dos admiradores*). Ela foi publicada na edição nº 363 do *Sete de Abril*, de 20 de julho de 1836.

CORRESPONDÊNCIA - Sr. Sete. Muito me admira que o nosso Governo, no momento mesmo em que anuiu a representação pela qual os amantes da ordem no Rio Grande do Sul reclamaram a conservação do Sr. Araujo Ribeiro na presidência daquela província, tivesse removido o Sr. Elisiário para Santa Catarina! Merecerá o Sr. Elisiário mais crédito no conceito dos amantes da ordem em Santa Catarina do que no dos do Rio Grande?

Muito me admira também que o nosso governo com o único fim de empoleirar o Sr. Elisiário houvesse demitido da Presidência de Santa

¹³⁷ OLIVEIRA, José Teixeira de, 2008. p. 356.

¹³⁸ Nas edições de 1842 do *Diário do Rio de Janeiro* há informações detalhadas sobre saída e chegada dos malotes do correio para a cidade de Vitória, capital da Província do Espírito Santo.

Catarina ao Sr. José Marianno de Albuquerque Cavalcanti que ali exercera com honra aquele emprego poucos meses! Haveria alguma representação dos amantes da ordem contra S. Exc.?!

Muito me admira mais que o nosso Governo, que tão pronto se mostrou em atender ao pedido de uma porção dos habitantes do Rio Grande tivesse tratado com formal desprezo uma representação da Assembleia Provincial do Espírito Santo, suplicando a conservação do Sr. Joaquim José de Oliveira na respectiva Presidência! Será a província do Espírito Santo menos digna de atenção do que as mais províncias do Império?!

Muito me admira que a razão dada para a demissão do Sr. Oliveira seja a de não ter S. Ex. estado por certas recomendações que d'aqui lhe foram feitas, quando o Governo mandou proceder à eleição para Senador, segundo o disse um Nobre Deputado na Câmara Eletiva! E uma razão da natureza desta poderá, em caso algum, justificar o procedimento de uma Administração que se gaba de imparcial?!

Muito me admira igualmente que se acuse o sr. Ministro da Guerra de ter contribuído para a demissão do Sr. Oliveira, por isso que aquele Presidente não *ajeitou a cabala* em favor de seu irmão, o Sr. Francisco de Lima! Mas quem, como eu, conhece o caráter daquele Sr. poderá sinceramente julgá-lo capaz de um vingança tão baixa? Pretender-se-ia que o Sr. Oliveira invadissem com força armada o poder eleitoral?!...

Muito me admira enfim não saber o nosso Governo que a província do Espírito Santo vive tranquila debaixo da Administração do Sr. Oliveira! Não saber que S. Exc. fazendo cair a espada da lei sobre os facciosos e sobre os dilapidadores dos dinheiros públicos, tem feito grande serviço ao Estado! [...] *O admirador dos admiradores* (grifo nosso)¹³⁹.

A carta, publicada na última página do *Sete de Abril*, questionava alguns atos do governo regencial recorrendo ao uso da anáfora “Muito me admira que o nosso Governo” no início de alguns parágrafos. A intenção do *admirador dos admiradores* era dupla: primeiro, enfatizar o descaso do governo regencial para com a Província do Espírito Santo; segundo, informar que ele *muito se envergonhava do governo regencial*. A narrativa comparava outras regiões com a Província do Espírito Santo. Esta tinha pouco ou nenhum prestígio no quadro das províncias brasileiras, pois o pedido de *uma porção* de habitantes do Rio Grande do Sul valia mais do que uma *representação do corpo dos deputados provinciais* da Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo.

¹³⁹ SETE DE ABRIL, n. 363, de 20 de julho de 1836, p. 4.

De acordo com José Murilo de Carvalho, a desigualdade de prestígio das províncias era realidade no Brasil oitocentista. Em 1860, essa desigualdade foi oficialmente reconhecida por meio de um projeto enviado à Câmara. Nesse projeto, as províncias seriam agrupadas em três classes: “[...] a primeira incluiria São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Maranhão e Pará; a segunda, Sergipe, Goiás, Mato Grosso, Alagoas, Paraíba e Ceará; a terceira, Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Amazonas e Piauí”¹⁴⁰. A falta de importância político-econômica do Espírito Santo traduzia-se até mesmo na remuneração paga aos Presidentes de Província que para cá eram nomeados, pois os salários variavam conforme a classe da região, se de 1ª, 2ª ou 3ª *grandeza*.

Na publicação do *Sete de Abril* de 1836, os deputados do Espírito Santo suplicavam pela manutenção de Joaquim José de Oliveira à frente do governo provincial¹⁴¹. O *admirador* acusava o governo regencial de ter retirado José de Oliveira da presidência da Província do Espírito Santo por ele não ter acatado a indicação vinda da Corte de um candidato ao Senado que deveria ser eleito por essa província. Indignado, o autor ataca a administração regencial, chamando-a de parcial. As acusações incluem até denúncia contra o Ministro da Guerra, que teria contribuído para a demissão de Joaquim José de Oliveira por este não ter *cabalado* em favor de Francisco de Lima, irmão do Ministro. O conteúdo da publicação levanta a suspeita de que seu subscritor fosse alguém envolvido nos assuntos políticos capixabas, ou mesmo um deputado provincial.

A publicação no *Sete de Abril* não foi exceção. Os presidentes da Província foram assunto de várias cartas publicadas nos jornais da Corte entre 1830 e 1850. Em 1838, por exemplo, a Assembleia provincial decidiu publicar no *Chronista* um

¹⁴⁰ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4. ed. 2008. p. 128. Para Geert Banck, a marginalização do Espírito Santo teve origem ainda no período colonial e em parte porque a cultura da cana-de-açúcar “[...] não dera certo e os povoados principais – Vitória e Vila Velha – viviam da exploração de uma regredida agricultura de subsistência”. BANCK, Geert. *Dilemas e símbolos: estudos sobre a cultura política do Espírito Santo*. 2. ed. ampliada. Vitória: EDUFES, 2011. p. 39-40.

¹⁴¹ Joaquim José de Oliveira era coronel de engenheiros e esteve à frente da Província do Espírito Santo de 28 de maio de 1835 a 23 de setembro de 1836. Em ofício dirigido ao titular da pasta do Império, datado de junho de 1835, José de Oliveira informava a indispensável necessidade de imprimir em outra província os atos legislativos da Assembleia do Espírito Santo, por não haver tipografia na Província. DAEMON, Bazílio Carvalho, 2010. p. 358.

manifesto contra José Thomaz Nabuco de Araujo¹⁴², presidente da Província do Espírito Santo no período de 8 de novembro de 1836 a 26 de março de 1838.

Pedem-nos a inserção do seguinte: ESPÍRITO SANTO. Senhor! A assembleia legislativa da província do Espírito Santo [...] vem hoje perante o augusto trono de V. M. I. apresentar uma resenha franca e leal dos mais notáveis fatos ocorridos na administração provincial pela presidência do senador José Thomaz Nabuco de Araujo, que calculando sobre seus interesses particulares, só cura em dar expansão a caprichos, ódios, patronatos e boemias indiscretas, sempre contrárias à ordem e prosperidade pública, e ao fiel cumprimento das leis.

Senhor! Desde a época fatal em que este presidente recebeu as rédeas da administração, afetado das paixões com que desenvolveu a ardilosa cabala a seu favor na eleição de senador, disseminando a intriga no meio dos habitantes da província; jamais ela pôde gozar daquele estado delicioso, que a paz e a união mútua dos cidadãos costumam inspirar nos povos de um país constitucional: porque tendo ele para conseguir essa eleição atropelado a honra, empregos, direitos e tranquilidade dos cidadãos que caíram em seu desagrado por o não lisonjearem, não hesitou mesmo em comprometer para com o governo de V. M. I. o nome pacífico de uma província, que tem dado sobejas provas de obediência e fidelidade à constituição do império, figurando-se revoltada, e mesmo incitando a revolta para dar pasto ao ódio e vingança contra os eleitores que os não sufragaram. A isto acresce uma negligência, uma ineptidão espantosa, que tem tornado como em abandono toda a marcha da pública administração. O relatório apresentado pelo presidente na abertura da assembleia falta de franqueza e de informações positivas e exatas dos negócios essenciais da província é por si só a prova dessa negligência e ineptidão. E as informes contas em um rol, a que s. ex. deu o nome de balanços não deixam dúvida de que na matéria este alto funcionário assina de cruz e desconhece absolutamente o valor os algarismos.

Senhor! Milhares de homens ilustrados e beneméritos aguardam os acenos de V. M. I. um deles que mais instruído, menos soberbo e caprichoso, mais inteligente dos negócios da pública administração se encarregue da presidência desta província é tudo quanto suplica e espera da benevolência de V. M. I. a assembleia legislativa da

¹⁴² José Thomaz Nabuco de Araujo nasceu em 14 de agosto de 1813, na Bahia. Filho de uma família de origem portuguesa, Nabuco de Araujo foi um político ascendente durante o Império. Formou-se em Direito pela faculdade de Olinda, onde se matriculou em 1831. Nesse período, formava-se como advogado, mas também jornalista. Ocupou diversas posições na organização política imperial, atuando como Promotor Público, Juiz de Direito, Ministro da Justiça, Conselheiro de Estado, além de vários mandatos de deputado geral. Foi senador no período de 1858 a 1878. Escreveu obras jurídicas e políticas, como o Manifesto e Programa do Centro Liberal. Faleceu em 19 de março de 1878. NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império: Nabuco de Araujo – sua vida, suas opiniões, sua época por seu filho Joaquim Nabuco*. Tomo I (1813-1857). Rio de Janeiro: H. Garnier, 1897. p. 1-32. Perfil biográfico dos senadores brasileiros. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1988&li=16&lcab=1877-1878&lf=16>. Acesso em: 13 de outubro de 2013.

província do Espírito Santo. – Deus guarde a V. M. I. (Seguem-se as assinaturas)¹⁴³.

O ex-presidente era acusado de usar a nomeação para o governo espírito-santense como degrau para alcançar posições políticas de maior prestígio no Império, como a de deputado geral e a de senador¹⁴⁴. Para isso, utilizou *ardilosa cabala*, disseminando a intriga e a discórdia na população. Sua estada em terras capixabas teria sido um plano ardiloso, baseado em interesses particulares, e que comprometera o nome pacífico da Província junto ao governo imperial. Com retórica liberal, os deputados provinciais queixavam-se de a população do Espírito Santo não poder gozar da paz e união que inspiram um país constitucional.

Nabuco de Araújo teria tirado a Província da situação de *ordem* em que ela vivia, incitando o ódio e promovendo perseguições contra eleitores que não o prestigiavam. Essa fala institucional requeria do governo imperial a nomeação de um presidente de província melhor intencionado para o Espírito Santo. No documento original enviado à tipografia d'O *Chronista* todos os deputados assinaram o manifesto, sendo os nomes resumidos na publicação por “seguem-se as assinaturas”¹⁴⁵.

Não podemos precisar quando começou a circulação desses jornais **de fora** no Espírito Santo, fato que propiciou a formação de redes de comunicação entre leitores das províncias (Espírito Santo e Rio de Janeiro) e entre redatores e leitores, mas acreditamos que o acesso a esses jornais foi facilitado pelos contratos

¹⁴³ O CHRONISTA, n. 134, de 25 de janeiro de 1838, p. 4.

¹⁴⁴ José Murilo de Carvalho afirma que o Império brasileiro “[...] reviveu a velha prática portuguesa de fazer circular seus administradores por vários postos e regiões [...]. No Brasil a circulação era geográfica e por cargos. A elite circulava pelo país e por postos no Judiciário, no Legislativo, no Executivo”. CARVALHO, José Murilo de. 2008. p. 121.

¹⁴⁵ Eram deputados provinciais naquele ano os senhores Luís da Silva Alves de Azambuja Suzano, capitão-mor Francisco Pinto Homem de Azevedo, padre João Luís da Fraga Loureiro, Manoel da Silva Maia, José de Barros Pimentel, Manoel de Moraes Coutinho, Dionyzio Álvaro Resendo, padre Manoel de Assunção Pereira, coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, padre Inácio Félix de Alvarenga Sales, padre Dr. João Clímaco de Alvarenga Rangel, padre Francisco Ribeiro Pinto, Manoel Pinto Rangel e Silva, Joaquim da Silva Caldas, Manoel de Siqueira e Sá Júnior, Miguel Rodrigues Batalha, coronel Sebastião Vieira Machado, Aires Vieira de Albuquerque Tovar, João Nepomuceno Gomes Bittencourt e coronel Inácio Pereira Duarte Carneiro. DAEMON, Bazílio Carvalho, 2010. p. 348.

assinados pela Assembleia Legislativa do Espírito Santo com tipografias do Rio de Janeiro para impressão dos atos oficiais¹⁴⁶.

Além de impresso em formato de livros, esses atos eram publicados nos jornais das tipografias contratadas. É provável que junto às remessas de impressos oficiais trazidos pelo correio viessem também exemplares dos jornais em que os atos do governo foram publicados. O quadro 1 a seguir identifica as tipografias contratadas pela Província do Espírito Santo de 1840 a 1848.

Quadro 1 - Contratos de impressão dos atos oficiais da Província do Espírito Santo.

VIGÊNCIA DO CONTRATO	TIPOGRAFIA CONTRATADA	CIDADE DA TIPOGRAFIA
1840-1841	Tipografia Nacional	Rio de Janeiro
1842-1843	Tipografia Niteroiense de Rego	Niterói
1843	Tipografia Americana de I. P. da Costa	Rio de Janeiro
1845	Tip. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Companhia	Rio de Janeiro
1846	Tipografia Brasiliense de F. M. Ferreira	Rio de Janeiro
1848	Tipografia do Diário do Rio de Janeiro de Nicolau Lobo Vianna	Rio de Janeiro

Fonte: Registro da correspondência com a Assembleia Legislativa Provincial. Série 751 Livros, Fundo Governadoria, APEES.

Das seis tipografias listadas no quadro é possível identificar duas cujos periódicos circularam em Vitória durante as décadas de 1830 e 1840: a tipografia Americana,

¹⁴⁶ O contrato mais antigo que localizamos na documentação data de 1838 e foi firmado com a tipografia de Josino do Nascimento Silva, cujo escritório era na Rua do Hospício, nº 66, na cidade do Rio de Janeiro.

de I. P. da Costa, onde era impresso o *Sete de Abril*, e a de Nicolau Lobo Vianna, responsável pelo *Diário do Rio de Janeiro*. A correspondência particular aqui transcrita, da edição de 1836 do *Sete de Abril*, indica que esse jornal já circulava em Vitória antes mesmo da assinatura de contrato com a tipografia Americana, ocorrida somente em 1843. O mesmo pode ser afirmado em relação à tipografia de Nicolau Vianna, cujo contrato com o governo da Província data de 1848, mas desde 1842 números consecutivos do *Diário do Rio de Janeiro* chegavam à capital da Província do Espírito Santo.

Para os anos de 1840 a 1848 foram encontradas várias correspondências particulares subscritas por capixabas no *Diário do Rio de Janeiro*. O assunto dessas cartas dizia respeito às disputas políticas na Província do Espírito Santo. Não raro capixabas escreveram na imprensa da Corte ou de outras regiões próximas para falar sobre fatos da política local¹⁴⁷. Várias das cartas publicadas no *Diário do Rio de Janeiro* tratavam das eleições para deputação geral ocorridas em 1842. Nesse pleito, concorreram o cônego Manoel de Freitas Magalhães¹⁴⁸ e João Lopes da Silva Couto¹⁴⁹.

A primeira carta foi publicada na edição do *Diário* de 12 de novembro de 1842. Assinada com o pseudônimo *o amigo da constituição e do Brasil*, a carta é longa e teve lugar de destaque no jornal¹⁵⁰, ocupando a capa e a segunda página. Não podemos precisar o valor pago pelo anúncio, porque no exemplar não se discriminava o preço cobrado por publicações particulares. Apenas informava que seria paga uma retribuição razoável¹⁵¹. Suspeitamos que uma correspondência desse tamanho tenha custado boa quantia. A carta expunha as ilegalidades cometidas pelo candidato João Lopes da Silva Couto e por seus partidários,

¹⁴⁷ Temos notícia de *publicações a pedido* de capixabas impressas no *O Monitor Campista*, de Campos dos Goytacazes.

¹⁴⁸ Manoel de Freitas Magalhães nasceu em 17 de fevereiro de 1787, na vila do Espírito Santo e viveu alguns anos no Rio de Janeiro. Mais tarde, “[...] tendo tomado ordens, voltou a esta capitania, mas, sendo perseguido aqui pelo governador por seu talento e liberdade de falar, foi outra vez para o Rio de Janeiro, onde se fez notável por ocasião da Independência; em 1835 foi nomeado vigário da freguesia de São Gonçalo, em Niterói; depois foi eleito deputado provincial pelo Rio de Janeiro desde a primeira legislatura até a data em que faleceu a 15 de outubro de 1843, sendo em 1839, por concurso, promovido a vigário da freguesia de São João de Itaboraí. Foi eleito também deputado geral por esta província em 1843”. DAEMON, Bazílio Carvalho, 2010. p. 247.

¹⁴⁹ João Lopes da Silva Couto foi presidente da Província do Espírito Santo em 1840. DAEMON, Bazílio Carvalho, 2010. p. 375.

¹⁵⁰ A carta teve trechos subsumidos quando transcrita para a tese.

¹⁵¹ Essa informação vinha logo abaixo do título do periódico em todas as edições.

demonstrando apoio ao aspirante Manoel Freitas Magalhães. Quem sabe até os apoiadores de Magalhães possam ter se reunido para custear o ônus da impressão.

CORRESPONDÊNCIA - Sr. Redator. Custa a acreditar o que se passa em um país constitucional, como o nosso; [...] Se o corpo legislativo não tomar medidas, e medidas muito enérgicas e o ilustrado governo de S.M.I. não for muito escrupuloso na escolha dos delegados do poder, teremos certamente de ver em todas ou quase todas as províncias por ocasião das eleições as maiores desordens e aqueles mesmos que muito se devem empenhar na paz e tranquilidade delas, armando uns contra os outros, espalharem o terror, a inimizade e a morte, e fazerem assim, bem longe de amada, aborrecida a constituição do império, pois as eleições, como se sabe, são filhas prediletas dela. O que acaba de praticar, já por si, já por seus agentes, e isto aqui as barbas da corte, quanto mais nas outras mais distantes, o Sr. João Lopes da Silva Coito, presidente da Província do Espírito Santo, exuberantemente o comprova. Não é a paixão quem dirige a nossa pena, nem indisposição alguma contra esse Sr., é sim o amor da justiça e o desejo grande que temos de ver florescer cada vez mais a árvore constitucional, ver engrandecer-se à sombra d'ela o nosso país, pois só no meio da paz e da tranquilidade é que as nações podem prosperar e fazer-se respeitáveis e disto muito necessitamos¹⁵².

Construído em forma de diálogo, o texto passa a impressão de que o autor da carta e o redator do jornal estabelecem uma conversa. Observamos também o uso de uma retórica liberal. Em vários momentos desse trecho a constituição é chamada ao discurso¹⁵³. Na primeira frase, o autor parece se espantar com o que acontece num *país constitucional como o nosso*, onde aqueles que devem zelar pelo bem-estar de todos contribuem para fazer *aborrecida a constituição do império*, porque a corrupção e os desmandos imperavam nas eleições.

Da leitura da publicação notamos certa parcialidade, porque é bastante claro o apoio à candidatura de Manoel Freitas Magalhães; porém, o *amigo da constituição e do Brasil* esclarece que “[...] não é a paixão quem dirige a nossa pena [...], é sim o amor

¹⁵² DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, n. 252, de 12 de novembro de 1842, p. 1.

¹⁵³ Em um estudo sobre o conceito de constituição no Brasil entre 1821 e 1850-1860, Lúcia Bastos afirma que foram várias as acepções ao longo do século XIX feitas por juristas, políticos e redatores/editores de impressos. Trata-se de um termo permeado por “[...] inúmeras ambiguidades, em decorrência do peso das concepções antigas e modernas. De um lado, a vertente de um constitucionalismo histórico e de um espírito moderado mostrava a tensão entre as práticas do liberalismo e da democracia. De outro, a permanência de uma atitude profundamente influenciada pela religião indicava que a constituição ainda continuava a ser o código sagrado da nação, ocorrendo justamente a falta de ruptura com um modo de estruturação religiosa”. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Constituição: usos antigos e novos de um conceito no Império do Brasil (1821-1860)*. In: CARVALHO, José Murilo de. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (Org.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 200.

da justiça e o desejo que temos de ver florescendo cada vez mais a árvore constitucional”. Não se pretendia denegrir a imagem de Silva Couto, apenas garantir que a árvore da constituição frutificasse. A publicação declarava explicitamente que Magalhães e seus apoiadores *lutaram* contra a influência do poder.

E apesar de lutar com a primeira autoridade da província, a votação o mostrou; e bem sabido era que o Sr. Coito já da outra vez [...] nem um só voto teve para deputado, saindo aliás daquela província na aproximação da votação por ele mesmo marcada; [...] pois não ignoramos que certos arcanjos políticos são muitas vezes muito mais incompreensíveis do que os religiosos; não obstante termos a favor destes a fé e contra aqueles a *revelação constitucional*. [...] o Sr. Maia Parahyba, comandante dos policiais, disparando a cada momento da sua *purificada* boca já para aqui já para acolá, milhares de chumbos por fazerem os srs. europeus a maior parte daquele comércio, que com o clero e a gente mais grada daquela província tinha tomado o partido do Sr. Cônego, se lança mão do justo e do injusto, do honesto e desonesto e o Sr. Presidente se esquece inteiramente da dignidade de um tal lugar e só se lembra de ser deputado seja como for¹⁵⁴.

De acordo com a carta, os comerciantes europeus instalados em Vitória apoiavam a candidatura do padre Magalhães, ao que o comandante de polícia Maya Parahyba, partidário de Couto, os insultava e amedrontava com ameaças em nome do *Sr. Presidente*. Ao que parece, o *clero e a gente mais grada* da Província do Espírito Santo também defendiam a eleição de Magalhães, não se rendendo às promessas de cargos e aos subornos promovidos por João Lopes da Silva Couto.

[...] se renderem a milhares de promessas lisonjeiras, o que acaba a assembleia provincial de satisfazer, dando ao filho do Sr. Gomes, membro dela, e ao Sr. Barbosa por votar em s. ex. quatrocentos mil réis e aos outros nada mais de duzentos e cinquenta mil réis que já tinham. A proteção e gratidão do Exm. Sr. Presidente tudo suprirá, além de um conto de réis ao Sr. Dionízio, secretário do governo¹⁵⁵.

A população da Província foi advertida por escrito, em carta fechada enviada pelos apoiadores do ex-presidente, a não comparecer aos colégios eleitorais caso intencionassem votar em Magalhães. Com ironia, o autor da correspondência exclamava: “que doutrina tão constitucional!”. Denunciava-se a falta de liberdade de voto, que não era assegurada pelo governo provincial, que fechava os olhos para esses desmandos.

¹⁵⁴ DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, n. 252, de 12 de novembro de 1842, p. 2.

¹⁵⁵ DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, n. 252, de 12 de novembro de 1842, p. 2.

Em Vitória, o dia da eleição foi marcado por bastante tumulto. Maia Parahyba recorreu às baionetas para garantir que Lopes Couto saísse vitorioso das urnas. Eleitores de regiões vizinhas foram impedidos de votar sob alegações diversas. Presidia a mesa o secretário do governo provincial, Dionyzio Álvaro Rezendo, acusado de aceitar suborno no valor de um conto de réis. A publicação impressa afirma que a população presente na igreja matriz se alvoroçou, pressionando os membros do colégio eleitoral. Com uso de força armada, os *clubistas* de Lopes Couto espalhavam rumores pela cidade de Vitória informando que a eleição se passara em paz e em perfeita ordem. Ao final da carta, o *amigo da constituição e do Brasil* rogava ao governo imperial que os votos dos eleitores excluídos fossem contabilizados, pois acreditava que o verdadeiro vitorioso seria o cônego Manoel Magalhães.

Esperamos que nem o ilustrado governo de S.M.I. deixará de mandar contar os votos do Sr. Cônego, visto haver manifesta infração de lei e a ele pertencer repará-la; e nem a Assembleia Geral Legislativa, caso vá a questão ter a ela, deixará de, castigando tanta prepotência e arbitrariedade, mandar tomar assento na câmara o Sr. Cônego Manuel de Freitas Magalhães. *O amigo da constituição e do Brasil*¹⁵⁶.

As réplicas às acusações feitas pelo *amigo da constituição e do Brasil* foram publicadas consecutivamente no *Diário do Rio de Janeiro* e também em outros periódicos, como *O Monitor*, *Diário Comercial Campista* e *O Jornal do Comércio*¹⁵⁷. Nos primeiros dias de dezembro de 1842 foram publicadas cartas em favor de João Lopes da Silva Couto.

Sr. Editor. – O que se lê no *Diário Comercial Campista* n. 115 de 20 do mês passado [novembro] acerca da eleição do deputado por esta província é tão inexato, como já o foi o artigo inserto no *Monitor* de 21 do mesmo mês n. 257. Ora, não seria mais verdadeiro dizerem eles que estando a província disposta a votar espontaneamente no doutor Coito e chegando isto à notícia do *cônego Freitas* partiu este imediatamente da corte com uns poucos de sacos de cartas de EMPENHOS ali mendigadas, a fim de chamar a si os votos? Que tendo em seu favor o vice-presidente da província, veio pelas vilas do Sul pregando demissões aos empregados, que se lhe opusessem, demissões que começaram a verificar-se? Que por parte dele andou-se despejadamente pedindo e comprando votos a dinheiro, ocupando-se neste diligência até um senador do império,

¹⁵⁶ DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, n. 252, de 12 de novembro de 1842, p. 2.

¹⁵⁷ Infelizmente não localizamos as edições de *O Monitor*, do *Diário Comercial Campista* e de *O Jornal do Comércio* em que foram publicadas as cartas sobre as eleições de 1842 no Espírito Santo.

que destarte ajudou a plantar a corrupção onde não havia? Que achando-se ainda assim arriscada a sua causa, lançou-se mão dos meios do terror, protestando-se publicamente que o dia da eleição seria ensanguentado, se ele não fosse o escolhido [...]; que a exclusão dos dez eleitores pelas três freguesias referidas teve por base a ilegalidade de seus diplomas [...]; esta é a verdade dos fatos. E se apesar de todos estes esforços o *reverendo* obteve apenas 20 votos na província, e o Exm. Doutor Coito 33, a favor de quem estava a opinião dos eleitores? Diga-o quem for imparcial [...]. *Um Eleitor*. (Diário Comercial)

Assinada por *um eleitor*, a publicação anônima acusava Manoel Freitas Magalhães de subornar eleitores com *cartas de empenho*. O padre também teria feito terrorismo com empregados públicos, ameaçando-os de demissão caso não votassem nele e disseminando *corrupção onde não havia*. Mais uma vez a ordem e a tranquilidade da Província são citadas, como se nesse torrão do Império tudo caminhasse sempre dentro da normalidade. O autor atribui ao padre os rumores que se espalharam em Vitória informando que o dia do escrutínio seria violento, com derramamento de sangue.

As publicações seguiram-se nas edições seguintes, criando um diálogo entre os simpatizantes dos dois candidatos. O tema das cartas girava em torno do voto de seis eleitores feito em carta fechada. Para os apoiadores de Manoel Freitas Magalhães, a inclusão desses votos no montante apurado garantiria vitória ao padre. Na edição de 24 de dezembro de 1842, o *Diário* publicou uma correspondência cujo autor afirmava ter tido acesso às atas dos colégios eleitorais. Ele alegava que matéria tão melindrosa como essa não poderia passar incólume ao sistema constitucional e merecia publicidade na imprensa.

ELEIÇÕES DO ESPÍRITO SANTO – Illmo Sr. Redator do *Diário do Rio de Janeiro*. – Para que o público desta capital seja informado da verdade e a câmara dos srs. deputados possa ajuizar da validade das eleições da província do Espírito Santo e decidir – a quem de direito compete o diploma de deputado por aquela província; pareceu-me conveniente, à vista das certidões das atas dos colégios eleitorais da cidade da Vitória e de Benevente que me foram confiadas, expor os fundamentos que apresentaram as respectivas comissões de poderes; a primeira, para expelir do colégio aos eleitores de 3 vilas, e a segunda, para fazer com que 6 eleitores votassem em carta fechada (COISA NUNCA VISTA E PRATICADA) e pelo colégio fossem oficialmente remetidos seus votos à câmara municipal apuradora [...]. Perguntar-nos-ão como tudo isto se faz sem temor de que apareça e se saiba?... Belamente. – Pondo-se em execução o plano, há muito propalado, de impor *silêncio perpétuo* à parte lesada; e se alguém mais quisesse falar, se lhe faria o mesmo.

Esperamos, pois que em matéria tão melindrosa e que muito respeita ao sistema constitucional, não fiquem calados, por quaisquer motivos, os amigos da paz e prosperidade do Brasil. – Sou, etc. CONSTANTE LEITOR¹⁵⁸.

O desfecho dessa contenda foi favorável ao cônego, porque a Câmara dos Deputados acatou, na sessão preparatória de 28 de dezembro de 1842, o parecer da Comissão de Poderes, reconhecendo a existência de irregularidades no pleito e decidindo por sua anulação¹⁵⁹. A realização de nova eleição garantiu a Manoel de Freitas Magalhães a vaga de deputado geral pela Província do Espírito Santo.

Ao longo da década de 1840 foram localizadas várias publicações particulares de capixabas na folha de Nicolau Lobo Vianna. Na edição de 1º de fevereiro de 1843, por exemplo, há uma publicação assinada por Joaquim José Gomes da Silva. Nela, Gomes da Silva narra um conflito existente entre ele e Manuel dos Passos Ferreira, colegas de trabalho da Tesouraria Provincial.

Sr. Redator. Não respondi aos correspondentes do *Diário do Rio de Janeiro*, nem ao *Monitor Campista* que trataram das eleições à assembleia geral pela província do Espírito Santo, porque outras pessoas o fizeram; agora, porém, que aparece no *Monitor Campista* de 3 do corrente, n. 277, o ofício que Manuel dos Passos Ferreira dirigira ao Exm. Sr. Visconde d'Abrantes, dando parte do desgraçado acontecimento do tiro que recebera na noite de 29 de outubro pretérito passado, e no qual, além de apelidar-me de malvado, atribui-me e a outros o decreto de sua morte, bem como a de muitos outros cidadãos, sou forçado em defesa de minha honra a chamar às contas o Sr. Passos, o que farei pelos meios legais. Entretanto saiba o público que vim para a província do Espírito Santo em 1837 e já então estava o Sr. Passos marcado na cara com golpes profundos, que lhe deram não sei por quê; tinha já também segundo é voz pública, sido acutilado na guarda de palácio, quando soldado de pedestres; tinha levado uma massada de pau de um preto escravo de um Monché; tinha sido atacado em sua própria casa, estando à janela e dessa vez teve a fortuna de escapar, por ter batido o pau na parte superior da janela; e finalmente já o Sr. Coronel Monjardim o havia livrado de um outro tiro de pistola que lhe pretenderam dar no portão de um Barros Lima.

Na carta, Joaquim José Gomes da Silva enumerou detalhadamente a conduta de Manuel dos Passos e o acusou de tentativa de assassinato. A descrição de Gomes da Silva dá a ver que Passos não era tão inocente, pois desde 1837 ele se envolvia em confusões (apresentando as cicatrizes dos ferimentos no rosto). O autor da carta

¹⁵⁸ DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, n. 287, de 24 de dezembro de 1842, p. 1-2.

¹⁵⁹ DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, n. 290, de 29 de dezembro de 1842, p. 2.

cita vários eventos em que Passos fora alvo de surras e tiros, desqualificando o sujeito.

O Sr. Passos sabe também que é voz pública aqui na província o indigita como ladrão, por ter roubado a João Pinto Ribeiro de Seixas, além de o considerar em estado de atual embriaguez; O Sr. Passos naquele seu ofício pretendendo tisonar a reputação alheia, [...] é contra o Exm. Presidente o doutor João Lopes da Silva Coito, que o Sr. Passos avança, que está dispondo da tesouraria a seu bel prazer! O Sr. Passos nesse ofício fala no roubo do cofre provincial, e esquece-se que ele e eu fomos nomeados pelo mesmo Exm. Sr. Coito para balancear o cofre, e dar conta do resultado e que para em meu poder, de sua letra, o rascunho do ofício que dirigimos à presidência no qual o Sr. Passos indigitava de certo modo o roubador, segundo sua opinião [...]. Cidade da Vitória, 11 de janeiro de 1843. *Joaquim José Gomes da Silva*¹⁶⁰.

As disputas eleitorais faziam parte do cotidiano capixaba, provocando indisposições entre colegas de trabalho. Manuel dos Passos Ferreira era funcionário da Tesouraria Provincial e se envolveu na campanha eleitoral contra João Lopes da Silva Couto, fazendo uso, para isso, de sua posição na repartição pública. Acreditamos que Gomes da Silva apoiara Couto nas eleições de 1842, pois ele se referia às investidas de Passos contra o candidato com certa revolta. Alcinhado de ladrão e bêbado, Gomes da Silva colocou em descrédito as acusações constantes no ofício enviado ao Ministério da Fazenda do Império.

Em outra correspondência publicada no *Diário do Rio de Janeiro*, de 9 de fevereiro de 1843, assinada pel' *O Inimigo de injustiças*, temos mais informações sobre o teor do ofício redigido por Manuel dos Passos ao Ministro da Fazenda.

Sr. Redator. A leitura de uma folha de Campos, que me veio às mãos, na qual se publicou um ofício do Sr. Inspetor da tesouraria desta província do Espírito Santo, Manuel dos Passos, endereçado ao Exm. Ministro da Fazenda na data de 1º de novembro pretérito passado, com o fim, talvez, de desacreditar algumas pessoas que de certo não tem as pechas que ele lhes lança, incomodou-me bastante! Diz o ofício – que malvados assassinos tentaram contra a vida do Sr. Passos, sem que ele o merecesse nem pelos fatos de sua vida pública; nem pelos da particular. [...] diga Sr. Passos, como não tendo conhecido os seus agressores, conforme declarou no corpo de delito, prevaleceu-se logo dois dias depois de uma fama pública que não existia, e que foi posteriormente assoalhada pelos seus comparsas para malignos fins? Quem ignora acaso que S. S. e o seu lado político aproveitaram-se da ocasião para macular as pessoas de contrário credo? [...] Para que se inculca o Sr. Passos

¹⁶⁰ DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, n. 25, de 1º de fevereiro de 1843, p. 1.

tão livre de culpa, é pena que só a fereza de seus adversários políticos o pudesse ofender?! [...] Conclui o Sr. Passos fazendo a resenha de três fatos em que pretende nodoar a honra e bem merecida reputação do Sr. Presidente da província e são os seguintes: 1º que na passada administração de s. Ex. desapareceram do cofre provincial perto de 20:000\$ rs. sem que se fizessem diligências para descobrir quem os roubou; 2º que as famílias de dois empregados foram desacreditadas; 3º que treze africanos importados por Barroso e que se achavam recolhidos à cadeia, foram substituídos por escravos ladinos. [...] Felizmente o Sr. Passos é tão conhecido, tem tantas mazelas públicas e particulares que os seus latidos não podem afetar o mérito do homem mais humilde, o que diremos daqueles que como o Sr. Doutor João Lopes da Silva Couto o tem já firmado em bases bem sólidas? *O inimigo de injustiças*¹⁶¹.

De acordo com a carta de *o inimigo de injustiças*, Manuel dos Passos se aproveitou do atentado que sofrera para macular a reputação de opositores políticos, imputando-lhes a autoria do crime. Esses *malvados assassinos* atentaram contra a vida de um sujeito cuja conduta se dizia ilibada. Mas já sabemos, pela citação anterior, que era comum ele se envolver em confusões. Os embates retóricos, na imprensa, e face a face vividos no contexto da eleição para a Câmara dos Deputados de 1842 ainda reverberavam nos primeiros meses de 1843. O ofício assinado por Passos, na verdade, era um documento público contra João Lopes da Silva Couto, acusado formalmente de negligência na apuração do roubo da Tesouraria Provincial. *O inimigo*, defensor de João Lopes da Silva Couto, conclui sua carta afirmando que Passos nada podia contra a moral do ex-presidente, pois sua má fama desabonava o que ele dizia ou escrevia.

As substituições de presidentes da Província do Espírito Santo também foram tema de destaque nas publicações *a pedido* do *Diário do Rio de Janeiro*. Os autores das cartas lamentavam a remoção dos administradores, porque acreditavam que não era possível desenvolver uma gestão eficiente, promovendo os interesses provinciais, se não se dispusesse de tempo para isso. *A má estrela* do Espírito Santo, isto é, seu azar, era ser estadia de transição para os políticos que para cá vinham.

PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO. Acabamos de receber a inesperada notícia da remoção do Exm. Sr. Herculano Ferreira Penna, da presidência desta província para a do Pará, certo que é para lastimarmos nossa má estrela. [...]. Desde que se soube aqui de

¹⁶¹ DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, n. 31, de 9 de fevereiro de 1843, p. 2.

semelhante remoção um descontentamento geral se divisou em todos os semblantes e devemos confessar para glória do Exm. Penna que os partidos em que infelizmente se acha dividida esta província, ambos nutrem simpatias por s. Ex., todos somos seus amigos. [...] Devemos lastimar-nos e perdermos as esperanças de sairmos do vergonhoso estado em que de há muito existimos, estado devido certamente ao desprezo com que se tem tratado e se trata esta província e quando aparece um distinto Brasileiro, para administrá-la, é que, com pressa urgente, se o remove para outra província mais feliz do que nós. Pois bem, já agora conformemo-nos com nossa sorte, e esperemos o sucessor do exm. Penna, que nos consta ser moço inteligente. Nosso único anelo é que s. ex. siga as pisadas de seu digno antecessor; se o fizer, o que é d'esperar pode já contar com as simpatias e gratidão dos Capixabas¹⁶².

Acreditava o autor dessa carta que a Província do Espírito Santo era tratada com desprezo pelo governo imperial, que destinava os melhores administradores para outras regiões do Império¹⁶³. A carta sugere que Herculano Ferreira Penna era unanimidade entre os políticos capixabas, pois era querido por membros dos dois partidos em que se achava dividida a Província. Restava aos capixabas aguardar pelo sucessor de Penna e torcer para que ele tivesse os mesmos anseios do predecessor.

A nomeação de um novo presidente para a Província era momento aguardado. Os políticos provinciais procuravam notícias sobre o novo presidente na tentativa de antever as possíveis realizações do administrador para a região. Cartas desse teor foram publicadas no *Diário do Rio de Janeiro* felicitando Luiz Pedreira do Couto Ferraz por sua nomeação à presidência do Espírito Santo.

PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO. Há um mês que foi empossado na presidência desta província o Exm. Sr. Doutor Luiz Pedreira do Couto Ferraz, que, incontestavelmente é jovem de bastante ilustração, que muito honra a academia de S. Paulo. Nossas esperanças de ver prosperar esta província que adoramos tanto, como se nela houvéssemos nascido; hoje, o desânimo, que a inesperada remoção do talentoso mineiro o Sr. Herculano Ferreira Penna nos havia causado, a respeito principalmente da conclusão da estrada de comunicação entre esta província e a de Minas Gerais, vai-se diluindo, porque semelhante empresa que quantiosos bem promete, merece particular cuidado do atual presidente, e será levada a cabo, se o governo geral, o que é de esperar-se, lhe prestar seu apoio. É mister que o governo geral, que tão desvelado se mostra pela prosperidade pública, reparta também com a província do Espírito Santo sua atenção, satisfazendo, ao menos, algumas das

¹⁶² DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, n. 7319, de 1º de outubro de 1846, p. 2.

¹⁶³ Conferir nota nº 140 deste capítulo.

necessidades que mais a oprimem [...]. Esta província possui todos os elementos para vir a ser uma das mais importantes do império, mas torna-se urgentíssimo que o governo geral ajude o Exm. Sr. Doutor Pedreira, em quem se distinguem as qualidades de consumado administrador, para que possa ele dar a esses elementos o forte estímulo a fim de que desabroche o desejado fruto. C. N¹⁶⁴.

O desânimo provocado pela saída de Herculano Ferreira Penna dava lugar ao otimismo com a chegada do novo administrador. Era necessário, no entanto, que o governo geral dividisse melhor a atenção dada às províncias, acolhendo os pedidos da Província do Espírito Santo, que tinha tudo para ser uma das mais importantes do Império se tivesse a ajuda permanente do governo imperial.

A PROVÍNCIA DO ESPIRITO SANTO. As riquezas que abundam na província do Espírito Santo nunca foram devidamente apreciadas depois da independência do império; uma ou outra pessoa tem notícia delas, mas o que vale na balança política e administrativa do império uma província que dá apenas um deputado e um senador para a representação nacional? Como não há de ser pobre e mesquinha a sorte da província do Espírito Santo se nunca cuidaram de aproveitar os inúmeros mananciais de riqueza? Porque vos admirais de sua decadência, vós que jamais lhe prestastes um momento de atenção? Alguns presidentes tem tido a província do Espírito Santo que, por esforço próprio, por patriotismo, se tem ocupado dos melhoramentos dela, de encaminhá-la para breve figurar como deve entre suas coirmãs, mas logo que eles mostram essas tendências, ou os empurrões da política ou as necessidades administrativas os arredam da província. D'aí resulta a ausência de sistema, a falta de seguimento de ideias, o perpétuo tirocinio em que sempre está a presidência desta malfadada província. Não tardará muito que o Sr. Doutor Luiz Pedreira do Couto Ferraz seja roubado à província de cujos interesses vai curando com sabedoria e vantagem. Moço ainda, ambicioso de glória, ilustrado, o Sr. Doutor Pedreira não se tem poupado a esforços para corresponder à honra que lhe fez o governo, confiando-lhe a administração de uma província. Em tão pouco tempo de governo não se faria mais do que tem feito o Sr. Doutor Pedreira em benefício da província do Espírito Santo¹⁶⁵.

As cartas transcritas mostram que a substituição dos administradores da Província era interpretada pelos autores das publicações como prática corriqueira no jogo político imperial, porque o Espírito Santo – província de terceira classe¹⁶⁶ – valia pouco na balança política e administrativa do Brasil: dava apenas um senador e um

¹⁶⁴ DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, n. 7393, de 30 de dezembro de 1846, p. 2.

¹⁶⁵ DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, n. 7555, de 23 de julho de 1846, p. 2-3.

¹⁶⁶ CARVALHO, José Murilo de. 2008. p. 137.

deputado para a representação nacional. Inexpressiva politicamente, a Província era um trampolim para os iniciantes no jogo da política.

2.4 Conclusão

Na esfera pública capixaba da primeira metade do Oitocentos, a circulação das vozes era feita de diversas maneiras: no intercurso das sociabilidades políticas informais, os capixabas forjavam o que chamamos de opinião popular. A política, na sua acepção de práxis social, fazia parte do cotidiano dos capixabas. Na falta de uma imprensa orgânica, imperavam outras formas de comunicação, típicas de sociedades do Antigo Regime: manuscritos, manifestos, pasquins, rumores, arruaças, gritos, celebrações e bulhas.

Em certos momentos, as questões políticas locais extravasavam os limites geográficos da Província do Espírito Santo e chegavam até as páginas dos impressos do Rio de Janeiro. O achado dessas correspondências publicadas em impressos da Corte foi precioso para o desenvolvimento da tese porque confirma a circulação de periódicos de fora em Vitória. Estudar esses registros é desvendar a existência de redes de comunicação, de sociabilidades, entre províncias vizinhas.

A circulação das vozes capixabas concentrou-se nos jornais da província do Rio de Janeiro, mas não se restringiu à cidade imperial. Os trechos aqui transcritos trazem referências a cartas de capixabas publicadas também em jornais de outras cidades, a exemplo de Campos dos Goytacazes. Esses jornais chegavam com regularidade à Província do Espírito Santo, ainda que episódios de atraso tenham sido relatados pelos agentes do Correio ao Governo Provincial¹⁶⁷.

A falta de jornais para transcrever notícias de fora, conforme asseverado por Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, não significava que esse tipo de impresso fosse estranho à população da capital, Vitória. Interessa-nos nesses registros a participação de capixabas (deputados provinciais, funcionários públicos,

¹⁶⁷ No livro 98 da série Accioly (fundo Governadoria do APEES) há ofícios recebidos pelo Presidente de Província informando atraso da chegada das sumacas contendo as malas do Correio.

padres e apoiadores de candidatos a cargo eletivo) na esfera pública de opinião da Corte, revelando a importância da imprensa para tratar de negócios públicos¹⁶⁸.

As publicações inseridas nos jornais de fora são valiosas para nossa análise porque mostram a política local em debate na imprensa: opiniões individuais, coletivas e institucionais eram tornadas públicas e possibilitavam o diálogo entre leitores, redatores e simpatizantes. Além disso, esses registros revelaram-se importantes também para a construção da trajetória dos impressos em Vitória.

Este capítulo confirma que o espírito ordeiro e pacífico da população capixaba parece-nos muito mais consequência de uma ação deliberada dos homens à frente da política local do primeiro quartel do Dezenove do que traço de personalidade dos habitantes da região. Insistir na tranquilidade em que transcorriam as eleições (primárias ou secundárias), sem oposição, sem uso de violência (verbal ou física) e com proteção ao sigilo dos votos e da própria liberdade de votar é uma quimera.

Não afirmamos, por outro lado, ter sido a Província permeada por conflitos sangrentos entre os partidários das lideranças políticas. O que pretendemos é mitigar essa descrição idílica difundida a respeito do cotidiano das práticas políticas na Província, onde nada acontecia se não fosse em *perfeita ordem*.

¹⁶⁸ Muitas correspondências foram assinadas com pseudônimos, todavia, a leitura atenta dos documentos possibilita produzir inferências a respeito do perfil de seus autores.

CAPÍTULO III

Entre papéis, tipos e tintas: a imprensa periódica capixaba no Oitocentos

Este capítulo discute as características da imprensa capixaba durante o século XIX a partir de um debate sobre as práticas de produção dos impressos em Vitória, a geografia das tipografias na cidade e a circulação dos impressos. Seguindo nossa hipótese, interpretamos os locais de produção dos jornais como espaços de sociabilidade, dado que não se tratavam apenas de uma oficina. Eram espaços também de circulação e comercialização de mercadorias.

Traçamos o perfil dos publicistas (redatores/editores) e inquirimos a respeito do público leitor. Nosso intento é provar o pressuposto da tese de que a imprensa capixaba (fosse por meio do conteúdo de suas publicações ou pelos indivíduos que nela publicavam ou a liam) esteve estreitamente relacionada à política regional¹, apesar de o silêncio dos jornais quanto aos negócios públicos da Província nas duas primeiras décadas de sua existência ter sido interpretado por alguns autores como falta de interesse pelo tema². Procuramos identificar os caminhos percorridos pelos impressos e as conseqüentes redes de comunicação forjadas pelas permutas e leitura dos jornais. Assim, este capítulo prepara o leitor para as discussões constantes nos capítulos IV e V a respeito das sociabilidades políticas desenvolvidas **nos** e **pelos** jornais.

3.1 Os primeiros passos da imprensa capixaba

A primeira tentativa de criação de um jornal na capital da Província do Espírito Santo data de 1840. Nesse ano, Ayres Vieira de Albuquerque Tovar³, fazendeiro e

¹ No capítulo IV, discutimos o binômio imprensa-política na cidade de Vitória, desde as primeiras iniciativas tipográficas até o final da década de 1860. O debate segue até o capítulo V, com a análise pormenorizada das folhas capixabas das duas últimas décadas do período monárquico no Brasil.

² CLÁUDIO, Affonso. *História da Literatura Espírito-Santense*. Porto: Oficinas do “Commercio do Porto”, 1912; PEREIRA, Heráclito Amâncio. História da imprensa capixaba. *Revista do IHGES*, n. 3, 1922, p. 28-40 e n. 5, 1926, p. 41-80; OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 3 ed. Vitória: SECULT/APEES, 2008. (Coleção Canaã, v. 8); DAEMON, Bazílio Carvalho, 2010.

³ Ayres Vieira era filho natural do português Manoel Vieira de Albuquerque Tovar, que governou a Capitania do Espírito Santo de 1804 a 1810, quando assumiu Francisco Alberto Rubim, primeiro governador independente da capitania da Bahia. Após sua saída do governo, Manoel Tovar retornou

deputado provincial, comprou na Corte maquinário tipográfico e tipos para a impressão do seu jornal, *O Estafeta*. Contratando com a Assembleia Legislativa Provincial a impressão dos atos oficiais, Albuquerque Tovar se comprometeu a entregar 120 exemplares de cada edição d'*O Estafeta* pela soma de 10\$000 (dez mil réis). O contrato estabelecia uma cláusula de privilégio de impressão pelo prazo de dez anos.

A iniciativa de Tovar não foi bem sucedida, experimentando seu jornal vida e morte no primeiro número⁴. A tipografia d'*O Estafeta*, no entanto, manteve-se em funcionamento após o fim do jornal, imprimindo ofícios, poesias, rezas e circulares. As atividades foram interrompidas somente em 1841 por ter sido o proprietário acometido com tuberculose⁵.

Alguns anos mais tarde, em 1846, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim propôs aos deputados da Assembleia Provincial a criação de uma gazeta oficial a ser impressa na Tipografia Nacional, sediada na Corte, para publicação dos atos oficiais.

Illmo. Exmo. Senhor Vice-Presidente da Província do Espírito Santo. José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim. - Inteirado do conteúdo do ofício de V. S. de 15 do corrente, que acompanhou 5 exemplares do prospecto para a fundação de uma gazeta oficial impressa na Tipografia Nacional, cumpre-me significar a V. Ex. em resposta que nesta data transmito a cada um dos delegados de polícia da Província um exemplar do referido prospecto, recomendando-lhes que promovam quanto lhes for possível a assinatura da mencionada Gazeta, conforme V. Ex. ordenou-me no predito ofício. Secretaria de Polícia da Província do Espírito Santo, 25 de setembro de 1846⁶.

O projeto de José Francisco Monjardim demandava recursos financeiros razoáveis para a impressão dos exemplares e posterior envio dos jornais da Corte à Província do Espírito Santo via correio. Para tanto, ele solicitava o empenho das autoridades

a Portugal, deixando em terras capixabas dois filhos. DAEMON, Bazílio Carvalho, 2010. p. 261 e p. 268.

⁴ São desconhecidos os motivos que levaram à interrupção da impressão de *O Estafeta*; sabe-se apenas que o estado delicado de saúde de Ayres Vieira de Albuquerque Tovar contribuiu para o fim precoce do periódico capixaba. DAEMON, Bazílio Carvalho, 2010.

⁵ Daemon denomina a enfermidade de "tubérculos pulmonares". DAEMON, Bazílio Carvalho, 2010. p. 358.

⁶ *Correspondência ao vice-presidente da Província do Espírito Santo, Senhor José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim*. Registro da correspondência com a Presidência da Província do Espírito Santo. Série Acioly, Livro 41, Fundo Governadoria, APEES. p. 482.

policiais para estimular a adesão de particulares, fazendo-os assinantes da folha. Isso sugere que o financiamento da gazeta não seria custeado apenas pelos cofres públicos. Nos arquivos consultados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro não encontramos registros que comprovem a existência dessa gazeta oficial, indicativo, talvez, do malogro da empreitada⁷.

Em 1848 houve novo interesse em promover a imprensa na Província do Espírito Santo, dessa vez por iniciativa de um luso-brasileiro residente no Rio de Janeiro chamado José Feliciano de Castilho⁸. Esse jornalista pretendia produzir um periódico que abarcasse assuntos e curiosidades de várias províncias do Império brasileiro e, para tanto, solicitava apoio e documentos por parte dos governos provinciais.

Respondendo à carta de José Feliciano de Castilho na qual pedia a coadjuvação à empresa fundada pelo mesmo Castilho tendo por fim a publicação de uma folha consagrada às ciências, letras e religião. – Respondendo à atenciosa carta que V. S. dirigiu-me datada de 10 de fevereiro próximo passado pedindo a minha coadjuvação à empresa por V. S. fundada, tendo por fim a publicação de uma folha consagrada exclusivamente às ciências, letras, religião, história, poesia, notícias e variedades, cumpro-me declarar a V. S. que apreciando altamente as vantagens que devem porvir a este Império dessa publicação máxima sob os auspícios de seu nome tão ilustre e conhecido como é o de V. S. desde já me comprometo a prestar todos os esclarecimentos tendentes a esta Província de que puder dispor sentindo que a plena e completa realização de meus desejos obtém a falência de conhecimentos; o estado de confusão em que encontrei o arquivo da secretaria deste governo e a falta de muitos importantes papeis, que podiam hoje ministrar informações assas interessantes acerca da história e diversos ramos da estatística desta província tomo por esta ocasião a liberdade de oferecer a V. S. o

⁷ Foram consultados: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), Arquivo Nacional (AN) e Biblioteca Nacional (BN). Salientamos, entretanto, que o fato de não haver exemplares disponíveis para consulta nos arquivos não significa necessariamente que o projeto de Monjardim não foi consumado, pois é verdade que muitos documentos se perderam com o tempo e que os arquivos brasileiros carecem, de modo geral, de uma estrutura física e financeira adequadas para a manutenção dos acervos.

⁸ “José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha (1810-1879), cognominado no meio jornalístico e literário ora por Castilho José, ora por José Feliciano de Castilho, era irmão do poeta Antônio Feliciano de Castilho (1800-1875), um dos personagens centrais do Romantismo em Portugal. Chegando ao Rio de Janeiro em 1847 e aí vivendo até 1879 – quando veio a falecer -, ele é considerado luso-brasileiro. Era polígrafo, tendo atuado como jornalista, filólogo e tradutor de latim. Acolhido no círculo de amizades do imperador D. Pedro II, o filolatinista Castilho José contribuiu para a divulgação da literatura clássica no Segundo Reinado. [...] No Brasil, Castilho José era uma figura eminente nos círculos literários da Corte, devido a seus apreciados dotes vernáculos e à impactante influência de sua família [...]”. VIEIRA, Bruno V. G. José Feliciano de Castilho e a clâmide romana de Machado de Assis. *Machado de Assis em linha*, ano 2, n. 4, p. 127, dez 2009. Disponível em: <<http://machadodeassis.net/download/numero04/num04artigo07.pdf>>. Acesso em: 3 de setembro de 2014.

exemplar do relatório por mim apresentado à Assembleia provincial por ocasião da abertura da sessão do ano passado e ofertando o meu fraco préstimo tenho a honra de me assinar com os protestos de mui particular consideração. De V. S. Luis Pedreira do Couto Ferraz. Com direção ao Senhor José Feliciano de Castilho em 18 de março de 1848⁹.

As províncias que aceitassem participar do projeto de José Castilho receberiam certa quantidade de exemplares do jornal. Na citação, o presidente da Província do Espírito Santo, Luis Pedreira do Couto Ferraz, destacou quais assuntos seriam abordados pelo impresso, que versaria *exclusivamente* sobre ciências, letras, religião, história, poesia, notícias e variedades. Notamos a ausência da política entre os assuntos abrangidos pelo periódico, o que nos induz a inferir que discussões sobre política não seriam bem recebidas no impresso. A exemplo da gazeta proposta por José Francisco Monjardim, também não localizamos exemplares da folha de Castilho nos arquivos visitados.

Nos meses finais de 1848, os capixabas tiveram notícia de estar em prelo um novo jornal na capital da Província, o *Correio da Victoria*, de propriedade de Pedro Antonio de Azeredo. Esse periódico saiu à luz da publicidade em janeiro de 1849 e era impresso na Tipografia Capitaniense. Feito em papel de linho azulado, era estruturado em quatro páginas. A edição do *Correio da Victoria* foi bissemanal até 1871¹⁰.

No ano seguinte, o periódico passou a ser publicado três vezes por semana. Os tipos e a prensa tipográfica do *Correio* foram adquiridos por Pedro de Azeredo da viúva de Ayres Vieira de Albuquerque Tovar. Além do maquinário d'*O Estafeta*, ele herdou também o contrato para a impressão dos atos oficiais.

⁹ *Correspondência do presidente da Província a José Feliciano de Castilho*. Registro da correspondência do presidente da Província com o Ministério do Império. Série 751 Livros, Livro 72, Fundo Governadoria, APEES, p. 128-129.

¹⁰ Em pesquisa anterior, desenvolvida em nível de Mestrado, chegamos à marca de 80 assinantes do *Correio da Victoria* na década de 1850 por meio da análise de autos criminais de injúria impressa. BASTOS, Fabíola Martins. 2009. p. 69. Esse número refere-se apenas às vendas fixas da folha, não sendo possível mensurar as vendas de exemplares avulsos. Heráclito Amâncio Pereira também atesta a quantidade limitada das tiragens do *Correio*. PEREIRA, Heráclito Amâncio. A imprensa no Espírito Santo por Amâncio Filho. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, Vitória, n. 3, 1922, p. 32.

3.2 A arte tipográfica: produção dos jornais e sociabilidades

Consideramos 1849 o ano inicial da imprensa periódica capixaba, com a fundação do *Correio da Victoria*, dada a ausência da primeira (e única) edição d'O *Estafeta*. Para a tese, foram analisados 25 títulos publicados em Vitória, de 1849 a 1889. Todos os impressos levantados em arquivo foram colacionados na pesquisa, inclusive aqueles de que dispomos de apenas um exemplar. A relação dos jornais estudados, os anos de publicação pesquisados, a localização das tipografias e o tempo de existência dos periódicos estão dispostos no quadro 2 a seguir¹¹.

Quadro 2 - Periódicos e tipografias de Vitória, 1849-1889.

PERIÓDICO*	EDIÇÕES PESQUISADAS	LOCALIZAÇÃO DA TIPOGRAFIA EM VITÓRIA	PERÍODO DE EXISTÊNCIA
A Actualidade	2/2/1878 a 29/12/1878	Tipografia e escritório na Rua Duque de Caxias	1878-?
A Folha da Victoria	1883-1889	1883 – Tipografia e escritório na Rua Sete de Setembro 1884 – Tipografia e escritório na Rua São Francisco 1885 – Tipografia: Rua Conselheiro Costa Pereira Escritório: Rua Cândido Costa 1886 – Tipografia e escritório na Rua Conselheiro Costa Pereira 1887 – Tipografia e escritório na Rua José Marcelino 1888/1889 – Tipografia e escritório no Largo João Clímaco	1883-1890
A Idea – órgão da mocidade	15/9/1878, n° 3, ano I 20/10/1878, n°8, ano I	Impresso na tipografia do jornal Espírito-Santense (Rua São Diogo)	1878-?
A Liga	8/4/1860 a 12/8/1860, ano I, n°1-20 30/1/1861, ano II, n° 21	Impresso na tipografia do jornal Correio da Victoria (Rua da Praça Nova)	1860-?

¹¹ Não foi possível precisar o tempo de existência de todos os jornais analisados, dada a falta de registros desses impressos. Nesses casos, valemo-nos das anotações de Heráclito Amâncio Pereira e das referências a publicações desses jornais em outros impressos contemporâneos para estimar o período de circulação. PEREIRA, Heráclito Amâncio. 1922.

A Província do Espírito Santo	1882-1889	1882 – Tipografia e escritório na Rua do Comércio 1888 – Tipografia: Rua General Osório Escritório: Rua do Comércio	1882-1889
A Regeneração	11/1/1854, nº8, ano I	Tipografia e escritório na Rua Grande	1853-1856
Correio da Victoria	1849-1851 1854-1859 1863-1864 1869-1872	1850 – Tipografia e escritório na Rua da Praça Nova 1863 – Tipografia e escritório na Rua da Imprensa 1869 – Tipografia e escritório na Travessa da Rua do Ouvidor 1870 – Tipografia e escritório na Praça Municipal 1871-1872 – Tipografia e escritório na Rua da Assembleia	1849-1873
Gazeta do Commércio	31/12/1876, nº 53, ano I 23/8/1877, nº 15, ano II	Tipografia e escritório na Rua da Assembleia	1876-1878
Jornal da Victoria	1864 1866-1869	Tipografia e escritório à na Rua da Assembleia	1864-1869
Lucifer	6/10/1884 a 17/11/1884, nº 1 a 7, ano I	Impresso na tipografia do jornal Folha da Victoria, na Rua São Francisco	1884-?
O Amigo do Povo	8/8/1863, nº 5, ano I	Impresso na tipografia Liberal do jornal O Tempo, na Rua Santa Luzia	1863-?
O Baluarte	1º/9/1882 a 2/12/1882, nº1 a 13, ano I	Impresso na tipografia do jornal Espírito-Santense, na Rua Sete de Setembro Na edição nº13, o escritório da redação passou a ser na Rua General Osório	1882
O Cidadão	15/3/1868 a 30/7/1868, nº 1 a 25, série I	Tipografia e escritório na Rua do Piolho	1868
O Echo dos Artistas	13/1/1878, nº 7, ano I	Tipografia e escritório na Rua Santa Luzia	1878-?
O Espírito-Santense	1870-1889	1870 – Tipografia e escritório na Rua Santa Luzia 1875 – Tipografia e escritório na Ladeira do Sacramento 1877 – Tipografia e escritório na Rua São	1870-1889

		Diogo 1887 – Tipografia e escritório na Rua Sete de Setembro	
O Horizonte	1880-1885	1880 – Tipografia e escritório na Rua da Matriz 1883 – Tipografia e escritório na Rua Conde d'Eu	1880-1885
O Liberal	11/6/1885 a 28/8/1885, nº 1 a 31, ano I	Junho/1885 – Impresso na tipografia do jornal O Horizonte, na Rua Conde d'Eu Agosto/1885 – Impresso na tipografia do jornal A Folha da Victoria, na Rua Conselheiro Costa Pereira. Escritório na Rua da Matriz	1885-?
O Meteoro	24/2/1888, nº3, ano I	Impresso na tipografia da Folha da Victoria Escritório na Rua da Matriz	1888
O Monarquista	20/9/1863, nº 3, ano I	Tipografia e escritório na Rua dos Pescadores	1863-1864
O Semanário: jornal de instrução e recreio	1857-1858, nº 1 a 50	Impresso na tipografia do jornal Correio da Victoria, na Rua da Praça Nova	1857-1858
O Tempo	10/12/1861, nº 12, ano I	Tipografia e escritório na Rua Porto dos Padres	1861-1863
Opinião Liberal	11/2/1877, nº 5, ano II	Tipografia e escritório na Rua Duque de Caxias	1876-?
Pyrilampo	20/08/1882, nº 1, ano I 16/10/1882, nº 6, ano I	Impresso na tipografia do Jornal A Província do Espírito Santo, na Rua do Comércio	1882
Sete de Setembro	10/11/1878, nº 10, ano I 16/8/1879, nº 18, ano II	1878 – Impresso na tipografia do jornal Gazeta da Victoria* 1879 – Impresso na tipografia do jornal A Atualidade	1878-?
Vasco Coitinho	15/11/1883, nº 5, ano I	Tipografia e escritório na Rua Duque de Caxias	1883-1884

*Os jornais foram listados em ordem alfabética.

Fontes: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) e Biblioteca Nacional (BN).

O quantitativo levantado para a tese não corresponde à totalidade de títulos publicados em Vitória no período de recorte temporal da pesquisa, pois muitos exemplares não foram localizados. Estamos diante, portanto, de coleções incompletas. Conjugando informações fornecidas por Affonso Cláudio, Heráclito Amâncio Pereira e Bazílio Carvalho Daemon, chegamos à soma de 64 jornais impressos na capital de 1849 a 1889¹². Os 25 jornais listados no quadro 2 representam, portanto, 38,5% do total de periódicos. Esse vazio na documentação não invalida a proposta analítica da tese, porque o trabalho histórico é de natureza lacunar, realidade compartilhada pelos consulentes de arquivos.

Consideramos que os arquivos não são um estoque de informações de onde o pesquisador retira exatamente o documento que deseja estudar¹³. Eles são sempre uma ausência que se opõe à abundância de registros neles arquivados. A profusão de palavras, livros, atas e processos dão a ilusão de ser possível conhecer tudo. Fazer uso de arquivos é traduzir essa ausência em problema. Nesse sentido, indagamo-nos a respeito dos vazios na documentação da imprensa capixaba.

Em primeiro lugar, vale lembrar que os arquivos públicos representam, em grande medida, arquivos de Estado. Eles são repositórios de documentos produzidos pela administração pública ao longo dos anos¹⁴. A preservação permanente de determinados registros em detrimento de outros mostra como a constituição dos arquivos conduziu uma forma progressiva de fazer história¹⁵. O Estado é um agente protagonista nesse processo de guarda de documentos.

Analisando a coleção dos jornais capixabas guardados no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, notamos que alguns títulos se destacam do conjunto pela quantidade de edições preservadas¹⁶. São eles: *Correio da Victoria*, *Jornal da Victoria*, *O Espírito-Santense*, *O Horizonte*, *A Província do Espírito Santo* e *A Folha*

¹² CLÁUDIO, Affonso. 1912; PEREIRA, Heráclito Amâncio, 1922; DAEMON, Bazílio Carvalho. 2010.

¹³ FARGE, Arlette. *Le goût de l'archive*. Paris: Éditions du Seuil, 1989. p. 70.

¹⁴ JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. *Ciência da Informação*, v. 25, n. 2, 1995. Disponível em: <revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/viewFile/439/397>. Acesso em: 10 de outubro de 2013.

¹⁵ BREFE, Ana Cláudia Fonseca. Pierre Nora, ou o historiador da memória. *História Social*, Campinas/SP: UNICAMP, 1999, p. 25.

¹⁶ O fundo de periódicos do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) foi bastante beneficiado pelos exemplares de periódicos capixabas guardados na Biblioteca Nacional (BN). Essas edições foram originalmente enviadas para particulares (assinantes) de fora da Província do Espírito Santo, para a própria Biblioteca Nacional e para a escola militar da Corte, que também assinavam as folhas publicadas em Vitória/ES.

da *Victoria*. Em comum, todos publicaram atos oficiais em suas folhas¹⁷. As tipografias contratadas pela Assembleia Provincial para a impressão oficial estavam sujeitas, entre outras obrigações, a entregar exemplares do jornal à casa legislativa. Parece verossímil propor, então, que a inserção da *seção oficial* nas páginas desses impressos tenha contribuído favoravelmente para a sua preservação pelo próprio governo por se tratar de registros da memória institucional¹⁸.

A documentação presente nos arquivos, classificada em séries, coleções e fundos, deve ser lida como resultado de ações deliberadas que privilegiaram certos registros em desfavor de outros¹⁹. É preciso ter cautela no manuseio desses vestígios do passado, verificando as ausências e presenças, porque os arquivos constituem um lugar de memória²⁰. Dito isso, como tratar os vazios na documentação? A limitação imposta pela falta de muitos impressos em nosso *corpus* documental pode ser, ao menos parcialmente, minimizada pela análise qualitativa dos registros disponíveis. As cartas particulares, os editoriais e as seções de noticiário fornecem indícios da difusão da imprensa capixaba no Oitocentos, destacando o diálogo entre jornais adversários e noticiando o surgimento de um novo título recém-publicado²¹. As lutas de penas travadas entre os publicistas²², bem como as respostas a denúncias

¹⁷ O jornal *A Província do Espírito Santo* não tinha contrato com o governo provincial, mas transcrevia as notícias da seção oficial publicada em *O Horizonte*, periódico de mesma filiação política (liberal).

¹⁸ A exceção foi a *Gazeta da Victoria*, periódico que imprimiu os atos do governo provincial de 1878 a 1881, mas sobre o qual não temos nenhum exemplar.

¹⁹ O descarte de documentos parece não ser prática recente na história do Espírito Santo. Em 1878, alguns deputados questionaram os vazios existentes nas prateleiras do arquivo da secretaria da Assembleia referentes ao período da administração conservadora à frente da Província. De acordo com o deputado Custódio Maia, embora as assembleias provinciais funcionassem desde 1835, o arquivo da secretaria continha registros apenas recentes, de, no máximo, 1873 em diante. Outro deputado, Poggi Figueiredo, informou que uma portaria emitida pela Assembleia em 1875 requereu autorização do presidente da Província para a incineração de muitos documentos administrativos. Não há documentos que comprovem a destruição desses papéis, mas não há como negar a incompletude do acervo documental produzido pela casa legislativa. SIQUEIRA, Karulliny Silverol. 2011. p. 292.

²⁰ Embora o conceito de lugar de memória tenha sido criado especificamente para discutir o problema da memória como preocupação histórica na França (BREFE, Ana Cláudia Fonseca. 1999. p. 19), inspiramo-nos na definição proposta por Pierre Nora: um lugar de memória vai desde o objeto mais material e concreto ao objeto abstrato e intelectualmente construído. Trata-se de um monumento, de uma personalidade importante, dos arquivos e museus, ou mesmo de um símbolo, de uma bandeira, de um acontecimento ou de uma instituição. Assim, os arquivos seriam um dos lugares onde a memória se cristaliza, se encarna. "Há locais de memória porque não há mais meios de memória". NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Traduzido por KHOURY, Yara Aun. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo, 1981. p. 2-13.

²¹ Os diálogos entre redatores de jornais adversários são discutidos nos capítulos IV e V desta tese.

²² Os redatores dos jornais se autointitulavam publicistas quando descreviam a tarefa de escrever na imprensa.

publicadas em outros jornais, registraram a circulação dos periódicos *Diário Victoriense*, *Gazeta da Victoria*, *O Clarim*, *O Desaprovador*, *Jornal das Moças*, *Magnolia*, entre outros²³.

Os jornais foram analisados sob o viés de produção e recepção dos impressos. Investigamos o processo de produção da imprensa periódica, com ênfase nos locais onde as edições eram pensadas e montadas, no suporte material que lhes dava forma e no tipo de escrita utilizada nas publicações. Instigam-nos as possibilidades de recepção dessas publicações, os leitores ideais imaginados pelos redatores e os leitores reais, com suas práticas de leitura e apropriações.

Colocar um jornal em circulação requeria investimentos financeiro e humano. O trabalho nas tipografias exigia concentração e tempo, porque a composição das páginas (e textos) era feita manualmente²⁴. Os tipos eram inseridos um a um em bastões componedores, formando as linhas das frases. Após a montagem das frases, reuniam-se os bastões para formar os textos e as margens de divisão entre as colunas do jornal. Depois de utilizados, os bastões eram desmontados e os tipos devolvidos às gavetas das respectivas letras. Na ilustração 13, a seguir, é possível observar o processo de composição dos impressos.

Figura 13 - Tipos e componedor.



Disponível em: <<http://www.sindigraficos-es.com.br/typografia.html>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2012.

²³ O *Jornal das Moças* e *Magnolia* eram publicações direcionadas ao público do belo sexo, isto é, às mulheres. Circularam a partir de 1877 e 1884, respectivamente.

²⁴ Não localizamos fotos de nenhuma oficina tipográfica de Vitória referente ao arco temporal da pesquisa.

Às vezes a composição saía com erros, sendo preciso reimprimir publicações de números anteriores. Esse foi o caso do *Jornal da Victoria*, que numa edição de 1866 se desculpava pelo excesso de erros na seção Literatura.

Literatura – A conclusão da literatura sob o título Renée Corbeau dada no número passado deste jornal saiu com tantos erros, com mudança de letras e de nomes, trocas de parágrafos, que se tornou quase ininteligível: em consequência destes erros e em satisfação ao autor dela e ao jornal de que a extraímos, hoje a reproduzimos com as devidas correções²⁵.

Esse trabalho de composição era feito nas tipografias, onde a produção material acontecia. Nessas oficinas, o jornal tomava forma, era impresso e distribuído aos assinantes, via correios terrestre e marítimo, e aos compradores de edições avulsas, por meio dos entregadores²⁶.

Os ambientes tipográficos eram também espaços de sociabilidade. De acordo com Marco Morel, era comum encontrar anúncios nos jornais da Corte chamando o público para comparecer diretamente ao local de montagem e impressão dos periódicos, onde poderiam contratar assinaturas, comprar edições avulsas e até conversar com os redatores e outros leitores sobre as notícias recém-publicadas²⁷. Eram locais de venda, de leitura e de encontros²⁸. Situação análoga também ocorria em Vitória; nas tipografias capixabas conviviam produtores e receptores de impressos.

Para as tipografias capixabas dirigiam-se indivíduos interessados em divulgar uma *publicação a pedido*, um anúncio, comprar edições avulsas dos jornais e adquirir outros produtos, como formulários para repartições públicas, documentos para o comércio marítimo, folhinhas de calendário com os dias de guarda de santos etc. As tipografias eram também espaço de leitura. Muitos foram os anúncios publicados na imprensa da capital informando sobre a venda de livros nas oficinas tipográficas. A seguir, reproduzimos um anúncio publicado em 2 de janeiro de 1858 no *Correio da Victoria*.

²⁵ JORNAL DA VICTORIA, ano III, n. 269, de 19 de dezembro de 1866. p. 3.

²⁶ Durante os primeiros meses de 1849, a tipografia Capitaniense recém-inaugurada anunciava no *Correio da Victoria* vagas para entregadores e aprendizes interessados na Arte Tipográfica. CORREIO DA VICTORIA, ano I, n. 2, de 20 de janeiro de 1849. p. 4.

²⁷ MOREL, Marco & BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem, poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 78.

²⁸ MOREL, Marco & BARROS, Mariana Monteiro de. 2003. p. 80.

Livros a venda nesta tipografia:

Tesouro de Meninas, 2 vol. encadernado 4\$000

Dito de Meninos, 1 vol. 2\$000

Catecismo grande, 1 vol. 2\$000

Dito de doutrina, 1 vol. brochado \$500

Código criminal 1\$000

Poema mariano 1\$000

Coleção de leis provinciais cada vol. 1\$000

Na mesma casa se encontra um grande e variado sortimento de papel de várias qualidades de beira dourada e para luto, dito dourado e prateado, envelopes e mais quanto diz respeito ao comércio marítimo e terrestre, papéis para as repartições públicas e dito forenses, ditos de música: aprontam-se quaisquer encomendas em breve espaço de tempo²⁹.

A venda de livros foi uma atividade disseminada entre as tipografias capixabas. Os anúncios se repetiram em vários jornais ao longo do período pesquisado, indicando haver certa demanda pelos produtos livrescos. Algumas tipografias dispunham de catálogo variado, que abrangia literatura jurídica, religiosa, romances e leituras de recreio³⁰.

Livros à venda nesta tipografia:

Manual dos juizes de direitos 3\$000

Manual dos promotores 3\$000

Verso e reverso comédia 1\$500

Manual epistolar 1\$500

Manual eclesiástico 5\$000

Gramática francesa de Sevene 2 vol. 4\$000

D. Jaime – poema 4\$000

Curso da língua latina por Castro Lopes, 1 vol. 5\$000

Código comercial anotado (edição de 1864) 6\$000

Formulário de eleições 1\$000

Guia do orador militar 1\$000

Consultor jurídico 5\$000

Primeiras linhas criminais e 2 volumes 8\$000

Livros das terras 5\$000

Sinopse do direito natural 2\$000

Droit penal de Ortolan 9\$000

Código penal de Cunha Azevedo 3\$000

Regimento das Câmaras 1\$500

Canhenho de depositários públicos \$500

Ensaio sobre a história desta província 3\$000

História Universal 3\$000

Gramática portuguesa de Ortiz 2\$000

Tesouro de meninos 2\$000

Catecismo de Montpellier 1\$000

Catecismos histórico, dogmático, moral e litúrgico da doutrina cristã 1\$500

Aventuras de Talemaque 2\$000

²⁹ CORREIO DA VICTORIA, ano X, n. 1, de 2 de janeiro de 1858. p. 4.

³⁰ Eram chamadas de leitura de recreio as obras destinadas à distração dos leitores.

Taboadas \$100
 Primeiro navegante 1\$000
 Felicidade 1\$000
 Cantos de solidão 2\$000
 Cantos da mocidade 2\$000
 Jardim Poético 3\$000
 Urania – poema de Magalhães 4\$000
 Ilusão, experiências e desengano 1\$000
 Maria de Itamaracá 2\$000
 Maravilhas da simpatia 3\$000
 Perserções pessoal 2\$000
 Os homens de cera – drama 2\$000
 Gabriel - drama 1\$500
 O filho do ministro – comédia 2\$000
 Exposição nacional 5\$000
 Paraíso perdido 2\$000
 Auxiliador da indústria 4\$000
 Revelações – poesias de Zoluar 5\$000
 Estudos sobre os Lusíadas 2\$000
 Esboço biográfico do Barão de Moreira 2\$000
 Regimento de custas 1\$000
 Calabar – drama 2\$000
 Luzbella – drama 1\$500
 Oráculo das moças 1\$000
 Poder temporal dos papas 2\$000
 Tratado dos brancos, 4 volumes 20\$000
 E outros muitos tanto de recreio como de instrução, assim como papel de máquina pautado e liso, papel pequeno lavrado de diversas cores para cartas, penas, lapas, lacres, canivetes, tinta, etc³¹.

Ao longo da segunda metade do Dezenove, as tipografias passaram por algumas mudanças estruturais. Estava em curso um processo de transformação da imprensa periódica em Vitória. Se nos primeiros anos de existência havia uma tipografia para cada jornal impresso na capital, com o tempo, esse quadro mudou: as tipografias melhor equipadas, tanto em termos de maquinário quanto de funcionários, passaram a publicar mais de um título. Esse foi o caso de dez dos 25 títulos listados no quadro 2: *A Idea* (1878), *A Liga* (1860/1861), *Lucifer* (1884), *O Amigo do Povo* (1863), *O Liberal* (1885), *O Semanário: jornal de instrução e recreio* (1857/1858), *Pyrilampo* (1882), *Sete de Setembro* (1878/1879), *O Baluarte* (1882) e *O Meteoro* (1888).

Já não era preciso adquirir maquinários tipográficos para fundar um jornal. Bastava pagar pela terceirização da impressão. Com base nos anos das edições levantadas, inferimos que essas mudanças ocorreram a partir do final da década de 1850. Outra alteração de cunho estrutural diz respeito à divisão das tipografias. De 1849 a 1880,

³¹ JORNAL DA VICTORIA, ano I, n. 24, de 29 de junho de 1864. p. 4.

aproximadamente, o espaço da tipografia agregava as atividades de redação e impressão dos jornais. Nos primeiros anos de 1880, no entanto, as oficinas foram separadas da redação dos jornais, passando a existir, então, um escritório, onde os jornais eram produzidos intelectualmente, e uma tipografia, destinada exclusivamente à produção material do impresso³². No frontispício de cada número, logo abaixo do título do periódico, vinham informados os endereços da tipografia e do escritório da redação.

Isso nos leva a discutir a localização desses espaços em Vitória, de modo a identificar uma geografia das sociabilidades impressas. As tipografias e os escritórios de redação formavam uma rede de comunicação, em que produtores e receptores dos impressos estavam em constante troca de informações. A distribuição geográfica das tipografias sugere certa preferência por algumas ruas da cidade de Vitória.

No anexo D desta tese é possível observar as ruas com mais ocorrências³³: Rua Porto dos Padres (extinta Rua dos Pescadores), Rua Duque de Caxias (extinta Rua do Ouvidor), Rua São Diogo, Rua General Osório, Rua da Matriz, Rua Moniz Freire (antiga Rua da Assembleia), Rua da Vargem (Sete de Setembro), Rua José Marcelino (conhecida como Rua Grande), Rua São Francisco, Rua de Santa Luzia e Rua da Praça Nova (Largo da Igreja Matriz).

Suspeitamos que a escolha dessas ruas não tenha sido aleatória. Elas eram espaços de intensa circulação de transeuntes, porque próximas a largos, igrejas, casas comerciais e repartições do Governo Provincial. Ali ocorriam as festas religiosas de irmandades, os encontros nos largos e nas praças, o movimento das lojas comerciais e dos cais³⁴, as eleições nas paróquias e as decisões políticas na Assembleia Provincial e no Palácio do Governo (São Tiago). Instalar-se nos

³² Esse foi o caso d'*A Folha da Victoria* (que a partir de 1885 apresentava um endereço para tipografia e outro para escritório da redação), d'*A Província do Espírito Santo* (que em 1888 inaugurou o escritório separado da oficina) e d'*O Baluarte* (que utilizava a tipografia do jornal *Espírito-Santense* não só para imprimir seus exemplares como também para as reuniões da redação do periódico, até que, em 1882, montou seu próprio escritório).

³³ Os pontos em vermelho na planta indicam as tipografias e os escritórios de redação levantados nesta pesquisa de 1840 a 1889. Assim, constam nesse conjunto as duas tipografias noticiadas pelo comandante do corpo policial no *Diário do Rio de Janeiro* em 1842. Optamos por considerar na marcação da planta as mudanças de endereço desses espaços. A versão original da planta está no anexo A da tese.

³⁴ Para informações sobre o comércio local, ler o capítulo I.

arredores desses espaços garantiria aos produtores da imprensa conhecer e participar da movimentação do dia a dia local.

Os jornais produzidos nas tipografias apresentavam um suporte material padronizado. A letra era serifada³⁵, cada edição composta por quatro páginas e as publicações divididas em seções³⁶. A seção *Literatura* foi uma unanimidade³⁷. Independentemente do programa editorial seguido pelos editores, todos reservavam um espaço em suas folhas para a inserção de obras literárias, poemas, contos e crônicas. Em muitos desses impressos, a seção era inserida na parte inferior das páginas, formando um rodapé³⁸. Outra unanimidade foi a seção de *Anúncios*, localizada na última página de cada número, à exceção do periódico *A Província do Espírito Santo*, que trazia os anúncios na primeira página da folha, conforme ilustra a capa de uma edição de janeiro de 1883.

³⁵ As fontes serifadas apresentam arremates nas partes superiores e inferiores das letras. Esses pequenos traços aplicados nas extremidades das letras auxiliam a fluidez da leitura, porque as serifas formam uma espécie de linha imaginária.

³⁶ Os jornais pesquisados eram impressos em pequeno formato, à exceção d'*O Espírito-Santense*, que, a partir de 1876, aumentou o formato para 315x161mm, d'*O Horizonte*, que em junho de 1882 também passou para 315x161mm, e d'*A Província do Espírito Santo*, que de 1883 em diante começou a ser impressa em 253x415mm.

³⁷ Alguns jornais, com o passar dos anos, mudaram o nome dessa seção para *Folhetim*.

³⁸ Escritores brasileiros se destacaram na seção *Literatura*. Na edição de 23 de agosto de 1877, a *Gazeta do Commercio* publicou trechos de *O Sertanejo*, de José de Alencar. N'*A Actualidade*, de 26 de junho de 1878, foi a vez de Machado de Assis ter sua obra divulgada, com a publicação de *Helena*. Escritores capixabas também participavam do grupo seleto de autores com textos publicados na seção *Folhetim*. Amâncio Pinto Pereira, além de redator de alguns jornais capixabas, era constante escritor de crônicas para a imprensa local, sendo uma das mais famosas a que fez em homenagem à Adelina Lírio.

Figura 14 - A Província do Espírito Santo, de 5 de janeiro de 1883, p. 1.

ANNO II Brasil. — Victoria, Sexta-feira, 5 de Janeiro de 1883 NUM. 120

A PROVINCIA DO ESPIRITO-SANTO

DIARIO CONSAGRADO AOS INTERESSES PROVINCIAES, FILIADO A ESCOLA LIBERAL

Redactores. — MONIZ FREIRE e CLETO NUNES. Typographica — Rua de Commercio n. 21.

Tiragem.... 1.100 exempls.
A Província do Espírito-Santo

ASSIGNATURAS
CAPITAL E FORA DA CAPITAL
(em mil) Anos 5000
Anno 1883 1000
Semestre 500 500
Trimestre 250 250

NUMERO AVULSO.... 100 rs.

As assignaturas do pagador antecedente, e podem começar em qualquer dia, terminando sempre em Março, Junho, Setembro e Dezembro.

* Insere-se em todas officinas de domingo, das sextas-feiras e na de festa nacional.

Annuncios e publicações a pedido — a preço convencional.

Correspondentes em Paris para annuncios e recenseamento — Sr. Albert Lorente, 24^a, Rue de St. Anne.

As pessoas que quiserem adquirir A Província do Espírito-Santo em Capital se dirigirem ao redactor da rua de Commercio n. 21, e receberão, sem mais condições, os seguintes preços:

Caricatura. — Major Ignacio Francisco e professor Barro.

Viana. — Carlos Costa Junior.

Engenheiro. — Henrique Gualberto.

Barragem de Bonaventura. — João Lages Filho.

Porto de Cachoeira. — Dalmacio Coimbra.

Carapicua. — Miguel Soares de Freitas.

Serra. — Antonio da Silva Borges.

Bianchi. — Basilio E. dos Santos Lages.

Nova Almeida. — Comendador Ed. Moreira.

Santa Cruz. — Evandro Flores.

S. Mathem. — Gregório F. de Oliveira.

Viçosa. — Antonio de N. Mathem.

Alto Rio. — Alexandre Calmon de Almeida.

Ilhabela. — Alexandre Calmon de Almeida.

Esperita Santa. — Adolpho Nunes e Carlos de Almeida Lages.

Guarapary. — José Pinto Guimarães.

Monte Real e Piuma. — Antonio de Mattos.

Hapensolima. — João da Rocha Figueira Lourenço.

Cachoeira de Espangolim. — Dr. Horta de Araujo e Cassiano Maia.

Monte Carmo. — Domingos de Macedo.

Chilobro. — Dr. Antonio Aguiar, rua de Chilobro n. 72.

PRODUCTOS MEDICINAES
DA
FLORA BRASILEIRA
DE
EUGENIO MARQUES DE HOLLANDA
SALSA CAROBA E MANACA
PODEROSO PURIFICADOR DO SANGUE

O uso d'este preparado dá prova sufficiente do quanto elle é empregado no tratamento radical da dysplasia constitucional, hereditaria.

VINHO FERRUGINOSO DE ANAZAZ
Tadellor contra a anemica, chloroanemica, hyponestica-toraxica, tropical, anazazca, e imitação herc-hortica e outras moléstias.

IMBIRIBINA
CARMINATIVO TONICO

Xerpe balsamico pectoral de Anacoira. Liximato anti-rheumatico e contra a arthralgia.

VINHO DE JURUBEBA
POLPA DE TAMARINDOS
POMADA ANTI-HERPETICA
ODONTINA
PIPERINA FLUIDA.

Todos estes medicamentos encontram-se no deposito geral n'esta cidade na pharmacia de **JOAO A. AGUIRA.**

MOREIRA, MAXIMINO & C.
111 RUA DA QUITANDA 111

OFFICINA TYPOGRAPHICA SORTIMENTO COMPLETO
de
MOVIDA A VAPOR
ESPECIALIDADE
de
Trabalhos typographicos a cores

LIVRARIA E PAPELARIA
Completo sortimento de objectos de escritorio

PARA ESCRITURAÇÃO
de
VARIADISSIMO SORTIMENTO
de
Artigos para escritorio
INGLEZES E FRANCEZES

LYTOGRAPHIA.

MULTIPLA DA

ALMANAK
JANHEIRO — 31 dias

Domingo.....	7	14	21	28	
Segunda-feira.....	1	8	15	22	29
Tercera-feira.....	2	9	16	23	30
Quarta-feira.....	3	10	17	24	31
Quinta-feira.....	4	11	18	25	
Sexta-feira.....	5	12	19	26	
Sabado.....	6	13	20	27	

FESTAS NA LEIA


1. Ming. a 1. — 2. Nova a 9.
3. Cruz. a 15. — 4. Chã a 23.
5. Ming. a 31.

SEXTA-FEIRA 5 — S. Telephoro P.

CALENDRARIO POSITIVISTA
ANNO 95
MEZES DE AQUI
(A THEORICA INICIAL)

1^o MEZ
328 dias

1 — Festa Geral d'Ho	1 de Jan.
2 — Hercules	2 *
3 — Cipriano	3 *
4 — Ulysses	4 *
5 — Gregorio	5 *
6 — Romulo	6 *
7 — Numa	7 *
8 — Bolso	8 *
9 — Senoaria	9 *
10 — Mano	10 *
11 — Elyseu	11 *
12 — Genesio	12 *
13 — Jo. Baptista	13 *
14 — EUDORA	14 *
15 — Jo. III	15 *
16 — Laur. Luis	16 *
17 — Herm. José	17 *
18 — Jo. Theodorico	18 *
19 — Jo. Theodorico	19 *
20 — Ines	20 *
21 — CONFUCIO	21 *
22 — Abraham	22 *
23 — Bernad	23 *
24 — Salomão	24 *
25 — Isidoro	25 *
26 — S. João Baptista	26 *
27 — Hieronymo	27 *
28 — MAHOMET	28 *



PHOTOGRAPHIA
CASA IMPERIAL
JOAQUIM AVARES
Retratos a 8000 a dupeia.
LADEIRA DO SACRAMENTO.

Fonte: Biblioteca Nacional (BN).

Havia, ainda, a *seção oficial*, destinada à publicidade dos atos oficiais do governo provincial. Em geral, os jornais responsáveis por esse tipo de publicação destinavam as duas primeiras páginas de cada número para a impressão do expediente do governo. Outra seção de destaque foi a de *Publicações a pedido*, muito comum nos jornais publicados entre 1849 e 1870, que publicava cartas particulares.

Durante a década de 1870, a *seção a pedido* foi substituída por duas: vozes livres e mofina³⁹. Nessas, era permitido escrever sobre qualquer pessoa, desde que constasse no texto entregue à tipografia o autógrafo do autor. A obrigatoriedade da assinatura nas cartas não era exigida para que, necessariamente, o nome do autor fosse divulgado pelo jornal, visto que, em muitos casos, os textos eram publicados com pseudônimos. Os administradores dos periódicos mantinham guardados os

³⁹ Mofina era o nome dado a artigo anônimo em tom difamatório ou de denúncia publicado em jornal.

originais com a identificação dos autores caso fossem chamados à responsabilidade em juízo.

As mofinas seguiam um estilo de escrita baseado em charadas, códigos e expressões em voga na sociedade capixaba daqueles tempos. Numa edição de 1876 d'*O Espírito-Santense*, publicou-se a seguinte mofina em tom de denúncia e assinada pelo *sub-rifante*: “Ainda continuam as rifas – *ação entre amigos* – em despeito às providências tomadas e em *desabono ao respeito* devido às leis”⁴⁰.

Os jornais aceitavam publicar mofinas e vozes livres sobre assuntos de interesse público e também de cunho particular, o que poderia causar inconvenientes aos editores em caso de críticas e ações judiciais movidas pelos supostamente ofendidos. Nessas situações, os proprietários dos impressos eram chamados em juízo para confirmar a autoria do texto por meio do autógrafo do responsável. Talvez por isso o preço cobrado pela linha dessas seções fosse diferenciado. No *Lucifer*, por exemplo, cobrava-se 120 réis adiantados⁴¹.

Ao analisarmos a trajetória da imprensa periódica capixaba durante a segunda metade do Oitocentos, identificamos que poucos jornais circularam por mais de cinco anos consecutivos. Alguns publicaram apenas poucos números e outros duraram de um a três anos (a exemplo d'*A Liga* e d'*O Tempo*). Não entendemos essa existência efêmera como completo insucesso. A duração passageira de alguns impressos pode ter relação com um período de ostracismo político vivido por determinado grupo que viu na imprensa um meio de oposição; tão logo os membros desse grupo fossem reinseridos no poder, esses jornais com estilo panfletário e linguagem inflamada perdiam a razão de existir⁴². Houve, ainda, aqueles que surgiram a partir de projetos estudantis (*Pyrilampo* e *A Aurora*) e os que foram pensados em formatos de série, como *O Cidadão*⁴³.

Com o próximo número termina a primeira série do “Cidadão”. Não podemos deixar de agradecer aos nossos assinantes a benevolência que nos tem prodigalizado. Temos a convicção de que até agora não

⁴⁰ O ESPÍRITO-SANTENSE, ano VI, n. 58, de 13 de maio de 1876. p. 3.

⁴¹ Nas demais seções, cobrava-se a soma de 80 réis por linha. Os assinantes dos jornais contavam, ainda, com a vantagem de pagar menos. LUCIFER, ano I, n. 1, de 6 de janeiro de 1884. p. 1.

⁴² O jornal *O Tempo*, que circulou em Vitória de 1861 a 1863, foi substituído pelo *Jornal da Victoria* a partir de 1864, quando os liberais ascenderam ao poder na Província do Espírito Santo. Tratamos com mais vagar das questões políticas na imprensa capixaba no capítulo IV da tese.

⁴³ *Pyrilampo* e *A Aurora* foram jornais organizados por estudantes do Ateneu Provincial.

nos temos afastado do nosso programa; temos a fé de que mantivemos o jornal na posição de imprensa moralizada. Continuamos a cumprir o nosso dever; o “Cidadão” não para na marcha que tem trilhado e só uma ambição ele deseja realizar é que sobre a sua cabeça caíam as bênçãos do povo e com o sorriso nos lábios ele nos leia e não com o desprezo e o tédio. Esperamos, pois, que os nossos cocidadãos continuem a fazer-nos justiça como até o presente⁴⁴.

A primeira série d’O *Cidadão* foi composta por 25 edições e circulou de março a julho de 1868. No editorial de despedida, a redação mostrou-se satisfeita com a receptividade do público leitor, provavelmente resultante da posição adotada de *imprensa moralizada*. No programa publicado no primeiro número da série, José Corrêa de Jesus forneceu indícios do que entendia por imprensa moralizada. Defensor da política liberal, ele esclarecia aos seus adversários, os conservadores, que podiam deixar aberto “[...] o santuário das suas famílias, porque nem aí [olhariam] para ver se há lama ou grandeza [...]”; advertia, ainda, que o novo jornal não era um pasquim com linguagem semelhante “[...] à das velhas regateiras [que cuspiam] na face dos inimigos a baba da mais torpe calúnia [...]”⁴⁵.

Durante as décadas de 1870 e de 1880, as tipografias investiram na melhoria dos equipamentos da produção de impressos, adquirindo maquinários mais modernos. A substituição das máquinas de impressão provocou mudanças significativas na qualidade dos papéis impressos pelas oficinas tipográficas. Houve um aumento significativo da tiragem diária dos jornais que, num intervalo de vinte anos, passou da faixa de 200 exemplares, nos anos 1850, para 500, nos idos de 1870⁴⁶. No decênio seguinte esse quantitativo dobrou, chegando a 1000 exemplares em 1880. À exceção d’O *Espírito-Santense*, todos os jornais pesquisados no período de 1850 a 1880 não informavam a tiragem nos exemplares impressos, o que reduziu a análise a apenas quatro dos 25 títulos levantados.

⁴⁴ O CIDADÃO, n. 24, série 1, de 26 de julho de 1868. p. 1.

⁴⁵ O CIDADÃO, n. 1, série 1, de 15 de março de 1868. p. 1.

⁴⁶ Dados extraídos de PEREIRA, Heráclito Amâncio. 1922 e 1926.

Quadro 3 - Tiragem dos periódicos, 1870-1889⁴⁷

JORNAL	ANO	TIRAGEM (EM EXEMPLARES)
O Espírito-Santense	1870-1889	500
O Horizonte	1880-1885	500
A Província do Espírito Santo	1882	1000
	1883	1100
	1884	1200
	1885	1300
	1886	1350
	1887	1400
	1888	1500
	1889	1600
A Folha da Victoria	1883-1890	600

Fonte: Biblioteca Nacional (BN); PEREIRA, Heráclito Amâncio, 1922. p. 22-47.

Somente um jornal conseguiu atingir a marca de 1000 exemplares impressos em Vitória durante a segunda metade do Oitocentos, *A Província do Espírito Santo*. Esse periódico era o único cuja tipografia dispunha de uma máquina Marinoni⁴⁸, com capacidade para imprimir até 1200 exemplares ao dia. Os proprietários dessa folha, Cleto Nunes e Moniz Freire, vangloriavam-se dessa exclusividade e publicavam diversos anúncios n'*A Província* divulgando os benefícios do maquinário.

⁴⁷ De acordo com Heráclito Amâncio Pereira, o jornal *O Commercio*, publicado de 1875 a 1876, tinha uma tiragem diária de 500 exemplares. Não localizamos edições desse impresso. PEREIRA, Heráclito Amâncio. 1922. p. 39.

⁴⁸ As máquinas rotativas Marinoni assumiram o lugar dos velhos prelos das tipografias e eram capazes de imprimir, cortar e dobrar os exemplares dos jornais aos milheiros. CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana, 1890-1915*. São Paulo: EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial SP, 2000. p. 180.

Figura 15 - A Província do Espírito Santo, de 4 de janeiro de 1884, p. 1.

TYP. D'A PROVINCIA DO ESPIRITO-SANTO

NITIDEZ e PERFEIÇÃO



PREÇOS MODICOS

Este estabelecimento, unico que dispõe d'uma machina MARINONI para impressão, incumbe-se de qualquer obra typographica.

Os trabalhos que tem feito para a thesouraria de fazenda, caixa economica, secretaria de policia, camara municipal, alfandega, ex-colonia de Santa Leopoldina, quartel de infantaria e outros estabelecimentos publicos e particulares, abonam a pericia dos seus operarios e dão-lhe direito a preferencia do publico.

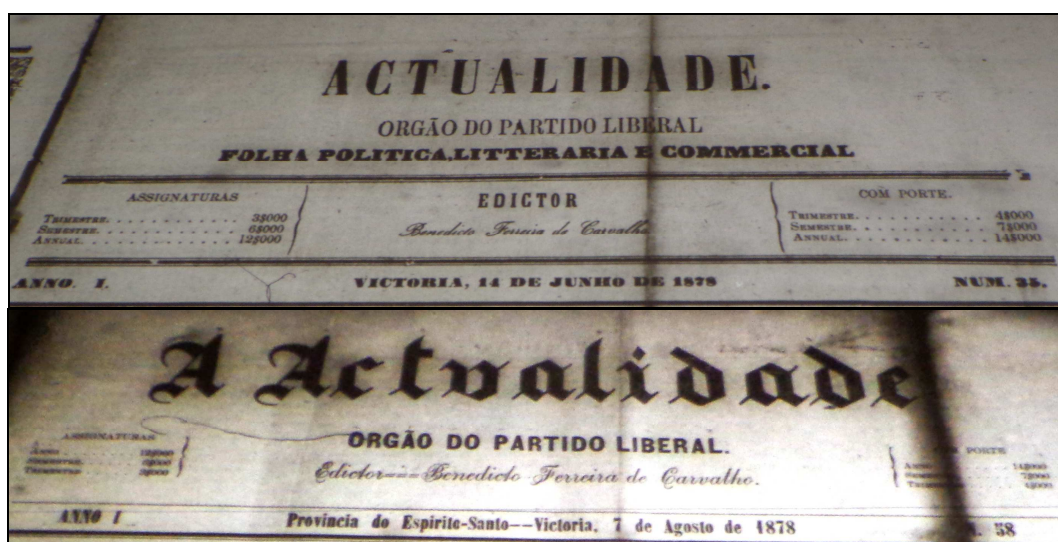
A MARINONI pôde imprimir até 12000 exemplares no dia.

31 RUA DO COMMERCIO 31
VICTORIA.

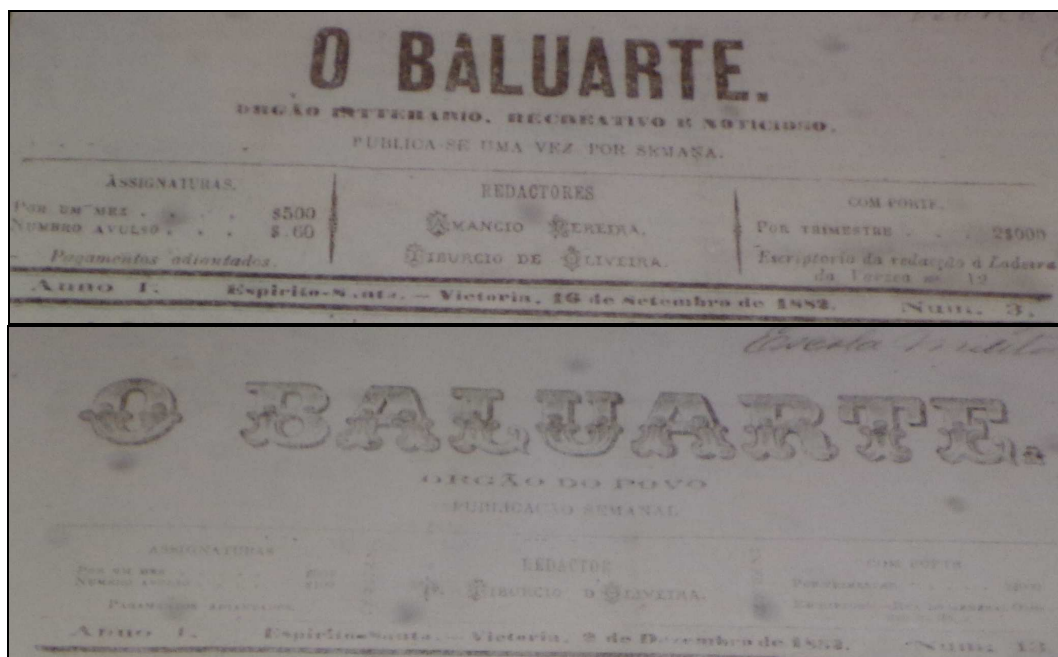
Fonte: Biblioteca Nacional (BN).

A aquisição de tipos diferenciados proporcionou certa inovação no *layout* dos nomes dos jornais, com a utilização de letras cursivas e gravuras. As figuras 16, 17 e 18, adiante, evidenciam a mudança no formato de letra utilizado para o nome de *A Actualidade* (1878), *O Baluarte* (1882) e *A Folha da Victoria* (1889).

Figura 16 - Mudança no layout de *A Actualidade*.



Fonte: Hemeroteca Nacional, BN.

Figura 17 - Mudança no layout de *O Baluarte*.

Fonte: Hemeroteca Nacional, BN.

Figura 18 - Mudança no layout de *A Folha da Victoria*.

Fonte: Hemeroteca Nacional, BN.

O novo visual dos nomes d'*A Actualidade* e d'*O Baluarte* foi composto por letras desenhadas, tendo sido mantida a tradição das serifas. No título d'*A Folha da Victoria*, as mudanças foram mais audaciosas: optou-se pela escrita cursiva, dispensando-se as serifas, e as letras utilizadas tinham contorno mais fino, o que tornava o título menos carregado.

Essas alterações de aspecto gráfico dos periódicos não passavam despercebidas pelos leitores e também pelos redatores dos impressos concorrentes da época. Na edição de 9 de agosto de 1878, a redação d'*A Actualidade* publicou uma nota se defendendo de um artigo publicado no *Espírito-Santense* que a acusava de modernizar os tipos à custa dos dividendos provenientes do contrato firmado com a Assembleia Provincial.

Sob este título o *Espírito-Santense* observa que o formato do nosso jornal é maior e que tem tipos novos, notando felizmente que só falta crescer a barriga. Não se assuste o contemporâneo, *A Actualidade* não há de representar nos cofres públicos o papel do *Espírito Santense* quando jornal oficial em que fora uma perfeita sangue suga dos dinheiros provinciais e nem a ter-se em proprietária de palácios em pouco tempo de vida aqui na capital. É prudente que o contemporâneo contenha-se nas raias [rasurado] da boa e fina educação, se é que a possui, para não ouvir verdades duras, as quais pela sua dureza deviam ficar em silêncio. *A Actualidade* não é nem nunca será a defensora dos dilapidadores dos dinheiros públicos. A nossa missão é outra mais elevada⁴⁹.

A preocupação dos redatores com os tipos utilizados e a escolha da disposição das publicações nas seções do jornal revelam que a importância dada ao suporte material não se restringia à diagramação das edições, mas também à produção de sentido do texto⁵⁰. Investigar o suporte de leitura dos periódicos implica discutir a inscrição do texto nas páginas impressas, tornando evidentes as notícias que mereceram atenção ou não dos homens da imprensa. De acordo com Roger Chartier, os dispositivos gráficos são tão importantes ou mais do que os sinais textuais,

[...] pois são eles que dão suportes móveis às possíveis atualizações do texto. Permitem um comércio perpétuo entre textos imóveis e

⁴⁹ A ACTUALIDADE, ano I, n. 59, de 9 de agosto de 1878. p. 3.

⁵⁰ MOUILLAUD, Maurice. O jornal: da forma ao sentido. In: PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). *O jornal: da forma ao sentido*. 2 ed. Brasília: EdUnB, 2002. p. 33.

leitores que mudam, traduzindo no impresso as mutações de horizonte de expectativa do público e propondo novas significações além daquelas que o autor pretendia impor a seus primeiros leitores⁵¹.

Não por acaso a *seção oficial* ocupava lugar de destaque nos jornais *oficiais* ou *oficiosos*, certamente devido aos contratos assinados entre as tipografias e o governo provincial. Da mesma forma, os editoriais também se distinguiam das demais publicações, porque eram impressos na primeira página⁵².

Afora a *seção oficial* e as obras literárias, a retórica utilizada nas publicações era dialogal. Os parágrafos eram construídos dando a ler um diálogo entre redator e leitor. As cartas particulares impressas nos jornais também foram estruturadas em formato de diálogo, só que em ordem inversa: o leitor era quem se dirigia ao redator.

A escrita das publicações carregava muitos elementos de oralidade. As páginas impressas eram impregnadas de expressões vindas da rua, da vida cotidiana. Esse amálgama entre a linguagem escrita e a oral constituía um artifício para tornar os impressos inteligíveis a um público mais amplo, para além do leitor *stricto sensu*⁵³. De acordo com Iara Lis Schiavinatto, esses vínculos “[...] entre o impresso e a oralidade emprestavam ao primeiro veracidade, facilitavam a leitura, cativavam o leitor e a memorização do texto, para que este fosse outra vez relatado, comentado ou lido”⁵⁴.

⁵¹ CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger (Org.). *Práticas de leitura*. São Paulo: estação Liberdade, 1996. p. 98.

⁵² Os editoriais eram textos assinados pela redação do jornal (mesmo quando não assinados formalmente no exemplar impresso) que defendiam uma ideia, uma causa ou manifestavam-se sobre algum evento ocorrido em nível micro ou macrosocial. Nessa seção do jornal tinham lugar os conflitos impressos travados entre redatores de periódicos concorrentes, principalmente relativos às disputas políticas na Província do Espírito Santo. Essas sociabilidades impressas são trabalhadas nos capítulos IV e V da tese.

⁵³ Consideramos leitor *stricto sensu* o indivíduo que sabia ler e escrever. De acordo com Marcello Basile, “[...] a utilização dessa linguagem correspondia também aos fins doutrinários dos periódicos, afigurando-se como uma forma de atingir o público-leitor com baixo nível de instrução e mesmo de facilitar a circulação oral dos textos [...]”. BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. 2000. p. 143.

⁵⁴ SCHIAVINATTO, Iara Lis. Entre manuscritos e impressos. In: LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito (Orgs.). *Entre a Monarquia e a República: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008. p. 25.

A imprensa capixaba em desenvolvimento na segunda metade do Dezenove marcava vozes, gestos e palavras e também era influenciada por eles⁵⁵. Era importante ganhar a simpatia dos capixabas para torná-los leitores das folhas.

3.3 Publicistas

As sociabilidades desenvolvidas pelos capixabas com redatores e editores não se restringiram à troca de publicações nos periódicos. A análise mostrou que para a maioria desses publicistas o ofício nos jornais não era sua única ocupação profissional. No quadro 4, a seguir, identificamos quem eram esses homens da imprensa.

Quadro 4 - Perfil profissional dos redatores/editores dos jornais capixabas.

PERIÓDICO	REDADORES/EDITORES	PROFISSÃO	CARGO PÚBLICO
A Atualidade	Benedicto Ferreira de Carvalho	Bacharel	-
	José Corrêa de Jesus	Bacharel	Deputado Provincial
A Folha da Victoria	Aristides Brasileiro de Barcelos Freire	Professor	Deputado Provincial
	Hermilo Cândido da Costa	Engenheiro	-
	Jacinto Martins da Silveira	Tipógrafo	-
	José Francisco da Silva	Tipógrafo	-
A Idea – órgão da mocidade	Bazilio Carvalho Daemon	Bacharel	Deputado Provincial
A Província do Espírito Santo	José de Mello Carvalho Muniz Freire	Bacharel	Deputado Provincial Vereador
	Cleto Nunes Pereira	Jornalista	Deputado Provincial
A Regeneração	Manoel Ferreira das Neves	Professor	Deputado Provincial
Correio da Victoria	Pedro Antonio de Azeredo	-	-
	Tito da Silva Machado	Bacharel	Deputado Provincial
	Aprigio Guilhermino de Jesus	Tesoureiro da Caixa Econômica e Monte do Socorro de Vitória	
	Joaquim Francisco Pinto Ribeiro	Capitão	-
Gazeta do Comércio	José Joaquim Pessanha Póvoa	Bacharel	Deputado Provincial Professor

⁵⁵ MOREL, Marco. Da gazeta tradicional aos jornais de opinião: metamorfoses da imprensa periódica no Brasil. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (Org.). *Livros e impressos: retratos do Setecentos e do Oitocentos*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009. p. 164.

Jornal da Victoria	Manoel Feliciano Muniz Freire	Engenheiro	Deputado Provincial
	Delecarliense Drumond d'Alencar Araripe	Tenente	-
Lucifer	Antonio do Nascimento	-	-
	Jacinto Martins da Silveira	Tipógrafo	-
O Baluarte	Amâncio Pinto Pereira	Professor	-
	Tibúrcio de Oliveira	-	-
O Cidadão	Emílio Francisco Guizã	-	-
	José Corrêa de Jesus	Bacharel	-
O Eco dos Artistas	Benedicto Ferreira de Carvalho	Bacharel	-
	Afonso Claudio de Freitas Rosa	Bacharel	-
	Cleto Nunes Pereira	Jornalista	Deputado Provincial
O Espírito-Santense	José Marcelino Pereira de Vasconcellos	Jurisperito	Deputado Provincial Deputado Geral Vereador Juiz de Paz
	Manoel Antonio de Albuquerque Rosa	-	-
	Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas	Coronel	Deputado Provincial
	Pedro de Sant'Anna Lopes	Capitão	-
	Bazilio Carvalho Daemon	Bacharel	Deputado Provincial
O Horizonte	Domingos da Silva Santos	-	-
	Maximino Teixeira Maia	Promotor Público	-
	Rodrigo de Campos	-	-
	Paulo de Freitas	-	-
O Liberal	José Joaquim Pessanha Póvoa	Bacharel	Deputado Provincial
	Maximino Teixeira Maia	Promotor Público	-
O Meteoro	Sizenando Martins Ferreira Meirelles	Secretário da Sociedade São Sebastião	-
O Monarquista	Manoel Antonio de Albuquerque Rosa	Capitão	-
O Semanário: jornal de instrução e recreio	José Marcelino Pereira de Vasconcellos	Jurisperito	Deputado Provincial Deputado Geral Vereador Juiz de Paz
O Tempo	José Marcelino Pereira de Vasconcellos	Jurisperito	Deputado Provincial Deputado Geral Vereador Juiz de Paz
	Stanislau Vanderley	-	-
Opinião Liberal	Francisco Urbano de Vasconcellos	Tenente	Deputado Provincial

	Alpheu Adelpho Monjardim de Andrade e Almeida	Tenente-Coronel	Deputado Provincial
	Francisco Gomes de Azambuja Meirelles	Bacharel	Deputado Provincial Deputado Geral
	Leopoldo Augusto Deocleciano de Mello e Cunha	Engenheiro	Deputado Provincial
Pyrilampo	João Magalhães Junior	Estudante do Ateneu Provincial	-
	Aldano Paiva	Estudante do Ateneu Provincial	-
	José Araujo Monjardim	Estudante do Ateneu Provincial	-
	Lydio Mululo	Estudante do Ateneu Provincial	-
Sete de Setembro	Amâncio Pinto Pereira	Professor	-
	Lydio Mululo	Estudante do Ateneu Provincial	-
	Pedro Lyrio	Estudante do Ateneu Provincial	-
Vasco Coitinho	Odorico José Mululo	Major Ajudante de Ordens	-
	José Joaquim Pessanha Póvoa	Bacharel	Deputado Provincial

Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) e Biblioteca Nacional (BN).

Os dados do quadro 4 referem-se a 23 dos 25 jornais pesquisados nesta tese. Observamos a repetição de alguns nomes dada a participação desses publicistas em mais de um periódico. Algumas tipografias imprimiam mais de um título, tornando possível a atuação concomitante de seus redatores e editores em folhas diferentes. Do total de publicistas identificados, apenas três apresentaram profissões ligadas estritamente à atividade na imprensa: um jornalista e dois tipógrafos.

A análise do quadro confirma nossa hipótese de que os homens da imprensa sobreviviam do exercício de outros *métiers*. Duas categorias concentraram a maioria dos publicistas: nove bacharéis e oito funcionários públicos⁵⁶. Alguns desses exerceram os dois ofícios concomitantemente. Também encontramos dois engenheiros à frente de tipografias e sete militares. A mocidade capixaba teve representantes com cinco estudantes do Ateneu Provincial do Espírito Santo à frente da redação de impressos.

⁵⁶ Incluímos na categoria de bacharel José Marcelino Pereira de Vasconcellos, que não cursou faculdade de Direito, mas, devido ao conhecimento adquirido em formação autodidata, conseguiu o título de advogado provisionado do Império e era considerado um jurisperito. No que concerne aos funcionários públicos, consideramos os professores e os profissionais do Judiciário.

No que concerne aos publicistas com funções públicas eletivas, contabilizamos 15 indivíduos⁵⁷.

A inserção de homens da política na senda das letras reforça nosso entendimento da existência de uma relação entre a imprensa capixaba e a política local. Os jornais se desenvolveram em meio a uma relação muito estreita com a vida pública da Província. O perfil profissional dos publicistas é uma informação importante para a tese porque revela o lugar de fala desses indivíduos na imprensa capixaba: não é possível analisar as publicações impressas desprezando que os produtores intelectuais desses periódicos eram pessoas vinculadas ao poder. Isso certamente reverberava no programa editorial dos jornais, que silenciava sobre alguns assuntos e manifestava-se a respeito de outros⁵⁸.

3.4 Leitores e redes de comunicação

Sabemos quem eram os homens da imprensa capixaba do século XIX. Resta-nos discutir acerca de outro sujeito importante para a sobrevivência de um jornal: o leitor. Quem lia os jornais publicados em Vitória naqueles anos? Os editoriais presentes nos jornais indicam que os redatores idealizavam um leitor ideal⁵⁹, composto por um público instruído, erudito e sedento por conhecimento.

Os registros encontrados nos jornais do Rio de Janeiro das décadas de 1830 e de 1840 deram-nos algumas pistas sobre quem foram os capixabas que publicaram nos jornais da Corte e, por conseguinte, leram esses impressos: políticos, funcionários públicos e indivíduos envolvidos nas questões públicas locais. Infelizmente não dispomos de muitos dados a respeito da identidade do público leitor dos jornais e das apropriações decorrentes das práticas de leitura. Do total de periódicos analisados, um jornal se destacou do conjunto, porque nele localizamos uma lista completa de assinantes. Trata-se de *O Semanário: jornal de instrução e*

⁵⁷ São funções públicas eletivas: juiz de paz, vereador, deputado provincial e deputado geral.

⁵⁸ Arelados à política local e muitas vezes subvencionados pelo governo provincial por meio dos contratos de privilégio de impressão, alguns jornais calavam-se a respeito das disputas políticas intraprovinciais, dos escândalos envolvendo membros da elite política capixaba, dos abusos perpetrados durante eleições, entre outros assuntos. No capítulo seguinte, tratamos da viragem ocorrida no periodismo capixaba a partir de 1860, quando a política ingressou nas páginas impressas.

⁵⁹ De acordo com Roger Chartier, os protocolos de leitura inscritos nos jornais indicam que redatores/editores inseriam elementos narrativos no texto de modo a induzir à correta interpretação da mensagem da publicação. Tais protocolos davam a ler uma imagem de leitor ideal, cujas competências seriam capazes de decodificar o sentido correto do texto. CHARTIER, Roger. *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2011. p. 10 e 11.

recreio, cujo primeiro número saiu em 1857 e que prosseguiu com edições por um ano, até abril de 1858.

Antes de discutirmos a relação dos assinantes d’*O Semanário*, faz-se necessário conhecermos um pouco o proprietário do jornal, José Marcelino Pereira de Vasconcellos, para tentarmos compreender as razões que o impeliram a divulgar os nomes daqueles que o prestigiavam na qualidade de assinantes da folha.

José Marcelino Pereira de Vasconcellos nasceu em Vitória no dia 1º de outubro de 1821⁶⁰. Era filho do sargento-mor português José Marcelino de Andrade Vasconcellos com Joaquina Maria do Rosário⁶¹. Pereira de Vasconcellos viveu com a mãe, “[...] pobre moça a quem o acidente da raça tirara o direito de exigir a legitimidade para seu filho e a reparação da falta a que tinha impelido... o amor... do louro e gentil engenheiro enviado à capitania [do Espírito Santo]”⁶². O português sabia da existência da criança e não fazia questão de esconder a paternidade. Fê-lo batizar com o mesmo prenome e deu-lhe o sobrenome Vasconcellos⁶³.

Há uma pintura de José Marcelino Pereira de Vasconcellos colada na contracapa do livro *Ensaio sobre a história e estatística da Província do Espírito Santo* (de 1858), em que é possível ter uma ideia de suas características físicas. Nessa litografia, ele

⁶⁰ BIOGRAPHIA de José Marcelino Pereira de Vasconcellos. Rio de Janeiro: Typographia Universal de E. & H. Laemmert. 1875. p. 6.

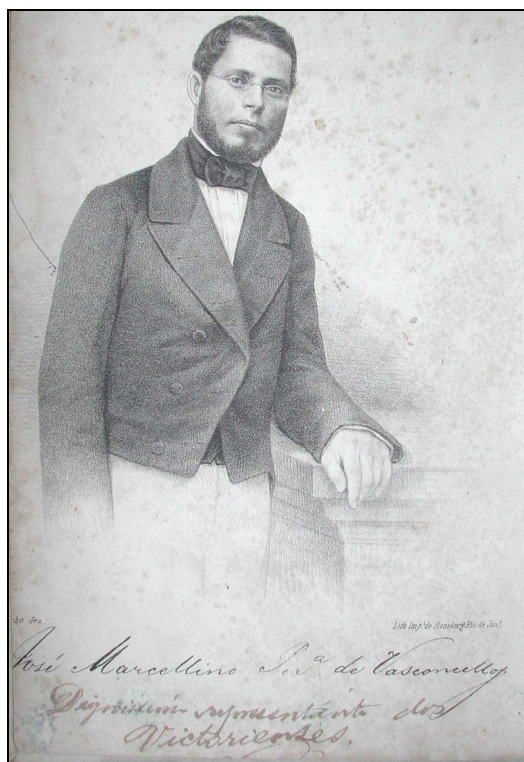
⁶¹ “Procurando aperfeiçoar a defesa do Espírito Santo D. João VI enviou o sargento-mor engenheiro José Marcelino de Andrade Vasconcelos para levantar a planta da barra de Vitória. Tão bem se saiu na tarefa o louro e guapo lusitano – e confeccionou, ainda, orçamentos e estatísticas – que mereceu, do reino, louvores em ato público”. ROCHA, Levy. *De Vasco Coutinho aos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Revista Continente Editorial LTDA, 1977. p. 79. Sobre a mãe de Pereira de Vasconcellos sabemos pouco, mas a citação indica que Joaquina não era casada com o pai de seu filho. O bebê nascido desse encontro amoroso era considerado ilegítimo, o que pode indicar se tratar de homem casado. O autor da citação, José Zeferino Rangel (biógrafo de Pereira de Vasconcellos na coletânea *Brazil Illustrated*), não deu detalhes a respeito do que entendia por acidente da raça, porém, caracterizou o sargento Vasconcellos como loiro, dando a entender que fosse branco. A mãe, D. Quina, como carinhosamente Pereira de Vasconcellos se referia à Joaquina Maria do Rosário, foi descrita como uma mulher de cor (conforme vocabulário da época). Infelizmente, não há mais informações acerca de sua origem, mas sabemos que teve uma vida pobre. A sobrevivência de sua família, composta por ele, a mãe e a avó materna, foi garantida pelas costuras das mulheres da casa e pelos trocados que recebia das escritas comerciais de diversas casas que fazia.

⁶² S. PAIO, José Zeferino Rangel. *Notas biographicas de José Marcelino Pereira de Vasconcellos. Brazil Illustrated: arquivo de conhecimentos uteis*. Rio de Janeiro: Typographia Pinheiro e C., 1887. ano 1, n. 8, p. 114.

⁶³ “Tendo-se envolvido nos exaltamentos da época entre portugueses e brasileiros Andrade Vasconcellos foi, em virtude de devassa aberta, obrigado a regressar à corte, por ordem superior (1822); anos depois voltou o major à Vitória, já então casado com uma senhora da província de S. Paulo; pois bem, à sua consorte apresentou o menino que era tão meigo e insinuante, que conseguiu ganhar o afeto de sua madrasta, a quem também se afeiçoou, até chegar a merecer-lhe a confissão de ser ele um de seus melhores filhos”. S. PAIO, José Zeferino Rangel, 1887. p. 115.

foi apresentado aos leitores com uma ilustração de meio corpo⁶⁴. Vasconcellos posou com traje de casaca completo e com os cabelos levemente ondulados bem penteados. Abaixo da litografia vinha o nome dele e, em seguida, uma nota: digníssimo representante dos vitorienses. A frase soava como título e foi com frequência utilizada por Vasconcellos e por seus amigos nos jornais de Vitória e **de fora** para ratificar a imagem dele de homem público honesto.

Figura 19 - José Marcelino Pereira de Vasconcellos.



Fonte: VASCONCELLOS, José Marcelino Pereira de. *Ensaio sobre a história e estatística da Província do Espírito Santo*. Vitória: Tipografia de P. A. D'Azeredo, 1858.

Há quem diga que José Marcelino Pereira de Vasconcellos teria sido “[...] a cabeça mais ilustrada do império se em sua infância encontrasse mestres que guiassem seus primeiros passos nas sendas das letras”⁶⁵. Desprovido de recursos, ele foi

⁶⁴ Litografia é a arte de reproduzir pela impressão desenhos feitos com um corpo gorduroso em pedra calcária. A litografia foi inventada em 1796 por Senefelder e foi usada extensivamente nos primórdios da imprensa moderna no século XIX para impressão de toda sorte de documentos, rótulos, cartazes, mapas, jornais, entre outros, além de possibilitar uma nova técnica expressiva para os artistas. Pode ser impressa em plástico, madeira, tecido e papel. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/litografia/>>. Acesso em: 17 de setembro de 2012.

⁶⁵ BIOGRAPHIA, 1875. p. 6.

autodidata em sua ilustração, tomando de empréstimo jornais e bacamartes para a prática da leitura⁶⁶.

Roubando tempo ao trabalho foi que José Marcelino conseguiu estudar latim com o padre-mestre Salles [Ignacio Felix de Alvarenga Salles] e francês, particularmente com o professor nomeado para essa disciplina no instituto criado em 1843 e em 1854 intitulado Lyceu da Vitória⁶⁷.

Além das funções para as quais foi nomeado pelo Governo Provincial, ele se preocupava em forjar uma imagem favorável de si⁶⁸, tornando-se o “[...] assessor de vários indivíduos de prestígio local, o conselheiro, o pacificador de contendas, um homem necessário e útil”⁶⁹. Ele almejava mais: dedicou-se, então, a estudar códigos, leis, formulários, monografias e obras mais completas de Direito. Não se bacharelou em universidade, mas era reconhecido como jurisperito por Rebouças, Martens Ferrão e Candido Mendes de Almeida⁷⁰.

Os investimentos realizados renderam-lhe vitória nas urnas para os cargos de juiz de paz e vereador da Câmara Municipal da capital em 1849 e 1852, respectivamente. Sobre a atuação de Vasconcellos como juiz de paz, alguns biógrafos enfatizam ter sido ele eleito por sufrágio popular⁷¹. Essa também era a

⁶⁶ Livros velhos.

⁶⁷ S. PAIO, José Zeferino Rangel, 1887. p. 114.

⁶⁸ Um exemplo disso foi a doação de livros que fez à Biblioteca Provincial: “[...] o Sr. José Marcelino Pereira de Vasconcellos acaba de fazer dádiva à biblioteca pública desta cidade das seguintes obras: Ensaio sobre o homem, de Pope. 3 vol. edição rara; Anais de Cornélio Tácito 2 vol.; Resumo da história do Brasil, de Abreu Lima 2 vol.; Voyage de Mr. Saint Hilaire dans Le provinces de Mines Geraes et de Rio de Janeiro, 2 vol.; Espagne poetique, 2vol.; Bosquejos sobre a literatura grega, latina e portuguesa, 1vol.; Livro das terras, 1vol; Manual do leigo, 1vol; Novo advogado do povo, 1vol.; *Correio da Victoria*, 1º ano, 1vol. brochado; Relatórios da Presidência do Rio de Janeiro de 1855, 2 vol. brochado; Splendeurs et miseres descourtisanes de Balzac, 1vol.; Teses sobre ciências médicas, 2 vol”. CORREIO DA VICTORIA, ano VII, n. 28, de 12 de abril de 1856. p. 3.

⁶⁹ S. PAIO, José Zeferino Rangel, 1887. p. 115.

⁷⁰ Jurisperito: que sabe direito. SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza* - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813, p. 748. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/edicao/2>>. Acesso em: 13 de novembro de 2013. Mesmo sem formação acadêmica, Vasconcellos obteve, em 1855, autorização para exercer em primeira instância a postulação em juízo como advogado provisionado. BIOGRAPHIA, 1875. p. 12. S. PAIO, José Zeferino Rangel, 1887. p. 115.

⁷¹ Durante o Oitocentos, a escolha dos magistrados leigos era realizada de forma direta, por isso é frequente se encontrar a expressão eleição popular em documentos oficiais e nos jornais capixabas. ROCHA, Levy, 1977. p. 80. Conferir também MOTTA, Kátia Sausen da. *Juiz de paz e cultura política no início do Oitocentos (Província do Espírito Santo, 1827-1842)*. [Dissertação de Mestrado] Vitória: PPGHIS/UFES, 2013. p. 89.

forma de eleição utilizada para eleger os membros das câmaras municipais⁷². O destaque dado à expressão eleição popular pelos simpatizantes de Vasconcellos (e por que não por ele próprio) nas publicações da imprensa e nos apontamentos biográficos indica o prestígio que ele gozava na sociedade capixaba. A eleição para esses cargos no Oitocentos tinha um sentido simbólico, pois revelava a legitimidade do candidato perante seus conterrâneos. Isso era elemento importante numa época em que as sociabilidades políticas e alianças constituíam estratégias imprescindíveis ao sucesso nas funções públicas eletivas.

O interesse de Vasconcellos foi além das funções estritamente políticas. Ele atuou em diversas frentes de trabalho além dos cargos públicos. Envolveu-se também com o mundo das letras⁷³; interessou-se pelos impressos e pela imprensa em especial. Vasconcellos destacou-se no universo letrado por suas produções autorais e também por estimular a leitura. Em sua casa, localizada à Rua Grande, nº 11, na capital da Província⁷⁴, ele vendia livros. Os títulos comercializados eram anunciados na imprensa capixaba.

Vende-se na rua Grande n. 11, além de outras obras, as seguintes:
 Fado – livro de sortes com dados 1 – 1\$800
 Atos, atribuições e deveres dos juizes de paz – 1\$600
 Novelas traduzidas por D. Violante Bivar – 6\$000
 Jardim Poético – 1\$600
 Ensaio sobre a história da província do Espírito Santo – 5\$000
 Advogado comercial – 3\$000
 Assessor forense 1ª e 2ª parte – 15\$000

⁷² “O juiz de paz deveria possuir a qualidade de eleitor e sua eleição, feita de quatro em quatro anos [...]. O candidato [à função] deveria ter, ao menos, 25 anos e auferir renda mensal mínima de 200 mil-réis – dobrada em 1846. Embora o cargo, por sua natureza, exigisse um ocupante alfabetizado, não havia tal exigência em lei – com efeito, a todo eleitorado, até 1882, ela não era imposta. Contudo, em 1850, o Aviso de 27 de Julho expressamente vedou que cidadãos analfabetos fossem juizes de paz. Diferente dos deputados e senadores, a eleição para juiz de paz, assim como para vereador, era direta, feita pelos votantes. Em 1832, o Código de Processo passou a estabelecer que fossem eleitos quatro juizes de paz para o quadriênio, que serviriam durante um ano, cada um, sucessivamente. Quando não em exercício, funcionariam como suplentes do que o estivesse, podendo substituí-lo em caso de necessidade. Embora com previsão legal somente em 1846, o Aviso nº 389 exigiu, já em 1831, que só poderia exercer autoridade de juiz de paz o residente da freguesia. Desde sua criação, os juizes de paz recebiam emolumentos; não auferiam, pois, uma importância fixa mensal, mas por atividade desenvolvida em âmbito jurisdicional”. SOUZA, Alexandre de Oliveira Bazilio de. *Das urnas para as urnas: o papel do juiz de paz nas eleições do fim do Império (1871-1889)*. [Dissertação de Mestrado] Vitória: PPGHIS/UFES, 2012. p. 63.

⁷³ Além de juiz de paz e vereador ele foi deputado da Assembleia Provincial do Espírito Santo, professor de primeiras letras em Benevente, delegado de polícia em Guarapari e em Benevente e deputado geral pela Província do Espírito Santo.

⁷⁴ A Câmara Municipal de Vitória, em homenagem a José Marcelino Pereira de Vasconcellos, mudou o nome dessa rua para José Marcelino. ELTON, Elmo. *Logradouros antigos de Vitória*. Vitória: EDUFES/Secretaria Municipal de Cultura, 1999. p. 104-105.

Constituição do império 1 vol. – 1\$600
 Código criminal 1 – 1\$600
 O semanário jornal de instrução e recreio – 6\$000
 Digesto brasileiro ou as ordenações – 9\$000
 Doutrina das ações 1 vol. – 7\$000
 Guia do povo 1 – 4\$000
 Manual eleitoral 1 – 2\$000
 Manual dos negociantes 1 – 5\$000
 Pecúlio de autos 1 – 2\$000
 Tratado das moléstias venéreas 1 – 3\$000
 Regimento das câmaras municipais 1 – 1\$280
 Regimento das custas judiciárias 1 - \$640
 Regimento do selo de papel 1 - \$400
 Repertório das leis da fazenda 1 – 5\$000
 Harpas selvagens 1 – 4\$000
 Tratado de medicina e conhecimentos gerais de Penido – 10\$000
 Tymbiras poema de Gonsalves Dias – 2\$000
 Livro dos meus amores 1 vol. – 3\$000
 Tesouro poético 1 – 10\$000
 Médico do povo 1 vol. – 5\$000 (este livro pode acompanhar uma botica homeopática no preço de 12\$ rs)
 Marília de Dirceu 1 vol. – 2\$000
 Almanaque de lembranças 8 vol. – 10\$240
 Gabriel e Lusbel, ou os milagres de S. Antonio – 1\$000
 A saia balão - \$600
 O livro de Elisa – 1\$200
 Falar verdade a mentir por Garret – 1\$200
 Poesias de Xavier de Novaes 1 vol. – 3\$000
 Novo Parnaso brasileiro 1 vol. – 3\$000
 Revelações do cigano 1 vol. – 1\$000
 As vítimas da usurpação 1 vol. – 2\$400
 Anuário do Brasil 2 vol. – 8\$000
 Deus meu consolo 1 vol. – 5\$000
 Urbano Grandier, de Dumas, com estampas – 4\$000
 Coleção de princípios e regras de direito divino, natural & comercial do Dr. Cordeiro – 2\$000
 Lendas e narrativas de A. Herculano 2 vol. – 4\$000
 Cartas acerca dos perigos do onanismo – 1\$000
 Índice Alfabético das matérias a que tem aplicação a legislação pátria concernentes aos anos de 1850 a 1853. Coordenadas pelo desembargador João Joaquim da Silva 2 volumes – 10\$000
 O anunciante se encarrega de remeter para qualquer ponto da província os livros que lhe pedirem⁷⁵.

Por se tratar de um empreendimento particular, a iniciativa de Pereira de Vasconcellos merece destaque. É provável que a casa dele fizesse as vezes de uma livraria. As obras comercializadas iam desde legislação e manuais administrativos a livros de divertimento e de literatura. Dentre elas, reconhecem-se algumas produções do próprio José Marcelino Pereira de Vasconcellos, como o *Jardim Poético*, o *Ensaio sobre a história da Província do Espírito Santo* e O

⁷⁵ CORREIO DA VICTORIA, n. 28, de 6 de abril de 1859, p. 4, e n. 29, de 9 de abril de 1859, p. 4.

Semanário, jornal de instrução e recreio. Os impressos de sua autoria não circulavam apenas pela Província do Espírito Santo; Vasconcellos tinha também boa aceitação no mercado livresco da Corte⁷⁶.

O catálogo da livraria carioca de B. X. Pinto de Souza, estabelecida à rua dos Ciganos, n. 43-45, apresentava, para além de sua obra histórica, sobre a província natal, ao preço de quatro mil réis, o “Consultor Jurídico, ou manual de apontamentos, em forma de dicionário, sobre vários pontos de direito”, ao preço de seis mil réis, e ainda: “Formulário dos trabalhos das juntas de qualificação dos votantes, conselhos de recurso e assembleias provinciais com o sumário de todas as decisões que se tem dado, relativamente a este assunto”, ao preço de um mil réis. Consta, do mesmo catálogo, o “Regimento dos inspetores de quarteirão ou coleção dos atos e atribuições que competem a esta classe de funcionários”, ao preço de um mil réis, e o “Roteiro dos delegados e sub-delegados de polícia, ou coleção dos atos, atribuições e deveres destas autoridades; fundamentada na legislação competente e na prática estabelecida. Composto para uso dos mesmos juizes”, preço: seis mil réis⁷⁷.

A mudança para o Rio de Janeiro nos idos de 1850, em função de brigas políticas com indivíduos do sul da Província do Espírito Santo, em Benevente⁷⁸, provocou uma transformação na vida de José Marcelino Pereira de Vasconcellos. Na Corte, arranhou trabalho de guarda-livros por indicação de João Fernandes de Mattos. Nessa ocupação, teve contato com livreiros importantes, a exemplo dos irmãos Laemmert. Nas ocasiões de folga, escrevia na qualidade de correspondente para o jornal *Regeneração*, publicado em Vitória por Manoel Ferreira das Neves. Nesse mesmo período, escreveu os livros *Manual do Leigo* e *Novo Advogado do povo*⁷⁹. Começava, então, sua carreira de escritor.

A trajetória de Pereira de Vasconcellos na imprensa capixaba iniciou-se bem antes de sua participação na *Regeneração* do professor Manoel Ferreira das Neves. Vasconcellos atuou na primeira tentativa de criação de um jornal local em Vitória.

⁷⁶ “ADITAMENTOS aos catálogos da Livraria de B. X. Pinto de Souza estabelecida no Rio de Janeiro, Rua dos Ciganos n. 43 e 45. Obras em português quase todas nitidamente encadernadas [...]. Ensaio sobre a história e estatística da província do Espírito Santo, contendo, além de muitos documentos curiosos e interessantes, a história da fundação, povoação, governo, monumentos, guerras desde o descobrimento de cada município até o presente, bem como a extensão, limites, minas, rios, produtos, etc. por José Marcelino Pereira de Vasconcellos, natural da mesma província e nela deputado à Assembleia Legislativa, oficial-maior da secretaria da presidência e advogado provisionado pela Relação da Corte, 1 vol. 4\$000”. O CORREIO DA TARDE, n. 61, de 14 de março de 1859. p. 4.

⁷⁷ ROCHA, Levy, 1977. p. 81.

⁷⁸ Atual município de Anchieta.

⁷⁹ BIOGRAPHIA, 1875. p. 12.

N'O *Estafeta*, trabalhou na oficina tipográfica como diretor de impressões⁸⁰. A experiência com a arte tipográfica marcou José Marcelino profundamente, porque ele jamais conseguiu se desvencilhar das tintas e dos tipos. Quando retornou da viagem ao Rio de Janeiro, em 1855, decidiu dedicar-se à fundação de um jornal capaz de iniciar os capixabas nas letras e na história.

O *Semanário* era um jornal dedicado à promoção da instrução pública e à construção de uma história para a Província do Espírito Santo. Nele eram publicados textos históricos, poesias e registros sobre as festas religiosas locais. Alguns monumentos mereceram destaque nessa folha de Pereira de Vasconcellos, a exemplo do Convento da Penha, do Colégio São Tiago e do Convento do Carmo. Os leitores eram incentivados a publicar poemas autorais e notas sobre costumes capixabas.

Em 1860, quando da visita de D. Pedro II à Província do Espírito Santo, José Marcelino Pereira de Vasconcellos montou na tipografia do *Correio da Victoria* duas encadernações d'O *Semanário* contendo todos os 50 números publicados. Encapada com cor azul, a coleção foi dada por Vasconcellos ao imperador e, de acordo com o caderninho de notas de viagem do próprio Pedro II, o presente foi aceito de bom grado, pois a Majestade Imperial relatou ter conhecimento de algumas notícias históricas da Província a partir da leitura do jornal de Vasconcellos⁸¹.

O suporte de leitura desse jornal constituía-se por oito páginas com tamanho de 21cm x 29,7cm cada uma. Por ser um jornal com dimensões pequenas, podia ser facilmente manuseado. As laudas eram reservadas quase exclusivamente para publicações de documentos históricos da Província ou de textos literários e muitos versos de capixabas foram publicados.

A numeração foi feita de modo sequencial da primeira à 50ª edição, totalizando 406 páginas, dando a ler aí um protocolo de leitura. Vasconcellos pretendia que seu

⁸⁰ O *Estafeta* foi fundado pelo alferes Ayres Vieira de Albuquerque Tovar. Comprometeu-se o proprietário a publicar o jornal duas vezes por semana, mas teve apenas uma única edição. PEREIRA, Heráclito Amâncio, 1922. p. 29.

⁸¹ ROCHA, Levy. *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*. 3 ed. Vitória: APEES, 2008. p. 93.

jornal fosse lido como se lia um livro, isto é, de modo sequencial. Assim, cada número d' *O Semanário* era uma sucessão do anterior.

Na coleção abrigada atualmente na Biblioteca Nacional não consta o valor cobrado pelos exemplares avulsos e pelas assinaturas (semestral ou anual) d' *O Semanário*. Sabe-se que o periódico contava com 200 assinantes. Ao final da coleção dada ao imperador, Vasconcellos anexou uma lista contendo o nome de todos os assinantes de sua folha separados pela região de moradia. O quadro 5 reproduz a relação.

Quadro 5 - Assinantes de *O Semanário: jornal de instrução e recreio*

REGIÃO	ASSINANTES
São Mateus	Antonio de Araujo Leite Junior Antonio Leite de Barcellos Antonio Manoel do Sacramento Major Constantino Gomes da Cunha Henrique Francisco José da Silva Ignacio de Mello Coutinho Vieira Machado João de Jesus Silva Junior João Pedro Daniel José Affonso Martins José Pedro Rangel Barbosa José Pedro Rangel Junior Luiz José dos Santos Guimarães Padre Manoel Gomes Montenegro Manoel Ricardo Muricy Tenente Coronel Matheos Antonio dos Santos
Barra de São Mateus	Coronel Antonio Rodrigues da Cunha Ignacio Gomes dos Santos João Pereira dos Santos Joaquim Leite Pereira da Silva José Antonio Vieira de Faria Luiz Pereira de Vasconcellos Manoel Barbosa Pereira Manoel Francisco da Silva Manoel Ribeiro de Jesus Silveiras Porfirio José Bastos
Linhares	Carlos Augusto Nogueira da Gama José Maria Nogueira da Gama Dr. Nicoláo Rodrigues dos Santos França Leite Raphael Pereira de Carvalho
Santa Cruz	Francisco Alves da Motta Padre Francisco Antunes de Siqueira José Alves da Cunha Bastos Capitão José Barbosa Ribeiro Pereira José Joaquim da Silva Vianna Tenente Coronel José Martins da Silva Paixão José Pinto de Miranda e Sá Luiz da Rosa Loureiro Miguel Pinto Loureiro Pedro Tabachi Romão Antonio da Costa

Vila da Serra	<p>Dr. Antonio Joaquim Rodrigues Antonio Vicente Machado Ernesto Pereira Gustavo Francisco Antonio Ribeiro Francisco Urbano de Vasconcellos Ignacio de Salles Braga João da Costa Silva Borges João Vieira Machado José Barbosa Meirelles José Correia de Azeredo Rocha José das Neves Fraga José Maria da Costa Carneiro José Nunes Barbosa José Pereira de Barcellos José Soares da Silva Manoel Correia de Azeredo Manoel Nunes Barbosa Padre Miguel Antunes de Brito</p>
Carapina	Claudino Pinto
Vitória	<p>Augusto Adolpho Palhares dos Santos Balthazar Antonio dos Reis Dionísio Álvaro Rezendo Estanisláu Wanderley Francisco da Rocha Tagarro Francisco de Sales da Silveira Francisco Ribeiro das Chagas Francisco Rodrigues de Barcellos Freire Padre Ignacio Felix de Alvarenga Salles João da Rocha Pereira João Ferreira das Neves Padre João Luiz da Fraga Loureiro Tenente João Manoel de Siqueira e Sá José Antonio Machado Junior José Antunes Barbosa Dr. José Camillo Ferreira Rebello José da Silva Cabral Dr. José de Mello Carvalho Comendador José Francisco d'Andrade e Almeida Monjardim José Francisco dos Reis Norbin José Francisco Gonsalves Laranjo José Joaquim Carlos de Oliveira José Joaquim Guinsã Dr. Lourenço Caetano Pinto Dr. Luiz José Ferreira de Araujo Manoel Antonio de Assis Manoel Antonio Villas Boas Manoel Augusto da Silveira Manoel Correa de Lírío Manoel de Siqueira e Sá Manoel Gonsalves Victoria Tenente Coronel Manoel do Couto Teixeira Manoel Goulart de Sousa Manoel Pinto Aleixo Dr. Manoel Ribeiro d'Almeida Junior Manoel Rodrigues de Campos Tenente Pedro Claudio Soido Tenente Sebastião Fernandes de Oliveira Dr. Tristão de Alencar Araripe Capitão Vencesláo da Costa Vidigal</p>

Viana	<p>Frade Antonio de Nossa Senhora das Neves Desiderio Pinto Rangel Major Fernando Antonio Ferreira Castello Tenente João Ignacio Vieira Machado Capitão Joaquim de Freitas Lira José Freire de Andrade José Pedro Rodrigues Tenente José Porfirio de Almeida Coutinho José Vieira Machado Manoel Antonio da Victoria Moraes Sebastião Vieira Coutinho</p>
Cariacica	<p>Antonio Joaquim de Sant'Anna Antonio Pereira Barros Antonio Pinto Rangel Fontes Joaquim Pereira da Boa-Morte Xavier</p>
Mangaraí	<p>Francisco Ladisláo Pereira José Furtado de Mendonça Capitão Manoel Caetano Simões Manoel Pinto de Alvarenga Rosa</p>
Queimado	<p>Padre Joaquim de Santa Maria Magdalena Duarte Sebastião Vieira Machado</p>
Espírito Santo	<p>Frade João de Santa Rosa Baptista</p>
Guarapari	<p>Antonio Pedro de Aguiar Benedicto dos Santos Matta Benedicto dos Santos Porto Domingos Lourenço Vianna Francisco da Silva Lima Francisco Pereira Arros Capitão Joaquim Moraes da Conceição Imperial Capitão Joaquim Ramallete Maya Tenente Manoel da Silva Simões</p>
Benevente	<p>Tenente Fabianno Pires Martins João da Victoria Miranda José Joaquim de Almeida Justiniano Vieira de Sousa Manoel André dos Santos Pinto Capitão Manoel Francisco da Silva</p>
Itapemirim	<p>Antonio Francisco de Oliveira Sobrinho Dr. Antonio Manoel de Campos Mello Junior Capitão Antonio Maria de Almeida Feijó Capitão Archanjo José de Sousa Capitão Aurelio Jorge da Silva Quintaes Barão de Itapemirim Belmiro Jorge de Castro Major Caetano Dias da Silva Deolindo Jorge de Castro Eduardo Bello de Araujo Emilio José Gomes da Silva Tavora Felis Francisco de Oliveira Silva Firmino Borges da Silva Capitão Francisco Gomes Bitencourt Gustavo Brum João Correia Pimentel dos Reis Dr. João da Costa Lima e Castro Coronel João Nepomuceno Gomes Bitencourt Tenente Coronel João Rodrigues Barbosa Joaquim Gomes dos Santos Maia Joaquim José Pereira Gonsalves</p>

	Tenente Joaquim Marcellino da Silva Lima Capitão José Barbosa de Lima José Francisco da Igreja Alferes José Monteiro Coutinho de Mello José Pinto Homem de Azevedo Luiz Antonio Leal Tenente Manoel da Conceição Silva Dr. Manoel Gomes Bitencourt Manoel José de Araujo Machado Manoel Pedro Victorino do Rosário Umbelino Gonsalves Vianna Major Urbano Rodrigues Souto Vicente Paulo de Moraes Mesquita
Campos	Tenente José Joaquim de Campos José Vieira Armonde
São João da Barra	Luiz Gomes Moreira e Sousa
Maricá	Manoel Pinto Ribeiro Espíndola
Itaboraí	Major Manoel Antonio Pientznauer
Niterói	Tenente Cirillo Bernardes de Assis
Rio de Janeiro	Antonio Ferreira Dias Torres D. Anna Girard Antonio do José Alves Coelho Antonio José de Miranda e Silva Antonio Lopes Duarte Antonio Manoel Cordeiro Desembargador Antonio Thomaz de Godoy Bernardo Xavier Pinto de Sousa Biblioteca Fluminense Brandão Irmão e Companhia Duart e Menezes João dos Santos Teixeira João Fernandes de Mattos João Martins de Vasconcellos João Vieira Velloso Joaquim Francisco de Sousa Vieira José Fernandes da Costa Guimarães José Ferreira de Campos Lordello José Gonsalves Coelho de Almeida José Luiz Prata José Pinto Ribeiro da Silva Padre Luiz Antonio Escobar Araujo Manoel Augusto Martins
Petrópolis	Dr. José Joaquim Rodrigues
Resende	Alferes Manoel Rodrigues Pereira Mello

Fonte: *O Semanário: jornal de instrução e recreio*, n. 50, de 3 de abril de 1858.

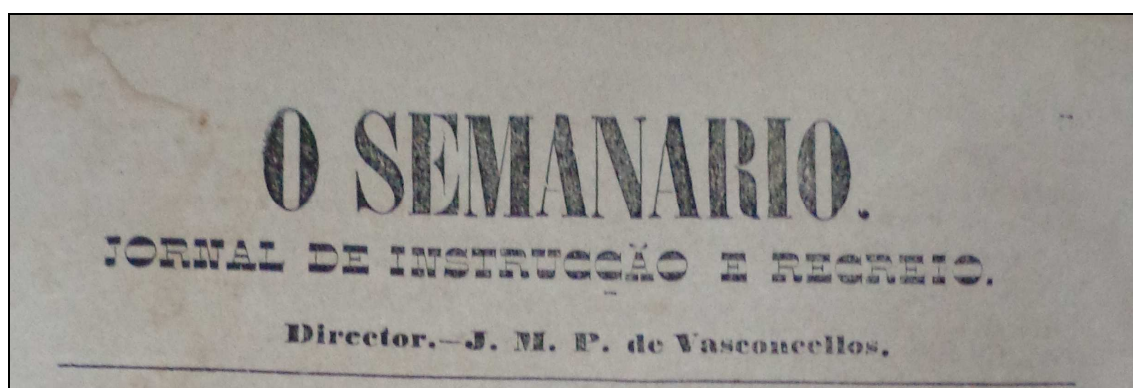
Por que Pereira de Vasconcellos se preocupou em produzir uma lista contendo o nome dos assinantes de seu jornal e anexou à encadernação dada ao imperador? Expor os assinantes de jornais não era prática comum entre os proprietários de periódicos do Oitocentos. Marco Morel afirma que essas listas são tesouro raro nas fontes de pesquisa, porque a exposição de nomes podia revelar certa identidade política e representação de grupo⁸². Para o autor, isso poderia causar transtornos

⁸² MOREL, Marco. 2005. p. 212-213.

aos assinantes de um jornal de oposição, por exemplo, visto que a exposição de seus nomes poderia lhes gerar perseguições políticas.

Interpretamos a exposição dos nomes dos assinantes d'*O Semanário* como um indicativo de qual grupo político Pereira de Vasconcellos se sentia partícipe, porque quando os leitores contratavam a assinatura desse jornal, apoiavam, por consequência, as ideias de Vasconcellos para a Província: produção de uma memória para o Espírito Santo (com a publicação recorrente de documentos históricos e de textos sobre fatos do passado local) e estímulo à instrução, chamando os capixabas a escreverem artigos (poesia, narrativas, crônicas, entre outros) para publicação na imprensa. Seria ingênuo propor que os assinantes desconheciam quem fosse o proprietário da folha, pois seu nome era impresso logo abaixo do título do periódico, no frontispício de cada edição.

Figura 20 - Cabeçalho do jornal *O Semanário*.



Fonte: *O Semanário: jornal de instrução e recreio*, n. 2, de 9 de janeiro de 1857, p. 1.

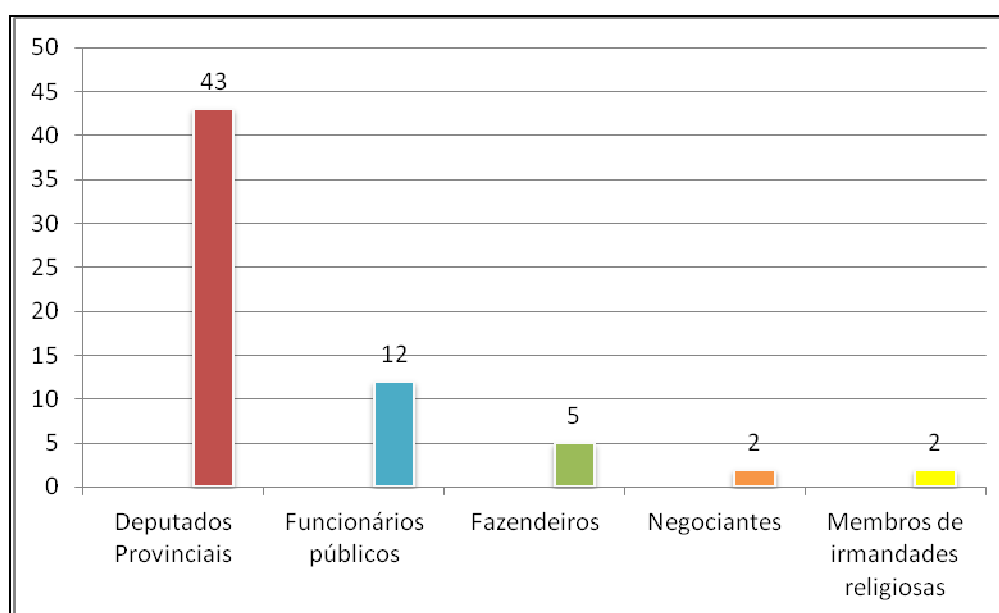
O jornal não era distribuído apenas para assinantes de Vitória. Pereira de Vasconcellos teve o cuidado de discriminar até mesmo as localidades onde só havia um assinante, porque esses dados indicavam a formação de redes de comunicação e de sociabilidade do proprietário d'*O Semanário* com indivíduos de outras regiões da própria Província e de fora dela, pois ele se fazia circular também por meio de seus impressos.

Além de se tornar conhecido por seus escritos, José Marcelino Pereira de Vasconcellos promovia sua imagem viajando a outras províncias brasileiras para divulgar suas produções literárias e participar de reuniões em associações

fechadas⁸³. Vasconcellos contava com assinantes desde o norte até o sul da Província do Espírito Santo e também no Rio de Janeiro. Isso mostra o alcance de suas redes de sociabilidade, de circulação de ideias, importantes para um indivíduo com aspirações políticas. Era necessário expandir suas alianças políticas. A lista sugere, inclusive, uma relação estreita de Vasconcellos com a província do Rio de Janeiro, porque todos os assinantes de fora residiam nessa região.

Entre os leitores d'*O Semanário* perfilaram membros da elite política da Província do Espírito Santo, fazendeiros, militares, padres e negociantes. Dos 200 nomes arrolados, identificamos 64 indivíduos, representando 32% do total. No gráfico a seguir é possível observar o perfil profissional dos assinantes.

Gráfico 3 – Perfil profissional dos assinantes⁸⁴



Fonte: *O Semanário: jornal de instrução e recreio*, n. 50, de 3 de abril de 1858.

⁸³ A movimentação do porto publicada nos jornais confirma essas viagens de Pereira de Vasconcellos. No *Diário do Rio de Janeiro*, n. 8923, de 24 de fevereiro de 1852, a movimentação do porto informava a chegada da sumaca Alegria trazendo entre os passageiros Vasconcellos. No mesmo jornal, em 11 de janeiro de 1855, noticiou-se a entrada de Vasconcellos na província do Rio de Janeiro por Macaé a bordo do vapor Macaense. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 12 de outubro de 2012.

⁸⁴ Esse gráfico refere-se apenas aos assinantes identificados da Província do Espírito Santo. Sobre os indivíduos que eram funcionários públicos e também exerciam mandatos na Assembleia Provincial, considerou-se apenas o cargo eletivo para não haver repetição. No grupo dos deputados provinciais incluiu-se um deputado geral. Baseamos nosso perfil a partir da consulta aos próprios jornais, que traziam informações sobre esses indivíduos, e, também, à obra de Bazílio Carvalho Daemon.

Observa-se a predominância dos deputados provinciais sobre as demais categorias. Se juntarmos esse primeiro grupo ao segundo, o dos funcionários públicos, temos um total de 55 homens públicos. Isso corrobora nossa assertiva a respeito das intenções de Pereira de Vasconcellos em produzir essa relação de assinantes, porque discrimina quem constituía o público que comprava seu jornal e ao qual ele se sentia ligado. É verdade que não temos informações sobre quase 70% dos assinantes, principalmente os de fora da Província. Ainda assim acreditamos na representatividade dos dados compilados no gráfico 3, tendo em vista a possível intencionalidade da lista.

Alguns dos assinantes se enquadravam em mais de uma categoria: eram funcionários públicos e também deputados provinciais. Para não contá-los em duplicidade, optamos por uma das ocupações, privilegiando os mandatos eletivos. A seguir, temos uma relação nominal dos assinantes com a identificação profissional de cada um.

Quadro 6 – Assinantes identificados

REGIÃO	ASSINANTES
São Mateus	Major Constantino Gomes da Cunha (deputado provincial) Padre Manoel Gomes Montenegro (deputado provincial) Tenente Coronel Matheos Antonio dos Santos (fazendeiro)
Barra de São Mateus	Coronel Antonio Rodrigues da Cunha (deputado provincial) Manoel Francisco da Silva (deputado provincial)
Linhares	Carlos Augusto Nogueira da Gama (deputado provincial) Dr. Nicoláo Rodrigues dos Santos França Leite (fazendeiro responsável pela Colônia da Transilvânia, no Rio Doce, criada em 1856)
Santa Cruz	Padre Francisco Antunes de Siqueira (professor de primeiras letras e deputado provincial) José Alves da Cunha Bastos (deputado provincial) Pedro Tabachi (fazendeiro)
Vila da Serra	Dr. Antonio Joaquim Rodrigues (deputado provincial) Francisco Urbano de Vasconcellos (deputado provincial) José Maria da Costa Carneiro (promotor público na Comarca de Vitória e da Serra) Padre Miguel Antunes de Brito (deputado provincial)
Vitória	Augusto Adolpho Palhares dos Santos (escrivão) Dionisio Álvaro Rezendo (deputado provincial) Francisco da Rocha Tagarro (negociante) Francisco Ribeiro das Chagas (irmão da irmandade Nossa Senhora dos Homens Pretos do Rosário) Francisco Rodrigues de Barcellos Freire (deputado provincial) Padre Ignacio Felix de Alvarenga Salles (deputado provincial)

	<p>João Ferreira das Neves (administrador da Recebedoria da capital) Padre João Luiz da Fraga Loureiro (deputado provincial) Tenente João Manoel de Siqueira e Sá (escrivão) Dr. José Camillo Ferreira Rebello (deputado provincial) Dr. José de Mello Carvalho (dono do periódico A Liberdade, de 1876, e juiz municipal) Comendador José Francisco d'Andrade e Almeida Monjardim (deputado provincial) Dr. Lourenço Caetano Pinto (juiz de Direito da Comarca de Vitória) Dr. Luís José Ferreira de Araujo (deputado geral) Manoel Augusto da Silveira (tenente) Manoel de Siqueira e Sá (deputado provincial) Tenente-Coronel Manoel do Couto Teixeira (deputado provincial) Manoel Goulart de Sousa (deputado provincial) Dr. Manoel Ribeiro d'Almeida Junior (secretário do governo provincial) Manoel Rodrigues de Campos (negociante nomeado como vice-cônsul da Espanha na Província do ES) Tenente Pedro Claudio Soido (deputado provincial) Tenente Sebastião Fernandes de Oliveira (deputado provincial) Dr. Tristão de Alencar Araripe (chefe de polícia) Capitão Venceslão da Costa Vidigal (deputado provincial)</p>
Viana	<p>Frade Antonio de Nossa Senhora das Neves (prior do Convento do Carmo de Vitória) José Freire de Andrade (deputado provincial) José Vieira Machado (fazendeiro)</p>
Cariacica	<p>Antonio Joaquim de Sant'Anna (deputado provincial)</p>
Mangaraí	<p>Francisco Ladisláo Pereira (deputado provincial) José Furtado de Mendonça (major) Capitão Manoel Caetano Simões (deputado provincial) Manoel Pinto de Alvarenga Rosa (deputado provincial)</p>
Queimado	<p>Padre Joaquim de Santa Maria Magdalena Duarte (deputado provincial) Sebastião Vieira Machado (deputado provincial)</p>
Guarapari	<p>Domingos Lourenço Vianna (deputado provincial) Capitão Joaquim Ramallete Maya (deputado provincial) Tenente Manoel da Silva Simões (deputado provincial)</p>
Benevente	<p>José Joaquim de Almeida (deputado provincial) Manoel André dos Santos Pinto (promotor público da Comarca de Itapemirim) Capitão Manoel Francisco da Silva (deputado provincial)</p>
Itapemirim	<p>Joaquim Marcelino da Silva Lima (Barão de Itapemirim) (deputado provincial) Major Caetano Dias da Silva (deputado provincial) Capitão Francisco Gomes Bitencourt (fazendeiro) João Correia Pimentel dos Reis (deputado provincial) Dr. João da Costa Lima e Castro (deputado provincial) Coronel João Nepomuceno Gomes Bitencourt (deputado provincial) José Pinto Homem de Azevedo (deputado provincial) Dr. Manoel Gomes Bitencourt (deputado provincial)</p>
Rio de Janeiro	<p>Biblioteca Fluminense João Fernandes de Mattos (trabalhava em livrarias da Corte)</p>

Fonte: *O Semanário: jornal de instrução e recreio*, n. 50, de 3 de abril de 1858.

A mesma constatação produzida para os publicistas, de que faziam parte de uma elite política local⁸⁵, pode ser estendida aos leitores dos impressos. Isso endossa nossa hipótese de problematizar a imprensa periódica capixaba no Oitocentos como um espaço de sociabilidade política, isto é, uma esfera de atuação política não institucionalizada.

Do estudo dos jornais, observamos que esses impressos tinham uma circulação maior do que a prevista se nos basearmos exclusivamente na quantidade de assinantes. Na verdade, o público leitor era mais amplo. Nos caminhos percorridos pelos periódicos, das tipografias às residências dos assinantes, outros leitores entravam em cena, os *não autorizados*. Na edição d'*O Cidadão* de 5 de abril de 1868, esses indivíduos foram identificados.

Fatos diversos: Correio – A imprensa e o comércio queixam-se cotidianamente do miserável estado dos nossos correios. O mal supomos que é do pessoal e não do sistema, porque é hoje para qualquer objeto de sérios receios o entregar-se uma carta com qualquer valor, porque muitas vezes é ela aberta e nunca chega ao seu destino.

Todos os agentes de correio são assinantes de jornais sem nunca os assinar. As nossas mãos chegam queixas dos nossos assinantes principalmente dos de S. Mateus, por não receber jornais. Somos diligentes em os enviar, temos toda a confiança nos empregados desta repartição, só podemos achar um culpado é o agente de S. Mateus. Rogamos, pois, ao Sr. administrador toda a energia em fazer o seu empregado cumprir o seu dever⁸⁶.

Todos os agentes de correio são assinantes de jornais sem nunca os assinar. Essa afirmativa revela as possibilidades de circulação e leitura dos periódicos, pois um mesmo exemplar poderia ser lido por vários leitores *não autorizados* antes de chegar ao seu destino final. Significa dizer que os jornais podem ter tido um número maior de leitores do que os dados permitem mensurar.

Sobre as leituras empreendidas pelos leitores dos periódicos sabemos pouco, mas partimos da premissa de que se trata de um ato criativo, de uma caça furtiva⁸⁷. Além disso, a leitura não era circunstancial. Os jornais não perdiam a validade, a importância, no dia seguinte ao da sua impressão. Ao contrário, esses impressos

⁸⁵ Conferir quadro 4 deste capítulo.

⁸⁶ O CIDADÃO, n. 4, série I, de 5 de abril de 1868. p. 3.

⁸⁷ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Artes do fazer. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998. p. 264.

eram tratados à semelhança dos livros: montavam-se coleções, arquivavam-se exemplares e doavam-se jornais à biblioteca pública e a bibliotecas de outras províncias.

De acordo com Heráclito Amâncio Pereira, eram comuns anúncios na imprensa capixaba de indivíduos interessados em adquirir edições antigas para compor coleções de particulares e das próprias tipografias⁸⁸: no *Correio da Victoria*, de 27 de janeiro de 1849, publicou-se o seguinte anúncio: “compra-se o número 2 do *Correio*; quem o quiser vender dirija-se a esta tipografia”⁸⁹.

A leitura dos jornais era um ato inventivo. Encontramos registros de leitores que escreviam anotações manuscritas às margens do jornal a respeito dos textos publicados em determinada edição dos impressos. Essas opiniões escritas à mão pelos leitores, chamadas marginálias⁹⁰, referiam-se àquilo que mais chamou a atenção do leitor, impelindo-o a escrever sua apreciação a respeito das publicações. A seguir, destacamos dois excertos em que é possível observar essa prática de leitura.

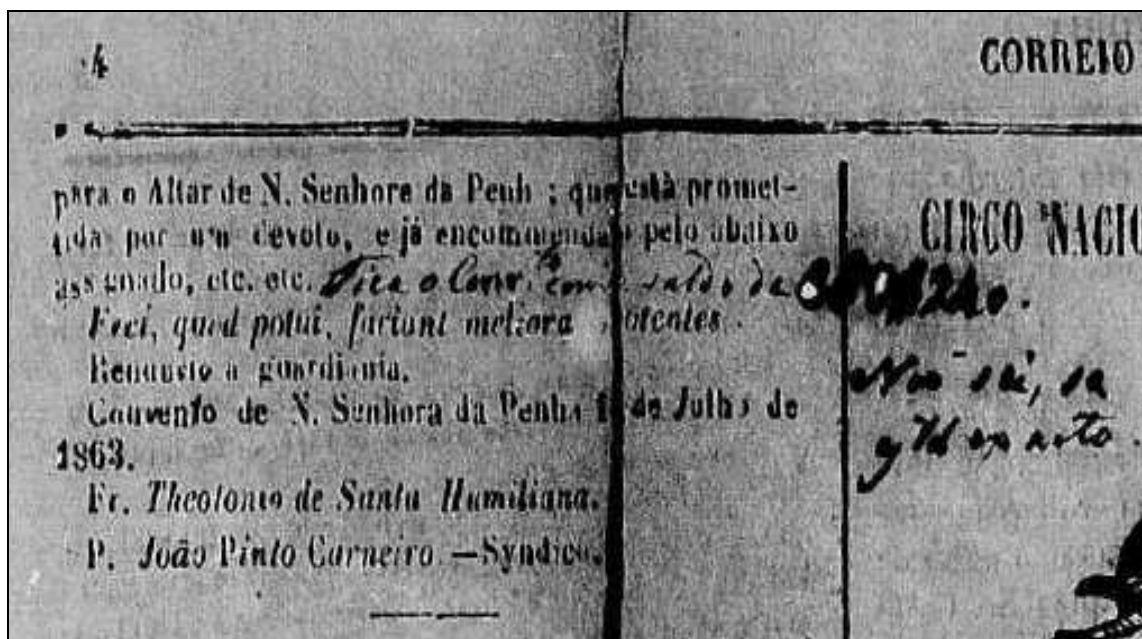
⁸⁸ PEREIRA, Heráclito Amâncio. 1922. p. 32.

⁸⁹ CORREIO DA VICTORIA, ano I, n. 4, de 27 de janeiro de 1849. p. 4. Anúncio semelhante foi feito na edição n. 12, de 1869: “Compra-se nesta tipografia o n° 24 do *Correio da Victoria* do ano próximo findo de 1868. Também se diz quem compra a coleção do mesmo *Correio* do ano de 1860”.

CORREIO DA VICTORIA, ano XXI, n. 12, de 10 de fevereiro de 1869. p. 4.

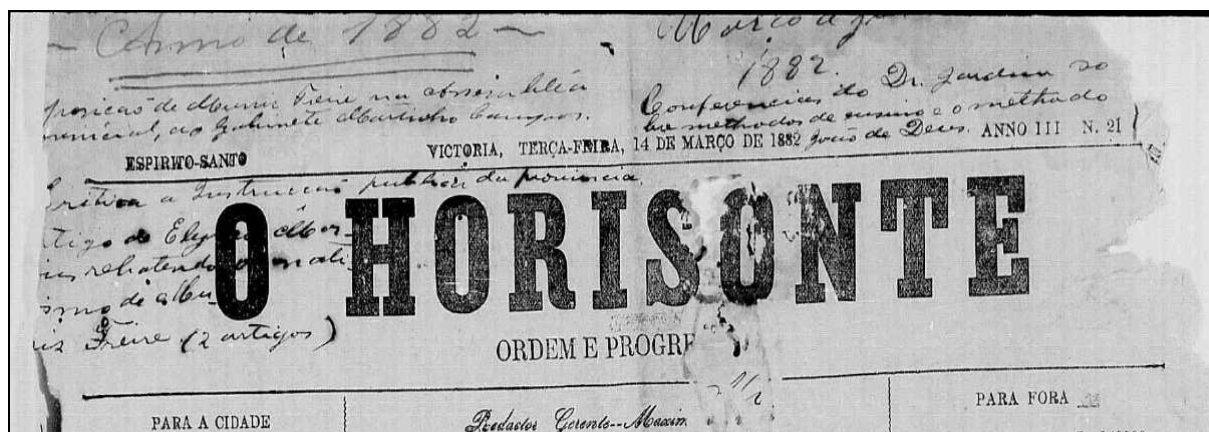
⁹⁰ Marginália: comentário escrito nos espaços em branco do jornal, as margens.

Figura 21 - Extrato de marginália em exemplar do *Correio da Victoria*.



Fonte: *Correio da Victoria*, ano XV, nº 55, de 25 de julho de 1863. p. 4.

Figura 22 - Extrato de marginália em exemplar de *O Horisonte*.



Fonte: *O Horisonte*, ano III, nº 21, de 14 de março de 1882, p. 1.

Os redatores procuravam influenciar a leitura das publicações que julgavam mais importantes. Conforme vimos, a própria disposição das publicações nas seções dos jornais, isto é, a sua forma gráfica, é sugestiva da produção de sentido que os homens da imprensa pretendiam. Essas tentativas de instruir a leitura do público,

fosse por meios tipográficos ou resultantes do discurso escrito⁹¹, constituem protocolos de leitura. Para Roger Chartier, os dispositivos textuais “[...] tendem a impor um protocolo de leitura, seja aproximando o leitor a uma maneira de ler que lhe é indicada, seja fazendo agir sobre ele uma mecânica literária que o coloca onde o autor deseja que esteja”⁹².

A prática de conduzir a leitura dos jornais era disseminada na imprensa capixaba, sendo facilmente localizada em diversas edições ao longo da segunda metade do século XIX. Essa prática, muitas vezes, estava explícita no discurso textual, chamando o leitor a dar mais atenção a determinadas publicações das edições, a exemplo da edição nº 211 do *Jornal da Victoria*, de 1866: “Chamamos toda a atenção dos leitores para o comunicado que hoje publicamos sob o título – *Apontamentos para a Exposição da província do Espírito Santo*”⁹³. Ou, ainda, quando os protocolos de leitura não vinham impressos nas colunas do jornal, os publicistas utilizavam as margens dos exemplares para sugerir a leitura de determinadas publicações, como fez Bazílio Carvalho Daemon no exemplar do *Espírito-Santense* de 13 de agosto de 1882, destinado a um assinante da Corte.

⁹¹ Já discutimos sobre a influência da editoração das publicações (o lugar que ocupam nas páginas dos jornais) na produção de sentido que se pretendia alcançar. Ver seção anterior deste capítulo.

⁹² CHARTIER, Roger. 1996. p. 96.

⁹³ Grifo nosso. JORNAL DA VICTORIA, ano 3, nº 211, de 2 de junho de 1866. p. 2.

Figura 23 – Sugestão de leitura escrita à mão por Bazílio Carvalho Daemon no Espírito-Santense.

*A. Teixeira de Freitas
Voluntário de*

O Espírito-Santense.

JORNAL POLITICO, SCIENTIFICO, LITTERARIO E NOTICIOSO.

<p>ASSIGNATURA SEM SELLO</p> <p>POR UM ANNO. 12 \$ 000 POR SEIS MESES. 6 \$ 000</p> <p style="text-align: center;"><i>Por numero avulso 200 réis.</i></p>	<p>REDACTOR E PROPRIETARIO</p> <p>Bazílio Carvalho Daemon.</p>	<p>ASSIGNATURA COM SELLO</p> <p>POR UM ANNO. 14 \$ 000 POR SEIS MESES. 7 \$ 000</p> <p style="text-align: center;"><i>Linha 100 rs., ao assignante 80 rs.</i></p>
ANNO XII.	VICTORIA, 13 DE AGOSTO DE 1882.	NUM. 64.

AVISO.

O' vós que recebeis a nossa folha! Que saboreis della a toda praxa. Não vos sautamos! Com direito, risonhos vos pedimos a paga do recibo, e dos impressos. Que publicamos.

VALB.

O ESPIRITO-SANTENSE.

VICTORIA, 13 DE AGOSTO DE 1882.

CANDIDATURAS.

Cult'ora os serviços prestados a um partido tihado per recompensa

aida no paiz: — saúdo a rainha do universo, ou como outr.s querom — respeito a soberana do mundo, — isto a 12 de Novembro do 1833 o proximo a seguir per seu patriotismo a um dextero da maio de quatro annos!

Diego Antuño Feijó, eppondo-se ás dousas do acto adicional, e cretendo o *Justiciero*, pondo-se á testa do movimento revolucionario em Sorocaba era prezo afaal, e a 12 de Julho de 1842 desterrado para esta provincia, indo cum a maior calma no anno seguinte defendendo no Senado, mas não negando a paternidade de seus feitos!

julgamos, ter jus pelos corvigos prestados a seu partido o perseguições feitas a nós conservadores. Nada temos cem os negocios particulares nos arraites de nossos anteg nistas politicos, mas o exemplo da *Provincia*, dando sciencia de nossas candidatas nos reouve a conservamos alguma cousa, n'parque, politico como temos o brasileiro que nos orgulhamos ser, temos o direito incontestavel de analysar os actos da politica que é adversa á nossa.

E Comis, apresentando nós a norma seguida antecodontemente pela escóla liberal, hoje disvirtuada e em contravensia, nos admiramos

comettimento politico exigido pelo partido liberal nesta provincia, no Rio Grande do Norte com Pernambuco, de que focu malquistado até hoje com os conservadores, por seu provado e saliente energomismo, vimos, repetimes, ser tambem dispresado pelo partido liberal o moramente pelo Sr. Alphen, que d'elles recebeu favôres politicos, sendo hoje candidato *curangé!* E muito deve sua posição official a estes dois sabores, mas *collidando* os afaal, e de tal fórma, que nos causa riso! Um *único alvao assignado*, uma especie de proclamação encamundada, em que muitos assignando se a sbarra talvez o que *ficordo*, matou moral

rio no *Horizonte* responder declarando, (que declaração...) que não se apresentava, ou por outra que estava na *expectativa sympathica* como dizem os ex-dissidentes; ficando ainda magoado com algum de seus co-religionarios, não mal, mas despeitado por causa de certas declarações feitas por alguns, em as reuniões politicas e particulares, e que, se a verdade quiz: rem dizar pôdem'isso mesmo testemunhar a *Provincia*, Dr. Meniz Freire o Cleto Nunes, o Daiegado do Policia Cap. Joaquim Lrio e outros; com quem ha estromecimentos...

Ora, qua o Sr. Dr. H'rita de

Recomendamos ao Sr. Teixeira de Freitas a leitura da seção Estudos Históricos. O objetivo de Daemon era duplo: direcionar a leitura do impresso e estabelecer um vínculo com os leitores de sua folha.

Fonte: ESPÍRITO-SANTENSE, ano XII, nº 64, de 13 de agosto de 1882. p. 1.

À margem direita do jornal vemos uma anotação em que se recomendava ao assinante Teixeira de Freitas a leitura da seção *Estudos Históricos*. O objetivo de Daemon era duplo: direcionar a leitura do impresso e estabelecer um vínculo com os leitores de sua folha.

3.5 Conclusão

A imprensa periódica desenvolvida em Vitória até a década de 1880 caracterizou-se pela produção artesanal dos impressos. Isso quer dizer que os jornais não eram tomados como negócio. *A Província do Espírito Santo*, de Cleto Nunes e Moniz Freire, marcou o princípio de uma nova fase na atividade jornalística capixaba, pois os investimentos promovidos na oficina tipográfica e os contratos de publicidade assinados revestiram esse jornal de uma aparência mais comercial.

Ao longo da segunda metade do século XIX, muitos títulos iniciaram e findaram suas publicações, mas a imprensa capixaba se manteve ativa. Transformações

estruturais e editoriais marcaram o desenvolvimento dos jornais, dando a ver certa modernização e complexificação das atividades impressas. Redes de sociabilidade se formaram entre publicistas e leitores de diferentes freguesias da Província e de fora dela, viabilizando a circulação de notícias sobre o Espírito Santo e de ideias.

Constatar que os publicistas e os leitores dos impressos figuravam entre membros da elite política provincial, fosse por exercício de cargo público ou por mandato eletivo, confirma a relação estreita da imprensa periódica com a vida política local. Vimos que o suporte material era pensado de acordo com a produção de sentido desejada pelos publicistas das folhas. A forma produz sentido; o conteúdo impresso também. Passamos, assim, à análise das publicações dos jornais capixabas com vistas a discutir a trajetória da imprensa pelo filtro dos textos impressos, problematizando as falas e os silêncios.

CAPÍTULO IV

Impressos capixabas: espaço de sociabilidade política

A imprensa capixaba esteve, desde o início de sua existência, atrelada à política local pelos contratos firmados com a Assembleia Provincial e pela presença expressiva de políticos à frente da redação/editoração dos jornais. Defendemos a tese de que a imprensa constituiu-se espaço fundamental para a ação política ao longo da segunda metade do século XIX, forjando uma “[...] rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões”¹. Os impressos tornaram-se ingrediente e agente da vida pública capixaba.

As sociabilidades políticas ganharam as páginas dos impressos, com destaque para as disputas políticas locais, as denúncias sobre os processos eleitorais, os debates a respeito da administração provincial e das melhorias mais reclamadas, entre outros assuntos. A pesquisa da tese fundamentou-se na análise dos jornais publicados em Vitória, capital da Província do Espírito Santo, entre os anos de 1849 e 1889. A empreitada dividiu-se em três capítulos: no terceiro, discutimos a trajetória da imprensa a partir das mudanças observadas em seu suporte material e na organização das redações e tipografias; neste e no próximo, dedicamo-nos à análise do conteúdo dos impressos.

4.1 Grilhões contratuais, censura e o despertar para a política

A elite política à frente da Província do Espírito Santo nos anos finais de 1840 preocupava-se com as iniciativas jornalísticas desenvolvidas na cidade de Vitória. Entre as medidas intervencionistas mais recorrentes à época estava a de solicitar leitura prévia dos jornais antes de os exemplares serem distribuídos aos leitores. O número inaugural do *Correio da Victoria*, por exemplo, impresso em 17 de janeiro de 1849, foi lido em primeira mão por Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, um *figurão da terra*².

¹ HABERMAS, Jürgen. 1997. p. 92.

² PEREIRA, Heráclito Amâncio, 1922. p. 29. A expressão *figurões da terra* foi utilizada por Rodrigo da Silva Goularte em sua dissertação de mestrado como referência a membros da elite política colonial do Espírito Santo, entre eles Monjardim. GOULARTE, Rodrigo da Silva. 2008. p. 121.

A leitura antecipada serviria para avaliar o conteúdo das publicações e averiguar se alguma notícia era potencialmente perigosa à ordem provincial? Não sabemos, mas suspeitamos que sim. No caso do *Correio da Victoria*, esperava-se que Pedro Antônio de Azeredo, proprietário do jornal, não escrevesse contra os políticos locais, pois o contrato assinado com a Assembleia Legislativa Provincial para a publicação dos atos oficiais tornava o governo sua principal fonte de receita e, por conseguinte, parceiro sobre o qual não podia haver críticas.

O proprietário do *Correio* estava ciente das amarras de seu projeto tipográfico. No prospecto da primeira edição, Pedro Azeredo escreveu sobre a importância da imprensa periódica nas sociedades e informou aos leitores os limites de atuação de seu jornal.

É a imprensa periódica na presente época o veículo de relações entre os povos cultos, o meio fácil e produtor de prover a instrução popular [...]. Tem, porém, a instituição da imprensa periódica outra missão mais sagrada e sublime. Gêmea da liberdade, cosanguínea da civilização, deve ela doutrinar e moralizar a humanidade, edificá-la nos preceitos das suas crenças, iniciá-la nas pesquisas e indagações das ciências, guiá-la nos conhecimentos das artes e das letras, arrancá-la das trevas dos preconceitos e dos erros da superstição: tal é a sua importante missão; [...] não podemos dispensar-nos do dever de citarmos o tópico relativo à tipografia, exarado no luminoso relatório que o benemérito ex-presidente desta província, Dr. Antonio Pereira Pinto, apresentou ao vice-presidente quando lhe passou o alto cargo: "...sendo prudente neutralizar alguns males que também são inseparáveis da criação de uma imprensa, em seu começo, no contrato, que fiz, acautelei todos esses prejuízos: o estabelecimento de uma tipografia nesta província não será o canal por onde se vazem torpes recriminações, aleivosas diatribes; não será uma arena, onde se debatam gladiadores; seus fins são mais nobres: os melhoramentos materiais do país, a publicação dos atos oficiais, a vulgarização de notícias colhidas em escritores eruditos; eis o programa que assinalei. A transgressão destes preceitos será peremptório motivo da recisão do contrato e ao prudente arbítrio de V. Ex. cabe avaliá-la". Tal é a missão do *Correio da Victoria*. Confiado na benignidade do público, conta que ele, cômico de seus próprios interesses o ajudará a levar a efeito tão importante quão intrincada empresa³.

³ O editorial informava também a respeito das seções do jornal: "*Parte Oficial* – para os atos do governo provincial de imediata importância ou de todos eles, quando seja conveniente sua publicidade. *Crônica Nacional e Estrangeira* – para notícias do interior e exterior, extraídas cuidadosamente das folhas periódicas que iremos recebendo. *Parte Comercial* – para revista das transações mercantis que se efetuarem no giro do comércio desta cidade. *Variedades* – para tudo o que, pela espécie, como história, biografia, etc., não tiver cabimento em outra parte da folha. *Declarações* – para anúncios dos dias da partida dos correios, audiências, etc. *Folhetins* – para a mais extremada escolha de contos românticos, traduzidos ou originais, que prendam a atenção dos

Na visão de Pedro Azeredo, os jornais atendiam a um duplo propósito, pois eram veículo de comunicação entre os povos cultos e instrumento para promoção da instrução popular por meio da vulgarização de obras literárias eruditas (por meio de traduções, adaptações e resumos). A retórica do prospecto foi estruturada de forma a destacar os aspectos positivos da imprensa periódica para a sociedade; o uso das metáforas *gêmea da liberdade* e *cosanguínea da civilização* conferia semelhança a termos heterogêneos (os periódicos, a liberdade e a civilização) e, por consequência, opunha a atividade tipográfica à censura e à barbárie⁴.

Atribuir parentescos à imprensa legitimava sua missão *mais sagrada e sublime*: doutrinar e moralizar a humanidade. Retirar as sociedades do limbo do preconceito e da falta de conhecimento constituiria a prerrogativa das folhas hebdomadárias. Mas a edificação dos indivíduos não seria atingida pelo debate político ou pela liberdade à crítica.

Na qualidade de jornal oficial, o *Correio da Victoria* não aceitava publicações que suscitasse ameaça à ordem vigente. Ciente desse cerceamento, Pedro Antônio de Azeredo justificou-se aos leitores reproduzindo a fala de um ex-presidente da Província, Antonio Pereira Pinto, responsável pela elaboração do contrato com a tipografia Capitaniense. As páginas impressas não seriam arena de combate de ideias e nem espaço para alterações e críticas mordazes⁵. A imprensa capixaba emergia à cena pública censurada pela “[...] proteção liberalizada do governo e da Assembleia Provincial [...]”⁶.

leitores por algumas horas com as fantasias de Victor Hugo, Alexandre Dumas, Eugène Sue, Balzac e tantos outros. E, finalmente, sobre a epígrafe – *Correio da Victoria* – daremos a ler artigos de fundo, notícias da corte e o juízo das obras publicadas no império”. CORREIO DA VICTORIA, ano I, n. 1, de 17 de janeiro de 1849. p. 1-2.

⁴ Para a análise dos elementos retóricos das publicações impressas, baseamo-nos nos seguintes autores e obras: SANTOS, Mário Ferreira dos. *Curso de Oratória e Retórica*. 9 ed. São Paulo: Livraria e Editora Logos Ltda, 1962; CARVALHO, José Murilo de. História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 1, 2000, p. 123-152; REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

⁵ Os artigos 9º e 10 do contrato firmado entre Pedro Azeredo e o governo provincial eram explícitos sobre os limites de atuação da folha: “Artigo 9º. Fica proibido ao empresário aceitar correspondências que entretenham polêmica individual e nem artigos que ofendam a qualquer cidadão e só admitirá anúncios que não contêm insultos diretos ou indiretos e também publicações literárias; Artigo 10. Sendo o presente jornal oficial não poderá fazer censuras aos atos do governo, quer geral, quer provincial [...]”. CORREIO DA VICTORIA, ano I, n. 3, de 24 de janeiro de 1849. p. 3-4.

⁶ CORREIO DA VICTORIA, ano I, n. 2, de 20 de janeiro de 1849. p. 2-3.

Os termos contratuais garantiam ao governo provincial silêncio por parte do *Correio da Victoria* no que dizia respeito a discussões políticas⁷. Mesmo assim, os parlamentares capixabas mantiveram vigilância em relação às cartas particulares impressas na folha de Pedro Azeredo. Conta-nos Heráclito Amâncio Pereira que uma *publicação a pedido* impressa nos primeiros meses de 1849 provocou atritos entre a elite política local e o proprietário do *Correio*.

A carta, assinada com o pseudônimo *A. do G.* e impressa na edição de 14 de março de 1849, criticava a atuação de alguns membros da Assembleia Provincial no exercício de suas funções públicas, o que despertou a ira dos deputados. Um deles, Dionyzio Álvaro Rezendo, após debate sobre o assunto na casa legislativa, opinou pela apreensão do número em que foi publicado o artigo⁸. Em resposta, o redator do *Correio da Victoria* alegou tratar-se de um *ineditorial*, isto é, de um texto não assinado pela redação da folha.

Impressionado ainda pela discussão que houve na Assembleia por causa da publicação a pedido do referido número, que apareceu por uma fatalidade, que não declino, mal poderei, talvez convencer do respeito e afeição que consagro a s. ex. e aos dignos membros da Assembleia provincial, bem como reconheço o estado de civilização da província que por isso mesmo não pode sofrer a menor quebra com a publicação de um artigo, que não sendo da redação, pode ser apenas para excitar alguma sensação aos curiosos. Sinto infinitamente não me ser possível satisfazer aos desejos da Assembleia Provincial, visto ter partido o correio, levando esse número do periódico não só para os diversos pontos da província, como para outras, onde tenho assinantes, pois que a não dar-se essa circunstância seguramente me sujeitaria à pena imposta por

⁷ As cláusulas contratuais firmadas entre Pedro Antonio de Azeredo e o governo provincial encontram-se no anexo E da tese.

⁸ Em pesquisa à edição citada por Heráclito Pereira não consta a publicação injuriosa aos deputados provinciais. No n. 18, de 17 de março de 1849, há uma publicação a pedido assinada por *A. do G.*, cujo assunto não guarda proximidade com o questionado pela casa legislativa: “Chegou finalmente o termo que os inescrutáveis decretos da providência nos tinha predestinado o dia cinco do feliz março, dia de júbilo por vermos tranquilo ao nosso porto o almejado Exm. Sr. Desembargador Antonio Joaquim de Siqueira [...]: oxalá, que d’alguma maneira plausível possa-se despertar o amortizado gérmen d’engrandecimento d’este infeliz terreno, que viu as primeiras verduras d’inocência! Pelo endereço deste, mil agradecimentos damos ao nosso Augusto Monarca, pela acertada escolha, da qual hora nos vemos presididos e em cujo porte bem se percebe, o pretender-se sacrificar a um infeliz futuro à província do Espírito Santo vindo ao mesmo tempo exumar do esquecimento as enérgicas medidas dos seus antecessores, cujas lembranças tão docilmente sensibiliza os nossos corações. A escassez de minha pena e a liberalidade de meus conhecimentos tolhem-me delinear o importante quadro de respeito e gratidão que tributam os habitantes da província do Espírito Santo à pessoa do nosso respeitável presidente Antonio Joaquim de Siqueira. – Cidade da Vitória em 10 de março de 1849. *A. do G.*” *CORREIO DA VICTORIA*, ano I, n. 18, de 17 de março de 1849. p. 4. É possível que a tiragem de 14 de março tenha sido reeditada de modo a suprimir o polêmico artigo e a publicação do dia 17 assinada por *A. do G.* seja a redenção de seu autor.

deferência a S. Ex. e Assembleia provincial. Rogo a V. S. queira solicitar do Exm. Sr. Presidente da Província e da Assembleia Provincial a necessária autorização para publicar na folha todo o ocorrido a dar para justificar-me com o público desta província. Cidade da Vitória em 17 de março de 1849. O editor do Correio da Victoria *Pedro Antonio de Azeredo*⁹.

O pedido de desculpas esclarecia ao governo provincial que a carta fora publicada por um descuido do editor. Pedro Azeredo assumia a culpa pelo deslize de impressão e reconhecia a legitimidade da queixa dos deputados pela transgressão de algumas cláusulas contratuais. Tratava-se de um perigo ao *estado de civilização da Província*. Publicações como a de *A. do G.* poderiam romper o *status quo* vigente. A reação dos deputados foi uma demonstração do esforço da elite política local para manter o controle sobre a imprensa periódica capixaba em desenvolvimento, de modo a sufocar qualquer tipo de manifestação política¹⁰.

Poucos anos depois, em 1852, o domínio do governo provincial sobre a imprensa capixaba ameaçou ruir. Nesse ano, os parlamentares deliberaram uma ordem de pagamento com valor inferior ao fixado contratualmente para a impressão dos atos oficiais. Essa decisão significou o prenúncio de uma nova fase para o periodismo local:

NOSSA MISSÃO NA IMPRENSA: Vivemos até agora a vida do retiro e de separação, nossa pena, que toda se devia dedicar à defesa dos princípios que por convicção adotamos, lentamente tratava destas questões de estado: nossas colunas sujeitas quase a uma 'censura prévia' não podiam em si conter todos os pensamentos, que livres ocupavam nossa inteligência: a um pequeno e acanhado círculo, a um 'fêrreo contrato', achava-se sujeita nossa imprensa e o espírito quando igualmente sujeito, acanha suas ideias, serviliza suas opiniões e esteriliza sua inteligência... Hoje devemos à assembleia provincial um único favor que talvez sem o querer e sem pensar o alcance de sua obra ela nos concedeu: desembaraçou, desatou de nossos braços as cadeias pesadas que, por quase 4 anos, nós carregamos, e nos constituiu 'Imprensa livre'. Dissolvendo ela o contrato assinado, deu-nos ocasião para discorrer livremente, para consignar em nossas colunas melhores pensamentos, para publicar quaisquer escritos, para discutir as questões d'interesse da província, para, enfim, proporcionar ao povo meios de defesa e de garantia, quando perseguido por alguém, que no domínio das posições sociais entender subjugá-lo e ofendê-lo, entendendo contar com o silêncio da imprensa, ela que não podia revelar estes arbítrios,

⁹ PEREIRA, Heráclito Amâncio, 1922. p. 29-30.

¹⁰ "Em 16 de abril de 1851 declarou o jornal não aceitar comunicados, correspondências, anúncios e outras publicações contendo ofensas ou que pudessem gerar polêmicas inúteis". PEREIRA, Heráclito Amâncio, 1922. p. 30.

estes desregramentos, estes excessos e estas perseguições. 'Correio' de 21 de julho de 1852¹¹.

Em tom de retaliação, o editorial informava aos leitores o despertar de uma nova imprensa em Vitória. A alegoria *vida de retiro e separação* expressava a subserviência do *Correio da Victoria* à Assembleia Legislativa Provincial desde 1849, fazendo com que o jornal fosse apenas um espectador da cena pública capixaba. *Férreo contrato*, por sua vez, aludia aos grilhões das cláusulas contratuais que impediam uma efetiva liberdade da imprensa local. Os deputados foram caracterizados como *pequeno e acanhado círculo*, uma elite política que cerceava as opiniões e *esterilizava* a inteligência. O uso da aposiopese nesse trecho do editorial transferia aos leitores a tarefa de finalizá-lo, de dar-lhe sentido¹². Essa figura de construção pretendia provocar no leitor a retomada do discurso “[...] por sua conta, [para] preencher por sua conta os três pontos de suspensão”¹³. O verbo esterilizar foi uma escolha perspicaz do redator, porque possibilita inferir que a ingerência do governo provincial nos primeiros anos da imprensa capixaba impossibilitava a formação de ambientes de discussão de opiniões e de circulação de ideias. Isso, por sua vez, incapacitava a população ao exercício da crítica.

O descumprimento do valor constante no contrato por parte do governo provincial foi a oportunidade para Azeredo tornar seu jornal um espaço de ação política e um *meio de defesa e garantia* ao povo. O *Correio da Victoria* não se calaria mais diante da opressão e ofensa e também não faria vistas grossas às questões políticas locais, porque a censura prévia havia acabado. A gradação presente na última frase do editorial em “[a imprensa] não podia revelar estes arbítrios, estes desregramentos, estes excessos e estas perseguições” – indicava os abusos praticados na vida pública em Vitória.

É provável que o editorial de 21 de julho de 1852 tenha soado feito um alarme aos ouvidos e às consciências dos deputados provinciais. Eles preferiram pagar o valor previsto em contrato, 10\$000 (dez mil réis), e retomar o controle sobre as publicações, a lidar com uma imprensa livre e compartilhar sua prerrogativa de interlocução dos negócios públicos. O mal-estar foi dirimido e, em 18 de setembro

¹¹ PEREIRA, Heráclito Amâncio, 1922. p. 31.

¹² Aposiopese é o nome dado às reticências como figura de retórica.

¹³ REBOUL, Olivier. 2004. p. 127.

do mesmo ano, o *Correio da Victoria* restabeleceu as publicações dos atos oficiais e a soma devida ao proprietário Azeredo foi quitada.

A imprensa periódica de Vitória surgia no final dos anos 1840 sob a *tutela* do governo provincial. Os primeiros jornais criados eram supervisionados pelos olhares atentos da elite política capixaba, que cerceava e controlava as iniciativas tipográficas para impedir que os impressos se tornassem uma *arena onde se debatiam gladiadores*¹⁴. Os periódicos não eram neutros, pois, vinculados ao jogo da política, eram, no mínimo, facciosos.

De 1849 a 1860, a imprensa capixaba manteve-se atrelada ao governo provincial e, por isso, observamos muitos silêncios nos jornais em relação à vida política local¹⁵. Isso não significa, por outro lado, que não houvesse o que ser publicado; é provável que chegassem às tipografias cartas de particulares que, se impressas, poderiam instabilizar o sossego da capital, a exemplo da correspondência assinada por A. do G., publicada em março de 1849. O silêncio das publicações em relação às disputas políticas locais constitui indício da parcialidade desses impressos. Não era autorizado, ou pelo menos prudente, permitir a publicação de opiniões contrárias aos *condutores da ordem*. Essa mudez, portanto, diz muito. Se as críticas não eram permitidas, os elogios à política desenvolvida pelos deputados provinciais e presidentes da Província eram bem-vindos.

Até o início de 1860 circularam na cena pública da capital da Província do Espírito Santo pelo menos três títulos: *Correio da Victoria*, *A Regeneração* e *O Semanário: jornal de instrução e recreio*¹⁶. Havia também pasquins, prática de comunicação que sobreviveu ao surgimento dos jornais como alternativa de publicidade mais barata e clandestina. Devido à falta de exemplares, pouco podemos afirmar sobre essas

¹⁴ Excerto da fala do ex-presidente Antonio Pereira Pinto à Assembleia Legislativa Provincial a respeito da criação de jornais em Vitória, ainda na década de 1840. Em CORREIO DA VICTORIA, ano I, n. 1, de 17 de janeiro de 1849. p. 1-2.

¹⁵ As exceções foram: *A Regeneração*, de Manoel Ferreira das Neves, e *O Semanário*, de José Marcelino Pereira de Vasconcellos. Os dois jornais não mantinham contratos com o governo. Isso não quer dizer, porém, que seus redatores se sentiam à vontade para escrever o que quisessem, pois é provável que entre seus leitores estivessem membros da elite política provincial. (conferir no capítulo III a análise da lista de assinantes da folha de José Marcelino).

¹⁶ Além desses jornais, foram publicados também *O Capichaba*, de 1856, e *A Aurora* (de 1859). De acordo com Heráclito Amâncio Pereira, *O Capichaba*, impresso na tipografia Capitaniense do *Correio da Victoria*, era político e noticioso, “[...] como órgão das ideias de um dos lados da Assembleia Provincial (minoría) e para combater pela eleição de um espírito-santense patriota e ilustrado como deputado pela província à Câmara temporária [...]”. PEREIRA, Heráclito Amâncio, 1922. p. 33.

folhas volantes e também sobre *A Regeneração*. Não obstante, algumas interpretações foram possíveis a partir da análise de publicações do *Correio* que dialogavam com esses impressos e manuscritos ou que a eles se referiam.

Como vimos, o *Correio da Victoria* recusava polêmicas e artigos que suscitassem discussões políticas. Em meados dos anos 1850, no entanto, o silêncio começou a ser quebrado, pois teve início uma luta discursiva entre o jornal da tipografia Capitaniense e *A Regeneração*¹⁷.

Uma declaração em tempo – *A Regeneração*, periódico desta capital que sai da tipografia *Imparcial* do Sr. Manoel Ferreira das Neves, professor público da 2ª cadeira de 1^{as} Letras desta cidade em seu último n° afastou-se de seu programa e parece querer morder o *Correio da Victoria*, que até hoje tem respeitado suas doutrinas, suas publicações e jamais tem tocado em sua vida na imprensa ou na particular de seu editor; por isso que ele sabe seguir o pensamento de sua política – de *justiça e tolerância*; mas a *Regeneração* parece que quer entreter polêmicas, e assim vê, se cria *importância e prosélitos*: quer se fazer *mártir* da causa pública. Já pensa que tem *adversários traiçoeiros* – e se diz o propugnador do bem público... A nada disso nos opomos, porque é bem conhecido, interessante e nobre o fim do jornalismo; ao que porém nos apressamos em declarar à *Regeneração* e ao público por honra da imprensa é que a redação do CORREIO DA VICTORIA apenas é responsável pelos seus artigos de fundo e não por outros que sob quaisquer diversos títulos de – *correspondências, comunicados, publicações a pedido, avisos, etc.* são publicados nele¹⁸.

O editorial do jornal oficial indica que estavam em choque duas formas de se fazer imprensa em Vitória: uma, a voz institucional do governo, emudecia-se quanto às questões da vida política local; a outra, capitaneada pela folha do professor Manoel Ferreira das Neves, autoafirmava-se mártir da causa pública e disponibilizava suas páginas às críticas políticas.

A postura adotada pela *A Regeneração* ameaçava o exclusivismo do *Correio da Victoria* na esfera pública literária capixaba, pois as discussões aventadas na folha de Ferreira das Neves já criavam prosélitos. A autodefinição de propugnadora do bem público trazia para *A Regeneração* a prerrogativa de edificar a sociedade que anos antes o *Correio* atribuía para si. Em represália, o jornal oficial desqualificava a

¹⁷ *A Regeneração* aceitava “[...] correspondências, comunicados e anúncios, uma vez que não [implicassem] com a vida privada do cidadão e [fossem] redigidos em termos decentes”. A REGENERAÇÃO, ano I, n. 8, de 11 de janeiro de 1854.

¹⁸ CORREIO DA VICTORIA, ano VI, n. 18, de 4 de março de 1854. p. 2.

iniciativa do professor público nas sendas tipográficas com a acusação de pretender ganhar afeições e protetores.

Nesse mesmo editorial, Pedro Antônio de Azeredo preocupou-se em esclarecer que a redação do *Correio* responsabilizava-se apenas por artigos editoriais. Isso sugere a provável causa dos embates entre os dois jornais: uma *publicação a pedido*, um comunicado ou uma correspondência particular impressa na folha oficial. A isenção de responsabilidade declarada por Azeredo contradiz seu posicionamento no episódio do *ineditorial* assinado por *A. do G.*, publicado em março de 1849. Naquela ocasião, o proprietário reconheceu sua *mea culpa* pelo deslize de permitir a impressão de um texto que violava cláusulas do contrato firmado com o governo provincial.

O *Correio da Victoria* alegava que seu distanciamento das diatribes políticas relacionava-se ao compromisso de “[...] andar no terreno do justo, do imparcial e do honesto”¹⁹. É preciso relativizar o discurso do editorial, pois vimos que essa abstenção devia-se muito mais às amarras decorrentes da proteção financeira do governo do que a uma convicção política por parte do proprietário Azeredo.

Se a voz institucional da Província não se desviava do caminho da ordem, *A Regeneração*, na opinião de Pedro Antônio de Azeredo, propugnava desunião, intriga, aleivosia, diatribes e rancorosos insultos, “[...] que nenhum bem produziam e antes azedavam o espírito, desacreditavam a imprensa e muitas vezes eram seguidas de funestas e bem terríveis consequências [...]”²⁰. As altercações entre os dois jornais prolongaram-se por alguns anos. As edições do *Correio da Victoria* mostram que *A Regeneração* continuou a criticar a política capixaba, ao passo que o *Correio* preferiu manter sua posição *imparcial* e silenciosa sobre os negócios públicos provinciais.

Em 1856, uma série de pasquins circulou em Vitória e Manuel Ferreira das Neves publicou um editorial sobre o assunto em *A Regeneração* e no *Diário do Rio Janeiro*, na qualidade de correspondente da Província do Espírito Santo²¹.

¹⁹ CORREIO DA VICTORIA, ano VI, n. 18, de 4 de março de 1854. p. 2.

²⁰ CORREIO DA VICTORIA, ano VI, n. 18, de 4 de março de 1854. p. 2.

²¹ Não dispomos do exemplar de *A Regeneração* em que foi publicado o editorial sobre os pasquins; apresentamos aos leitores a carta enviada ao *Diário do Rio de Janeiro*.

Os pasquins e os pasquineiros - Quiséramos guardar o mais completo silêncio sobre o inveterado e vergonhoso costume de PASQUINAR nesta cidade [...]. O PASQUIM, esse punhal envenenado, com que desde a época imemorial é assassinada nesta capital a honra e a virtude; [...] tudo isto quando por vergonhosa desgraça não possuía o país o lícito e constitucional veículo da imprensa, nem a nossa civilização atingira o embora pouco elevado grau em que hoje se acha; ainda na atualidade é a arma favorita de covardes, malvados e ferozes inimigos da honestidade e da virtude, do sossego e paz das famílias e até da dignidade e reputação dos nossos bons coprovincianos²².

A correspondência de Manuel Ferreira das Neves ao *Diário do Rio de Janeiro* revelava que o ato de *pasquinar* era uma prática disseminada na cidade de Vitória desde tempos *imemoriais*. No capítulo II da tese, discutimos a circulação das vozes durante a primeira metade do Oitocentos e identificamos os pasquins como uma das formas de comunicação reinantes na esfera pública capixaba daquele período. Ferreira das Neves afirmava que os pasquins eram uma alternativa para a publicidade de fatos locais numa época em que não se imprimiam jornais na capital.

Esse costume sobreviveu ao surgimento da imprensa na Província, pois em 1856 os pasquins ainda eram a *arma favorita* para escrever sobre assuntos talvez não publicáveis pelos jornais capixabas. A carta do proprietário de *A Regeneração* ao jornal do Rio de Janeiro listou alguns dos pasquins que circularam em Vitória desde a primeira metade do Dezenove até aqueles dias de 1856.

A tradição refere-nos muita coisa horrenda neste modo de infamar, parto nefando de nossos antepassados e o público terá lembrança dos ALPHANGE, ATHLETA, BATALHÃO DE PATIFES, do DIÁLOGO DO PINTO AMIGO e tantos outros *papelejos difamatórios*, de que em nossos dias e em determinadas épocas foi inundada esta cidade; o público se lembrará ainda de quem fosse o MONSTRO, a quem a voz pública deu a autoridade dessas infernais produções: lembrar-se-á de quem fosse o indigitado autor das bárbaras NOVIDADES DO MÊS DE AGOSTO, aqui distribuídas no ano de 1853, as quais por sua depravação tanto excitaram a vigilância da polícia para chegá-lo a CONHECER... pela nossa parte, Ignoramos quem ele fosse... Pois bem, o agudo punhal da imunda MUSA DOS POETAS NOJENTOS vem de ser imbuído no dia 15 do corrente no coração da quase totalidade dos nossos patrícios de outras províncias, que por aqui existem no exercício de empregos e até no de alguns que já cá não estão há muito e deviam ser acatados! [...] e os nossos coprovincianos amam tanto e acatam os Brasileiros honestos, que das províncias coirmãs vem entre eles viver, quanto detestam os Capichabas PASQUINEIROS, que aniquilam o santuário da honra

²² DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, n. 59, de 28 de fevereiro de 1856. p. 2.

com a mesma facilidade com que servem um copo de MARRASQUINO, ou enxugam uma garrafa de PENTECOSTE. Sofremos nós, sofrestes vós e nunca sofrerão eles! Mas é de esperar que esses malvados e ociosos [...] venham a receber o prêmio de suas BOAS AÇÕES; [...] recebam em breve o prêmio de seus BONS FEITOS [...]. Suplicamos, em nome da honra das famílias da capital, e dignidade da província, que ainda esta vez compadeça-se dela, como vítima de um flagelo não menos cruel que o cólera, isto é – os pasquins!... Talvez que estas observações ligeiras nos BENDAM algum ELOGIO FÚNEBRE entoado pela MUSA DOS hediondos VATES: não importa – tomaremos o frio conforme a roupa; - nunca, porém, omitindo o cumprimento dos deveres que nos temos imposto em prol dos melhoramentos do nosso torrão natal que aniquilar pretendem. (*Regeneração*.)²³

Os nomes dos pasquins são facilmente identificáveis na publicação, pois foram destacados no texto com letras maiúsculas. Somavam quinze papeluchos: Alphange, Athleta, Batalhão de Patifes, Diálogo do Pinto Amigo, Monstro, Novidades do Mês de Agosto, Musa dos Poetas Nojentos, Pasquineiros, Marrasquino, Pentecoste, Boas Ações, Bons Feitos, Bendam, Elogio Fúnebre e Musa dos Vates²⁴.

Consideramos essa informação sobre a produção de pasquins na capital durante os anos de 1850 um dado significativo para a demonstração da hipótese deste trabalho. Ela confirma a existência simultânea de manuscritos e impressos em circulação na capital, fomentando a discussão política e dinamizando a construção de uma esfera pública de opinião em Vitória ao longo da segunda metade do século XIX.

Na carta ao *Diário do Rio de Janeiro*, Manuel Ferreira das Neves escreveu sobre o pasquim Musa dos Poetas Nojentos, que circulou em Vitória durante o mês de fevereiro de 1856. Os escritos da Musa narravam um roubo ocorrido na Tesouraria Provincial com o suposto envolvimento de alguns empregados públicos. O nome dos acusados foi ocultado, mas o proprietário de *A Regeneração* deixa entrever que se tratava de brasileiros não capixabas: “[...] Brasileiros que, aqui chegando e encontrando o meio de ganhar a vida, que a nossa própria província faltava-lhes, desfazem da nossa, roubando-nos com o crédito público a honra privada de nossas famílias”²⁵.

²³ DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, n. 59, de 28 de fevereiro de 1856. p. 2.

²⁴ Não foram encontrados exemplares de pasquins nos arquivos consultados para a tese.

²⁵ DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, n. 59, de 28 de fevereiro de 1856. p. 2.

Ferreira das Neves era a favor da punição dos responsáveis pelo crime, porém, repudiava o uso de *papelejos difamatórios* para tal fim. Comparado à cólera, o pasquim era uma prática de comunicação epidêmica a ser combatida, pois sua capacidade de contágio tornava-o danoso à sociedade capixaba. O proprietário de *A Regeneração* considerava esse tipo de escrito um modo de infamar, um agudo punhal, que infligia dor a todos irrestritamente, e não só aos alvos dos discursos, pois os nomes dos indivíduos não eram revelados. Ao que parece, o *Correio da Victoria* desprezava a Musa dos Poetas Nojentos como um assunto indigno de suas folhas e suspeitava que seu autor fosse o próprio Manuel Ferreira das Neves.

Sr. Redator. Não sabíamos que no *Diário do Rio* de 28 de fevereiro aparecera um artigo em que dava conta do pasquim que aqui se divulgara e com que a maliciosa *Regeneração* quis levantar um cavalo de Troia para comprometer a honra e reputação de pessoas que lhe são desafetas. Vimos, porém, há dois ou três dias essa peça ofensiva em que o correspondente parece emprestar a certas e determinadas pessoas a paternidade dessa produção infamatória, principalmente quando em um trecho dela diz que a voz pública faz recair a responsabilidade desse procedimento sobre nomes conhecidos, que *segundo cartas da Vitória*, são empregados do Governo pertencentes ao Ministério da Fazenda. Sem pretendermos questionar sobre esta encrespação por não sabermos a quem ela especialmente se dirige, posto que estejamos seguros da sua injustiça para com essa classe, aliás bem compenetrada da sua posição melindrosa, diremos somente que em breve os Exms. Srs. Ministros da Justiça e da Fazenda de cujas solitudes espera o *moralizado* editor da *Regeneração* enérgicas providências, se por ventura lhe constar que um ou outro dele depende, hão de convencer-se de qual o indivíduo que é só capaz deste e de outros torpes procedimentos que envergonham a humanidade; e o correspondente do *Diário do Rio* terá o desprazer de retratar-se da indiscrição de haver apreciado essas cartas da Vitória, que não podem ter saído se não de um conventículo de imprudentes caluniadores, que invocam proteções pelo receio de serem categoricamente definidos e esquadrinhados. ***²⁶

Tratava-se de uma *publicação a pedido*, porém, acreditamos que o texto publicado pelo *Correio da Victoria* retratasse também a opinião de Pedro Antônio de Azeredo sobre os pasquins da Musa e sobre o jornal de Manuel Ferreira das Neves. A correspondência acusava *A Regeneração* de atacar a reputação de seus desafetos empregados da Tesouraria Provincial com as revelações disseminadas pelos pasquins.

²⁶ CORREIO DA VICTORIA, ano VIII, n. 27, de 6 de abril de 1856. p. 4.

Não podemos precisar quem foram os autores da *Musa dos Poetas Nojentos*, tão pouco inferir sobre os responsáveis pelo roubo ao erário. Importa é que esse episódio ilustra a repercussão na imprensa capixaba sobre os escritos volantes que circularam pelas vizinhanças capixabas durante a década de 1850. Os pasquins da *Musa* incitaram a discussão nos jornais sobre a vida pública na capital, ainda que o *Correio* se restringisse a acusar a folha adversária e silenciasse a respeito das denúncias de desvio de verba pública.

Os anos finais da década de 1850 marcaram as primeiras tentativas de inserir a política na pauta de temas da imprensa capixaba. Em abril de 1858, José Marcelino Pereira de Vasconcellos publicou o último número de sua folha literária *O Semanário: jornal de instrução e recreio* e, no editorial de despedida, agradeceu a preferência dos assinantes e explicou qual seria seu novo projeto na senda das letras.

Declaração. Com este número cessa a publicação do SEMANÁRIO. Temos a convicção de que em seu curto viver, alguns serviços prestou à história e estatística da nossa província, vulgarizando importantes documentos que estavam fora do domínio público. Mais d'espço pretendemos fazer a publicação d'um periódico, que além da história e da literatura, compreenda a política e a indústria, e guerreie alguns abusos que por aí vão. Penosa tarefa será essa, mas para a qual teremos forças sobejas, por bem de nosso país. Concluimos por rogar aos nossos leitores indulgência às faltas em que incorremos. Em breve distribuiremos um índice e frontispício²⁷.

Pereira de Vasconcellos pretendia criar um jornal em que as questões políticas pudessem ser debatidas e os abusos de autoridade expostos. Não obstante as dificuldades que enfrentaria, Marcelino acreditava na imperiosidade do empreendimento, pois era pelo *bem de nosso país*. A ideia para o novo jornal parece ter surgido de uma viagem realizada por Vasconcellos à província de São Paulo durante a década de 1850.

Vasconcellos passara alguns meses na capital de S. Paulo e aí convivera com alguns literatos distintos, entre os quais se achava o Dr. Paulo do Valle, autor do *Caetaninho*. Aí seu espírito curioso e investigador se extasiara na contemplação do viver dos paulistas, verdadeiros *yankees* do nosso Brasil, sempre na vanguarda das outras províncias, quer no que concerne aos progressos materiais, quer nos intelectuais. Na sociedade paulista debatem-se

²⁷ O SEMANÁRIO, n. 50 de 3 de abril de 1858. p. 1. Disponível na Biblioteca Nacional. Seção Periódicos.

quotidianamente os mais vitais problemas do Estado; e conservadores e liberais tem ideias bem assentadas sobre a marcha política dos negócios públicos. Em S. Paulo quem é político manifesta sem reboço suas opiniões, sem receio algum de que seja por isso perseguido. A censura aos atos governamentais não é só um preceito legislativo, é ainda um princípio político de grandes vantagens para os governos. Imbuído nestas ideias, Vasconcellos, que em S. Paulo frequentara os políticos da mais pronunciada cor liberal, julgara desairoso que sua província natal não possuísse um órgão de oposição ao partido então dominante²⁸.

Imerso nas sociabilidades políticas paulistas, José Marcelino observou que a imprensa em São Paulo tornara-se interlocutora legítima dos negócios públicos. A biografia de Pereira de Vasconcellos informa que durante a viagem ele conviveu com “[...] políticos da mais pronunciada cor liberal [...]”²⁹. Esse contato repercutiu na vida política e literária do capixaba, pois ele retornou à Vitória decidido a criar um jornal de opinião e oposição ao grupo político então no poder. A nova folha de Vasconcellos sairia à luz da publicidade em 1861, com o nome *O Tempo*. Antes dela, porém, outro impresso dominou a cena pública capixaba com discussões políticas e com questionamentos sobre a primazia de alguns políticos da terra.

No cenário nacional, a década de 1860 foi uma fase importante para a política imperial e marcada por reviravoltas. Em 1863, assistiu-se ao *renascer liberal*³⁰, com o retorno dos liberais aos gabinetes ministeriais e, em grande número, à Câmara, além da formação da Liga Progressista (reunião de liberais moderados e conservadores dissidentes) e do Partido Progressista e do fim das câmaras unânimes³¹. Também foi um período de fortes disputas pela hegemonia parlamentar entre membros da própria Liga. A emissão desenfreada de moedas conduziu o país a uma crise financeira e, para coroar a situação política delicada, o Brasil entrou em guerra com o Paraguai³². Em 1868, retornaram ao poder os vermelhos (velhos conservadores) liderados por Joaquim José Rodrigues Torres, o Visconde de

²⁸ BIOGRAPHIA, 1875. p. 21-23.

²⁹ BIOGRAPHIA, 1875. p. 21-23.

³⁰ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC, 1987. p. 284.

³¹ O Renascer liberal proporcionou aos políticos liberais o retorno em quantidade significativa para a Câmara, mas desde período anterior os liberais começaram a retornar ao Parlamento. Essa fase, conhecida por Conciliação, foi promovida pelo Marquês de Paraná e produziu consequências importantes. Após a morte de Honório Hermeto Carneiro Leão, em 1856, iniciou-se um processo de redefinição partidária que, anos mais tarde, culminaria na formação de novos grupos políticos na cena pública nacional. CARVALHO, José Murilo de. Radicalismo e Republicanismo. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. (Orgs.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 19-47.

³² BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. O Império Brasileiro: panorama político. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História Geral do Brasil*. 9 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 258.

Itaboraí, e nesse mesmo ano foi fundado o Centro Liberal por iniciativa de liberais históricos e progressistas³³. A profusão de textos políticos (conservadores, reformistas ou radicais) verificada nessa época fê-la ser considerada a mais rica do Império³⁴.

Em Vitória, esse período também significou uma difusão de escritos políticos, uma verdadeira explosão da palavra pública, caracterizada pelo surgimento de jornais de opinião e também de oposição, com a expansão dos debates das tribunas parlamentares para as páginas impressas.

Os anos 1860 marcaram a retomada de um *velho* hábito dos capixabas: utilizar os periódicos para tratar dos negócios públicos. No capítulo II da tese, localizamos publicações de capixabas impressas em jornais do Rio de Janeiro e de Campos de Goitacazes durante a primeira metade do século XIX. Deputados provinciais, funcionários públicos e apoiadores de candidatos políticos recorreram à imprensa de fora para debater assuntos relacionados à política local e provincial. Não obstante a ausência de uma imprensa orgânica naquele período, os impressos foram interpretados como um espaço legítimo para tratar da vida pública local.

A partir de 1860 iniciou-se em Vitória o desenvolvimento de uma sociabilidade política impressa, marcada pelo diálogo entre jornais e leitores e entre as redações. O entrelaçamento de opiniões do cotidiano com opiniões mais elaboradas e teóricas iniciou uma politização irremediável dos impressos que se estendeu por décadas da segunda metade do Oitocentos. Os periódicos capixabas transformaram-se em instrumentos e em agentes da política. Esta, por sua vez, tornou-se assunto das redações e as sociabilidades políticas ganharam as páginas impressas.

Interpretamos essa mudança dos jornais como parte constitutiva do processo de formação da esfera pública de opinião em Vitória, “[...] uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões [...]”³⁵, de que faziam

³³ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 206; CARVALHO, José Murilo de. 2009. p. 19-47.

³⁴ CARVALHO, José Murilo de. 2009. p. 31.

³⁵ HABERMAS, Jürgen, 1997. p. 92.

parte a imprensa, a Assembleia Provincial – cada uma à frente de suas respectivas tribunas – e outras instâncias de sociabilidade política e cultural³⁶.

Relacionamos o surgimento de uma imprensa de opinião em Vitória ao processo de reorganização política ocorrido na Província do Espírito Santo com a criação dos partidos Conservador e Liberal³⁷. Nos primeiros anos da década de 1860, os grupos políticos organizaram-se em torno das identidades partidárias da Corte, vinculando-se aos centros de deliberação de suas respectivas agremiações sediadas na cidade imperial.

Os partidos recém-criados disputavam entre si a prerrogativa de representar a sociedade espírito-santense nas políticas local e nacional. As disputas intensificaram-se e as sociabilidades políticas ganharam as páginas impressas. Nessa década, surgiram diversos impressos políticos em Vitória. Eram jornais partidários, que gradativamente se autointitulavam voz institucional das agremiações. Vinte e dois novos títulos começaram a circular na capital nesse período³⁸. Da maioria deles, não temos exemplares. Localizamos apenas edições de *A Liga*, *O Amigo do Povo*, *O Tempo*, *O Monarchista*, *Jornal da Victoria* e *O Cidadão*.

4.2 A Liga e o coronel Monjardim

A Liga publicou seu primeiro número em abril de 1860 e manteve-se em circulação até 1861. Era impressa na tipografia Capitaniense do *Correio da Victoria*, de Pedro Antonio de Azeredo³⁹. As edições eram publicadas aos domingos e comercializadas

³⁶ Tratamos dos outros espaços de sociabilidade política e cultural que compunham a esfera pública de opinião capixaba no capítulo VI da tese.

³⁷ A década de 1860 foi um marco para a definição partidária na Província do Espírito Santo onde até então “[...] não havia propriamente ditos partidos políticos. Havia nomes a prestigiar [...]”. DERENZI, Luiz Serafim, 1965. p. 144.

³⁸ Cotejadas as informações de Bazílio Carvalho Daemon, Affonso Cláudio e Heráclito Amâncio Pereira chegamos aos seguintes periódicos publicados em Vitória durante essa quadra: 1861 – *O Mercantil*, *A Liga*, *O Indagador*, *O Marimbondo*, *O Provinciano*, *O Picapau*, *União Capichaba*; 1861 – *O Clarim*, *O Desaprovador*, *O Tempo*; 1863 – *A Borboleta*, *O Amigo do Povo*, *O Liberal*, *O Monarchista*; 1864 – *Jornal da Victoria*; 1866 – *Diário Vitorense*, *O Escorpião*, *O Domingueiro*; 1867 – *O Filho do Escorpião*; 1868 – *O Cidadão*, *A Voz do Povo*; 1869 – *A Liga*. DAEMON, Bazílio Carvalho, 2010. CLÁUDIO, Affonso. 1981. PEREIRA, Heráclito Amâncio, 1922.

³⁹ A partir do nº 9 passou a ser impresso na tipografia do *Mercantil*, de propriedade de E. F. Guizã.

exclusivamente por meio de venda avulsa⁴⁰, ao preço de 100 réis. No frontispício de cada número vinha impresso um poema logo abaixo do nome do jornal:

Saio aos domingos
 Dou meu passeio
 A colher flores
 Dou meu recreio.
 Os namorados,
 Os impostores
 Ouçam da liga
 Canções de amores.
 Sou pequenina,
 Mas denodada:
 Não temo o ferro
 De mão armada⁴¹.

Com formato pequeno, 21 cm x 29,7 cm, as publicações eram dispostas em duas colunas. As seções dividiam-se em editorial, mofina, variedades, literatura e anúncios. Os artigos de fundo destacavam-se dos demais textos, pois ocupavam boa parte de suas quatro páginas. Ao que parece, os redatores não temiam represálias e perseguições decorrentes dos escritos publicados; aliás, o último trecho do poema sugere que esse tipo de reação já era esperado pelos colaboradores do jornal, que afirmavam não temer ferro de mão armada.

No editorial de apresentação da folha, os redatores dissertaram sobre o significado da palavra liga utilizando exemplos do cotidiano da época, como a relação entre os ministérios do Império brasileiro, os vínculos entre a música e a pintura e entre os diversos tipos de literatura. *A Liga* pretendia ser o elo entre os leitores e a sociedade capixaba e dar voz aos desabafos das paixões desgraçadas; uma leitura para o divertimento e passatempo das horas vagas.

Duas edições mais tarde, em 22 de abril de 1860, *A Liga* retificou seu programa adicionando um novo assunto a ser abordado em suas colunas, a política.

Empreendemos a publicação do nosso periódico com o fim exclusivo de recreio das horas vagas, como bem se deixou ver no nosso 1º número. Hoje, porém, não só julgamos dever empregar esse tempo em interesses mais sérios, como também estando comprometidos com nossos amigos a dar publicação a diversos artigos que pouca ou nenhuma relação havia com o nosso programa, assentamos que fosse este alterado, sem prejuízo dos artigos sob a epígrafe –

⁴⁰ A partir de 17 de junho de 1860, a redação de *A Liga* decidiu aceitar assinaturas para leitores residentes fora da capital da Província do Espírito Santo, pelo prazo máximo de seis meses.

⁴¹ A LIGA, n° 1, de 8 de abril de 1860. p. 1.

variedades – e outras quaisquer publicações para que destinaremos espaço especial; tornando-se desta forma o nosso periódico – *político, recreativo e noticioso*⁴².

A mudança no programa do jornal provocou alterações também no poema que era impresso na capa de cada número. Manteve-se apenas a última estrofe – não temo o ferro de mão armada – centralizada no alto da página e foram inseridas as palavras pátria, liberdade, mérito e gratidão, dispostas duas de cada lado da estrofe como seus pilares protetores. O uso desses termos em *A Liga* é emblemático na imprensa do período, pois denotou a inauguração de um novo vocabulário político, pautado, a partir daqueles anos, pelas identidades políticas liberal e conservadora que começavam a se formar na Província, além de lançar as bases para as discussões políticas nos jornais.

Os textos publicados a partir da terceira edição de *A Liga* indicam quais foram os possíveis significados atribuídos aos vocábulos pelos redatores. *Pátria* fazia referência ao Brasil independente, a uma nação em desenvolvimento da qual todos os brasileiros se sentiam fazer parte e precisavam zelar pelo seu futuro. Essa pátria dependia da *liberdade* para progredir na escala de civilização. A *liberdade* deveria ser o princípio orientador das relações sociais, a começar pela liberdade da imprensa, da escolha dos representantes nas urnas e das opiniões. *Mérito* e *gratidão* eram expressões que caminhavam juntas: a primeira era pertinente aos candidatos a cargos eletivos, que deveriam merecer o cargo a partir do julgamento de suas ações como agentes públicos; a gratidão, por sua vez, dizia respeito ao sentimento que votantes e eleitores deveriam ter pelos políticos que trabalhavam em prol da cidade de Vitória e da Província do Espírito Santo. *Mérito* e *gratidão* deveriam ser os critérios observados na escolha dos representantes políticos.

As publicações de *A Liga* tratavam do pleito para deputação geral a ser realizado no apagar das luzes de 1860 e da influência de Francisco de Andrade e Almeida Monjardim na política capixaba. O jornal pertencia ao grupo político liderado por Dionyzio Álvaro Rezendo e se posicionava a favor da reeleição de Antônio Pereira Pinto para representação da Província na Câmara dos Deputados⁴³. Dedicava-se a

⁴² A LIGA, n. 3, de 22 de abril de 1860. p. 1.

⁴³ A LIGA, n. 19, de 5 de agosto de 1860. p. 1. O grupo de Dionyzio Rezendo, anos mais tarde, comporia o Partido Conservador da Província.

guerrear a candidatura de Monjardim e a denunciar a ingerência de sua família nos negócios públicos provinciais⁴⁴.

Na nossa província [...] há de quatro em quatro anos uma [aparição] menos *pitoresca*, porém, não menos *engenhosa*: mas que *infelizmente* dá o seu autor outro fruto que a vergonhosa apupada!... Em 1856 quando se aproximava a época eleitoral e que se tratava da candidatura do Sr. Leal eis que aparece não um *macaco de chifres* nem uma *caipora*, mas sim um *lobisomem* que assolava a “Capixaba” o qual roncava funebremente: “agora que se trata na câmara dos representantes da criação de uma nova província a que deve pertencer o importante município de Itapemirim, alerta com a candidatura do Sr. Leal! Ele é fluminense e *por força* há de votar a favor do projeto!...” Pouco durou esse embuste e nada valeu. Agora que se trata da reeleição do nosso atual representante, eis que um novo *lobisomem* aparece se *dirigindo à província* e pregando a mesma doutrina!... “A ser verdade o que se diz que o Sr. Dr. Pereira Pinto promettesse aos Itapemirinos a divisão desta província pelo rio de Piúma, ficando o sul para a nova província de Campos”. A fraqueza manifesta-se às vezes por sintomas tão extravagantes que move a comiseração e ao mesmo tempo o riso... Pobre gente! Meu Deus!... *quanta força moral...quanto prestígio!...quanta influência eleitoral!...É prudente não aplicar tudo de uma vez...pode matar!...* Loureno⁴⁵.

A publicação narrava a aparição de algumas figuras não humanas que assombravam os capixabas a cada quatro anos, isto é, em épocas de eleições. Nesse período, macacos com chifres, caiporas e lobisomens rondavam as vizinhanças capixabas a espalhar rumores a fim de minar a candidatura de determinado indivíduo à Câmara de Deputados⁴⁶.

O lobisomem que atacava em 1860 era Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, aspirante à deputação geral. Ele era acusado de desqualificar a candidatura de Antônio Pereira Pinto com a acusação de que esse possuía planos para separar a Província do Espírito Santo, ficando o sul espírito-santense ligado a Campos. A insinuação era considerada de baixo nível, um recurso de candidato sem legitimidade para ocupar o cargo. O uso das expressões *força moral*, *prestígio* e *influência eleitoral* em itálico, seguidas de pontos de exclamação, marcava a ironia

⁴⁴ Antônio Pereira Pinto foi presidente da Província do Espírito Santo de 3 de agosto de 1848 a 31 de outubro do mesmo ano.

⁴⁵ A LIGA, n. 3, de 22 de abril de 1860. p. 3-4.

⁴⁶ A partir da leitura do jornal entendemos que por macaco de chifres o autor entendia o indivíduo que muda de opinião conforme a conveniência; caipora designava indivíduo que prejudicava os negócios de outrem; e lobisomem referia-se a indivíduo ardiloso e perigoso que atacava a todos em prol de seus objetivos.

do editorial que, pretensamente, exaltava os predicativos de Monjardim, quando, na verdade, expunha suas fraquezas.

Além de espalhar boatos contra o candidato à reeleição, Antônio Pereira Pinto, Monjardim era acusado de se apossar da presidência da Província para bem dispor do campo eleitoral.

[...] É sabido por todos que S. Ex. apresenta-se candidato a deputação geral e que para esse fim está *dando as cartas*. S. Ex. deve lembrar-se, primeiro que tudo, que hoje os assentos da câmara dos deputados só são ocupados por homens de reconhecida *intelligencia*, que apenas lá se encontra um ou outro, por exceção de regra, sem esta qualidade tão essencial, e isto eleito por província que dá muitos representantes; que se tem estas vistas não devia por maneira alguma tomar conta da presidência, atendendo a incompatibilidade da lei eleitoral e até porque o chamado do Sr. João Gomes para esse fim deu a entender que não era do agrado do governo geral que S. Ex. praticasse esse ato reprovado pela honestidade, que deve contentar-se com o assento que já tem na *salinha dos vinte* e que os nossos patrícios não lh'o negaram, onde S. Ex. não se anima a formular um projeto, quanto mais na câmara geral, que deve recolher-se da cena política e deixar o campo aos homens de ilustração e *intelligencia* e ir descansar dos *serviços* que tem *prestado* a nossa terra [...].⁴⁷

A remoção do então presidente, Pedro Leão Velloso, para a província de Alagoas deixou vaga a presidência do Espírito Santo, que não poderia ser interinamente ocupada por Monjardim por estar ele candidato à Câmara de Deputados. A ordem do governo geral era que fosse empossado, então, João Gomes enquanto não fosse designado novo presidente. No entanto, Monjardim desconsiderou a determinação vinda da Corte e assumiu a presidência da Província. A ação foi interpretada com indignação por seus opositores capixabas, que o denunciavam de querer dispor da máquina pública para forçar um resultado favorável nas urnas.

Francisco Monjardim tinha sob seu controle a administração pública e, por conseguinte, a força policial. Com promessas e ameaças, cabalava em prol de sua vitória. A *Liga* recomendava que o candidato se contentasse com sua cadeira na Assembleia Legislativa Provincial em vez de meter-se em assuntos que não dominava. Ao afirmar que a Câmara Geral era ocupada majoritariamente por homens inteligentes e virtuosos, o jornal enunciava nas entrelinhas que Monjardim não preenchia esses pré-requisitos.

⁴⁷ A LIGA, n. 4, de 29 de abril de 1860. p. 2-3.

Além de não apresentar as qualidades esperadas para o cargo, ele também era acusado de nada fazer pela Província como deputado provincial. Mais uma vez, o editorial utilizou a escrita em itálico para destacar os *serviços prestados* pelo capixaba. Em tom sarcástico, *A Liga* sugeria que o comendador Monjardim se afastasse da cena política local, para gozar descanso por nada ter feito. As denúncias foram recebidas com desagrado pelo candidato, que respondeu à altura: demitiu um subdelegado de polícia e suspendeu um funcionário da Tesouraria Provincial por acreditar serem eles os autores das publicações; além disso, formalizou uma queixa contra o jornal alegando constituir crime as afirmações publicadas.

[...] Ora Sr. Monjardim onde já foi crime dizer-se por uma folha pública que este ou aquele candidato não tem as qualidades necessárias para representar a sua província porque já se conhece a sua insignificância, a sua nulidade, que este ou aquele [...] é petalógico [...] bem longe de pugnar pela prosperidade de sua província ao contrário será capaz de levá-la ao abismo, arrastada pela sua ignorância craça? Será crime refletir o brado geral dos habitantes desta província de seus entusiásticos vivas à acertada reeleição do ilustre parlamentar o Exm. Sr. Dr. Pereira Pinto!⁴⁸

Os redatores de *A Liga* defenderam-se por meio da imprensa justificando não ser crime discriminar qual candidato possuía as qualidades necessárias para o cargo de deputado geral e qual não as tinha. Isso não passava de mera constatação. Para o jornal, faltava a Monjardim inteligência e ilustração, contudo, sobravam insignificância, nulidade e mentira.

Durante a campanha em prol da eleição de Antônio Pereira Pinto, as publicações de *A Liga* extrapolaram a análise polarizada dos candidatos, o dualismo entre o bom e o ruim, o virtuoso e o petalógico. Diversos editoriais discutiram o papel da imprensa nos negócios públicos, o dos eleitores na escolha dos representantes, o dos candidatos e o do próprio governo como regulador máximo das relações políticas no país.

Ideias emergiram dos debates impressos entre *A Liga* e o *Correio da Victoria* e uma espécie de dicionário do vocabulário político da época era forjado⁴⁹. A imprensa era

⁴⁸ A LIGA, n. 5, de 6 de maio de 1860. p. 3.

⁴⁹ Não foram localizados exemplares do *Correio da Victoria* dos primeiros anos de 1860. Há apenas uma edição de 1863 e doze de 1864.

considerada um agente público, porque era sua responsabilidade levar as luzes das ideias às mentes obscurecidas e instigar a crítica.

[...] A imprensa tem uma missão regeneradora no nosso século; ela há de reformar os abusos, há de levar o facho da civilização aos mais longínquos países, há de, enfim, mostrar aos povos que as ideias novas, as ideias de progresso, sem serem antípodas da estabilidade das nações, tenderão antes [para] o seu engrandecimento, uma vez plantadas com prudência e critério [...]. Qual é o trato que tem merecido o amor de pátria ligado por natureza aos desejos de prosperidade e engrandecimento de seu país?! Onde está a liberdade da imprensa e de expressão de ideias? [...] Nação – povo – e Governo – são coisas menos dissimilares do que se tem pensado. Não negamos a verdade ao princípio da UNIDADE – tão subajamente demonstrada em DIREITO POLÍTICO –, mas não queremos que caia no desprezo a SOBERANIA DO POVO⁵⁰.

Os jornais tinham a missão de levar a civilização aos povos e divulgar ideias para fomentar o progresso material, intelectual e moral da sociedade. Era preciso moderação da imprensa na discussão dessas ideias de modo que não conduzissem à desordem e à revolta. E os publicistas, quem eram? Eram indivíduos tomados por um amor à pátria que os impelia a trabalhar em prol da causa pública. Por *amor de pátria* A Liga entendia “[...] os desejos de prosperidade e engrandecimento de seu país [...]”⁵¹.

O editorial ponderava que o cumprimento dos desígnios da missão jornalística dependia da garantia à liberdade da imprensa e da expressão de ideias. O cerceamento das opiniões e do exercício da crítica nos periódicos criava obstáculo à formação de redes de discussão capazes de se tornar interlocutoras legítimas dos negócios públicos.

A Liga ensaiou também a definição de outros termos, como nação, povo e governo. Para esse jornal, tratava-se de palavras interligadas e até mesmo semelhantes, mas o povo era soberano. Para existir uma nação, era necessário haver um povo que se reconhecesse pertencente àquele território, que comungasse uma cultura comum e desejasse o desenvolvimento do país⁵². O governo, por sua vez, também vinha do

⁵⁰ A LIGA, n. 6, de 13 de maio de 1860. p. 1-4.

⁵¹ A LIGA, n. 6, de 13 de maio de 1860. p. 1-4.

⁵² Para Marco A. Pamplona, foi durante os anos de 1840 a 1852, período de consolidação da direção Saquarema no Império, que a nação tornou-se sinônimo de uma efetiva comunidade de cidadãos. PAMPLONA, Marco A. Nação. In: JÚNIOR, João Féres (Org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 174.

povo, porque para ele deveria governar e dele emanaria sua autoridade. O povo era o responsável pela escolha dos homens políticos em nível local e, para alguns cargos, em nível nacional. Esse povo, contudo, não abrangia o conjunto da sociedade. O povo a que se referia o editorial era composto apenas por indivíduos cidadãos, aqueles que gozavam de direitos políticos no período imperial⁵³. Critérios de renda, de gênero, de *status* social (se livre, liberto ou escravo) e de letramento (a partir da lei Saraiva, de 1881) restringiam o sentido atribuído ao vocábulo povo⁵⁴.

Os redatores de *A Liga* ressentiam-se da *morte* do patriotismo como princípio regulador da vida pública, pois “Hoje aspira-se [a] qualquer posição somente para desfrutar os cômodos que ela dá e as vantagens que oferece. Os homens são todos positivos. Acabou-se o tempo das idealidades [...]”⁵⁵. O patriotismo constituiria um conjunto de ideias que deveria orientar as ações dos indivíduos para que seu único desejo fosse o desenvolvimento do torrão natal e, conseqüentemente, o progresso do país. Mas a realidade, todavia, revelava indivíduos ansiosos por um cargo público para satisfazer necessidades pessoais e engordar fortunas de família. A quem recaía a responsabilidade de impedir que esses políticos de horas vagas alcançassem funções públicas? Ao povo.

[...] Tanto é triste e miserável o papel que representa no *parlamento* um homem somente *in forma*, quanto é digno do desprezo público o povo que o elegeu! [...] Se o homem que assim procede merece o desprezo de si próprio, o que se dirá do povo que se faz por ele representar!?... O *povo* não quer dizer *canalha*; *povo* é *nação*, *nação* é *poder*!... Não creia aquele que por ser camponês, simples guarda nacional, ou simples mercador que por não ter um assento de nobreza, umas dragonas douradas, um diploma de fazenda, que seja por isso humilde autômato à mercê da direção dos grandes! É ao

⁵³ De acordo com Luisa Rauter Pereira, a noção de povo construída ao longo do Dezenove no Brasil foi progressivamente associada à ideia de cidadão; distinguia-se o *povo* (participante do sistema político) da *plebe*, forjando-se o conceito de povo-cidadão, como o lugar da soberania política PEREIRA, Luisa Rauter. Povo/Povos. In: JÚNIOR, João Féres (Org.). 2009. p. 215 e p. 219.

⁵⁴ De acordo com José Murilo de Carvalho, “podiam votar todos os homens de 25 anos ou mais que tivessem renda mínima de 100 mil réis. Todos os cidadãos qualificados eram obrigados a votar. As mulheres não votavam e os escravos, naturalmente, não eram considerados cidadãos. Os libertos podiam votar na eleição primária. A limitação de idade comportava exceções. O limite caía para 21 anos no caso dos chefes de família, dos oficiais militares, bacharéis, clérigos, empregados públicos, em geral de todos os que tivessem independência econômica. A limitação de renda era de pouca importância. A maioria da população trabalhadora ganhava mais de 100 mil réis por ano. O critério de renda não excluía a população pobre do direito do voto. [...] Em 1881, a Câmara dos deputados aprovou lei que introduzia o voto direto, eliminando o primeiro turno das eleições. A lei passava para 200 mil réis a exigência de renda, proibia o voto dos analfabetos e tornava o voto facultativo [...]”. CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 29-30 e p. 38.

⁵⁵ A LIGA, n. 15, de 8 de julho de 1860. p. 1.

povo a quem nossa constituição política confiou a augusta missão de eleger a representação nacional! Que mais?!...Se o povo não saboreia o doce de tantas garantias, tem em si próprio o culpado⁵⁶.

Se era desprezível o papel que representava um deputado geral que não possuía intelecto para a função, o mesmo poderia ser dito do povo que o elegeu. *Povo* voltava a ser associado à *nação*, que, por sua vez, era vinculada ao poder. O poder decisório, portanto, advinha do povo, que era a voz da nação. Escolher candidatos para representação nacional era um exercício de poder conferido ao povo pela Constituição Política do Brasil.

Não obstante o artigo da redação de *A Liga* se dirigisse textualmente a camponeses, mercadores e oficiais da Guarda Nacional – que mesmo sem títulos de nobreza e fortuna cumpriam a exigência mínima de renda (100 mil réis) para o exercício do voto em primeiro turno –, o auditório realmente almejado pelo discurso parece ter sido o dos eleitores, indivíduos com renda a partir de 200 mil réis responsáveis pela eleição de deputados e senadores⁵⁷. A estes últimos destinava-se verdadeiramente a culpa pela eleição de candidatos inaptos à representação nacional.

O ato de votar também foi discutido por *A Liga*. Para o jornal, o voto era o exercício do direito de participar da vida política do país, uma prática de autogoverno. Entretanto, a corrupção transformava a escolha dos representantes em objeto de barganha pelos candidatos.

[...] Coisa singular! Para os serviços mais insignificantes da vida o homem procura de preferência o mais hábil, pondo de parte considerações estranhas; entretanto, quando se trata da causa pública, quando tem-se de conferir um mandato tão importante como o de legislar, quando tem-se de eleger aquele a quem se vai investir do poder de dispor da vida e da liberdade, a quem vai confiar-se uma missão difícilíssima, descuidado e sem compreender o alcance de seu voto, o eleitor escolhe o amigo, o parente, o protegido, embora verdadeiro beócio concorra ele com Montesquieu ou com Platão! O voto é um direito preciosíssimo, cujo exercício está ligado aos severos ditames da consciência do cidadão que antes de tudo deve querer o bem do país. O depósito sagrado que o eleitor confia à urna,

⁵⁶ A LIGA, n. 7, de 20 de maio de 1860, p. 1-2.

⁵⁷ Conhecer o auditório para o qual se escrevia era tarefa bastante importante para os publicistas do Oitocentos. CARVALHO, José Murilo de. 2000. p. 138; e PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação*. A nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

não é um presente de que ele possa dispor soberanamente ouvindo os caprichos de sua vontade e o seu coração [...]”⁵⁸.

Intrigava os redatores a maneira temerária pela qual os candidatos à Câmara Geral eram escolhidos pelos eleitores. Em vez de preferirem o candidato mais qualificado, muitos optavam pelo amigo, parente ou patrão. Qual a relação existente entre o fato de um candidato ser “[...] bom pai de família ou mesmo ser pai, a não ser da pátria, com a perícia, saber, coragem, ilustração, dom de eloquência e, sobretudo, política?!”⁵⁹. O voto era um direito político concedido aos cidadãos; a escolha da representação nacional deveria zelar sempre e primeiramente pela causa pública.

Nas entrelinhas, o editorial dissertava sobre o pleito de 1860 e sobre a influência de Monjardim nos negócios públicos da Província. Sua rede de sociabilidades e de influência e sua posição (contestada) à frente da presidência forneciam-lhe munição para prometer benesses, cabalar votos e ameaçar adversários. O voto se transformava num ato de obediência, ou mesmo de gratidão e lealdade.

A patrulha Pissoca vendo o que pouco vale o *prestígio de casa*, recorre ao nome do Sr. cap. de fragata Gama Rosa que há muito se acha na Corte e por esse meio infame procura iludir o povo! Teve o *Fefeu* a pouca fidalguia de dizer a um nosso amigo da Capixaba que o Sr. Gama Rosa havia escrito a seu *papá* que esse nosso amigo concorresse não só com seu voto, como com sua influência para que a candidatura do Exm. Sr. Dr. Pereira Pinto fosse perdida! É muita infâmia! [...] Mas o que nos deve admirar de gente que faz ou manda fazer pasquins contra a honra de sua família só para por esse meio revoltante conseguir o desdouro de seus adversários, o que felizmente tem falhado, pois são bem conhecidos esses *heróis?*...⁶⁰.

A patrulha Pissoca era composta por apoiadores da candidatura de Monjardim e era liderada por seu filho Fefeu, Alpheu Adelpho Monjardim de Andrade e Almeida. Os cabalistas perambulavam pelas ruas da capital e das vilas vizinhas em busca de votos. Numa dessas caminhadas, Alpheu de Andrade e Almeida decidiu utilizar o prestígio do capitão Gama Rosa junto aos capixabas, informando que esse estava a favor de seu *papá*. A estratégia não logrou sucesso, pois os clubistas de Antônio Pereira Pinto escreveram a Gama Rosa, que respondeu não apoiar o candidato capixaba.

⁵⁸ A LIGA, n. 16, de 15 de julho de 1860. p. 2.

⁵⁹ A LIGA, n. 9, de 27 de maio de 1860. p. 2.

⁶⁰ A LIGA, n. 19, de 5 de agosto de 1860. p. 3.

De acordo com *A Liga*, a cabala de Monjardim chegava ao extremo de forjar pasquins injuriosos contra sua própria família para imputar autoria aos partidários adversários. Atuava na cabala até a esposa do coronel Monjardim: “Que um candidato peça, rogue, inste e cabale; porém, que mande sua virtuosa Senhora expor-se a má resposta [...] de um votante é o suprassumo da imbecilidade”⁶¹.

A liberdade de voto era uma quimera, pois as ingerências cometidas pelos apoiadores dos candidatos durante a cabala, e também no dia do pleito, comprovavam os abusos. Era o que temia a redação de *A Liga*.

Ninguém hoje pode negar que a liberdade do voto no nosso país é ainda problemática e que a influência do governo tem sido de muita eficácia a tantas e tantas *enfermidades* do nosso torrão. Mas a gente quase que já está acostumada com essas anomalias de certos presidentes que protegem ou mesmo impõem um afillhado pretensioso... porém, que esse presidente imponha a si próprio é *chaga sobre ferida*, é injúria sobre afronta – é anticonstitucional – é criminoso!... Não dizemos *liberalmente* que o Sr. Monjardim se imponha e proteja a si próprio, mas que S. Ex. é candidato e ao mesmo tempo presidente da província!... o que tem feito S. Ex. não é lá dessas equações de 3º grau⁶².

Era prática comum os presidentes da Província utilizarem sua posição política para proteger ou indicar um candidato. Mas o que se presenciava no escrutínio de 1860 era totalmente novo: Monjardim estava presidente de Província e era também candidato à Câmara de Deputados. A fórmula retórica *chaga sobre ferida, injúria sobre afronta* indicava o absurdo da situação: era um erro cometido sobre outro erro. Se não era para proteger a si próprio e utilizar a máquina do governo provincial a seu favor, por que Monjardim se apossou da cadeira presidencial contra ordem do governo-geral? Para *A Liga*, era fácil deduzir os intentos do candidato. O jornal reiterava sua opinião a respeito da inconstitucionalidade do comportamento de Francisco Monjardim e pedia providências da Corte.

Quando o governo fecha os olhos aos interesses do país, serra os ouvidos ao brado de sua consciência e ao reclamo da imprensa por onde se fazem ouvir o fraco oprimido e o advogado da causa do povo e do progresso da nação, e só estendendo a mão favorita e não justiceira àqueles donde lhe pode vir algum *alívio* ao ardor de suas criminosas ambições, com que vai acumulando sua *material* e vergonhosa riqueza; - o governo não é então mais do que uma *ironia*; tem perdido sua acepção; e garantias, amparo, beneficência – justiça

⁶¹ A LIGA, n. 19, de 5 de agosto de 1860. p. 2.

⁶² A LIGA, n. 8, de 24 de maio de 1860. p. 1.

numa só palavra, torna-se *prejuízos, perseguição, maleficência – injustiça* num só termo que tudo abrange de mau e odioso... quantos desses flagelos não tem grassado entre nós; e como tem havido entre outros povos! Quando, porém, o governo fecha os olhos e ensurdece aos reclamos de sua própria fraqueza, a interesses individuais e marcha austero e firma na senda da – verdade –, quando realmente – governa –, o povo dorme tranquilo na confiança, ânimo e esperança de seu futuro ligado ao de seu país [...]⁶³.

A diferença entre um bom e um mau governo estava, para *A Liga*, na opção feita pelos homens políticos à frente do país: governar em causa própria e com parcialidade ou governar pelo bem do povo e pelo progresso da nação. O governo-geral dava sinais de ser do segundo tipo, pois, após apelos recorrentes do jornal e de publicações de capixabas em impressos da Corte, deliberou pela destituição do candidato Monjardim da presidência da Província do Espírito Santo. O comendador capixaba teria de levar sua candidatura até o final do escrutínio sem a proteção do palácio São Tiago⁶⁴.

Em resposta às investidas de *A Liga*, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim confeccionou um panfleto que foi distribuído nas vizinhanças de Vitória e em outras freguesias. Intitulado *Aos meus patrícios*, uma referência irônica à forma pela qual o jornal se dirigia aos capixabas, o impresso expressava a réplica do coronel que dizia estar com a consciência tranquila em relação às injúrias perpetradas via imprensa.

O coronel Monjardim poderia ter optado por se defender exclusivamente pela via tradicional, isto é, oralmente, em conversas com a população e cabalando aos eleitores da Província para sua candidatura. No entanto, preferiu dispor também de um impresso, cuja distribuição e circulação pareciam ser mais amplas e rápidas do que o conhecido *boca a boca*.

Monjardim discordava da opção por Antônio Pereira Pinto para a representação nacional pelo Espírito Santo. Em primeiro lugar, porque entre os capixabas havia “[...] brasileiros naturais desta província mais aptos que o Sr. Pereira Pinto”⁶⁵. Em

⁶³ A LIGA, n. 13, de 24 de junho de 1860. p. 1.

⁶⁴ Instalações da presidência da Província do Espírito Santo. Atualmente o Palácio Anchieta, localizado no bairro Centro da cidade de Vitória.

⁶⁵ AOS MEUS PATRÍCIOS, 1860. p. 1. Seção de manuscritos raros da Biblioteca Nacional.

segundo, porque a população sabia que a vitória de Pinto nas eleições de 1857 não foi “[...] a expressão da vontade do povo”⁶⁶.

Narrava o panfleto que, no pleito de 1857, o grupo político denominado *Capichaba* apresentou o nome de Ignácio Rodrigues Bermude, seu chefe, para candidato à vaga da Câmara. O outro grupo, liderado por Dionyzio Álvaro Rezendo, indicou Monjardim para a disputa e por suplente o capitão-tenente Soido. As cabalas indicavam que Bermude ganharia a eleição, mas isso não se concretizou.

Dias antes da votação, Dionyzio retirou a candidatura de Soido e revelou que Antônio Pereira Pinto seria o novo suplente da chapa composta com Monjardim. O presidente da Província, Sr. Barros, interferiu para garantir a vitória do grupo *dionyziano*:

[...] o presidente, chamando muitos eleitos ao palácio, intimidando com a guarda nacional e prometendo hábitos, comendas etc. Pôde, de acordo com Dionyzio, diminuir os votos do Sr. Monjardim e empatar os do Sr. Pereira Pinto com o falecido Dr. Bermude⁶⁷.

Na opinião de Monjardim, estava-se diante de uma dupla traição por parte de Dionyzio e de Barros: uma feita ao coronel e outra a Soido. O panfleto contava, ainda, que os eleitores parentes e afilhados de Monjardim foram à sua residência para comunicar a respeito da imposição que lhe fizeram para votar em Antônio Pereira Pinto e que ele, resignado, aceitara o desfecho⁶⁸. Contudo, revoltavam-no os “[...] artigos enigmáticos que apresentam esse distinto e honrado capichaba como ladrão de um boi no periódico *Liga* [...]”⁶⁹. A eleição de um homem feito Pereira Pinto era danosa para o futuro do Brasil, pois sacrificava o país e o governo em prol de benefícios pessoais: “[...] ora quer ser juiz de Direito, ora oficial de Secretaria; ora quer um emprego rendoso na Corte [...]”⁷⁰.

A disputa travada entre *A Liga* e a família Monjardim terminou favorável ao jornal, que conseguiu ver reeleito Antônio Pereira Pinto à Câmara de Deputados. Era a primeira vez que a imprensa capixaba inseria-se no jogo da política.

⁶⁶ AOS MEUS PATRÍCIOS, 1860. p. 1. Seção de manuscritos raros da Biblioteca Nacional.

⁶⁷ AOS MEUS PATRÍCIOS, 1860. p. 1. Seção de manuscritos raros da Biblioteca Nacional.

⁶⁸ AOS MEUS PATRÍCIOS, 1860. p. 2. Seção de manuscritos raros da Biblioteca Nacional.

⁶⁹ AOS MEUS PATRÍCIOS, 1860. p. 2. Seção de manuscritos raros da Biblioteca Nacional.

⁷⁰ AOS MEUS PATRÍCIOS, 1860. p. 2. Seção de manuscritos raros da Biblioteca Nacional.

4.3 Os tempistas

Em 1861, foi a vez de *O Tempo*, de José Marcelino Pereira de Vasconcellos, ser publicado em Vitória. Esperava Vasconcellos que seu periódico “[...] servisse de tribuna, donde ele pudesse externar suas ideias políticas e conquistar prosélitos para o seu partido”⁷¹. Zeferino Rangel assim descreveu *O Tempo* no *Brazil Illustrado*:

O Tempo – Jornal de combate defendia as ideias liberais, tendo feito vigorosa oposição ao presidente de então; [...]. Coube a este jornal a tarefa de bem discriminar as ideias políticas na província, deixando, só depois dele, de existir agrupamentos de homens acompanhadores de mandões, muitos dos quais não sabiam também a que ideia estavam filiados, tendo-se dado a anomalia, *máxime*, depois do falecimento do padre Bermude, de ambos os chefes dos dois grupos adversários só terem um objetivo: agradar ao governo geral qualquer que fosse a política seguida⁷².

Na esteira de *A Liga*, o jornal de José Marcelino configurou-se espaço de sociabilidade política e participou ativamente do processo de formação dos partidos políticos na Província. A discussão de ideias e os editoriais sobre a vida pública capixaba tornaram esse jornal conhecido por suas vestes de combate. Karulliny Silverol Siqueira destaca a atuação de *O Tempo* para a nova configuração política em curso nos primeiros anos de 1860:

[...] É por meio deste jornal e dos escritos de José Marcelino Vasconcellos que se torna possível vislumbrar o nascimento do Partido Liberal no Espírito Santo, emergindo um novo conjunto de questões a serem discutidas, bem como a verificação da cisão ocorrida em meio ao grupo político que dominava a província até aquele momento. [...] o grupo que se formava almejava, acima de tudo, ser a grande oposição política no Espírito Santo⁷³.

A importância de *O Tempo* para a afirmação das novas identidades partidárias na Província foi notada, inclusive, por contemporâneos de Vasconcellos: “A discriminação completa dos políticos desta província em liberais e conservadores: eis o grande resultado produzido com a publicação do Tempo”⁷⁴.

⁷¹ BIOGRAPHIA, 1875. p. 23.

⁷² S. PAIO, José Zeferino Rangel, 1887. p. 117.

⁷³ SIQUEIRA, Karulliny Silverol, 2011. p. 116.

⁷⁴ BIOGRAPHIA, 1875. p. 25.

Para a epígrafe do jornal, José Marcelino Pereira de Vasconcellos escolheu um trecho da obra *Stances*, de François Malherbe⁷⁵: “le temps est médecin d’heureuse expérience. Son remède est tardif, mais il est bien certain”⁷⁶. Era chegado o tempo de mudar a *ordem* vivida em Vitória. No primeiro número, Pereira de Vasconcellos e Estanisláo Wanderley, redatores da folha⁷⁷, publicaram o prospecto da nova empreitada tipográfica:

Ímproba e fadigosa vida é a do jornalista! Umas vezes seguido de bênçãos, outras vezes de fria indiferença, e muitas outras de imprecações, tarde chega a pronunciar-se juízo sobre seus laboriosos trabalhos em bem do país e da humanidade – é preciso que as paixões tenham arrefecido, que a calma e a reflexão se restabeleçam, que o tempo, enfim, haja feito algum curso, para que seja considerada conscienciosamente a grandiosa missão que desempenhou o jornalista na arena que lhe compete. A imprensa, irmã querida da inteligência, a que anda ligada à liberdade, desempenha na sociedade um mandato todo sagrado e civilizador, de imensa proficuidade ao país, sempre que a consciência do escritor marcha ao termo de sua viagem, sem temor das tempestades e das oscilações. [...] Temos compaixão da sorte de nossos irmãos que gemem; almejamos o progresso da terra em que vimos a luz; amamos a liberdade sem prejuízo do respeito à autoridade e à ordem, bases de nossas instituições; e, pois o *Tempo* é o órgão de princípios civilizadores que desejamos ver florescer em nosso país; e nesse empenho aceitamos a luta e suas consequências, em que esperamos a coadjuvação de nossos irmãos em ideias. Impávidos e corajosos para combater os desmandos e os abusos queremos justiça, mas justiça na prática, justiça fundada na lei; porque da censura decente resulta a ordem e a civilização, condições sem que as quais não pode existir sociedade bem organizada, nem felicidade do povo⁷⁸.

A imprensa precisava tomar a direção do leme da sociedade, marchando conforme o tempo e sem temer tempestades e oscilações. Era preciso denunciar os abusos e lutar por justiça, mas o combate seria de outro nível, no plano das ideias e opiniões. Pela primeira vez utilizou-se a palavra *arena* para fazer referência às páginas impressas como um espaço de opiniões em disputa. Era necessário que redatores e editores assumissem seus lugares na arena política.

⁷⁵ François de Malherbe foi um poeta que viveu na França durante o século XVI.

⁷⁶ Poema original: “Si des maux renaissants avec ma patience n’ont pouvoir d’arrêter un esprit si hautain, le temps est médecin d’heureuse expérience; Son remede est tardif mais il est bien certain. Le temps à mes doulerus promet une allégeance, et de voir vos beautés se passer quelque jour; Lors je serai vengé si j’ai de la vengeance pour un si beau sujet pour qui j’ai tant d’amour”. Disponível em: <<http://www.chuchotements.org/citations/citmot/herbe/50>>. Acesso em: 10 de outubro de 2013.

⁷⁷ Outros colaboradores da redação de *O Tempo*: Desembargador José Ferreira Souto, Manoel Feliciano Moniz Freire e Dr. Horta de Araujo.

⁷⁸ BIOGRAPHIA, 1875. p. 24-25.

O prospecto de *O Tempo* afirmava que os jornais cumpriam uma função pública, pois trabalhavam para o bem do país e da humanidade. Essa missão civilizadora da imprensa derivava de seus parentescos com a inteligência e com a liberdade, mas só era possível desempenhá-la se os jornalistas não temessem represálias e perseguições.

O jornal de opinião e oposição de José Marcelino Pereira de Vasconcellos defendia a utilização das páginas impressas para o exercício da crítica decente. O tom moderado do prospecto afastava *O Tempo* das ideias radicais. Os embates discursivos encabeçados pela imprensa deveriam zelar pela ordem e pelo respeito à autoridade. Aqui vemos muito de Pereira de Vasconcellos no texto, porque sua formação autodidata em Direito o fazia crer que só havia justiça se essa fosse fundada em lei, na legalidade.

A publicação de um jornal comprometido com a causa política não foi recebida sem reservas pelos *condutores da ordem*. Houve rechaço e censura à iniciativa de Vasconcellos, inclusive com a proibição da leitura de *O Tempo* nas repartições públicas capixabas: a “[...] leitura foi proibida em algumas repartições; [...] Na cadeia desta cidade [...] foi um dia proibida a entrada do *Tempo* pelo comandante da guarda!”⁷⁹

A impressão parecia seguir o calor das disputas políticas locais, pois se constatou alguns intervalos entre as edições. *O Tempo* ausentou-se da cena pública capixaba durante quase todo o ano de 1862, retornando as publicações em novembro desse ano.

[...] Anunciam o reaparecimento do *Tempo* para o dia 11 do corrente! Dizem que este *pasquim* ainda vem mais insolente e asqueroso do que d’antes! Faço ideia o que não dirá o inculcado propagador das *ideias democráticas*, tendo por principais redatores os Srs. Marcelino e Moniz Freire! Não deve ficar pedra sobre pedra!⁸⁰

Os boatos espalhados em Vitória nos meses finais de 1862 davam conta de que *O Tempo* retornaria ainda mais virulento. A denominação *propagador das ideias democráticas* relacionava-se à filiação partidária do jornal. Liberal, a folha discutia a liberdade política, o papel da imprensa na vida pública, a Constituição, entre outros

⁷⁹ O TEMPO, n. 42, de 10 de dezembro de 1861. p. 1.

⁸⁰ CONSTITUCIONAL, ano I, n. 114, de 14 de novembro de 1862. p. 2.

assuntos. A redação era indigitada a José Marcelino Pereira de Vasconcellos e a Manoel Feliciano Moniz Freire, liberais, cujo grupo político era chamado pela oposição de *Tempista* ou *Judeu*⁸¹.

Espírito Santo. Vitória, 8 de novembro de 1862. [...] Pelo *Juparanã* chegaram algumas correspondências publicadas no *Correio Mercantil* e na *Actualidade* e escritos, *si vera est fama*, pelos Srs. Marcelino, Fernandes Moniz Freire, os dois *luzeiros* do grupo aqui conhecido por *Tempista* ou *Judeu*. Causou asco a leitura de tais escritos e admira que os ilustrados redatores d'aqueles jornais vão caindo na cilada armada pelos dois futuros representantes do meu pobre Espírito Santo! Despeitados, rancorosos e espumando de raiva, porque julgam-se mal amparados em suas loucas pretensões, aqueles senhores atiram-se como uns possessos contra todos e contra tudo; e como não querem gastar dinheiro, assomam-se em correspondentes e de *meia cara* tem dois importantes jornais, onde podem injuriar os seus desafetos!⁸²

Além de escreverem para *O Tempo*, Pereira de Vasconcellos e Moniz Freire eram correspondentes em dois jornais liberais da Corte em 1862: *Correio Mercantil* e *Actualidade*. Seus adversários políticos capixabas imputavam-lhes os piores adjetivos (despeitados, rancorosos e espumados de raiva) e afirmavam que Pereira de Vasconcellos e Moniz Freire não possuíam limites para atingir os objetivos almejados. A oposição não os reconhecia liberais, mas antes acreditava que estavam *atrás de uma candidatura*, isto é, queriam mesmo era tornarem-se os *futuros representantes* do Espírito Santo.

[...] Aqui não há liberais. Há meia dúzia de especuladores que hoje se querem assim inculcar; porém, como prova em contrário basta dizer-se que na última eleição votaram no honrado Sr. Silva Nunes, candidato recomendado pelos mais genuínos conservadores. Eis os liberais desta boa terra! O capataz destes senhores é vivório e como não escolhe meios para chegar a seus fins tem subido muito, pois ainda ontem era *mestre-escola* de uma pequena vila da província e hoje intitula-se de chefe de partido e tem a ousadia de oferecer candidaturas, como quem oferece pitada de tabaco! É verdade que ainda *figura* de chefe o comendador Monjardim, mas, coitado do pobre homem! Sua *chefança* é nominal e somente para iludir alguns parentes e amigos do respeitável ancião! É mais uma esperteza do mestre-escola, que nem ao menos respeita a boa fé e simplicidade do seu amigo e protetor! [...] ⁸³.

⁸¹ A denominação *Tempista* fazia referência ao jornal *O Tempo* e *Judeu* relacionava-se aos anos em que José Marcelino Pereira de Vasconcellos trabalhou numa casa comercial de um judeu residente em Vitória. S. PAIO, José Zeferino Rangel, 1887. p. 115.

⁸² CONSTITUCIONAL, ano I, n. 66, de 17 de setembro de 1862. p. 3.

⁸³ CONSTITUCIONAL, ano I, n. 66, de 17 de setembro de 1862. p. 3.

O correspondente capixaba escrevia ao *Constitucional* da Corte que a oposição política existente em Vitória era uma fraude. Não eram liberais; eram indivíduos que buscavam o ganho próprio. Eles estavam em minoria na capital, perfazendo uma *meia dúzia* de políticos insatisfeitos com seus ganhos na vida pública. O autor da carta argumentava que os *tempistas* não podiam ser chamados de liberais, pois se realmente o fossem não teriam elegido Luís Antônio da Silva Nunes para representação nacional em 1857. Afinal, o nome de Silva Nunes foi recomendado pelo partido Conservador da Corte. Ora, a contradição apontada pela correspondência parece não ter existido de fato, pois a distinção entre conservadores e liberais na Província do Espírito Santo era recente (do início dos anos 1860); antes disso havia nomes a prestigiar⁸⁴.

A publicação acusava José Marcelino Pereira de Vasconcellos de se autodenominar líder dos liberais em Vitória⁸⁵. O coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim seria apenas chefe pró-forma do partido. A atitude de Vasconcellos era interpretada com indignação pela oposição política, pois ele teria traído seu protetor político. A oposição não calaria os liberais de Vitória. Eles continuariam a imprimir jornais e a escrever à imprensa da Corte.

4.4 Liberais versus conservadores nos jornais O Amigo do Povo e O Monarchista

Em 1863, um novo impresso saiu na cena pública capixaba, *O Amigo do Povo*. Produzido na Tipografia Liberal de *O tempo*, era publicado em dias incertos e distribuído gratuitamente. Intitulava-se político e noticioso e hasteava a bandeira do partido Liberal.

O nome *O Amigo do Povo* é bastante sugestivo, pois traz à tona novamente a palavra povo, cujos sentidos foram delineados na imprensa capixaba pela primeira vez em 1860, com *A Liga*. O vocábulo também revela o possível auditório aspirado pelo jornal: indivíduos com direitos políticos. O adjetivo *amigo* indicava se tratar de

⁸⁴ SIQUEIRA, Karulliny Silverol, 2011. p. 103.

⁸⁵ Para o correspondente do *Constitucional*, José Marcelino Pereira de Vasconcellos, líder do partido Liberal em Vitória, não era “[...] nem liberal, nem conservador, nem ligueiro, nem republicano; [era] um especulador imprudente, um ex-empregado demitido duas vezes por *desleal* e *desonesto*; [era] um saltimbanco político [...]; um especulador sem crenças, nem princípios políticos [...]”. CONSTITUCIONAL, ano II, n. 51, de 6 de março de 1863. p. 3.

um impresso com a pretensão de inspirar simpatia, amizade e confiança e que desejava o bem ao povo. E esse bem seria materializado na garantia à liberdade política com o livre exercício do voto. Na capa de cada número, eram impressos em forma de poema os valores defendidos pelo *O Amigo do Povo*.

Viva nossa religião
 Viva o trono imperial
 Viva para o bem da nação
 - o PARTIDO LIBERAL .⁸⁶

O poema manifestava a obediência do jornal à autoridade do imperador e, por conseguinte, a adesão à Monarquia como forma de governo; prestava homenagem à Igreja Católica, religião oficial e um dos pilares do Estado brasileiro no período imperial; e acreditava ser o partido Liberal a única opção política para o progresso do país.

Observamos que as publicações de *O Amigo do Povo* concentraram-se no tema da eleição à Câmara de Deputados a ocorrer em 1863⁸⁷. O exemplar analisado foi publicado um dia antes do pleito, marcado para 9 de agosto daquele ano nos colégios eleitorais da Província⁸⁸. Alguns dos pretendentes eram o nosso conhecido Antônio Pereira Pinto, cuja campanha na eleição de 1860 foi defendida pela aguerrida *A Liga*, e Luís Antônio da Silva Nunes, ambos candidatos à reeleição⁸⁹.

Eu vou, portanto, falar-vos como um verdadeiro amigo, para que não sejais iludidos na escolha que ides fazer. Capixabas, peço a vossa atenção: dois homens se apresentaram em nossa terra, semelhantes a estas aves sem ninho a que chamam – aves de arribação –; estes dois homens vieram nos pedir lugar na câmara dos deputados: estes dois homens, vós bem sabeis, são os Srs. Pereira Pinto e Silva Nunes. Talvez não conheçam bem estes dois candidatos aventureiros, estes cascudos vermelhos com laivos de patriotas [...] ⁹⁰.

O editorial advertia os leitores sobre a candidatura dos conservadores, como o faria um *verdadeiro amigo*. A metáfora pretendia conferir intimidade entre redator e leitor e gerar uma interpretação positiva sobre as intenções do jornal que, comparado a

⁸⁶ O AMIGO DO POVO, ano I, n. 5, de 8 de agosto de 1863. p. 1.

⁸⁷ Baseamo-nos no único exemplar disponível e na consulta realizada em jornais da Corte do 1863 que publicavam correspondências capixabas.

⁸⁸ A eleição dos deputados foi agendada para um mês depois, em 9 de setembro.

⁸⁹ O decreto nº 1.082, de 18 de agosto de 1860, aumentou o número de representantes da Província na Câmara, passando a dois, e acabou com a eleição de suplentes. Pereira Pinto e Silva Nunes concorriam à reeleição pela Província do Espírito Santo. DAEMON, Bazílio Carvalho, 2010. p. 411.

⁹⁰ O AMIGO DO POVO, ano I, n. 5, de 8 de agosto de 1863. p. 1.

um amigo, só desejava o bem ao povo, não queria que a população fosse iludida. Pela primeira vez, utilizou-se a palavra *capichaba* para falar aos habitantes da Província e diferenciar os indivíduos nativos daqueles nascidos em outras regiões brasileiras. O apelo a um sentimento de pertencimento baseado no local de nascimento almejava desqualificar a candidatura de Pereira Pinto e de Silva Nunes, dado que eles eram *de fora* da Província.

Comparados a aves sem ninho e de arribação, isto é, indivíduos sem vínculo com qualquer região e que migravam de uma a outra exclusivamente com o fim de atingir seus objetivos, os candidatos à reeleição deveriam ser considerados ilegítimos pelos *capichabas*. Não reuniriam os requisitos para ocupar uma cadeira na Câmara Geral, a começar pelo local de nascimento. *Aventureiros*, eram acusados de aspirar a um cargo público para proveito pessoal.

Pereira Pinto e Silva Nunes eram repelidos pelo jornal também por motivos de orientação política. Os adjetivos *casquados* e *vermelhos*, atribuídos aos dois candidatos, eram termos bastante utilizados à época para fazer referência aos conservadores⁹¹. A candidatura dava-se num contexto de retorno dos liberais ao poder no cenário político nacional e de criação dos partidos políticos na Província do Espírito Santo. Mal vistos pela redação de *O Amigo do Povo*, os dois apresentavam resquícios de patriotismo, dando a entender que apenas candidatos ditos liberais eram verdadeiros patriotas e imbuídos de uma missão pública.

O candidato apoiado pelo jornal, José Ferreira Souto, também não era *capichaba*⁹². Mas, diferentemente de Pereira Pinto e de Silva Nunes, Ferreira Souto era alcunhado de *nosso patrício* e *quase coprovinciano*, numa tentativa de *O Amigo do Povo* justificar seu apoio⁹³. Vemos aí uma contradição, pois se *quase coprovinciano* significava o mesmo que não ter nascido na Província do Espírito Santo, como seria ele simultaneamente *nosso patrício*? A incoerência parece ter sido facilmente

⁹¹ AMARAL, Alex Lombello. *Casquados e Chimangos: Imprensa e Política em São João Del-Rei (1876-1884)*. [Dissertação de Mestrado]. Juiz de Fora: UFJF, 2008.

⁹² José Ferreira Souto nasceu na comarca de Jacobina, província da Bahia, em 1808. Formou-se na academia jurídica pernambucana. Desempenhou funções públicas em algumas províncias brasileiras e foi eleito deputado: em 1842, pela província da Bahia, e em 1863, pela Província do Espírito Santo.

⁹³ O AMIGO DO POVO, ano I, n. 5, de 8 de agosto de 1863. p. 3.

suplantada pelo periódico com a explicação de que Ferreira Souto pertencia às fileiras liberais⁹⁴.

Numa tentativa de desacreditar os adversários conservadores, *O Amigo do Povo* narrou aos leitores fatos da vida de Antônio Pereira Pinto e de Luís Antônio da Silva Nunes. Sobre o primeiro, recaía a acusação de ter sido eleito deputado geral por esta Província, devido à influência do ex-presidente José Maurício Fernandes Pereira de Barros, no lugar do verdadeiro *eleito do povo*, o padre Inácio Rodrigues Bermude⁹⁵.

Capichabas, peço a vossa atenção: o Sr. Pereira Pinto aqui esteve presidindo esta província, no entanto que benefício nos fez para merecer a nossa gratidão e amizade? Nada deixou-nos que nos faça recordar do tempo da sua administração; veio apenas mostrar seus *lindos olhos* para ao depois vir o Sr. Barros impor a sua candidatura, atraíndo o respeitável Capichaba o Sr. coronel Monjardim e retirando da urna o verdadeiro eleito do povo, o ilustre finado Dr. Bermude [...] ⁹⁶.

Reiterava-se o apelo aos *capichabas* no artigo com a função retórica de recorrer a certo vínculo identitário existente entre redator e leitores e de denunciar o *estrangeirismo* dos candidatos conservadores. O editorial revelava a falta de tino político de Pereira Pinto. A metáfora dos *lindos olhos* destacava a breve estadia de Pinto em solo capixaba quando empossado na presidência da Província. Nesse cargo, ele nada teria feito que despertasse gratidão e amizade da população local. Na esteira de *A Liga*, a gratidão voltou a ser citada como um dos critérios a ser considerado pelos eleitores na escolha da representação nacional.

Os relatos sobre a vida pública de Antônio Pereira Pinto colocavam em dúvida seu caráter. Nomeado à presidência da província de Sergipe, ele nunca chegou ao destino, no máximo foi à Bahia, de onde regressou rumo ao Rio de Janeiro. As notícias da epidemia de cólera que assolava a região sergipana fizeram-no desistir do cargo, ao que *O Amigo do Povo* chamou de *fuga*. Para esse jornal, “[...] Pereira

⁹⁴ De acordo com o cônego Fernandes Pinheiro, o candidato Ferreira Souto “[...] gozava geral estima e dispunha de legítima influência [...]” na Província do Espírito Santo. PINHEIRO, J. C. Fernandes. Relatório do primeiro secretário o Sr. Cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo XXV, suplemento, 1864. p. 409-410.

⁹⁵ A eleição a que se referia *O Amigo do Povo* ocorreu em 1857. O padre Bermude ficou como suplente de Pereira Pinto. DAEMON, Bazílio Carvalho. 2010. p. 399.

⁹⁶ O AMIGO DO POVO, ano I, n. 5, de 8 de agosto de 1863. p. 1.

Pinto não foi somente covarde, foi mais alguma coisa [...]”⁹⁷. Com esse *mais alguma coisa*, o jornal pretendia dizer ladrão, pois a ajuda de custo recebida por Pinto para os gastos do traslado até Sergipe nunca foi devolvida pelo candidato.

Sobre o outro candidato, Luís Antônio Silva Nunes, recaíam duas acusações: em primeiro lugar, uma usurpação de herança; em segundo, a deputação geral pela Província do Espírito Santo barganhada num dote. Silva Nunes bacharelou-se em São Paulo às expensas de um mordomo da casa imperial, chamado José Maria Velho. Quando Silva Nunes retornou para a Corte, Velho abriu um escritório de advocacia em um sobrado de sua propriedade para trabalharem juntos seu protegido e um filho do mordomo. Alguns anos depois, José Maria Velho faleceu e Silva Nunes não recebeu nenhum vintém de herança. Com ironia, *O Amigo do Povo* afirmava não saber *por que artes* Silva Nunes brigara com o filho de Velho depois de lido o testamento. Logo depois disso, tornou-se “[...] único senhor e possuidor do sobrado!!!!”. Os pontos de exclamação usados em sequência no editorial mostravam aos leitores o espanto e a repulsa do jornal face à atitude sorradeira desse pretendente à Câmara de Deputados pelo Espírito Santo.

A denúncia da barganha de cargos públicos por meio de dote, por sua vez, dizia respeito ao casamento contraído por Silva Nunes com uma filha de Manuel Vieira Tosta, o barão de Muritiba. O jornal atribuía a primeira vitória de Nunes à representação nacional pela Província do Espírito Santo a uma articulação política capitaneada por seu sogro. O dote teria incluído também a presidência da província da Parahyba. Eleito deputado pelo Espírito Santo, somente dois anos depois Silva Nunes compareceu à Província. Na ocasião, políticos capixabas afinados à sua candidatura promoveram um baile para recepcioná-lo.

Esses eram os atributos dos candidatos *casquados* e condenados por *O Amigo do Povo*. Um fato curioso chamava a atenção do jornal, referente ao pleito de 1863: dessa vez, Antônio Pereira Pinto e Luís Antônio da Silva Nunes cabalavam pessoalmente na Província para garantir vitória nas urnas. Suspeitamos que a conjuntura política brasileira dos primeiros anos daquele decênio – com a volta dos liberais ao poder no cenário político nacional e com a formação dos partidos políticos na Província do Espírito Santo – possa ter contribuído para a decisão dos

⁹⁷ O AMIGO DO POVO, ano I, n. 5, de 8 de agosto de 1863. p. 2.

candidatos de participar efetivamente da campanha. Afinal, a agremiação Liberal começava a fincar raízes em terras capixabas e não permitiria a vitória dos conservadores na imprensa e nas urnas sem luta.

O editorial de *O Amigo do Povo*, além de debater a legitimidade dos candidatos, discutiu conceitos importantes do vocabulário político em construção na imprensa capixaba daqueles anos. A palavra *capixaba*, por exemplo, expunha uma pretensa relação de pertencimento, certa identidade que deveria ser compartilhada pelos habitantes da Província. A noção de povo, bastante aventada pela *A Liga* em 1860, voltou às páginas impressas associada à liberdade. O *povo*, isto é, os indivíduos com direito a votar e/ou a serem votados, era soberano e manifestava seu poder político nas urnas.

Somente um *POVO LIVRE*, com letras maiúsculas na publicação assinada pela redação de *O Amigo do Povo*, seria capaz de utilizar o voto de maneira correta. Esse instrumento político deveria ser exercido com liberdade, um direito garantido pela Constituição política do país. A ênfase na expressão *povo livre* referia-se, por oposição, à realidade das eleições no Brasil do Oitocentos. O pleito era eivado por constrangimentos, coação e manipulação de votos. Era preciso um *povo aguerrido* para que as urnas se transmutassem em uma *grande luta* na qual o povo seria o *único juiz*. A analogia ao trabalho de um magistrado conferia aos eleitores a prerrogativa de decidir sobre o futuro do Brasil⁹⁸.

As seções *publicações a pedido* e *anúncios* de *O Amigo do Povo* previam uma eleição violenta para o dia 9 de agosto de 1863. Acreditavam os liberais capixabas que os abusos seriam cometidos pelo partido da oposição.

Os cascudos espalham que há de haver muito sangue em várias freguesias da Província. Pedimos aos Srs. Vigários que mandem encher grandes pipas d'água para lavar-se o templo de Deus depois da *nova degolação de inocentes*⁹⁹.

Quem quiser fazer sarapatel apareça no domingo à porta da matriz que os cascudos prometem fornecer sangue aos baldes. Berlinda, Cabeça de boi, etc. e Cia¹⁰⁰.

⁹⁸ O AMIGO DO POVO, ano I, n. 5, de 8 de agosto de 1863. p. 3.

⁹⁹ O AMIGO DO POVO, ano I, n. 5, de 8 de agosto de 1863. p. 4.

¹⁰⁰ O AMIGO DO POVO, ano I, n. 5, de 8 de agosto de 1863. p. 4.

No palácio das sete portas fornece-se no domingo a todos os votantes cascudos facas, pistolas, carabinas, navalhas e punhais, às seis horas começa a distribuição¹⁰¹.

De acordo com o jornal, os conservadores da Província espalhavam rumores aterradores com ameaças de derramamento de sangue e de agressões com o fim de atemorizar os votantes e buscar um resultado favorável nas urnas. Os atos de violência aconteceriam nas paróquias espalhadas pelas freguesias da Província, onde teria lugar a eleição para eleitores. O *palácio das sete portas* citado no último anúncio era uma referência à residência de Dionyzio Álvaro Rezendo, considerado líder do partido conservador na capital da Província. Essa publicação apontava ser ali o ponto de reunião de conservadores para a distribuição de armas.

O ataque às urnas seria uma manobra orquestrada por José Camilo Ferreira Rebelo, bacharel e diversas vezes deputado provincial, para impedir a vitória *legítima* dos liberais nas urnas. Em resposta, *O Amigo do Povo* pedia ao subdelegado de polícia de Vitória que preparasse a “[...] *hospedaria* para receber estes valentões [...]”¹⁰². Acreditava o jornal que a ação dos conservadores incluía também um esquema de compra de votos.

Consta-nos que o Diabada e José Cavallinho estabeleceram no largo da matriz uma casa de agência para comprarem votos amanhã e depois [...]. Moeda falsa¹⁰³.

A carta informava a localização do estabelecimento para compra de votos, próximo à igreja matriz, espaço destinado ao colégio eleitoral de Vitória. A expressão *diabada* ilustrava a visão que os liberais tinham dos conservadores, pessoas de más intenções e inescrupulosas.

O capichaba, tão falto de pundonor, que quiser vender o seu voto de cidadão livre, procurar o cambeta em seu palácio de sete portas que está autorizado a fazer estas negociações. MALDIÇÃO SOBRE AQUELES INFELIZES QUE CAÍREM NESSA DEGRADAÇÃO. As apólices da Santa Casa¹⁰⁴.

¹⁰¹ O AMIGO DO POVO, ano I, n. 5, de 8 de agosto de 1863. p. 4.

¹⁰² O AMIGO DO POVO, ano I, n. 5, de 8 de agosto de 1863. p. 3.

¹⁰³ O AMIGO DO POVO, ano I, n. 5, de 8 de agosto de 1863. p. 3. Também no largo da matriz os liberais montaram uma taberna para encontro dos apoiadores de Ferreira Souto. CONSTITUCIONAL, ano II, n. 115, de 27 de agosto de 1863. p. 3.

¹⁰⁴ O AMIGO DO POVO, ano I, n. 5, de 8 de agosto de 1863. p. 4.

Os *capichabas* poderiam comercializar seus votos também na casa de Dionyzio Álvaro Rezendo, a quem *as apólices da Santa Casa* chamavam de *cambeta*¹⁰⁵. O *Amigo do Povo* reforçava a falta de liberdade do *povo* durante a época das eleições. Esse *povo, cidadão livre*, encontrava-se impedido de exercer um direito político garantido em lei e guiado por sua própria consciência. Aqueles que, movidos por interesses escusos, barganhassem seus votos mereciam ser amaldiçoados.

Os maus augúrios da folha liberal concretizaram-se. O pleito de eleitores de 9 de agosto de 1863 foi marcado por abusos de toda sorte. Conta Bazílio Carvalho Daemon que essas eleições foram uma das mais violentas já ocorridas na Província do Espírito Santo. Naquela ocasião, houve “[...] ferimentos, mortes, incêndios, tiros disparados de encontro às casas, recrutamento em grande escala, prisões de cidadãos que à capital chegavam algemados e amarrados”¹⁰⁶.

Daemon, no entanto, diferia de *O Amigo do Povo* quanto à autoria dos atentados. Alinhado às ideias conservadoras, Bazílio Daemon responsabilizava o partido liberal pelas ilegalidades cometidas.

Na matriz desta capital estando à testa da eleição o futuro deputado desembargador Souto, a tropa comandada pelo tenente Antônio Rodrigues Pereira, a um aceno seu, invadiu a igreja e de rifles desembainhados foram postos para fora da igreja os partidários contrários, tendo sido alguns cidadãos feridos¹⁰⁷.

Nessa versão, o candidato liberal José Ferreira Souto comandou o ataque ao colégio eleitoral da capital, situado na igreja matriz, com utilização de força policial. A tropa, armada, obrigava a saída dos conservadores do templo, ficando alguns indivíduos feridos.

Em adição à narrativa de Daemon há outro relato, publicado por um conservador capixaba no jornal *Constitucional* da Corte, que denunciava a existência de um conluio entre o desembargador Souto e o presidente da Província, André Fleury, para garantir a vitória dos liberdadeiros¹⁰⁸. Os comparsas seguiam ordens estritas

¹⁰⁵ Dionyzio Resendo também era chamado de Diabo Coxo pela imprensa liberal capixaba das décadas de 1860 e 1870. Provavelmente os apelidos faziam referência a algum problema de locomoção de Resendo.

¹⁰⁶ DAEMON, Bazílio Carvalho. 2010. p. 418.

¹⁰⁷ DAEMON, Bazílio Carvalho. 2010. p. 418-419.

¹⁰⁸ Correspondência de um capixaba conservador publicada no CONSTITUCIONAL, ano II, n. 115, de 27 de agosto de 1863. p. 2-3.

do gabinete de Pedro de Araújo Lima, o marquês de Olinda, para viabilizar a eleição de liberais em todas as províncias do Império. De acordo com o correspondente, os *carbonários do diretório* dominavam a alta administração pública e impunham *chapas de ferro*¹⁰⁹. A candidatura de Ferreira Souto era protegida pelo Conselho de Estado. Os liberais eram chamados de *carbonários* numa tentativa de associá-los à anarquia, à revolução e à perturbação da ordem.

Para o autor da publicação do *Constitucional*, os eventos do dia 9 de agosto de 1863 não poderiam ser chamados de eleição, foram antes uma *farsa*, uma *saturnal*, uma *orgia* ou uma *representação de comédia*. Acreditavam os conservadores capixabas que essa peça teatral teria sido ensaiada nos salões do Palácio do Governo. O presidente André Fleury, com seu *machado devastador*, demitiu, prendeu e ameaçou funcionários públicos da Província, todos em exercício nos lugares em que o partido Conservador seria *invencível*.

[...] a cidade da Vitória fora convertida em acampamento militar. Destacou sessenta ou setenta praças da guarda nacional para os serviços da guarnição da capital, mas todos os guardas desse destacamento eram tirados das freguesias do Queimado, Cariacica, Viana e Carapina com o fim manifesto de privá-los de votar no dia aprazado, sendo que os respectivos comandantes de companhias, aderentes quase todos à *oligarquia* Monjardim, designavam para o referido destacamento *somente* os guardas pertencentes ao lado conservador [...]¹¹⁰.

Destacamentos foram enviados para todos os colégios eleitorais. Os guardas simpatizantes das ideias conservadoras foram removidos de seus postos originais de trabalho e remetidos a outras freguesias da Província. A capital fora tomada por tropas sob o pretexto de garantir o voto livre.

[...] quando os pacíficos votantes se dirigiam à matriz para usar do direito da escolha de seus representantes, avistaram uma força de linha postada à porta principal da igreja, onde em hora matutina se apresentava o Sr. Chefe de polícia, mandando trancar as portas laterais do templo porque, disse S. S., era assim que em Pernambuco se faziam as eleições – *força na porta principal, um cabo conduzindo os votantes à proporção que eram chamados e a igreja vazia*. Houveram [sic] reclamações contra essa moda, mas o Sr. Chefe assegurou que a força tinha por fim único manter a tranquilidade pública [...]. Os dois membros em minoria da mesa, íntimos frequentadores da presidência [...] deram desde logo o sinal

¹⁰⁹ CONSTITUCIONAL, ano II, n. 115, de 27 de agosto de 1863. p. 2.

¹¹⁰ CONSTITUCIONAL, ano II, n. 115, de 27 de agosto de 1863. p. 2.

da desordem, recusando acintosamente votantes em devida regra qualificados e notoriamente conhecidos, votantes até da própria grei desses mesários. Como um possessor, acompanhava o Sr. Desembargador Souto a grita desses turbulentos e os encorajava com o seu exemplo [...]”¹¹¹.

Durante o período das eleições, era comum a igreja matriz da capital concentrar os olhares da população. Havia ajuntamento de pessoas dentro e fora do templo para participar do pleito ou na qualidade de espectadores. Era uma ocasião que alterava a dinâmica das vizinhanças capixabas. No pleito de 1863, a situação foi diferente. Fecharam-se as portas laterais da igreja. Apenas a porta principal dava acesso às urnas e também era a via de saída do colégio eleitoral. Municípios, os guardas controlavam o depósito das cédulas. Os dois membros perturbadores da mesa referidos na carta eram José Marcelino Pereira de Vasconcellos e Manoel Augusto da Silveira. Com gritos de “*não vota! não vota!*”, eles recusavam votantes. Nesse momento, José Ferreira Souto acenou à tropa com seu lenço vermelho autorizando o uso das baionetas: “[...] feriram além do Sr. Antonio Francisco de Athaide, tesoureiro provincial e cidadão assaz conhecido e qualificado da província do Espírito Santo, a outros dois votantes [...]”¹¹².

Os conservadores capixabas relatavam que, à medida que os votantes de sua filiação política depositavam seus votos, a desordem piorava, chegando ao clímax de a urna ser arrancada da igreja e atirada na Rua da Conceição. No caminho até a saída do templo, os liberais violaram a caixa, inserindo nela maços de votos ilegais.

O juiz de paz que presidia a mesa eleitoral do colégio da matriz dirigiu-se ao palácio São Tiago para relatar ao presidente André Fleury os abusos perpetrados contra os votantes. Quando retornou, encontrou constituída uma nova mesa, desta vez unânime, que com “[...] gritos de *fora! fora!*, empurrões, pauladas e horríveis ameaças [...]” não lhe permitiu retornar a sua função de presidente¹¹³. Impedido de entrar na igreja, o juiz de paz recolheu livros, atas e demais documentos do colégio eleitoral e em *altas vozes* convocou *quase todo o povo* para a casa da Câmara Municipal de Vitória, onde iniciou nova eleição.

¹¹¹ CONSTITUCIONAL, ano II, n. 115, de 27 de agosto de 1863. p. 2.

¹¹² CONSTITUCIONAL, ano II, n. 115, de 27 de agosto de 1863. p. 3.

¹¹³ CONSTITUCIONAL, ano II, n. 115, de 27 de agosto de 1863. p. 3.

Os conservadores capixabas afirmavam que as eleições de 1863 anunciavam uma nova época para a Província do Espírito Santo, pois até então essa porção do Império desconhecia os vícios do processo eleitoral. Atas falsas, duplicatas e desordens eram inovações atribuídas exclusivamente aos liberais. Esses seriam os responsáveis pela mutação que ocorreu “[...] nos costumes eleitorais da Província [...]”¹¹⁴.

[...] Agora o Espírito Santo *está na moda*, já tem suas duplicatas, correu o sangue e os corolários desse estado anormal vão-se traduzindo em cotidianos atos de vandalismo e desordem, mesmo sob as janelas do palácio da presidência na referida capital, graças a tão distintos cavalheiros [...].

Sabemos que isso não é verdadeiro. O estado de ordem e sossego público alegado pelos conservadores foi resultado de ações dos *condutores da ordem* à frente dos negócios públicos da Província durante a primeira metade do século XIX, que batalharam para que os ventos regenciais não soprassem em solo espírito-santense. No capítulo II, mostramos como as eleições eram eventos marcados por disputas políticas, sentimentos exaltados e abusos. O que diferiu o pleito de 1863 dos anteriores não foi tanto o nível de violência praticado nos colégios eleitorais, senão a nova configuração política da Província, dividida nos primeiros anos de 1860 entre liberais e conservadores.

Para enfatizar o *status quo* vigente na capital antes das fatídicas eleições de 1863 que deram vitória ao partido Liberal, os conservadores atribuíam aos capixabas adjetivos que atestavam seu caráter tranquilo e subserviente: súditos inermes e inofensivos, dóceis até a humildade, pacientes até a submissão, população iminentemente ordeira e sempre obediente às autoridades. Esses epítetos estendiam-se também à cidade de Vitória e à Província, que eram caracterizadas por pacíficas e dóceis.

O autor da carta publicada no *Constitucional* isentava o imperador de qualquer responsabilidade pelas ações do Gabinete de 30 de maio de 1863, porque Sua Majestade Imperial também fora traída pelos liberais do Ministério. A correspondência indagava que reações D. Pedro II teria quando soubesse do sangue derramado nos colégios eleitorais do Espírito Santo: “[...] como o coração

¹¹⁴ CONSTITUCIONAL, ano II, n. 115, de 27 de agosto de 1863, p. 3.

paternal do imperador não se confrangeria de dor? Como sua alta inteligência não se revoltaria contra tantos desatinos?”¹¹⁵

Afirmava o partido Conservador da Província que o *voto livre* foi garantido na Província “[...] pelos destacamentos de força de linha, pela sedução e pelas ameaças [...]”¹¹⁶. Das urnas saiu vitorioso Ferreira Souto, mas não sem resistência em Vitória. Os conservadores capixabas publicaram nos jornais capixabas (*O Monarchista* e *O Provinciano*) e também na imprensa do Rio de Janeiro, aqui representada pelo *Constitucional*. Debalde também representaram contra o diplomado, requerendo a anulação da eleição de 9 de agosto. Ferreira Souto provou a legalidade de seu diploma, porém, pouco tempo ocupou a cadeira da Câmara, dada uma infecção pulmonar que o fez sucumbir em 1864¹¹⁷.

A oposição conservadora capixaba não arrefeceu. Em setembro de 1863, pouco mais de um mês após a eleição, publicou-se pela primeira vez *O Monarchista*, de propriedade de Manoel Antonio de Albuquerque Rosa. Era um jornal político e noticioso e com edições bissemanais. Foi um espaço de sociabilidade política dedicado a combater os liberais nos anos em que estariam alijados do poder. Sobre os acontecimentos das últimas eleições de eleitores de 1863, o jornal antevia um período conturbado para o partido Conservador na Província. Era um pesadelo com graves consequências.

Sr. Redator. – comunicando-lhe o sonho que tive a noite passada só tenho por fim desvanecer a triste impressão que então experimentei. Sonhei que havia galgado o cume desse imponente Penedo, que, como sentinela muda, vela atravessada a entrada da bela baía desta cidade. A lua, que então, radiava, principiou a dobrar rapidamente seu brilhante e argentado véu; porque iminente se achava uma tremenda borrasca. Bem que o céu principiava a escurecer, eu pude divulgar um homem que parecia dormir, mas que levantando-se, assim, tranquilamente, me fala. – [...] Sei que se aproxima uma época bem terrível; digo terrível, porque bem vejo esse horrível carro que tirado pelo aziago Agosto [...] vem rondando sobre os carregados horizontes da nossa infeliz Pátria [...]”¹¹⁸.

Com um discurso marcado por alegorias e metáforas, a *publicação a pedido* versava sobre o retorno dos liberais ao poder e as previsões catastróficas desse evento. Em

¹¹⁵ CONSTITUCIONAL, ano II, n. 115, de 27 de agosto de 1863. p. 3.

¹¹⁶ CONSTITUCIONAL, ano II, n. 115, de 27 de agosto de 1863. p. 3.

¹¹⁷ PINHEIRO, J. C. Fernandes. 1864. p. 411.

¹¹⁸ O MONARCHISTA, ano I, n. 3, de 20 de setembro de 1863. p. 4.

posição de sentinela no cume do morro do Penedo, o *Sonâmbulo do Itabapoana* fazia referência a um costume comum dos capixabas durante o Dezenove, que se dirigiam à barra da Ilha de Vitória para assistir às entradas das embarcações na baía. As alegorias da tempestade e do carro trazido pelo mês de agosto, quando ocorreram as turbulentas eleições para eleitores na Província, indicavam a iminência de períodos de instabilidade política para os conservadores.

Sobre esse carro, que não divulgas, belamente eu vejo que a insaciável Bellona, e a traiçoeira Discórdia, nele ocupam seu lugar de honra: e entre essas temíveis mulheres ainda uma terceira eu avisto bem cautelosamente disfarçada, para que seus conselhos mais apressem e melhor segurem o desejado e futuro golpe... [...] Ainda mais vejo, sobre esse desastroso carro, outros vultos infernais: a vingança, o ódio, a traição, aos quais procedem a inveja e a ambição, que mais se esforçam na rápida marcha desse carro fatal... [...] ¹¹⁹.

A ascensão dos liberais traria consigo um futuro devastador para o Brasil, em que reinariam a *insaciável Bellona*, deusa romana da guerra¹²⁰, a discórdia, a vingança, o ódio, a traição, a inveja e a ambição. A diversidade partidária era a responsável pelo futuro duvidoso do país¹²¹. Não haveria mais um Brasil para a população chamar-se brasileira. O gigante liberal feroz e astuto ameaçava a *pátria*. Os brasileiros pareciam assistir tranquilamente a aproximação do *carro* fatal sem reação. O homem que falava ao *Sonâmbulo* clamava que somente a união dos cidadãos seria capaz de fazer frente a tanto mal.

Não era um sonho. Os liberais voltaram ao Ministério. Em Vitória foram vitoriosos nas eleições de 1863 para deputação geral e estavam agora em maioria na Assembleia Provincial.

4.5 Discussões impressas na era liberal dos anos 1860

O partido Liberal ascendeu ao poder na Província do Espírito Santo em 1864. As folhas liberais despiam-se das vestes de combate; saíam do limbo da oposição para se tornarem imprensa oficial. Era preciso, então, criar um jornal que respondesse à nova situação do partido Liberal na Província. Por isso, em 2 de abril de 1864, os

¹¹⁹ O MONARCHISTA, ano I, n. 3, de 20 de setembro de 1863. p. 4.

¹²⁰ KURY, Mario da Gama. *Dicionário de Mitologia Grega e Romana*. 8. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008. p. 58.

¹²¹ O MONARCHISTA, ano I, n. 3, de 20 de setembro de 1863. p. 4.

liberais capixabas lançaram o *Jornal da Victoria*, que circulou até dezembro de 1869.

Nos primeiros anos de existência, o *Jornal da Victoria* teve como proprietário Manoel Feliciano Moniz Freire e como gerente Delecarliense Drumond Alencar Araripe. No final da década de 1860, passou a dono Araripe. Moniz Freire, Leopoldo Augusto Deocleciano de Mello e Cunha e José Correa de Jesus eram os redatores principais. Além deles, atuavam também na redação Manoel Augusto da Silveira e João Zeferino Rangel de S. Paio¹²².

[...] Se é indispensável um prólogo em qualquer livro, quer ele trate de ciências exatas ou sociais, de artes liberais ou mecânicas, com muito mais razão uma tal falta seria sentida em um jornal que nasce, porque um jornal é também considerado como um livro, e um livro do povo. [...] No último número do *Tempo*, no artigo de despedida, vem uma proposição que, só ela, pode servir de prólogo para o *Jornal da Victoria*; portanto repitamo-la aqui, transcrevamos todo o terceiro período daquele artigo. "...o *Tempo*, jornal político e que apareceu em público trajando vestes de combate, não devia agora metamorfosear-se em jornal oficial; cumpria-lhe repousar em sua tenda de guerra, para dar lugar a um novo lidador da imprensa, o qual fosse, ao mesmo tempo, ÓRGÃO DO GOVERNO E DO PARTIDO PROGRESSISTA". Eis, portanto, definida a posição deste novo jornal, eis a legenda de sua bandeira. Com efeito, os tipos que escreveram o *Tempo* durante três anos não saberiam hoje advogar outra política que não fosse a do partido – Liberal Progressista – partido cujas ideias são, em nosso pensar consciencioso, as únicas que podem elevar a Nação ao grau de prosperidade que todos os brasileiros devem almejar [...]¹²³.

O editorial de inauguração do *Jornal da Victoria* explicitava o programa da redação e as intenções da folha. Os redatores explicavam que *O Tempo*, criado para ser oposição à política conservadora vigente nos primeiros anos de 1860, não poderia metamorfosear-se em jornal oficial dada sua conhecida retórica mordaz e ultrajante.

O movimento situação-oposição alternava os partidos políticos à frente da política na Província, o que impelia a uma mudança no perfil de seus respectivos jornais. O novo periódico intitulava-se voz institucional do governo e do partido Liberal Progressista e advogava serem as ideias liberais as únicas capazes de promover o desenvolvimento do país. Para o *Jornal da Victoria*, a vitória dos liberais significava

¹²² PEREIRA, Heráclito Amâncio. 1922. p. 35.

¹²³ JORNAL DA VICTORIA, ano I, n. 1, de 2 de abril de 1864. p. 2.

a vitória da liberdade: “[...] se da liberdade nasce a justiça, a união, o poder, o progresso e a alegria, saudamos esse triunfo [...]”¹²⁴.

O primeiro ano de publicação do *Jornal da Victoria* foi marcado por intensas lutas discursivas produzidas a respeito da disputa eleitoral à Câmara pela vaga disponível em função da morte de José Ferreira Souto, em fevereiro de 1864. A notícia do falecimento do deputado desencadeou debates na imprensa entre os pretendentes do cargo. No partido Liberal Progressista da Província do Espírito Santo, dois indivíduos manifestavam interesse no cargo: Antônio Cláudio Soido e José Marcelino Pereira de Vasconcellos.

Pereira de Vasconcellos iniciou sua campanha eleitoral poucos dias depois de receber a notícia da morte de Ferreira Souto. Sua primeira ação foi publicar circulares em *O Tempo* e também distribuí-las pessoalmente aos capixabas. Com a substituição desse periódico pelo *Jornal da Victoria*, ele passou a escrever ao corpo eleitoral da Província pelo novo órgão do partido na imprensa. Vasconcellos apregoava que sua candidatura tinha o aval do chefe do Diretório do Partido Liberal Progressista na Corte, Theófilo Ottoni, e que entre seus coprovincianos a adesão também era significativa.

[...] Respeito as aspirações dos cavalheiros que se tem declarado meus competidores; a eles, como disse de viva voz, teria deixado o campo se circunstâncias imperiosas que estão no domínio de todos não me houvessem colocado na luta; se os meus mais sinceros amigos e afeiçoados não fossem os primeiros a fazer minha apresentação aos eleitores e a acoroçar-me em tão digna e alta pretensão; se eu não entendesse em minha humilde inteligência que devo concorrer com as forças de que disponho em favor dos interesses da província que me é tão cara [...]”¹²⁵.

José Marcelino declarava ao público que sua candidatura devia-se muito mais a um apelo dos capixabas do que à sua própria vontade, pois seus amigos o apresentavam aos eleitores como legítimo pretendente. Para Pereira de Vasconcellos, as atribuições do deputado a ser eleito pelo Espírito Santo restringir-se-iam a zelar pelas necessidades provinciais e a trabalhar em prol de seus melhoramentos. As *altas questões de Estado* debatidas na Câmara não seriam

¹²⁴ JORNAL DA VICTORIA, ano I, n. 3, de 9 de abril de 1864. p. 4.

¹²⁵ JORNAL DA VICTORIA, ano I, n. 1, de 2 de abril de 1864. p. 3.

responsabilidade do representante da Província, pois lá “[...] se encontram vultos proeminentes e altas inteligências”¹²⁶.

Algumas correspondências particulares foram publicadas no *Jornal da Victoria* em apoio às pretensões de Pereira de Vasconcellos. Em uma delas, assinada por *W*, era manifestada a alegria de ver um *verdadeiro patriota*, cuja ambição era unicamente servir a seu país, candidatando-se à Câmara. O autor admirava-se em saber que mais de um capixaba intencionava o cargo e que isso poderia por fim à prática de indicação de nomes pelo governo-geral.

[...] não admira que mais de um candidato ilustre se apresente a pleitear a eleição de um deputado por esta província para preenchimento da vaga deixada pela morte do Desembargador e tanto mais quando a província do Espírito Santo conta de entre seus filhos homens de ilustração e de patriotismo, capazes de bem desempenhar o honroso mandato e que tem jazido no esquecimento devido às contínuas e despóticas imposições do governo, vergonhosa ingratidão de seus conterrâneos em favor de especuladores políticos, que uma vez chegando a seus fins, voltam as costas com desdém e mesmo cobrem de improperios aqueles que o levaram a uma cadeira no parlamento.

W pregava o fim do *amor de arribação*, isto é, desse sentimento que tomava conta dos candidatos provenientes de outras regiões do Império que só se dirigiam ao Espírito Santo para barganhar posições políticas: “[...] não se deixem atordoar por bombásticas teorias e essa trovoada de promessas que nunca serão cumpridas, pois da província do Espírito Santo ninguém se lembra, senão nestas ocasiões [...]”¹²⁷. A publicação defendia a eleição de um *capichaba* para o cargo e declarava seu apoio a José Marcelino Pereira de Vasconcellos.

[...] Condenamos o *bairrismo*, mas impossível é destruir a diferença que há entre os sentimentos dos filhos de uma província para com esta e dos que nela não nasceram e que dela se lembram quando veem que podem ser por ela elevados a uma posição que não alcançariam no seu torrão natal, onde são melhor conhecidos. Pelo menos, nós não lamentamos a desgraça de *não ter nascido capichaba* e não somos por isso suspeitos nessa questão de *amor à província*. [...] julgamos que de preferência devem os Srs. eleitores eger para representante de sua província um irmão seu que, como o Sr. Vasconcellos, reúne o saber e o patriotismo e que sempre aqui tem residido [...].

¹²⁶ JORNAL DA VICTORIA, ano I, n. 1, de 2 de abril de 1864. p. 4.

¹²⁷ JORNAL DA VICTORIA, ano I, n. 2, de 6 de abril de 1864. p. 3-4.

Embora contra o *bairrismo*, o autor da carta considerava inegável a diferença existente entre candidatos *capichabas* e aqueles nascidos em outras províncias. Os *capichabas* teriam um amor genuíno pelo Espírito Santo por dela serem filhos, constituindo-se *verdadeiros patriotas*, que compartilhavam uma relação de pertencimento da qual os indivíduos *de fora* não faziam parte. Os sentidos atribuídos ao vocábulo *capichaba* oscilavam estrategicamente, portanto, entre lugar de nascimento e identidade política¹²⁸.

O pretendente de *arribação* a que se referia a correspondência de *W* era Pedro Leão Vellozo, indicado pelo Diretório do Partido Liberal Progressista na Corte. A exemplo de Pereira de Vasconcellos, Pedro Vellozo também produziu manifestos impressos para a população do Espírito Santo¹²⁹. O documento, distribuído na capital e no interior, apresentava sua candidatura e pedia votos para o ex-presidente da Província¹³⁰. Vellozo também publicou circulares em *O Tempo* e no *Jornal da Victoria*, porque a *escola liberal* preconizava que os eleitores tinham direito “[...] de conhecer as ideias e desígnios políticos do candidato [...]”¹³¹.

Algumas *publicações a pedido* do *Jornal da Victoria* em apoio à candidatura de Leão Vellozo lembravam a época em que ele esteve à frente da presidência da Província. A retidão de seu caráter como homem público e seu compromisso com os capixabas eram avalizados pelos serviços prestados ao Espírito Santo.

É uma homenagem que a província presta a tão distinto merecimento, mostrando-se que não se esquece daqueles que sabem dedicar-se à promoção de sua prosperidade. O Sr. Leão Vellozo não é e nem pode ser um candidato de corrilho, será, portanto, escolhido da província; [...] Atenda o corpo eleitoral que o Sr. Leão Vellozo antes de tudo será representante da província, pois que não tem interesses peculiares a satisfazer; e seu maior interesse

¹²⁸ A estratégia política de apelar para uma identidade *capichaba* para fazer frente às candidaturas de indivíduos nascidos em outras províncias do Império foi retomada em vários momentos na imprensa de Vitória. Citamos, por exemplo, o posicionamento do *Jornal da Victoria* quanto à aspiração de Luiz Antônio Silva Nunes ao cargo de deputado geral em 1868. Se no pleito de 1864 o periódico manifestou-se contrário à justificativa de votar em José Marcelino de Vasconcellos por ser ele *capichaba*, alguns anos mais tarde defendeu o mesmo critério para desqualificar a campanha de Silva Nunes, que era apoiado pelos conservadores que administravam a Província e a política nacional. JORNAL DA VICTORIA, ano V, n. 442, de 2 de setembro de 1868.

¹²⁹ Tanto as circulares de Vasconcellos quanto as de Vellozo eram impressas na tipografia Liberal de *O Tempo*.

¹³⁰ Pedro Leão Vellozo tomou posse da presidência da Província do Espírito Santo em 4 de fevereiro de 1859 e em 20 de março do ano seguinte foi transferido para a província de Alagoas. DAEMON, Bazílio Carvalho. 2010. p. 404.

¹³¹ JORNAL DA VICTORIA, ano I, n. 4, de 13 de abril de 1864. p. 3.

consistirá em granjear a adesão da província. O Sr. comendador Vellozo não tem grupo, círculo especial, camarilha a alimentar e, portanto, se colocará na altura de representante da nação. *O eleitor independente*¹³².

O *eleitor independente* acreditava que Vellozo merecia o voto dos capixabas, que o fariam vitorioso imbuídos por um sentimento de gratidão. Sua indicação pelo Diretório do partido na Corte não constituía uma imposição, pois Leão Vellozo seria *escolhido* pela Província. Na tentativa de abafar os boatos espalhados pelos apoiadores de Pereira de Vasconcellos sobre candidatos *de fora*, a carta alegava que os únicos interesses de Vellozo eram representar o Espírito Santo e promover a prosperidade dessa porção do Império brasileiro.

O nome de Vellozo vinha se juntar aos de Antônio Cláudio Soido e Pereira de Vasconcellos, todos do partido Liberal, obrigando que o Diretório da agremiação na Província se manifestasse sobre a escolha de um deles para a disputa do pleito. A corrida eleitoral começara bem antes de ser escolhido o representante do grupo, dado que os candidatos Vellozo e Pereira de Vasconcellos já tinham comparecido à imprensa e confeccionado manifestos em busca de apoio político.

As opiniões do partido dividiam-se entre os três pretendentes e alguns atritos começavam a ser notados. Para dirimir os conflitos, Henrique Augusto de Azevedo, político liberal e sobrinho do coronel Monjardim, pensou numa saída possível para o dilema: a indicação de um quarto nome para candidato pelo Partido, nesse caso, o de José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim. Para Henrique Azevedo, Monjardim seria unanimidade entre os correligionários e sanaria as complicações que acometiam o grupo¹³³.

Consultados Pedro Leão Vellozo, Antônio Cláudio Soido e José Marcelino Pereira de Vasconcellos, apenas o terceiro não retirou sua candidatura em benefício da do chefe do partido na Província. Nas palavras de Henrique Azevedo, Vasconcellos estava resoluta “[...] a não desistir e quando seus correligionários o abandonassem, contava com alguns de seus amigos do eleitorado contrário [...] e que iria à urna embora com um só voto”¹³⁴. Diante do impasse, Monjardim optou por não concorrer

¹³² JORNAL DA VICTORIA, ano I, n. 3, de 9 de abril de 1864. p. 3.

¹³³ JORNAL DA VICTORIA, ano I, n. 7, de 23 de abril de 1864. p. 3.

¹³⁴ JORNAL DA VICTORIA, ano I, n. 4, de 13 de abril de 1864. p. 4.

pelo partido e convocou para uma reunião os membros do Diretório e outras influências políticas, a fim de deliberarem sobre o assunto.

No encontro, decidiu-se por uma consulta aos eleitores da Província via comunicações escritas. Tratava-se de uma experiência nova para a política capixaba. Seria a primeira vez que o corpo eleitoral manifestaria seu apoio por escrito e com poder de influenciar a escolha do candidato do partido antes da votação. Os eleitores deveriam informar por escrito o nome de sua preferência e devolver as comunicações ao Diretório para serem somadas as adesões.

Considerando que apenas uma minoria respondeu à solicitação, o presidente do Diretório, Monjardim, deliberou pelo nome de Pedro Leão Vellozo para concorrer como candidato do grêmio Liberal Progressista do Espírito Santo¹³⁵. O *Jornal da Victoria*, órgão do partido, acompanhou a decisão do presidente do Diretório, embora defendesse, em tese, uma posição de neutralidade.

[...] Como particular estava qualquer em seu direito pleno de recomendar este ou aquele candidato que mais simpatias lhe merecesse; porém, toda ideia favorável que fosse emitida pela redação de órgão de partido em favor de algum deles seria sem dúvida um justo motivo de ressentimento para os outros. [...] Nada acrescentaremos em abono do candidato escolhido, por ser ele muito conhecido nesta província onde esteve como presidente perto de dois anos, dando provas de um belo talento e de muito amor ao trabalho. E a respeito dos benefícios que ele pode fazer à província, cujas necessidades conhece e das vantagens que sua eleição trará ao partido liberal progressista, é também desnecessário acrescentar-nos uma só palavra, porque deve isto existir o ânimo de todos¹³⁶.

Estava declarada guerra entre José Marcelino Pereira de Vasconcellos e coronel Monjardim. Vasconcellos se ressentia pela escolha do chefe do partido e manteve sua candidatura. Para levar adiante sua eleição, buscou apoio na oposição conservadora provincial. De acordo com o *Jornal da Victoria*, Vasconcellos já tinha buscado *refúgio* no grupo liderado por Dionyzio Álvaro Resendo antes mesmo de ser divulgado o nome do candidato a concorrer pelos liberais. Ao que parece, ele pressentiu sua derrota no Diretório do partido Liberal na Província.

¹³⁵ O Diretório era composto por três membros: Monjardim – Presidente, José Marcelino Pereira de Vasconcellos e Manoel do Couto Teixeira. Pereira de Vasconcellos não opinou sobre a decisão por estar candidato ao pleito de 1864 e Couto Teixeira não compareceu à reunião sob a alegação de problemas de saúde.

¹³⁶ JORNAL DA VICTORIA, ano I, n. 4, de 13 de abril de 1864. p. 3

A cisão provocada no partido pela insubordinação de Pereira de Vasconcellos era repudiada pelo *Jornal da Victoria* e pelos liberais que apoiavam a decisão de Monjardim. Com tom de desabafo e de provocação, Vasconcellos iniciou uma luta discursiva via *Correio da Victoria* contra a família Monjardim¹³⁷.

[...] S. S. foi infiel na redação do seu último artigo publicado no nº 3 do jornal *Correio da Victoria* de 16 do corrente. Pode S. S. trabalhar quanto quiser, pode empregar todos os meios que estiverem a seu alcance e descarregar toda a sua metralha contra o venerado ancião o Sr. coronel Monjardim e sua família que está no seu direito; mas nunca poderá de nenhum modo justificar o procedimento irregular que teve com ele e seus amigos correligionários na presente luta eleitoral [...]¹³⁸.

Entre as acusações mais recorrentes estava a de que o coronel Monjardim desejava criar uma oligarquia na Província do Espírito Santo, pois “[...] na Assembleia Provincial a família Monjardim tem 5 membros; no eleitorado da capital, tem também 5; no do Queimado tem 4 e na guarda nacional seria um longo mar para navegar”¹³⁹. Os apoiadores de Monjardim rechaçavam com ironia as assertivas de Pereira de Vasconcellos e o indagavam: “[...] que culpa tem o Sr. Monjardim de o Sr. José Marcelino não ter parentes para serem todos eleitores, oficiais e membros da Assembleia?”¹⁴⁰

Pedro Leão Vellozo também foi alvo da ira de Vasconcellos no *Correio*. Ao ex-presidente era imputada a responsabilidade de cindir o partido Liberal na Província, como se sem Vellozo o nome de Pereira de Vasconcellos tivesse sido indicado. Em sua defesa, Leão Vellozo publicou no *Jornal da Victoria* uma carta em que afirmava que aceitou levar adiante sua campanha somente após conversar com a liderança liberal da Província a respeito do outro candidato do partido, pois não queria nodoar candidaturas legítimas¹⁴¹.

O major Henrique Augusto de Azevedo também se manifestou a respeito da suposta traição infligida a José Marcelino Pereira de Vasconcellos narrada nas publicações

¹³⁷ Conforme já afirmamos, foram localizados poucos exemplares dos anos de 1863 e 1864 do *Correio da Victoria*. As edições que dispomos não fazem alusão às disputas eleitorais que ora tratamos. As afirmações que fazemos desse período para o *Correio* foram baseadas em citações feitas pelo *Jornal da Victoria*.

¹³⁸ JORNAL DA VICTORIA, ano I, n. 7, de 23 de abril de 1864.

¹³⁹ JORNAL DA VICTORIA, ano I, n. 7, de 23 de abril de 1864. p. 1.

¹⁴⁰ JORNAL DA VICTORIA, ano I, n. 7, de 23 de abril de 1864. p. 2.

¹⁴¹ ¹⁴¹ JORNAL DA VICTORIA, ano I, n. 4, de 13 de abril de 1864. p. 3.

do *Correio da Victoria*. Azevedo considerava a candidatura de Vasconcellos inconveniente e antipolítica. Inconveniente, porque ele não comungava as ideias políticas *atualmente* defendidas pelo partido Liberal Progressista da Província; e antipolítica, porque culminaria na divisão do grupo e conseqüentemente colocaria os liberais numa posição de fragilidade no cenário político local¹⁴².

Para Henrique Azevedo, a atitude de Pereira de Vasconcellos rompia princípios de dignidade política preconizados pelo grupo Liberal, pois “[...] se temos um partido político e com um Diretório do qual faz parte, deveria esperar por qualquer deliberação dessa corporação, para a aceitar ou repelir então conforme suas conveniências particulares [...]”¹⁴³.

Recaía sobre Vasconcellos a acusação de que suas circulares, distribuídas em diversos pontos da Província antes das reuniões feitas pelo Diretório Liberal, afirmavam ser sua candidatura desprovida de cor política de partido e que somente lhe importavam o progresso e o desenvolvimento do Espírito Santo. Para os liberais, esse documento era a prova de que o candidato não era verdadeiramente liberal, pois não abafava suas pretensões pessoais em prol dos interesses de um grupo¹⁴⁴.

[...] como liberal sou obrigado a pugnar pela causa dos verdadeiros liberais, como amante da província em que nasci sou obrigado a abraçar a quem oferecer mais garantias ao desenvolvimento dela; sou bairrista, porém, esse amor a meus patrícios julgo não dever ser tal que faça calar os interesses reais da minha província e do partido [...]”¹⁴⁵.

Os *verdadeiros liberais* não aceitavam o critério do local de nascimento como único ou mais importante a ser levado em consideração na escolha de candidatos para a representação nacional. Não eram contra o *bairrismo*, apenas alegavam colocar acima disso os interesses da Província e do partido de que faziam parte. Para eles, a recomendação feita por Vasconcellos e seus apoiadores para que os eleitores votassem em um candidato *capichaba* era um subterfúgio para angariar sufrágios.

[...] o decantado bairrismo e dignidade da província não é mais do que uma *pinguela* para dar passagem à elevação do Sr. José Marcelino [...]. Somente agora foi que despertaram os sentimentos

¹⁴² JORNAL DA VICTORIA, ano I, n. 4, de 13 de abril de 1864. p. 4.

¹⁴³ JORNAL DA VICTORIA, ano I, n.º 4, de 13 de abril de 1864. p. 4.

¹⁴⁴ JORNAL DA VICTORIA, ano I, n.º 7, de 23 de abril de 1864. p. 2.

¹⁴⁵ JORNAL DA VICTORIA, ano I, n.º 4, de 13 de abril de 1864. p. 4.

de bairrismo? Qual bairrismo, nem dignidade de província! São palavrões para iludir aos néscios; quem não vê nesses recursos um *nariz de cera* que serve para a ocasião? A dignidade da província está em ser representada dignamente, está no acerto da escolha [...]. Eleve-se a província à devida altura, não se deixe arrastar dos preconceitos com que se especula, faça uma escolha digna de si, de um homem que não a envergonhe no parlamento e seja capaz de tomar parte em todas as questões, ainda as do estado, que não devem ser reservadas às deputações das grandes províncias, como pretende o Sr. José Marcelino [...]¹⁴⁶.

O *Jornal da Victoria* defendia a eleição de um candidato que quisesse ser mais na Câmara dos Deputados do que propunha José Marcelino, para quem os deputados do Espírito Santo deviam deixar as *altas questões de Estado* aos representantes de outras províncias. Para o órgão do partido Liberal na imprensa capixaba, os eleitores deveriam eleger um político que não se envergonhasse diante dos colegas do Parlamento e isso só o faria alguém com ilustração e conhecimento da política nacional. Nesse sentido, Pedro Leão Vellozo preenchia todos os requisitos.

A aliança formada entre José Marcelino Pereira de Vasconcellos e o líder do partido Conservador na Província, Dionyzio Álvaro Rezendo, foi anunciada pelo *Correio da Victoria* e era alcunhada pelos jornais da época de *liga Dionyzio-Vasconcellos*. Os boatos sobre a saída definitiva de José Marcelino das fileiras liberais eram temidos pelo *Jornal da Victoria*. Havia expectativa de que a ruptura com o partido fosse momentânea, decorrente apenas do desejo do candidato de ascender à Câmara dos Deputados. Após o pleito, esperava-se que Vasconcellos não desbancasse para o lado *vermelho*¹⁴⁷.

As notícias sobre a liga eram veiculadas pelos jornais *O Monarchista* e *Correio da Victoria*. Os liberais custavam a acreditar que as informações fossem verdadeiras, pois “[...] quem poderia compreender aliança séria entre elementos tão contrários?”¹⁴⁸. José Marcelino e Dionyzio Rezendo eram inimigos políticos declarados há alguns anos. Vários foram os editoriais de *O Tempo* assinados por Pereira de Vasconcellos que versavam sobre a vida pública do chefe Conservador¹⁴⁹. Nunca elogiosos, esses artigos fizeram sérias acusações a

¹⁴⁶ JORNAL DA VICTORIA, ano I, n. 6, de 20 de abril de 1864. p. 4.

¹⁴⁷ JORNAL DA VICTORIA, ano I, n. 21, de 15 de junho de 1864. p. 2-3.

¹⁴⁸ JORNAL DA VICTORIA, ano I, n. 21, de 15 de junho de 1864. p. 2-3.

¹⁴⁹ Em *O Tempo*, José Marcelino também atacou a reputação de Rebello, outro expoente político conservador da capital. JORNAL DA VICTORIA, ano I, n. 50, de 1º de outubro de 1864. p. 3.

Rezendo¹⁵⁰. Por essa aproximação com o partido da oposição, Pereira de Vasconcellos começou a ser apelidado pela folha liberal de *político de conveniência*.

[...] fiquem todos sabendo quanto o Sr. José Marcelino é amigo do progresso e ardente dedicado aos interesses de sua província como o declara no *Correio da Victoria* último. *Por amor do progresso* o Sr. José Marcelino pugnou pelo triunfo dos liberais na eleição de 9 de agosto do ano passado. *Por amor do progresso* o mesmo Sr. pugna hoje pelo triunfo dos conservadores na eleição de 7 de setembro. [...] *as circunstâncias fazem as situações* isto é (na interpretação que se lhe pode dar) *os homens políticos*¹⁵¹.

É curioso observar que as publicações do *Jornal da Victoria* contra José Marcelino Pereira de Vasconcellos nunca mencionaram a sua condição de filho ilegítimo. As anotações sobre seu nascimento informam que ele não pôde ser reconhecido legalmente pelo pai, Andrade Vasconcellos. A legislação vigente à época imputava à prole ilegítima uma série de restrições legais, entre elas a de exercer cargos públicos¹⁵².

Se os preceitos legais tivessem sido observados, seria no mínimo difícil Pereira de Vasconcellos iniciar-se na vida pública ou nela fazer carreira. De acordo com Eliane Cristina Lopes, os ilegítimos “[...] não podiam concorrer a cargos públicos, participar na partilha dos bens dos progenitores e contrair matrimônio [...]”¹⁵³. No entanto, as sociabilidades cotidianas comprovavam o contrário, pois os bastardos eram absorvidos pela sociedade: “[...] a considerável presença de bastardos, nas realidades portuguesa e brasileira, fazia com que burlar as muitas restrições imperasse sobre a obrigatoriedade das leis”¹⁵⁴.

É interessante constatar o silêncio dos jornais em relação à bastardia de Pereira de Vasconcellos como impeditivo à sua carreira política. Essa comprovação pode ser estendida inclusive para os jornais capixabas de anos posteriores, pois Vasconcellos continuou atuante na vida pública da Província do Espírito Santo até 1873, quando se mudou definitivamente para o Rio de Janeiro.

¹⁵⁰ JORNAL DA VICTORIA, ano I, n. 21, de 15 de junho de 1864. p. 2-3.

¹⁵¹ JORNAL DA VICTORIA, ano I, n. 45, de 14 de setembro de 1864. p. 4.

¹⁵² Cf: Código Philippino ou Ordenações do Reino de Portugal de 1870, Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia de 1853 e Colleção Chronologica de Leis Extravagantes, de 1819.

¹⁵³ LOPES, Eliane Cristina. *O revelar do pecado: os filhos ilegítimos na São Paulo do século XVIII*. São Paulo: Annablume, 1998. p. 17.

¹⁵⁴ LOPES, Eliane Cristina, 1998. p. 74.

A ruptura com o partido Liberal em 1864 parece não ter dado prejuízos aos objetivos eleitorais de José Marcelino Pereira de Vasconcellos. Na eleição para representação nacional ocorrida em 24 de abril daquele ano, ele foi vitorioso em todos os colégios eleitorais, à exceção do de São Mateus¹⁵⁵.

Nos meses seguintes, as notícias sobre a liga *Dionyzio-Marcelino* confirmaram-se¹⁵⁶. Os dois, inclusive, cabalaram juntos na imprensa e fora dela para o pleito de vereadores e juizes de paz que teve lugar em 7 de setembro de 1864¹⁵⁷. Os liberais responsabilizavam os *ligueiros* pela desordem das eleições de 7 de setembro, marcadas por gritos e violação da urna¹⁵⁸. José Marcelino, chamado de *Belchior da casa amarela*¹⁵⁹, era acusado de nepotismo, por incluir o nome de seu cunhado, Emílio da Silva Coutinho, nas chapas para vereadores e juizes de paz com o fim de arranjar-lhe um cargo público¹⁶⁰.

As publicações do *Jornal da Victoria* atestam que o periódico atuava na interlocução de negócios públicos para além das discussões sobre episódios de disputas eleitorais. Já nos primeiros meses de sua existência, um editorial da folha discutia a importância da *diversidade de cores* políticas existentes no Brasil: “[...] mal [do país] se exclusivamente dominasse o partido liberal, sem a inspeção que no jogo do sistema parlamentar cabe de direito ao partido em oposição [...]”. De acordo com a folha, a oposição desempenharia um papel fundamental para a manutenção da ordem e da prosperidade, pois a fiscalização das ações públicas coibiria o desenvolvimento de práticas corruptíveis¹⁶¹.

¹⁵⁵ Colégio da capital: José Marcelino – 29 votos, Pedro Vellozo – 15 votos; colégio de Santa Cruz: José Marcelino – 26 votos, Pedro Vellozo – 9 votos; colégio de Benevente: José Marcelino – 18 votos, Pedro Vellozo – 5 votos; colégio de São Mateus: José Marcelino: 5 votos, Pedro Vellozo – 5 votos. JORNAL DA VICTORIA, ano I, n. 8, de 27 de abril de 1864. p. 2.

¹⁵⁶ JORNAL DA VICTORIA, ano I, n. 43, de 3 de setembro de 1864. p. 3.

¹⁵⁷ Nas eleições municipais de 7 de setembro, José Marcelino foi eleito vereador e juiz de paz pelo colégio da capital. Para os dois cargos ele foi o candidato mais votado, com 225 votos para vereador e 222 votos para juiz de paz. JORNAL DA VICTORIA, ano I, n. 45, de 14 de setembro de 1864. p. 2.

¹⁵⁸ JORNAL DA VICTORIA, ano I, n. 45, de 14 de setembro de 1864. p. 2.

¹⁵⁹ O apelido *Belchior* foi originalmente usado pelos conservadores para se referirem a José Marcelino porque ele tinha um pequeno negócio de drogas e elixires. Quando ele passou às fileiras do partido Conservador, os liberais apropriaram-se da alcunha associando a cor da casa onde residia para tornar ainda mais fácil sua identificação. CONSTITUCIONAL, ano II, n. 51, de 6 de março de 1863. p. 3-4.

¹⁶⁰ JORNAL DA VICTORIA, ano I, n. 52, de 8 de outubro de 1864. p. 4.

¹⁶¹ JORNAL DA VICTORIA, ano I, n. 6, de 20 de abril de 1864. p. 3-4.

Embora reconhecesse a importância da oposição na supervisão dos negócios públicos, o *Jornal da Victoria* considerava que os liberais tinham primazia na governança do país. A reprodução de um artigo do periódico *Rio Grandense* parecia deixar clara essa posição da redação¹⁶²: apenas a *opinião liberal* poderia administrar o Brasil, porque ela estava comprometida com o princípio da liberdade.

Só opinião liberal pode hoje governar o país. É à sombra dela que ainda se conserva no poder a liga progressista. [...] O espírito da época é a liberdade: toda a sabedoria do governo consiste em fazer dela uma verdade prática, como é uma verdade legal. Na esfera política e em todas as relações sociais a liberdade, assim como é um direito, é a fonte de todo o bem para o indivíduo e para a nação. A liberdade é o repouso, a riqueza e a glória dos povos [...]¹⁶³.

A liberdade, considerada a base dos princípios e a garantia da soberania do povo, simbolizava os direitos apregoados pela Constituição e era “[...] o dogma primordial de toda a religião política, social e humanitária [...]”¹⁶⁴. Para o *Jornal da Victoria*, somente o partido Liberal Progressista poderia tornar efetiva a liberdade em sua plenitude (das eleições, do parlamento e da imprensa) porque praticava ideias livres. Entre os valores defendidos pelo periódico estavam o voto livre¹⁶⁵, “[...] tão livre como o pensamento que o ditar [...]”¹⁶⁶, e a soberania política do povo¹⁶⁷, do qual faziam parte apenas os cidadãos ativos¹⁶⁸.

Para tornar realidade os desígnios do partido, os liberais capixabas contavam com os periódicos, chamados de *tribuna do povo*¹⁶⁹, que atuavam na crítica dos negócios públicos. Citando M. de Persigny, Ministro do Interior da França em 1861, o *Jornal*

¹⁶² A permuta era uma prática disseminada entre os jornais capixabas da segunda metade do Oitocentos. Todos os jornais pesquisados permutavam com redações de outras províncias. As trocas não se restringiam a regiões próximas à Província. Localizamos transcrições provenientes de impressos do Ceará, do Rio Grande do Sul, de Pernambuco, da Bahia, entre outras. Esse intercâmbio discursivo é bastante indicativo da formação de redes de comunicação entre os políticos da Província do Espírito Santo com grupos de mesma filiação partidária de diversos pontos do país a partir dos impressos, favorecendo a troca de ideias e a publicidade de opiniões. Para Luciano da Silva Moreira, a interação entre jornais “[...] contribuía para a organização de uma efetiva ‘esfera pública’ [...]”. MOREIRA, Luciano da Silva. 2011. p. 236.

¹⁶³ JORNAL DA VICTORIA, ano IV, n. 354, de 19 de outubro de 1867. p. 3.

¹⁶⁴ JORNAL DA VICTORIA, ano I, n.º 67, de 3 de dezembro de 1864. p. 3.

¹⁶⁵ JORNAL DA VICTORIA, ano I, n.º 34, de 3 de agosto de 1864. p. 3.

¹⁶⁶ JORNAL DA VICTORIA, ano IV, n.º 277, de 19 de janeiro de 1867. p. 1.

¹⁶⁷ JORNAL DA VICTORIA, ano I, n.º 67, de 3 de dezembro de 1864. p. 3.

¹⁶⁸ SANTOS, Beatriz Catão Cruz & FERREIRA, Bernardo. Cidadão. In: JÚNIOR, João Feres. 2009. p. 59.

¹⁶⁹ JORNAL DA VICTORIA, ano IV, n. 277, de 19 de janeiro de 1867. p. 1.

da *Victoria* chamava a atenção para a liberdade de imprensa e sua relação para com os governos¹⁷⁰:

[...] um poder forte, nacional, nada tem a temer; antes, pelo contrário, ganha com a liberdade da discussão... a liberdade da imprensa é o freio dos abusos do poder, das ambições desregradas, das intrigas contrárias as do bem público. É o movimento das ideias impresso a todo o organismo social e político; é, numa palavra, para a liberdade moderna, o que a vida ardente mais fecunda do foro era para a liberdade antiga [...]¹⁷¹.

A única ressalva que a folha liberal fazia à opinião de Persigny era que a liberdade de discussão não estava acima da liberdade de reunião, pois esta era “[...] muito mais importante para o bem estar do povo [...]”¹⁷². Pela primeira vez falava-se na imprensa sobre a vida associativa e sua importância para a formação moral, intelectual e política da população.

Questões de política nacional também foram discutidas pelo órgão do partido Liberal na Província do Espírito Santo, entre elas, a crise financeira¹⁷³ de 1864 e a guerra do Paraguai. Sobre a Quebra do Souto, o periódico descreveu os episódios de instabilidade comercial e monetária vividos pelos negociantes e proprietários de casas bancárias da praça comercial do Rio de Janeiro e seus desdobramentos em outras províncias.

[...] O pânico surdo aos raciocínios e receio de imprevistas calamidades cede lugar ao estudo profícuo dos fatos, a fecundas considerações sobre suas causas e seus efeitos. É neste terreno, sobre esta calma que já denuncia o predomínio do bom senso público, que hão de restabelecer-se gradualmente a confiança e a

¹⁷⁰ A citação foi retirada do livro CHASSIN, Charles-Louis. *Liberté de la presse*. Lettres à M. de Persigny, ministre de l'Intérieur, par Charles-Louis Chassin. 1861, vol. I. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5424819m/f6.image.r=libert%C3%A9>>. Acesso em: 5 de janeiro de 2015.

¹⁷¹ JORNAL DA VICTORIA, ano V, n. 393, de 4 de março de 1868. p. 2.

¹⁷² JORNAL DA VICTORIA, ano V, n. 393, de 4 de março de 1868. p. 2.

¹⁷³ Esta crise ficou conhecida pela historiografia brasileira como a crise do Souto ou Quebra do Souto. Sua origem remonta às reformas monetárias do liberal Sousa Franco introduzidas durante o Gabinete Olinda em 1857. A emissão de moedas desenfreada provocou o primeiro surto inflacionário do Brasil. CARVALHO, José Murilo de. 2009. p. 24. O nome da crise “referia-se ao fechamento de uma das maiores casas bancárias do Rio de Janeiro, em meados do século XIX, de propriedade de Antônio José Alves Souto, imigrante português que aí se estabelecera. [Tratava-se de uma importante casa bancária cujas] [...] atividades junto às principais instituições financeiras cariocas chegaram a movimentar 8.000:000\$ nos dias que precederam a crise, volume de recursos superior ao orçamento de 7.652:476\$550 proposto para o exército brasileiro [...]”. SÁEZ, Hernán Enrique Lara. *O 11 de setembro de 1864 da praça carioca: a crise do Souto e a transformação da política econômica brasileira*. Disponível em: <<http://www.iseg.utl.pt/aphes30/docs/progdocs/HERNAN%20SAEZ.pdf>>. Acesso em: 9 de janeiro de 2015.

atividade mercantil. Os sintomas desta reação natural vão felizmente aparecendo e, embora esteja fresca a lembrança do mal, já cresce a fé nas forças de que dispomos para inteiro restabelecimento [...] ¹⁷⁴.

A edição de 1º de outubro de 1864 trazia bons augúrios. Os correspondentes do *Jornal da Victoria* na Corte informavam que o governo brasileiro trabalhava para minimizar os danos econômicos. A redação, por sua vez, previa um rápido restabelecimento da praça mercantil carioca.

O andamento da guerra, por seu turno, era narrado em longos textos retirados de impressos da Corte e também em produções originais dos correspondentes do *Jornal da Victoria* e de seus próprios redatores. Notícias sobre o progresso do conflito foram publicadas durante todo o período de existência da folha.

Em 1866, os artigos relatavam as dificuldades enfrentadas pelas tropas brasileiras – mortes de soldados decorrentes dos combates, de epidemias e de carestia de alimentos –, ao que o jornal capixaba posicionava-se favorável à organização de um novo exército:

Não é somente a honra nacional empenhada na luta gigantesca que sustentamos; não é somente a causa do futuro que nos abre as páginas da história, ainda em branco, para recolher a nossa glória ou ignomínia, que exigem esse sacrifício. É o sangue de nossos irmãos que morreram pela pátria; é o crepe que enluta agora mesmo centenas de famílias férias pelo raio da guerra; é, sobretudo, e além de tudo, as nossas legiões que lá combatem [...]. É preciso que o sangue derramado não seja inútil; é força que a tamanhos sacrifícios não se junte o pesar da nação. O país, tomado de improviso por nossa sanguinolenta querela, teve e tem que lutar com dificuldades quase insuperáveis [...] ¹⁷⁵.

O *sacrifício glorioso* a que se referia o editorial dizia respeito à necessidade de novos soldados se juntarem às tropas, porém, sem recrutamento forçado. Os redatores acreditavam que os indivíduos deveriam se alistar espontaneamente porque a luta significava mais do que a defesa da *honra nacional* e do *futuro* do Brasil; tratava-se de vingar a morte de milhares de brasileiros que *morreram pela pátria*.

No que dizia respeito à administração provincial, a redação do *Jornal da Victoria* mostrava-se conhecedora das necessidades da região e discutia na imprensa

¹⁷⁴ JORNAL DA VICTORIA, ano I, n. 50, de 1º de outubro de 1864. p. 2.

¹⁷⁵ JORNAL DA VICTORIA, ano III, n. 265, de 5 de dezembro de 1866. p. 2.

medidas que beneficiariam o Espírito Santo. Uma delas foi a proposta de divisão dos municípios ao norte da Província, especificamente os limites entre a cidade de São Mateus e a vila da Barra de São Mateus.

[...] Entre tantas divisões que se tem efetuado nos diversos municípios desta província uma que tem sido esquecida com a maior injustiça, mas que de certo não o será pela atual Assembleia Provincial [...]. Todos compreendem facilmente a necessidade de fixarem-se limites bem definidos entre os municípios e freguesias vizinhas; as autoridades precisam conhecer as raias, dentro das quais suas ordens devem ser obedecidas e as juntas qualificadoras tem urgência em conhecerem os cidadãos que devem ser incluídos na lista geral dos votantes. É por isso que trazemos hoje para a imprensa uma questão desta natureza, a qual pela sua importância merece todas as honras da discussão. Queremos referir-nos à divisão entre a cidade de São Mateus e a vila da Barra do mesmo nome [...]"¹⁷⁶.

De acordo com os redatores, a divisão recomendada impactaria o processo eleitoral no norte da Província, porque possibilitaria às juntas qualificadoras produzir listas de votantes mais fidedignas sem a duplicidade de nomes de indivíduos que ora se apresentavam como residentes na cidade de São Mateus, ora na Vila¹⁷⁷.

Outro ponto debatido nos editoriais eram as obras públicas reclamadas pela capital da Província do Espírito Santo. Conforme o *Jornal da Victoria*, de julho a agosto de 1864 as folhas liberal e conservadora da cidade discutiram a respeito da construção de um *boulevard* na Rua do Comércio de Vitória¹⁷⁸. Os editoriais do *Correio* manifestavam-se contra o projeto proposto pelo engenheiro Pedro Cláudio Soido, político liberal, ao passo que o *Jornal da Victoria* era favorável.

[...] Não nos passa pela mente a mais ligeira dúvida sobre a sinceridade com que a redação do *Correio da Victoria* afirma que deseja tanto quanto se pode desejar a prosperidade desta província e o bem estar dos nossos cocidadãos, mas nem por isso pudemos deixar de declarar-nos em oposição às considerações que expendeu em seu último número acerca do boulevard projetado na rua do Comércio desta cidade. Também ninguém tem direito de duvidar que iguais sentimentos anime ao autor da ideia, nem ao redator deste jornal que a aplaudiu. [...] Bem longe de considerarmos essa obra

¹⁷⁶ JORNAL DA VICTORIA, ano I, nº 24, de 29 de junho de 1864, p. 2.

¹⁷⁷ A discussão sobre a divisão envolvendo a cidade de São Mateus e a Vila da Barra de São Mateus também foi assunto do editorial da edição nº 25, de 2 de julho de 1864.

¹⁷⁸ Conforme já afirmamos, a falta da maioria dos exemplares do *Correio da Victoria* dos anos de 1864 a 1868 impele-nos a analisar esse impresso a partir das referências feitas pelo órgão do partido Liberal na imprensa capixaba.

como apenas agradável e de luxo, julgamo-la da maior utilidade, até pelo lado da salubridade pública [...]”¹⁷⁹.

Ao que parece, o *Correio* afirmava ser a construção uma ideia luxuosa e supérflua para a cidade. O periódico liberal, por seu turno, defendia que o projeto justificava-se pela melhora da salubridade pública. Em primeiro lugar, a obra beneficiaria os proprietários de terrenos da Rua do Comércio, dado que seus imóveis aumentariam de preço “[...] e não faltaria quem nas áreas edificar [...]” e a medida apressaria o aterro do mangal do Campinho¹⁸⁰, “[...] esse foco perene das febres [...]”, reclamação frequente da população capixaba desde as primeiras décadas do século XIX¹⁸¹.

[...] Ninguém ignora o quanto são nocivas as águas dos lugares pantanosos, principalmente no meio de uma cidade onde há tantos centenares de indivíduos para respirar um ar impuro por causa das decomposições efetuadas com o calor do dia [...]”¹⁸².

Os redatores do *Jornal da Victoria* concordavam com os conservadores do *Correio* de que *ser agradável* não era justificativa de maior relevância, o que não significava também ser desconsiderada. De acordo com o órgão liberal, a edificação do *boulevard* ia ao encontro da realidade das cidades mais desenvolvidas e civilizadas do mundo, onde sempre existia “[...] um lugar de passeio para refrigério das famílias na estação calma [...]”¹⁸³.

O ponto fulcral dos debates, no entanto, era outro. Se a Província do Espírito Santo não utilizasse todo o recurso enviado pelos cofres gerais em auxílio às obras públicas do exercício de 1864, seria necessário devolver os valores disponíveis.

[...] Foi assim que esta província, no exercício de 1862-1863, perdeu a quantia de 5 contos de réis que lhe foi consignada, porque o presidente Costa Pereira entendeu que ela de nenhum melhoramento carecia. No exercício que terminou anteontem teve ainda a Província o mesmo auxílio, mas durante o primeiro semestre em que ainda administrou o mesmo celeberrimo presidente nenhuma despesa se fez da quantia votada, mas também nenhum benefício recebeu a Província [...]. [...] Não censuramos aquela redação [do *Correio*] porque podia não estar bem inteirada de todas as circunstâncias que acabamos de referir; a quem não podemos desculpar é ao Sr. Dr. Rebello, procurador fiscal da Fazenda, e tanto

¹⁷⁹ JORNAL DA VICTORIA, ano I, n. 25, de 02 de julho de 1864. p. 3.

¹⁸⁰ Sobre a prática de aterros em Vitória no século XIX, conferir o capítulo I da tese.

¹⁸¹ JORNAL DA VICTORIA, ano I, n. 25, de 02 de julho de 1864. p. 3.

¹⁸² JORNAL DA VICTORIA, ano I, n. 25, de 02 de julho de 1864. p. 3.

¹⁸³ JORNAL DA VICTORIA, ano I, n. 25, de 02 de julho de 1864. p. 3.

assim que fomos levados a considerar a sua oposição dirigida por quaisquer outros sentimentos – menos o interesse dos dinheiros públicos [...] ¹⁸⁴.

Considerando que os orçamentos para a construção do *boulevard* já estavam prontos e que não havia tempo suficiente para a Assembleia Provincial formar uma comissão a fim de propor outra obra, a redação do *Jornal da Victoria* opinava favoravelmente ao projeto de Pedro Cláudio Soido para que o Espírito Santo não perdesse recursos.

Particulares também publicavam na imprensa capixaba sobre os negócios públicos da Província. Foram identificadas várias correspondências que tratavam da fiscalização da administração municipal e demandavam às autoridades o cumprimento de suas atribuições.

Atenção: qual será a causa do Sr. Manoel Pinto Aleixo, fiscal da Câmara Municipal, não ter atendido as rogativas que lhe há feito certas pessoas que transitam pela estrada que da Ilha das Caieiras comunica esta cidade? Sr. fiscal cuide das suas obrigações; mande que os moradores daquele lugar limpem a estrada, a fim de que os transeuntes não se vejam tão embaraçados em certas jornadas. Mande também mudar umas cancelas que se acham colocadas dentro do mato para a estrada onde eram antigamente; veja que isto reverte em prejuízo daqueles moradores, não queira em santo ócio fazer somente jus aos cunquibos: lembre-se que prestou um juramento e este não foi o do venha a nós; é preciso prestar serviços; e se não der atenção as nossas muito justas reclamações, voltaremos a fim de que o público conheça o que se passa. O *Duca* ¹⁸⁵.

Na denúncia de *Duca*, deu-se publicidade ao nome do fiscal da Câmara Municipal de Vitória. Para além de torná-lo conhecido, a divulgação do nome também objetivava envergonhá-lo perante a sociedade capixaba. Afinal, *Duca* acusava Manoel Pinto Aleixo de não cumprir com o juramento que prestou no ato de posse do cargo, parecendo-lhe preocupado apenas com a remuneração que recebia no início de cada mês. Investido em uma função pública, era necessário que Pinto Aleixo atendesse as demandas da população dos bairros sob sua responsabilidade. Caso isso não ocorresse, o anônimo comprometia-se a voltar à imprensa para que “[...] o público conheça o que se passa”. A ausência de novas

¹⁸⁴ JORNAL DA VICTORIA, ano I, n. 25, de 02 de julho de 1864. p. 3.

¹⁸⁵ JORNAL DA VICTORIA, ano I, n. 50, de 1º de outubro de 1864. p. 4.

correspondências particulares no *Jornal da Victoria* sugere-nos que a iniciativa de *Duca* logrou sucesso e o fiscal deve ter retomado suas atividades com eficiência.

A partir de março de 1868, o *Jornal da Victoria* ganhava um aliado na imprensa capixaba para a defesa dos interesses do partido Liberal Progressista na Província. O *Cidadão*, periódico de José Correa de Jesus, que também era seu redator principal, publicou o primeiro número em 15 de março daquele ano. Estruturada em formato de série, a folha era comercializada somente por assinatura. A publicação oscilava entre uma e duas vezes por semana e era impressa por Emílio Francisco Guizã.

A criação do novo jornal dava-se num contexto de crise do partido Liberal no cenário político nacional. O Gabinete Zacarias apresentava sinais de desgaste. José Murilo de Carvalho elenca uma sucessão de fatos que corroboraram para o fim do último ministério liberal, em 16 de julho de 1868¹⁸⁶. Entre eles, destacam-se a derrota das tropas brasileiras no ataque à fortaleza de Curupaiti, que desencadeou a nomeação de um general conservador, Caxias, para tentar salvar as frentes de batalha, o que, por sua vez, levou à demissão do Ministro de Guerra, Ângelo Ferraz, desafeto do novo comandante das tropas; a inclusão da questão servil na Fala do Trono de 1867; e a escolha do nome de Salles Torres Homem para a lista tríplice referente à vaga de senador pela província do Rio Grande do Norte. A edição inaugural de *O Cidadão* manifestava a situação delicada vivida pelos liberais também da Província do Espírito Santo.

Mais um lidador na arena do jornalismo. Não é de admirar, porque quando o país acha-se em circunstâncias críticas todos os cidadãos tem a restrita obrigação de trazer o óbolo das suas ideias para esclarecer a opinião pública e o povo saber como são geridos os seus negócios [...] ¹⁸⁷.

A expressão *arena do jornalismo* utilizada no editorial consagrava a imprensa como um espaço de discussão política. A fundação de *O Cidadão* era uma resposta à situação crítica vivida pelo país, em que era imperioso tomar parte no debate político e *esclarecer a opinião pública*. O jornal afirmava ser *filho do povo* e defensor dos direitos desse povo. A noção de *povo* apresentava-se associada à de soberania política e, portanto, dizia respeito aos indivíduos com direitos políticos.

¹⁸⁶ CARVALHO, José Murilo de. 2009. p. 25.

¹⁸⁷ O CIDADÃO, n. 1, série I, de 15 de março de 1868. p. 1.

[...] Se é grande e sublime o soldado no campo da batalha, envolvido de fumo, coberto de poeira, galgando a muralha no assalto e plantando o estandarte da pátria ao som dos hinos da vitória na fortaleza inimiga, não deixa, também, de ser menos grande aquele que no fundo do gabinete acompanha a marcha da pública administração e defende os direitos dos seus concidadãos na luta não menos gloriosa da imprensa [...]”¹⁸⁸.

Carregado de uma retórica beligerante, provavelmente influenciado pela conjuntura de crise do partido Liberal e da guerra contra o Paraguai, o editorial colocava no mesmo patamar de importância as tarefas desempenhadas pelo soldado, combatente pela pátria, e pelo publicista na imprensa¹⁸⁹. Para o redator, as duas personagens defendiam os mesmos interesses, cada qual da sua *trincheira*. Escrever em jornais configurava-se uma luta em que se digladiavam opiniões divergentes.

O *Cidadão* intitulava-se defensor do princípio liberal e da imprensa independente e esclarecia não ter interesse de causar “[...] embaraço à administração pública e, ao contrário, enquanto ela revelar ilustração e revestir com manto da justiça todos os seus atos como até agora, terá o apoio [...]”¹⁹⁰. O objetivo do jornal visava ao *bem público*: conter os abusos de autoridade e sustentar o governo quando a *anarquia* tentasse tomar o poder¹⁹¹.

Além disso, pretendia discutir as políticas local e nacional, concentrando sua atenção na vida pública dos indivíduos e deixando intacto o *santuário de suas famílias*; opinava, também, sobre os caminhos a serem trilhados pelo país. Para O *Cidadão*, os negócios públicos deveriam ser objeto de escrutínio por parte dos publicistas. Estes desempenhavam uma *publicidade crítica* das ações do Estado¹⁹², isto é, produziam uma opinião a respeito dos atos oficiais, porque “[...] o povo tem o direito incontestável de intervir na marcha do progresso da nacionalidade [...]”¹⁹³.

¹⁸⁸ O CIDADÃO, n. 1, série I, de 15 de março de 1868. p. 1.

¹⁸⁹ Na edição n. 11, de 24 de maio de 1868, temos outro exemplo de discurso construído com retórica beligerante: “Mais um atleta do partido liberal toma o capacete e empunha o dardo da inteligência para a arena das letras bater-se com lealdade em defesa de seus correligionários e dos sagrados princípios do partido das livres instituições. [...] Nas mais grandes lides da imprensa não se avalia a força dos atletas pelo seu tamanho, porém, sim, pela têtpora das armas e pela firmeza com que as manejam”. O CIDADÃO, n. 11, série I, de 24 de maio de 1868. p. 1.

¹⁹⁰ O CIDADÃO, n.º 1, série I, de 15 de março de 1868. p. 1.

¹⁹¹ O CIDADÃO, n. 15, série I, de 14 de junho de 1868. p. 1.

¹⁹² O CIDADÃO, n. 2, série I, de 22 de março de 1868. p. 1.

¹⁹³ O CIDADÃO, n. 2, série I, de 22 de março de 1868. p. 1.

Contrário às intenções dos conservadores, chamados de *aristocratas* nos editoriais, de ascenderem ao poder novamente, José Correa de Jesus escrevia aos leitores de sua folha que somente uma nobreza do talento e das virtudes tinha direito de ocupar os cargos públicos no Brasil. Para tanto, era imperioso que os candidatos levantassem “[...] sua voz para publicar as suas ideias e patentear qual o seu fim assumindo as rédeas da administração pública [...]”¹⁹⁴. O princípio da publicidade, que obrigava o governo a publicar suas ideias e ações, recaía também sobre o partido da oposição, de quem se esperava o anúncio dos “[...] seus princípios para que amanhã não assalte o poder [...]”¹⁹⁵.

Numa tentativa de desqualificar seus adversários políticos, *O Cidadão* afirmava que eles não tinham legitimidade para “[...] erguer-se à altura do governo [...]”, porque eram contrários ao princípio da liberdade: “[...] não havia, pois, na opinião do partido o direito de resistência; não havia legitimidade para o direito do voto, finalmente, todas as liberdades eram calcadas sob as patas dos cavalos do despotismo [...]”¹⁹⁶. A inabilitação originava-se, também, das reformas centralizadoras promovidas pelos conservadores durante os anos 1840¹⁹⁷:

A instituição do júri, esse *paladium* da liberdade, esse direito do povo ser julgado pelo povo, foi crucificado e apenas como uma satisfação à opinião fora deixado o atual simulacro; a guarda nacional concebida com tanta majestade popular, sentinela avançada para a defesa dos direitos dos cidadãos, fora transformada em uma máquina eleitoral; a polícia criada para manter a ordem pública, a célebre lei das reformas converteu-a em uma máquina de guerra cuja única missão é esmagar os direitos dos cidadãos; o direito eleitoral fora sofismado e a intervenção indébita do governo em matéria eleitoral fora proclamada como lícita por um ministro de Estado; finalmente todas as ideias que queimaram o crânio dos soldados da independência foram trucidadas pela ganância do mando e a torpe ambição de governar embora calcando os princípios do justo e do honesto¹⁹⁸.

Os editoriais de *O Cidadão* eram incansáveis no combate às aspirações do *partido da ordem*. Suas ações, quando à frente da política brasileira, mostraram aos liberais que os conservadores foram responsáveis por reduzir a *religião da política* a uma

¹⁹⁴ O CIDADÃO, n. 2, série I, de 22 de março de 1868. p. 2.

¹⁹⁵ O CIDADÃO, n. 2, série I, de 22 de março de 1868. p. 2.

¹⁹⁶ O CIDADÃO, n. 2, série I, de 22 de março de 1868. p. 2.

¹⁹⁷ Trata-se da fase da política brasileira chamada de *Regresso Conservador*. As principais ações do *Regresso* foram a Lei de Interpretação do Ato Adicional (1840), a reforma do Código de Processo (1840), e o restabelecimento do Conselho de Estado (1841).

¹⁹⁸ O CIDADÃO, n. 3, série I, de 31 de março de 1868. p. 2.

máquina de construir fortunas familiares¹⁹⁹. Isso fora possível devido à própria Constituição Política do Brasil, que diferenciava por critérios censitários os indivíduos habilitados ou não para concorrer às urnas: “[...] Duzentos mil réis para o votante, quatrocentos para o eleitor, oitocentos para o senador – eis o que constitui a ‘infallível’ independência política [...]”²⁰⁰.

Durante sua curta existência – de meados de março a fins de agosto de 1868 – identificamos alguns momentos em que *O Cidadão* apresentava um posicionamento político mais *radical* do que o do *Jornal da Victoria*. Consoante Karulliny Silverol Siqueira, isso seria devido a José Correa de Jesus defender um liberalismo um pouco *fora da curva* moderada que caracterizou os liberais da capital da Província durante a década de 1860²⁰¹.

Um desses episódios de *radicalismo* foram os editoriais a respeito dos *proletários*, publicados em abril de 1868. Os textos pediam uma atuação mais efetiva do governo, em nível provincial e nacional, em relação à população pobre. *O Cidadão* rogava às autoridades *socorro* e *proteção* para esses indivíduos que se entregavam “[...] ao trabalho para conquistar à custa de fadigas o pão necessário a sua subsistência. São condenados como o boi da charrua a despedaçar as entranhas da terra sem tirar outro resultado que consumir suas forças individuais [...]”²⁰².

Para o redator da folha, a tarefa era sublime e o esforço humanitário. O governo deveria proteger os membros desvalidos da sociedade brasileira, e não colocá-los em lúgubres prisões²⁰³. Para sustentar sua posição, o editorial recorreu à citação de uma autoridade estrangeira, o filósofo e político francês Hughes Félicité Robert de Lamennais, em sua obra *De L’esclavage Moderne*, publicada em 1839.

Lamennais afirmava que a essência da escravidão era a destruição da personalidade humana, da liberdade ou da soberania natural do homem²⁰⁴. Para cada tipo de relação social existente entre os homens que vivem numa dada

¹⁹⁹ O CIDADÃO, n. 3, série I, de 31 de março de 1868. p. 2.

²⁰⁰ O CIDADÃO, n. 5, série I, de 12 de abril de 1868. p. 3-4.

²⁰¹ SIQUEIRA, Karulliny Silverol, 2011. p. 162.

²⁰² O CIDADÃO, n. 5, série I, de 12 de abril de 1868. p. 3.

²⁰³ O CIDADÃO, n. 5, série I, de 12 de abril de 1868. p. 3.

²⁰⁴ LAMENNAIS, Félicité Robert de. *De L’esclavage Moderne*. Paris: Pagnerre Editeur, 1839. p. 26. Disponível em: <<http://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uva.x001711305;view=1up;seq=3>>. Acesso em: 5 de janeiro de 2015. Tradução livre.

sociedade – individual, familiar e econômica; civil; e política – poderia ser verificada a escravidão em graus variados, em que o sujeito é despojado de sua soberania, liberdade e personalidade²⁰⁵.

Assim, José Correa de Jesus dizia que os proletários eram os escravos do século XIX em todos os países e chamava atenção para um tipo específico, o proletariado político.

[...] Filho espúrio das ideias do século, projeção da civilização antiga – é a barreira que obsta à comunhão dos cargos públicos. Diante da nossa legislação que em parte ainda simboliza a imobilidade, os proletários não podem exercer direitos políticos! Na nossa Constituição, não obstante a predominância do elemento democrático, quem não tem uma renda estipulada não pode concorrer às urnas eleitorais – porque é necessariamente servil e baixo. Duzentos mil réis para o votante, quatrocentos para o eleitor, oitocentos para o senador – eis o que constitui a “infalível” independência política [...]²⁰⁶.

Com base na definição de escravidão proposta por Lamennais e empregada no editorial, podemos inferir que a população livre e pobre brasileira do século XIX vivia sob um jugo político, por não cumprir os critérios censitários exigidos para participar da vida política, votar e/ou ser votado, do Brasil. Para *O Cidadão*, era dever do jornalista *dizer a verdade nua e crua*, porque seguia a causa da humanidade, os ditames da consciência e a justiça²⁰⁷.

O que dizer da exclusão admitida no artigo 92 § 3º e § 5º da Constituição? Quando os povos cultos realizam a eleição direta – o direito público proclama o sufrágio universal, essa doutrina constitucional não passa de sanção a erros e abusos; de protestos ao princípio reconhecido da soberania popular. No artigo 93 § 2º encontra-se outra doutrina mais repugnante [...]²⁰⁸.

O jornal declarava-se contra os dispositivos constitucionais que regulamentavam a exclusão de parcelas da população do direito ao voto nas assembleias paroquiais e do direito de serem eleitores²⁰⁹. Ao defender reformas na legislação eleitoral

²⁰⁵ LAMENNAIS, Félicité Robert de. 1839. p. 29.

²⁰⁶ O CIDADÃO, n. 5, série I, de 12 de abril de 1868. p. 4.

²⁰⁷ O CIDADÃO, n. 6, série I, de 19 de abril de 1868. p. 4.

²⁰⁸ O CIDADÃO, n. 6, série I, de 19 de abril de 1868. p. 4.

²⁰⁹ Transcrevemos os artigos a que se referiu a redação de *O Cidadão*: “Art. 92. São excluídos de votar nas Assembleias Paroquiais. III. Os criados de servir, em cuja classe não entram os guardalivros, e primeiros caixeiros das casas de comércio, os Criados da Casa Imperial, que não forem de galão branco, e os administradores das fazendas rurais, e fábricas. V. Os que não tiverem de renda líquida anual cem mil réis por bens de raiz, indústria, comércio, ou Empregos. Art. 94.

brasileira – eleição direta e sufrágio universal –, *O Cidadão* alargava a noção de povo até então debatida na imprensa capixaba durante a década de 1860.

Não se tratava mais da soberania do povo escolhido, porém, da *soberania popular*. Esta, mais abrangente, preconizava uma igualdade semelhante à que defenderam os liberais exaltados no período regencial²¹⁰. A nova ideia de soberania incluía indivíduos pobres livres e libertos como integrantes legítimos do mundo político. Para o jornal, os artigos 92, §§ 3º e 5º, e 93, § 2º, da Constituição Política não se coadunavam com o princípio, também constitucional, da *igualdade diante da lei*.

Do texto legal, interpretou-se que “[...] a escravidão, esse cancro roedor da sociedade, deixa manchas de aviltamento no coração do homem [...]”²¹¹. As nódoas impregnadas nos libertos do cativo negavam-lhes o ingresso na vida política. Para por fim a essa realidade, o redator José Correa de Jesus propunha que os políticos deviam ser *intérpretes das ideias populares*, o que significava atender aos “[...] interesses da maioria da nação [...]”²¹².

Outro ponto bastante discutido pelos editoriais de *O Cidadão* foi a reforma da instrução pública, tema incluído na Fala do Trono de D. Pedro II quando da abertura dos trabalhos legislativos em 1868. Era preciso garantir à mocidade, além de prosperidade material, o *pão de espírito*, e, para tanto, o jornal levantava algumas questões:

Grandes são realmente as reformas enunciadas na fala do trono; e a imprensa política, irmã gêmea da tribuna parlamentar deve estudá-las [...]. [...] Qual o plano em que deve ser baseada a reforma da instrução pública? Como há de consorciar-se o princípio da liberdade

Podem ser Eleitores, e votar na eleição dos Deputados, Senadores, e Membros dos Conselhos de Província todos os que podem votar na Assembleia Paroquial. Excetuam-se [...] II. Os Libertos [...]”. CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO DO BRASIL elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I em 25 de março de 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 5 de janeiro de 2015.

²¹⁰ O ideário dos liberais exaltados era a valorização da soberania popular. Esse ideário “[...] foi apropriado e incorporado por camadas pobres da população, tanto no meio urbano (motins dos anos 1831-1833 em várias capitais brasileiras) como no meio rural (Cabanagem no Pará, entre outras). Os líderes exaltados faziam apelo à participação das camadas pobres da população na vida pública e acenavam contra a opressão econômica, social e étnica [...]”. MOREL, Marco. *O período das Regências* (1831-1840). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. p. 34. Para um estudo sobre o desenvolvimento da noção de povo no Brasil, conferir o texto de PEREIRA, Luisa Rauter. 2009. p. 203-224.

²¹¹ O CIDADÃO, n. 6, série I, de 19 de abril de 1868. p. 4.

²¹² O CIDADÃO, n. 6, série I, de 19 de abril de 1868. p. 4.

com esta instrução diante do pessoal que atualmente senta-se nas cadeiras do magistério? Como há de harmonizar-se a uniformidade diante dos princípios da nossa legislação atual?²¹³.

A metáfora “imprensa política, irmã gêmea da tribuna parlamentar” mostra a importância que o redator atribuía aos jornais como espaços legítimos de discussão política. Equiparados ao Parlamento, os periódicos deviam tomar posição no debate a respeito da instrução pública e lutar em favor da *liberdade popular* e da concretização da *prosperidade nacional*²¹⁴. Para *O Cidadão*, a instrução pública era o fanal da liberdade que despertava as luzes no povo.

[...] quando o furacão de 89 [1789] rugira tremendo passando pelo radinho purificador da liberdade as instituições políticas do velho mundo, uma voz que passara a maior parte da sua vida nas masmorras erguia-se no seio desta representação francesa bradando: luz! Luz! Luz para o povo! [...] A fala do trono, pois, representando as ideias do programa do partido liberal não podia deixar de recomendar aos representantes do povo a instrução pública [...]. Ninguém pode contestar o direito que o menino tem de exigir o abc, e o Estado é obrigado a dar-lhe [...]²¹⁵.

Para uma efetiva reforma do ensino público, José Correa de Jesus recomendava que a escolha dos professores obedecesse ao critério do mérito. A função do magistério deveria ser destinada a *homens moralizados*, os quais deveriam ter “[...] afabilidade materna reunida à severidade paterna [...]”, além de conceito moral e intelectual²¹⁶.

Fazia defesa do ensino primário obrigatório, imputando *pena severa* aos pais que não enviassem seus filhos à escola. Para alguns políticos, ressaltava Correa de Jesus, a punição podia parecer um ato de violência, mas “[...] é dessas violências que fazem o povo amar a liberdade e aumentam a grandeza de uma nação”²¹⁷. Mais uma vez o redator recorria à autoridade estrangeira para gabaritar seu discurso, nesse caso, citando Victor Hugo, para quem era importante “[...] dar a nobreza ao cidadão a fim de que não sirva de manivela nas mãos de um governo corrompido e corruptor [...]”²¹⁸.

²¹³ O CIDADÃO, n. 11, série I, de 24 de maio de 1868. p. 1.

²¹⁴ O CIDADÃO, n. 11, série I, de 24 de maio de 1868. p. 1.

²¹⁵ O CIDADÃO, n. 12, série I, de 31 de maio de 1868. p. 1.

²¹⁶ O CIDADÃO, n. 12, série I, de 31 de maio de 1868. p. 1.

²¹⁷ O CIDADÃO, n. 12, série I, de 31 de maio de 1868. p. 1.

²¹⁸ O CIDADÃO, n. 12, série I, de 31 de maio de 1868. p. 1.

Acreditava *O Cidadão* que a reforma da instrução pública diminuiria substancialmente “[...] fatos criminosos que se repetem sem cessar no seio da sociedade [...]”²¹⁹. A tarefa deveria envolver também os *ministros de Cristo*, que, junto aos pedagogos, poderiam levar luz e paz de espírito às mentes e aos corações dos jovens.

Em meados de junho de 1868, a crise do último Ministério Zacarias dava sinais de que o fim da gestão liberal na política nacional era iminente. O editorial de *O Cidadão* previa aos leitores períodos de fortes turbulências.

De momento turvou-se o horizonte; já não se ouve os cânticos alegres da grande seita; tantas harmonias tiveram em seu lugar o soluçar do sofrimento e os gritos da tristeza. Um novo personagem, sem tradições, sem fé política, sem uma ideia, cujo desenvolvimento assegure o bem estar da coletividade ergue a cabeça. [...] Não mais se observa esse movimento cheio de vida, que sempre se opera nas coisas públicas e que tem por base a firmeza desta ou daquela convicção; o silêncio tumular parece tudo ter invadido, tudo parece entregar-se à bondade da providência. Chegará, não há dúvida, o império da intriga; as questões pessoais são o móvel de todas as ações; as leis uma mentira e a moralidade um brinquedo, brinco de qualquer afortunado. Qual a causa de tanto mal? Que fantasma é esse que lança para longe a paz e a ventura e que entretém em seu lugar a discórdia com todo o seu cortejo de horrores? Será por ventura aquele cavaleiro audaz que se diz o partido conservador [...]?²²⁰

Erguia-se no horizonte político o partido Conservador, desprovido de ideias e de princípios políticos para a boa governança do país. Sua gestão, que nem começara, era intitulada de *império da intriga*, em que reinariam as questões pessoais em detrimento do bem público. O *fantasma* voltaria a assombrar os liberais.

O editorial de 21 de junho de 1868 foi o último suspiro de *O Cidadão* em defesa do partido Liberal na imprensa capixaba. A crise política na Corte e seus ecos na Província do Espírito Santo produziram divergências entre o redator principal, José Correa de Jesus, e os outros escritores colaboradores.

Tendo sido redator do jornal denominado *O Cidadão* onde sustentei os princípios políticos do partido liberal, e hoje, achando-se aquele jornal de ideias opostas àquelas pelas quais sempre tenho pugnado desde os bancos acadêmicos e para que se não diga que reneguei meus princípios e procuro favores do partido que está na direção dos

²¹⁹ O CIDADÃO, n. 22, série I, de 19 de julho de 1868. p. 3.

²²⁰ O CIDADÃO, n. 17, série I, de 21 de junho de 1868. p. 4.

destinos do país, venho declarar ao público e aos meus amigos políticos que não tenho mais parte na redação daquele jornal. Vitória, 11 de agosto de 1868. José Correa de Jesus²²¹.

Mudava o cenário político nacional, mudava *O Cidadão* sua identidade política²²². Não obstante a ausência de mais exemplares desse impresso *ex-liberal*, a carta de Correa de Jesus publicada no *Jornal da Victoria* em data posterior ao da última edição de *O Cidadão*, de 30 de julho de 1868, sugere que este periódico não cessou as atividades com o término da primeira série.

Os conservadores da capital festejaram as boas novas trazidas pelo vapor sobre a formação do Gabinete Itaboraí²²³. De acordo com o *Jornal da Victoria*, o grupo político de Dionyzio Álvaro Rezendo alvoroçou-se e rumores foram espalhados na cidade de Vitória a respeito da demissão do 1º Vice-Presidente, José Maria do Valle Junior, e da nomeação interina de Rezendo para o cargo²²⁴. Essa notícia parece ter sido dada ao partido Conservador da Província por Luís Antônio da Silva Nunes, ex-deputado eleito pelo Espírito Santo.

As eleições municipais estavam próximas e o órgão do partido Liberal na imprensa capixaba acusava os conservadores de demitir autoridades policiais para colocar em seus lugares agentes eleitorais.

[...] a bolsa ou a vida, isto é, o voto ou o recrutamento, é a arma de que usam, é o meio que empregam para coagir o cidadão a pronunciar-se no apelo que o governo vai fazer à Nação. [...] Causa igualmente indignação ver alguns dos ditos biltres, que ainda ontem rastejavam nos pés dos liberais, levantarem-se agora emproadas, tirarem do bolso e mostrarem a relação dos funcionários públicos que serão demitidos e indicarem desde logo quais devem ser substituídos!²²⁵

O *Jornal da Victoria* reproduziu diversas cartas de correligionários de freguesias do interior da Província com denúncias de que o corpo policial recém-nomeado ameaçava *fazer marchar para a guerra* os cidadãos que votassem no partido Liberal no pleito marcado para 7 de setembro de 1868.

²²¹ JORNAL DA VICTORIA, ano V, n. 436, de 12 de agosto de 1868. p. 4.

²²² José Correa de Jesus fundou um novo jornal após sua saída de *O Cidadão*. Seu novo empreendimento chamava-se *A voz do povo* e foi publicado pela primeira vez em 27 de agosto de 1868. PEREIRA, Heráclio Amâncio. 1922. p. 37.

²²³ Os conservadores comemoraram nos espaços públicos da cidade de Vitória o retorno do partido ao poder.

²²⁴ JORNAL DA VICTORIA, ano V, n. 438, de 19 de agosto de 1868. p. 3.

²²⁵ JORNAL DA VICTORIA, ano V, n. 436, de 12 de agosto de 1868. p. 1-2.

O Gabinete Itaboraí era a tradução do golpe de Estado na visão dos liberais capixabas. Os conservadores teriam tomado o poder *de assalto*: “[...] a nação foi vítima de uma violência. Tratamos de combatê-la em benefício do princípio estável do nosso sistema, porque a repetição de tais abusos pode fazer crer que as normas dos governos livres são incompatíveis com a monarquia [...]”²²⁶.

Aceitando o poder como lhes foi oferecido, os conservadores manifestavam a tendência para o Absolutismo, ameaça contra a qual lutariam os *soldados da democracia*. Os *déspotas* da nova administração representavam o passado, um partido que vingava ódios, desperdiçava os brios nacionais e levava o facho da perseguição aos adversários políticos: “[...] quem não vê o direito esquecido, a constituição vilipendiada e as máximas governamentais molhadas e mentidas! [...]”²²⁷. A culpa, para o *Jornal da Victoria*, estava na *maldita centralização administrativa*, esse ranço que impedia a soberania das províncias e a realização do princípio da liberdade em seu sentido pleno²²⁸.

As acusações publicadas no periódico liberal capixaba eram respondidas pelo *Correio da Victoria*. As réplicas, no entanto, restringiram-se a desacreditar o grupo aliado do poder, comparando-o a uma pessoa apaixonada que comete impropérios para dar vazão a esse sentimento.

[...] E não haverá razão para isso? Não deve, ao menos, um peito magoado derramar a bÍlis que em caixões, borbulhas em torno do coração inflamado? Não é de uma alma apaixonada manifestar a causa dos seus pesares? Que importa que a paixão cegue e que os deixa possuídos e ficarem um por prisma diverso os homens e as coisas? É preciso falar, para não arreentar: fale-se, pois, grite-se, berre-se, abale-se céus e terra com uma vozeria imensa; embora dessa furibunda e pavorosa tempestade não resulte a mínima gota de orvalho, que aplaque os ardores da quadra e satisfaça ao impertinente bando de cigarras que aqui e acolá atordoam os ouvidos da pobre humanidade [...]”²²⁹.

O *Correio* afirmava que a folha liberal havia se transformado em um pasquim, cujo objetivo exclusivo era marear a reputação dos indivíduos da nova situação política²³⁰. O impresso conservador recusava-se a discutir os editoriais do *Jornal da*

²²⁶ JORNAL DA VICTORIA, ano V, n. 439, de 22 de agosto de 1868. p. 2.

²²⁷ JORNAL DA VICTORIA, ano V, n. 455, de 17 de outubro de 1868. p. 2.

²²⁸ JORNAL DA VICTORIA, ano VI, n. 576, de 22 de novembro de 1869. p. 4.

²²⁹ CORREIO DA VICTORIA, ano XXI, n. 13, de 13 de fevereiro de 1869. p. 2.

²³⁰ CORREIO DA VICTORIA, ano XXI, n. 30, de 17 de abril de 1869. p. 2.

Victoria, porque não passavam de uma *verdadeira seca* que não produz o resultado esperado: “[...] Aprenda a oposição a ser oposição: recorde-se da recente quadra em que constantes, enérgicas, mas sempre verídicas acusações se faziam ao desnortado *progressismo* [...]”²³¹.

As lideranças políticas liberais eram desqualificadas pelo órgão da imprensa conservadora da capital. Em nível local, o alvo era Manoel Feliciano Moniz Freire, sobre quem as *mofinas* do *Correio da Victoria* publicavam pequenas notas em edições consecutivas: o “[...] atual tesoureiro da Fazenda Geral nesta província, já satisfaz a mesma fazenda ou ainda está a dever-lhe o que levou de braçagens em medições e que outrora procedeu como engenheiro? *Trocos miúdos*”²³². Em nível nacional, o jornal conservador capixaba dedicava-se a ridicularizar Zacarias de Goes e Vasconcellos, chamando-o de *criança malcriada*, dada sua personalidade voluntariosa, pois, quando não lhe “[...] faziam imediatamente a caprichosa vontade gritava que não era mais ministro e que ia pedir a sua demissão [...]”²³³.

O *Correio da Victoria* repudiava os artigos da redação do *Jornal da Victoria* que versavam sobre as reformas de que urgentemente necessitava o país. A agenda da nova oposição defendia uma série de reformas, entre elas a eleitoral e a judiciária, além da abolição do recrutamento e da guarda nacional²³⁴. Sobre isso, a folha conservadora indagava por que essas medidas não foram implantadas durante os seis anos em que os liberais estiveram à frente da administração brasileira²³⁵.

A troca de acusações impressas entre *Jornal da Victoria* e *Correio da Victoria* seguiu-se até o final de 1869. A década encerrava-se com uma nova situação política no Brasil e também na Província do Espírito Santo.

4.6 Conclusão

Partimos do pressuposto de que a vida política no Oitocentos, enquanto vida pública, desenvolvia-se para além dos palácios, gabinetes, assembleias e

²³¹ CORREIO DA VICTORIA, ano XXI, n. 30, de 17 de abril de 1869. p. 2.

²³² CORREIO DA VICTORIA, ano XXI, n. 18, de 3 de março de 1869. p. 3.

²³³ CORREIO DA VICTORIA, ano XXI, n. 18, de 3 de março de 1869. p. 3.

²³⁴ *Programa do Centro Liberal (1869)* em CARVALHO, José Murilo de. 2009. p. 45.

²³⁵ CORREIO DA VICTORIA, ano XXI, n. 36, de 9 de maio de 1869. p. 3.

câmaras²³⁶. Ela também se desenrolava na imprensa. A análise dos jornais capixabas da década de 1860 comprova que esses impressos tornaram-se espaço de sociabilidade política, na medida em que a política era também uma “[...] relação social e interpessoal, com (des)afetos e idiosincrasias, medos, raivas e ousadias”²³⁷.

Os conflitos políticos locais eram reproduzidos e produzidos pela imprensa capixaba: as disputas partidárias e os abusos e violências cometidos nos processos eleitorais eram debatidos pelos partidos políticos Liberal e Conservador em formação nos anos 1860 na Província. Ambos os grupos faziam se representar por meio de impressos, demarcando suas posições, ambições e ideias.

A coexistência de jornais, panfletos, pasquins e boatos numa mesma época em Vitória mostra que a esfera pública de opinião que se formava na segunda metade do século XIX abrigava elementos da modernidade (os jornais de opinião e oposição) e também reminiscências de práticas de comunicação do Antigo Regime (a exemplo dos pasquins e dos rumores).

A oralidade caracterizada pelos inúmeros boatos que faziam parte das engrenagens das sociabilidades políticas capixabas oitocentistas também marcou presença na imprensa da década de 1860, pois o novo espaço de discussão política que se forjava alimentava-se, em boa medida, dos disse-que-disse. Isso nos leva a indagar se o contrário também acontecia, isto é, se as publicações impressas se transformavam em rumores e ganhavam as ruas capixabas pela circulação das vozes.

A atuação dos impressos extrapolou a narrativa dos pleitos eleitorais. Os impressos da década de 1860 ensaiaram a produção de um vocabulário político novo, marcado pela formação dos partidos políticos Liberal e Conservador naqueles anos na Província. As discussões em torno de algumas expressões – povo, nação, soberania, liberdade de voto, liberdade da imprensa, *capichaba*, entre outras – comprovam que os jornais capixabas desse decênio configuraram-se espaços de sociabilidade política fundamental para a consolidação das novas identidades políticas em afirmação nos anos 1860.

²³⁶ MOREL, Marco. 2005. p. 156.

²³⁷ MOREL, Marco. 2005. p. 227.

A discussão do papel da imprensa na interlocução dos negócios públicos, levada a cabo pelos publicistas, transformou os jornais em uma *arena de discussão, tribuna do povo e irmãos gêmeos da tribuna parlamentar*. Os negócios públicos deveriam ser objeto de publicidade crítica por parte dos impressos. Assim, questões relativas à política local e nacional foram objeto de escrutínio dos jornais capixabas dos anos 1860, que bradaram em favor de reformas na instrução pública, da ampliação de direitos políticos para livres pobres e libertos e, portanto, questionaram um modelo de cidadania vigente. Ao final da década vemos a emergência de novo palco de ação política que se consolidará na interlocução dos negócios públicos nos anos posteriores.

CAPÍTULO V

Imprensa política, irmã gêmea do parlamento: a consolidação dos impressos na interlocução dos negócios públicos

Este capítulo discute a consolidação da imprensa capixaba como um espaço de sociabilidade política e, portanto, de discussão política durante as duas últimas décadas do período monárquico no Brasil. Reconhecemos que a esfera pública de opinião, gestada na antessala da Assembleia Provincial, isto é, na imprensa¹, encontrou seu apogeu durante esse período, conhecido na historiografia por a “Era de Reformas”².

Debatemos também as especificidades dos jornais capixabas publicados nesse interstício e as sociabilidades políticas estabelecidas **na** e **pela** imprensa, que se tornou arena de discussão. Encerramos o capítulo com a problematização da noção opinião pública, que emergiu nessa esfera pública, uma expressão em voga nos impressos do período e que se traduziu num recurso simbólico de legitimação das práticas políticas³.

5.1 A efervescência política das últimas décadas da monarquia no Brasil

Os últimos vinte anos do Império foram alcunhados por Emília Viotti da Costa de a “Era das Reformas”. Para a autora, tratava-se de “[...] uma reação às novas realidades econômicas e sociais resultantes do desenvolvimento capitalista [...] [que] provocou desarranjos sociais e o declínio das elites tradicionais [...]”⁴. Foi um período marcado por transformações econômicas, sociais, políticas e culturais. No

¹ Conforme defendemos na introdução desta tese, a esfera pública de opinião em formação na cidade de Vitória ao longo da segunda metade do século XIX incluía outros espaços de sociabilidade política, além dos impressos: as ruas, com suas práticas próprias de circulação das vozes, as sociedades e os clubes criados nesse interstício e alguns espaços de circulação de impressos, a exemplo das tipografias, que por serem ambientes de leitura se tornavam centros de discussão política em potencial. O sexto capítulo desta tese dedica-se à discussão da sociabilidade política desenvolvida nesses espaços.

² COSTA, Emília Viotti da. A Era da Reforma, 1870-1889. In: BETHEL, Leslie (Org.). *História da América Latina: de 1870 a 1930*. São Paulo/Brasília: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado/Fundação Alexandre Gusmão, 2002. v. V, p. 707.

³ MOREL, Marco. 2012. p. 33.

⁴ COSTA, Emília Viotti da. 2002. p. 707.

campo financeiro, o Brasil enfrentava sérios problemas em função, principalmente, dos gastos com a Guerra do Paraguai⁵.

Internamente, o gabinete conservador de Rio Branco (1871-1875) promoveu uma série de medidas que visavam “[...] implantar a infraestrutura e o pessoal técnico para a expansão capitalista [...]”⁶. Instalou telégrafos e construiu ferrovias. Se, por um lado, o governo preocupava-se com o desenvolvimento da economia brasileira, por outro, encampou ações que iam de encontro aos interesses da elite econômica rural, sobretudo a escravista, no que tangia à escravidão. A própria Guerra do Paraguai contribuiu para alçar o tema da abolição à agenda pública⁷. A lembrança da escravidão era um desconforto tanto para oficiais e diplomatas brasileiros que participaram da guerra⁸ quanto para o imperador que visitou o campo de batalha. O embaraço ganhou novos contornos em 1866, quando D. Pedro II respondeu à Junta Francesa de Emancipação que a abolição seria elevada à questão de Estado tão logo findado o conflito na região do Prata. Era o prenúncio de mudanças sociais.

⁵ A situação financeira do país era delicada desde, pelo menos, fins dos anos 1850. Em 1858, o Ministro da Fazenda do Ministério Olinda, o liberal Bernardo de Sousa Franco, contratou novo empréstimo externo e, devido à falta de recursos do Banco do Brasil e à carência de moeda circulante, “[...] decidiu permitir a vários bancos regionais o direito de emitir, aumentando, assim, o custo de vida e a especulação”. BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. 1990. p. 253. O conflito com o Paraguai, iniciado em 1865, prolongou-se por cinco anos, com consequências desastrosas para o país. Aliás, a guerra não foi benéfica a ninguém. “O Paraguai teve metade ou mais de sua população dizimada, sobretudo a masculina. Ao final do conflito, lutavam velhos e crianças. Na Argentina, a guerra foi sempre impopular e o presidente Mitre teve de abandonar o comando dos aliados para resolver os problemas de política interna. O mesmo aconteceu com Flores, do Uruguai, que acabou assassinado. [...] as despesas públicas cresceram em mais de mil por cento. O governo viu-se forçado a aumentar impostos, emitir moeda e contratar empréstimos internos e externos no valor de 76 mil contos de réis”. A guerra custou aos cofres públicos brasileiros a soma aproximada de US\$ 49 milhões.”. CARVALHO, José Murilo de. A vida política. In: CARVALHO, José Murilo de. *A construção nacional, 1830-1889*. Coleção História do Brasil Nação: 1808-2010. Rio de Janeiro/Madrid: Editora Objetiva LTDA/Fundación MAPFRE, 2012. v. 2, p. 106.

⁶ ALONSO, Angela. Apropriação de ideias no Segundo Reinado. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. 2009. p. 89.

⁷ Considerando a falta de combatentes para o conflito (passado o entusiasmo inicial que levou a população ao alistamento voluntário), o governo estabeleceu normas mais rígidas de recrutamento e permitiu a libertação de cativos em troca de seus serviços nos *front* de batalha. De acordo com José Murilo de Carvalho, cerca de 4 mil libertos lutaram no Paraguai, num total de 139 mil soldados⁷. Isso foi interpretado como um lembrete da existência da escravidão e utilizado amplamente pela propaganda adversária, do Paraguai, que apontava “[...] aos libertos o fato de suas famílias permanecerem escravas no Brasil”. CARVALHO, José Murilo de. 2012. p. 107

⁸ “[...] como poderia a salvação da pátria depender de elementos totalmente excluídos do estatuto da cidadania ou relegados a uma ínfima condição social; como poderia o Estado imperial recorrer a indivíduos aos quais negava os mais elementares direitos e que, portanto, não gozavam de uma situação condizente com a importância do papel que vieram a desempenhar?”. BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. 1990. p. 269.

O imperador manteve sua palavra e, em 1871, os proprietários de escravos sentiram um duro golpe com a aprovação da Lei do Ventre Livre⁹. Expoentes da elite econômica de Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo peticionaram ao Parlamento contra a lei e publicaram críticas na imprensa¹⁰. A política emancipacionista levada a cabo por Pedro II a partir dos anos 1870 iniciou o processo de divórcio entre o Estado Imperial e os proprietários de terras e de escravos, base socioeconômica de seu governo¹¹.

No que toca às transformações políticas dos anos 1870-1880 e sua contribuição para a erosão dos pilares de sustentação do Estado monárquico, é preciso buscar suas origens na década de 1860. Em 1862, dissidentes conservadores e liberais históricos, ambos descontentes com a orientação que seus respectivos partidos políticos vinham seguindo, formaram a Liga Progressista¹². A aliança não durou muito tempo, pois, em meados da década de 1860, o novo Partido Progressista dividiu-se entre os dois grupos que o compunham. As disputas entre os ex-membros progressistas transformou o período de 1864 a 1868 na fase de maior instabilidade ministerial do Segundo Reinado¹³.

A conjuntura política brasileira no contexto da guerra demandava atenção redobrada do imperador, que optou por trazer novamente os conservadores ao ministério, via

⁹ “Segundo a lei, a libertação do ventre estava sujeita a algumas condições. O senhor tinha a opção de entregar o ingênuo, isto é, o filho de escrava, ao governo quando ele completasse 8 anos, em troca de uma indenização em títulos da dívida pública. Caso preferisse manter o ingênuo sob sua guarda, poderia beneficiar-se de seus serviços até os 21 anos. A lei criou um fundo de emancipação para atender às necessidades da indenização e da educação dos ingênuos e da liberação de escravos e mandava que se fizesse um censo da população cativa. [...] Muitos proprietários preferiam libertar seus escravos a sofrer a interferência do governo ou correr o risco de rebeliões. A população escrava sofreu redução substancial. Entre 1873 e 1887 ela passou de 1,5 milhão para 723 mil devido a mortes e manumissões onerosas ou gratuitas. Aumentou também a concentração de escravos nas províncias cafeeiras, que passou de 57% para 67%”. CARVALHO, José Murilo de. 2012. p. 112 e 114.

¹⁰ Os representantes políticos da Província do Espírito Santo votaram contra a lei. COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. São Paulo: UNESP, 2008. p. 57.

¹¹ BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. 1990. p. 272. De acordo com Emília Viotti da Costa, os latifundiários brasileiros estavam convencidos de que a escravidão estava destinada a desaparecer. Desde os anos 1850 “[...] fazendeiros das áreas cafeeiras [...] tornaram-se interessados em promover a imigração e em substituir os escravos por imigrantes”. COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 245.

¹² Grupo heterogêneo e que não comungava os mesmos princípios e interesses, havendo mesmo intensa troca de posições partidárias. BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. 1990. p. 254 e 256.

¹³ Houve quatro ministérios no período, todos derrubados por votações provocadas pelo conflito entre liberais históricos e dissidentes conservadores. CARVALHO, José Murilo de. 2009. p. 23.

poder moderador¹⁴. A Câmara, dominada por progressistas, interpretou a mudança como um golpe de Estado, embora constitucionalmente legal¹⁵. A medida adotada pelo imperador provocou uma reviravolta política. Uma parcela dos progressistas retornou às fileiras do partido Liberal (os novos liberais de 1869), enquanto outra parte decidiu criar o Clube Radical (núcleo do futuro partido Republicano), que, como o próprio nome diz, radicalizou as proposições reformistas encampadas pelos progressistas durante o decênio de 1860.

A recomposição das forças políticas observada nos anos finais de 1860 adentrou a década seguinte e, em 1870, foi criado o partido Republicano no Rio de Janeiro¹⁶. Era composto, em sua maioria, por jovens desconhecidos que criticavam a própria instituição monárquica. Essa nova configuração política deu-se num contexto de domínio dos conservadores no poder. De 1868 a 1878, os gabinetes conservadores promoveram uma série de reformas políticas, na tentativa de atender as agendas encampadas pelos novos liberais e pelos republicanos e de evitar o colapso do sistema vigente.

Os gabinetes desse período foram responsáveis pela expansão das comunicações, com o crescimento da malha ferroviária no Brasil e a inauguração da linha telegráfica que ligava o país à Europa¹⁷. Promoveram, também, uma série de transformações urbanas. Algumas cidades passaram por um processo de urbanização acentuado, “[...] com a expansão do espaço físico das freguesias urbanas, [...] melhoramentos nos serviços públicos [...] e a multiplicação de espaços de sociabilidade (passeios públicos, teatros, cafés, confeitarias, livrarias,

¹⁴ O comando das tropas do país na guerra contra o Paraguai estava nas mãos do marquês de Caxias, conservador, e D. Pedro II considerava prudente ter um gabinete afinado com o comando militar.

¹⁵ CARVALHO, José Murilo de. 2012. p. 106.

¹⁶ Criticavam a falta de democracia e a centralização política e administrativa: “O sistema imperial não era democrático porque parte da soberania residia nas mãos de uma dinastia hereditária não eleita pelo povo. [...] o elemento monárquico não tem coexistência possível com o elemento democrático [...]”; “O federalismo, isto é, a autonomia das províncias transformadas em estados, era exigência da própria geografia nacional. A centralização contradizia essa vocação, oprimia as províncias, constrangia o cidadão, impedia o progresso, enfraquecia a nação”. A passagem do radicalismo para o republicanismo, no entanto, constituiu um retrocesso para José Murilo de Carvalho, pois as reformas do sistema eleitoral, da política, da magistratura e da Guarda Nacional desapareceram da agenda republicana. A escravidão também foi deixada de lado pelos republicanos por dois motivos: não havia consenso interno sobre a questão e não queriam rejeição por parte dos proprietários de escravos. CARVALHO, José Murilo de. 2009. p. 41.

¹⁷ LYRA, Heitor. *História de Dom Pedro II: Fastígio*. São Paulo: EDUSP, 1977. p.13. CARVALHO, José Murilo de. 2009. p. 41. NEDER, Gizlene. “Carretilhas” em ação: Reforma e conservadorismo no Segundo Reinado, *Dimensões*, vol. 28, 2012, p. 82-102.

associações literárias, artísticas e musicais)”¹⁸. As ações empreendidas durante esse Ministério esvaziaram o programa de reformas dos liberais, sendo considerado o ponto alto do governo de Pedro II¹⁹. Por outro lado, também simbolizaram o início do fim da monarquia no Brasil, devido ao surgimento do partido Republicano nesse período e aos ataques à escravidão (com a aprovação da Lei do Ventre Livre) e à Igreja²⁰.

Os questionamentos sobre a escravidão e a própria monarquia promoveram cisões na elite política imperial. Era a própria elite que se transformava. Encerrada a política de conciliação levada a cabo pelo Paraná, assistiu-se à ruína da coesão da elite política brasileira. Seus membros não provinham mais de um único centro formador, isto é, a Universidade de Coimbra, que passou a ter concorrência das universidades de Recife e de São Paulo. O perfil desses indivíduos também não era mais homogêneo²¹. Parte dos políticos que estava no poder na década de 1870 não vivenciou a experiência das revoltas regenciais como aconteceu com conservadores e liberais. Por não ter visto o sistema monárquico em perigo “[...] não estava muito preocupada com sua manutenção e consolidação”²².

A consequência dessa transformação no interior da elite política, combinada com a crise no governo e com a modernização econômica encampada pelo Gabinete Rio Branco, forneceu aos grupos políticos marginalizados pelas instituições políticas

¹⁸ BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. 1990. p. 264. O Gabinete Rio Branco (1871-1875) aprovou, além da Lei do Ventre Livre (1871), a Reforma do Judiciário (1871) e da Guarda Nacional (1873), a Lei do Recrutamento Militar (1874) e a Lei do Terço (1875).

¹⁹ CARVALHO, José Murilo de. 2012. p. 116.

²⁰ O conflito com a Igreja Católica ocorreu em 1874, quando dois bispos brasileiros proibiram a presença de maçons em irmandades religiosas. Publicaram-se críticas na imprensa e reclamaram junto ao governo imperial, alegando que os clérigos desobedeceram a legislação brasileira: o beneplácito constituía submeter ao parecer do imperador as bulas e determinações papais antes de serem aplicadas no Brasil. As ações dos bispos estavam em consonância com o esforço de romanização da Igreja Católica e em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo papa Pio IX. Os bispos foram processados e condenados à prisão, mas anistiados no ano seguinte. O choque com a Igreja somou-se às insatisfações já existentes em relação ao governo imperial, alimentando a crise do regime monárquico. BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. 1990. p. 277; CARVALHO, José Murilo de. 2012. p. 114.

²¹ “Menos magistrados, menos militares, mais advogados, mais profissionais liberais, menos treinamento, mais circulação: o sistema político estava dando sinais de mudança”. CARVALHO, José Murilo de. 2008. p. 129.

²² CARVALHO, José Murilo de. 2008. p. 130.

imperiais formas de vocalizar suas insatisfações, isto é, um espaço público paralelo à vida parlamentar, onde podiam se expressar²³.

Essa esfera pública de opinião alçou à categoria de assuntos públicos os pilares da tradição imperial – a monarquia, a escravidão e a religião do Estado – que eram as bases de legitimação do *status quo* do regime vigente²⁴. Isso delineou uma nova agenda de problemas a serem discutidos por “[...] grupos sem acesso às instituições políticas imperiais [...]”²⁵. A mobilização desses grupos se deu em meio a um movimento de contestação alcunhado “Geração 1870”, que visava a crítica às instituições políticas do Segundo Reinado e aos valores da tradição imperial²⁶.

O ponto comum entre os contestadores era a sua “[...] situação diante do *status quo* imperial: estavam politicamente marginalizados”²⁷, isto é, não incorporados, ou incorporados parcialmente, à elite política imperial. Além disso, provinham de grupos sociais diversificados, daí a característica de heterogeneidade do movimento. O tom das críticas era moderado, elitista e reformador. Os grupos contestadores concordavam quanto ao sentido geral de suas propostas: “[...] modernização econômica, liberalização política e laicização do Estado”²⁸. Eram proposições reformistas e, por isso, Angela Alonso acredita ter se tratado de um movimento político. Esse movimento reformista emergiu em várias províncias brasileiras²⁹.

²³ ALONSO, Angela. Apropriação de ideias no Segundo Reinado. In: GRINBERG, Keila; SALES, Ricardo. *O Brasil Imperial, volume III: 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 89-90.

²⁴ ALONSO, Angela. 2009. p. 90.

²⁵ ALONSO, Angela. 2009. p. 90.

²⁶ Angela Alonso considera o movimento de contestação de cunho político-intelectual, porque seus integrantes, provenientes de grupos díspares em termos de origem social, promoveram transformações culturais no país ao questionar elementos da tradição imperial (o liberalismo estamental, o catolicismo hierárquico e o indianismo romântico) e adotar teorias liberais e científicas. Os grupos contestadores pinçaram seletivamente conceitos de esquemas de pensamento do repertório europeu contemporâneo, como a “política científica”. ALONSO, Angela. 2009. p. 97. ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Anpocs/Paz e Terra, 2002.

²⁷ ALONSO, Angela. 2002. p. 101. A marginalização era decorrente “[...] das instâncias de poder político e, à exceção dos novos liberais, das regras aristocráticas na distribuição de cargos e recursos”. ALONSO, Angela. 2009. p. 92.

²⁸ ALONSO, Angela. 2009. p. 111.

²⁹ Dois grupos eram extravazamentos das discordâncias do partido Liberal, os novos liberais e os liberais republicanos. Havia, ainda, os positivistas abolicionistas da Corte, de Recife e de São Paulo, os federalistas positivistas do Rio Grande do Sul e os federalistas científicos de São Paulo. ALONSO, Angela. 2009. p. 90-92.

Foram nos impressos, nas ruas e nas associações que os movimentos abolicionista e republicano promoveram suas atividades nos anos 1870-1880³⁰. A questão servil voltou à agenda política no início da década de 1880. Multiplicou-se a pressão sobre o governo vinda dos jornais, dos clubes, das ruas e das senzalas³¹. A luta saía do Congresso e ganhava as ruas: realizavam-se comícios, conferências e arregimentavam-se novos adeptos à causa³².

De acordo com José Murilo de Carvalho, o movimento abolicionista adquiriu força ao longo dos primeiros anos de 1880. Antes disso “[...] não existia uma opinião pública claramente favorável à abolição [...]”³³. O governo imperial manteve a política emancipacionista inaugurada com a Lei do Ventre Livre e, em 1884, propôs uma lei que libertava os escravos com idade igual ou superior a 60 anos. Os liberais, em maioria no Parlamento, foram contrários à proposta, o que levou à dissolução da Câmara. Somente em 1885 a Lei dos Sexagenários foi aprovada por um novo ministério liberal³⁴.

O apoio declarado da regente Isabel, que estava à frente do governo durante o tratamento de saúde de Pedro II na Europa, alimentou as ações do abolicionismo

³⁰ A atuação dos contestadores estudados por Angela Alonso ocorreu em meios diversos: divulgavam suas ideias e propostas em impressos (panfletos e periódicos); articulavam-se em associações e ocupavam as ruas, com a realização de *meetings* populares, manifestações e passeatas. Maria Tereza Chaves de Mello informa que nas últimas décadas do Oitocentos a população das cidades e, principalmente, a do Rio de Janeiro, “[...] aprendera a reivindicar nas ruas e pela imprensa”. A rua foi ressignificada: de estigmatizada (como o lugar da desordem do período Regencial e do Primeiro Reinado) passou “[...] a espaço do uso público da razão – da crítica, nos termos da época – e como o lugar da verdadeira representação popular”. MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV/Edur, 2007. p. 29-30.

³¹ CARVALHO, José Murilo de. 2012. p. 120.

³² BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. 1990. p. 285-286.

³³ CARVALHO, José Murilo de. 2012. p. 121.

³⁴ A Lei n. 3270, de 28 de setembro de 1885, ficou conhecida como Lei Saraiva-Cotegipe ou Lei dos Sexagenários. Ela garantia liberdade aos escravos com 60 anos por meio de indenização ao proprietário, obrigando os cativos a trabalharem por mais três anos para seus senhores. Os escravos com mais de 65 anos estavam dispensados da obrigatoriedade do trabalho. O movimento abolicionista – constituído por políticos dos três partidos (Conservador, Liberal e Republicano), intelectuais, profissionais liberais, jornalistas, estudantes, militares, operários, libertos e escravos – ganhou força com a utilização de um repertório de ideias provenientes do abolicionismo internacional, divulgado no Brasil pelos impressos (livros e jornais) e pelas viagens que alguns expoentes da causa realizaram para o exterior. O repertório internacional abrangia ao menos três formas de luta contra a escravidão: “Inglêses e estadunidenses combinaram estratégias parlamentares com grandes campanhas no espaço público, valendo-se de jornais, panfletos, literatura, associações, petições, boicotes e meetings. Os franceses preferiram a via elitista, de lobby e ações no sistema político, sem expressivas manifestações populares. O terceiro estilo era extremo: a rebelião escrava, à maneira do Haiti”. ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 125.

em diversas regiões do Brasil. Uma das medidas promovidas pela regente em favor da abolição foi a nomeação de um gabinete conservador, porém, abolicionista, em 1888, para tentar aprovar o fim da escravidão. Em março desse ano foi proposto um projeto de lei para extinção imediata e sem indenização aos proprietários. A tramitação na Câmara e no Senado foi feita em tempo recorde. A abolição já era realidade no Brasil. A lei assinada por Isabel consumou o divórcio entre o regime monárquico e a elite econômica (os proprietários rurais): estes se tornaram “os neorrepublicanos de 14 de maio”³⁵. Da publicação da Lei Áurea até a proclamação da República passaram-se apenas 18 meses.

A abolição agravou a desmoralização dos partidos políticos (Conservador, novo Liberal e Republicano). Não havia um discurso uníssono em relação à escravidão. Os partidos monárquicos foram os mais prejudicados, pois já vinham perdendo adeptos desde a década de 1860. A conjuntura de crise recrudescer com o surgimento de uma nova personagem nesse conturbado cenário político que apoiou a causa da abolição: o “partido militar”, composto por uma nova geração de militares muito mais leais à corporação do que aos partidos políticos existentes, ou mesmo ao regime monárquico³⁶. Os novos militares adicionaram à pauta de discussões o republicanismo. No apagar das luzes de 1889, uma conspiração militar liderou o movimento que culminou com o golpe da proclamação da República. Era o fim da monarquia no Brasil.

5.2 Especificidades da imprensa capixaba dos anos 1870-1889

No cenário nacional, as últimas décadas da monarquia significaram um período marcado por fortes turbulências políticas e por um esvaziamento de poder (e de legitimidade) do imperador. Na Província do Espírito Santo, e mais especificamente em Vitória, nosso cenário de estudo, a crise que culminou com a queda do regime

³⁵ CARVALHO, José Murilo de. 2012. p. 122.

³⁶ Desde a Guerra do Paraguai os militares passaram por um processo de criação de uma identidade de corporação que progressivamente transformava-se em reivindicações e críticas contra o governo imperial. Soma-se a isso a influência da Academia Militar, que proporcionou uma formação mais ilustrada a uma geração de oficiais. A Escola apoiava-se na corrente filosófica positivista de August Comte, divulgada pelo major Benjamin Constant Botelho de Magalhães, e defendia a causa republicana: ela “[...] produzia bacharéis fardados, não soldados”. Assim, os novos oficiais uniram-se à geração de militares que combateu no conflito do Prata em defesa da carreira militar e contra a elite política à frente dos negócios públicos do país. CARVALHO, José Murilo de. 2012. p. 123-124.

também foi sentida pela população e teve ressonância nos impressos produzidos pelos capixabas³⁷.

De acordo com Karulliny Siqueira, a Província não estava alheia aos movimentos contestadores que surgiam em diversas regiões do Império. Porém, se nos idos de 1870 já se ouvia falar em um partido Republicano no Rio de Janeiro, no Espírito Santo não se encontrou nesse período nenhuma associação ou jornal que defendesse os ideais republicanos. A autora justifica essa ausência baseada no tom da política empreendida pelos políticos da Província na primeira metade do século XIX, que excluíram completamente o radicalismo de suas proposições (na Assembleia e na imprensa)³⁸.

Quando do retorno dos conservadores ao Ministério, em 1868, houve, como esperado, uma mudança no cenário político provincial com a ascensão do partido liderado por Dionyzio Álvaro Rezendo e com a composição das fileiras da oposição pelos liberais, capitaneados pela família Monjardim. Marginalizados, sobrou a esses indivíduos vocalizar suas ideias e discordâncias por outros meios de participação política não institucionalizados: os impressos³⁹.

A explosão da palavra pública verificada na cidade de Vitória durante os anos 1860, com a proliferação de diversos impressos, manteve-se na década de 1870. Porém, não ultrapassou a marca dos 22 títulos publicados no período anterior. Esse quantitativo somente foi superado durante os anos 1880, quando se publicaram 23 novos jornais. Nesta tese, analisamos edições de 16 dos 45 novos periódicos que

³⁷ A historiografia tradicional (a exemplo do livro de José Teixeira de Oliveira) pouco informa sobre esse período conturbado da história política local. Valemo-nos, para consulta, de outras produções mais recentes que discutem a vida política da Província no segundo quartel do Oitocentos. Esses trabalhos constituem, é verdade, iniciativas pontuais, caracterizando uma linha de pesquisa em desenvolvimento. O Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da UFES contribui, sobremaneira, para fomentar pesquisas sobre a história política do Espírito Santo oitocentista. Entre as pesquisas já defendidas no PPGHIS/UFES destacamos as dissertações já citadas nesta tese de SOUZA, Alexandre de Oliveira Bazílio de. 2012; e MOTTA, Kátia Sausen da. 2013. Em nível de doutorado, encontra-se em fase de finalização a tese de Karulliny Silverol Siqueira Vianna cujo título do projeto é *O Império das Repúblicas: partidos políticos na crise da monarquia no Espírito Santo, 1870-1908*.

³⁸ SIQUEIRA, Karulliny Silverol. 2011. p. 192.

³⁹ Conforme já salientado em outros momentos deste estudo, os impressos não foram a única forma de sociabilidade política (não institucional) desenvolvida pelos capixabas durante o recorte da pesquisa. No capítulo VI da tese, discutimos outras práticas de circulação das vozes que compunham a esfera pública de opinião forjada durante a segunda metade do Oitocentos.

circularam na capital capixaba nas últimas décadas do Império⁴⁰. Isso representa 35,55% do total.

É preciso ter cuidado para não interpretar essa lacuna na documentação como um encolhimento dos espaços não institucionais de discussão política e, por conseguinte, da própria esfera pública de opinião em formação na capital, ainda que timidamente, desde os últimos anos de 1850. Por mais que nos faltem exemplares de diversos impressos, é possível tentar minimizar esse prejuízo analisando as publicações de outras folhas. A réplica a críticas produzidas por determinado jornal de oposição permite-nos, por exemplo, identificar as redações que dialogavam entre si e pelo que combatiam. Foi assim que conhecemos *A União*, jornal publicado nos primeiros meses de 1873, que travou grandes batalhas discursivas com o *Espírito-Santense*, conservador, em defesa do partido Liberal na Província do Espírito Santo. Da mesma forma *O Comércio*, de propriedade de José Joaquim Pessanha Póvoa, que, embora tenha publicado em seu número inaugural que se manteria afastado das “evoluções partidárias” locais, também encampou discussões intensas com a folha conservadora. Impregnado por uma retórica beligerante, característica da imprensa de opinião fundada em Vitória nos anos 1860, as publicações de Pessanha Póvoa renderam-lhe quatro acusações sobre as quais teve de responder em juízo⁴¹.

Comparativamente, os impressos capixabas produzidos a partir de 1870 diferem daqueles publicados na década anterior. Isso porque os anos 1870-1880 foram um divisor de águas para o periodismo capixaba: houve mudanças, por exemplo, no aspecto gráfico dos *layouts* das folhas decorrentes do incremento técnico das oficinas tipográficas. Também operou-se uma divisão do trabalho de confecção (intelectual e tipográfica) dos impressos.

⁴⁰ Lista de todos os títulos publicados em Vitória nos anos 1870 e 1880: *Espírito-Santense* (1870), *O Conservador* (1872), *A União* (1873), *A Aurora* (1875), *O Comercio* (1875), *Gazeta do Comercio* (1876), *A Liberdade* (1876), *Opinião Liberal* (1876), *Echo dos Artistas* (1877), *Jornal das Moças* (1877), *Gazeta da Victoria* (1878), *Actualidade* (1878), *A Idea* (1878), *Sete de Setembro* (1878), *O Horizonte* (1880), *A Província do Espírito Santo* (1882), *O Pylilampo* (1882), *O Baluarte* (1882), *O Mitra* (1882), *O Filho* (1882), *A passagem de Vênus* (1883), *A Folha da Victoria* (1883), *Vasco Coitinho* (1883), *Magnolia* (1884), *Lucifer* (1884), *A Meditação* (1884), *O Arado* (1884), *O Porvir* (1884), *Almanak Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província do Espírito Santo* (1884), *O Liberal* (1885), *O Athleta* (1885), *O Meteoro* (1886), *O Namorado* (1887), *O Zoilo* (1887), *Homenagem ao Dia 7 de Setembro* (1888), *A Grinalda* (1889) e *O Semanal* (1889). PEREIRA, Heráclito Amâncio. 1925 e 1926.

⁴¹ PEREIRA, Heráclito Amâncio, 1922. p. 39.

Novas personagens começaram a fazer parte da empreitada jornalística e houve uma profissionalização das atividades relativas à produção dos impressos. O quadro de trabalhadores envolvidos na elaboração de um periódico passou a contar, a partir de então, com as figuras do redator, ou grupo de redatores/colaboradores, do qual, em geral, faziam parte o proprietário da folha, o impressor, o administrador da oficina de composição e o gerente responsável pelo controle financeiro⁴².

Os jornais capixabas maiores da década de 1870, isto é, aqueles com tipografia própria e melhor aparato técnico, extrapolaram a tiragem média de 500 exemplares/dia⁴³, superando a estimativa de 150 a 250 exemplares/dia verificada para o interstício entre 1850 e 1860⁴⁴. Nos anos 1880, a mudança foi ainda maior, porém, pontual. A folha de José de Melo Carvalho Moniz Freire e de Cleto Nunes, *A Província do Espírito Santo*, alcançou a marca de 1000 unidades impressas por edição em 1882 (ano de sua fundação), chegando aos 1600 exemplares diários em 1889. Acreditamos que isso derivou, principalmente, de dois fatores: o investimento em maquinários para impressão e montagem dos impressos, que possibilitou baratear o preço das assinaturas⁴⁵, e a ampliação das redes de comunicação, portanto, de sociabilidade, entre redações (e entre redatores e leitores) de diversas regiões do Brasil.

As folhas desse período contaram com a melhoria da comunicação entre as províncias introduzida pelos telégrafos e pelo cabo submarino, que “[...] passou a dar sustentação à produção do jornal, transformando-o em negócio potencialmente rendoso”⁴⁶. A instalação das linhas telegráficas ligando a capital, Vitória, a

⁴² No *Espírito-Santense*, Bazílio Carvalho Daemon era proprietário e redator da folha (a partir do nº 350, de 1874), Miguel Pereira Gamboa era o impressor, Manoel Augusto de Albuquerque Rosa deixava a gerência para ocupar a função de administrador da oficina de composição e Vale era gerente. ESPÍRITO-SANTENSE, ano IV, nº 350, de 2 de abril de 1874. p. 2; ano IX, nº 97, de 16 de novembro de 1878. p. 1.

⁴³ Esta era a tiragem diária de o *Espírito-Santense*. Sobre os outros jornais não temos informações, conforme informamos no capítulo III da tese.

⁴⁴ PEREIRA, Heráclito Amâncio. 1922.

⁴⁵ Bazílio Carvalho Daemon, quando assumiu a direção e a redação de *O Espírito-Santense*, “[...] aumentou-lhe as dimensões, diminuiu o preço das assinaturas e melhorou a feitura do jornal [...]”. PEREIRA, Heráclito Amâncio. 1922. p. 37.

⁴⁶ MARTINS, Ana Luiza. 2012. p. 71.

freguesias de norte a sul da Província do Espírito Santo e ao Rio de Janeiro iniciou-se em 1874 e o resultado foi uma agilização da notícia⁴⁷.

Isso proporcionou a criação e o fortalecimento de redes de sociabilidade entre redações e entre redatores e leitores, consolidando a presença de novos profissionais no empreendimento jornalístico: os correspondentes epistolares residentes fora do país e os agentes⁴⁸, que eram representantes dos jornais espalhados em diversas cidades brasileiras responsáveis por angariar assinantes e por comunicar os últimos acontecimentos às redações⁴⁹. A maior rapidez na circulação da notícia começou a impor um novo ritmo às publicações impressas e, por que não arriscar, à própria forma de escrever um jornal, que passou a investir mais em publicações curtas e atuais (insertas na seção noticiário), embora a política e os assuntos julgados de interesse da Província se conservassem como pauta de destaque dos editoriais e das cartas particulares. Assim, a produção dos periódicos afastava-se gradualmente do modelo artesanal encampado pela imprensa de Vitória durante suas duas primeiras décadas de existência.

Parece ter havido uma mudança de estratégia das redações dos jornais maiores criados a partir de 1870. Seus proprietários procuravam cada vez mais desenvolver as folhas como um negócio⁵⁰, capaz de sobreviver financeiramente por seus próprios ganhos. Para tanto, estimulavam a contratação de assinaturas para o interior da Província do Espírito Santo e para fora dela e abriam suas páginas à

⁴⁷ A estação de telégrafos da capital foi inaugurada em 19 de fevereiro de 1874, ligando Vitória com Itapemirim, Campos e Rio de Janeiro. BICHARA, Terezinha Tristão. *História do Poder Legislativo do Espírito Santo, 1835-1889*. Vitória: Gráfica Leoprint Indústria Ltda, 1984. Vol. 1, tomo 1. p. 292. OLIVEIRA, José Teixeira de. 2008. p. 382.

⁴⁸ O jornal *A Província do Espírito Santo* tinha agentes na Corte e nas seguintes localidades da Província: Cariacica, Viana, Mangaraí, Barra de Mangaraí, Porto do Cachoeiro, Carapina, Serra, Riacho, Nova Almeida, Santa Cruz, São Mateus, Barra de São Mateus, Linhares, Vila do Espírito Santo, Guarapari, Benevente, Piúma, Itapemirim, Cachoeiro de Itapemirim, Santo Eduardo. A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO-SANTO, ano II, n° 120, 5 de janeiro de 1883. p. 1.

⁴⁹ O *Espírito-Santense* tinha correspondentes epistolares nos seguintes países: Alemanha, Bélgica, Estados Unidos, França, Inglaterra e algumas repúblicas da América do Sul.

⁵⁰ Na edição n° 97, de 1878, o gerente do *Espírito-Santense* advertia aos assinantes com atraso de pagamento: "Ainda uma vez rogamos aos nossos assinantes de fora da capital que estão a dever suas assinaturas mandá-las satisfazer, pois estamos no 11° mês das mesmas e é tempo mais que suficiente para satisfazê-las. O papel, a tinta, o selo, os empregados custam não pequena soma e, portanto, reclamamos as importâncias devidas e com bastante direito visto o espaço de tempo decorrido. Estamos dispostos a suspender a remessa de nosso jornal a todos aqueles que não satisfizerem suas assinaturas até princípios de dezembro. Vale". ESPÍRITO-SANTENSE, ano IX, n° 97, de 16 de novembro de 1878. p. 1.

publicação de anúncios comerciais de estabelecimentos locais e de casas da praça mercantil do Rio de Janeiro, conforme ilustra o extrato a seguir.

Figura 24 - Extrato de anúncios de uma edição do *Espírito-Santense*.

ANNUNCIOS

ATTENÇÃO.
 Quem q'uo vende le...
 ...do o **CHEISSIANO**, á rua Formosa n.º 7.

PILULAS HOLLOWAY.
 Os venozositos nefalios, sendo abelgidos e...

UNGUENTO HOLLOWAY.
 As dizes nefalios, e em dadas applicaoes...

PRECAUÇÃO.
 FALSIFICACOES FEITAS EM NEW-YORK

PILULAS DO UNGUENTO DE HOLLOWAY.

JOALHEIROS
 M. ROUBINSON & P...
 ...o seu estabelecimento de Joalheria...

DEPURATIVO LAROZE
XAROPE
 De Casca de Laranja amarga ao IODURETO de POTASSIO

VELOUTINE
PO DE TOUCADOR
 ...SUBSTITUO COM FANTASIA O PO...

AGUA DE JARINA
 DO DOCTOR A. LEG...

OLEO DE FIGADO DE BACALHAU
 COM QUINA

JUSTIÇA.
 Em segunda a terceira scena...

O ASSASSINO.
 ...Será um espetáculo, inda a scena...

AGUENTE-SE HO BALANÇO!
 Secretaria da Sociedade D. P. M...

Fonte: ESPÍRITO-SANTENSE, ano VIII, nº 105, de 1º de setembro de 1877. p. 4.

O crescimento das tiragens/dia sugere, por sua vez, ter havido um aumento no número de leitores dos periódicos, seja por meio das assinaturas ou por meio das vendas avulsas e, também, via permuta de jornais provenientes de diversas províncias. Esse intercâmbio de folhas é bastante indicativo da consolidação de redes de comunicação entre redações de diferentes regiões brasileiras nos

primeiros anos da década de 1870⁵¹. O intercâmbio promovido pelas folhas capixabas ultrapassava as fronteiras da atual região sudeste, abrangendo também províncias do Nordeste, Norte e Sul do país⁵². Concordamos com Luciano da Silva Moreira a respeito da importância dessas *trocias discursivas* para a formação de uma esfera pública de opinião que extrapolasse os limites geográficos da região onde os periódicos eram produzidos⁵³. Isso posto, os leitores dos impressos não se restringiam aos residentes da capital da Província do Espírito Santo; estavam espalhados também Brasil afora.

A imprensa capixaba das últimas décadas do Império apresentou uma diversidade de programas editoriais. A partir de meados da década de 1870 surgiram na cena pública da capital os primeiros jornais científicos e literários, redigidos por estudantes e professores do Ateneu Provincial. Isso ocorreu em meio a um momento de reformas da instrução pública na Província do Espírito Santo⁵⁴.

⁵¹ O *Espírito-Santense* discriminava as redações com as quais permutava jornais: “[...] Recebemos os seguintes [jornais] a cujas delicadas redações muito agradecemos, fazendo-lhes retribuição com o *Espírito-Santense*: *Monitor Campista* (Campos); *Monitor Macaense* (Macaé); *Luz* (Rio de Janeiro); *Semana Ilustrada* (Rio de Janeiro); *Astro Resendense* (Rezende); *Gazeta de Campinas* (Campinas); *Futuro* (São Paulo); *Desenove de Dezembro* (Curitiba); *Commercio do Paraná* (Paranaguá); *Progresso* (Cachoeira - Bahia); *Alabama* (Bahia); *Cearense* (Ceará); *Catechista* (Manaus); *Jequitinhonha* (Diamantina); *Correio Fluminense* (Angra dos Reis); *Vigilante* (Rio de Janeiro); *Cacapuvense* (Caçapava - São Paulo); *Norte de São Paulo* (Pindamonhangaba); *Noticiador de Minas* (Ouro Preto); *Operário da Liberdade* (Rio de Janeiro) [...]”. *ESPÍRITO-SANTENSE*, ano I, n. 23, de 1º de dezembro de 1870. p. 4; ano I, n. 25, de 7 de dezembro de 1870. p. 3; ano II, n. 32, de 7 de janeiro de 1871. p. 1. O *Correio da Victoria* também divulgava aos leitores seu intercâmbio de folhas: “Pelo vapor [...] recebemos os jornais seguintes: *Diario Oficial* (Rio de Janeiro); *Movimento* (Rio de Janeiro); *Jornal da Tarde* (Rio de Janeiro); *República* (Rio de Janeiro); *Instrução Publica, Conservador* (Natal); *Publicador* (Paraíba do Norte); *Despertador* (Paraíba do Norte); *Correio Oficial* (Goiás); *Correio da Bahia* (Bahia); *Cruzeiro do Sul* (São Fidelis); *Estandarte* (Itapemirim); *Monitor Campista* (Campos); *Correspondencia de Portugal*; *Diario de Noticias* (Rio de Janeiro); *Opinião Conservadora* (São Paulo); *Pedro II* (Ceará); *Parahybano* (Paraíba do Sul); *Monitor Sul-Mineiro* (Campanha da Princesa); *O Liberal*; *Noticiador de Minas* (Ouro Preto); *Correio do Brazil* (Rio de Janeiro); *O Amigo do Povo* (Teresina); *Revista Ilustrada* (Rio de Janeiro); *Horisonte* (Bahia); *Conciliador* (Santa Catarina); *O Constitucional* (Maranhão); *O Monarchista* (Campanha); *A Nação* (Rio de Janeiro); *Correio de Santo Antão* (Pernambuco); *Tribuna Catholica* (Ceará); *O Conciliador* (Santa Catarina); *O Conciliador* (Paraíba do Norte); *O Horisonte* (Bahia); *O Publicador* (Paraíba do Norte); *O Malmequer* (Jaguarão)”. *CORREIO DA VICTORIA*, ano XXIV, n. 63, de 6 de junho de 1872. p. 3, ano XXIV, n. 69, de 20 de junho de 1872; ano XXIV, n. 87, de 3 de agosto de 1872. p. 3. Interessante notar que *O Espírito-Santense* e o *Correio da Victoria*, ambos defensores da política conservadora nos anos iniciais de 1870, permutavam com redações de credo político diferente do deles. Foram localizados nas listas periódicos liberais e até republicanos, a exemplo de *Operário da Liberdade* (Rio de Janeiro), *Progresso* (Cachoeira – Bahia), *República* (Rio de Janeiro) e *O Liberal* (Rio de Janeiro).

⁵² Conforme divisão geográfica atual do Brasil.

⁵³ MOREIRA, Luciano da Silva. 2011. p. 237.

⁵⁴ Em relatório lido para o corpo legislativo provincial em 1871, o presidente Francisco Ferreira Correia defendia a aprovação de uma reforma do ensino primário, que passaria a ser obrigatório. No ano seguinte, foi a vez do presidente Antonio Gabriel Paula Fonseca queixar-se aos deputados a

Embora desde meados dos anos 1840 a Província já contasse com estabelecimentos de educação secundária⁵⁵, somente a partir da década de 1870 foi que a instrução pública recebeu investimentos públicos mais expressivos: em 1869, a quantia aprovada pela Assembleia Provincial foi de 31:860\$000 réis, ao passo que em 1874 o montante votado mais do que dobrou, totalizando 82:000\$000 réis⁵⁶.

Os espírito-santenses contavam, em 1876, com uma Escola Normal de formação de professores para ambos os sexos; o Ateneu Provincial⁵⁷, onde eram lecionadas as disciplinas exigidas para os exames das universidades do Império⁵⁸; um Liceu, por iniciativa da loja maçônica União e Progresso⁵⁹; um estabelecimento secundário exclusivo para o sexo feminino, que, além dos “trabalhos de agulha”, oferecia às alunas aulas de primeiras letras, Português, Francês, História, Geografia, Música e Piano⁶⁰, e duas escolas noturnas destinadas à instrução popular⁶¹.

respeito da situação da instrução secundária: “[...] continua estar mal organizada na Província. Nesta capital ainda não há todos os cursos exigidos como preparatórios para matrícula nas faculdades de instrução superior do Império; basta citar-vos a falta inexplicável de um curso regular de filosofia [...]. Tudo prova a necessidade da reforma urgente da instrução: o que existe atualmente é um apanhamento de disposições estranhas, sem nexos, encontradas muitas vezes contraditórias [...]”. As reformas foram aprovadas pela Assembleia em 1873. RELATÓRIO lido no paço da Assembleia Legislativa da Província do Espírito Santo pelo presidente, o Exmo. Sr. Dr. Francisco Ferreira Correa, na sessão ordinária do ano de 1871. Vitória: Tipografia do *Correio da Victoria*, 1872. p. 37. RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo pelo presidente da província, o Exmo. Sr. Dr. Antonio Gabriel de Paula Fonseca, no dia 2 de outubro de 1872. Vitória: Tipografia do *Espírito-Santense*, 1872. p. 12.

⁵⁵ Data de 1843 a criação do primeiro estabelecimento de instrução primária e secundária da Província. Em 1854 sofreu alterações e ganhou outras proporções. Recebeu o nome de *Liceu de Vitória*. No final da década de 1860 passou por nova fase, recebendo o título de *Ateneu Provincial*. DAEMON, Bazílio Carvalho. 2010. p. 365 e 435.

⁵⁶ RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo pelo presidente da província, Desembargador Antonio Joaquim Rodrigues, em 5 de outubro de 1886. Vitória: Tipografia do *Espírito-Santense*. 1886. p. 53.

⁵⁷ As aulas no Ateneu Provincial iniciaram em maio de 1873. DAEMON, Bazílio Carvalho. 2010. p. 463.

⁵⁸ Os exames eram feitos por comissões nomeadas pelo Presidente da Província com base no Decreto Imperial nº 5.429, de 2 de outubro de 1873, que instituiu as comissões de exames gerais de preparatórios nas províncias onde não haviam faculdades.

⁵⁹ A partir de 1881, o Liceu da loja maçônica União e Progresso começou a oferecer aulas noturnas para adultos livres. RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Espírito Santo, em sua sessão ordinária de 8 de março de 1881, pelo presidente da província, Exmo. Sr. Dr. Marcellino de Assis Tostes. Vitória: Tipografia da Gazeta da Victoria, 1881. p. 9.

⁶⁰ RELATÓRIO apresentado pelo Exmo. Sr. Dr. Manoel José de Menezes Prado na instalação da Assembleia Provincial do Espírito Santo, na sessão de 15 de outubro de 1876. Vitória: Tipografia do *Espírito-Santense*, 1876. p. 21.

⁶¹ De acordo com o presidente da Província, Manoel José de Menezes Prado, “A instrução popular encontrou aqui um apoio simpático e eficaz. Além de ser o principal motor do progresso, é um grande elemento de moralidade”. Havia duas escolas noturnas: uma em Serra e a outra na capital, que funcionava numa das salas do Ateneu. Frequentavam as aulas noturnas em Vitória 26 artesãos no ano de 1874. RELATÓRIO apresentado a S. Ex. o Sr. Coronel Manoel Ribeiro Coitinho Mascarenhas pelo Exmo. Sr. Dr. Luiz Eugênio Horta Barbosa por ocasião de deixar a administração da Província

Em 1882 ocorreu uma nova reforma na instrução pública da Província. Nesse ano, a administração estava a cargo de Herculano Marcos Inglês de Souza, um intelectual positivista. Aconselhado por José de Mello Carvalho Moniz Freire e por Affonso Cláudio, seus ex-colegas de faculdade, o presidente convidou Antônio da Silva Jardim (também positivista), outro colega deles dos tempos da faculdade de São Paulo⁶², para promover conferências e apresentar o método *João de Deus* ao professorado local⁶³. O novo método de ensino, positivista, foi divulgado na Província e, principalmente, em Vitória, no momento em que dois jornais liberais, também positivistas e produzidos na capital, discutiam os problemas da região a partir desse mesmo viés filosófico⁶⁴. Acreditamos que esses dois eventos contribuíram para tornar conhecidos os preceitos básicos da doutrina positivista entre membros da elite intelectual local.

Considerando que dos 10 jornais científicos e literários produzidos na capital capixaba entre os anos 1870-1889⁶⁵ apenas 1 não era redigido por estudantes e professores do Ateneu Provincial⁶⁶, acreditamos que as medidas reformistas implementadas na instrução pública durante esse interstício estimularam de alguma maneira o envolvimento desses indivíduos no universo da imprensa e, de modo mais geral, na senda das letras, seja como redatores, editores e/ou colaboradores das folhas.

do Espírito Santo. Vitória: Tipografia do *Espírito-Santense*, 1874. p. 16. RELATÓRIO apresentado pelo Exmo. Sr. Dr. Manoel José de Menezes Prado. 1876. p. 22 e 24.

⁶² “[...] resolvi contratar com o cidadão Antonio da Silva Jardim, professor da Escola Normal de São Paulo, cujas habilitações tive ocasião de apreciar naquela cidade, a propaganda do método de leitura do Dr. João de Deus denominado Cartilha Maternal”. RELATÓRIO com que o Exmo. Sr. Dr. Herculano Marcos Inglês de Souza entregou, no dia 9 de dezembro de 1882, ao Exmo. Sr. Dr. Martim Francisco Ribeiro de Andrada Junior a administração da província do Espírito Santo. Vitória: Tipografia do Horizonte, 1882. p. 9. Sobre a relação de amizade existente entre Inglês de Souza, Moniz Freire, Affonso Cláudio e Silva Jardim, conferir a obra de SANTOS, Estilague Ferreira dos. *José de Melo Carvalho Moniz Freire*. Vitória: Espírito Santo em ação, 2012. p. 177.

⁶³ Tratava-se de uma reforma educacional que pretendia alargar o público alunato, abrangendo a maioria da população. Para Silva Jardim, Inglês de Souza, Moniz Freire e Affonso Cláudio, todos positivistas, “[...] o ensino primário deveria ser a prioridade máxima da atuação dos governos no que diz respeito à sua política educacional”. A reforma proposta pelo presidente da Província coadunava-se, assim, à visão “proletária” defendida por muitos adeptos ao Positivismo, “[...] a partir do próprio Comte, de que os trabalhadores deveriam ser protegidos pelo Estado”. SANTOS, Estilague Ferreira dos. *Escritos Políticos de Moniz Freire*. Vitória: Pro Texto Comunicação e Cultura, 2013. p. 32.

⁶⁴ Eram eles: *O Horizonte* e *A Província do Espírito Santo*.

⁶⁵ *A Aurora* (1875), *A Liberdade* (1876), *A Ideia* (1878), *Sete de Setembro* (1878), *O Filho* (1882), *A Passagem de Vênus* (1883), *Lucifer* (1884), *O Athleta* (1885), *O Meteoro* (1886), *O Semanal* (1889). PEREIRA, Heráclito Amâncio. 1925 e 1926.

⁶⁶ *A Ideia* era de propriedade dos tipógrafos do jornal *Espírito-Santense*.

A pesquisa de Karulliny Vianna a respeito da recepção das ideias republicanas na Província do Espírito Santo corrobora nossa assertiva, pois, segundo a autora, se verifica que as novas ideias políticas (o debate republicano) eram discutidas na maçonaria, no Ateneu Provincial e nas tipografias⁶⁷. Em comum, os periódicos científicos e literários capixabas defendiam ser a instrução a chave para o progresso, tanto material quanto moral, da sociedade.

5.3 Jornais científicos, literários e democráticos: em nome do progresso da Província do Espírito Santo

A *Aurora* foi o primeiro jornal redigido exclusivamente por estudantes do Ateneu Provincial. Publicado pela primeira vez em 1875, intitulava-se científico, literário e industrial⁶⁸. Sua redação era composta por adolescentes capixabas que, daí em diante, se tornaram figuras carimbadas na imprensa e na política local: José de Mello Carvalho Moniz Freire, Affonso Cláudio e João Monteiro Peixoto. Seus artigos discutiam ciência e literatura e pretendiam desenvolver a instrução pública na capital; viam a educação como instrumento de conhecimento e crítica. Moniz Freire tinha apenas 14 anos quando se publicou o primeiro número do periódico.

As publicações cessaram no final de 1875. Mas o encerramento da folha não significou que seus redatores desanimaram do objetivo de levar conhecimento à mocidade de Vitória. Ao contrário, persistiram na empreitada e, para tanto, José de Melo Carvalho Moniz Freire escreveu a seu professor do Ateneu, o bacharel José Joaquim Pessanha Póvoa, pedindo proteção.

Ilmo. Sr. Dr. Póvoa. Eu e alguns colegas desejamos dar à luz um pequeno jornal, sem outras pretensões senão escrevermos alguma coisa, visto que aqui nesta cidade os moços pouco ou nada leem por falta de incentivo e de estímulo e a iniciativa deve haver. O ano passado [1875] começamos a escrever um periódico *Aurora*, mas retirando-se o Peixoto que era incansável, a publicação dele parou; procuramos continuar este ano, mas como não desejávamos fazê-lo na tipografia do Sr. Capitão Daemon, atenta a oposição que ele fez na publicação da mencionada *Aurora*, em setembro de 75, aguardávamos uma ocasião oportuna para tal. Hoje que orgulho-me em ver V. S. à frente do jornalismo de minha província, e

⁶⁷ VIANNA, Karulliny Silverol Siqueira. A ordem ameaçada: linguagens e ideias republicanas na crise da monarquia no Espírito Santo. In: RIBEIRO, Gladys Sabina; MARTINS, Ismênia de Lima; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz (Orgs.). *O Oitocentos sob novas perspectivas*. São Paulo: Alameda, 2014. p. 201.

⁶⁸ DAEMON, Bazílio Carvalho. 2010. p. 482.

reconhecendo em V. S. um entusiasta do progresso do nosso país, amante de todos aqueles que tentam só erguer um voo altivo e portanto amigo e auxiliar poderosíssimo de moços que se propõem a isto, contamos com o seu auxílio e proteção: consentindo não só na publicação deste nosso periódico nos prelos do seu conceituado jornal, e também concorrendo com sua amestrada e hábil pena para o brilhantismo do mesmo. Aqui paro contando desde já com sua proteção e auxílio assino-me. Amº e abrº - José de Melo Carvalho Moniz Freire⁶⁹.

A iniciativa de Moniz Freire tinha razão. Pessanha Póvoa era um entusiasta da imprensa capixaba⁷⁰. Nasceu em São João da Barra, no estado do Rio de Janeiro. Bacharelou-se na faculdade de São Paulo em 1865. Residiu em Vitória (ES) desde 1875 até a data de seu falecimento (1904). “Seu posto de combate, desde a Academia, foi a imprensa política”⁷¹. Foi considerado por seus contemporâneos “um mecenas das letras”⁷² e atuou à frente da redação de vários jornais capixabas, além de colaborar para a escrita de outros tantos⁷³. Era conhecido entre seus conterrâneos por estimular a produção escrita dos alunos do Ateneu, onde lecionava Retórica, franqueando as páginas de seus jornais às publicações autorais dos jovens⁷⁴.

A carta de Moniz Freire dá uma noção das ideias propagadas pelo adolescente na imprensa e com as quais Pessanha Póvoa concordava: as do progresso. Embora muito novo, Moniz Freire já colecionava alguns inimigos. Seu relato informa que

⁶⁹ SANTOS, Estilague Ferreira dos. 2013. p. 59.

⁷⁰ Seus artigos publicados na imprensa eram conhecidos pelo tom virulento. Devido a isso, um de seus redatores colaboradores, Benjamin Constant Pereira da Graça, foi condenado a seis meses de prisão por crime de injúria impressa. Em 1884, quando era redator de *O Arado*, José Joaquim Pessanha Póvoa envolveu-se numa briga de rua com um funcionário de repartição pública em função dos artigos políticos que escreveu. Não era a primeira vez que se envolvia em conflitos com agressão física. Seus artigos anti-abolicionistas, publicados em *O Arado*, também provocaram revolta entre alguns leitores. PEREIRA, Heráclito Amâncio. 1926. p. 39. LUCIFER: ÓRGÃO DO POVO, n. 7, de 17 de novembro de 1884. p. 2.

⁷¹ José Joaquim Pessanha Póvoa publicou diversos livros exclusivamente literários, mas também alguns políticos, como “Tiradentes ou a voz dos Mortos” (panfleto) e “Os Heroes da Guerra” (editado em Lisboa). CLÁUDIO, Affonso. *História da Literatura Espírito-Santense*. Rio de Janeiro: Xerox, 1981. p. 189-190.

⁷² CLÁUDIO, Affonso. 1981. p. 192.

⁷³ José Joaquim Pessanha Póvoa era proprietário dos seguintes jornais publicados em Vitória: *O Commercio* (1875), *A Gazeta do Commercio* (1876) e *Gazeta da Victoria* (1879).

⁷⁴ Cleto Nunes e Affonso Cláudio, estudantes do Ateneu, foram colaboradores na *Gazeta do Commercio* (1876), de propriedade de José Joaquim Pessanha Póvoa. Em 1879, Póvoa chamou Cleto Nunes para ser seu sócio no jornal *Gazeta da Victoria*, do qual era proprietário. Na década de 1880, o professor colaborou na redação de dois jornais: um de propriedade de seus ex-alunos, Moniz Freire e Cleto Nunes, *A Província do Espírito Santo*, e o outro, *O Pyrilampo*, órgão da “Sociedade Amor às Letras”, de estudantes do Ateneu Provincial. PEREIRA, Heráclito Amâncio. 1926.

Bazílio Carvalho Daemon opôs-se à iniciativa de *A Aurora*⁷⁵, um dos fatores que motivaram Moniz a buscar apoio material (utilizar a oficina e os materiais do jornal *O Commercio*) e proteção política contra a oposição declarada do redator e proprietário do *Espírito-Santense*⁷⁶. A indisposição entre Daemon e Moniz Freire avançou pela década seguinte na imprensa capixaba, onde travaram inúmeras discussões políticas, as chamadas batalhas de “luvas de pelica”.

José Joaquim Pessanha Póvoa atendeu ao pedido de Moniz Freire e permitiu que os estudantes imprimissem seu novo jornal, *A Liberdade*, na tipografia da *Gazeta do Commercio* – sua folha criada em 1876. Seguindo a proposta de *A Aurora*, o novo periódico de José de Mello Carvalho Moniz Freire era científico e literário, com vistas ao progresso da Província do Espírito Santo por meio do desenvolvimento das letras e das ciências. O conhecimento levaria à crítica. A redação ficou sob a responsabilidade de Moniz e de Cândido Vieira da Costa, com colaboração de outros estudantes, como Affonso Cláudio e Cleto Nunes Pereira.

A criação de jornais científicos e literários avançou os anos seguintes. Em 1878, saiu à luz da publicidade *A Idea: órgão da mocidade*, periódico produzido e impresso pelos empregados da tipografia de Bazílio Carvalho Daemon, dono do *Espírito-Santense*. A redação de *A Idea* afirmava que “[...] a instrução é a fonte sagrada onde deve-se [sic] banhar não só o filho dos palácios, coberto de purpúreas vestes; como também o filho da humilde da choupana, coberto de andrajos”⁷⁷.

⁷⁵ Bazílio Daemon nasceu no Rio de Janeiro em 1834. Mudou-se para Cachoeiro de Itapemirim, no Espírito Santo, ainda bem jovem. Aí teve sua primeira experiência jornalística, fundando o jornal *Itabira*, em 1866, mais tarde substituído pelo *Estandarte*, em 1868. Durante toda a sua vida defendeu a política conservadora. Em 1874, mudou-se para a capital da Província e comprou o periódico *Espírito-Santense*, sendo seu redator principal. Exerceu diversos cargos públicos em Vitória e foi eleito deputado provincial. Faleceu nessa cidade em 1893. CLÁUDIO, Affonso. 1981. p. 207.

⁷⁶ A única referência localizada no jornal *Espírito-Santense* noticiava o surgimento de *A Aurora*: “saiu ontem à luz, nesta capital, um novo jornal intitulado *A Aurora*, sendo redigido por alguns moços, estudantes das aulas de 2ª classe do Ateneu Provincial. É a nova geração que se forma e se prepara para as lutas futuras, quando a atual geração se achar impossibilitada de manejar o buril, o escopo, a pena ou escalpelo: um que traça os tipos, outro representa as imagens, este descreve o todo, aquele esfacela na análise os caracteres. O jornal contém escritos de mão já habilitada a manejar a pena, conquanto sejam de moços principiantes. Agradecemos a oferta e desejamos que tenha uma longa duração”. O ESPÍRITO-SANTENSE, ano VI, n. 115, 23 de setembro de 1875. p. 3.

⁷⁷ A IDEA: ÓRGÃO DA MOCIDADE, n. 8, de 20 de outubro de 1878. p. 1.

Com uma tendência cientificista fundamentada na busca pela verdade dos fatos por intermédio da experimentação e da pesquisa científica⁷⁸, essa folha defendia uma reforma na instrução pública da Província do Espírito Santo. Seu lema era: “Aidons-nous les uns les autres”⁷⁹. Discutia um projeto educacional que visava à popularização do ensino; a educação não seria um privilégio, restrito ao *filho dos palácios*. Também o *filho da humilde da choupana* teria direito aos bancos escolares, pois sem instrução o homem não seria “[...] mais do que um mendigo esmolando o pão da caridade pública”⁸⁰.

Segundo a redação de *A Ideia*, todos os vultos proeminentes da literatura ocidental um dia frequentaram “[...] os bancos escolares para depois serem citados como célebres escritores”⁸¹. Com isso, pretendia convencer a mocidade capixaba a respeito da importância da instrução. Acreditavam os redatores do jornal que o período em que viviam, o século XIX, era diferente daquele em que “[...] os sacerdotes egípcios acumulavam todas as ciências e nem por caridade as divulgavam pelo povo, entregando o ignorante às garras do fanatismo”⁸². Eram outros tempos. A chama do progresso iluminava a consciência dos indivíduos.

Os editoriais de *A Ideia* apregoavam o progresso material e moral das sociedades que “estudavam as ciências e as artes, aperfeiçoando e inventando novos instrumentos para satisfazer as necessidades da indústria”⁸³. A retórica empregada nas publicações permite inferir que progresso e civilização eram tratados como

⁷⁸ “[...] o que procura o homem nesses voos de sua Inteligência, em que ele nem se lembra ao menos que tem um corpo de duração precária e composto desses elementos inorgânicos, que o fazem filho da terra e que ele estuda em seus laboratórios químicos? O que procura ele [...] na aridez da nomenclatura de que se serve e na linguagem técnica que emprega? O que procura este homem folheando a história, consultando diversos autores e confrontando fatos? [...] Diz um profundo filósofo: ele procura a verdade por amor da verdade. Ele ama a verdade. É ela o objeto de seu amor, o ídolo de suas adorações. Diante da verdade tudo se curva”. A IDEIA: ÓRGÃO DA MOCIDADE, n. 3, de 15 de setembro de 1878. p. 2.

⁷⁹ Tradução livre: “ajudemos uns aos outros”.

⁸⁰ A IDEIA: ÓRGÃO DA MOCIDADE, n. 3, de 15 de setembro de 1878. p. 2.

⁸¹ “Na França Buffon, Lineu, Georges Cuvier e Figuiet legislaram sobre a história nacional; Robespierre, Rosseau e Voltaire trataram das letras; Lamennais, Lacordaire, Venture, Thiers, Pelletan, Edgard Quinet, Laharpe, Litté, Darvs e outros de nosso século, secundados com as luzes da razão, restauraram as ciências e prescreveram leis invariáveis, onde se vê o belo, representado no exercício da inteligência humana. No Brasil mesmo Magalhães, além de outras obras que tem publicado, escreveu ainda, em estilo elevado e agradável, e em que ele revela um talento admirável *Factos do espírito humano* onde combate com as mais eloquentes palavras a doutrina de Locke e Condillac. José de Alencar foi também um gênio na literatura [...]”. A IDEIA: ÓRGÃO DA MOCIDADE, n. 3, de 15 de setembro de 1878. p. 2.

⁸² A IDEIA: ÓRGÃO DA MOCIDADE, n. 3, de 15 de setembro de 1878. p. 2.

⁸³ A IDEIA: ÓRGÃO DA MOCIDADE, n. 3, de 15 de setembro de 1878. p. 2.

termos complementares: a mocidade espírito-santense deveria “[...] procurar a civilização, ouvindo constantemente a voz de entusiasmo de seu progresso [...]”⁸⁴.

Na imprensa capixaba, *A Idea: órgão da mocidade* disputava leitores com outro jornal científico e literário, o *Sete de Setembro: órgão do Atheneu Provincial*. Este se considerava melhor capacitado do que a folha dos tipógrafos do *Espírito-Santense* para debater sobre ciência, artes, racionalismo, progresso e também para produzir críticas à situação política, material e moral vivida pelos habitantes da Província. Ao que parece, a suposta superioridade dos redatores do *Sete de Setembro* baseava-se no fato de serem estudantes do Ateneu.

A Idea não foi criada, senão com o fim de nos instruir; isto é, instruir a mocidade. E se não tem desempenhado bem a sua missão, é porque a sua humilde redação dispõe ainda de muitos poucos conhecimentos e não pode entrar, portanto, em questões elevadas, onde no mar [...] das discussões se exige inteligências bem formadas, além de uma grande erudição. Prevalendo-nos da oportunidade da ocasião, prevenimos à inteligente redação do *Sete de Setembro* que seremos surdos aos seus insultos se continuarem... porquanto não nos é possível descer a respondê-los. [...] ⁸⁵.

Criado em 1878, o *Sete de Setembro: órgão do Atheneu Provincial* era literário e noticioso. A redação da folha estava a cargo dos estudantes Lydio Mululo, Pedro Lírio e Amâncio Pereira⁸⁶. A empreitada fora patrocinada por José Joaquim Pessanha Póvoa, o entusiasta da imprensa capixaba, que forneceu aos estudantes o papel nas cores verde e amarelo para a impressão⁸⁷. Os redatores de *Sete de Setembro* desenvolveram sociabilidades políticas com algumas autoridades públicas da Província do Espírito Santo⁸⁸.

⁸⁴ A IDEA: ÓRGÃO DA MOCIDADE, n. 3, de 15 de setembro de 1878. p. 2.

⁸⁵ A IDEA: ÓRGÃO DA MOCIDADE, n. 3, de 15 de setembro de 1878. p. 2.

⁸⁶ A criação do *Sete de Setembro* culminou com a formação de um clube literário, *Club Saldanha Marinho*, cujos sócios eram estudantes e professores do Ateneu. No capítulo VI desta tese, discutimos a importância desse *club* como espaço de sociabilidade política e, portanto, de discussão, para a formação da esfera pública de opinião em Vitória. O *club* participou ativamente do movimento contra a escravidão na capital da Província.

⁸⁷ As cores do papel eram uma homenagem ao nome da folha, *Sete de Setembro*, que remetia à independência do Brasil. PEREIRA, Heráclito Amâncio. 1926. p. 30-31.

⁸⁸ Em um dos artigos de fundo, por exemplo, Pedro Lírio e Amâncio Pereira escreveram a José Feliciano Horta de Araújo, deputado geral eleito pela Província, elogiando sua atuação em defesa do ensino quando em mandato de deputado provincial e pedindo providências em relação ao ensino secundário local. A instrução secundária daqui não preenchia os requisitos para os exames das universidades do império, pois faltava a cadeira de Retórica. SETE DE SETEMBRO: ÓRGÃO DO ATHENEU PROVINCIAL, n. 10, de 10 de novembro de 1878. p. 2.

As publicações eram variadas: noticiário, literatura, charadas e editoriais. Consideramos o *Sete de Setembro* um marco na imprensa capixaba das últimas décadas do Oitocentos, pois ele foi o primeiro periódico a aceitar a participação feminina em seu corpo de redatores colaboradores. Adelina Lírio de Castro contribuía para a folha na seção literatura com publicações autorais. Na edição nº 18 do jornal, foi publicado o seu poema “A Bernardina da Penha”. Era o início da carreira jornalística de Adelina, que também atuou como redatora colaboradora de *A Província do Espírito Santo*, de Moniz Freire e de Cleto Nunes, durante os anos 1880⁸⁹.

A pesquisa da tese demonstra que os estudantes que se aventuraram nas atividades tipográficas durante a década de 1870 tiveram a oportunidade de continuar atuando na imprensa capixaba no decênio seguinte, seja como redatores/proprietários de seus próprios jornais ou sendo absorvidos por redações de periódicos maiores⁹⁰. Nosso estudo também permite inferir que os jornais publicados durante os anos de 1870-1889 tinham perfil variado. Esses impressos traziam em seu bojo novas ideias que fomentaram os debates travados **na e pela** imprensa capixaba⁹¹.

Além dos jornais científicos e literários que acabamos de tratar, circularam pela cidade de Vitória folhas independentes, que se autointitulavam democráticas ou do povo; impressos produzidos por sociedades fechadas; outros destinados ao público feminino⁹², e periódicos conhecidos como órgão de partido político. O primeiro jornal democrático capixaba foi publicado em 1876. *A Gazeta do Commercio* era de propriedade de José Joaquim Pessanha Póvoa e contava com publicações de alunos do Ateneu Provincial (Cleto Nunes e Affonso Cláudio). Sua atuação na arena

⁸⁹ Maria A. A. de Figueiredo escrevia para *A Actualidade*, em 1878, e Otávia Mululo, esposa de Odorico José Mululo (redator do *Vasco Coitinho*, de 1883), produziu textos para o jornal *Magnolia*, de José Joaquim Pessanha Póvoa, publicado em 1884.

⁹⁰ Conferir o quadro do perfil profissional dos redatores/editores dos jornais capixabas inserto na seção 3.3 do capítulo III desta tese.

⁹¹ Sobre a formação da nova cultura política que emergiu na Província do Espírito Santo a partir dos anos 1870, conferir os trabalhos de Karulliny Silverol Siqueira Vianna (2014) e VIANNA, Karulliny Silverol Siqueira. Abram-se as portas para o progresso: o projeto político positivista na imprensa da província do Espírito Santo, 1880-1889. *Anais do Seminário Internacional Brasil no século XIX*. 2015. Disponível em: <<http://www.seo.uff.br/index.php/individuais?id=51>>. Acesso em: 16 de janeiro de 2016.

⁹² Não conseguimos localizar nenhum exemplar do *Jornal das Moças*. Esse impresso foi fundado em 1877. Embora dedicado ao público feminino, não tinha mulheres em sua redação. A historiografia da imprensa capixaba oitocentista informa apenas que era redigido “[...] por um pai de família”. PEREIRA, Heráclito Amâncio. 1926. p. 25.

jornalística rendeu-lhe o apelido *grilheta*, dado por seus adversários políticos⁹³. Em 1878 foi substituída por outra folha democrática⁹⁴, a *Gazeta da Victoria*⁹⁵, também de Pessanha Póvoa e, mais tarde, de Cleto Nunes⁹⁶. A publicação da *Gazeta da Victoria* foi interrompida em março de 1882, em função de um acordo firmado entre José Joaquim Pessanha Póvoa e os proprietários da *Província do Espírito Santo*, José de Mello Carvalho Moniz Freire e Cleto Nunes⁹⁷.

A *Gazeta da Victoria* defendia os interesses do partido Liberal na Província do Espírito Santo. Na verdade, o proprietário da folha, Pessanha Póvoa, declarava na imprensa que seu impresso era “[...] Órgão do partido liberal e do governo da Província [...]”⁹⁸. No comunicado publicado na *Província do Espírito Santo*, de 1882, Póvoa lembrou os últimos anos de produção da *Gazeta da Victoria* na década de 1870: era uma “[...] época de grandes lutas políticas, viu-se [a *Gazeta da Victoria*], muitas vezes, isolada, defendendo os créditos do seu partido contra ataques de adversários intransigentes e fanáticos [...]”⁹⁹. As publicações de *Gazeta* tinham tom moderado: “[...] não pregou a anarquia política, nem a anarquia moral, nem a revolta e menos tocou aos limites das temeridades as mais culpáveis [...]”¹⁰⁰.

É possível inferir também a respeito dos recursos linguísticos empregados na narrativa dos editoriais da *Gazeta da Victoria* em seus primeiros anos de existência. Mergulhado numa retórica beligerante, disseminada na imprensa capixaba pelos periódicos da década de 1860, Póvoa afirmava que o ofício do *escritor político* era semelhante àquele dos soldados numa frente de batalha: “[...] Menos os capacetes,

⁹³ Grilheta é o nome dado à argola que prendia os grilhões aos condenados.

⁹⁴ A *Gazeta da Victoria* foi criada em 24 de janeiro de 1878 e em 04 de março de 1879 declarou-se *órgão democrático*.

⁹⁵ O nome *Gazeta do Commercio* foi substituído por *Gazeta da Victoria* por ter Pessanha Póvoa assinado um contrato com o governo provincial para a impressão dos atos oficiais. Conforme discutimos no capítulo IV da tese, quando um jornal deixava as fileiras da oposição, como foi o caso de *O Tempo*, de 1861, que se transformou em *Jornal da Victoria* (1864), era preciso que ele se despidesse de suas *vestes de combate*.

⁹⁶ Affonso Cláudio colaborou na redação do jornal.

⁹⁷ “Há três anos que devia estar fora da arena e desse propósito afastou-a [*Gazeta da Victoria*] o Exm. e muito digno chefe do partido liberal. Há três anos que a redação precisava de uma pausa ou de algum descanso. Adiou para esta oportunidade. Unicamente esperava que os seus amigos, fundadores do novo jornal *Província do Espírito Santo*, viessem ocupar no vasto auditório da publicidade o lugar que hão de celebrar como jornalistas. Não há frase para exprimir a gratidão aos assinantes, aos correligionários e amigos, dos quais ela espera o mesmo apoio à *Província do Espírito Santo*. [...] Para hoje, porque foi acordo entre sua redação e a da *Província do Espírito Santo* esperar [...]”. A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano I, n. 2, de 17 de março de 1882. p. 2-3.

⁹⁸ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano I, n. 2, de 17 de março de 1882. p. 3.

⁹⁹ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano I, n. 2, de 17 de março de 1882. p. 3.

¹⁰⁰ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano I, n. 2, de 17 de março de 1882. p. 3.

malhas, alfanjes, trombetas, atabaques, tambores, anafes e umas gaitas que os generais modernos não adotaram, pode-se dizer que a vida de um jornal também é um combate [...]”¹⁰¹. Em outubro de 1886, a *Gazeta da Victoria* voltou a ser produzida, sendo publicada até 1889¹⁰².

Outro jornal democrático publicado na capital em fins da década de 1870 foi *O Echo dos Artistas*. Criado em 1877, era distribuído aos domingos e propugnava pelos interesses da Província. Sua redação é desconhecida. Sabe-se apenas que fora editado por Carvalho & Correia. A escolha do nome – *O Echo dos Artistas* – é bastante sugestiva, pois pretendia distanciar o jornal, em termos de ideias, da elite política local, a qual os redatores alcunharam de *aristocracia*. Por conseguinte, intencionava aproximá-lo do trabalhador comum, dos artesãos, dos artistas. No prospecto de apresentação, fica evidente esse objetivo: “Sou filho do trabalho, venho do seio da democracia, meu leito é a enxerga da classe que represento, escudo-me na ideia do progresso [...]”¹⁰³.

O Echo seguiu a mesma linha dos jornais criados a partir de 1870: discutir o progresso, sobretudo material, da Província. Além disso, a nova folha advertia aos leitores que quaisquer atos, públicos ou privados, passariam por sua análise. Com a finalidade de reiterar seu distanciamento em relação à elite política provincial, os redatores afirmavam que suas mãos apareceriam na imprensa sempre calosas, isto é, sua narrativa seria franca e natural, sem recorrer à retórica rebuscada e erudita. Desprezava *luva de pelica*. Propôs-se a combater, portanto, “a aristocracia tão prejudicial aos povos”¹⁰⁴.

Na década de 1880, foram criados pelo menos três periódicos autointitulados *órgão do povo*. Foram eles: *O Baluarte*, *A Passagem de Vênus* e *Lucifer*¹⁰⁵. *O Baluarte*

¹⁰¹ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano I, n. 2, de 17 de março de 1882. p. 3.

¹⁰² Quando as publicações foram retomadas, José Joaquim Pessanha Póvoa publicou uma série chamada “Epitáfios políticos”, que tratava “[...] tipos muito conhecidos nas contradanças políticas” capixabas. A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano V, n. 1210, de 22 de outubro de 1886. p. 2. Não localizamos nenhum exemplar da *Gazeta da Victoria*.

¹⁰³ PEREIRA, Heráclito Amâncio. 1926. p. 27.

¹⁰⁴ PEREIRA, Heráclito Amâncio. 1926. p. 27.

¹⁰⁵ Não localizamos exemplares de *A Passagem de Vênus* (1883). Porém, testemunhos indiretos publicados em impressos que lhe foram contemporâneos dão conta de que *A Passagem* era crítica, literária e científica, e órgão do povo. Defendia um provincialismo irrestrito. Era redigida por Ovídio Santos e por Pedro Lírio e impressa na tipografia do *Espírito-Santense*, de Bazílio Carvalho Daemon. *O Horizonte*, em 1886, noticiou o rompimento de Daemon com os redatores de *A Passagem de Venus*, que foi apelidada de *o corsário desta capital*. O motivo do desentendimento com Daemon foi

entrou na cena impressa capixaba em 1882. Era redigido por Amâncio Pereira e por Tibúrcio de Oliveira, com colaboração de outros redatores. A partir da sua décima edição, declarou-se *órgão do povo*. Impresso na tipografia do *Espírito-Santense*, propugnava a moral positivista em prol do “grande oriente do progresso [...] que estimula o povo a nutrir esperanças, de que há de chegar o dia em que a inteligência veja-se liberta dos jugos da ignorância”¹⁰⁶.

O editorial de apresentação de *O Baluarte* afirmava com convicção que a época das realidades positivas (fundada na verdade científica) substituíra a das ficções teológicas; era chegado o momento de “[...] viver às claras; viver para outrem; dedicação dos fortes aos fracos; e veneração dos fracos para com os fortes”¹⁰⁷. A grande questão a ser enfrentada eram os problemas sociais, em especial a escravidão, essa “[...] máscara horrível do escravo que ainda existe, este legado bárbaro de seus colonizadores, dando-lhe a liberdade, a instrução ao povo, a fim de que lhe conheça direitos e deveres”¹⁰⁸. Pregava a abolição imediata da escravidão, porque somente assim a sociedade brasileira poderia ser regenerada.

O *Lucifer*, publicado a partir de 1884, também se declarava um jornal abolicionista. Esse novo *órgão do povo* era de propriedade dos tipógrafos da *Folha da Victoria*, impresso conservador. O objetivo de seus redatores era garantir a divulgação das “[...] boas ideias, sem olhar a divisa que lhe deem cunho de liberais ou conservadoras”¹⁰⁹. Era um jornal independente cujas páginas estavam disponíveis ao povo “sem distinção de cor política [...]”, para defesa de seus direitos¹¹⁰. Sua função era dialogar com “[...] os poderes públicos a utilidade na adoção de qualquer medida e reprovar os que, dispensáveis, venham acarretar ônus para a nossa

que ele “[...] não cedeu às considerações políticas, mostrou independência expedindo a *meninada* que tratava de desacreditar o seu estabelecimento [...]”. Ao que parece, *A Passagem* denunciava “[...] o descrédito do partido da ordem [Conservador], fato que se acha no domínio público [...]”. O *HORIZONTE*, ano IV, n. 6, de 16 de janeiro de 1883. p. 4. A *PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO*, ano II, n. 123, de 10 de janeiro de 1883. p. 4. A *PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO*, ano II, n. 130, de 18 de janeiro de 1883. p.4.

¹⁰⁶ Os redatores publicaram uma série de artigos sobre a doutrina positivista que versavam, em especial, sobre o papel do ensino gratuito e dos governos na regeneração da humanidade. O *BALUARTE*, n. 1, de 1º de setembro de 1882. p. 2.

¹⁰⁷ A citação é de Raimundo Teixeira Mendes, um maranhense que se destacou no cenário intelectual brasileiro de fins do século XIX. Foi um divulgador da Filosofia Positivista e autor da bandeira nacional republicana. O *BALUARTE*, n. 1, de 1º de setembro de 1882. p. 1.

¹⁰⁸ O *BALUARTE*, n. 1, de 1º de setembro de 1882. p. 1.

¹⁰⁹ *LUCIFER: ÓRGÃO DO POVO*, n. 1, de 6 de outubro de 1884. p. 1.

¹¹⁰ *LUCIFER: ÓRGÃO DO POVO*, n. 1, de 6 de outubro de 1884. p. 1.

província [...]”¹¹¹. Crimes, abusos, ameaças e violações de direitos seriam trazidos à luz da publicidade para a defesa do interesse de qualquer cidadão.

Ainda em 1884 surgiram em Vitória os primeiros impressos criados por iniciativa de associações particulares, em especial as literárias. Mais uma vez, identificamos a influência do Ateneu Provincial na imprensa, como um espaço de discussão política, por meio da Sociedade “Amor às Letras”, formada por estudantes daquele estabelecimento de ensino secundário. Esses jovens foram responsáveis pela elaboração de dois jornais na capital¹¹². Localizamos exemplares de *O Pyrilampo*, publicado a partir de 1882. Era impresso na tipografia da *Província do Espírito Santo*, de José de Mello Carvalho Moniz Freire e de Cleto Nunes, e redigido por João Magalhães Junior, Aldano Paiva, Lydio Mululo, José Araujo Monjardim e pelos professores Amâncio Pereira e José Joaquim Pessanha Póvoa. Um dos objetivos da folha era desenvolver a instrução na mocidade capixaba por meio da divulgação da verdade científica.

[...] Caminhemos; as pirâmides do Egito não se fizeram em um só dia, elas foram cimentadas com as lágrimas de muitas gerações escravizadas a um poder absoluto. Para a construção da pirâmide social devem livremente concorrer todos os amigos da humanidade. Cumpramos o nosso dever, transmitindo mais rico a nossos filhos o legado deixado por nossos pais¹¹³.

O Pyrilampo também advogava em favor da causa abolicionista, sendo considerado “[...] mais um soldado que promete combater nas grossas fileiras da liberdade [...]”¹¹⁴. Contava com o apoio direto dos professores (que também eram seus redatores) Amâncio Pereira e Pessanha Póvoa, que em seus respectivos periódicos também combatiam a escravidão¹¹⁵: “[...] as baterias do *Baluarte*, embora frágeis e mal defendidas, estão prontas a entrar na luta conjuntamente com o *Pyrilampo*, contra os inimigos da regeneração social. Guerra à escravidão”.

¹¹¹ LUCIFER: ÓRGÃO DO POVO, n. 1, de 6 de outubro de 1884. p. 1.

¹¹² *O Pyrilampo* e *O Athleta*. Este, de 1885, também era redigido por membros da Sociedade Literária “Amor às Letras”, sob a coordenação de Lydio Mululo. Era impresso na tipografia da *Folha da Victoria*. Seguiu a tônica proposta pelos outros jornais criados por estudantes do Ateneu nessas últimas décadas do período monárquico: advogavam em favor da instrução pública e incentivavam a crítica. PEREIRA, Heráclito Amâncio. 1926. p. 49.

¹¹³ O PYRILAMPO, n. 1, de 20 de agosto de 1882. p. 1.

¹¹⁴ O BALUARTE, n. 1, de 1º de setembro de 1882. p. 3.

¹¹⁵ Pessanha Póvoa publicava, nos idos de 1880, o *Vasco Coitinho*, uma folha de proporções gráficas modestas. Por meio de uma circular distribuída pela cidade de Vitória, retificou o programa de seu impresso, passando a defender a abolição imediata da escravidão. PEREIRA, Heráclito Amâncio. 1926. p. 47.

Nas duas últimas décadas do Império, a atividade jornalística foi intensa na cidade de Vitória, capital da Província do Espírito Santo. Os jornais produzidos nesse interstício contribuíram para a consolidação da imprensa de opinião como um espaço de sociabilidade política e de discussão. A constatação de que muitos desses impressos não hastearam bandeiras políticas partidárias, dos partidos Conservador ou Liberal, não significou sua exclusão do debate político¹¹⁶. Ao contrário, esses novos escritores da imprensa (professores, estudantes e mulheres) consideraram-se agentes qualificados para falar dos negócios públicos, em narrativa e verso, e foram personagens importantes das sociabilidades políticas capixabas do período. Por outro lado, é preciso destacar o desenvolvimento da imprensa política partidária, bastante ativa nos anos de 1870-1889, que dialogava entre si e com as redações de outros jornais de opinião, porém, não partidários.

Oito folhas de opinião com filiação política partidária foram criadas em Vitória durante as décadas de crise da monarquia¹¹⁷. Dividiam-se entre conservadoras e liberais. Representavam o partido da ordem *O Espírito-Santense* (1870-1889) e *A Folha da Victoria* (1883-1889). Levantavam a bandeira liberal os seguintes jornais: *Opinião Liberal* (1876-?), a *Gazeta do Commercio* (1876-1878), substituída pela *Gazeta da Victoria* (1878-1889), *O Horizonte* (1880-1885), *A Província do Espírito Santo* (1882-1889) e *O Liberal* (1885-?).

A partir da próxima seção, damos voz às sociabilidades políticas desenvolvidas **nos** e **pelos** jornais. As idiossincrasias da vida pública local e as questões que movimentavam os debates das esferas públicas de opinião de Vitória e de outras províncias, como a Corte, foram alçadas à crítica por capixabas que viram na imprensa a oportunidade de publicizar suas opiniões.

¹¹⁶ Na verdade, o surgimento de impressos por iniciativas particulares, independentemente de partidos políticos, foi uma tendência também em outras regiões brasileiras na década de 1870, principalmente naquelas onde atuaram os grupos contestadores conhecidos por “Geração 1870”. ALONSO, Angela. 2002. p. 278

¹¹⁷ Incluímos na nossa soma a *Gazeta da Victoria*. Embora não tenhamos localizado nenhum exemplar desse impresso, temos muitos testemunhos indiretos (referências à *Gazeta* feitas em jornais que lhe foram contemporâneos) que nos permitem inferir sobre as ideias por ela encampadas e as lutas discursivas que travou.

Diferentemente da tribuna da Assembleia Provincial, disponível apenas aos deputados provinciais, a tribuna impressa era mais alargada¹¹⁸, permitindo a participação desde adolescentes, mulheres e professores até de membros da própria elite política capixaba.

5.4 Masca Aranhas versus Barrigudos

Conforme discutimos na primeira seção deste capítulo, os últimos anos da década de 1860 marcaram o retorno dos conservadores ao poder. Em 1868, assistiu-se à saída de Zacarias de Góes do ministério e à formação de um novo gabinete, liderado por Itaboraí. As províncias brasileiras seguiram a movimentação das peças do jogo político na Corte imperial e logo os conservadores retornaram em maioria aos cargos públicos eletivos. No Espírito Santo, administrado a partir de então por presidentes conservadores nomeados pelo governo imperial, o partido da ordem ocupou a maioria das cadeiras na Assembleia e nas câmaras municipais. De acordo com Karulliny Silverol Siqueira, os liberais da Província viram-se sem voz na tribuna parlamentar¹¹⁹. Restou-lhes outra arena de discussão, os jornais.

Neles, conservadores e liberais relacionavam-se: manifestavam-se publicamente, promoviam alianças e insultavam-se. Os indivíduos que publicavam nos impressos – redatores e particulares – escreviam também para si mesmos, num sistema complexo de autorreferenciação em que “[...] os jornais citavam uns aos outros à exaustão, reproduzindo textos divulgados anteriormente por outro ou comentando aquilo que já fora publicado”¹²⁰.

Nos primeiros cinco anos da década de 1870, as sociabilidades políticas impressas ocuparam as páginas de *A União* (periódico liberal publicado em 1873), do *Correio da Victoria* (publicado até 1872) e do *Espírito-Santense* (criado em 1870). Infelizmente não dispomos de exemplares da folha liberal, todavia, é possível recuperar alguns embates travados entre os grupos políticos divergentes por meio de citações feitas à *União* nos impressos do partido da situação naquele interstício.

¹¹⁸ Para José Teixeira de Oliveira, havia em Vitória duas tribunas populares durante a segunda metade do século XIX: a Assembleia Legislativa Provincial e o jornal. OLIVEIRA, José Teixeira de. 2008. p. 339.

¹¹⁹ SIQUEIRA, Karulliny Silverol. 2011. p. 193.

¹²⁰ BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. p. 62.

Esse período foi marcado, então, por intensas discussões políticas na esfera pública de opinião capixaba que se consolidava. Os diversos impressos – jornais, panfletos e cartazes – produzidos nesse período fomentaram (e foram fomentados por) boatos que informavam sobre a existência de uma crise de liderança em um dos partidos locais, com desdobramentos no jogo político provincial.

Era o ano de 1872. Os conservadores estavam em maioria nos cargos públicos eletivos da Província. Na imprensa, seus dois representantes, *Correio da Victoria* e *Espírito-Santense*, defendiam as ações dos deputados e do governo provincial contra as investidas do partido Liberal. Em meados daquele ano, no entanto, novos contendores engrossaram as fileiras da oposição em Vitória: dissidentes conservadores. Os combates discursivos, anteriormente polarizados pelos debates de conservadores *versus* liberais, começaram a ser travados também entre os próprios conservadores, que enxergaram a imprensa como um palco de ação política.

O partido encontrava-se rachado. Duas personagens disputavam a liderança do grupo: Dionyzio Álvaro Rezendo e coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas. Na cena impressa capixaba, os jornais logo escolheram um lado a seguir e as armas para a *luta de penas* que se delineava.

Entra em nova fase o *Espírito-Santense*. [...] já de há muito tornava-se de indeclinável necessidade a existência de um órgão desses conservadores honestos que, capitaneados pelo ilustre coronel Mascarenhas, fazem patrióticos votos pela satisfação das mais urgentes necessidades políticas de nossa infeliz província. Desde o tempo em que a maioria do partido constitucional desta província deu cheque no velho e caduco chefe que, manequim de dois ou três espertos, movia-se automaticamente em dano manifesto da ideia conservadora – até os dias de hoje em que a caduquice, aliada ao mais desenfreado cinismo, alça colo medonho para afrontar as leis do decoro político foi sempre notória a necessidade da publicação de uma folha que, em seu mister regenerador, tornasse bem patentes as chagas que tem gangrenado o corpo político do Sr. Dionyzio e de seus apaziguados¹²¹.

O editorial do *Espírito-Santense* declarava explicitamente seu apoio a Mascarenhas. Na verdade, é fácil perscrutar o motivo da adesão. O jornal pertencia ao coronel. A folha intitulava-se órgão de uma parcela dos conservadores da Província, os honestos, que eram, por sua vez, liderados por Mascarenhas. Os insultos *ad*

¹²¹ ESPÍRITO-SANTENSE, ano II, n. 109, de 11 de julho de 1872. p. 1.

hominem feitos a Dionyzio – velho e caduco chefe, manequim e cínico – pretendiam desqualificar Rezendo, além de corromper a sua imagem de chefe do partido Conservador da Província.

Nas palavras da folha de Mascarenhas, os conservadores da Província encontravam-se divididos em dois grupos: os constitucionais, ou regeneradores, que consentiram a nova chefia, e os barrigudos, que permaneceram fiéis a Dionyzio Rezendo. Para o *Espírito-Santense*, o chefe dos barrigudos assemelhava-se a um “[...] mísero náufrago que agarra-se [sic] a qualquer tábua de salvação, mas embalde, porque seus dias estão contados!”¹²²

Em réplica, o *Correio da Victoria* chamava os clubistas do coronel de “Masca Aranhas”¹²³, numa referência ao nome do *novo chefe*, com a intenção de demonstrar a ameaça nula que ele representava para Dionyzio Álvaro Rezendo: não passava de um inseto. O impresso defendia com vigor a primazia de Rezendo na liderança dos conservadores e rebatia as ofensas propaladas pela oposição do próprio partido.

Em primeiro lugar, o *Correio* repudiava o fato de o coronel Mascarenhas permitir em seu impresso a publicação de elogios rasgados à sua pessoa sem que os textos viessem assinados por alguma figura de respeito da Província. Sem uma assinatura que avalizasse esses comentários, era de supor que fossem eles proferidos pelo próprio Mascarenhas¹²⁴. Os redatores do *Correio* ponderavam que se Dionyzio Rezendo tinha um “pequeno régulo” na cidade de Vitória, conforme afirmava a redação do *Espírito-Santense*, isso era um atestado do seu prestígio na sociedade local. Os defensores de Rezendo acusavam o grupo de Mascarenhas de ameaçar a vida do chefe ancião, pois, se ele era um “mísero náufrago” com dias contados, isso significava “[...] tacitamente que tem pleno conhecimento do dia em que ele deve finir-se; e, a ser assim, deixa o público envolvido em tenebrosas conjecturas [...]”¹²⁵. O tom do discurso do *Correio* pretendia instigar um boato de que Rezendo corria risco de morte.

¹²² ESPÍRITO-SANTENSE, ano II, n. 109, de 11 de julho de 1872. p. 1.

¹²³ O coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas recebeu outros títulos do *Correio da Victoria*: “rei do dia”, “astro rei”, “cogumelo” e “novo ídolo”.

¹²⁴ CORREIO DA VICTORIA, ano XXIV, n. 121, de 22 de outubro de 1872. p. 3.

¹²⁵ CORREIO DA VICTORIA, ano XXIV, n. 121, de 22 de outubro de 1872. p. 3.

De acordo com o *Correio da Victoria*, os primeiros indícios de cisão no grupo Conservador remontam a 1871, durante os trabalhos da Assembleia Provincial. Numa das sessões, o deputado Heliodoro José da Silva apresentou um requerimento aos membros da Assembleia, solicitando a nomeação de uma comissão “[...] para felicitar ao chefe do gabinete por ter realizado a ideia da extinção do elemento servil”, a Lei do Ventre Livre¹²⁶. Alguns dos deputados presentes apoiaram o requerimento de Heliodoro por serem favoráveis à medida do governo imperial, enquanto “[...] outros, embora amigos do gabinete, não podiam conformar-se com a redação do mesmo requerimento, ao qual, por isso, se opunham [sic]”¹²⁷. Ao que parece, o pedido de Heliodoro foi premeditado, porque ele antevia sua rejeição tendo em vista a divisão interna na Assembleia a respeito da abolição da escravidão. A intenção, de acordo com o *Correio*, teria sido “[...] cavar divergência no seio da representação provincial, [para] a realização do plano premeditado que não era outro senão o de fazer engrossar a oposição da assembleia contra o presidente da província [Bacharel Francisco Ferreira Correia]”¹²⁸.

Os opositores de Ferreira Correia queixavam-se da postura do presidente, que “[...] nunca se quis tornar instrumento de partido algum e menos prestar-se à perigosa política de extermínio aos adversários, para a qual, especialmente os deputados do sul [da Província], muito trabalhavam [...]”¹²⁹. O objetivo maior, entretanto, era provocar intrigas entre Ferreira Correia e Dionyzio Rezendo, com vistas à ascensão da “nova influência política”, coronel Mascarenhas.

No editorial do *Correio da Victoria*, lemos que os intentos de Heliodoro José da Silva malograram e, por isso, um novo plano teria sido arquitetado para minar a confiança que o presidente Correia tinha em Rezendo. Levando em conta que os trabalhos da Assembleia Provincial de 1871 estavam adiantados, alguns deputados que residiam fora da capital decidiram viajar para visitar suas respectivas famílias, entre eles Heliodoro. As atividades da Assembleia foram, então, prorrogadas por dez dias, prazo considerado razoável. Contudo, ao final desse intervalo, os deputados Magdalena Duarte, Barcellos Freire e Dr. Terencio “[...] desertaram, para não mais

¹²⁶ CORREIO DA VICTORIA, ano XXIV, n. 121, de 22 de outubro de 1872. p. 3.

¹²⁷ CORREIO DA VICTORIA, ano XXIV, n. 121, de 22 de outubro de 1872. p. 3.

¹²⁸ CORREIO DA VICTORIA, ano XXIV, n. 121, de 22 de outubro de 1872. p. 3.

¹²⁹ CORREIO DA VICTORIA, ano XXIV, n. 121, de 22 de outubro de 1872. p. 3.

voltar [...] do que resultou ficarem por discutir-se [sic] as leis do orçamento e a de fixação de força”¹³⁰. A solução pensada pelo presidente da Província foi encerrar a Assembleia e convocar uma nova para o dia 23 de maio de 1872. Para isso, era preciso realizar novas eleições, que teriam lugar no último domingo de dezembro de 1871.

Ocorre que essa sequência de ações do presidente Correia resultou na impossibilidade de alguns indivíduos concorrerem novamente para uma vaga no parlamento provincial por motivo de incompatibilidade: eram proibidos de concorrer no pleito indivíduos que exerciam cargos públicos efetivos ou que tivessem deixado de exercê-los seis meses antes da eleição secundária¹³¹. No caso de, mesmo impedidos, participarem das eleições e receberem votos, estes seriam considerados nulos¹³². O *Espírito-Santense* questionava a inércia do “chefe do grupo barrigudo” quanto à decisão tomada pelo presidente da Província de realizar novas eleições. Para o jornal de Mascarenhas, “[...] Dionysio e seus asseclas em vez de procederem segundo lhes ditava o patriotismo, fugiram da discussão em nosso congresso provincial [...]”¹³³. O *Espírito-Santense* protestou, também, contra a alcunha *dissidentes*, dada pela redação do *Correio da Victoria* aos conservadores liderados pelo coronel Mascarenhas:

[...] os conservadores das províncias não poderão ser considerados como fazendo parte da dissidência sem que se filiem aos dissidentes

¹³⁰ CORREIO DA VICTORIA, ano XXIV, n. 121, de 22 de outubro de 1872. p. 3.

¹³¹ “Pelo artigo 79 da Constituição não podiam ser membros dos conselhos gerais de província o presidente da mesma, o secretário e o comandante das armas; e por não ter o Ato Adicional alterado esta disposição, continuou a prevalecer em relação aos membros das Assembleias Legislativas Provinciais: disposição esta que foi repetida no final do art. 83 da lei regulamentar das eleições, de 19 de agosto de 1846. A lei n. 842 de 19 de setembro de 1855 a estas incompatibilidades acrescentou outras, dispondo no art. 1 § 20 – os presidentes das províncias e seus secretários, os comandantes das armas e generais em chefe, os inspetores da fazenda geral e provincial, os chefes de polícia, os delegados e subdelegados, os juizes de direito e os municipais não podem ser votados para as assembleias legislativas provinciais nos colégios eleitorais dos distritos em que exercem autoridade ou jurisdição. Os votos que recaírem em tais cidadãos empregados serão reputados nulos. A lei n° 1.082 de 18 de agosto de 1860 dispõe o seguinte no § 13 do art. 1. As incompatibilidades estabelecidas pelo § 20 do art. 1° do decreto de 19 de setembro de 1855 compreendem os juizes de órfãos e os substitutos desses bem como os dos funcionários designados no mesmo decreto que tiverem estado no exercício dos respectivos cargos dentro dos quatro meses anteriores à eleição secundária e no § 14 as incompatibilidades dos funcionários efetivos a que se refere o parágrafo antecedente e o 20° do art. 1° do decreto de 19 de setembro de 1855 subsistem ainda em todo o distrito eleitoral, se não tiverem deixado seis meses antes da eleição secundária o exercício dos respectivos cargos em virtude de renúncia, demissão, acesso ou remoção”. CORREIO DA VICTORIA, ano XXIV, n. 62, de 4 de junho de 1872. p. 3.

¹³² CORREIO DA VICTORIA, ano XXIV, n. 62, de 4 de junho de 1872. p. 4.

¹³³ ESPÍRITO-SANTENSE, ano II, n. 109, de 11 de julho de 1872. p. 1.

da corte, cooperando com eles de comum acordo e aceitando as mesmas ideias por eles proclamadas na câmara temporária e no jornalismo. Perguntamos nós: em que nos filiamos à dissidência da corte? Quais são as ideias dissidentes que abraçamos? [...] podemos afirmar como ponto incontroverso que na bandeira política dos dissidentes se inscreveu duas ideias que constituem seu programa político. A primeira é serem os defensores acérrimos da escravidão, quando a ideia de liberdade tem plantado seu império em todos os corações e fulminando com sua voz majestosa essas ideias antiescravistas e antinômicas com a civilização. A segunda é guerra de morte ao poder pessoal que só tem existência em imaginações cheias de fantasias [...]”¹³⁴.

De acordo com o *Espírito-Santense*, os conservadores da Província do Espírito Santo que rechaçavam a autoridade de Rezendo somente poderiam ser chamados de dissidentes se eles tivessem se filiado ou aderido aos dissidentes da Corte. Para a redação da folha de Mascarenhas, dissidentes eram os indivíduos do séquito de Rezendo, originários “[...] em sua maior parte do *exército liberal invasor* do ano de 1863, em que foram principalmente *cabos de guerra* em Santa Cruz Tito da Silva Machado, no Queimado o vigário José Wanzeller, em Cariacica Urbano de Vasconcellos [...]”¹³⁵.

O editorial afirmava que a divergência no partido provincial era anterior à ocorrida na Câmara temporária e no Senado (1871), pois retrocedia à década de 1860¹³⁶. Porém, a cisão propriamente dita deveu-se às ações do presidente Ferreira Correia, com o apoio de Dionyzio Rezendo, sobre as novas eleições para a Assembleia Provincial. Isso impediu que alguns membros ilustres do grupo Conservador participassem do pleito por incompatibilidade. Foram eles: Francisco Rodrigues de Barcellos Freire, Bazílio Carvalho Daemon e Terencio José Chavantes.

¹³⁴ ESPÍRITO-SANTENSE, ano II, n. 109, de 11 de julho de 1872. p. 1.

¹³⁵ ESPÍRITO-SANTENSE, ano II, n. 114, de 9 de agosto de 1872. p. 1.

¹³⁶ “[...] passado o pleito eleitoral de 1863, ouviu-se um queixume amargo, pungente, contra o chefe [Dionyzio]. Ele vendo que o presidente de então, Dr. Fleury, hostilizava os conservadores, não hesitou em ir implorar do seu adversário uma aliança debaixo de todos os aspectos vergonhosa. [...] Ao Sr. Dionyzio responderam os liberais com o maior sarcasmo e os conservadores olharam-no com desdém e perderam a fé no tino político do inepto chefe. Partidário que transige em tais condições deverá ser logo e logo enxotado do partido. Entretanto, a adversidade fez esquecer em parte o pesar que o ex-chefe conservador fez recair sobre o partido, e em 1868, por diversas e concomitantes circunstâncias, os conservadores consentiram ainda, embora de má vontade, que o timoneiro da nau constitucional desta província fosse Dionyzio. Reunida a assembleia provincial em 1870 [...] presenciando a má direção imprimida nos negócios públicos, assumiu majestosa atitude contra intenções trefegas que queriam encontrar uma válvula por onde se exteriorizassem. Viu-se o Sr. Urbano de Vasconcellos, com aplauso de Dionyzio, levantar sua tenda de guerra e aproveitando-se do apoio de alguns deputados provinciais, desfeitear ilustres membros do partido conservador [...]. Já em 1870 era manifesta a divisão dos conservadores desta província. A nossa divergência tem data anterior à divisão do partido conservador na capital do império [...]”. ESPÍRITO-SANTENSE, ano II, n. 110, de 20 de julho de 1872. p. 1.

Esses conservadores tiveram seus nomes retirados da chapa montada por Dionyzio Álvaro Rezendo, medida que provocou dissabores no seio do partido¹³⁷. Em retaliação, diversos boatos foram espalhados na capital e em freguesias do interior dizendo que Dionyzio não concorreria ao pleito de 31 de dezembro de 1871. Os rumores impeliram Rezendo a publicar uma nota no *Correio da Victoria* esclarecendo que isso não passava de “propaganda dissidente”¹³⁸. Mesmo excluídos da chapa, os conservadores Barcellos Freire, Daemon e Chavantes participaram pelo grupo de Mascarenhas das eleições marcadas para 31 de dezembro de 1871 e receberam votos suficientes para serem considerados eleitos. Apesar do impedimento legal pautado na incompatibilidade, seus votos foram considerados válidos e eles reconhecidos como membros da Assembleia Provincial.

As disputas entre os dois grupos conservadores da Província arrastaram-se durante o ano seguinte, 1872. Eram tempos eleitorais. A política conferia um ritmo diferente ao cotidiano dos moradores de Vitória. Preparando-se para as eleições de juiz de paz e de vereadores, agendadas para o dia 7 de setembro de 1872, e vendo-se derrotado na escolha dos membros da mesa qualificadora, ocorrida em agosto de 1872, Dionyzio articulou uma manobra política: procurou guarida junto aos liberais capixabas.

Ligaram-se, finalmente, em estreita amizade e hostilidade ativa contra os amigos do Governo, o Sr. Dionysio Resendo, sua gente e os liberais; por este modo opõem toda a casta de embaraços e de tropelias que lhes sugerem a vingança e o despeito. [...] chegando até a pregarem publicamente a insubordinação e a desobediência à primeira autoridade da província, aos agentes da polícia e da força pública. Os cabos ou chefes dos *ligueiros*, entre os quais se distinguem por sua atrabilis os Drs. Tito Machado, Leopoldo Deocleciano e um tal Jesus [José Correa de Jesus], bem como o inspetor da alfândega, dois empregados da secretaria do governo e alguns da tesouraria da fazenda, conspirados contra o governo, insultam a tudo e a todos os que com eles não comungam, desde a

¹³⁷ Daemon, inclusive, escreveu em seu jornal publicado no sul da Província, *O Estandarte*, declarando guerra ao grêmio conservador de Vitória: “[...] aproveito para declarar em alto e bom som aos meus adversários políticos que, tendo eles maquinado a minha exclusão da chapa conservadora do Grêmio da Victoria de que tenho *provas documentais*, guerreado por *todas as maneiras* a eleição da minha individualidade, como se a situação lhes pertencesse, fizeram-me ainda uma vez a honra que *não mereço* e sem pensar trabalharam e trabalham para a minha importância, ao passo que desacreditam-se publicamente, manifestando receios de que eu no recinto da Assembleia Provincial faça *sangrar* certas feridas que parecem curadas e desmascare a muitos que querem passar por liberais e conservadores, não sendo senão uns especuladores [...]”. ESTANDARTE, ano IV, n. 3, de 21 de janeiro de 1872. p. 4.

¹³⁸ CORREIO DA VICTORIA, ano XXIV, n. 75, de 6 de julho de 1872.

formação da mesa paroquial do dia 18, porque perderam a eleição da mesa, tendo somente do seu lado o juiz de paz presidente¹³⁹.

A liga entre políticos de partidos divergentes não era uma prática nova no jogo político capixaba. Nos idos de 1860, José Marcelino Pereira de Vasconcellos retirou-se do partido Liberal para unir forças com os conservadores da Província a fim de engrossar as fileiras da oposição frente ao coronel Monjardim e de se eleger deputado geral pela Província do Espírito Santo. Dessa vez, era um conservador quem buscava auxílio no partido Liberal da capital: “[...] declarada guerra de extermínio aos legítimos membros do partido conservador na província, cujo reconhecido chefe é o venerando Sr. Dionyzio Álvaro Rezendo, não se duvida aceitar o concurso [...] dos liberais”¹⁴⁰. Aliados do poder, os liberais enxergaram nesse fato uma oportunidade para fortalecer a oposição contra o grupo conservador liderado por Mascarenhas. No *Correio da Victoria*, eles publicaram artigos com questionamentos a respeito dos motivos da cisão no partido Conservador da Província:

No século da imprensa, quando a luz da publicidade deve irradiar em todos os atos da vida do homem público, não é lícito a ninguém conservar um suspeito silêncio diante das situações por eles criadas. [...] o homem público deve residir em uma casa de vidro para que todos possam ter uma explicação dos seus atos; como poderemos aceitar esta situação criada na província da noite para o dia sem que se saiba a sua razão de ser?¹⁴¹

A publicação era dirigida ao coronel Mascarenhas, chefe da turma de “conspiradores”. Os liberais desejavam saber se a separação ocorrida no partido da ordem fora motivada pela “política geral”, porque, se esse fosse o motivo, os “dissidentes” deveriam “[...] achar-se na oposição, apostolando outras ideias [...]”¹⁴². Ora, era sabido que as divergências não ocorreram por desacordo com as decisões tomadas pelo Diretório do partido na Corte.

Alguns boatos afirmavam ter a cisão o objetivo de retirar do partido Conservador da Província os membros não legítimos, isto é, aqueles que em outros tempos perfilaram no grupo Liberal. Outros rumores davam conta de que o “[...] fim era

¹³⁹ A NAÇÃO, n. 45, de 24 de agosto de 1872. p. 2.

¹⁴⁰ CORREIO DA VICTORIA, ano XXIV, n. 97, de 27 de agosto de 1872. p. 1-2.

¹⁴¹ CORREIO DA VICTORIA, ano XXIV, n. 117, de 12 de outubro de 1872. p. 4.

¹⁴² CORREIO DA VICTORIA, ano XXIV, n. 117, de 12 de outubro de 1872. p. 4.

corrigir os abusos e moralizar o partido conservador da província”¹⁴³. Se a finalidade da separação era, efetivamente, regenerar o partido Conservador provincial, a publicação questionava Mascarenhas a respeito do período em que esses abusos ocorreram e desde quando ele tinha conhecimento sobre isso.

Nós, os liberais, reconhecemos a existência destes abusos e tanto que os profligamos com toda a energia, mas fostes solidários com eles. Ou fostes levados pelo arrependimento, ou então esta palavra regeneração é uma máscara por vós arranjada para chegar a fins diversos [...]”¹⁴⁴.

Para o subscritor da carta, o objetivo dos “regeneradores” não era “[...] oferecer uma reparação ao partido liberal [...]”, pois, se assim fosse, os correligionários de Mascarenhas não teriam tentado “[...] esmagar ambos os partidos [os conservadores sob a liderança de Dionyzio e os liberais]”¹⁴⁵. Para os conservadores (liderados por Dionyzio Rezendo) e para os liberais, o pleito de 1872 seria “[...] de honra, travado contra os abusos de poder [...]”¹⁴⁶, isto é, contra os conservadores capitaneados por Mascarenhas e a administração do presidente da Província, Antonio Gabriel de Paula Fonseca.

A cabala começou bem antes das eleições primárias, marcadas para o dia 7 de setembro de 1872¹⁴⁷. No mês de agosto, foi intensificada. Os espaços públicos da cidade (ruas, praças e largos) transmutaram-se em espaços de política. Os transeuntes acompanhavam com entusiasmo os trabalhos da junta de qualificação dos votantes e da formação da mesa paroquial¹⁴⁸. Todos os olhares estavam voltados para a praça da Igreja Matriz da capital.

¹⁴³ CORREIO DA VICTORIA, ano XXIV, n. 117, de 12 de outubro de 1872. p. 4.

¹⁴⁴ CORREIO DA VICTORIA, ano XXIV, n. 117, de 12 de outubro de 1872. p. 4.

¹⁴⁵ CORREIO DA VICTORIA, ano XXIV, n. 117, de 12 de outubro de 1872. p. 4.

¹⁴⁶ CORREIO DA VICTORIA, ano XXIV, n. 96, de 24 de agosto de 1872. p. 2.

¹⁴⁷ Até 1881, vigoraram no Brasil eleições indiretas para os cargos de deputado geral e senador. O escrutínio era realizado em dois graus – eleições primárias e secundárias. O Decreto nº 3029, de 1881, promoveu uma reforma no sistema eleitoral, estabelecendo eleições diretas para todo o território brasileiro. FARIA, Vanessa Silva de. Eleições e eleitores: balanço historiográfico sobre o processo eleitoral no século XIX. In: MATA, Sérgio Ricardo da; MOLLO, Helena Miranda; VARELLA, Flávia Florentino (Orgs.). *Anais do 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história?* Ouro Preto: Edufop, 2009. p. 2. Disponível em: <http://www.seminariodehistoria.ufop.br/t/vanessa_silva_de_faria.pdf>. Acesso em: 25 de abril de 2016.

¹⁴⁸ A lei nº 387, de 19 de agosto de 1846, regulamentou as juntas de qualificação de votantes, responsáveis pela elaboração das listas de qualificação contendo os nomes dos cidadãos ativos com voto nas eleições primárias e elegíveis para eleitores nas províncias. “Dissolvidas as juntas passava-se à reunião da assembleia paroquial na igreja matriz, onde, após o juiz anunciar a nomeação da

Esse templo religioso era o epicentro político de Vitória em época de eleições. Os jornais capixabas narravam com riqueza de detalhes todo o processo eleitoral na Província do Espírito Santo. O de 1872 foi caracterizado pelo *Correio da Victoria* como um evento marcado por abusos de toda sorte por parte das autoridades públicas, a mando do presidente Paula Fonseca. A finalidade dos excessos teria sido garantir a vitória nas urnas dos conservadores do coronel Mascarenhas.

De acordo com o *Correio*, o tumulto foi iniciado por quatro membros da mesa paroquial, todos correligionários do coronel Manoel Coutinho Ribeiro Mascarenhas, que abandonaram os trabalhos sob a alegação de terem sido coagidos.

Caso virgem na crônica eleitoral foi o ocorrido na matriz desta capital: 4 membros da mesa paroquial espavoridos, acovardados ante a manifestação pacífica e inofensiva do povo, sem motivo plausível que justificasse tão estranha retirada abandonaram a mesma mesa e deixam o presidente o respeitável cidadão José Francisco Ribeiro, 1º juiz de paz presidente, o qual inutilmente se empenha por fazê-los tornar aos seus assentos!¹⁴⁹

O delegado e o subdelegado de polícia da capital, presentes para garantir a ordem durante o processo de escrutínio, teriam presenciado a coação relatada pelos membros da mesa. A aglomeração de pessoas presentes no entorno e dentro da Igreja Matriz, que participavam do pleito como votantes/eleitores ou espectadores, se contorcia para abafar os risos que interrompiam o silêncio do templo sagrado. Eram risos de deboche em tom irônico contra as ações da mesa paroquial que, aparentemente, trabalhava (ou cabalava, nas palavras do *Correio*) para Mascarenhas.

Os testemunhos publicados no *Correio* informavam que o ruído dos risos, muitos risos, destacava-se no ambiente da igreja. Após a saída dos quatro membros, a

mesa, o pároco lia os números e os nomes dos cidadãos notados como elegíveis, ficando o escrivão de paz incumbido de lançar em uma urna um bilhete com o mesmo número que fora lido. Finda a leitura dos nomes, extraía-se da urna dezesseis bilhetes e os cidadãos sorteados formariam a comissão que nomearia dois secretários, e depois dois escrutinadores que iriam compor a mesa com o juiz de paz e o pároco. A comissão era então dissolvida e a mesa paroquial constituída, devendo: 1) reconhecer a identidade dos votantes; 2) receber as cédulas, numerá-las, apurá-las e expedir diplomas aos eleitores; 3) decidir sobre quaisquer dúvidas acerca do processo eleitoral na parte que lhe competia; e 4) requisitar à autoridade competente as medidas necessárias para manter-se a ordem na assembleia. Nenhum cidadão poderia votar nas assembleias paroquiais se não tivesse sido incluído na lista de qualificação como votante ou como elegível e nenhum cidadão poderia ainda ser eleitor se não tivesse sido notado na mesma lista como elegível". FÁRIA, Vanessa Silva de. 2009. p. 2.

¹⁴⁹ CORREIO DA VICTORIA, ano XXIV, nº 96, de 24 de agosto de 1872. p. 2.

população ali presente assistiu à formação de uma nova mesa paroquial presidida por um “[...] 4º juiz de paz de uma freguesia que não é a mais próxima da capital e sem que fossem chamados os que legalmente deviam precedê-lo no convite para a formação da nova mesa [...]”¹⁵⁰.

As autoridades policiais recusavam-se a proteger a urna da mesa dissolvida e colocavam-se à porta da igreja. “Inquietas, lobrigavam a cada instante planos sediciosos e até muniram-se de cartuchame [...]”¹⁵¹. Ao que parece, a eleição foi interrompida pelos membros da mesa paroquial devido a uma discussão sobre a idoneidade de um cidadão como votante. Durante o debate sobre aceitar ou não o voto desse indivíduo, a urna eleitoral quase foi arrebatada, dando início à confusão.

O jornal defensor do coronel Mascarenhas, *Espírito-Santense*, afirmou ter sido o assalto à urna obra dos “barrigudos”. Embora tanto o *Correio* quanto o *Espírito-Santense* tenham classificado os abusos perpetrados durante o escrutínio de 1872 como “um fato virgem na crônica eleitoral”, sabemos que os pleitos eram marcados pela agitação dos ânimos dos partícipes¹⁵².

O próprio *Correio da Victoria* reconhecia que os excessos e abusos de autoridades verificados durante o pleito de 1872 já tinham ocorrido em outros processos eleitorais, como em 1863 e em 1868, porém, para a redação desse impresso, tratava-se de épocas distintas:

Nas duas primeiras vimos partidos regularmente montados, com suas ideias e tradições bem firmadas, presas a essa concatenação de fatos que buscavam sua origem na ordem constitucional dos partidos. Se houve excessos, se o voto popular não gozou de ampla liberdade, a responsabilidade foi partilhada entre o poder e os chefes ostensivos que com o seu prestígio resguardavam a autoridade e assumiam o peso da imputação pública [...]”¹⁵³.

¹⁵⁰ CORREIO DA VICTORIA, ano XXIV, n. 96, de 24 de agosto de 1872. p. 2. O 4º juiz de paz a que se referiu a publicação do *Correio* era Ignacio de Almeida Trancoso, do 2º Distrito de Itapoca. As paróquias mais próximas de Vitória eram Carapina e Vila Velha (Espírito Santo). CORREIO DA VICTORIA, ano XXIV, n. 98, de 29 de agosto de 1872. p. 1.

¹⁵¹ CORREIO DA VICTORIA, ano XXIV, n.º 96, de 24 de agosto de 1872. p. 2.

¹⁵² Mesmo antes de existirem as filiações partidárias Conservadora e Liberal na Província do Espírito Santo, as disputas nas urnas eram acirradas. Os candidatos (com seus cabalistas) por vezes cometiam excessos a fim de lograrem sucesso. Conferir a discussão realizada no capítulo II desta tese sobre a circulação das vozes na cena pública capixaba durante os pleitos eleitorais.

¹⁵³ CORREIO DA VICTORIA, ano XXIV, n. 102, de 7 de setembro de 1872. p. 3.

Os excessos cometidos nos pleitos de 1863 e de 1868, que acarretaram falta de liberdade de voto popular, não podiam ser comparados aos abusos perpetrados durante a eleição de 1872. Nas duas primeiras ocasiões, a responsabilidade das ilegalidades foi partilhada entre o governo e os chefes dos partidos Conservador e Liberal. A novidade de 1872 era o novo cenário político partidário local. Dois grupos conservadores, sendo um deles apoiado por liberais e o outro pelo governo provincial, digladiavam-se para provar a autoridade de seu respectivo chefe no seio do partido. A legitimidade do chefe conservador seria inferida pela quantidade de candidatos eleitos.

Em 1872 foi diferente¹⁵⁴, pois o governo não apoiava o partido Conservador em si, mas uma fração deste. Os redatores do *Correio da Victoria* questionavam com quem o presidente da Província, Paula Fonseca, repartiria o “[...] peso da indignação pública [...]”¹⁵⁵, pois o “partido Mascarenhas” não poderia acudi-lo, já que não era, de fato, um partido político.

As declarações do *Correio da Victoria* eram rebatidas na capital capixaba pelo *Espírito-Santense* e no Rio de Janeiro pelo periódico *A Nação*¹⁵⁶. Mais uma vez, identificamos que as questões políticas provinciais extrapolavam os limites geográficos do Espírito Santo e ganhavam as páginas de jornais de outras esferas

¹⁵⁴ Os conservadores de Dionyzio Rezendo e os liberais acusavam o governo provincial de comprar votos para tentar vencer as eleições de 1872. No *Correio da Victoria*, esse artifício foi abordado com criatividade pelos redatores nas publicações: “Outro votante: Nas vésperas da mesma eleição chegou um *caipira* à casa do chefe de um partido e perguntou-lhe pressuroso: O Sr. compra votos? Compro, respondeu ele. Quanto dá pelo meu voto? Dou 50\$000. Isso mesmo já me dá o outro partido. Dou-lhe 100\$000. Deveras! Bradou o votante entusiasmado; está dito, eu voto com o Sr. Sabe de mais algum que se queira vender? Tornou o chefe. Sei, respondeu o votante quase que dançando; *eu vendo meu sogro pelo mesmo preço*”. CORREIO DA VICTORIA, ano XXIV, n. 100, de 3 de setembro de 1872. p. 4.

¹⁵⁵ CORREIO DA VICTORIA, ano XXIV, n. 102, de 7 de setembro de 1872. p. 3.

¹⁵⁶ O jornal *A Nação* foi redigido por José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco, em parceria com Gusmão Lobo. Criado em 1872, o impresso colocou-se como linha auxiliar da política do pai de Juca Paranhos e era patrocinado pelo partido Conservador. Seu objetivo era “[...] se opor às críticas de outros jornais cariocas, como *A Reforma*, ligado ao Partido Liberal, o *Diário do Rio de Janeiro*, dirigido por Saldanha Marinho, e *O Globo*, que divulgava as ideias antimonarquistas de Quintino Bocaiuva [...]”. SAIANI, Renato Cesar Santejo. As discussões sobre a política brasileira nos artigos de imprensa do Barão do Rio Branco: entre a Monarquia e a República (1865-1902). In: *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História: Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios*. Florianópolis/SC, 2015. p. 5. Disponível em: [...] <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439061591_ARQUIVO_TrabalhoCompletoAnpuh-RenatoSaiani.pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2016.

públicas de opinião no Oitocentos¹⁵⁷. Isso permite afirmar que os debates travados entre os conservadores do coronel Mascarenhas, os conservadores de Dionyzio Rezendo e os liberais ocorreram em dois níveis: local e nacional.

Por toda a parte onde o partido liberal calculou poder tirar algum proveito da dissidência conservadora apresentou-se no pleito eleitoral, dominado pela mesma sanha com que o vimos aqui na corte precipitar-se sobre as urnas. [...] Uma destas cenas acaba de dar-se na capital da arquipacífica província do Espírito Santo, onde as eleições correram sempre na mais perfeita tranquilidade, quer dominassem conservadores, quer liberais. A estes, porém, não bastou agora o fenômeno inaudito de se haverem ali ligado com a facção conservadora dissidente, de que é chefe o velho conservador Dionyzio Rezendo, ao qual em todos os tempos e ainda há poucos dias votavam os liberais daquela província o mais entranhável ódio. Não obstante essa monstruosa liga e não obstante o apoio escandaloso que também ali, como aqui, ela obteve de vários empregados públicos, que serviram-se [sic] de sua posição oficial para impor a seus subalternos, os liberais do Espírito Santo procederam por modo tal que a maioria dos membros da mesa paroquial foi obrigada a deixá-los com o juiz de paz presidente [...]¹⁵⁸.

O jornal *A Nação*, do Rio de Janeiro, interpretava a cisão operada entre os conservadores da Província do Espírito Santo nos moldes daquela ocorrida no partido Conservador da Corte imperial¹⁵⁹. Porém, tanto Mascarenhas quanto Dionyzio Rezendo afirmavam na imprensa capixaba que a separação deu-se por motivos pessoais e não de divergência de ideias políticas. Nas palavras do coronel Mascarenhas, tratava-se de uma questão doméstica cujos germens eram anteriores à formação da Liga Progressista no Rio de Janeiro. Aqui não houve a formação de um novo partido. O que estava em cheque era a disputa de liderança.

A retórica adotada pelos redatores de *A Nação* demonstrava certo espanto pelos eventos ocorridos durante os trabalhos para as eleições primárias de 1872. Para eles, esse pleito teria inaugurado uma nova fase política no Espírito Santo. A alcunha “arquipacífica” conferida à Província corroborava a ideia bastante propalada

¹⁵⁷ Conferir a discussão proposta no capítulo II desta tese em que comprovamos o uso dos jornais **de fora** como espaço de sociabilidade política dos capixabas antes de existir produção própria de periódicos em Vitória.

¹⁵⁸ *A NAÇÃO*, n. 45, de 24 de agosto de 1872. p. 1.

¹⁵⁹ “Do Partido Conservador saiu uma dissidência – com Nabuco de Araújo, Zacarias de Goes, Sinimbu, Saraiva e Paranaguá – que se uniu à ala moderada do Partido Liberal para formar a Liga Progressista em 1862”. Na imprensa carioca, essa nova formação partidária ganhou o nome de “ligueiros”, ao passo que os conservadores que permaneceram fiéis à legenda do partido foram chamados de “emperrados”. MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007. p. 215.

pelos próprios políticos locais e presidentes em seus relatórios administrativos de que as eleições “[...] sempre correram na mais perfeita tranquilidade [...]”¹⁶⁰. O objetivo era destacar a diferença entre o cenário político daquele ano em relação aos anos anteriores.

Embora as publicações do *Correio da Victoria* indiquem que a cisão no partido Conservador da Província foi provocada pela saída do grupo dos correligionários do coronel Mascarenhas, os jornais *A Nação* e o *Espírito-Santense* atribuíram a designação “dissidentes” aos indivíduos que permaneceram fiéis à liderança de Dionyzio Álvaro Rezendo. Isso, por sua vez, revela qual era o grupo conservador apoiado por esses dois últimos jornais: o de Mascarenhas.

A publicação inserta em *A Nação* reproduziu, na íntegra, uma carta recebida pela redação do jornal datada de 20 de agosto de 1872. O documento, escrito por “[...] pessoa fidedigna da cidade de Vitória [...] que foi testemunha dessa cena vergonhosa [...]”¹⁶¹, narrava os fatos ocorridos na Igreja Matriz de Vitória que culminaram na formação de uma nova mesa paroquial.

Desde a formação da mesa paroquial do dia 18, porque perderam a eleição da mesa, tendo somente do seu lado o juiz de paz presidente. Capitaneando magotes de maltrapilhos que levam como votantes, eles levantam motins e tumultos, dão vaias e até ameaçam os 4 membros da mesa que lhes são contrários; chegando a audácia a ponto de oporem-se às decisões destes, bradando em altas vozes que não fazem caso de tais decisões, que todos os seus fósforos hão de votar, porque o *povo é soberano!*¹⁶²

A carta era uma réplica às publicações do *Correio da Victoria*. O autor da carta impressa em *A Nação* pretendeu desconstruir os relatos dos eventos feitos pelo *Correio*, mostrando um novo lado dos fatos. Na versão da missiva, produzida por um partidário dos conservadores de Mascarenhas, a desordem ocorrida na Igreja Matriz da capital começou logo após a formação da mesa paroquial. Entre os cinco membros da mesa, apenas um, o juiz de paz presidente, era partidário dos conservadores de Dionyzio e dos liberais.

Os indivíduos presentes na Igreja Matriz que aguardavam a qualificação como votantes e que votariam com Dionyzio foram desqualificados pelo autor da carta

¹⁶⁰ A NAÇÃO, n. 45, de 24 de agosto de 1872. p. 1.

¹⁶¹ A NAÇÃO, n. 45, de 24 de agosto de 1872. p. 2.

¹⁶² A NAÇÃO, n. 45, de 24 de agosto de 1872. p. 2.

enviada para *A Nação*. A alcunha “magotes de maltrapilhos” pretendeu indicar que essas pessoas não preenchiam os requisitos para votantes. Eram, na verdade, fósforos¹⁶³. A correspondência também forneceu indícios importantes a respeito de manifestação popular quase impalpável ao historiador, a circulação das vozes, caracterizada pela presença ruidosa dos indivíduos que acompanhavam as sessões da mesa paroquial. Vaias, altas vozes e gritos tumultuaram os trabalhos eleitorais, provocando motins contra as decisões da mesa. José Correa de Jesus, juiz de paz e político liberal de Vitória, incitava os ajuntamentos com gritos para não se curvarem “[...] às deliberações da maioria [...]”¹⁶⁴. Outro indivíduo gritava “fora o chefe de polícia” e em vários momentos escutaram-se altas vozes bradando que os votos seriam “[...] em nome da soberania do povo”¹⁶⁵. A desordem parece ter se intensificado quando Tito da Silva Machado, inspetor do Tesouro provincial, se esforçava para que fosse aceita sua lista de fósforos¹⁶⁶.

A confusão tomou grandes proporções, com murros sendo desferidos contra os indivíduos envolvidos no tumulto¹⁶⁷. De acordo com o autor da carta, foi devido aos gritos, vaias e tumultos, que culminaram no assalto à urna, que os quatro membros da mesa, sentindo-se ameaçados, resolveram abandonar os trabalhos e formar uma nova mesa paroquial. Esta foi presidida por “[...] um juiz de paz desimpedido [...]”¹⁶⁸.

A resposta ao artigo de *A Nação* a respeito das eleições na Província do Espírito Santo não tardou. A partir da edição de 5 de setembro de 1872, o *Correio da Victoria* começou a comentar em detalhes o conteúdo da carta publicada no jornal da Corte. Em primeiro lugar, afirmou que sabia que o autor da correspondência era Bazílio Carvalho Daemon, político conservador correligionário do coronel Mascarenhas e residente à época em Cachoeiro de Itapemirim¹⁶⁹.

¹⁶³ De acordo com a crônica política e com o debate parlamentar do Império, fósforo era o “[...] falso eleitor, que votava por outro. [...] era tanto o não qualificado que usurpava o nome, o lugar, o direito do qualificado, como o realmente qualificado, sem direito a sê-lo; em suma, tudo quanto votava ilegitimamente. [...] o fósforo ou o invisível representava um papel notável nas eleições de [do Império]. No Senado e na Câmara do 2º Reinado, muitas vezes se aludiu às “influências fosfóricas”. FÓSFORO. In: PORTO, Walter Costa. *Dicionário do voto*. Brasília: UnB, 2000. p. 211.

¹⁶⁴ A NAÇÃO, n. 45, de 24 de agosto de 1872. p. 2.

¹⁶⁵ A NAÇÃO, n. 45, de 24 de agosto de 1872. p. 2.

¹⁶⁶ A NAÇÃO, n. 45, de 24 de agosto de 1872. p. 2.

¹⁶⁷ A NAÇÃO, n. 45, de 24 de agosto de 1872. p. 2.

¹⁶⁸ A NAÇÃO, n. 45, de 24 de agosto de 1872. p. 2.

¹⁶⁹ CORREIO DA VICTORIA, ano XXIV, n. 101, de 5 de setembro de 1872. p. 2.

Os redatores do *Correio* questionavam as declarações da missiva de que o conflito teria sido instigado pelos conservadores de Dionyzio Rezendo e pelos liberais. Desqualificavam o poder de liderança do coronel Mascarenhas, chamando-o de “cogumelo”, e combatiam a denominação “maltrapilhos” atribuída aos votantes “[...] pelo fato de não terem ido receber a chapa *Masca Aranhas* [...]”¹⁷⁰. A redação do *Correio* compreendeu que o epíteto “maltrapilho” justificava-se pelo fato de que os conservadores “Masca Aranhas” viam-se diante de um grupo que não cederia ao voto imposto¹⁷¹. O povo, mesmo pouco educado, “[...] conhece os sãos princípios que devem dirigir o proceder do homem de bem que tem consciência de seus atos, a necessária liberdade para regulá-los pelas normas da dignidade, do justo e do honesto [...]”¹⁷².

As publicações do *Correio da Victoria* aventavam a pobreza do debate discursivo travado com os jornais opositores, em Vitória e na Corte imperial, pois a imprensa governista não discutia. Apenas mentia ou insultava. “[...] Atualmente quando se convida o homem para empunhar a pena de jornalista, não se lhe diz: consultai as vossas crenças, as vossas ideias e vinde defender-nos para que possamos, desassombrados, cumprir o nosso dever [...]”¹⁷³.

Os jornalistas estavam investidos em uma função pública: “[...] no legítimo uso de um direito inauferível, emitem com franqueza sua opinião sobre os negócios públicos, sobre o proceder de autoridades que se deslizam do cumprimento de seu dever [...]”¹⁷⁴. A imprensa era uma válvula de escape para os indivíduos alijados dos espaços institucionalizados de poder. Porém, o governo não esperava que esses indivíduos exercessem seu papel crítico: “[...] a linguagem é: sabemos que não pensais conosco, calai as vossas convicções, porque se assim fizerdes eu que sou governo dou-vos o que precisardes; é a compra do talento”¹⁷⁵.

¹⁷⁰ CORREIO DA VICTORIA, ano XXIV, n. 102, de 7 de setembro de 1872. p. 3.

¹⁷¹ Várias publicações particulares insertas no *Correio da Victoria* ironizavam o adjetivo “maltrapilho” atribuído aos votantes de Dionyzio Rezendo. Entre elas, destacamos uma cujo título era “boas respostas”: “Em uma eleição muito pleiteada compareceu um votante cuja figura era algum tanto ridícula e por isso um dos mesários, querendo ver se o excluía de votar, perguntou-lhe: como é que o senhor vem votar! – eu vim andando, respondeu o votante. Do que vive o senhor? Vivo do que eu como”. CORREIO DA VICTORIA, ano XXIV, n. 100, de 3 de setembro de 1872. p. 4.

¹⁷² CORREIO DA VICTORIA, ano XXIV, n. 102, de 7 de setembro de 1872. p. 2.

¹⁷³ CORREIO DA VICTORIA, ano XXIV, n. 102, de 7 de setembro de 1872. p. 3.

¹⁷⁴ CORREIO DA VICTORIA, ano XXIV, n. 108, de 21 de setembro de 1872. p. 1.

¹⁷⁵ CORREIO DA VICTORIA, ano XXIV, n. 102, de 7 de setembro de 1872. p. 3.

A discussão triangulada, Mascarenhas-Dionyzio-Liberais, avançou o ano seguinte. Na imprensa, o grupo de Dionyzio Álvaro Rezendo não contava mais com o *Correio da Victoria*, cujas atividades tinham se encerrado no apagar das luzes de 1872. Agora contavam com um jornal liberal, *A União*, criado em 1873¹⁷⁶. *A União*, de propriedade de Tito da Silva Machado, sustentou grandes polêmicas com o *Espírito-Santense*, que, em 1873, pertencia ao tenente-coronel José Ribeiro Coelho. Naquele ano, o foco dos debates ainda versava sobre a cisão no partido Conservador. *A União* insultava os conservadores de Mascarenhas, chamando-os de ineptos e dissidentes, além de acrescentar que eles foram movidos por “ambições sôfregas, falsos sentimentos de amor próprio [...]”¹⁷⁷. Tudo isso teria culminado em “traições indignas”, pois “[...] os homens que querem regenerar um partido e firmar a confiança de seus correligionários não procedem assim [...]”¹⁷⁸.

A redação do *Espírito-Santense* repudiava a ousadia do periódico liberal capixaba por se intrometer numa “[...] questão toda especial e verdadeiramente doméstica entre os conservadores [...]”¹⁷⁹. Os “dionyzianos” não seriam mais dissidentes, pois já haviam se tornado “verdadeiros liberais”. O jornal defensor do novo líder conservador, Mascarenhas, indagava-se a respeito da solidez da liga Dionyzio-liberais, pois:

[...] liberais e dissidentes, *unidos*, no intuito de fazer baquear o partido da ordem [...], se por um acaso [...] subisse ao poder um dos dois lados políticos que combatem a presente situação qual a posição que tomaria um dos dois lados adversos, que *unidos* nos combatem, quanto a si próprios? Ligar-se-iam formando um só partido, renegando suas antigas crenças?¹⁸⁰

Com ironia, o *Espírito-Santense* expunha a fragilidade da aliança forjada entre liberais e *dionyzianos*. O que os unia era um inimigo comum, Mascarenhas e seu séquito. Os *ligueiros* não comungavam as mesmas ideias políticas. Disputas partidárias e intrapartidárias marcaram o cenário político local dos primeiros anos de 1870.

¹⁷⁶ Em seu prospecto inaugural, a redação de *A União* declarou ser a folha “[...] órgão nesta província de um partido que, deixando o poder em 1868, congregou todas as suas forças em torno de uma bandeira, que exprime as mais legítimas aspirações do país [...]”. PEREIRA, Heráclito Amâncio. 1925. p. 38.

¹⁷⁷ ESPÍRITO-SANTENSE, ano IV, n. 195, de 1º de abril de 1873. p. 2.

¹⁷⁸ ESPÍRITO-SANTENSE, ano IV, n. 195, de 1º de abril de 1873. p. 2.

¹⁷⁹ ESPÍRITO-SANTENSE, ano IV, n. 195, de 1º de abril de 1873. p. 2.

¹⁸⁰ ESPÍRITO-SANTENSE, ano V, n. 381, de 13 de julho de 1874. p. 1.

Em 1874, novas denúncias surgiram na cena impressa capixaba com a publicação de um panfleto político chamado “*Livro Negro – Memórias escritas a lápis pelo doido, Philemon*, para serem publicadas quando o seu autor se convencesse da fraqueza da eloquência dos homens bons e do poder das coisas sérias”. Redigido em formato de série, o panfleto exibia em sua capa o desenho da balança da justiça e uma citação de Tácito, *vitam impendere vero*¹⁸¹.

Antes mesmo de iniciarmos a leitura do impresso, já temos uma ideia de seu objetivo: promover a justiça, a verdade, revelando fatos obscuros. O escrito, oferecido à Associação Emancipadora Primeiro de Janeiro¹⁸², foi de autoria do bacharel Misael Ferreira Pena, membro do partido Conservador, promotor público da Comarca de Itapemirim e deputado provincial na legislatura do biênio 1874-1875¹⁸³. O *Livro Negro* denunciou dispêndios excessivos do dinheiro público, má gestão de presidentes da Província e aprovação de aposentadorias exorbitantes para vários servidores públicos cujos proventos oneravam o cofre provincial¹⁸⁴. Na verdade, *Philemon* argumentou que os valores pagos a esses servidores aposentados foram aprovados em circunstâncias suspeitas e não correspondiam ao tempo de exercício na função e à remuneração realmente devida. Entre os nomes ilustres arrolados encontramos Dionyzio Álvaro Rezendo.

Na qualidade de secretário do governo provincial, Dionyzio Rezendo foi aposentado em 1843 com um ordenado anual de 1 conto de réis. *Philemon* questionava como

¹⁸¹ “Ao leitor: um escritor romano de respeitada nomeada dizia, caro leitor, que devemos dar a vida pela verdade: *vitam impendere vero*. Esse escritor é Tácito. Chamando-o para cobrir o nosso livro com sua eloquente palavra, denunciemos que nosso intuito, no que se vai ler, é somente conhecer a verdade e expô-la nua e crua. Certo de que tal missão será aplaudida pelos homens bons da Província do Espírito Santo, onde temos humilde domicílio, restar-nos-á, em todo o caso, a tranquilidade de nosso senso íntimo, embora o vozear turbulento dos mercadores do Templo [...]”. PHILEMON. *Livro Negro – Memórias escritas a lápis pelo doido, Philemon*, para serem publicadas quando os eu autor convencer-se da fraqueza da eloquência dos homens bons e do poder das coisas sérias. Vitória, 1874. p. 3.

¹⁸² De acordo com o *Espírito-Santense* a “Associação Emancipadora Primeiro de Janeiro repeliu a oferta que o escritor *Philemon* lhe fizera do seu *Livro Negro*. Nós esperávamos por esta ação louvável: é ela a consequência lógica e natural do pundonor que caracteriza a honrada Diretoria da *Emancipadora*. Todo o insensato tem o direito de pensar e mesmo de proferir as sandices que lhe pulularem no cérebro delirante [...]”. ESPÍRITO-SANTENSE, ano V, nº 216, de 21 de agosto de 1874. p. 2.

¹⁸³ DAEMON, Bazílio Carvalho. 2010. p. 474.

¹⁸⁴ Dentre os denunciados estavam: Manoel Soares Leite Vidigal, Francisco Ribeiro das Chagas, Manoel das Neves Xavier, Manoel Thomaz de Paiva, Zeferino José Mululo, Firmino de Almeida e Silva, Manoel Leite Soares dos Passos, José Marcelino Pereira de Vasconcellos, Francisco de Paula Ramos, Antônio Carneiro Lisboa, Cândido de Miranda Freitas, D. Ana Maria da Conceição, Antônio José Pereira Cassilhas, Manoel Antonio Vilas-Boas, Padre João Luiz da Fraga Loureiro, Luiz Barbosa dos Santos. PHILEMON. 1874. p. 24-25.

um secretário do governo recebia “apenas” 1:000\$000 anual por “apenas” 12 anos de efetivo serviço (1831 a 1843). O pagamento vultoso foi suspenso em 1844 para averiguação por parte do governo imperial. A medida suspensiva foi avaliada pelo autor do *Livro Negro* como necessária para que se “[...] cortasse essa árvore de imoralidade”¹⁸⁵. Em 1848, no entanto, o pagamento foi restabelecido, mandando, inclusive, pagar retroativo ao ex-secretário. Em 1870, uma nova lei aumentou o valor devido a Dionyzio Rezendo, “[...] sempre levado por sua extrema dedicação para com o cofre provincial e pelo seu excessivo apetite de sugar o sangue do povo [...]”. Com a nova lei, Rezendo passou a receber 1:200\$000 réis anuais¹⁸⁶.

Para *Philemon*, o chefe dos barrigudos completava, em 1874, “31 anos de vadiação à custa do povo”¹⁸⁷. O fato rendeu-lhe até um verso: “O Rezendo das marombas é mestre bem serviçal. Quase muda pra seu bolso o cofre provincial”¹⁸⁸. Outra personalidade esquadrihada pelo *Livro Negro* foi o capitão Francisco Rodrigues de Barcellos Freire, também membro do partido Conservador e fiel companheiro do coronel Mascarenhas. Para se referir a Barcellos Freire, o autor do panfleto utilizou uma retórica mais contundente e depreciativa: alcunhado de *capitão dos avisos*, Barcellos Freire era “[...] gordo, baixo, barrigudo e vermelho como um camarão da praia, tendo aquele cognome ou apelido por exhibir-se sempre tão fanático pelas letras dos avisos do governo”¹⁸⁹.

Misael Pena considerava Barcellos Freire um político retrógrado que criava obstáculos para o progresso da Província. A conduta de Freire como deputado na Assembleia Provincial também era questionável, pois o seu “voto [era] sempre representado com o silêncio eloquente de seu assento!”¹⁹⁰ Semelhante a Dionyzio Resendo, o *capitão dos avisos* também foi aposentado recebendo proventos que, para *Philemon*, mais pareciam presentes. Encerrou sua carreira como inspetor da Tesouraria Provincial em 1861, com uma aposentadoria de 753\$090 réis anuais. Em 1872, após muito esforço de *politicagem* do próprio Barcellos Freire, sua aposentadoria atingiu a soma de 1:062\$228 réis, devendo-lhe ser paga a diferença retroativa a 1861.

¹⁸⁵ PHILEMON. 1874. p. 5.

¹⁸⁶ PHILEMON. 1874. p. 5.

¹⁸⁷ PHILEMON. 1874. p. 5.

¹⁸⁸ PHILEMON. 1874. p. 6.

¹⁸⁹ PHILEMON. 1874. p. 8.

¹⁹⁰ PHILEMON. 1874. p. 9.

Como era de se esperar, a publicação do *Livro Negro* repercutiu nos espaços públicos de Vitória e nas repartições públicas da Província. Em Vitória, o *Espírito-Santense*, que desde março de 1874 era propriedade de Bazílio Carvalho Daemon, repeliu as acusações de Misael Ferreira Pena e manifestou solidariedade aos servidores injuriados pelo panfleto¹⁹¹.

A retórica empregada no *Livro Negro*, que destacava negativamente algumas características físicas dos nomes *escolhidos*, foi duramente criticada pelo *Espírito-Santense*. Para este jornal, um vocabulário de quitandeira não era digno de um homem público, ainda mais um bacharel promotor de comarca. O *Livro Negro* era a materialização da traição, da ingratidão para com “[...] homens de cabelos brancos que sempre o trataram [a Misael] com consideração”¹⁹². Para Daemon, se eram verídicas as informações levantadas por Ferreira Pena acerca do mau uso do dinheiro público por que o uso de pseudônimo? “[...] Que motivo poderoso obrigou o autor do folículo a ocultar, como que envergonhado, o nome da tipografia e a falsificar o lugar em que foi impresso?”¹⁹³

A atitude de Misael Ferreira Pena não ficaria impune. Alguns dos homens públicos que tiveram seus nomes citados em prosa e verso por *Philemon* decidiram produzir um novo panfleto, a ser impresso pela tipografia do *Espírito-Santense*, que se chamaria *Livro Branco*:

Compõe-se esta obra dos seguintes capítulos: 1º) A comadre fugindo do marido para unir-se ao compadre, de cuja união criminosa é o nosso herói um dos frutos; 2º) A legítima mulher do compadre enlouquece e acorrentada sucumbe aos maus tratos do seu marido e da comadre, mãe do nosso herói; 3º) A quebra fraudulenta do pai do nosso herói no intuito de defraudar aos credores; 4º) Estada de nosso herói em São Paulo, os conselhos do pai para o filho arvorar-se em rancheiro da *república*, para dilapidar aos companheiros; 5º) A gravata encarnada e a transformação política para chegar a seus fins; 6º) A proteção de dois amigos para poder obter o primeiro degrau da magistratura e o modo como pagou o benefício; 7º) O projeto de um casamento com a filha de um homem importante, com o fim de obter a presidência da Província. A renúncia; 8º) A loucura, mania de ser Diretor de qualquer coisa; a instrução rebaixada; viagem ao sertão; 9º) A navegação importante do Porto ou os 6:000\$000; 10º) A combinação do quadro da casa municipal; 11º) As 200 ações da projetada estrada de ferro; 12º) O nosso herói de

¹⁹¹ ESPÍRITO-SANTENSE, ano VI, n. 47, de 20 de abril de 1875. p. 2.

¹⁹² ESPÍRITO-SANTENSE, ano VI, n. 47, de 20 de abril de 1875. p. 2.

¹⁹³ ESPÍRITO-SANTENSE, ano VI, n. 47, de 20 de abril de 1875. p. 2.

camisola, enrolado em um lençol, conduzido pela rua do Duque (Conde d'Eu); cerveja, bombas, traques; 13º) O sonho do leito de Glodomira; disparada pela rua; a cervejada do quartinho secreto; 14º) O casamento e suas peripécias; 15º) A filha da madrasta com o enteado; 16º) A filha renegando o ventre em que foi gerado!!! E como os assuntos de que tratamos são conhecidos de muitas pessoas em geral rogamos a todos que quiserem nos honrar com informações exatas queiram ter a bondade de dirigi-las em carta fechada a esta tipografia com endereço: *Ao autor do Livro Branco*¹⁹⁴.

O *Livro Branco* seria exclusivamente dedicado a descrever momentos da vida de Misael Ferreira Pena, desde a união ilegal de seus pais até a ascensão na carreira pública por intermédio de favores políticos. Entre os fatos a serem narrados, destacamos a nomeação de Ferreira Pena, chamado de Lacraia na publicação, para o cargo de Promotor Público de Itapemirim por influência do coronel Mascarenhas¹⁹⁵.

Em 1876, a imprensa capixaba ganhou um novo lidador para fazer oposição às publicações do *Espírito-Santense*: a *Opinião Liberal*. Esta folha era dirigida por um dos conservadores alcunhados de “dissidentes” em 1872, Francisco Urbano de Vasconcellos. Após a rixa com o coronel Mascarenhas, Urbano de Vasconcellos passou a compor as fileiras liberais. Em seu artigo de apresentação, o jornal explicitava que suas publicações seguiriam o programa político do Centro Liberal da corte¹⁹⁶.

O novo impresso liberal não foi bem recebido na cena impressa capixaba pelo *Espírito-Santense*. Para Bazílio Daemon, a *Opinião Liberal* era um papelucho incendiário que pretendia introduzir um absolutismo disfarçado pela máscara de um liberalismo *sui generis* com tons revolucionários: “[...] Que ressuscitem os homens de 1817, 1833, 1842 e 1848, que quais Robespierre, Saint-Jus e Marais querem trucidar as garantias sociais e incendiar os ânimos com a apologia da *Deusa da Razão* de 1789 [...]”¹⁹⁷. Daemon não considerava a *Opinião Liberal* uma adversária à altura do *Espírito-Santense* dada a indefinição político-partidária de Francisco Urbano de Vasconcellos, que foi “[...] liberal em 1863, conservador em 1868,

¹⁹⁴ ESPÍRITO-SANTENSE, ano VI, n. 55, de 8 de maio de 1875. p. 4.

¹⁹⁵ ESPÍRITO-SANTESENTE, ano VII, n. 2, de 4 de janeiro de 1876. p. 4.

¹⁹⁶ PEREIRA, Heráclito Amâncio. 1926. p. 40.

¹⁹⁷ ESPÍRITO-SANTENSE, ano VII, n. 129, de 26 de outubro de 1876. p. 3.

dissidente em 1871 e liberal outra vez na presente época [...]”¹⁹⁸. Isso por si só já seria prova cabal da sua falta de “boa fé política”.

Sabemos que pelo menos três jornais partidários foram produzidos em Vitória em 1876, o *Espírito-Santense*, a *Opinião Liberal* e a *Gazeta do Commercio*. Exponentes da política local e mesmo seus apoiadores interpretavam esses jornais como espaços de sociabilidade, onde tornavam conhecidas suas opiniões a respeito dos negócios públicos provinciais e debatiam suas discordâncias.

O alijamento do poder vivido pelos liberais da Província durante quase toda a década de 1870 foi denunciado pela *Gazeta do Commercio* e pela *Opinião Liberal*. Mas esse quadro estava próximo do fim. As discussões reformistas promovidas por expoentes do movimento político da geração de 1870 e as críticas dos liberais em relação ao sistema eleitoral vigente impeliram D. Pedro II a decidir pelo retorno dos liberais ao Ministério. Convocou, então, João Lins Vieira Cansasão de Sinimbu, expoente liberal, para formar um novo gabinete, instalado em 5 de janeiro de 1878¹⁹⁹.

A notícia do gabinete de 5 de janeiro foi comemorada pelos jornais simpáticos ao partido Liberal em Vitória²⁰⁰. O *Echo dos Artistas* publicou, na edição de 13 de janeiro de 1878, um editorial justificando a decisão de Pedro II pelo retorno dos liberais: salvar o país do estado de abatimento em que se encontrava²⁰¹. Para esse impresso, que circulava aos domingos e defendia princípios democráticos, o novo Ministério era fruto da vontade do povo que “[...] impediu a continuação do reinado

¹⁹⁸ ESPÍRITO-SANTENSE, ano VI, n. 137, de 14 de novembro de 1876. p. 3

¹⁹⁹ Era de interesse do imperador que o projeto da eleição direta, inicialmente proposto pelos liberais, fosse aprovado sem problemas na Câmara dos Deputados e, para tanto, julgou imperioso dissolver o Parlamento de maioria conservadora. Assim, os liberais voltavam a ocupar os assentos parlamentares no cenário nacional e na Província do Espírito Santo não seria diferente. BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. 1990. p. 282.

²⁰⁰ Poesias em homenagem à ascensão do partido Liberal foram publicadas no *Echo dos Artistas*: “Mesquinho estro meu, desprende o voo, penetra as regiões celestiais. Traz de lá uma coroa e deposita nestas altivas frentes liberais! Enobrece esta ideia adiantada, saúda com orgulho varonil, pois vemos o partido da – nação dirigindo os destinos do Brasil!! Nove anos passaram! Já o pranto trocou-se pelo riso e o prazer. Já vê-se cidadãos, que são luzeiros revestidos das pastas do poder!! E por isso o artista hoje se orgulha, de prazer se lhe agita o coração por ver o Brasil já caminhar ao mando do partido da nação!! E o povo orgulhoso hoje saúda a estrela brilhante e tão gentil, dando viva ao partido Liberal! Aos seus dignos chefes, ao Brasil!! Viva a nação brasileira! Viva o Partido Liberal! Viva a soberania popular! Viva o povo livre! *Candido Brizindor*”. O ECHO DOS ARTISTAS, ano I, n. 7, de 13 de janeiro de 1878. p. 3.

²⁰¹ O ECHO DOS ARTISTAS, ano I, n. 7, de 13 de janeiro de 1878. p. 1.

do abuso, que promovia a decadência até do mais sagrado direito – o da sua liberdade [...]”²⁰².

Não temos necessidade de ir longe buscar uma prova para atestar a extorsão desse direito, basta lançarmos as vistas para o dia 7 de janeiro de 1877 e encontraremos o cidadão em luta com as baionetas e obrigado a retirar-se, a ceder em presença da força bruta apresentada pelo partido conservador, já nessa época desmoralizado perante a maioria do país, que, contudo, não podia suplantar o estado bélico, único poder em que esse partido apoiava-se. Aqui, nesta capital mesmo, fomos testemunhas do maior dos insultos feito ao partido. Os diplomas, convenientemente legalizados, foram julgados falsos e os cidadãos liberais expulsos da igreja por aqueles que deveriam ser os primeiros a respeitá-los [...]. De agora em diante o cidadão encontrará nas leis do país a justiça que elas ditam. O desenvolvimento renascerá para o Brasil que, saindo do estado decadente em que se acha, irá ocupar entre as outras nações do mundo um dos primeiros lugares [...]”²⁰³.

A referência aos eventos ocorridos na eleição de janeiro de 1877, em que muitos liberais foram impedidos de votar, servia ao propósito de mostrar que o novo ministério seria pautado pela moderação e pela justiça. A redação do *Echo dos Artistas* desejava que também os liberais da Província do Espírito Santo agissem de acordo com as leis e com os princípios morais, pois “[...] combater não é imolar, não dará tréguas ao inimigo, mas não lhe negará também aquilo a que todos temos direito como brasileiros, nascidos debaixo da zona democrática do continente sul americano [...]”²⁰⁴. O gabinete Sinimbu era um sopro de esperança para as finanças brasileiras, para o desenvolvimento material e para a defesa da liberdade pública.

Para os conservadores, no entanto, a ascensão liberal era um golpe de Estado. Os liberais, chamados de monstros pelo jornal *Espírito-Santense*, teriam enganado o imperador com o “canto das sereias políticas”, com promessas reformistas que levariam o país à ruína:

E aí, temos o programa liberal: eleição direta; separação da igreja do estado; casamento civil; direitos aduaneiros para estorvar as províncias à passagem de contrabandos; redução do exército; extinção da marinha; extinção do poder pessoal; vitaliciedade do Senado; a extinção do poder moderador; e outras e outras e mais outras reformas... e o Brasil, que ainda não estava preparado para a libérrima reforma judiciária, pois não é uma Inglaterra, uma

²⁰² O ECHO DOS ARTISTAS, ano I, n. 7, de 13 de janeiro de 1878. p. 1.

²⁰³ O ECHO DOS ARTISTAS, ano I, n. 7, de 13 de janeiro de 1878. p. 1.

²⁰⁴ O ECHO DOS ARTISTAS, ano I, n. 7, de 13 de janeiro de 1878. p. 1.

Alemanha ou uma França, poderá sem estremecer aceitar de chofes tantas reformas? Não, ainda não [...] ²⁰⁵.

Bazílio Carvalho Daemon, redator da folha conservadora, empregava uma retórica alarmante para narrar os maus augúrios reservados ao Brasil caso todas as reformas propostas pelos liberais se concretizassem. Para o *Espírito-Santense*, o gabinete Sinimbu era o Ministério “comum de muitos”, cujos membros tinham ideias heterogêneas e por isso era inviável seu sucesso:

Sinimbu e Vila-Bella são liberais, conquanto tivessem sido conservadores; Silveira Martins e Lafayette são puros republicanos, Andrade Pinto em boa hermenêutica não sabemos como classificá-lo. O Sr. Leôncio de Carvalho debate-se entre si próprio irresoluto se declarar-se-á puro liberal ou republicano. Um único vulto que tem suas crenças puras como liberal-histórico é o Sr. Herval! [...] ²⁰⁶.

O partido Liberal da Província do Espírito Santo não se calou diante das declarações do *Espírito-Santense*. Em 27 de janeiro de 1878 foi publicado o primeiro número do jornal *A Actualidade*, o novo órgão liberal. Esse periódico era editado por Benedito Ferreira de Carvalho e seus artigos escritos por uma figura já conhecida na cena impressa da capital: José Correa de Jesus.

A redação contava, ainda, com a colaboração de uma mulher, Maria A. A. de Figueiredo, e de Adrião Rangel. No seu número inaugural, o grupo de redatores afirmou o compromisso de defender as ideias liberais pregadas na Província pelos impressos *Jornal da Victoria, A União e Opinião Liberal*.

Entrará na luta vertiginosa dos partidos. Porém, será a imprensa moralizada, será a tribuna da verdade e não o pelourinho da calúnia, será a palavra independente, como sempre tem sido, e não a especulação da imprensa que apedreja o sol quando cai e procura sempre genuflexar-se diante de qualquer poder, contanto que lhe dê um lugar na mesa do orçamento ²⁰⁷.

Já em seu segundo número, a *Actualidade* contestou os editoriais do *Espírito-Santense* e os boatos disseminados em Vitória de que o partido Liberal “[...] subira ao poder para dar um golpe de estado acabando com o elemento servil [...]” ²⁰⁸. Os rumores partiram do Rio de Janeiro e informavam que o conselheiro conservador Paulino José Soares de Souza teria recusado a indicação de seu nome para a

²⁰⁵ ESPÍRITO-SANTENSE, ano VIII, n. 10, de 21 de janeiro de 1878. p. 1.

²⁰⁶ ESPÍRITO-SANTENSE, ano VIII, n. 37, de 20 de abril de 1878. p. 1.

²⁰⁷ PEREIRA, Heráclito Amâncio. 1926. p. 29-30.

²⁰⁸ A ACTUALIDADE, ano I, n. 2, de 2 de fevereiro de 1878. p. 1.

presidência do gabinete que sucederia o de Duque de Caxias por não concordar com “[...] o plano de promover a emancipação completa do elemento servil [...]”²⁰⁹.

Sobre as reformas que atemorizavam o redator do *Espírito-Santense*, o órgão liberal declarava que os conservadores, esses “espíritos retrógrados”, repeliam as mudanças com base na falta de instrução do povo. Os brasileiros não estariam preparados para passar por uma transformação tão profunda nas instituições do Império. Para *A Actualidade*, isso não se justificava, pois os Estados Unidos da América eram um país tão novo quanto o Brasil e, no entanto, gozavam “[...] das instituições mais liberais possíveis [...]”²¹⁰.

No mesmo editorial, *A Actualidade* denunciava a atitude deplorável que os conservadores tiveram após o gabinete Sinimbu ter sido anunciado: promoveram um assalto ao cofre provincial. Os capixabas assistiram à “[...] partilha imoral dos restos do suor do povo jogado na gaveta dos que há dez anos eram pobres [conservadores] e hoje dizem-se capitalistas [...]”²¹¹.

[...] o Sr. Abreu Lima [presidente da Província] nestes últimos dias tem feito à custa dos cofres provinciais os seguintes presentes graciosos: No dia 19 de janeiro último mandou dar ao Sr. Daemon, representado na pessoa do Sr. Luiz de Barcellos Freyre a quantia de 2:176\$770 réis, que S. Ex. já havia reconhecido não ter a ela o Sr. Daemon ou o seu representante direito algum. No dia 22 do mesmo mês mandou dar ao seu Secretário, Major Oseas, a gratificação de cem mil réis mensais por *trabalhos extraordinários* a contar de setembro a dezembro do ano passado [...]”²¹².

Os redatores do órgão liberal também faziam um apelo ao *Espírito-Santense* para que lembrasse a missão da imprensa: moralizar e doutrinar o povo fazendo amar a virtude. Citando Armand Carrel²¹³, acreditavam que o jornalista “[...] é um juiz que julga os grandes processos sociais e como tal deve ter a calma serena do

²⁰⁹ A ACTUALIDADE, ano I, n. 2, de 2 de fevereiro de 1878. p. 1.

²¹⁰ A ACTUALIDADE, ano I, n. 2, de 2 de fevereiro de 1878. p. 1.

²¹¹ A ACTUALIDADE, ano I, n. 2, de 2 de fevereiro de 1878. p. 2.

²¹² A ACTUALIDADE, ano I, n. 2, de 2 de fevereiro de 1878. p. 3.

²¹³ Armand Carrel (1800-1836) nasceu na França e trabalhou como jornalista e ensaísta. No que tange à sua atuação na imprensa, Carrel é equiparado a Louis Adolphe Thiers. Carrel é considerado um modelo do jornalismo de opinião, trampolim social e intelectual para a carreira política. Os jornais publicados nas décadas de 1820-1830 já indicavam que a opinião pública, ainda reduzida a uma elite, já se expandia para a camada de trabalhadores. Estava em curso, portanto, a emergência da imprensa periódica consciente de seu imenso poder político ao lado da tribuna parlamentar. CROCHEMORE, Gilles. *Armand Carrel 1800-1836: um républicain realiste*. p. 2. Disponível em: <http://hist-geo.spip.ac-rouen.fr/IMG/pdf/Armand_Carrel.pdf>. Acesso em: 2 de abril de 2016.

representante da lei [...]”²¹⁴. Para executar com precisão essa função era preciso que o povo não se convencesse de que as opiniões publicadas nos editoriais impressos serviam a interesses que não fossem o “[...] exercício da suprema magistratura da qual se acha investido”²¹⁵.

Os debates na imprensa capixaba entre situação e oposição marcaram o retorno dos liberais aos gabinetes do Império. Embora os editoriais do *Espírito-Santense* apresentassem uma linguagem moderada na imprensa capixaba, eram nas cartas dirigidas ao *Jornal do Commercio*, da Corte imperial, que Bazílio Carvalho Daemon revelava-se um escritor mordaz.

A *Actualidade* confrontava por meio de seus editoriais as publicações insertas no impresso do Rio de Janeiro, solicitando providências do partido Conservador da Província. A oposição calava-se diante das denúncias de que o correspondente do *Jornal do Commercio* era o redator do órgão conservador em Vitória. A tática era “[...] eximir-se da responsabilidade moral de tais correspondentes dizendo que não responsabiliza-se [sic] um partido por opiniões isoladas e pessoais, tanto que a imprensa, órgão do partido, não lança mão de semelhante meio [...]”²¹⁶.

Os liberais voltaram ao poder acusados de tramarem um golpe de Estado. Tinham sobre si o peso de um país afundado em dívidas. Além disso, os pilares da forma de governo, o regime monárquico, recebiam reiteradas críticas de grupos marginalizados dos centros institucionais de decisão. A imprensa mostrava sua importância ao se consolidar como uma tribuna política. A década de 1870 chegava ao fim com um desafio para o partido governista: aprovar as reformas necessárias à sobrevivência do Império.

5.5 Presente e futuro da Província

As publicações das folhas capixabas das duas últimas décadas da monarquia mostram-nos que, além de ser espaço de sociabilidade política em nível individual e coletivo, o jornal foi alçado ao patamar de uma tribuna política. Nela, redatores e particulares produziram interpretações a respeito da conjuntura vivida pelos espírito-

²¹⁴ A ACTUALIDADE, ano I, n. 2, de 2 de fevereiro de 1878. p. 2.

²¹⁵ A ACTUALIDADE, ano I, n. 2, de 2 de fevereiro de 1878. p. 2.

²¹⁶ A ACTUALIDADE, ano I, n. 32, de 7 de junho de 1878. p. 1.

santenses e propuseram ideias para o desenvolvimento do progresso intelectual, político e econômico da região. Entre os assuntos discutidos pelos impressos de Vitória em circulação naqueles anos, identificamos dois temas que tiveram bastante popularidade: a instrução pública e a situação político-econômica do Espírito Santo²¹⁷.

Na leitura dos editoriais e das seções livres (escritas por particulares), identificamos o auditório para quem se destinavam as publicações a respeito da instrução pública da região: os deputados da Assembleia Legislativa e o presidente da Província. Uma série de problemas foi cotejada pelos jornais, a começar pela remuneração paga aos profissionais dedicados à educação.

[...] é um assunto para que devem convergir [...] os escolhidos da província na próxima reunião do corpo legislativo. [...] que significa em nossa província professores de 2ª classe que recebem o vencimento mensal de 25\$000? Professores de 1ª classe que recebem um vencimento menor de 40\$000 rs por mês? [...]. Que significa a existência de um diretor de instrução sem secretaria, sem arquivo regularizado, sem meios de conservar as tradições do passado, de fazer algum bem no futuro, e com um amanuense que, além de pertencer à outra repartição, percebe a *grandiosa* soma de 100\$ RS anuais? Se não é um escárnio este estado de coisas, é um perfeito epigrama [...]²¹⁸.

O *Espírito-Santense* denunciou as péssimas condições das instalações da secretaria de instrução pública provincial e dos estabelecimentos de ensino. Os salários pagos aos profissionais desse ramo do serviço público não eram atrativos e, portanto, não surpreendia ao redator desse jornal que à frente dos cargos estivessem indivíduos pouco preparados e desmotivados.

Em meados da década de 1870, o foco dos debates impressos recaiu sobre o Ateneu Provincial. A *Gazeta do Commercio* e o *Echo dos Artistas* publicaram editoriais e textos de particulares exigindo das autoridades públicas uma reforma nesse estabelecimento de ensino. Para ambos os jornais, o Ateneu pesava em demasia ao cofre provincial. No apagar das luzes de 1876, os deputados da

²¹⁷ Numa das seções deste capítulo, vimos que a instrução pública foi um dos pontos nevrálgicos dos governos provinciais durante a segunda metade do Oitocentos. Constituíam-se uma conta negativa para o Tesouro Provincial, pois a soma vultosa de recursos pecuniários gastos com a instrução, considerando os orçamentos anuais do Espírito Santo, não se traduzia em bons resultados. Essa assertiva era compartilhada pelos redatores dos jornais *Província do Espírito Santo*, *Espírito-Santense* e *Horizonte*, Moniz Freire e Cleto Nunes, Bazílio Carvalho Daemon e Maximino Maia, respectivamente.

²¹⁸ ESPÍRITO-SANTENSE, ano I, n. 02, de 15 de setembro de 1870. p. 1.

Assembleia acataram aos clamores propalados pelos impressos. Decretaram uma resolução, convertida em lei pelo presidente da Província, alterando o organograma desse centro de ensino secundário masculino.

[...] ficou o Ateneu dirigido por um Diretor, sob a inspeção do Inspetor Geral da Instrução Pública, havendo as cadeiras de Língua e Literatura Nacional, Retórica e Poética, Filosofia nacional e moral, geometria e trigonometria retilínea, aritmética e álgebra, história e geografia, línguas latina, francesa e inglesa e música. Ficaram suprimidos os lugares de censor, Secretário, professores de dança e desenho e os do amanuense e porteiro da inspetoria geral da instrução pública, cuja secretaria funcionará no mesmo edifício do Ateneu. [...] A reforma cogitou de tudo e parece ter remediado muitos inconvenientes. [...] A reforma provoca esforços do professorado e traz a economia ao cofre da província [...]²¹⁹.

A reforma realizada no quadro de funcionários do Ateneu e nas cadeiras de disciplinas visava minorar o déficit econômico enfrentado pela Província nos anos 1870. Por outro lado, também respondia aos reclamos da imprensa por melhoria nos vencimentos pagos ao professorado. A nova lei beneficiou os profissionais dos dois estabelecimentos de ensino secundário da Província localizados em Vitória: Ateneu e Colégio Nossa Senhora da Penha²²⁰.

Para José Joaquim Pessanha Póvoa, a lei de reorganização do Ateneu colocava a instrução pública do Espírito Santo no mesmo patamar da de outras províncias brasileiras, a exemplo de Goiás, Santa Catarina, Piauí e Paraíba. Por meio do recurso retórico do exemplo, o redator citava a educação desenvolvida nos Estados Unidos da América: “[...] decretaram o ensino obrigatório desde 1871. [...] compreende a necessidade da educação elementar [...]”²²¹. Simpático às ideias positivistas e defensor do progresso político da Província do Espírito Santo, José Joaquim Pessanha Póvoa advogava que para um homem ser verdadeiramente livre e exercer essa liberdade em sua vida pública era imperioso que ele saísse da escuridão da ignorância. A instrução era o caminho para a luz²²².

Os primeiros anos após a formação dos novos ministérios liberais foram bastante melindrosos para o Espírito Santo. O déficit econômico dobrava a cada ano e vários

²¹⁹ GAZETA DO COMMERCIO, ano I, n. 53, de 31 de dezembro de 1876. p. 1.

²²⁰ Também elevou a dois contos de réis o vencimento anual do inspetor da instrução pública e aumentou o valor da mensalidade a ser pago pelas alunas do Colégio Nossa Senhora. GAZETA DO COMMERCIO, ano I, n. 53, de 31 de dezembro de 1876. p. 1.

²²¹ GAZETA DO COMMERCIO, ano I, n. 53, de 31 de dezembro de 1876. p. 1.

²²² GAZETA DO COMMERCIO, ano I, n. 53, de 31 de dezembro de 1876. p. 1.

ramos do serviço público necessitavam de reformas urgentes²²³. Em 1882, os jornais capixabas *Horisonte*, *Província do Espírito Santo* e *Espírito-Santense* debruçaram-se sobre a vida pública provincial e discutiram propostas viáveis para retirar a Província dessa areia movediça.

Era tácito em todos esses jornais o papel desempenhado pela instrução pública no recrudescimento da crise econômica provincial. Para os redatores, a educação praticada até então era um “mal canceroso” e precisava ser combatida²²⁴. Os debates a respeito da instrução pública ocorreram em dois espaços de discussão política em Vitória. Um institucional, a Assembleia Legislativa, onde o deputado Eliseu Martins apresentou a seus pares um projeto de reforma desse serviço público, e outro, não institucional, capitaneado por dois jornais liberais (a *Província do Espírito Santo* e o *Horisonte*) e um conservador (o *Espírito-Santense*).

O jornal *Província do Espírito Santo* foi fundado em 1882 por José de Mello Carvalho Moniz Freire e por Cleto Nunes Pereira e defendia a bandeira reformista liberal na época²²⁵. Colocava-se na posição de crítico da sociedade brasileira, em nível nacional, e da espírito-santense, em especial²²⁶. O objetivo da folha era estudar os problemas sociais e econômicos que solapavam o país.

José de Mello Carvalho Moniz Freire tinha apenas 21 anos quando foi publicado o primeiro número da *Província do Espírito Santo*²²⁷. Formou-se em Direito pela

²²³ Informações extraídas dos jornais capixabas da época (conservadores e liberais).

²²⁴ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano I, n. 37, de 9 de junho de 1882. p. 1.

²²⁵ Leandro do Carmo Quintão afirma que os redatores da *Província* podem ser enquadrados no movimento político da “geração 1870”. Para ele, “os jovens editores capixabas se enquadravam no primeiro grupo – os novos liberais, monarquistas, defensores da abolição e posteriormente do federalismo, membros da elite política ou filhos de, obviamente do Partido Liberal – embora não houvesse qualquer formalidade que os prendesse além da aproximação no campo das ideias e na possibilidade de contatos”. QUINTÃO, Leandro do Carmo. Construções da escravidão no jornal *A Província do Espírito Santo*. In: *Anais do V Encontro Internacional UFES/Paris-Est Seres vivos: representações, narrativas e Histórias*. Vitória: PPGHIS/UFES, 2015. p. 654.

²²⁶ Colaboravam na redação do jornal: José Joaquim Pessanha Póvoa, Affonso Cláudio, Adelina Lírio, Joaquim de Salles Torres Homem, Augusto Calmon Nogueira da Gama, Tibúrcio de Oliveira, Gama Rosa e Francisco de Lima Escobar Araújo. Nas edições de domingo da *Província*, a primeira página era dedicada exclusivamente à Literatura. PEREIRA, Heráclito Amâncio. 1926. p. 42.

²²⁷ Para Estilaque Ferreira dos Santos e Leandro do Carmo Quintão, o tino de Moniz Freire para a política e a vida jornalística foi, para além do resultado de sua formação intelectual nas faculdades de Recife e São Paulo (onde terminou o curso), fruto de herança familiar. Seu pai, Manoel Feliciano Moniz Freire, foi um “[...] político de expressão local ligado ao partido liberal da província e ao clã tradicional dos Monjardim, cuja política ele tinha apoiado, e havia fundado em 1864 o *Jornal da Victoria*, como órgão do mesmo partido [...]”. SANTOS, Estilaque Ferreira dos. *José de Melo Carvalho Moniz Freire*. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012. p. 170. Feliciano Moniz Freire atuou no movimento emancipacionista em Vitória durante o último ano de funcionamento de seu jornal. “Era

Faculdade de São Paulo. Lá esteve imerso no “[...] clima *ilustrado* que aos poucos contaminava o país, onde dominava o famoso *bando de ideias novas* [...]”²²⁸. Mergulhado nesse ambiente de debates, aderiu ao Positivismo heterodoxo de Littré, porém, algum tempo depois se converteu à ortodoxia de Augusto Comte, tanto para assuntos filosóficos quanto políticos²²⁹.

Cleto Nunes Pereira era um pouco mais velho do que seu sócio. Em 1882 tinha 27 anos. Conheceu Moniz Freire ainda nos tempos escolares do Ateneu Provincial. Concluiu o curso de Humanidades no Rio de Janeiro e tinha planos de ingressar na faculdade de Direito de São Paulo. Porém, questões familiares o impeliram a regressar a Vitória. A exemplo de Moniz Freire, colaborou na redação de diversos jornais capixabas durante sua mocidade. Em sua vida profissional (investido em cargos públicos e na redação da *Província do Espírito Santo*), coadunava com os ideais defendidos por Moniz Freire²³⁰.

Já nas primeiras edições da *Província do Espírito Santo*, em março de 1882, Moniz Freire e Cleto Nunes iniciaram uma discussão sobre a situação da instrução pública na Província. Para os redatores, a escola deveria ser um “[...] templo da moral individual e da moral social [...]”²³¹. Era preciso reconhecê-la como um prolongamento do lar para ser considerada atraente pela “borboleta inquieta”, metáfora utilizada para se referir a uma criança. O ensino primário empreendido até então era contraproducente, porquanto “[...] até nos mais remotos sertões tem um caráter todo oficial; apenas os pobres chegam a soletrar mal, [...] a responder umas perguntas banais sobre religião ou a fazer bestialmente umas contas, cuja aplicação

simpatizante da emancipação dos escravos, em tom moderado, conforme os ‘padrões’ da futura geração 1870’. Utilizava seu jornal como instrumento de propaganda de movimentos e ações emancipacionistas, sempre em tom de elogio e fazia parte da primeira associação abolicionista da província, intitulada *Sociedade Abolicionista da Escravatura do Espírito Santo*”. QUINTÃO, Leando do Carmo. *Oligarquia e elites políticas no Espírito Santo: a configuração da liderança de Moniz Freire*. [Tese de Doutorado] Vitória: PPGHIS/UFES. p. 133. Mimeo.

²²⁸ SANTOS, Estilque Ferreira dos. 2012. p. 174.

²²⁹ José de Mello Carvalho Moniz Freire foi um político bastante influente nos negócios públicos da Província. Exerceu diversos cargos eletivos: 1881, vereador; 1882, 1884 e 1888, deputado provincial; 1883, presidente da Câmara Municipal de Vitória; e 1889, deputado geral, porém, não chegou a tomar posse devido à mudança do regime de governo. CLÁUDIO, Affonso. 1981. p. 307.

²³⁰ Em 1876, Cleto Nunes foi nomeado funcionário do Ministério da Fazenda da capital capixaba. Atuou como deputado provincial na legislatura de 1879-1880 e desempenhou as atividades de tesoureiro da Alfândega até 1886. Foi secretário do governo da Província até a proclamação da República. CPDOC. PEREIRA, Cleto Nunes. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PEREIRA,%20Cleto%20Nunes.pdf>>. Acesso em: 10 de maio de 2016.

²³¹ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano I, n. 4, de 22 de março de 1882. p. 1.

mesmo ignoram [...]”²³². Eles asseveravam que a solução não estava no aumento do número de instituições de ensino, na compra de mais livros ou na obrigatoriedade do ensino público. Transformar a “retrógrada intelectualidade” brasileira exigia, inexoravelmente, a mudança do método de ensino²³³.

Partindo dos pressupostos de que a instrução pública era a grande agente da civilização e de que a humanidade sempre caminhou do concreto para o abstrato²³⁴, os redatores da *Província* defendiam um sistema de educação da infância que reunisse “[...] todas as condições necessárias para concentrar a maior atenção possível da criança; [para] depois procurar insinuar-lhe um número correspondente de itens concretos e [a] partir destas [ir] para as abstratas [...]”²³⁵. As técnicas educacionais adotadas até então transformavam a criança num repetidor de sons. Embora ela soubesse pronunciar e conhecer uma letra do alfabeto, não concebia, por outro lado, a ideia do que fosse uma letra²³⁶.

Os estabelecimentos de ensino existentes eram “organizações apodrecidas”. Semelhantes a uma prisão, formavam um sistema “[...] antissocial, desumanitário, ofensivo da própria dignidade [...]”²³⁷. A proposta advogada por Moniz Freire e Cleto Nunes era a adoção do “ensino primário científico”, o mesmo aplicado com sucesso pelos Estados Unidos da América e por alguns países da Europa²³⁸. O editorial de 26 de maio de 1882 teve bastante repercussão entre os leitores da *Província do Espírito Santo*.

O conteúdo do artigo logo tomou as ruas de Vitória e foi o tema das conversas de políticos locais, de professores do Ateneu e do Colégio Nossa Senhora da Penha e de escolas particulares, de alunos e de indivíduos analfabetos. Para estes últimos, o texto do jornal de Moniz Freire e Cleto Nunes adquirira uma importância especial, pois os comentários ouvidos nos espaços da capital informavam que os redatores

²³² A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano I, n. 3, de 19 de março de 1882. p. 1.

²³³ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano I, n. 3, de 19 de março de 1882. p. 1

²³⁴ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano I, n. 5, de 24 de março de 1882. p. 1, e n. 6, de 26 de março de 1882. p. 1.

²³⁵ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano I, n. 5, de 24 de março de 1882. p. 1.

²³⁶ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano I, n. 5, de 24 de março de 1882. p. 1.

²³⁷ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano I, n. 5, de 24 de março de 1882. p. 1.

²³⁸ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano I, n. 6, de 26 de março de 1882. p. 1.

defendiam um ensino público popular, que abarcava o conjunto da população, e não só os rebentos de uma elite²³⁹.

O debate iniciado por Moniz Freire e Cleto Nunes recebeu um reforço na cena impressa capixaba: *O Horisonte*, uma folha positivista que tinha como legenda, e subtítulo, o lema “ordem e progresso”²⁴⁰. Sua redação era composta por Domingos da Silva Santos, Rodrigo de Campos, Paulo de Freitas e Maximino Teixeira Maia, sendo este último gerente da folha e escritor responsável pelos textos de fundo político. Maximino Maia formou-se na Academia Militar do Rio de Janeiro. Ali teve contato com a filosofia positivista que marcaria de forma indelével sua trajetória política e jornalística. Dividia-se entre as atividades no escritório da redação d’ *O Horisonte* e o exercício de seu cargo público. Era promotor público de Cachoeiro de Itapemirim, mas desde 1882 fora nomeado inspetor de obras públicas da Província, fixando residência permanente na capital.

Apesar de *O Horisonte* e de a *Província do Espírito Santo* hastearem a bandeira do partido Liberal, na cena impressa capixaba havia certa animosidade entre os redatores das duas folhas. Em vários editoriais e na seção “Crônica dos Jornais” de ambos identificamos críticas de um para o outro²⁴¹. No que tangia, porém, ao problema da instrução pública, *O Horisonte* concordava com as ideias defendidas pela *Província do Espírito Santo*. A primeira crítica de Maia versava sobre as duas escolas de ensino secundário existentes no Espírito Santo: o Ateneu Provincial e o Colégio Nossa Senhora da Penha. O primeiro era destinado ao público masculino e o segundo ao feminino.

Para *O Horisonte*, embora os estabelecimentos tivessem o nome de Instituto Normal, eles não preparavam professores. No caso do Ateneu, formavam-se, com

²³⁹ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano I, n. 20, de 30 de abril de 1882. p. 1.

²⁴⁰ De acordo com Ivan Lins, o Positivismo estabelecia uma relação inseparável entre os termos ordem e progresso, pois “[...] progresso é o desenvolvimento da ordem, assim como a ordem é a consolidação do progresso, o que significa que não se podem romper subitamente os laços com o passado e que toda reforma, para frutificar, deve tirar seus elementos do próprio estado de coisas a ser modificado”. LINS, Ivan. *História do positivismo no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967. p. 349.

²⁴¹ Na edição de 14 de junho de 1882, por exemplo, o *Horisonte* assim se manifestou em relação aos redatores da *Província*: “Em sua crônica dos jornais o colega, usando de benevolência, ofereceu-nos uma carapuça por ele talhada. Felizmente, depois de termos-a experimentado no pessoal cá de casa, reconhecemos que todas as cabeças eram pequenas para usarem tão grande carapuça; pelo que nos convencemos de que os colegas tomaram a medida mesmo por lá...”. O HORISONTE, ano III, n. 46, de 10 de junho de 1882. p. 3.

técnicas anticientíficas, futuros doutores²⁴². No Colégio Nossa Senhora da Penha, a situação era também lamentável. As alunas recebiam pouca ou nenhuma instrução. “[...] Desconhecem, absolutamente, o que seja Pedagogia e Metodologia [...]”²⁴³, não sendo possível, portanto, comparar os diversos métodos de ensino a fim de escolher aquele que melhores resultados desse.

Considerando a aprovação da reforma eleitoral de 1881, fazia-se premente uma reforma na instrução pública²⁴⁴. Para *O Horizonte*, a governabilidade do país corria grande risco, dado que “um povo sem instrução, um povo que não sabe ler, não poderá [...] fiscalizar o governo, principalmente agora que o analfabeto é considerado um pária [...]”²⁴⁵. Esse quadro temerário estendia-se também à população com acesso aos bancos escolares, pois nas escolas existentes forjavam-se “[...] a rotina e o servilismo que mais tarde definem-se [sic] nos atos públicos e nos fatos sociais e políticos”²⁴⁶.

Entre os capixabas a repercussão sobre o “ensino primário científico” defendido pelos jornais liberais capixabas foi negativa. Em editorial, a *Província do Espírito Santo* explicou o motivo dessa resistência por parte da população. Os “calafrios” sentidos por muita gente só de ouvir falar a respeito do novo método de ensino fundamentavam-se no medo de assistirem à derrocada das “[...] imunidades do passado, o passado! Esse legado precioso de nossos avós que devemos zelar com usura, porque eles, os nossos antepassados, sabiam mais do que nós [...]”²⁴⁷. De acordo com Moniz Freire e Cleto Nunes, a nova proposta de ensino soava mal aos ouvidos “[...] da maior parte de nossos contemporâneos, porque vem afastar-se da

²⁴² O HORIZONTE, ano III, n. 30, de 14 de abril de 1882. p. 2.

²⁴³ O HORIZONTE, ano III, n. 31, de 18 de abril de 1882. p. 2.

²⁴⁴ De acordo com Michele de Leão, a Lei Saraiva, como ficou conhecida a reforma eleitoral de 1881, conservou o censo pecuniário prescrito pela Constituição de 1824 e acrescentou duas medidas com implicações excessivamente excludentes: “[...] severidade dos mecanismos de comprovação da renda e a cobrança do saber ler e escrever. O limite de renda de 200 mil-réis não era muito alto. Mas a lei tornou muito rígido o modo de comprovar a renda. Muitos cidadãos com renda o bastante para serem eleitores não votavam por não conseguirem comprovar sua renda ou por não terem disposição de encontrar os meios de prová-la. Porém, onde a lei realmente restringiu o eleitorado foi ao retirar o direito de voto dos analfabetos”. LEÃO, Michele de. Lei Saraiva (1881): se o analfabetismo é um problema, exclui-se o problema. *Aedos Revista do corpo discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS*, n. 11, v. 4, set. 2012. p. 612. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/30737/20890>>. Acesso em: 10 de abril de 2016.

²⁴⁵ O HORIZONTE, ano III, n. 32, de 21 de abril de 1882. p. 2.

²⁴⁶ O HORIZONTE, ano III, n. 34, de 28 de abril de 1882. p. 2.

²⁴⁷ Aqui, implicitamente, vemos uma provocação a Bazílio Carvalho Daemon. Este era um acérrimo defensor das tradições do passado provincial e de sua transmissão às gerações futuras via a prática educacional. A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano I, n. 20, de 30 de abril de 1882. p. 1.

educação estabelecida por nossos maiores, da qual nós não temos o direito de riscar uma linha [...]”²⁴⁸.

A mudança do método de ensino fazia parte de um projeto maior: a reforma moral-social da sociedade espírito-santense. Citando o teórico evolucionista Herbert Spencer, para quem o ensino da ciência era imprescindível na formação de adultos competitivos, os redatores denunciavam a predileção dos capixabas pela ornamentação no lugar da utilidade: “[...] um indivíduo achar-se-á menos envergonhado de, em um salão, ignorar, por exemplo, fazer uma conta trivial de aritmética, do que de não ter um trecho de algum clássico latino para soltar a propósito de qualquer acontecimento [...]”²⁴⁹.

Conforme já assinalamos, o público-alvo das discussões promovidas pelos periódicos capixabas sobre a instrução era o corpo legislativo da Província do Espírito Santo. E os deputados reconheciam o papel da imprensa na interlocução dos negócios públicos da região. Em março de 1882, aprovaram “[...] a entrada no recinto aos representantes dos jornais da capital para assistirem às sessões [...]”²⁵⁰.

As fontes mostram que a discussão proposta pela imprensa capixaba sobre a instrução pública alcançou o efeito desejado. Em fins de abril de 1882, os deputados provinciais convidaram um grupo seletivo de indivíduos para discutir o projeto de reforma proposto pelo deputado Eliseu Martins²⁵¹. Entre os escolhidos estavam os redatores dos periódicos produzidos em Vitória, o professorado da Província e “[...] a elite intelectual da capital [...]”²⁵².

Após a apresentação do projeto de Eliseu Martins, os redatores dos jornais liberais, Moniz Freire, Cleto Nunes e Maximino Maia, manifestaram sua opinião em

²⁴⁸ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano I, n. 20, de 30 de abril de 1882. p. 1.

²⁴⁹ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano I, n. 20, de 30 de abril de 1882. p. 1.

²⁵⁰ Para *O Horizonte* isso era fruto, também, da reforma eleitoral de 1881, “[...] porquanto desde que as assembleias fossem unânimes, não podia ter execução essa medida”. O HORIZONTE, ano I, n. 25, de 28 de março de 1882. p. 2.

²⁵¹ O projeto de Eliseu Martins pretendia criar uma escola primária superior, com todos os aperfeiçoamentos adotados nas escolas norte-americanas, “[...] as mais adiantadas do mundo atualmente”. A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano I, n. 20, de 30 de abril de 1882. p. 1. Tornou-se prática comum a administração provincial convidar os redatores dos jornais capixabas para discutir questões da vida pública local. Ainda em 1882 eles foram convidados, juntamente com os comerciantes da capital, pelo presidente Inglês de Souza para debater sobre a navegação direta para a Europa. O HORIZONTE, ano I, n. 65, de 15 de agosto de 1882. p. 3.

²⁵² A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano I, n. 20, de 30 de abril de 1882. p. 1.

editoriais²⁵³. Eles anuíam a respeito das “[...] dificuldades práticas invencíveis que encontraria um plano científico de verdadeiro ensino positivo [...]”²⁵⁴ na Província. Para *O Horizonte* uma reforma desse tipo seria, naquele momento, inoportuna, “[...] atento o estado de mentalidade da população [...]. Assim nos pronunciando, atendemos [...] ao princípio de que *todo progresso prematuro produz anarquia* [...]”²⁵⁵. Asseverava também a necessidade de facilitar a instrução superior à mulher, “[...] não porque ela deve envolver-se [sic] na vida pública [...], mas sim porque tem ela necessidade dessa instrução para desempenho da árdua tarefa que lhe é destinada na sociedade [...]. entregar-se exclusivamente à educação dos filhos [...]”²⁵⁶.

As folhas liberais concordavam, inclusive, a respeito do público a ser abrangido pela reforma da instrução: a massa popular²⁵⁷. Era necessário espalhar o conhecimento pelas camadas sociais, pois, “[...] a ciência, segundo o grande Francis Bacon, é poder [...]”²⁵⁸.

[...] na nossa opinião, o livro e o medicamento devem ser distribuídos gratuitamente por toda a população, sem distinção de classes. [...] E do mesmo modo que o professor vai em auxílio da inteligência que sofre a falta de instrução; assim também, no futuro, o médico que viverá à custa do orçamento do estado irá em auxílio do corpo doente. [...] Já existem bibliotecas públicas onde se faculta a leitura aos que a procuram. [...] porém, ainda não servem a toda população. O indivíduo para frequentá-la é obrigado a trajar-se com certa *elegância*, porque do contrário torna-se o alvo do ridículo dos outros frequentadores [...]”²⁵⁹.

O Horizonte vislumbrava duas alternativas para a promoção da instrução popular: as aulas noturnas e o jornal. As primeiras seriam destinadas a adultos livres e libertos (incluindo os indivíduos encarcerados) e não conflitariam com sua jornada de

²⁵³ Para um estudo detalhado sobre as discussões, na imprensa e na Assembleia Provincial, a respeito das propostas de reforma da instrução pública nas décadas de 1870-1880 (em especial no que tangia à obrigatoriedade do ensino) conferir o artigo de: SCHNEIDER, Omar; NETO, Amarílio Ferreira; ALVARENGA, Jeizibel Alves. A escolarização e a sua obrigatoriedade: debates na província do Espírito Santo (1870-1880). *Educação em Revista*, n. 2, v. 28, jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982012000200009>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2013.

²⁵⁴ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano I, n. 22, de 5 de maio de 1882. p. 1.

²⁵⁵ O HORIZONTE, ano III, n. 38, de 12 de maio de 1882. p. 2.

²⁵⁶ O HORIZONTE, ano III, n. 38, de 12 de maio de 1882. p. 2.

²⁵⁷ O HORIZONTE, ano III, n. 44, de 3 de junho de 1882. p. 3.

²⁵⁸ O HORIZONTE, ano III, n. 44, de 3 de junho de 1882. p. 3.

²⁵⁹ O HORIZONTE, ano III, n. 44, de 03 de junho de 1882. p. 3.

trabalho²⁶⁰. Ao periódico, esse “livro do povo”, caberia a edição de uma seção específica para esse público, chamada Instrução Popular, em que seriam abordadas algumas “[...] noções científicas de fatos que presencia-se [sic], cotidianamente e que, no entanto, ignora-se as causas por que são produzidos”²⁶¹.

O projeto de Eliseu Martins não foi aprovado pela Assembleia Legislativa Provincial. Porém, Moniz Freire, Cleto Nunes e Maximino Maia ficaram satisfeitos com a reforma levada a cabo pelo presidente Herculano Inglês de Souza, intelectual positivista. Ele propôs aos deputados provinciais a adoção do método para ensino infantil *João de Deus* segundo os preceitos da filosofia positiva. Para a implantação do projeto, Inglês de Souza contratou Antônio da Silva Jardim, professor da Escola Normal de São Paulo, com quem ele e Moniz Freire tinham amizade que remontava aos tempos da faculdade de Direito²⁶².

Uma série de conferências foi realizada por Silva Jardim na capital da Província apresentando o novo método de ensino²⁶³. Participaram desses encontros membros do professorado de Vitória e do interior, autoridades públicas e “[...] pessoas estranhas à docência”²⁶⁴. Se os jornais liberais estavam contentes com a vinda de Silva Jardim, a folha conservadora, por seu turno, considerava inconveniente a reforma proposta por Inglês de Souza.

A crítica de Bazílio Carvalho Daemon fundamentava-se na situação financeira da Província, que iniciou a década de 1880 com uma dívida estimada em mais de 200\$000:000 (duzentos contos de réis). Os gastos com a contratação de Antônio da Silva Jardim, bem como com o deslocamento do professorado do interior para as conferências realizadas em Vitória, oneravam em demasia o cofre provincial em um momento de grave crise econômica vivida pelos espírito-santenses.

A província deve duzentos e tantos contos (isto é segredo, pois não se sabe ao certo o *quantum* da dívida) [...]; é quando o Sr. Inglês, o

²⁶⁰ No caso dos indivíduos presos as aulas ocorreriam numa das salas da cadeia.

²⁶¹ O HORISONTE, ano III, n. 44, de 03 de junho de 1882. p. 3. De fato, *O Horizonte* iniciou a partir de então a publicação periódica da seção Instrução Livre abordando assuntos diversos, como marés, botânica, atividade da matéria e filosofia positiva, por exemplo.

²⁶² Durante sua vida estudantil, Moniz Freire escreveu artigos para o jornal *O Liberal*, de São Paulo, redigido por Herculano Inglês de Souza. Atuava na redação e revisão desse mesmo jornal Silva Jardim. SANTOS, Estilague Ferreira dos. 2012. p. 170.

²⁶³ Os jornais *O Horizonte* e *a Província do Espírito Santo* publicaram editoriais e transcrições das conferências de Silva Jardim realizadas no Colégio Nossa Senhora da Penha.

²⁶⁴ O HORISONTE, ano III, n. 49, de 21 de junho de 1882. p. 3.

econômico por excelência, lembra-se de mandar vir o conspícuo e inteligente Sr. Silva Jardim para ensinar o método *João de Deus*, mediante, segundo dizem, 1:000\$000 mensais e ainda de todas as localidades da província os professores públicos para assistirem às preleções do Sr. Jardim, a fim de aprenderem o método *João de Deus*. [...] Ainda mais, devendo a província e promovendo um empréstimo, em bem da economia dos cofres provinciais tem de pagar as despesas de viagem por mar e por terra, feita por esses professores, pois que eles não tem obrigação de as pagar²⁶⁵.

Além disso, durante o período das conferências, que durou pouco mais de um mês, os alunos do interior não tiveram aula, dado que seus professores viajaram para Vitória. Algumas escolas de freguesias afastadas tiveram, inclusive, de ser fechadas nesse interstício. Daemon previa prejuízos aos alunos nos exames marcados para o final do ano. As críticas ao projeto modernizador do presidente Inglês de Souza ocuparam também a seção *Folhetim do Espírito-Santense*. A cada edição de *Prosa a cacete* fazia-se um arrazoado sobre os fatos ocorridos na Província recentemente, em especial os da capital. As conferências de Silva Jardim foram citadas mais de uma vez. A ironia marcava o tom da narrativa.

De acordo com esse folhetim, os professores primários estavam em Vitória já há algum tempo para um congresso que visava muni-los de armas contra os velhos sistemas de ensino. Com uma figura de linguagem, Bazílio Daemon declarava que a iniciativa, contudo, seria inócua: “[...] a arma modernamente introduzida será nas mãos de muitos deles, com raríssimas exceções, o mesmo que um revólver na mão de um indígena, que não conhece o seu uso [...]”²⁶⁶. O redator do *Espírito-Santense* temia que esses voluntários do novo método acabassem por completo com a instrução primária da Província, “[...] reduzindo as escolas a lugar de gracejos e os alunos a imitadores de gatos nos seus amoladores a...i...á...i [...]”²⁶⁷. Para ele, o método *João de Deus* seria logo esquecido e “[...] continuarão todos os professores a ensinar meninos pelo sistema até hoje admitido, porque foi tudo feito para Inglês ver”²⁶⁸.

É preciso salientar que a crítica feita pela folha conservadora não se destinava ao conferencista, Silva Jardim. O alvo de seus editoriais e da *Prosa a cacete* era o presidente da Província, Herculano Inglês de Souza. O fundamento da censura era

²⁶⁵ ESPÍRITO-SANTENSE, ano XII, n. 54, de 9 de julho de 1882. p. 1.

²⁶⁶ ESPÍRITO-SANTENSE, ano XII, n. 58, de 23 de julho de 1882. p. 1.

²⁶⁷ ESPÍRITO-SANTENSE, ano XII, n. 58, de 23 de julho de 1882. p. 1.

²⁶⁸ ESPÍRITO-SANTENSE, ano XII, n. 59, de 27 de julho de 1882. p. 1-2.

o frágil quadro econômico vivido pelos espírito-santenses nos idos de 1880. A dívida provincial, estimada em mais de 200 contos de réis²⁶⁹, e o não cumprimento dos compromissos financeiros firmados pelo governo provincial há pelo menos um ano e meio (deixando, inclusive, de pagar os ordenados de parte dos servidores públicos) impeliam o presidente a decidir pela contratação de um empréstimo²⁷⁰. Mas, para Bazílio Carvalho Daemon, expoente da oposição conservadora em Vitória, a solução mais viável seria diminuir os gastos públicos:

[...] dispense-se o pessoal superabundante das repartições; parte do professorado primeiro dos centros, que não tendo as habilitações necessárias e nem exames em concurso, ainda para mais concludente base não tem em suas aulas os alunos requeridos pela lei; a diminuição de despesa do gás, a supressão de ajudas de custo e outras mais despesas [...]²⁷¹.

A *Província do Espírito-Santo* e *O Horizonte*, em contrário, apoiavam a decisão de Inglês de Souza a respeito do empréstimo. Os redatores da *Província* ridicularizavam os editoriais do *Espírito-Santense* sobre o assunto: “[...] o empréstimo é uma loucura, o comércio prospera, a lavoura enfuna os panos, o serviço público vai a velas e a Província... está contente (coitada!) a ouvir falar no seu futuro brilhante, grandioso [...]”²⁷². Afirmavam Moniz Freire e Cleto Nunes que a solução proposta pela folha conservadora, de redução dos gastos públicos, incluindo a folha de pagamento da administração, seria útil “[...] somente para fugir aos déficits futuros. E a dívida já liquidada? E os funcionários públicos que formigam como credores da Província? E as empresas? [...]”²⁷³.

O Horizonte chamava a atenção dos jornalistas da Província para a importantíssima função que eles desempenhavam na gestão dos negócios públicos da região: dialogar com a Assembleia Legislativa. No caso específico daquela crise financeira, era preciso pressioná-la para decretar “[...] uma lei que autorize a administração a contrair [...] o empréstimo da quantia necessária para que suas finanças fiquem

²⁶⁹ “Segundo cálculos do Tesouro Provincial a dívida que se liquidará no fim do exercício [de 1882], além da que já se conhece pelos dados, será de 60 contos, vindo assim a montar toda ela a 290 contos. Dando que se arrecadem uns 40 contos, o nosso passivo será aproximadamente no fim do exercício de 250 a 260 contos”. A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano I, n. 24, de 10 de maio de 1882. p. 2.

²⁷⁰ ESPÍRITO-SANTENSE, ano XII, n. 54, de 9 de julho de 1882. p. 1.

²⁷¹ ESPÍRITO-SANTENSE, ano XII, n. 35, de 4 de maio de 1882. p. 1.

²⁷² A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano I, n. 24, de 10 de maio de 1882. p. 1.

²⁷³ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano I, n. 24, de 10 de maio de 1882. p. 1.

colocadas em condições regulares [...]”²⁷⁴. Maximino Teixeira Maia deixou entrever que alguns deputados defendiam a procrastinação da quitação dos débitos da administração pública, o que, para ele, era o mesmo que calote. Para Teixeira Maia, “[...] pagar a meia dúzia de felizes, escolhidos ao paladar da ocasião, e adiar por um e mais anos, a satisfação de compromissos [...] contraídos com os credores da Província, será [...] o requinte da iniquidade e da imoralidade [...]”²⁷⁵.

Pelo menos em um ponto os jornais conservadores e liberais concordavam: a saída dessa grave crise financeira passava, inexoravelmente, pelo desenvolvimento mercantil da Província por meio da construção de vias de comunicação que ligassem os diversos municípios do Espírito Santo e este a outros torrões do Império. Essas vias seriam as estradas de ferro²⁷⁶. Para as folhas liberais, o empréstimo possibilitaria à administração provincial quitar as dívidas e trabalhar em prol do progresso econômico da região.

Em carta publicada na seção *Tribuna Livre* da *Província do Espírito Santo*, José Joaquim Pessanha Póvoa chamou a atenção do presidente Herculano Inglês de Souza a respeito dos maus augúrios previstos para essa porção do território brasileiro que, sentenciada “[...] a ser pouco feliz; a viver privada de uma boa rede de viação fluvial, marítima e terrestre”, estaria “[também] condenada a avançar pouco, por falta de braços, dinheiro a juros módicos e de uma estrada de ferro [...]”²⁷⁷.

Embora, “há dezenas de anos”²⁷⁸, várias concessões já tivessem sido feitas a particulares para construção de vias férreas no Espírito Santo, ele foi a 15ª província brasileira a possuir uma malha ferroviária²⁷⁹. Esse atraso foi objeto de insistidas

²⁷⁴ O HORIZONTE, ano III, n. 36, de 5 de maio de 1882. p. 2.

²⁷⁵ O HORIZONTE, ano III, n. 36, de 5 de maio de 1882. p. 2.

²⁷⁶ A *Província do Espírito Santo* e a *Folha da Victoria* (a partir de 1884) defenderam com igual vigor o estabelecimento da navegação direta concentrada no porto da capital, Vitória.

²⁷⁷ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano I, n. 37, de 9 de junho de 1882. p. 1.

²⁷⁸ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano IV, n. 824, de 23 de junho de 1885. p. 2.

²⁷⁹ “O primeiro governante a expor o pensamento ferroviarista no Espírito Santo foi Francisco Ferreira Correia, em 1872, tendo como ideia ligar Itapemirim a Vitória, passando por Piúma, Benevente (Anchieta) e Guarapari, [...]. [Em 1873] um contrato foi celebrado [...] para a construção de uma via férrea que ligasse Vitória a Natividade, mais ao noroeste, em território mineiro. Porém, em 1877 caducou a concessão [...] devido a um desentendimento entre os engenheiros contratantes [...]. Em 1881, uma nova concessão foi realizada para a firma Waring Brothers, mas acabou não prosperando. Também no início da década de 1880, o governo deferiu um requerimento de concessão de privilégio para a construção de duas vias férreas: uma ligando Vitória a Cachoeiro de Itapemirim [...] e a outra, dessa cidade [Rio Pardo] até Duas Barras, com um ramal para Alegre e outro para Castelo. [...] Como

críticas contra o governo imperial feitas pelos jornalistas capixabas dos anos 1880. No caso da suspensão da concessão de construção da ferrovia Vitória-Natividade com a firma Waring Brothers²⁸⁰, por exemplo, o *Espírito-Santense* responsabilizou, além do imperador, o deputado geral pela Província, Leopoldo Cunha, o presidente Inglês de Souza e o chefe do partido Liberal, Alpheu Monjardim. Para Bazílio Daemon, esses indivíduos foram coniventes com a solução imposta pela administração central de retirar esse importante melhoramento para a região²⁸¹.

O problema do progresso material da Província do Espírito Santo produzia consequências políticas ruins. A sua representatividade política na Câmara de Deputados e no Senado era diretamente proporcional a sua importância econômica na balança financeira imperial. A máxima “[...] só uma estrada de ferro para Minas Gerais será capaz de fazer-nos progredir [...]” era, portanto, fundada²⁸². Era uma “via ampla de progresso”²⁸³. Porém, para além da falta de caminhos que ligassem todos os cantões da Província e ela a outras regiões brasileiras, era forçoso reconhecer a responsabilidade dos espírito-santenses nesse quadro econômico deplorável.

Acreditavam os redatores da *Província* que a sobrevivência de formas econômicas de subsistência absolutamente incapazes de gerar um progresso sólido devia-se, também, ao caráter da população da Província. Para Moniz Freire e Cleto Nunes, havia aqui um “[...] desamor pelo trabalho [...]”²⁸⁴.

[...] as terras aí estão incultas, o vale do Rio Doce tão decantado como o depositário de riquezas inexauríveis, aí dorme descuidado como um grande banquete antes da chegada dos convivas; as matas da Província, tão perdulárias na ostentação das madeiras mais estimadas, raramente são exploradas por filhos e moradores dela,

última tentativa para realizar tal projeto, o governo estadual incorporou a ferrovia no ano de 1893, sob o nome “Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo”. Insucessos à parte, o trecho entre Cachoeiro de Itapemirim e Duas Barras acabou saindo do papel às vésperas do golpe republicano de 1889. [...] a construção durou menos de dois anos, com início em janeiro de 1886 e término em setembro de 1887”. QUINTÃO, Leandro do Carmo. *A interiorização da capital pela estrada de ferro sul do Espírito Santo*. [Dissertação de Mestrado] Vitória: PPGHIS/UFES, 2008. p. 76-78. Outro trabalho de referência no estudo dos caminhos de ferro no Espírito Santo é o de SANTOS, Estilique Ferreira dos. *Vias de comunicação, conquista territorial e colonização estrangeira no Espírito Santo do séc. XIX: a gênese do pensamento político capixaba*. In: *DIMENSÕES – Revista de História da UFES*. n.17. Vitória: Centro de Ciências Humanas e Naturais – UFES, 2005. p. 47-68.

²⁸⁰ Natividade corresponde à atual região de Aimorés, na divisa com o Estado de Minas Gerais.

²⁸¹ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano I, n. 40, de 16 de junho de 1882. p. 1.

²⁸² A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano I, n. 42, de 21 de junho de 1882. p. 1.

²⁸³ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano I, n. 42, de 21 de junho de 1882. p. 1.

²⁸⁴ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano I, n. 42, de 21 de junho de 1882. p. 1.

que sujeitam-se [sic] assim negligentemente à espoliação dos estranhos; nenhuma indústria, nenhum prelúdio de iniciativa para prover e servir ao próprio interesse pessoal. [...]”²⁸⁵.

Apesar da facilidade de comunicação com as regiões do interior e com a própria Corte, proporcionada pelas “[...] distâncias menos consideráveis e porque contamos [com] um bom número de rios navegáveis [...]”²⁸⁶, não se difundiu entre os espírito-santenses, de modo geral, um espírito “[...] de empresa lavoureira que devia irremediavelmente germinar o espírito de associação para cada vez mais melhorar os meios de transporte [...]”²⁸⁷. Seria isso resultado da falta de recursos pecuniários e de trabalhadores? Certo que sim. Todavia, para a *Província do Espírito Santo*, mais importante do que esses fatores era a falta de iniciativa dos habitantes dessa porção do Império: “[...] a facilidade do sustento, de encontrar meios para comprar as comodidades mais rudimentares da vida, todos estes recursos, enfim, [...] são as causas principalmente germinadoras deste estacionamento [...]”²⁸⁸.

No que tangia aos aspectos geográficos que obstaculizavam o progresso econômico local, os redatores da *Província* citavam, de modo veemente, a aproximação do Espírito Santo com a Corte. O escoamento da produção de diversas zonas espírito-santenses pelo porto do Rio de Janeiro promovia uma dispersão do comércio de compras e vendas, que também era feito diretamente por aquela praça comercial. Além de impedir a consolidação da autonomia provincial, essa situação impedia também o acúmulo de capitais, afrouxava a solidariedade (quase já inexistente) e a convergência dos municípios e impedia a criação de um centro importador e exportador, capitalizado em Vitória²⁸⁹.

É nítida, portanto, a defesa, por parte de Moniz Freire e Cleto Nunes Pereira, de um projeto reformista para a Província, especialmente no que tocava à função que sua capital deveria exercer em relação às regiões produtoras do Espírito Santo. Era preciso transformar Vitória em um grande centro comercial e tornar seu porto o único por onde fosse escoada a produção.

²⁸⁵ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano I, n. 42, de 21 de junho de 1882. p. 1.

²⁸⁶ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano I, n. 43, de 23 de junho de 1882. p. 1.

²⁸⁷ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano I, n. 43, de 23 de junho de 1882. p. 1.

²⁸⁸ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano I, n. 43, de 23 de junho de 1882. p. 1.

²⁸⁹ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano I, n. 43, de 23 de junho de 1882. p. 1.

A navegação direta espontânea e a construção de linhas férreas configuravam-se, assim, meios indispensáveis para a concretização desse plano de desenvolvimento regional²⁹⁰. Concordamos com o pesquisador Estilaque Ferreira dos Santos a respeito da importância política do jornal de Moniz e Cleto ao longo dos anos 1880 na Província e fora dela. Em suas páginas construiu-se um verdadeiro ideal desenvolvimentista, chamado de “projeto capixaba”, pautado “[...] na afirmação da capitalidade e da centralidade da cidade de Vitória (e de seu arrabalde da ‘Capichaba’)”²⁹¹.

De acordo com Estilaque Ferreira dos Santos, a oposição de Moniz Freire ao governo central e, por conseguinte, à própria monarquia, remontava ao ostracismo político vivido por sua família, ocorrido em 1868, com a derrubada do gabinete liberal Zacarias de Góis e com a ascensão dos conservadores²⁹². Seus escritos publicados na *Província* permitem inferir uma forte crítica ao regime vigente, ainda que ele fosse membro do partido Liberal, pois o projeto por ele encampado de desenvolvimento do Espírito Santo e, especialmente, de sua capital, se apresentava incompatível com a preservação do Império.

Isso fica ainda mais evidente nas sete cartas que Moniz Freire escreveu ao imperador D. Pedro II em 1885, publicadas em seu periódico, abordando o “[...] desamor dos estadistas e legisladores brasileiros pela prosperidade desta zona do Império [...]”²⁹³. Para ele, as pequenas províncias, “[...] devido à influência nula que elas exerciam na trama e nos conluios políticos [...]”²⁹⁴, eram tratadas com indiferença pelo governo²⁹⁵. Nossa assertiva é corroborada por Affonso Cláudio, amigo de longa data de Moniz Freire.

²⁹⁰ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano I, n. 43, de 23 de junho de 1882. p. 1. Leandro do Carmo Quintão chama esse plano de “afirmação provincial”. QUINTÃO, Leandro do Carmo. [mimeo]. p. 147.

²⁹¹ SANTOS, Estilaque Ferreira dos. 2012. p. 177.

²⁹² SANTOS, Estilaque Ferreira dos. 2012. p. 176.

²⁹³ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano IV, n. 802, de 24 de maio de 1885. p. 2.

²⁹⁴ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano IV, n. 802, de 24 de maio de 1885. p. 2.

²⁹⁵ Nessa carta, Moniz Freire estendeu sua franca crítica ao governo imperial e também ao senador pelo Espírito Santo, Cristiano Ottoni, que “[...] tão notável pelos seus méritos como pela sua inservibilidade à terra que o constituiu seu mandatário S. Ex. que já se tem mais de uma vez declarado senador por Minas, não se lembrou que nesse assunto [navegação do Rio Doce] os interesses da terra natal ligam-se de muito perto aos da província [do Espírito Santo]”. A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano IV, n. 802, de 24 de maio de 1885. p. 2. A eleição de Ottoni realizada em 1878 provocou uma cisão no partido Liberal da Província. Os liberais do sul pretendiam formar uma lista triplíce com nomes de “capichabas” a fim de que, finalmente, fosse um “filho da terra” eleito para

Para Cláudio, a publicação dessas missivas custou a Moniz Freire, “[...] é verdade, a suspeita de infeccionar o partido liberal a que então pertencia, com ideias que não se acomodavam ao programa, por demasiado *livres* e a preterição até 1889 na escolha para a deputação geral [...]”²⁹⁶. Todavia, a despeito disso, Moniz Freire preferiu “[...] manter as *inconveniências* que lhe exprobravam, a trair a causa que pleiteava [...]”²⁹⁷. Affonso Cláudio assegurava que “[...] as ideias do publicista pareceram aos próceres do *liberalismo* tocadas de exagerado republicanism e punham em sítio as chamadas – *conveniências políticas* [...]”²⁹⁸.

O Espírito Santo sofria múltiplas desconsiderações por parte do governo central, sendo considerado uma “[...] filha espúria da comunhão brasileira, [...] esquecida zona, [...] um agregado social parasitário, sustentado pelas sobras de nossos comensais, [...] pretendendo ainda obter o sangue de outras artérias [...]”²⁹⁹. Em sua última carta, Moniz Freire esclareceu ao imperador que os espírito-santenses perdoariam o Estado pelo “adiamento a que nos condenou”, citando a suspensão da construção da via férrea Vitória-Natividade. “Mas não pode perdoar quem sofre diariamente a humilhação e traga o amargo das desilusões sem um vislumbre de esperança”³⁰⁰. E como a Província era vista pelo governo imperial como um “[...]”

o Senado. O Ministro Sinimbu interferiu no pleito junto aos liberais de Vitória, indicando o nome de Cristiano Ottoni. Após ranhidas articulações políticas, trocas de cartas e publicações na imprensa capixaba, na da região de Itapemirim e na Corte, a chapa liberal foi composta por dois provincianos e por Cristiano. Os liberais venceram o escrutínio, não sendo o candidato mineiro o mais votado. Porém, foi ele o escolhido para ingressar naquela ilustre assembleia. Para um estudo pormenorizado das disputas intrapartidárias referentes a esse episódio, conferir o trabalho de BANK, Geert Arent. *Dilemas e símbolos: estudos sobre a cultura política do Espírito Santo*. 2 ed. ampl. Vitória: Edufes, 2011. p. 37-66.

²⁹⁶ CLÁUDIO, Affonso. 1981. p. 274 e 281.

²⁹⁷ CLÁUDIO, Affonso. 1981. p. 274 e 281.

²⁹⁸ Uma declaração feita pelo próprio Moniz Freire ratificou essa afirmação de seu amigo Affonso Cláudio. Nove anos após o golpe republicano, ele disse nunca ter sido monarquista. “Eu não fui, porém, dos sonhadores de qualquer República ideal [...]. Tive a honra de militar no partido liberal do Império, embora nunca houvesse sido monarquista; e de o não ser sempre fiz praça, tendo reiteradas vezes pela imprensa, desde a Academia, explicado a aparente incoerência de, não o sendo, achar-me filiado a uma facção que ao Monarca servia, pela convicção de que os regimes políticos só se mudam com a transformação das ideias, e antes de fazermos um lastro profundo de instituições liberais, devidamente acabadas no sentimento público, a passagem revolucionária da Monarquia para a República deixar-nos-ia no mesmo ponto de partida”. FREIRE, Muniz. *O voto secreto*. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert Ltda, 1961. p. 70.

²⁹⁹ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano IV, n. 816, de 12 de junho de 1885. p. 2.

³⁰⁰ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano IV, n. 824, de 23 de junho de 1885. p. 2.

pedinte de suprimentos do tesouro [...]”³⁰¹, podemos suspeitar que, de fato, não haveria perdão³⁰².

Tendo em vista como funcionavam as engrenagens do jogo político no regime monárquico, em que o poder e as benesses eram quase exclusivamente destinados a grupos das províncias mais poderosas economicamente, era imperioso que o Espírito Santo tomasse alguma atitude para mudar sua situação periférica. Para os proprietários da *Província*, Moniz Freire e Cleto Nunes, a única maneira de se fazer valer seus requerimentos naquele sistema vigente era lançando “[...] as bases de uma política essencialmente provincial, puramente espírito-santense [...]”³⁰³. Era preciso impedir a “[...] assimilação de elementos estranhos à nossa vida autônoma; é chegada a hora de elevar a Província os seus próprios filhos e elevar-se também com eles [...]”³⁰⁴. A bandeira hasteada e, segundo os redatores da *Província*, apoiada até por expoentes da oposição conservadora, era a da emancipação do Espírito Santo.

A publicação dos princípios dessa nova política capitaneada pela *Província* foi acatada pelo partido Liberal do Espírito Santo. Foi, também, comemorada em diversas partes da Província. Francisco Gomes de Azambuja Meirelles, João Aprigio Aguirre e Manoel Goulart de Sousa, liberais, escreveram ao jornal de Moniz Freire e Cleto Nunes Pereira parabenizando os redatores por pugnarem as bases de um regionalismo político. Esse era um desejo antigo dos subscritores da publicação, tendo sido, inclusive, o motivo de sua separação do chefe do partido Liberal, Alpheu Monjardim, em 1878³⁰⁵.

A ideia não era nova e disso faziam questão de lembrar os redatores da *Província do Espírito Santo*. Na verdade, desde meados da década de 1860 ela já era aventada por políticos capixabas, nesse caso, José Marcelino Pereira de Vasconcellos, que defendeu na imprensa sua candidatura à Câmara dos Deputados

³⁰¹ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano IV, n. 816, de 12 de junho de 1885. p. 2.

³⁰² A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano IV, n. 824, de 23 de junho de 1885. p. 2.

³⁰³ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano I, n. 51, de 14 de julho de 1882. p. 1.

³⁰⁴ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano I, n. 51, de 14 de julho de 1882. p. 1.

³⁰⁵ Episódio da escolha de Cristiano Ottoni para compor a lista tríplice do Espírito Santo referente à vaga no Senado. Ver nota de rodapé 295 deste capítulo. A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano I, n. 53, de 19 de julho de 1882. p. 1.

fundamentando-se no critério identitário de ser *capixaba*³⁰⁶. Mas o provincialismo não foi aceito de modo unânime pela imprensa capixaba.

A *Folha da Victoria*, jornal conservador, foi fundada em 1883 por Aristides Braziliiano de Barcellos Freire. Capixaba de nascimento, Barcellos Freire era membro do partido da ordem desde a época em que colaborou na redação do *Espírito-Santense*, em 1870. Desde então, conciliava sua jornada de publicista com a de professor público. Experimentou “[...] o ímpeto das paixões partidárias [...]”, tendo sido eleito deputado provincial em 1876.

Na imprensa, seus editoriais demonstram ter sido Aristides Freire um acérrimo opositor aos redatores da *Província do Espírito Santo*. A respeito do provincialismo propugnado por Moniz Freire e Cleto Nunes, a *Folha da Victoria* declarava que isso não passava de uma farsa³⁰⁷. Era uma “[...] política de *conveniência pessoal* que os colegas d’A *Província* estão colorindo como *provincial* [...]”³⁰⁸. Para o proprietário da *Folha*, a ideia não se sustentava, pois desde “[...] longa data o partido liberal sustenta candidatos estranhos à província, contra justas e cabíveis aspirações de coprovincianos distintos [...]”³⁰⁹.

Permeados de uma retórica irônica, os editoriais de Aristides Freire debochavam dos artigos assinados por Moniz Freire e Cleto Nunes, que mais pareciam pregões. No caso do primeiro redator da *Província*, Aristides acrescentou a crítica de que ele “[...] não se cansa de julgar ao molde de um deputado geral e até conselheiro d’Estado?”³¹⁰. Para a *Folha da Victoria*, valia mais um deputado com “[...] verdadeira ilustração [e] mérito real [...]”, do que um que não reunisse esses atributos, porém

³⁰⁶ Conferir a discussão a esse respeito realizada no capítulo IV desta tese. Em 1878, o provincialismo voltou à ordem do dia pela ocasião da eleição senatorial. As discussões sobre esse pleito, realizadas na imprensa da capital e também na da região sul da Província, pretenderam deslegitimar a candidatura do mineiro Cristiano Ottoni pelo Espírito Santo. As ideias provincialistas encontraram eco, positivo, também no jornal conservador *Espírito-Santense* e passaram a ser utilizadas por Daemon na defesa de candidatos *filhos da terra*: “[...] Que serviços pode prestar a uma província aquele que nela não nasceu, não tem interesses, nem se acha ligado por laços de família? Nenhum, visto que, sem interesses diretos com a província que o *elegeu*, ou por outra a quem foi *imposto*, estando seguro por 4 anos, pouco se lhe dá que clamem contra o nenhum caso que dela faz. [...] Se um partido tem o indeclinável dever de eleger aqueles que mais serviços prestaram e prestam à causa que defendem, se o fato de ter nascido na província e ter nela prestígio e popularidade recomendam um candidato é indubitável que seria uma ingratidão e até ofensa a não eleição do Sr. Azambuja [...]”. ESPÍRITO-SANTENSE, ano VIII, n. 75, e 31 de agosto de 1878. p. 1.

³⁰⁷ A FOLHA DA VICTORIA, ano II, n° 66, de 21 de fevereiro de 1884. p. 2.

³⁰⁸ A FOLHA DA VICTORIA, ano II, n° 67, de 23 de fevereiro de 1884. p. 1.

³⁰⁹ A FOLHA DA VICTORIA, ano II, n° 67, de 23 de fevereiro de 1884. p. 1.

³¹⁰ A FOLHA DA VICTORIA, ano II, n° 67, de 23 de fevereiro de 1884. p. 1.

fosse *filho da terra*. Essa escolha traria “[...] prejuízo de nossa autonomia, mas que seja bem advogada a nossa causa perante o governo, que há 6 anos não enxerga na câmara os representantes da província do Espírito Santo!”³¹¹

A redação da *Província* defendeu-se das declarações de Aristides Freire. Numa série de cinco editoriais intitulados “Política Provincial”, Moniz Freire e Cleto Nunes rechaçaram a especulação de que eles defendiam um “bairrismo sem expressão”³¹². Afirmavam que a “[...] propaganda de uma política circunscrita a sua vida ativa e particularíssima [...]” não impedia “[...] o concurso de todos quantos, nacionais e estrangeiros, vierem às nossas plagas colaborar pela causa de nosso progresso [...]”³¹³. Porém, entendiam também que o Espírito Santo não devia mais servir como uma “presa espoliável”: “Terra pequena, tida em conta nula pelos governos, olhada indiferentemente pelas suas irmãs brasileiras, o Espírito Santo precisa conspirar contra o menosprezo com que são olhados seus filhos [...]”³¹⁴.

Para os redatores da *Província*, isso era resultado do regime de tutela a que os espírito-santenses foram habituados por longos anos. O direito de exame e de escolha foi postergado, a população desconfiou de seus talentos e assimilou a ideia de que era inferior. A consequência dessa “proteção” foi a eleição de “medalhões” como representantes do Espírito Santo para os altos cargos políticos, que se lembravam da região “[...] somente quando a ocasião se oferece de explorá-la em proveito de seus cálculos [...]” e que viviam na Corte “[...] vida milagrosa, rindo-se provavelmente de nossa ingenuidade e jogando com a posição para garantir o êxito de suas conveniências [...]”³¹⁵.

Diante do exposto, acreditamos que o projeto de afirmação provincial – construído, discutido e defendido na imprensa capixaba na última década do Império – escancarava a situação vexatória vivida pelo Espírito Santo e criticava as regras do jogo político nacional. Esse anseio de desenvolver a região, politicamente e nos moldes capitalistas e industriais, não encontrava guarida no sistema de governo vigente, o que torna plausível propor, portanto, que esse plano de reconstrução

³¹¹ A FOLHA DA VICTORIA, ano II, nº 67, de 23 de fevereiro de 1884. p. 1.

³¹² A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano III, n. 437, de 13 de fevereiro de 1884. p. 2.

³¹³ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano III, n. 437, de 13 de fevereiro de 1884. p. 2.

³¹⁴ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano III, n. 438, de 14 de fevereiro de 1884. p. 2.

³¹⁵ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano III, n. 447, de 24 de fevereiro de 1884. p. 2.

regional contribuiu para a gradativa ruína da legitimidade da monarquia na Província³¹⁶.

5.6 Grandes temas em discussão

Além de tratar de questões pertinentes à vida pública provincial, a tribuna impressa capixaba mostrou-se, também, afinada com os debates políticos travados em nível nacional nos impressos de diversas províncias brasileiras, entre elas São Paulo e a própria Corte imperial. Temas reformistas da agenda liberal das duas últimas décadas do Império foram apreciados pelos jornais capixabas. Entre os assuntos abordados optamos por dois deles que se apresentam imbricados; a questão servil e o trabalho livre.

Na primeira seção deste capítulo, traçamos um panorama do quadro político brasileiro nas décadas compreendidas pela chamada Era das Reformas. A inclusão da questão servil na fala do trono nos anos finais de 1860 reacendeu a discussão sobre a escravidão no país, perdurando, com seus altos e baixos, até a Lei Áurea.

De acordo com Mariana Pícoli, os debates antiescravistas podem ser agrupados em dois movimentos: emancipacionismo e abolicionismo. O primeiro foi predominante no interstício compreendido entre os anos 1869 e 1882³¹⁷. O segundo iniciou-se a partir de 1882, prolongando-se até a extinção da escravidão. O influxo dessa conjuntura política foi sentido no Espírito Santo. A primeira medida antiescravista adotada pelas autoridades provinciais foi a aprovação, entre os anos de 1868/1869, de um fundo de emancipação destinado à manumissão de escravas³¹⁸. Na imprensa capixaba, a discussão a respeito da escravidão foi iniciada pelo *Jornal da Victoria*, liberal, em seu último ano de existência, 1869³¹⁹.

Nos primeiros anos de 1870, o debate sobre a escravidão concentrou-se nos jornais conservadores publicados na capital da Província. O *Correio da Victoria* mostrava-

³¹⁶ Interpretação também apregoada por SANTOS, Estilague Ferreira dos. 2012. p. 141.

³¹⁷ “As medidas governistas confirmaram esta tendência. Embora houvesse alguns gritos isolados, a abolição definitiva da escravidão não era cogitada nem pelos parlamentares liberais, nem pelos conservadores [...]”. PÍCOLI, Mariana de Almeida. 2009. p. 65.

³¹⁸ O fundo provincial era destinado à manumissão de escravas jovens. A lei previa, ainda, a destinação de 12.000\$000 rs para a compra da alforria de escravas entre 12 e 35 anos de idade. PÍCOLI, Mariana de Almeida. 2009. p. 29 e 66.

³¹⁹ Publicou as ações locais do movimento emancipacionista e também reproduziu artigos de jornais de outras províncias a esse respeito.

se contrário à abolição imediata, rechaçando o discurso dos “extremos abolicionistas” divulgado em jornais de outras províncias. Para Aprigio Guilhermino de Jesus³²⁰, redator do *Correio* à época, esses indivíduos bradavam muito, porém, pouco faziam em nome da causa. Era preciso dar publicidade aos “[...] atos de muitos que compenetrando-se [sic], como deve, da importância do assunto, buscam concorrer quanto lhes é possível, não com palavras, sim com fatos, para a realização de tão louvável e humanitária ideia [...]”³²¹. A escravidão deveria ser tomada como *desideratum* de todos os brasileiros e não “deste ou daquele partido político [...]”³²².

O tom moderado de sua retórica pode ser observado também em outro editorial, publicado em junho de 1872. Neste, Aprigio de Jesus afirmava ser necessário agir com previdência e cuidado a fim de “[...] acautelados atravessar com tino esta quadra que nos vai conduzindo a uma época de completa transformação social, pela completa extinção do estado servil [...]”³²³.

Nesse mesmo ano, outro jornal conservador, o *Espírito-Santense*, manifestou-se sobre as práticas de emancipação desenvolvidas na Província. Ele era contrário à Lei nº 30, de 1871, confeccionada pelos deputados provinciais. Esse dispositivo legal estabelecia um fundo no valor de 6:000\$000 réis para a manumissão de escravas. De acordo com o coronel Manoel Coutinho Ribeiro Mascarenhas, aspirante a chefe do partido Conservador na região àquela época e proprietário desse jornal, tratava-se de uma medida inconveniente, pois favorecia a imoralidade:

[...] escravas até então habituadas a viver sob o látigo, só procedendo regularmente em virtude da inspeção que sobre seus atos exercia seu senhor, desnorteiam desde que obtêm a alforria. O sol da liberdade, em vez de ser para elas o astro do trabalho e da morigeração, vem, pelo contrário, aquecer-lhes extraordinariamente o ardente sangue líbico que lhes corre nas veias e destarte vão-se aumentando os prostíbulos onde a moralidade é calcada aos pés pela mais desenfreada lascívia [...]”³²⁴.

³²⁰ Além de redator da folha, Aprigio Guilhermino de Jesus era proprietário de uma loja de fazendas e molhados. SILVEIRA, Godofredo da. *Almanak Administrativo, mercantil, industrial e agrícola da Província do Espírito Santo para o ano de 1889 contendo a compilação das leis provinciais de 1886, 1887 e 1888*. 4º ano. Vitória: Tipografia da *Província do Espírito Santo*, 1889. p. 63.

³²¹ CORREIO DA VICTORIA, ano XXII, n. 16, de 23 de fevereiro de 1870. p. 3.

³²² CORREIO DA VICTORIA, ano XXII, n. 16, de 23 de fevereiro de 1870. p. 3.

³²³ CORREIO DA VICTORIA, ano XXIV, n. 69, de 20 de junho de 1872. p. 2.

³²⁴ ESPÍRITO-SANTENSE, ano II, n. 113, de 3 de agosto de 1872. p. 1.

Numa sociedade marcada por elementos de desordem, o texto aprovado pela Assembleia era fruto de uma atitude precipitada. Antecipando as críticas que receberia pela publicação desse artigo, o coronel Mascarenhas esclarecia aos leitores que não era escravocrata. Sua opinião à referida lei provincial de 1871 era mais uma preocupação com a ordem pública do que ódio à emancipação.

Ele estava cômico de que “[...] tirar para o meio da sociedade germens de desorganização, preceituando que só devem ser alforriadas escravas de 12 a 35 anos de idade, é cometer um erro, cujas consequências não se farão esperar [...]”³²⁵. Para o *Espírito-Santense*, a liberdade não era um direito franqueado a todos os indivíduos submetidos ao jugo do cativo. Ela exigia “requisitos indispensáveis”.

Para apoiar sua assertiva, Mascarenhas citou a Lei do Ventre Livre³²⁶, também de 1871, que libertou somente os filhos nascidos de mães escravas daquela data em diante. Ao contrário da lei provincial, a de 28 de setembro de 1871 só traria benefícios para o país, porquanto “[...] habituados desde sua infância à liberdade, os beneficiados pela lei poderão ser excelentes cidadãos e não constituirão parcelas dessa massa bruta que, a bem do país, deverá ser exportada para uma nova *Libéria*”³²⁷.

Nos anos finais da década de 1870, o movimento emancipacionista capixaba ganhou um novo aliado na imprensa. O jornal *Echo dos Artistas*, de 1878, defensor dos trabalhadores e das causas populares, demonstrou seu apoio à campanha contra a escravidão por meio da publicação de alforrias e franqueando suas páginas a anúncios de ex-escravos.

O abaixo assinado achando-se no gozo de sua liberdade, por seus sacrifícios e por esforços de pessoas, cujos nomes consagrará de indelével em seu coração; vem cientificar aos senhores proprietários que encarrega-se de contratar qualquer obra tendente a sua oficina de pedreiro, prometendo ser solícito no cumprimento das cláusulas dos respectivos contratos, devendo ser procurado à rua da Matriz n°

³²⁵ ESPÍRITO-SANTENSE, ano II, n. 113, de 3 de agosto de 1872. p. 1.

³²⁶ De acordo com Robert Conrad, durante a definição da Lei Rio Branco no Parlamento, jornais de diversas regiões do país manifestaram-se favoravelmente em relação ao projeto. “[...] especialmente os de Espírito Santo e os do interior do Rio de Janeiro se conservaram silenciosos quando o silêncio sobre a questão da escravatura era equivalente à oposição”. CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 117.

³²⁷ Colônia norte-americana situada no continente africano criada durante a primeira metade do século XIX. A intenção era emigrar antigos escravos e negros nascidos livres que residiam em solo estadunidense para a Libéria. ESPÍRITO-SANTENSE, ano II, n. 113, de 3 de agosto de 1872. p. 1.

22 desta cidade. Aproveita a oportunidade para rogar aqueles que lhe são devedores a vir-lhe satisfazer a importância de seus débitos [...]. Cristiano Francisco Ribeiro³²⁸.

Cristiano Francisco Ribeiro, recém-liberto, viu no jornal uma excelente oportunidade para anunciar seus serviços de pedreiro. O alcance da publicação serviria também para, quem sabe, sensibilizar seus devedores a pagarem suas dívidas, pois ele precisava quitar certos compromissos financeiros contraídos para a compra de sua liberdade.

O *Echo* também aceitava cartas particulares de libertos cujo objetivo era denunciar tentativas de reescravização. Eduardo Pinto Leal da Victoria escreveu para o jornal dos artistas a fim de explicar aos capixabas que desde tenra idade foi alforriado por sua senhora, D. Victoria Maria da Conceição, servindo essa declaração àqueles que pretendiam reduzi-lo ao “primitivo estado”. Também informou que na condição de homem livre acompanhava o “[...] movimento político do país, tirando por conclusão que todos os partidos vantagens oferecem para levar-se a efeito a ideia de igualdade, fraternidade e amizade [...]”³²⁹.

Entre os anos de 1879 e 1882, as publicações de cunho antiescravista cessaram quase por completo na imprensa capixaba³³⁰. O mesmo quadro foi verificado nas principais regiões cafeeicultoras do país, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais³³¹. Para Mariana Pícoli, uma das explicações possíveis dessa diminuição de artigos teria sido o “[...] declínio da população escrava nessas províncias, extremamente vinculadas à escravidão. E também a transformação dos discursos antiescravistas, após 1879, [com] maior ênfase na abolição completa e irrestrita”³³².

A partir de março de 1882, as discussões ganharam novo fôlego em Vitória com o início das atividades da *Província do Espírito Santo*, jornal de Moniz Freire e Cleto Nunes. Os dois foram um dos principais idealizadores do movimento abolicionista desenvolvido na capital³³³. A campanha mobilizava-se para persuadir os

³²⁸ O ECHO DOS ARTISTAS, ano I, n. 7, de 13 de janeiro de 1878. p. 2.

³²⁹ O ECHO DOS ARTISTAS, ano I, n. 7, de 13 de janeiro de 1878. p. 2.

³³⁰ Restringiram-se a noticiar alforrias promovidas por proprietários da Província e de fora dela.

³³¹ PÍCOLI, Mariana de Almeida. 2009. p. 81.

³³² O discurso proferido, em 1879, por Jerônimo Sodré na Câmara dos Deputados “[...] acendeu a chama do movimento abolicionista nacional, impulsionando a disseminação das ideias de extinção definitiva da escravidão na imprensa e na tribuna [...]”. PÍCOLI, Mariana de Almeida. 2009. p. 82.

³³³ Consoante Leandro do Carmo Quintão, o movimento abolicionista capixaba capitaneado pelo jornal de Moniz Freire e Cleto Nunes teve caráter moderado. “O diálogo era direto entre os editores e

proprietários a alforriarem seus cativos. O estímulo era feito por meio de publicações elogiosas dos nomes dos senhores que concederam cartas de liberdade³³⁴.

A *Província do Espírito Santo* mostrou-se conhecedora das ações do movimento abolicionista desenvolvidas em diversas províncias brasileiras³³⁵. A libertação dos escravos do Ceará, por exemplo, foi exaustivamente explorada por Moniz Freire e Cleto Nunes entre os anos de 1883 e 1884, com a publicação de notas e a reprodução de artigos publicados em jornais daquela província e da Corte.

No contexto da campanha realizada em Vitória, os redatores, além de divulgarem as ações de liberdade e as manumissões concedidas³³⁶, incitavam a população a participar de ações antiescravistas, como o ato de entrega das alforrias³³⁷. Além de moderado, o discurso promovido pela *Província* era, também, legalista.

Em outubro de 1882, Moniz Freire e Cleto Nunes publicaram um artigo particular, escrito por um advogado de Vitória, que denunciava o cumprimento apenas parcial da Lei do Ventre Livre. De acordo com o texto, era garantido ao “[...] ao senhor da mãe, logo que o ingênuo atingisse a idade de oito anos, a opção de seus serviços ou d’uma apólice de 600\$000 por 30 anos a juros de 6% [...]”³³⁸. Só que, na realidade, o governo esquivava-se do pagamento da indenização devida aos proprietários. Para o advogado, querer a liberdade e trabalhar em prol da abolição nesses termos era o mesmo que “[...] fazer barretadas com o chapéu alheio [...]”³³⁹.

os proprietários, a fim de admoestá-los a alforriarem seus escravos. Era um tom tipicamente reformista, paternalista em relação aos escravos, considerados incapazes de agir por conta própria”. QUINTÃO, Leandro do Carmo. 2015. p. 656. É preciso ressaltar, no entanto, que a alcunha “abolicionista” deve ser atribuída com certo cuidado a Moniz Freire. Na edição nº 600, de 1884, a *Província* reproduziu um editorial publicado originalmente no *Arado*, jornal escravista publicado em Vitória por José Joaquim Pessanha Póvoa, que declarava que Moniz não era abolicionista, pois esta designação caracterizava o indivíduo que defendia a extinção do cativo, em sacrifício da propriedade privada, sem direito à indenização. A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano III, n. 600, de 6 de setembro de 1884. p. 2.

³³⁴ PÍCOLI, Mariana de Almeida. 2009. p. 87.

³³⁵ Esse jornal transcreveu publicações de diversos jornais da Corte, de São Paulo e de outras províncias brasileiras. Entre os expoentes da campanha abolicionista, Joaquim Nabuco foi o principal nome citado pela *Província do Espírito Santo*, por meio da reprodução de seus discursos.

³³⁶ A libertação de escravos era divulgada em pequenos artigos intitulados: “Ave, Libertas!”, “Manumissões”, “Fastos da Redenção”, “Festa da liberdade”, “É digno de imitar-se”, “Em prol da redenção”, entre outros.

³³⁷ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano I, n. 22 de 9 de agosto de 1882, p. 2.

³³⁸ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano I, n. 88, de 8 de outubro de 1882. p. 3.

³³⁹ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano I, n. 88, de 8 de outubro de 1882. p. 3.

O autor saía em defesa dos direitos dos proprietários para não “[...] ferir os interesses da lavoura, da riqueza pública e particular, jogando no abismo tantos capitais empenhados [...]”³⁴⁰. Na verdade, defendia uma reforma nos costumes antes de proclamada a extinção da escravidão na Província. Mostrava-se imperiosa a formulação de “[...] uma lei de criadagem que garanta o serviço doméstico [...]”³⁴¹.

O raciocínio era simples. Na condição de libertos, os ex-escravos engrossariam as fileiras dos trabalhadores não qualificados existentes no Espírito Santo. Provavelmente buscariam trabalhar com serviços domésticos, dada a familiaridade com essa atividade durante os anos de cativo. Porém, seriam péssimos trabalhadores, “[...] vadios, ociosos, indolentes e esquecidos de sua atividade humana [...]”, porque para “[...] nossos libertados o trabalho é sinônimo de escravidão e não uma necessidade congênita ao ser humano; [...] só se julgavam obrigados ao trabalho enquanto eram escravos [...]”³⁴². Daí a urgência da elaboração da “[...] lei de locação de serviços que garanta o lavrador, [da] lei de criadagem que garanta o lar doméstico, [da reforma dos] costumes [...] e todos sejam obrigados ao trabalho pelo próprio bem”³⁴³.

A moderação não era posição unânime entre os jornais da cidade de Vitória. O *Baluarte*³⁴⁴, órgão do povo³⁴⁵, foi fundado em 1882 e trabalhou para que o Brasil fizesse “[...] desaparecer a máscara horrível do escravo que ainda existe em seu seio, este legado bárbaro de seus colonizadores [...]”³⁴⁶. Não levantava bandeira partidária, mas sim a da causa abolicionista por convicção.

Na verdade, um de seus redatores, Francisco Tibúrcio de Oliveira³⁴⁷, declarou na imprensa capixaba, em 1884, que suas ideias não encontravam guarida nos partidos políticos então existentes, Conservador e Liberal; “[...] meu partido político

³⁴⁰ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano I, n. 88, de 8 de outubro de 1882. p. 3.

³⁴¹ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano I, n. 88, de 8 de outubro de 1882. p. 3.

³⁴² A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano I, n. 88, de 8 de outubro de 1882. p. 3.

³⁴³ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano I, n. 88, de 8 de outubro de 1882. p. 3.

³⁴⁴ Para os redatores contemporâneos à publicação do *Baluarte* tratava-se um jornal anticlerical. A FOLHA DA VICTORIA, ano VIII, n° 705, de 4 de maio de 1890. p.2.

³⁴⁵ Intitulou-se órgão do povo a partir da 10ª edição publicada.

³⁴⁶ PEREIRA, Heráclito Amâncio. 1926. p. 44.

³⁴⁷ Natural do Ceará. Quando residiu na Corte colaborou ativamente nas redações do *Diário Fluminense* e *Gazeta Popular*. Na Província do Espírito Santo escreveu para os jornais *Espírito-Santense* e *A Folha da Victoria*. A FOLHA DA VICTORIA, ano VIII, n° 705, de 4 de maio de 1890. p.2.

ainda não existe; mas logo que ele surja e designe em suas fileiras o meu lugar, eu saberei ocupá-lo”³⁴⁸. De acordo com seus apontamentos, as divisas por ele apregoadas aproximavam-se daquelas difundidas pela propaganda republicana na Corte.

O outro redator do *Baluarte*, Amâncio Pinto Pereira, era capixaba. As informações sobre seu nascimento são obscuras, conforme declarou Affonso Cláudio³⁴⁹. Sabe-se apenas que se tratava de um mulato. A ausência de dados sugere uma origem popular. Em sua vida profissional, atuou como professor e como redator de diversos jornais de Vitória e foi eleito deputado provincial³⁵⁰.

Para os redatores do *Baluarte*, a escravidão era considerada um “[...] crime imperdoável para quem o tolera e consente! [...] elemento de retrogradação para os problemas altamente sociológicos atinentes ao aperfeiçoamento dos nossos costumes”³⁵¹. Exatamente por suas consequências nefastas à sociedade, a escravidão deveria ser tratada como um problema social, e não como uma questão política. Ao contrário da *Província*, o *Baluarte* defendia a abolição imediata para dar fim às “[...] cenas de barbarismo de que é vítima o mísero escravo! Não desejamos mais ver as suas nádegas retalhadas pelo azorrague, cauterizadas com milho de cal e pimenta! Isso nos irrita o ódio e provoca-nos à revolta!”³⁵²

O *Baluarte* declarou-se contrário à publicação impressa na *Província do Espírito Santo*, assinada por um advogado residente na capital. Para o jornal de Amâncio e Tibúrcio, o autor da carta tornou-se cúmplice desse mercado nefasto de almas quando afirmou ser a abolição uma questão secundária para a região, dado que a reforma nos costumes e a elaboração de uma lei de locação de serviços deveriam vir antes da extinção do cativo.

³⁴⁸ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano III, nº 672, de 2 de dezembro de 1884. p. 3.

³⁴⁹ CLÁUDIO, Affonso. 1981. p. 379. Assim também se posicionaram Aristides Barcellos Freire, professor de Amâncio Pinto Pereira no Ateneu, e Léa Carvalho Ferreira, em seu livro *A Casa Paterna*. RÉBOLI, Aliny Valle. Amâncio Pereira – um representante da elite mulata capixaba. [Relatório de IC] Vitória: UFES, 2006. p. 5.

³⁵⁰ De acordo com Aliny Valle Réboli ele colaborou na redação dos jornais *Gazeta da Vitória*, *Gazeta de Itapemirim*, *Pyrilampo*, *Comércio do Espírito Santo*, *Echo da Lavoura*, *Autonomista*, *A Tribuna*, *Jornal Oficial*, *Diário da Manhã*, *Nova Senda*, *Regeneração*, *O Meteoro*, *O Semanal*, *O Lidador*, *O Combate*, *Alvorada*, *A Ordem*, e na revista humorística *O Olho*. RÉBOLI, Aliny Valle. 2006. p. 5.

³⁵¹ O BALUARTE, ano I, n. 7, de 14 de outubro de 1882, p. 1

³⁵² O BALUARTE, ano I, n. 7, de 14 de outubro de 1882, p. 1-2.

Amâncio Pinto Pereira e Tibúrcio de Oliveira discordaram da tese de que “[...] o escravo de hoje – cidadão d’amanhã – no livre exercício do direito que lhe assiste mudando da condição escrava para a livre, cometa excesso, desrespeitando a sociedade [...]”³⁵³. Justificavam seu posicionamento afirmando que o organismo do cativo era o mesmo que o de um indivíduo livre, portanto, não lhe era inata a indolência. Assim, o exercício da liberdade não era incompatível aos negros.

A defesa da abolição era explícita também nas produções literárias impressas no *Baluarte*. Na edição comemorativa da independência brasileira, de 7 de setembro de 1882, Amâncio Pereira publicou uma poesia de sua autoria, intitulada “O Escravo”, convidando a mocidade capixaba a entoar o canto abolicionista.

Cantai mocidade, cantai sempre do horizonte o seu clarão;
detestando do mundo a entidade que comercia com a pobre
escravidão. [...] Arrancai de seus pulsos as algemas; que lhe impõe o
dever de cativo, que no belo fulgir de linda estrela, lhe acena a
sorrir porvir fagueiro. [...] Dai-lhe “Pátria, Poder”, dai-lhe
“Igualdade”³⁵⁴.

A *Folha da Victoria*, jornal conservador de Aristides Braziliiano de Barcellos Freire, também participou avidamente da campanha abolicionista realizada na capital da Província do Espírito Santo. Seu envolvimento fundamentou-se em dois pilares: publicação de editoriais antiescravistas e denúncia de castigos infligidos a escravos.

Em outubro de 1883, Braziliiano Freire publicou um artigo em sua folha denunciando uma “cena de barbaridade” ocorrida numa das ruas da cidade de Vitória. Na tarde do dia 23 daquele mês, uma escrava, chamada Salustrina, foi brutalmente espancada por seu senhor, Domingos Gomes Barroso.

Infeliz escrava Salustrina [...] foi ainda desta vez a mártir da agressão
de bárbaros senhores que, quais hienas, pareciam estrangular entre
as mãos a pobre e inerte infeliz, que a princípio invocando a
proteção dos moradores daquela rua com gritos de compungir os
corações brandos, foi abafada a sua voz para não despertar mais a
atenção do povo que se aglomerava [...]”³⁵⁵.

Esse comportamento reprovado pelo redator era uma prática recorrente dos senhores de Salustrina, que pouco tempo antes já havia sido castigada em público em outra rua da capital. A publicação da *Folha* revelou ter sido o castigo do dia 23

³⁵³ O BALUARTE, ano I, n. 7, de 14 de outubro de 1882, p. 2.

³⁵⁴ O BALUARTE, ano I, n. 2, de 7 de setembro de 1882. p. 4.

³⁵⁵ A FOLHA DA VICTORIA, ano I, n. 32, de 25 de outubro de 1883. p. 3.

presenciado por mais de 50 pessoas. Aristides Freire repugnava a prática dos castigos severos por serem incompatíveis com a conjuntura da época “[...] quando por toda a parte vemos surgirem com força poderosa os elementos constitutivos de liberdade – que não de certamente causar abalo profundo no organismo da nossa vida social!”³⁵⁶ A *Folha da Victoria* levantava-se para “[...] defender o oprimido e verberar os opressores [...]”³⁵⁷.

Os artigos em tom reprovador publicados pela *Folha da Victoria* repercutiram entre os proprietários de escravos ao ponto de o proprietário do periódico escrever um novo texto esclarecendo contra o que lutava:

[...] a barbaridade de verdugos, que, dando pasto ao instinto feroz, riem-se quando esses desgraçados, entre lágrimas e soluços arrancam gritos de dor, invocando a piedade contra o rigor do azorrague que dilacera-lhe [sic] as carnes por faltas leves. [...] Quem ignora os castigos que se infligem por falsa suposição de empenhos particulares em favor da liberdade por parte dos escravos mal vistos por bárbaros senhores?³⁵⁸

Os boatos que corriam a cidade de Vitória e o interior da Província informavam que Aristides Freire pretendia “[...] levar a desordem e a anarquia às senzalas, concitando os escravos a uma insurreição [...]”³⁵⁹. O redator contestou esses rumores. Afirmava que era defensor da ordem e que não pregava “[...] doutrinas contrárias à propriedade do cidadão no sentido da abolição ampla [...]”³⁶⁰. Sua luta em favor da emancipação escudava-se “[...] nos favores que a lei concede ao escravo com parte liberta, ou matriculado com nome suposto [...]”³⁶¹. Aí identificamos outra atividade encampada pelo professor Freire na luta abolicionista: patrocinava cativos em ações de liberdade.

Ao que parece, o esclarecimento publicado por Aristides Freire na *Folha* não minou a desconfiança que senhores de escravos começaram a nutrir contra ele. De acordo com relatos da época, esse periódico era repudiado no interior da Província, “[...] onde o elemento escravocrata não tolerava que um órgão conservador, embora

³⁵⁶ A FOLHA DA VICTORIA, ano I, n. 32, de 25 de outubro de 1883. p. 3.

³⁵⁷ A FOLHA DA VICTORIA, ano I, n. 32, de 25 de outubro de 1883. p. 3.

³⁵⁸ A FOLHA DA VICTORIA, ano I, n. 73, de 20 de março de 1884. p. 1.

³⁵⁹ A FOLHA DA VICTORIA, ano I, n. 73, de 20 de março de 1884. p. 1.

³⁶⁰ A FOLHA DA VICTORIA, ano I, n. 73, de 20 de março de 1884. p. 1.

³⁶¹ A FOLHA DA VICTORIA, ano I, n. 73, de 20 de março de 1884. p. 1.

distante, fosse extremado abolicionista [...]”³⁶². Várias vezes os exemplares da *Folha da Victoria* foram devolvidos para o escritório da redação. A repulsa por parte dos proprietários motivou até mesmo episódios de agressão física contra colaboradores da redação, entre eles Adrião Nunes Pereira, um comerciante da capital. Ao que tudo indica, o próprio Aristides Freire esteve ameaçado de morte por “[...] braços assassinos, armas homicidas, [que queriam] de si tirar um desforço pelas acusações que tem feito a sua imprensa [...]”³⁶³.

A análise dos jornais mostrou que o movimento abolicionista desenvolvido na cena impressa capixaba contou com a participação, ainda que tímida, do público feminino. Adelina Lírio de Castro, professora primária, compositora de peças musicais, pianista e poetisa, iniciou sua vida jornalística em Vitória no início de 1880³⁶⁴. Publicou poesias em jornais variados e sobre temas diversos. Em julho de 1884, envolvida na campanha antiescravista, escreveu uma poesia sobre a extinção da escravidão no Brasil que foi impressa na *Folha da Victoria*, de Aristides Freire:

Vai raiando a meiga aurora aos brados da multidão, a liberdade sacode os ferros da escravidão! Como um sopro divinal se propaga a liberdade, vai caminho do progresso a santa lei da igualdade! [...] Vai desfazer-se o comércio das cenas de escravidão, o brasileiro não pode mercadejar seu irmão! [...]”³⁶⁵

Adelina Lírio associava a escravidão à falta de progresso material e moral vivida pelo país. Subjacente ao seu discurso estava o entendimento de que brancos e negros eram iguais, tanto em termos de organismo vivo quanto de capacidade intelectual. Portanto, era inadmissível escravizar “um irmão”.

Jornais menores e apartidários também se envolveram na campanha abolicionista da capital do Espírito Santo. O *Lucifer*, órgão do povo, era impresso pela tipografia da *Folha da Victoria* e redigido por Antônio do Nascimento e Jacintho Martins da Silveira. Na seção “Vão ser fuzilados”, o novo lidador da causa abolicionista

³⁶² A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano II, n. 354, de 26 de outubro de 1883. p. 2.

³⁶³ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano II, n. 354, de 26 de outubro de 1883. p. 2. Heráclito Amâncio Pereira relatou que, em 1889, Aristides Freire foi agredido na cabeça por um desconhecido. PEREIRA, Heráclito Amâncio. 1926. p. 46.

³⁶⁴ Adelina Lírio de Castro publicou poesias na *Gazeta da Victoria*, na *Província do Espírito Santo*, no *Espírito-Santense* e na *Folha da Victoria*. Seu talento era apreciado por membros da Escola Militar da Corte, como Cunha Werres, conforme poesias de Werres dedicadas à Adelina Lírio e a resposta dela aos seus escritos, ambas publicadas na *Província* entre os meses de agosto e setembro de 1882. A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano I, n. 71, de 30 de agosto de 1882. p. 2.

³⁶⁵ A FOLHA DA VICTORIA, ano II, n.110, de 31 de julho de 1884. p. 2.

publicava uma série de denúncias contra “escravocratas fingidos [...], *abolicionistas* que desfrutavam do mísero escravo o precioso trabalho e sem nunca realizarem o que prometem, [e] Um futuro representante que prometeu libertar no dia 28 de setembro os seus escravos e os conserva ainda em cativeiro [...]”³⁶⁶.

As denúncias de *Lucifer* também eram visíveis em artigos irônicos produzidos pela redação. Na edição de 20 de outubro de 1884, o jornal publicou uma conversa estabelecida entre mestre Pompeu (um negro) e “meu branco”. O diálogo teve como cenário a ladeira da Igreja de São Gonçalo, em Vitória. A construção discursiva do texto (a escolha de personagens comuns do cotidiano da cidade, o local onde o encontro ocorreu e a linguagem oralizada empregada na narrativa) sugere que seu objetivo era apresentar os assuntos mais comentados pela população no dia a dia capixaba. E nos meses finais daquele ano, a abolição estava na boca do povo³⁶⁷.

- Com licença...
- Onde vai mestre já tão cedo, pois quer deixar-me [sic]?
- Vou carregar a peça com um tiro de pólvora, misturada com farinha e bem grande, que assuste quem publicou um anúncio *n’um instrumento de lavrar a terra* – precisando de *moleques* de 11 até 12 anos de idade!
- Muito bem mestre, falou perfeitamente. Depois disso, quando passar com a carroça do asseio pela porta do tal *instrumento* diga-lhe que mande aquele anúncio para outra parte, que no Brasil, segundo a sábia lei de 28 de setembro de 1871, não há mais *moleques* daquela idade³⁶⁸.

No diálogo, mestre Pompeu mostrou-se bastante irritado com um anúncio publicado em jornal da capital solicitando *moleques* para trabalho em lavoura. Ora, de acordo com a Lei do Ventre Livre, de 1871, não existiriam mais cativos com até 12 anos de idade. Isso permite sugerir que, na prática, teria havido resistência por parte de proprietários de escravos em cumprir as determinações da Lei de 28 de setembro daquele ano³⁶⁹. A conversa entre mestre Pompeu e “meu branco” revelou, ainda, que a ideia do abolicionismo expandira-se para além dos círculos letrados da

³⁶⁶ LUCIFER, ano I, n. 3, de 20 de outubro de 1884. p. 4.

³⁶⁷ LUCIFER, ano I, n. 3, de 20 de outubro de 1884. p. 2.

³⁶⁸ LUCIFER, ano I, n. 3, de 20 de outubro de 1884. p. 2.

³⁶⁹ Uma série de cinco artigos publicados pelo padre Francisco Antunes de Siqueira no jornal *Província do Espírito Santo*, em 1888, comprova essa suposição. De acordo com Siqueira, nos idos dos anos 1880 foi até ele um senhor com um bebê nos braços pedindo para registrá-lo como escravo, ao que o padre se recusou com base na Lei do Ventre Livre. O senhor irritou-se com o clérigo perguntando se ele alforriava cativos. Ele, então, teria respondido que não. Só estava cumprindo a legislação. A situação só se resolveu com a chegada de uma autoridade policial, chamada por Siqueira, que corroborou a negativa de registrar o inocente como se escravo fosse. A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VII, n. 1633, de 21 de abril de 1888. p. 3.

sociedade capixaba, impregnando as camadas populares da população, pois “[...] conforme o parecer de muitos médicos, todos os escravos estão sofrendo de *palpitação abolicionista* no coração; moléstia incurável atualmente em toda parte”³⁷⁰.

Nos anos finais da década de 1880, os jornais capixabas intensificaram o discurso abolicionista contra “[...] retrógrados [que] querem sustar a onda... não o podem! É uma loucura esse tentâmen!”³⁷¹ A *Província do Espírito Santo*, em especial, pronunciava-se, também, contra o próprio governo central, que, nomeando um gabinete conservador em 1888³⁷², impediu os liberais de anunciarem o fim da escravidão no país.

A série de três artigos intitulados “O Governo e a Abolição” foi escrita por Moniz Freire à *Província* da cidade de Campinas, para onde ele viajara com a esposa para tratamento da saúde dela. De lá, o redator mostrou-se surpreso com a decisão da Coroa em nomear um gabinete conservador para aprovar uma “[...] reforma tão urgente e instantânea [...]” como a abolição³⁷³. A atitude da princesa regente foi considerada um duro golpe ao partido Liberal, porquanto se tratava de um ponto de pauta bastante defendido pelos liberais ao longo das duas últimas décadas do Império. Nas palavras de Moniz Freire, o presidente do Conselho “[...] nem era um apóstolo da ideia que impusesse o seu nome em ocasião tão melindrosa, nem é um chefe político capaz de conseguir o conagraçamento de seu partido para realizá-la [...]”³⁷⁴.

O redator da *Província* defendia, então, uma tomada de posição por parte do partido Liberal do Espírito Santo no que tangia à abolição. Esse partido deveria “[...] acelerar por todos os meios possíveis a emancipação total. Quando vier a lei a escravidão estará efetivamente extinta e a lei não fará mais do que sancionar o que

³⁷⁰ LUCIFER, ano I, n. 3, de 20 de outubro de 1884. p. 2.

³⁷¹ SIQUEIRA, Francisco Antunes de. 1999. p. 122.

³⁷² Os conservadores voltaram ao poder em 1887 com o ministério de 20 de agosto, chefiado por Cotegipe. A nomeação de um novo gabinete conservador, o de João Alfredo Correa de Oliveira, em 1888, foi decisão da regente Isabel, que apoiava abertamente a causa abolicionista. Seu pai, Pedro II, encontrava-se na Europa para tratamento de saúde. De acordo com José Murilo de Carvalho, “abertas as Câmaras em março, o presidente do conselho, João Alfredo, apresentou um projeto de abolição imediata e sem indenização, constituído de apenas dois artigos. Em cinco dias, ele foi discutido e aprovado na Câmara e no Senado. Era convicção de todos que a abolição já estava feita na prática [...]”. CARVALHO, José Murilo de. 2012. p. 121.

³⁷³ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VII, n. 1618, de 3 de abril de 1888. p. 2.

³⁷⁴ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VII, n. 1618, de 3 de abril de 1888. p. 2.

tiverem feito a propaganda e a coação [...]”³⁷⁵. A estadia na Província de São Paulo mostrou a Moniz Freire que seu torrão natal estava em débito com o patriotismo, “ao passo que todas as outras estão se libertando vertiginosamente, esta não dá o menor sinal de vida. Parece que quererá escolher para si o papel de *último reduto*, sobre o qual vá cair em cheio a lei da abolição”³⁷⁶. Era preciso romper com esse estado de letargia. Os lavradores da região, especialmente os liberais, “[...] não devem esperar que seja o governo conservador quem declare a liberdade de seus escravos”³⁷⁷.

Textos ineditoriais publicados no jornal de Moniz Freire e Cleto Nunes apoiavam esse posicionamento dos redatores. As cartas particulares visavam convencer os proprietários a libertarem espontaneamente seus escravos, pois “[...] aguardar uma lei para desistir do serviço do mísero escravo é ser surdo ao império da razão, às vozes da consciência, aos impulsos do coração [...]”³⁷⁸.

A discussão sobre o fim da escravidão realizada na imprensa de Vitória vinha, quase sempre, atrelada à do trabalho livre e/ou à da imigração estrangeira³⁷⁹. Nos impressos capixabas, esse debate iniciou-se nos primeiros anos de 1870. De acordo com o *Espírito-Santense*, folha conservadora, a Província não almejava a “[...] vinda dos homens literatos da Europa; não é esta imigração que desejamos obter. [...] Venha, pois, trabalhadores ativos, de talento especial à profissão que eles se propõem exercer e de mais a mais morigerados [...]”³⁸⁰.

A imigração estrangeira viria solucionar um duplo problema: a falta de mão de obra causada pela emancipação de escravos e o vazio demográfico das terras devolutas no interior da Província. Por isso não havia interesse em receber europeus literatos, conforme assinalou o jornal conservador. Para Daemon, a imigração para o Espírito Santo não se realizava com intensidade naqueles anos iniciais de 1870 por falta de

³⁷⁵ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VII, n. 1629, de 17 de abril de 1888. p. 2.

³⁷⁶ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VII, n. 1630, de 18 de abril de 1888. p. 2.

³⁷⁷ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VII, n. 1630, de 18 de abril de 1888. p. 2.

³⁷⁸ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VII, n. 1633, de 21 de abril de 1888. p. 3.

³⁷⁹ De acordo com Estilaque Ferreira dos Santos, “[...] os primórdios da colonização estrangeira no Espírito Santo estão associados, não apenas à ampla visão do governo central e de seus representantes locais, os presidentes da província [...] mas também ao interesse específico, certamente acalentado pela nascente elite política e mercantil da antiga vila colonial, no sentido de direcionar a criação dos estabelecimentos coloniais com estrangeiros para o objetivo específico de revitalizar a vida urbana e mercantil da capital [...]”. SANTOS, Estilaque Ferreira dos. 2012. p. 164.

³⁸⁰ ESPÍRITO-SANTENSE, ano II, n. 100, de 11 de maio de 1872. p. 1.

atrativos aos colonos. Comparando o modelo desenvolvido aqui com o dos Estados Unidos, concluiu que a “[...] União Americana, logo ao nascer, foi conhecida na Europa: as vantagens que ela oferecia foram de mil modos patenteadas aos olhos do estrangeiro”³⁸¹. Era preciso, portanto, oferecer condições materiais melhores, capazes de transformar a Província, e o Brasil, em um lugar aprazível aos estrangeiros.

Nos primeiros anos da década seguinte, quando o movimento abolicionista desenvolvia-se a todo vapor, a *Província do Espírito Santo* publicou editoriais sobre o trabalho livre. Neles, defendeu-se a formulação de uma lei, a ser aprovada pelos deputados provinciais, que estimulasse os produtores rurais a adotarem trabalhadores assalariados em suas lavouras. O incentivo seria concedido por meio da “[...] isenção do imposto de exportação para todo o café pertencente ao produtor que tiver empregado no serviço agrícola 20 colonos ou cultivadores livres”³⁸². Além disso, garantir-se-ia o transporte gratuito do café desses lavradores pelas estradas da Província.

Para os redatores da *Província*, os proprietários de escravos do Espírito Santo deveriam ter consciência de que a escravidão negra não seria substituída por uma “branca”, formada por imigrantes europeus. Estes só realizariam trabalho remunerado onde encontrassem “[...] grandes vantagens e estas não lhe poderá oferecer a nossa pequena lavoura”³⁸³. E nesse ponto estava a grande diferença entre as lavouras daqui em relação as da Província de São Paulo.

Ali o colono encontra ao chegar uma modesta casinha asseada para sua moradia; são-lhe adiantados os mantimentos necessários para sua subsistência até que ele já tenha dinheiro para dispensar esse adiantamento; tem pasto para um ou dois animais; dá-se-lhe a posse de um hectare de terra para suas plantações [...]³⁸⁴.

À exceção dos municípios de Cachoeiro de Itapemirim, São Mateus (região de Aimorés) e de parte de Santa Leopoldina, a imigração no Espírito Santo não poderia ocorrer nos moldes da desenvolvida em São Paulo. Nas demais regiões da Província, os imigrantes europeus viriam na qualidade de pequenos proprietários de

³⁸¹ ESPÍRITO-SANTENSE ano II, n. 100, de 11 de maio de 1872. p. 1.

³⁸² A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano I, n. 72, de 1º de setembro de 1882. p. 1.

³⁸³ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VII, n. 1630, de 18 de abril de 1888. p. 2.

³⁸⁴ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VII, n. 1630, de 18 de abril de 1888. p. 2.

terras³⁸⁵. Na visão dos redatores Moniz Freire e Cleto Nunes, isso só traria benefícios.

A imigração vai nos servir nos pontos em que a grande propriedade puder garantir-lhe as compensações que encontra em S. Paulo e, principalmente, nos territórios extensíssimos e ferozes da província onde possamos propagar o sistema da pequena propriedade de que tantos benefícios nos hão colmado às nossas magníficas colônias [...]³⁸⁶.

Assim, os proprietários de escravos deveriam se acostumar com a ideia de conservar em suas terras os trabalhadores já existentes, isto é, seus escravos, porém, lhes dando “[...] liberdade incondicional com a fixação de salário módico desde já [...]”. Essa medida já era adotada por produtores de São Paulo. Durante sua visita a essa província, Moniz Freire observou que nas fazendas paulistas “[...] os escravos que ainda figuram nas matrículas o são apenas nominalmente, porque de há tempos começaram a vencer salários e estão na convicção de já serem homens livres [...]”³⁸⁷.

Em concomitância à campanha antiescravista desenvolvida na imprensa capixaba durante as duas últimas décadas do Império, ocorreram as discussões sobre a propaganda republicana na Província. Vale ressaltar que o movimento republicano fincou sua base no Espírito Santo na região sul, em Cachoeiro de Itapemirim, em 1887, quando foi criado por Bernardo Horta e Antonio Aguirre o primeiro clube defensor das ideias republicanas³⁸⁸.

Na capital da Província, diferentemente da cidade de Cachoeiro, o republicanismo não teve jornais que propugnassem suas ideias³⁸⁹. A justificativa, para Affonso Cláudio, baseava-se no fato de as populações das cidades serem, geralmente, “[...]

³⁸⁵ Para um estudo específico sobre o tema “imigração” no jornal de Moniz Freire e Cleto Nunes, conferir a dissertação de BARROS, Thiago Zanetti de. *Imigração estrangeira no jornal A Província do Espírito Santo (1882/1889)*. [Dissertação de Mestrado] Vitória: PPGHIS/UFES, 2007.

³⁸⁶ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VII, n. 1630, de 18 de abril de 1888. p. 2.

³⁸⁷ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VII, n. 1630, de 18 de abril de 1888. p. 2.

³⁸⁸ De acordo com Affonso Cláudio, as ações do movimento republicano concentraram-se no sul da Província. Na capital, “[...] estivemos em movimento desde 1875, isto é, desde que frequentávamos as aulas de estudos secundários [no Ateneu Provincial] até 1883 – data em que publicamos a nossa profissão de fé republicana – inteiramente a sós, lutando contra os partidos monárquicos organizados, pela extinção do elemento servil e pela abolição do trono, sem dispormos de outra cooperação até 1886, que não fosse a nossa palavra na imprensa e nas conferências [...]”. CLÁUDIO, Affonso. 1981. p. 538.

³⁸⁹ Em Cachoeiro de Itapemirim, o periódico *Cachoeirano* assumiu, ostensivamente, a posição de órgão republicano a partir de finais de julho de 1888. CLÁUDIO, Affonso. *História da Propaganda Republicana no Estado do Espírito Santo*. Vitória: Gráfica Espírito Santo, 2002. p. 39-40.

acomodatícias, enquanto que as rurais mais facilmente simpatizam e mais fortemente se impressionam com os surtos renovadores na esfera política³⁹⁰. Isso não quer dizer, por outro lado, que a imprensa capixaba fosse alheia às discussões travadas pelos impressos do sul do Espírito Santo e de outras regiões do Brasil³⁹¹.

Em 1872, por exemplo, o *Espírito-Santense* começou a transcrever artigos de impressos conservadores da Corte que nos mostram o posicionamento do jornal capixaba em relação à propaganda republicana. Pregar ao povo que a república traria ao Brasil “[...] o reinado de todos os possíveis gozos materiais e morais, sem limitação de liberdade nem de direitos, [...] é certamente a mais requintada maldade!”³⁹² Porque no dia em que a “democracia pura”, apregoada pelos republicanos, triunfasse no país, o povo “[...] ficaria milhões de vezes em pior condição do que atualmente o figuram”³⁹³.

Com uma retórica pejorativa, os republicanos eram caracterizados por Bazílio Carvalho Daemon, redator e proprietário do *Espírito-Santense*, como oportunistas políticos³⁹⁴. Estes advogavam a nova forma de governo, a república, “[...] só pelo fato de julgar-se [sic] com o direito de ser o Presidente de tal futrica [...]”³⁹⁵. Eram considerados homens sem verdadeira fé política, porquanto o republicanismo servisse tanto a liberais quanto a conservadores que estivessem insatisfeitos com a situação política de seu partido no país: “[...] República! Viva a república! Não há nada como a república – diziam os homens de um pé no inferno e outro no céu! Feliz achado para os ambiciosos! Grande barca de passagem para um e outro partido!”³⁹⁶ Os republicanos da gema poderiam ser considerados, nesse prisma, liberais por devoção³⁹⁷.

³⁹⁰ SANTOS, Estilque Ferreira dos. 2012. p. 198.

³⁹¹ De acordo com Karulliny Silverol Siqueira Vianna, a inexistência de um partido republicano na Província do Espírito Santo até meados da década de 1880 não significou, por sua vez, ausência de debate republicano: “[...] os contestadores da ordem passaram a discutir as novas ideias políticas em outros espaços, como a maçonaria, o Atheneu Provincial e, sobretudo, as tipografias”. VIANNA, Karulliny Silverol Siqueira. 2014. p. 201.

³⁹² ESPÍRITO-SANTENSE, ano IV, n. 167, de 25 de janeiro de 1873. p. 3.

³⁹³ ESPÍRITO-SANTENSE, ano IV, n. 167, de 25 de janeiro de 1873. p. 3.

³⁹⁴ Para um estudo detido sobre a propaganda antirrepublicana feita pelo *Espírito-Santense* na imprensa capixaba, consultar os trabalhos de Karulliny Silverol Siqueira (2011 e 2014).

³⁹⁵ ESPÍRITO-SANTENSE, ano VI, n. 52, de 29 de abril de 1876. p. 1.

³⁹⁶ ESPÍRITO-SANTENSE, ano VIII, n. 15, de 2 de fevereiro de 1878. p. 1.

³⁹⁷ ESPÍRITO-SANTENSE, ano VIII, n. 21, de 23 de fevereiro de 1878. p. 4.

O discurso antirrepublicano do *Espírito-Santense* também foi a fala apregoada por outra folha conservadora de Vitória nos primeiros anos de 1880, *A Folha da Victoria*. Para o redator Aristides Freire, a república era uma questão de tempo; batia à porta dos brasileiros. Por isso, conclamava aos patriotas que fizessem oposição a essa realidade que se aproximava, preferindo “[...] morrer sob os tormentos da revolução a ceder um passo que venha dar ganho à causa dos opressores [...]”³⁹⁸.

Da mesma forma, identificamos entre os jornais capixabas liberais discussões sobre a propaganda republicana. *A Província do Espírito Santo*, de Moniz Freire e Cleto Nunes, conservou-se, ao menos oficialmente, partidária do regime monárquico durante quase toda a década de 1880³⁹⁹. A república, para eles, era uma farsa, pois “[...] um governo livre inspirado na vontade popular não passa de um chavão”⁴⁰⁰. Entretanto, em 1886, eles deram publicidade a uma crônica política que, em tom elogioso, alertava a população a respeito da inevitabilidade da república⁴⁰¹: “[...] o que queremos, o que desejamos, é que nossa cidade (Vitória) vá-se preparando, que fique bem catita, para receber, com todas as honras soberanas, a excelentíssima Senhora REPÚBLICA, que, por um triz, está a bater-nos a porta”⁴⁰².

Embora não defendesse o regime republicano, a *Província* pugnava pelo federalismo. Em setembro de 1888, publicou editorial em defesa de um requerimento proposto por Moniz Freire na Assembleia Legislativa na qualidade de deputado da minoria liberal. Moniz Freire solicitava que fosse representada aos poderes gerais “[...] a conveniência de ser adotada lei que [...] assegure às províncias todas as franquias e garanta-lhes a maior autonomia na administração de suas riquezas, isolando-as da dependência central [...]”⁴⁰³. O jornal informou que os deputados conservadores votaram contra o requerimento proposto, o que já era esperado.

³⁹⁸ A FOLHA DA VICTORIA, ano II, n. 67, de 23 de fevereiro de 1884. p. 1.

³⁹⁹ Somente nos momentos finais da monarquia foi que o jornal de Moniz Freire e Cleto Nunes aderiu à causa republicana. NOVAES, Maria Stella de. *História do Espírito Santo*. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo. [19-?]. p. 310.

⁴⁰⁰ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO-SANTO, ano I, n. 62, de 9 de agosto de 1882. p. 1.

⁴⁰¹ O *Jornal do Commercio*, impresso na Corte, declarou, em 1883, que a *Província* era órgão republicano. De acordo com *O Horisonte*, essa informação não teria sido questionada pelos redatores Moniz Freire e Cleto Nunes. O HORISONTE, ano IV, n. 11, de 27 de janeiro de 1883. p. 4.

⁴⁰² NOVAES, Maria Stella de. [19-?]. p. 309.

⁴⁰³ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VII, n. 1755, de 21 de setembro de 1888. p. 2.

A *Província* informava aos leitores que a ideia de federação já era ponto quase pacífico entre os liberais e conquistara adesões também fora desse partido. A defesa de autonomia das províncias significava “[...] a integridade da pátria e a unidade da família brasileira [...]”⁴⁰⁴. Considerando as circunstâncias vividas pelo Brasil naquele momento, com o avanço das ideias de república promovido pela “agitação republicana”, a federação tornava-se medida imprescindível para “[...] deter o movimento crescente contra as instituições fundamentais do país, porque restituirá às províncias [...] asfixiadas pelo governo central, a autonomia de que carecem para o seu desenvolvimento e progresso”⁴⁰⁵.

Em dezembro de 1888, o jornal de Moniz Freire e Cleto Nunes envolveu-se numa discussão com *O Cachoeirano*, órgão republicano do sul do Espírito Santo. A folha sulista questionou a atuação dos deputados liberais na Assembleia Provincial daquele ano, de maioria conservadora, no que tangia à aprovação do projeto de orçamento elaborado pelos políticos da situação. De acordo com os republicanos, a minoria liberal deveria ter se negado a aprovar o planejamento financeiro proposto, porquanto previa um aumento de impostos a serem pagos pelos contribuintes.

Para a *Província do Espírito Santo*, no entanto, isso seria negar aos adversários “[...] os créditos e orçamentos que eles tem solicitado ao poder legislativo provincial”⁴⁰⁶. A fé política impelia os liberais a sacrificarem as conveniências partidárias “[...] ao amor que votam a sua província e ao orgulho que sentem de vê-la prosperar pela ação combinada de todas as opiniões”⁴⁰⁷. Moniz Freire e Cleto Nunes concordavam com *O Cachoeirano* que o aumento dos impostos incorreria em sacrifícios aos contribuintes; porém, para a folha capixaba, a adoção dessa medida fazia-se necessária dada a crise vivida pela Província.

Os redatores da *Província* lastimavam que os republicanos espírito-santenses seguissem as pegadas da “[...] velha política local, fazendo questão partidária do que interessa aos destinos da terra natal”⁴⁰⁸. Aconselhavam ao partido Republicano

⁴⁰⁴ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VII, n. 1755, de 21 de setembro de 1888. p. 2.

⁴⁰⁵ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VII, n. 1755, de 21 de setembro de 1888. p. 2.

⁴⁰⁶ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VII, n. 1813, de 30 de novembro de 1888. p. 2.

⁴⁰⁷ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VII, n. 1813, de 30 de novembro de 1888. p. 2.

⁴⁰⁸ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VII, n. 1813, de 30 de novembro de 1888. p. 2.

recém-criado em Cachoeiro de Itapemirim que não bebesse dos mesmos vícios dos partidos políticos que ele pretendia combater.

A análise dessas discussões encampadas pelos jornais capixabas sugere ter existido certo clima favorável à mudança do regime de governo⁴⁰⁹. É verdade que em Vitória o movimento republicano não fincou raízes profundas, como em Itapemirim, Anchieta e Alegre, por exemplo, e salientado por um de seus principais expoentes, Affonso Cláudio⁴¹⁰. Todavia, é preciso lembrar as reiteradas críticas feitas pela imprensa liberal capixaba nos anos 1880, em especial pelo jornal de Moniz Freire e Cleto Nunes, contra o esquecimento do governo central em relação ao Espírito Santo.

As censuras ao imobilismo do regime monárquico, a problematização da situação intelectual, econômica/material e política do Espírito Santo e a discussão afinada com as questões que agitavam a política nacional desse interstício – entre elas a abolição, o trabalho livre e o federalismo – permitem sugerir, assim, que a perda de legitimidade do Império na Província teria ocorrido bem antes da deposição de Pedro II, em 1889⁴¹¹.

5.7 Opinião pública: a emergência de uma noção

Defendemos neste trabalho que a formação da esfera pública de opinião em Vitória ocorreu ao longo da segunda metade do século XIX. Esse período também foi o da emergência da noção opinião pública na imprensa capixaba, que passou a ser exaustivamente empregada em artigos de fundo e em publicações particulares.

A expressão opinião pública é polissêmica e polêmica, conforme destacou Marco Morel⁴¹². Nesta tese, ela é compreendida a partir do viés de modernidade proposto

⁴⁰⁹ SANTOS, Estilague Ferreira dos. 2012. p. 189. Importa salientar a importância que os debates promovidos pelos republicanos da região sul da Província tiveram nesse processo de deslegitimação da monarquia no Espírito Santo nos últimos anos de 1880. Para uma leitura detalhada sobre o movimento republicano, conferir: FREIRE, Mário Aristides. *A república no Espírito Santo*. [Separata da edição da revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, comemorativa do cinquentenário da proclamação da República] Vitória: Oficina da “Vida Capixaba”, 1939; CLÁUDIO, Affonso. 2002; e SANTOS, Estilague Ferreira dos. 2012.

⁴¹⁰ CLÁUDIO, Affonso. 2002

⁴¹¹ SANTOS, Estilague Ferreira dos. 2012. p. 189.

⁴¹² MOREL, Marco. 2005.

por Jürgen Habermas⁴¹³: um recurso para validação de práticas políticas, “[...] um instrumento de debates, referência e fonte de legitimidade política”⁴¹⁴. Trata-se de uma concepção construída historicamente cujos significados devem ser inquiridos. O objetivo desta seção é, assim, descortinar o que os capixabas (publicistas e particulares que escreviam nas folhas) tinham em mente quando utilizavam tal noção⁴¹⁵.

Embora não tenha sido encontrada “[...] qualquer referência ao conceito de opinião pública nos dicionários luso-brasileiros até o final do Oitocentos [...]”, Lúcia Neves afirma que essa expressão já integrava a “língua em sua sabedoria” no Brasil desde os anos finais da década de 1800⁴¹⁶. Na cidade de Vitória, capital da Província do Espírito Santo, esse fenômeno também pode ser observado a partir da leitura dos impressos. Na verdade, ele desenvolveu-se com mais vigor *pari passu* ao processo de consolidação da imprensa como um espaço de discussão e ação política.

Um levantamento quantitativo mostrou que a opinião pública foi citada 906 vezes em publicações impressas com teor político no recorte cronológico de 1850 a 1889. Distribuindo as referências por décadas, temos o seguinte quadro: em 1850, 46 referências; em 1860, 45; em 1870, 196; e em 1880, 619. Esses números revelam ter havido uma disseminação dessa expressão nos jornais capixabas ao longo da segunda metade do Dezenove. Ressalvamos que o índice apurado não representa o total de citações feitas à opinião pública nos periódicos de Vitória, principalmente no que diz respeito aos impressos produzidos nos anos 1860. Dos 22 títulos criados nesse período, recuperamos edições de apenas seis deles, o equivalente a 27,27%. Essa lacuna, por outro lado, não invalida a discussão a respeito da emergência da noção opinião pública na imprensa capixaba como recurso de legitimação de discursos e/ou de práticas políticas.

Se cotejarmos as referências à opinião pública encontradas nos jornais das décadas de 1870 e de 1880, identificaremos que esses foram os anos cruciais para a

⁴¹³ HABERMAS, Jürgen. 2003.

⁴¹⁴ MOREL, Marco. 2005. p. 207.

⁴¹⁵ Não faremos um estudo genealógico e tampouco lexicográfico desta noção. Para o primeiro caso, recomendamos o trabalho de Marco Morel (2005, especialmente capítulo 6) e, quanto ao segundo, sugerimos um texto de Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves sobre opinião pública. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Opinião Pública. In: JÚNIOR, João Féres (Org.) 2009. p. 181-202.

⁴¹⁶ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. 2009. p. 182.

propalação desse conceito, no sentido crítico do termo⁴¹⁷, na imprensa capixaba. As citações triplicaram nesse período, passando de 196 para 619 nos últimos anos do Império. Os primeiros usos dessa expressão em jornais de Vitória, no entanto, remontam à década de 1850, quando publicistas capixabas experimentaram falar de opinião pública em seus editoriais e se preocuparam em caracterizá-la.

Para o *Correio da Victoria*, a opinião pública forjava-se a partir da discussão “[...] pelas bocas grandes e pequenas [...]” dos assuntos de interesse da Província⁴¹⁸. Não devia ser procurada “[...] na vontade dos governos [e] no modo de pensar dos estadistas [...]”. Ela era composta pelo “[...] povo que ainda o menos ilustrado conhece melhor do que ninguém seus interesses [...]”⁴¹⁹. Assim, o conceito abarcava um público diversificado, composto pelo conjunto da população da Província, colocando em um mesmo patamar de importância indivíduos letrados e ágrafos.

O *Correio da Victoria* reconhecia o papel fundamental a ser desempenhado pela imprensa capixaba no processo de formação de uma opinião pública capaz de influir nos negócios públicos da Província. Todavia, para cumprir esse desígnio era preciso enfrentar a resistência da elite política local⁴²⁰:

[...] causa admiração e estranheza que nesta província, onde apenas existe uma tipografia e um só órgão de publicidade, procure-se abafar a voz da imprensa e reduzir o único periódico que temos a ser mero copista de notícias de outros jornais, ou então oficioso turiferário de todos e de tudo, porque a menor censura ofende, o mais leve reparo incomoda, quando não provoca e irrita a delicada suscetibilidade dos nossos concidadãos. Belos e saudosos tempos [o da censura prévia] para quem não deseja ver seus atos conhecidos, seus defeitos descobertos e sua ignorância desmascarada!⁴²¹

Pedro Antônio de Azeredo, proprietário e redator principal do *Correio*, admirava-se que em pleno século XIX, numa capital de província, existisse um movimento político cujo objetivo era calar a imprensa, reduzindo-a “[...] à triste condição de publicar somente anúncios e variedades, em vez de ser o órgão da opinião pública,

⁴¹⁷ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. 2009. p. 193.

⁴¹⁸ CORREIO DA VICTORIA, ano IX, n. 26, de 4 de abril de 1857. p. 3.

⁴¹⁹ CORREIO DA VICTORIA, ano IX, n. 69, de 5 de setembro de 1857. p. 3.

⁴²⁰ Consultar a discussão a esse respeito realizada no capítulo II desta tese.

⁴²¹ CORREIO DA VICTORIA, ano X, n. 8, de 27 de janeiro de 1858. p. 2.

[...] o arauto do progresso, o censor implacável de abusos e injustiças de qualquer agente da autoridade e mesmo dos particulares!”⁴²²

Se o povo era a própria opinião pública, os jornais, por sua vez, eram seu baluarte, seu órgão representante⁴²³. Porém, os redatores estavam impedidos de exercer seu direito constitucional de liberdade de pensamento⁴²⁴. Na Província do Espírito Santo, a imprensa era “[...] tão cercada de processos, de perseguições e de embaraços que lhe dificultam os passos [...]”⁴²⁵.

Aos jornais cabia a direção da opinião pública e a defesa dos interesses do país⁴²⁶. Essa prerrogativa não devia ser monopólio da imprensa da Corte. O jornalismo das províncias também era um expoente de ideias, tendências e aspirações e, por isso, tinha “[...] o direito de se fazer ouvir e de emitir sua opinião com a mesma franqueza com que se tem pronunciado os seus colegas da capital do Império”⁴²⁷. Ele devia ocupar-se das “[...] grandes coisas, dos interesses mais imediatos da sociedade [...]”⁴²⁸, pois o século XIX era o tempo da publicidade; os brasileiros respiravam “o ar livre da vivificadora atmosfera da liberdade de externar sua opinião com relação a qualquer assunto de público interesse [...]”⁴²⁹.

No final da década de 1860, houve uma mudança na concepção do que se entendia por opinião pública. A profusão de jornais criados nesse interregno e a explosão de debates políticos promovidos **na e pela** imprensa capixaba moldaram uma distinção entre opinião pública e opinião popular⁴³⁰. A primeira passou a ser relacionada aos indivíduos com direitos políticos, isto é, de votar e serem votados, porquanto ela se pronunciava “[...] francamente pela boca das urnas”⁴³¹. A segunda, por sua vez, era

⁴²² CORREIO DA VICTORIA, ano X, n. 8, de 27 de janeiro de 1858. p. 2.

⁴²³ CORREIO DA VICTORIA, ano VIII, n. 61, de 9 de agosto de 1856. p. 3.

⁴²⁴ O artigo 179, inciso IV, da Constituição de 1824 determinava que “todos podem comunicar os seus pensamentos, por palavras, escritos, e publicá-los pela Imprensa, sem dependência de censura; contanto que hajam de responder pelos abusos que cometerem no exercício deste Direito, nos casos e pela forma que a Lei determinar”. BRASIL. *Constituição Política do Império do Brazil*, de 25 de março de 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em: 16 de maio de 2016.

⁴²⁵ CORREIO DA VICTORIA, ano X, n. 8, de 27 de janeiro de 1858. p. 2.

⁴²⁶ CORREIO DA VICTORIA, ano XI, n. 25, de 26 de março de 1859. p. 3.

⁴²⁷ CORREIO DA VICTORIA, ano XI, n. 44, de 4 de junho de 1859. p. 2.

⁴²⁸ CORREIO DA VICTORIA, ano XXII, n. 6, de 19 de janeiro de 1870. p. 3.

⁴²⁹ CORREIO DA VICTORIA, ano XXIV, n. 115, de 8 de outubro de 1872. p. 2

⁴³⁰ Para uma relação completa dos títulos criados nesse período, consultar o capítulo IV desta tese.

⁴³¹ CORREIO DA VICTORIA, ano XXI, n. 35, de 5 de maio de 1869. p. 2.

mais “democrática”, pois abrangia o conjunto da população de Vitória e suas discussões, mormente orais, ocorriam no dia a dia dos espaços públicos da cidade.

Para definir qualitativamente a opinião pública, os redatores capixabas dos anos 1870 utilizavam uma retórica dualista em seus artigos. De um lado figurava a “verdadeira opinião pública”, lugar de reflexão; do outro, “[...] as paixões e os desvarios [...]”⁴³². As discussões políticas travadas na imprensa mostraram que os grupos políticos da Província buscavam persuadir a opinião pública e desacreditar seus adversários, pois os impressos constituíam uma arma poderosa de convencimento. Recorriam à narrativa da trajetória dos partidos no poder, no cenário local e nacional, e desconstruíam a imagem de indivíduos de prestígio na vida pública do Espírito Santo: “[...] o *Espírito-Santense* se pretende sufocar a verdade dos fatos, iludir a opinião pública, fabricando escritos para produzir efeito fora do teatro dos acontecimentos”⁴³³.

A opinião pública não era infalível. Forjada nas discussões travadas na esfera pública em desenvolvimento durante a segunda metade do século XIX, ela podia ser enganada por seus órgãos, os jornais, e enveredar-se “[...] pelas ingratas sendas da mentira, do aleive e da calúnia”⁴³⁴. Em outros momentos, ela podia afastar-se da razão⁴³⁵. Mesmo assim, identificamos uma progressiva legitimação da opinião pública na imprensa capixaba das décadas de 1870-1880 enquanto um “juízo que jamais se engana dos homens e das coisas” e um “[...] espírito público que vive e se engrandece pela verdade [...]”⁴³⁶; “[...] a opinião pública, embora desarrazoada as vezes, reveste-se, todavia, de um critério muito suficiente para discernir onde está a lei, onde o direito, onde a verdade e onde o erro”⁴³⁷.

A concepção de opinião pública esboçada ao longo desses anos consolidou uma definição do número: “[...] opinião da maioria dos seus semelhantes [...]”⁴³⁸. Já não se tratava mais da crítica produzida por um grupo restrito de letrados. As discussões promovidas pelos jornais ganhavam outros espaços da cidade, transformando-se

⁴³² CORREIO DA VICTORIA, ano XXII, n. 30, de 20 de abril de 1870. p. 3.

⁴³³ CORREIO DA VICTORIA, ano XXIV, n. 97, de 27 de agosto de 1872. p. 1.

⁴³⁴ CORREIO DA VICTORIA, ano XXIV, n. 101, de 5 de setembro de 1872. p. 2.

⁴³⁵ ESPÍRITO-SANTENSE, ano IV, n. 440, de 29 de outubro de 1874. p. 3.

⁴³⁶ CORREIO DA VICTORIA, ano XXIV, n. 111, de 28 de setembro de 1872. p. 3. ESPÍRITO-SANTENSE, ano III, n. 128, de 3 de outubro de 1872. p. 1.

⁴³⁷ ESPÍRITO-SANTENSE, ano IV, n. 458, de 10 de dezembro de 1874. p. 3.

⁴³⁸ CORREIO DA VICTORIA, ano XXIV, n. 111, de 28 de setembro de 1872. p. 3.

em temas de conversas do cotidiano de Vitória e atingindo um público muito maior⁴³⁹.

É também desse período a primeira menção nos jornais capixabas feita ao “tribunal da opinião pública”, responsável pelo julgamento dos “[...] réus de leso-patriotismo [...]”⁴⁴⁰. Esse “termômetro político” manifestava-se plenamente durante as eleições, momento em que os candidatos (réus) ouviam suas sentenças (aferidas pelos votos recebidos)⁴⁴¹. Esse caráter normativo da opinião pública, transformada em tribunal, era aceito unanimemente por redatores e capixabas que publicavam nos impressos. Falar em seu nome significava realizar uma operação simbólica⁴⁴², e essa expressão deixava o campo do abstrato e passava a ser utilizada como instrumento para intervenção direta na vida pública da Província: “[...] a opinião pública a todos fortalece: aos censores, para acusar no intuito de cumprir um dever; ao censurado, para não agravar-se, confiado na justiça nacional”⁴⁴³.

Daí a importância dos impressos na crítica dos negócios públicos, vez que assumiam várias funções ao mesmo tempo: eram “[...] academia, biblioteca, escola, teatro, templo, praça mercantil, assembleia, tribunal de justiça, secretaria do governo e de ministro, repartição pública, civil e eclesiástica [...]”⁴⁴⁴. Lado a lado figuravam o “tribunal da opinião pública” e a imprensa, essa tribuna universal, sagrada e profana: “[...] o tribunal da opinião pública logo se ocupa de julgar réus: senta-se na cadeira do ministério público a respeitável deusa chamada *Imprensa*, ao lado de Themys⁴⁴⁵ e justiça será feita”⁴⁴⁶. Sua decisão, como a proferida pelos tribunais judiciais, deveria ser sempre respeitada⁴⁴⁷.

A legitimidade do poder político começava, de modo gradativo e interrupto, a se deslocar das autoridades públicas para o “tribunal da opinião pública”. Este *juízo*

⁴³⁹ O HORIZONTE, ano I, n. 38, de 12 de maio de 1882. p. 2.

⁴⁴⁰ ESPÍRITO-SANTENSE, ano II, n. 109, de 14 de julho de 1872. p. 2.

⁴⁴¹ ESPÍRITO-SANTENSE, ano VIII, n. 34, de 10 de abril de 1878. p. 2.

⁴⁴² MOREL, Marco. 2005. p. 210.

⁴⁴³ ESPÍRITO-SANTENSE, ano III, n. 181, de 27 de fevereiro de 1873. p. 1.

⁴⁴⁴ ESPÍRITO-SANTENSE, ano IV, n. 399, de 25 de julho de 1874. p. 2.

⁴⁴⁵ Divindade grega que representa a justiça, a lei e a ordem, protetora dos oprimidos. Na qualidade de deusa das leis eternas, era a segunda das esposas divinas de Zeus, e costumava sentar-se ao lado do seu trono para aconselhá-lo. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=bibliotecaConsultaProdutoBibliotecaSimboloJuristica&pagina=temis>>. Acesso em: 27 de maio de 2016.

⁴⁴⁶ ESPÍRITO-SANTENSE, ano IV, n. 399, de 25 de julho de 1874. p. 4.

⁴⁴⁷ ESPÍRITO-SANTENSE, ano IV, n. 442, de 3 de novembro de 1874. p. 2.

não fazia distinção entre letrados e iletrados, ricos e pobres. Acreditava-se que ele julgava a todos com o mesmo rigor. Era valioso, imparcial e respeitável⁴⁴⁸. Nas palavras de Bazílio Carvalho Daemon, proprietário e redator do *Espírito-Santense*, o certificado de conclusão de um bacharelado, por exemplo, comprovava apenas o nível de estudo de um indivíduo. Seu diploma, por sua vez, era conferido pelo “tribunal de suprema instância”, a opinião pública, que dava “[...] o seu prêmio de distinção, ou o seu voto ao diploma do estudante, reprovando-o”⁴⁴⁹.

Bazílio Daemon defendia o papel pedagógico da imprensa na formação da opinião pública. Na função de guia, os impressos traziam luz e esclarecimentos para o povo. Sem isso o impresso “[...] nem sempre é o mais justo e muitas vezes abusa mesmo da liberdade absoluta, que a falta de tal meio lhe concede”⁴⁵⁰. Lei e opinião pública passaram a ser entendidas pelos jornais capixabas como sinônimos. Desrespeitar uma equivalia fazer o mesmo à outra⁴⁵¹. Esse novo poder em ascensão⁴⁵², a opinião pública, era suscitado e alimentado pelas discussões promovidas pelos impressos⁴⁵³, sua mais potente válvula⁴⁵⁴.

Nos primeiros anos de 1880, a opinião pública voltou a ser ressignificada. À definição do número pacificada pela imprensa capixaba da década anterior, como expressão da vontade da maioria, foram acrescentadas pelo menos mais duas características: a opinião pública era plural e composta, principalmente, por indivíduos com direitos políticos⁴⁵⁵. Os periódicos capixabas desse interstício anuíam sobre a força política dessa opinião, contra a qual eram “[...] inúteis os canhões e as baionetas”⁴⁵⁶. Ela estava “[...] mais sensata, mais sagaz e mais avisada do que quantos prospectos e circulares possam aparecer [...]”⁴⁵⁷, adquirindo

⁴⁴⁸ ESPÍRITO-SANTENSE, ano VII, n. 49, de 7 de agosto de 1877. p. 2.

⁴⁴⁹ ESPÍRITO-SANTENSE, ano V, n. 65, de 1º de junho de 1875. p. 4.

⁴⁵⁰ ESPÍRITO-SANTENSE, ano V, n. 141, de 25 de novembro de 1875. p. 2.

⁴⁵¹ ESPÍRITO-SANTENSE, ano VIII, n. 102, de 4 de dezembro de 1878. p. 1.

⁴⁵² A ACTUALIDADE, ano I, n. 49, de 17 de julho de 1878. p. 4.

⁴⁵³ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano II, n. 359, de 1º de novembro de 1883. p. 4.

⁴⁵⁴ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano II, n. 281, de 29 de julho de 1883. p. 2.

⁴⁵⁵ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano II, n. 313, de 6 de setembro de 1883. p. 2. A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano III, n. 441, de 17 de fevereiro de 1884. p. 2

⁴⁵⁶ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano IV, n. 840, de 14 de julho de 1885. p. 3.

⁴⁵⁷ O HORIZONTE, ano IV, n. 107, de 4 de outubro de 1883. p. 4.

uma experiência que a blindava de ilusões. Isso, por sua vez, tornou o *juízo* da opinião pública inexorável em suas sentenças⁴⁵⁸.

A última década do Império também marcou a coroação dos impressos capixabas na direção da opinião pública emergente. A *Província do Espírito Santo*, folha de Moniz Freire e Cleto Nunes, considerava o jornal “[...] o noviciado do poder, o torneio de todas as inteligências privilegiadas, a mais augusta das tribunas e o rei da opinião pública”⁴⁵⁹. A conjuntura de crise política dos anos finais do Império demandava dos brasileiros e, em especial, dos jornalistas, o desenvolvimento e fortalecimento dessa opinião, de modo a fazer frente à onipotência do governo central⁴⁶⁰.

Os jornais dos anos 1880 revestiram o “tribunal da opinião pública” de uma aura de superioridade em comparação a qualquer outro tribunal e autoridades públicas, incluindo o monarca. Acima desse *juízo* supremo repousava somente a consciência da História, que julgaria criticamente, no futuro, as ações dos indivíduos oitocentistas⁴⁶¹.

Ao final do período estudado, reconhecemos o “triunfo” da opinião pública na esfera pública de opinião desenvolvida em Vitória, dada a consolidação dos debates sobre a vida pública provincial nos impressos e a profusão de jornais criados durante esses anos. De fato, assistimos ao triunfo político da opinião, que num processo progressivo e intermitente, introduziu o reconhecimento da prerrogativa individual de julgar os atos públicos do governo⁴⁶².

Mas isso não implicou, por sua vez, a extinção de outras formas de comunicação⁴⁶³, de circulação das vozes, que também fomentavam as discussões e sociabilidades políticas locais. Os boatos, cochichos, por exemplo, apresentaram-se como ingrediente importante dessa esfera pública em formação.

⁴⁵⁸ O HORIZONTE, ano IV, n. 65, de 19 de junho de 1883. p. 2.

⁴⁵⁹ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano IV, n. 777, de 24 de abril de 1885. p. 3.

⁴⁶⁰ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano V, n. 1056, de 11 de abril de 1886. p. 3.

⁴⁶¹ A FOLHA DA VICTORIA, ano III, n. 251, de 21 de fevereiro de 1886. p. 2.

⁴⁶² REYNIÉ, Dominique. *Le Triomphe de l'opinion publique: l'espace public français du XVI^e au XX^e siècle*. Paris: Éditions Odile Jacob, 1998. p. 14.

⁴⁶³ Encontramos referências de pasquins manuscritos e impressos produzidos na capital da Província do Espírito Santo durante todo o recorte temporal da pesquisa. A título de exemplo, citamos os pasquins confeccionados contra os redatores da *Província do Espírito Santo* em 1886 e colocados embaixo da porta das casas de Vitória e remetidos para o interior via correio. ESPÍRITO-SANTENSE, ano XVI, n. 16, de 24 de fevereiro de 1886. p. 2.

Os rumores eram parte integrante e indissociável da opinião pública⁴⁶⁴. A oralidade constituía-se um fato seminal para a emergência da esfera pública e da própria opinião pública, dada sua função comunicacional, “[...] pelo menos idêntica à do impresso, particularmente num país em que [...] o analfabetismo era estrutural”⁴⁶⁵.

Em hipótese alguma a oralidade perdeu sua importância na sociabilidade política desenvolvida pelos capixabas na segunda metade do século XIX, pois “voz é presença”⁴⁶⁶. Os rumores, reiteradas vezes, forneceram a pauta dos temas a serem discutidos nos editoriais impressos de Vitória. Assim, não era necessário andar “[...] de porta em porta [...]. Bastava referir o boato a dois ou três membros da imprensa, que seria o bastante para o incêndio propagar-se!”⁴⁶⁷

5.8 Conclusão

Ao longo deste capítulo discutimos o processo de consolidação da imprensa capixaba como um espaço de sociabilidade política e de discussão. As discussões travadas **nos** e **pelos** jornais, em conjunto com outros ambientes não institucionalizados de ação política desenvolvidos na segunda metade do Oitocentos⁴⁶⁸, possibilitaram a emergência de uma esfera pública de opinião em Vitória.

Os impressos desempenharam um papel fundamental para a formação dessa esfera pública. Desde meados da década de 1850, os publicistas empenharam-se em transformá-los em *locus* de política, dividindo a prerrogativa de críticos dos negócios públicos com os indivíduos que ocupavam os espaços institucionais de poder: a Câmara Municipal, a Assembleia Legislativa e o Palácio do Governo provincial.

Durante os anos de 1849 a 1889, vimos os jornais atuarem em defesa do desenvolvimento da Província do Espírito Santo, questionando o desempenho de autoridades, dialogando projetos com os deputados provinciais e pressionando

⁴⁶⁴ A ATUALIDADE, ano I, n. 59, de 9 de agosto de 1878. p. 3. A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano III, n. 594, de 30 de agosto de 1884. p. 2.

⁴⁶⁵ Embora o estudo de José Augusto discuta a opinião pública em Portugal, a citação do autor contempla a realidade de analfabetismo vivida pela população brasileira na segunda metade do Oitocentos. ALVES, José Augusto dos Santos. Nos primórdios da opinião pública em Portugal (1780-1820). In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Livros e Impressos: retratos do Setecentos e do Oitocentos*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009. p. 113.

⁴⁶⁶ ALVES, José Augusto dos Santos. 2009. p. 114.

⁴⁶⁷ ESPÍRITO-SANTENSE, ano XIV, n. 1, de 3 de janeiro de 1884. p. 3.

⁴⁶⁸ A respeito desses outros espaços, conferir o capítulo VI desta tese.

governos. Também mostramos como conservadores e liberais, *Masca Aranhas* e *Barrigudos*, relacionavam-se pela imprensa e viam nela uma excelente arma para usar no combate político.

Também participaram dessa arena de discussão outras personagens talvez não tão familiarizadas com o jogo político: professores, estudantes do Ensino Secundário, populares, libertos e mulheres. É verdade que a presença de libertos e mulheres foi bem menos expressiva nos impressos capixabas do que a dos indivíduos envolvidos, em alguma medida, com a elite política capixaba. Ainda assim, isso demonstra que a esfera pública não era exclusiva de uma minoria instruída e provida com mais recursos materiais.

Essa esfera tornou-se legítima crítica da vida política local e nacional. Os debates transformaram a imprensa em espaço efetivamente público, franqueado à discussão, à contestação e à divulgação de opiniões e projetos políticos. Não se pode olvidar, portanto, que a imprensa capixaba dividiu com a Assembleia Legislativa Provincial a prerrogativa de interlocução da política junto aos cidadãos da capital e até junto à população excluída formalmente dos espaços institucionais de poder, como libertos, escravos e mulheres.

CAPÍTULO VI

Geografia das sociabilidades capixabas na segunda metade do Oitocentos

A esfera pública de opinião em desenvolvimento na capital da Província do Espírito Santo durante o segundo quartel do século XIX compreendia, de forma geral, três espaços de sociabilidade: os jornais, as ruas e as associações¹. Tratamos à exaustão nos capítulos anteriores das sociabilidades políticas estabelecidas **na e pela** imprensa capixaba, em que os periódicos foram tomados como instrumento e *locus* de debates. Passamos, agora, a investigar os outros dois elementos constitutivos dessa esfera, que, em conjunto com o primeiro, conformavam uma rede de participação política intermediadora das relações, ora pacíficas, ora conflituosas, dos indivíduos entre si e com o governo local e central.

O fio condutor de nossa análise foram os impressos. Deles extraímos as informações a respeito da política vivida no cotidiano pelos capixabas, pois partimos do pressuposto de que ela se fazia também “[...] enquanto relação social e interpessoal, com (des)afetos e idiossincrasias, medos, raivas e ousadias”². Vale ressaltar que os registros encontrados estão longe de constituir um *corpus* documental denso sobre os espaços de sociabilidade política. Os dados são fragmentários e encontram-se dispersos nas seções de inúmeras edições dos jornais. Não foram localizados, por exemplo, quaisquer fundos específicos de documentação que tratasse dos pedidos de autorização para criação de associações particulares como encontrado por pesquisadores de outras regiões brasileiras³.

As inferências produzidas assemelham-se a uma colcha de retalhos, cujos tecidos, coloridos, foram costurados um a um obedecendo a dois critérios: cronológico e temático. Assim, elegemos alguns espaços e eventos abarcados pela expressão

¹ PAQUOT, Thierry. *L'espace public*. Paris: Éditions La Découverte, 2009. p. 29. De acordo com Angela Alonso a imprensa era “[...] um dos pilares do pequeno espaço público do Brasil oitocentista. O outro eram as associações”. ALONSO, Angela. 2002. p. 281.

² MOREL, Marco. 2005. p. 227.

³ Durante sua pesquisa em nível de Mestrado e Doutorado Luciano da Silva Moreira localizou, no fundo de Presidência da Província de Minas Gerais, documentos atinentes à criação de sociedades particulares e tipografias. Consultar: MOREIRA, Luciano da Silva. 2006 e 2011.

lato sensu “ruas e associações” para inquirir sobre esses outros elementos da esfera pública de opinião. De certo modo voltamos ao ponto de partida desta tese, a capital da Província. No primeiro capítulo apresentamos a cidade, seus dados demográficos, geográficos e econômicos. Neste, realizamos uma geografia das sociabilidades políticas capixabas.

6.1 Sociabilidade e movimento associativo⁴

No século XIX os habitantes de Vitória viviam um cotidiano marcado pela ocorrência de festas, religiosas e profanas, pelos encontros nos espaços públicos da capital, tais como praças, largos e chafarizes, e nos estabelecimentos do comércio local⁵. As celebrações religiosas eram ocasiões bastante aguardadas pela população e configuravam espetáculos concorridos, dado que inúmeras pessoas vinham de freguesias distantes, por canoa ou a cavalo, para participar desses eventos⁶. Ao fim das comemorações em homenagem aos santos (que avançavam a madrugada) a

⁴ Nesta tese optamos por estudar os espaços de sociabilidade formais criados em Vitória no século XIX relacionados à modernidade, “[...] consubstanciada pelas vertentes dos liberalismos, unidos pelo vocabulário das ‘modernas liberdades’ individual e de expressão [...]”, e difundida em um Estado recém-construído, marcada por hibridismos e permanências de antigas formas de congregar. Interessa-nos, portanto, o movimento associativo moderno imbricado às questões sociais e políticas em voga na capital da Província do Espírito Santo durante a segunda metade do Oitocentos. Por isso, não nos detemos nas irmandades religiosas, associação tradicional, em si, mas sim nas sociabilidades formais constituídas a partir delas e compostas por “sócios” e não “irmãos”. A tradição das irmandades religiosas em Vitória refere-se à presença delas no cotidiano da capital da Província do Espírito Santo desde, pelo menos, meados do século XVII. Dentre seus objetivos destacavam-se a manutenção dos templos religiosos e a assistência material aos irmãos para que tivessem uma vida decente no plano terreno e um sepultamento digno. Em Vitória havia uma diversidade de irmandades católicas que acompanhavam a estratificação social então existente na região: a Ordem Terceira do Monte do Carmo, por exemplo, era destinada a uma parcela da população local que ansiava por prestígio social. Faziam parte das Irmandades do Santíssimo Sacramento e da Misericórdia expoentes da elite política provincial (liberais e conservadores). Os indivíduos pobres e escravos, por seu turno, reuniam-se em irmandades reservadas aos homens de cor e nelas forjavam laços de parentesco espiritual e de afinidade, muito úteis tanto na vida quanto na morte. MOREL, Marco. 2005. p. 18. ELTON, Elmo. *Velhos templos de Vitória e outros temas capixabas*. Vitória: Conselho Estadual de Cultura, 1987. p. 52-67.

⁵ Compartilhamos a definição de cotidiano proposta por Norberto Guarinello: tempo concreto de realização das relações sociais e não uma dimensão particular da existência humana. GUARINELLO, Norberto Luiz. Festa, trabalho e cotidiano. In: JANCSÓ, István & KANTOR, Iris. *Festa: cultura & sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: EDUSP/FAPESP/Imprensa Oficial, 2001. v. 2, p. p. 971. Para uma análise das sociabilidades capixabas de 1850 a 1872 consultar BASTOS, Fabíola Martins. 2009 (especialmente capítulo II).

⁶ SIQUEIRA, Francisco Antunes de. 1999.

cidade permanecia em festa com os pagodes e os batuques que movimentavam as ruas capixabas⁷.

Em pesquisa anterior identificamos que na cidade de Vitória, na segunda metade do Oitocentos, não houve um final de semana sequer sem que a capital estivesse em ebulição devido a algum evento religioso ou profano, tal como vésperas de santos, novenas, feiras para angariar recursos para festas, procissões pelas ruas, bailes e pagodes⁸. Essas celebrações dividiam a atenção dos moradores da região com outras práticas de sociabilidade: os jogos e os espetáculos.

Data da década de 1860, aproximadamente, as primeiras menções nas fontes jornalísticas aos estabelecimentos especializados em lazer e em bebidas, a exemplo dos cafés⁹. Esses ambientes configuravam-se espaços potenciais para o exercício das sociabilidades¹⁰. Nas casas de jogos consumiam-se bebidas alcoólicas, aperitivos e petiscos. Os jogos mais populares eram o bilhar, a víspera (uma variação do bingo) e a cosmorama¹¹, tendo sido os dois primeiros destinados exclusivamente ao público masculino.

⁷ Na verdade é difícil precisar a distinção entre as festas religiosas e profanas realizadas em Vitória no Oitocentos, pois era comum nesses eventos a prática inconveniente de libertinagens e pagodes de negros. SIQUEIRA, Francisco Antunes de. 1999. p. 70.

⁸ As publicações relacionavam-se a santos diversos, como Nossa Senhora das Dores, da Conceição, de Santa Catarina, dos Remédios etc. Foram publicadas, ainda, notícias sobre as festas do Convento de Nossa Senhora do Monte do Carmo, da Ordem 3^a da Penitência (ereta no convento franciscano), de Santa Luzia, São Gonçalo, São Miguel, São Sebastião, entre outros. BASTOS, Fabíola Martins. 2009. p. 72-73.

⁹ Em dezembro de 1877 inaugurou em Vitória o Café do Carmo, “ponto de reunião elegante das famílias”. NOVAES, Maria Stella de. [19-?]. p. 273. Em 1888 os capixabas ganharam um novo espaço de sociabilidade, o Café Democrata. A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VII, nº 1634, de 22 de abril de 1888. p. 4.

¹⁰ De acordo com Maria Alexandre Lousada esses espaços de sociabilidade eram “Lugares privilegiados de encontro e da prática de um conjunto diversificado de actividades, a frequência das tabernas e dos cafés é ditada por diferentes categorias de razões, ligadas no essencial ao preço, à qualidade dos géneros servidos, ao ambiente material e a diferentes necessidades que, conjugadas, explicam os vários significados sociais, a geografia e os ritmos horários de frequência”. LOUSADA, Maria Alexandre. A rua, a taberna e o salão: elementos para uma geografia histórica das sociabilidades lisboetas nos finais do Antigo Regime. In: VENTURA, Maria da Graça Mateus (Coord.). *Os espaços de sociabilidade na Íbero-América (sécs. XVI-XIX)*. Lisboa: Ed. Colibri, 2004. p. 108.

¹¹ “No Brasil, tanto panorama, quanto cosmorama designavam, na maioria das vezes, uma caixa ótica simples, que possibilitava a um ou mais espectadores assistirem em seu interior a paisagens e caricaturas, pintadas em vidros e iluminadas por vela ou gás, e potencializadas por espelhos. Outro nome pelo qual ficou conhecido esse divertimento na Corte brasileira foi “marmota”, já que os lanternistas do Velho Mundo, além do aparelho ótico, levavam consigo em suas peregrinações o curioso roedor, só encontrado em regiões frias. No calor dos trópicos, o animal era uma das imagens pitorescas trazidas com os imigrantes que aqui chegavam para encantar os brasileiros com luminescências” SARMIENTO, Guilherme. *Diversões óticas e literárias na Corte Imperial*.

Uma informação comum a quase todos esses espaços de divertimento se refere ao seu horário de funcionamento. Abriam as portas a partir das dezenove horas. Esperava-se o concurso dos indivíduos que retornavam do trabalho e procuravam um pouco de divertimento antes de seguirem para os respectivos lares. Para as famílias com melhor condição social abria-se outro leque de possibilidades de entretenimento: as casas de jogos e de bebidas, já referidas, os salões e peças teatrais. Estas últimas geralmente visavam um público específico, pois os espetáculos cênicos não eram gratuitos: os ingressos variavam de 1\$000 réis a 5\$000 réis. Somente durante as festas religiosas que as peças teatrais eram franqueadas à população como um todo¹².

Foi a partir de 1860, também, que observamos de forma mais consistente a referência ao surgimento de espaços de sociabilidade formal nos jornais pesquisados. Chamamos sociabilidades formais as relações sociais que ocorriam em espaços mais fechados, organizados por meio de estatutos e regulamentos, com a presença de sócios e certo caráter de permanência, além de haver um local fixo destinado aos encontros e às deliberações¹³. Reconhecemos a inexistência de uma fronteira definida entre as práticas formal e informal de sociabilidade e que mesmo os encontros fortuitos do cotidiano não eram desprovidos de regras de comportamento¹⁴. Contudo, incorporamos a classificação formal e informal proposta por Maurice Agulhon para facilitar o levantamento das sociabilidades políticas capixabas identificadas durante o recorte temporal da pesquisa.

Maurice Agulhon preconiza que as sociabilidades formais participam amplamente da gênese da modernidade liberal política e da Democracia. “Não há movimento democrático sem prática de reunião e de associação”¹⁵. Em consonância com Jürgen Habermas, para quem as associações livres são um fenômeno típico da formação da esfera pública¹⁶, Agulhon acrescenta que a prática associativa “[...] é

[Dissertação de Mestrado] Programa de Pós-Graduação em Letras/PUC-Rio: Rio de Janeiro, 2004. p. 92. BASTOS, Fabíola Martins. 2009. p. 89.

¹² BASTOS, Fabíola Martins. 2009. p. 92.

¹³ AGULHON, Maurice. 1987. p. 21.

¹⁴ ESCALERA, Javier. 2000. p. 3.

¹⁵ AGULHON, Maurice, *apud* LEVASSEUR, 1988. p. 12.

¹⁶ HABERMAS, Jürgen. 2003. p. 50-51.

tributária das condições sociais e políticas, jurídicas e culturais [...]” de dada sociedade¹⁷.

As relações desse tipo configuram uma sociabilidade específica, porque “[...] no seio de toda associação existem regras de comportamento e de satisfação da vida comum, que são independentes da finalidade e do objetivo de cada categoria de associação”¹⁸. Interessa-nos investigar, portanto, as mudanças ocorridas nas sociabilidades capixabas oitocentistas, isto é, se é possível constatar a existência de um movimento associativo na capital da Província do Espírito Santo e, no caso de a resposta ser positiva, quando ele atingiu seu desenvolvimento mais significativo.

Conforme asseverou François-Xavier Guerra a emergência de formas de associação voluntária de indivíduos durante o século XIX, alcunhadas por ele de sociabilidade moderna, era indicativo do surgimento de espaços de opinião¹⁹: “A sociabilidade moderna acompanha a invenção do indivíduo, a valorização dos vínculos contratuais, o ideal de igualdade, o reino da opinião, a soberania da coletividade e um ideal de relações humanas pacificadas pela civilidade”²⁰.

O estudo da sociabilidade possibilita investigar a dinâmica da vida política de Vitória, de modo a trazer à luz desta tese a política praticada fora dos ambientes institucionais, isto é, a Assembleia Provincial, a Câmara Municipal e o Palácio do Governo Provincial. No que diz respeito ao surgimento das sociedades fechadas, associações, clubes e grêmios observamos que esse movimento associativo foi o prenúncio do desenvolvimento de uma nova cidade²¹, pois a ele estava atrelado “[...]”

¹⁷ Tradução nossa. AGULHON, Maurice. 1984. p. VIII.

¹⁸ Tradução nossa. AGULHON, Maurice. 1984. p. VIII.

¹⁹ GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001. p. 88.

²⁰ Tradução nossa. GUERRA, François-Xavier. *De la política antigua a la moderna: invenciones, permanências, hibridaciones*. [ponencia presentada em El 19th. International Congress of Historical Sciences]. Norway: University of Oslo, agosto 6-13, 2000. p. 3. Disponível em: <http://www.oslo2000.uio.no/program/papers/s17/s17-guerra.pdf> Acesso em: 7 de maio de 2016.

²¹ Constatação semelhante foi feita por Dalila Müller em sua tese de doutoramento sobre os espaços de sociabilidade da elite pelotense no Oitocentos. MÜLLER, Dalila. “*Feliz a população que tantas diversões e comodidades goza*”: espaços de sociabilidade em Pelotas (1840-1870). [Tese de Doutorado] São Leopoldo/RS: PPGH/UNISINOS, 2010. No caso da capital do Espírito Santo, Vitória, o projeto modernizador foi implementado, ainda no século XIX, durante os primeiros governos estaduais após a proclamação da República. De acordo com Gilton Luís Ferreira as ações previam a construção de uma “[...] via férrea, ligando Vitória a Cachoeiro de Itapemirim, o aparelhamento do Porto de Vitória e a expansão do núcleo urbano da capital com a conclusão do Projeto do Novo Arrabalde. [...] o saneamento e embelezamento da cidade, a racionalização do traçado urbano, o lazer e o bem estar da população. Ou seja, existia a preocupação em empregar os ideais urbanos

a invenção do indivíduo, a valorização dos laços contratuais, o ideal de igualdade, o império da opinião, a soberania da coletividade”²².

Consideramos factível propor que as melhorias promovidas na estrutura urbana da capital ao longo da segunda metade do Oitocentos – criação da praça do mercado e do jardim municipal, reforma de cais e ruas e iluminação a gás²³, entre outros – favoreceram o desenvolvimento das sociabilidades capixabas nos espaços públicos de Vitória e também nas associações. Os encontros e reuniões, os bailes e as *soirées* dançantes poderiam ocorrer também à noite (e geralmente entravam a madrugada) sem a preocupação de reposição de velas para garantir a iluminação dos ambientes.

Diversas associações foram criadas na capital da Província do Espírito Santo ao longo das três últimas décadas do período monárquico²⁴. Algumas tinham a finalidade de proporcionar momentos de lazer aos sócios e seus familiares, a exemplo das sociedades de recreio, dança e música; outras de promover o progresso intelectual e moral da localidade, bem como prestar assistência à população carente e servir de porta-voz de determinada categoria de trabalhadores, tais como as literárias, beneficentes e de classe, respectivamente.

Identificamos, ainda, clubes dramáticos particulares organizados por estatutos e responsáveis pela vida artístico-cultural da cidade juntamente com os clubes

modernos na capital do Espírito Santo, de forma a atender os novos tempos e tendências”. FERREIRA, Gilton Luís. *Um desejo chamado Metrópole: a modernização urbana de Vitória no limiar do século XX*. [Dissertação de Mestrado] Vitória/ES: PPGHIS/UFES, 2009. p. 118.

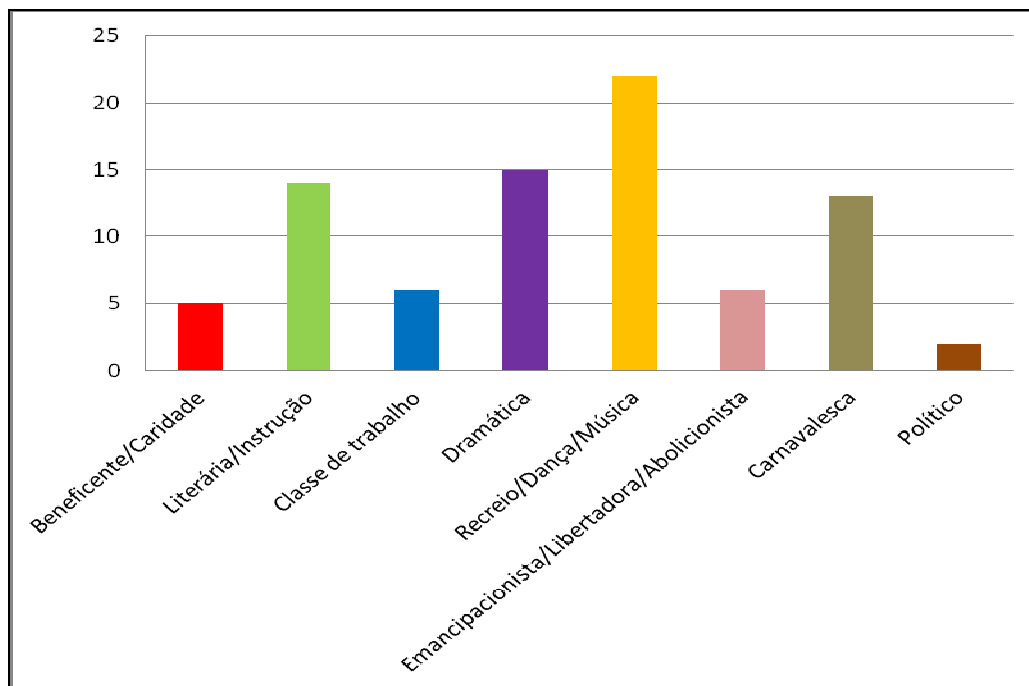
²² GONZÁLEZ, Bernaldo de Quirós Pilar. *Civilidad y Política en los orígenes de La Nación Argentina: las sociabilidades en Buenos Aires, 1829-1862*. 2. Ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008. p. 101.

²³ Consultar discussões a esse respeito na seção 1.2 do primeiro capítulo desta tese.

²⁴ Vale ressaltar que a legislação monárquica não acompanhou o movimento associativo em curso no Brasil desde, pelo menos, os anos pré-independência. Somente em 1891, já no período republicano, foi que a vida associativa foi regulamentada com um parágrafo do Artigo 72, Título IV Dos Cidadãos Brasileiros, Sessão II Declaração dos Direitos, da Constituição da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil: “Art. 72. A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à prosperidade nos termos seguintes: [...] § 8º A todos é lícito associarem-se e reunirem-se livremente e sem armas, não podendo intervir a Polícia, senão para manter a ordem pública”. Isso não quer dizer, porém, que as autoridades públicas desconhecêssem a existência e funcionamento dessas formas sociabilidades formais. No caso das associações criadas na capital da Província do Espírito Santo as publicações dos jornais capixabas mostram que era obrigatório submeter os estatutos à aprovação do chefe de polícia da Comarca de Vitória. BRASIL. *Constituição da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil*, decretada e promulgada pelo Congresso Nacional Constituinte em 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm Acesso em: 30 de junho de 2016.

carnavalescos, além de sociedades envolvidas com a causa abolicionista e clubes políticos²⁵. No gráfico 4 a seguir discriminamos o quantitativo de sociedades criadas e identificadas ao longo do período estudado.

GRÁFICO 4 – Associações criadas em Vitória no período de 1850 a 1889



Fonte: Jornais capixabas publicados entre 1850 e 1889.

Durante a segunda metade do século XIX podemos afirmar que foram fundadas em Vitória, no mínimo, 83 sociedades sob a denominação de clube, associação, grêmio e congresso²⁶. Desse total observamos a preeminência de quatro categorias: as sociedades de recreio/dança/música (22), as dramáticas particulares (15), os clubes literários e de instrução (14) e as carnavalescas (13). Se analisarmos o ano de surgimento de cada uma das 83 identificadas temos que quase 70% delas (69,87%) foi criada ao longo da década de 1880, perfazendo o montante de 57 associações, ao passo que a década de 1850 teve o menor número de ocorrências (apenas duas), seguida pelos anos 1860 (10) e 1870 (14).

²⁵ A denominação “clube político” não abrangeu os partidos políticos organizados na Província a partir da década de 1860.

²⁶ Acreditamos que este número não se refere à totalidade de associações criadas para o período de estudo em Vitória, dada a falta de muitos exemplares de jornais da década de 1860 e ainda a possibilidade de algumas associações não terem sido agraciadas com publicações nos impressos, seja por falta de recursos financeiros para pagamento às tipografias ou por falta de prestígio junto aos redatores das folhas.

Comparando o número de associações criadas na década de 1880 com o de jornais fundados neste mesmo período (23 novos títulos) observamos a existência de uma relação sincrônica entre o movimento associativo e a imprensa capixaba. Interpretamos essa sincronia como um indício da consolidação da esfera pública de opinião em Vitória, cuja manifestação mais embrionária pôde ser remontada aos anos finais de 1850²⁷. A variedade de associações criadas no período estudado indica, também, a complexificação das relações sociais estabelecidas entre os capixabas oitocentistas, visto que “[...] quanto mais as relações interpessoais são numerosas e diversas, mais grupos elas colocam em jogo”²⁸.

Ademais, é possível sugerir uma relação entre o desenvolvimento das sociabilidades formais e o nível de progresso material, moral e intelectual da Província²⁹. De acordo com o jornal capixaba *A Actualidade*, de 1878, a existência de uma biblioteca pública e de associações particulares influenciava no grau de civilização de uma determinada região³⁰. Essa forma de sociabilidade constituía um “[...] valor de progresso, uma virtude pública a ser cultivada [...]”³¹.

A sociabilidade formal, na qualidade de vida associativa, estava vinculada ao que os indivíduos do Oitocentos entendiam por civilização. De acordo com Ana Montóia a Sociologia do século XIX definia a sociabilidade como “[...] próxima do sentido conferido à polidez ou à civilidade, relacionada às experiências urbanas, elogiada como princípio norteador das condutas dos cidadãos e preparando-os, como pretendiam os enciclopedistas, ao exercício da obediência civil”³².

Nessa perspectiva é plausível sugerir, portanto, que os capixabas que participavam de associações acreditavam que o caminho para a civilização perpassava, dentre outros requisitos, pelo desenvolvimento da vida associativa, este signo de

²⁷ Sobre os primeiros passos da imprensa de opinião em Vitória consultar o capítulo IV desta tese.

²⁸ Tradução livre. AGULHON, Maurice. *Le cercle dans La France bourgeoise 1810-1848. Étude d'une mutation de sociabilité. Cahier des Annales*, Paris: Armand Colin, n. 36, 1977. p. 12.

²⁹ De acordo com Maurice Agulhon, para o estudo das sociabilidades na França, a difusão da vida associativa ocorre preferencialmente em centros urbanos. AGULHON, Maurice. 1977. p. 32-34.

³⁰ A ACTUALIDADE, ano I, n° 98, de 10 de novembro de 1878. p. 3.

³¹ AGULHON, Maurice. Introduction: La sociabilité est-elle objet d'Histoire? In: FRANÇOIS, Étienne (Org.). *Sociabilité et Société Bourgeoise en France, en Allemagne et en Suisse, 1750-1850*. Paris: Éditions Recherche sur les Civilisation, 1986. p. 20.

³² MONTÓIA, Ana. Da sociabilidade à solidariedade: as tentativas de definição pela Sociologia do século XIX. *História & Perspectivas*, Uberlândia/MG, n° 14-15, p. 23-35, jan/dez 1996, p. 27.

progresso³³. Os anúncios publicados na imprensa de Vitória indicam que modos de convivência da Corte³⁴ e até mesmo do exterior (França e Portugal)³⁵, eram tomados como modelos de civilização.

Durante o levantamento das informações sobre as sociabilidades formais deparamo-nos com alguns obstáculos. Já mencionamos a dificuldade de encontrar registros do movimento associativo desenvolvido em Vitória, visto que não encontramos documentos (estatutos, regulamentos ou atas de reuniões) nos arquivos consultados. Além disso, é necessário mencionar que as publicações a respeito das associações nos jornais restringiam-se, mormente, a anúncios de reuniões e de eventos por elas promovidos que não mencionavam seu endereço, provavelmente por sua localização ser de conhecimento dos capixabas da época.

Também tivemos bastante dificuldade em identificar os sócios, porquanto foram exceções as sociedades que publicaram listas de adesões nos periódicos de Vitória ou cujos anúncios impressos informavam o nome completo de seus respectivos secretários (em geral a publicação era assinada somente com as iniciais do nome). Os sócios e as sócias identificados nesta tese correspondem àqueles indivíduos que em algum momento de existência das associações compuseram sua administração (diretoria) ou comissões. A data de início e encerramento das atividades desses espaços de sociabilidades formais foi outro problema. Sobre muitos deles sabemos apenas sua data de fundação; acerca de outros temos apenas uma estimativa do tempo de funcionamento; há ainda aqueles sobre os quais supomos o fim da existência a partir do seu desaparecimento nas publicações dos impressos capixabas.

6.2 Soirées dançantes, passeios musicais e espetáculos dramáticos

Das 83 associações capixabas identificamos que 26,50% delas, isto é, 22, enquadravam-se na categoria de sociedades de recreio, dança e música. Essa

³³ GONZÁLEZ, Bernaldo de Quirós Pilar. 2008. p. 251.

³⁴ Sobre as sociabilidades desenvolvidas na Corte imperial consultar o trabalho de PINHO, Wanderley. *Salões e Damas do Segundo Reinado*. 3. Ed. São Paulo: Livraria Martins, 1959.

³⁵ Sobre os hábitos da população da capital de Portugal, Lisboa, considerados “civilizados” pelos capixabas no Oitocentos consultar os trabalhos de LOUSADA, Maria Alexandre. *Espaços de sociabilidade em Lisboa: finais do século XVIII a 1834*. 1995. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Doutorado em Geografia Humana, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1995; e LOUSADA, Maria Alexandre. 2004.

forma associativa foi a primeira manifestação de sociabilidade formal da qual temos notícia em impressos de Vitória. Ela manteve-se popular durante toda a segunda metade do Oitocentos, tendo seu apogeu nos anos 1880, quando foram criadas 14 associações de dança³⁶.

De acordo com Dalila Müller a predileção por sociedades de recreio, dança e música no Brasil do século XIX justificava-se pelo entendimento de que “[...] a criação desses novos espaços representa uma sociedade civilizada e urbanizada, menos atrasada e mais moderna, [...] que é medida pelo grau de desenvolvimento da sociabilidade”³⁷. Além disso, fundar (e participar de) espaços formais de sociabilidade tornava-se um critério de distinção social.

A mais antiga sociedade criada em Vitória foi a *Recreio Victoriense*, da década de 1850. No início ela era composta, estritamente, por famílias que mantinham amizade entre si, porém, conforme as “reuniões familiares” se tornaram conhecidas nos quarteirões da capital decidiu-se formalizar a criação de uma associação de dança e expandir a participação às “boas famílias” residentes na cidade³⁸.

A *Recreio Victoriense* promovia bailes temáticos e patrióticos, a exemplo do dia 2 de dezembro que foi comemorado durante todo o período de funcionamento da sociedade. Neste dia homenageava-se o aniversário natalício de D. Pedro II. No ano de 1857 os preparativos para a partida³⁹ patriótica começaram bem antes do baile em si e envolveram a população dos quarteirões vizinhos. Durante o dia as embarcações atracadas no cais do Porto das Lanchas ganharam bandeiras e à noite iluminaram-se todas as casas. O baile desse dia 2 de dezembro durou até uma hora da madrugada do dia 3⁴⁰.

³⁶ SDP Amor às Artes (1883); A Sociedade de Dança recreio Familiar (1883); Sociedade de Dança recreio Familiar (1883); Sociedade de Dança Simpatia (1884); Club Junção Recreativa (1884); Sociedade Familiar de Dança Arroubos Noturnos (1886); Sociedade de Dança Familiar Recreio Vespertino (1886); Sociedade de Dança Distração da Mocidade (1887); Bailante Treze de Junho (de 1888 e composta só por mulheres); Sociedade Dançante Juvenil (1888); Filhos d’Oriente (1888); Bouquet das Moças (de 1888 com diretoria composta por mulheres) Sociedade de Dança Recreio Familiar Capichaba (de 1889 e composta por analfabetos); e Bouquet das Velhas (1889).

³⁷ MÜLLER, Dalila. 2010. p. 65.

³⁸ CORREIO DA VICTORIA, ano IX, nº 94, de 5 de dezembro de 1857. p. 2.

³⁹ Expressão em voga no Oitocentos para se referir aos bailes dançantes.

⁴⁰ CORREIO DA VICTORIA, ano IX, nº 94, de 5 de dezembro de 1857. p. 2.

As partidas promovidas pela *Recreio Victoriense* eram “[...] animadas e concorridas [...]” e regadas a muita música e danças. Seus sócios estavam atualizados sobre as novidades da “vida de salão” desenvolvida na Corte imperial. Em 1859 os *lanceiros*, “[...] novas quadrilhas muito em voga no Rio [...]”, ganharam tanta popularidade entre os membros que substituíram as “[...] monótonas contradanças francesas [...]”⁴¹.

Na década de 1860 a cidade de Vitória ganhou mais uma sociedade fechada, *Recreio da Mocidade*, destinada à realização de bailes dançantes para o público jovem da capital⁴². Em 1872 temos notícia da existência de outra associação de dança formada quase exclusivamente por mulheres, a *Recreio d’Amizade*. Sobre ela sabemos pouco, apenas que suas sócias ocupavam todas as funções da diretoria (presidência, vice-presidência, tesouraria, secretaria e procuradoria) e que aos homens era facultado o ingresso nos quadros da sociedade, mas lhes era negado o direito de participar das posições administrativas⁴³.

Ainda nos anos 1870 foram fundadas ao menos mais três associações destinadas ao divertimento, sendo uma de dança e duas musicais⁴⁴. A sociedade musical *Bella Harmonia* foi fundada em 1879 e tinha entre seus sócios políticos, intelectuais e comerciantes de Vitória. Alguns deles também perfilavam no quadro de membros de outras sociedades, como a loja maçônica *União e Progresso*: Manoel Pinto Aleixo Netto (professor), Francisco de Lima Escobar Araujo (funcionário público), Ernesto Mendo d’Andrade e Oliveira (médico), Tito da Silva Machado (advogado e deputado provincial), Jacintho Escobar Araújo (proprietário do antigo *Correio da Victoria*), Antonio José de Mattos Lucena (capitão-mor), João Antunes Barbosa Brandão (capitão-mor), João Pereira de Azevedo (professor de música) e João Batista Grijó (comerciante)⁴⁵.

Nas sessões da *Bella Harmonia* de eleição e posse das diretorias os presentes brindavam com um copo d’água e davam vivas aos sócios que mais se destacavam à frente de comissões e de funções administrativas da sociedade. Algumas

⁴¹ CORREIO DA VICTORIA, ano XI, nº 14, de 16 de fevereiro de 1859. p. 3.

⁴² JORNAL DA VICTORIA, ano V, nº 455, de 17 de outubro de 1868. p. 4.

⁴³ CORREIO DA VICTORIA, ano XXIV, nº 78, de 13 de julho de 1872. p. 2.

⁴⁴ *Sociedade Musical 17 de fevereiro e Sociedade de Dança Lembrança da Mocidade*. ESPÍRITO-SANTENSE, ano VIII, nº67, de 3 de agosto de 1878. p. 4.

⁴⁵ ESPÍRITO SANTENSE, ano XI, nº 25, de 26 de março de 1881. p. 1.

associações eram convidadas a participar desse momento solene e, em função de muitos dos sócios da *Bella Harmonia* atuarem também na *União e Progresso*, a loja maçônica de Vitória era uma presença constante⁴⁶.

Os jornais capixabas parabenizavam a iniciativa da criação da *Bella Harmonia*. Bazílio Carvalho Daemon, proprietário e redator principal do *Espírito-Santense*, folha conservadora, defendia a promoção desse tipo de sociabilidade, pois o considerava uma instituição civilizadora. Daemon destacava também a utilidade da música na vida dos indivíduos:

[...] a música tantas vezes tem feito ao soldado enfraquecido pela desigualdade da força dos combatentes recobrar [sic] o heroísmo perdido e como se fosse arrastado por uma força irresistível que ela produz – tornar-se forte, reivindicando os troféus da glória obliterada. Na guerra ela exerce uma ação divina. Nas manifestações populares ela agita todos os sentimentos e produz o delírio⁴⁷.

A *Bella Harmonia* marcava presença nas manifestações políticas ocorridas nos espaços públicos da cidade. Em 1882 circulou um boato entre os capixabas que informava ter sido aprovada pelo governo central a construção da tão sonhada estrada de ferro Vitória à Natividade. Os jornais contam que a notícia levou a população ao delírio “[...] e durante mais de duas horas subiram ininterruptamente ao ar dúzias de foguetes de diversos pontos da cidade”⁴⁸. Era junho e chovia muito na capital da Província do Espírito Santo. Mesmo assim, iluminaram-se alguns edifícios públicos e casas particulares e a banda de música da *Bella Harmonia*, “[...] precedida de grande número de patriotas, percorreu as ruas da capital, parando em diversos pontos, de onde foram pronunciados alguns discursos”⁴⁹.

A passeata percorreu as Ruas do Comércio, São Diogo e da Matriz para saudar os jornalistas da cidade, responsáveis por espalhar o rumor sobre a linha férrea. Das sacadas do Palácio do Governo falaram Eliseu Martins e José Joaquim Pessanha Póvoa. Na Rua do Comércio discursou Moniz Freire da janela da redação da *Província do Espírito Santo*. Na Rua São Diogo tomou a palavra Bazílio Daemon de dentro do sobrado do *Espírito-Santense*. Passando pela Rua da Matriz o povo que acompanhava a passeata parou em frente ao escritório de *O Horizonte* e foi

⁴⁶ ESPÍRITO SANTENSE, ano XI, nº 25, de 26 de março de 1881. p. 1.

⁴⁷ ESPÍRITO-SANTENSE, ano IX, nº 75, de 17 de setembro de 1879. p. 4.

⁴⁸ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano I, nº 39, de 14 de junho de 1882. p. 2.

⁴⁹ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano I, nº 39, de 14 de junho de 1882. p. 2.

saudado pelo redator-gerente Maximino Maia. Outras personalidades capixabas também recitaram versos e vozearam durante o préstito: “[...] o chefe de polícia, que, ao terminar, recebeu do povo uma calorosa ovação, e o Sr. João Aguirra”⁵⁰.

Devido ao envolvimento de alguns de seus sócios na causa abolicionista em Vitória (cujos nomes foram discriminados anteriormente) a *Bella Harmonia* realizava atividades em prol do fim da escravidão. A data de 28 de setembro⁵¹, por exemplo, foi bastante comemorada por essa associação com a realização de procissões com a banda de música que arregimentaram “[...] grande número de cidadãos”⁵².

Em geral, os passeios musicais da *Bella Harmonia* eram realizados aos domingos e seu itinerário incluía diversas ruas da capital. Ao final do percurso os músicos e a população que os acompanhava paravam no Jardim Municipal⁵³ e ali tocavam peças musicais⁵⁴. A atuação dessa associação adentrou também a seara da instrução. Seus sócios pretendiam difundir a música entre os capixabas. Para tanto, requereram auxílio pecuniário à Assembleia Provincial no ano de 1885 a fim de subsidiar a manutenção de uma aula pública de música vocal e instrumental⁵⁵.

A leitura dos jornais permite afirmar que as associações musicais tiveram uma relação bastante próxima com as sociedades dramáticas na cidade de Vitória. Muitos espetáculos contaram com a participação da banda de música da *Bella Harmonia*, assim como dos músicos das irmandades de São Benedito do convento franciscano e da igreja do Rosário (*Caramuru* e *Rosariense*, respectivamente).

Conforme já assinalamos mesmo antes da existência das sociedades dramáticas em Vitória a vida cultural dos capixabas foi agitada por constantes espetáculos teatrais realizados por ocasião de festas religiosas e profanas e por iniciativa de particulares. A diferença é que as encenações promovidas no âmbito das associações eram organizadas por um grupo de sócios, que decidiam em conjunto a peça a ser apresentada, o figurino, cenário e se seria cobrada a entrada (e qual seu valor). Ademais, os indivíduos reunidos em uma “sociedade dramática particular”

⁵⁰ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano I, nº 39, de 14 de junho de 1882. p. 2.

⁵¹ Data de aniversário da promulgação da Lei do Ventre Livre (28/09/1871).

⁵² O HORIZONTE, ano III, nº 78, de 30 de setembro de 1882. p. 3.

⁵³ Conferir legenda 20 da planta 1 no Anexo A desta tese.

⁵⁴ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano III, nº 680, de 13 de dezembro de 1884. p. 2.

⁵⁵ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano IV, nº 941, de 13 de novembro de 1885. p. 2.

obedeciam a uma série de regras previstas em estatutos e os locais dos espetáculos eram fixos.

De 1850 ao final dos anos 1880 identificamos a existência de 15 associações dramáticas na capital da Província do Espírito Santo. Desse total merecem destaque as décadas de 1860 e 1880, com cinco ocorrências cada. À semelhança das agremiações de recreio, dança e música, compreendemos as sociedades dramáticas também como um espaço de sociabilidade permeado pelo valor simbólico de diferenciação social, primeiro em função da restrição de acesso e, segundo, por causa dos valores cobrados pelos ingressos para os espetáculos. Nesse sentido, não parece demasiado sugerir que nesses ambientes as hierarquias sociais se tornavam mais evidentes.

A primeira sociedade dramática particular mencionada nos impressos capixabas foi a *7 de Julho*. Não foi possível localizar informações detalhadas sobre essa associação. Sabemos que foi fundada em 1855 e que possuía local fixo para as reuniões dos sócios, além de um salão ou área que comportava a estrutura necessária às produções artísticas (palco, cenário, camarim, etc.) e à acomodação do público⁵⁶.

No apagar das luzes de 1867 o *Jornal da Victoria* publicou um anúncio do espetáculo produzido pela S.D.P. *7 de Julho*. Ao que parece o evento, produzido pelos sócios Celestino de Carvalho Matta e Maria da Glória, seria bastante concorrido. A sociedade dramática esperava a presença do Presidente da Província, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves. A peça teatral foi estruturada em cinco partes: na primeira entraria em cena “O defensor da classe caixeiral” (cômica); na segunda, “Arte não tem país” (cômica ornada de música e dançada a caráter espanhol); na terceira, “A criada sem cômodo”; na quarta, reprodução de ária da ópera “Troador, Il Balen Del suo Sorriso” (cantada pelo senhor Celestino); e, por fim: “O senhor Domingos fora do sério”. Nos intervalos entre um ato e outro a banda marcial executaria algumas partituras e o senhor Celestino tocaria algumas notas no piano. Seria cobrado um valor de 1\$000 (um mil réis) para ingresso ao espetáculo⁵⁷.

⁵⁶ CORREIO DA VICTORIA, ano X, nº 22, de 20 de março de 1858. p. 4.

⁵⁷ JORNAL DA VICTORIA, ano IV, nº 373, de 21 de dezembro de 1867. p. 4.

Em 1864 criaram-se mais duas sociedades dramáticas, uma chamada *Atheneu Dramático* e outra *União Capichaba*. Ambas promoviam espetáculos abertos ao público de Vitória ao preço 1\$000 (um mil réis), para adultos, e \$500 (quinhentos réis), para crianças menores de 10 anos. Os sócios da S.D.P. *União Capichaba* ganharam notoriedade na capital da Província, visto que as encenações que organizavam misturavam a arte cênica e a circense⁵⁸. Figuravam na qualidade de sócias dessa S.D.P. algumas atrizes capixabas, dentre elas Juvita, que atuou em peças no ano de 1867⁵⁹.

Alguns expoentes da política provincial atuaram em sociedades dramáticas particulares da capital do Espírito Santo. Manoel Feliciano Moniz Freire, proprietário do *Jornal da Victoria* e membro do partido Liberal, articulou-se com Antonio Alves de Azevedo, Antonio Rodrigues Pereira e Anselmo Alves de Azambuja Suzano com o fim de iniciar uma associação artística, que recebeu o nome *Melpômene*. Sua permissão para funcionamento foi concedida pela presidência da Província em agosto de 1872⁶⁰.

De acordo com seus regulamentos a S.D.P. *Melpômene* determinou um limite máximo de sócios efetivos (150) e de honorários (20)⁶¹, sendo os primeiros obrigados a pagar uma joia de entrada no valor de 20:000\$ (vinte mil réis). O objetivo da sociedade era edificar um teatro em Vitória “[...] no qual seus sócios, amantes da arte dramática, representem peças da escola antiga e moderna para entretenimento dos mesmos sócios e de suas famílias”⁶².

Logo após ter seus estatutos aprovados pelo governo provincial a *Melpômene* requereu um auxílio pecuniário à Assembleia Provincial com destino aos fundos para a criação do teatro. Em troca ela fazia dez espetáculos públicos, um por ano, em benefício de qualquer instituição pia ou de quem fosse determinado pelos representantes do legislativo local⁶³.

⁵⁸ JORNAL DA VICTORIA, ano IV, nº 286, de 20 de fevereiro de 1867. p. 4.

⁵⁹ JORNAL DA VICTORIA, ano IV, nº 287, de 23 de fevereiro de 1867. p. 4.

⁶⁰ CORREIO DA VICTORIA, ano XXIV, nº 92, de 15 de agosto de 1872. p. 1.

⁶¹ O sócio honorário era desobrigado de pagar a joia de entrada e as mensalidades, mas tinha que aceitar qualquer papel que lhe fosse atribuído para desempenhar em cena. CORREIO DA VICTORIA, ano XXIV, nº 93, de 17 de agosto de 1872. p. 1-2.

⁶² CORREIO DA VICTORIA, ano XXIV, nº 93, de 17 de agosto de 1872. p. 1.

⁶³ CORREIO DA VICTORIA, ano XXIV, nº 93, de 17 de agosto de 1872. p. 12.

Conviviam no interior dessa sociedade políticos dos partidos Conservador e Liberal da Província, a exemplo do presidente da Melpômene, Feliciano Moniz Freire (já citado) e de Eugênio Netto (conservador)⁶⁴. Também foram sócios desta S.D.P. Cândido Costa⁶⁵, Ubaldo Rodrigues e Aristides Brasileiro de Barcellos Freire, importantes expoentes da dramaturgia do Espírito Santo⁶⁶.

A mocidade capixaba também se fez representar com uma sociedade dramática chamada *Democrata*, de 1878. Faziam parte dela estudantes do Ateneu Provincial sob a liderança honorária do professor Amâncio Pinto Pereira⁶⁷, autor de várias peças dramáticas que foram encenadas nos teatros da capital nos últimos anos do século XIX.

O início dos anos 1880 foi um divisor de águas para a dramaturgia espírito-santense. Em primeiro lugar, porque entre os partícipes das sociedades dramáticas em funcionamento no período os capixabas já contavam com indivíduos que escreviam suas próprias peças, a exemplo de Amâncio Pereira e Aristides Freire; em segundo, o ambiente dos teatros se transformou em um local onde a política era teatralizada, com ênfase para os gestos e a exibição pública, tornando-se um espaço de sociabilidade política, canal de expressão de diferentes opiniões⁶⁸.

Nesse sentido, a sociedade dramática particular *Melpômene* organizou um espetáculo em julho de 1882 que tratava, em tom irônico e jocoso, das diversas tentativas frustradas de construir uma via férrea que ligasse a Província do Espírito Santo a Minas Gerais. O assunto estava na ordem do dia em função da negativa do governo central em tirar esse projeto do papel⁶⁹. A comédia, assinada por Aristides Freire e pelo artista Henrique Boldrini, intitulava-se “Estrada de ferro a balão”⁷⁰.

⁶⁴ ESPÍRITO-SANTENSE, ano VIII, nº67, de 3 de agosto de 1878. p. 4.

⁶⁵ ESPÍRITO-SANTENSE, ano V, nº 88, de 24 de julho de 1875. p. 4.

⁶⁶ NOVAES, Maria Stella. *O teatro no Espírito Santo: o teatro jesuítico. O teatro popular. Propulsores do teatro no Espírito Santo. O Melpômene e o Carlos Gomes*. Vitória: IHGES, 1961. 469.

⁶⁷ A ACTUALIDADE, ano I, nº 89, de 20 de outubro de 1878. p. 4.

⁶⁸ De acordo com Marco Morel as salas de teatro configuravam-se locais de efervescência das questões políticas, sociais e até raciais. Analisando as formas de sociabilidade na cidade imperial, entre 1820 e 1840 ele afirma que o teatro no Rio de Janeiro era um ambiente onde a política se teatralizava, dada a carência de lugares específicos para reuniões abertas. A casa de espetáculos transformava-se em um ambiente de aclamação, diálogo, conflito e consenso. MOREL, Marco. 2005, p. 233.

⁶⁹ Sobre esse assunto consultar a seção 5.5 do capítulo V desta tese.

⁷⁰ O HORIZONTE, ano III, nº 55, de 12 de julho de 1882. p. 3.

As datas políticas importantes também eram lembradas pelas sociedades dramáticas particulares, mas as comemorações não ficavam restritas a homenagear a família imperial⁷¹. Os capixabas que participavam dos eventos promovidos pelas S.D.P. aproveitavam essas datas emblemáticas, em que o presidente da Província era convidado de honra, para se manifestarem politicamente⁷².

No dia 7 de setembro de 1881 o *Club Dramático Dois de Maio* organizou várias poesias que seriam declamadas por seus sócios sobre o tema da independência brasileira, dentre eles Luiz Victoriense. O que a maioria dos presentes desconhecia era que Luiz tinha preparado outra récita para aquele momento chamada “Libertas!”.

Como na cruz pregado, o Senhor da redenção; eu vi ao tronco ajojado [sic] o filho da maldição! E o pobre ensanguentado, era também nosso irmão/Como na cruz pregado, o Senhor da redenção. Sondemos o seu delito! O seu pecado, qual foi?! Desse hediondo conflito a liberdade se dói. No cativo o maldito! A liberdade destrói. Sondemos o seu delito/o seu pecado qual foi?! Estava o monstro faminto, o algoz da humanidade... (É a verdade não minto!) Repisando a Liberdade/Nosso infame labirinto...preche de tanta maldade, estava o monstro faminto, o algoz da humanidade! Sedento vociferava! Qual pantera enfurecida! A carne dilacerava/do corpo quase sem vida. E o monstro volitava, nossa luta desabrida/sedente, vociferava, qual pantera enfurecida! E o tempo vai passando, sem haver quem se levante! O Brasil se escravizando, a não ser a retumbante – palavra de Tiradentes! Da liberdade o gigante e doutros bravos, valentes! E o tempo vai passando, sem haver quem se levante! Erguei-vos, pois, brasileiros! Nós somos todos irmãos! Os ferros dos cativos podem esmagar vossas mãos. Aos heróis da liberdade, como vós também cristãos: um brado de igualdade, nós somos todos irmãos! Luiz Victoriense⁷³.

De fato não se pode dizer que Luiz Victoriense fugiu ao tema do espetáculo, pois sua produção escrita também versava sobre liberdade. Porém, não se tratava de liberdade política, da independência do Brasil em relação à metrópole portuguesa. O poema de Victoriense fazia um paralelo entre a liberdade conquistada em 1822, que emancipou a futura nação brasileira, e a liberdade dos escravos. Bradando aos “heróis da liberdade” e fazendo um apelo à fé cristã dos indivíduos que o assistiam ele afirmava que eram todos irmãos e que os ferros do cativo, embora ferissem os

⁷¹ A *Sociedade Dramática União dos Artistas* realizou um espetáculo para festejar aniversário da independência brasileira de 1887 com o drama de Macedo “Amor e Pátria”. A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VI, nº 1456, de 7 de setembro de 1887. p. 3.

⁷² Bazílio Carvalho Daemon alegava que isso era possível porque os teatros não tinham “inspetor de plateia”. ESPÍRITO-SANTENSE, ano VI, nº 86, de 18 de julho de 1876. p. 3.

⁷³ ESPÍRITO SANTENSE, ano XI, nº 74, de 14 de setembro de 1881. p. 3.

cativos, esmagariam as mãos daqueles que os infligiam a dor do cativo e que eram coniventes com essa situação.

Ao que parece os ares abolicionistas impregnaram outras associações dramáticas capixabas durante a última década monárquica⁷⁴. Em abril de 1884 a S.D.P *Melpômene* encenou uma cena dramática chamada “O símbolo abolicionista” que contou com trechos musicados pela orquestra composta de sócios⁷⁵. No mês seguinte foi a vez da *Independência dos Artistas* posicionar-se na causa dos escravos. Criou uma caixa auxiliadora intitulada Visconde Rio Branco que obrigava seus sócios a depositarem uma quota em todas as sessões realizadas pela sociedade. Objetivava-se subsidiar as sociedades abolicionistas desta cidade na compra de liberdades⁷⁶.

No *Éden Adelina Castro*, por sua vez, essas questões políticas também eram teatralizadas. Uma das peças tratava das disputas entre conservadores e liberais e outras duas fazia um elogio ao abolicionismo⁷⁷. Em janeiro de 1888 foi encenado um drama chamado “A Filha da Escrava” de autoria do abolicionista Artur Rocha⁷⁸. Era um “drama de atualidade” e considerado a primeira peça estilo propaganda produzida para o movimento abolicionista⁷⁹. Foi escrito especialmente para a Companhia Dramática Julieta dos Santos, do Rio de Janeiro. A encenação de “A Filha da Escrava” em Vitória levou os capixabas ao delírio com vivas e aplausos à atriz Adelina Castro incumbida do papel principal⁸⁰.

6.3 Associações beneficentes, de classe e públicas

Durante a década de 1880 o movimento associativo capixaba ganhou novas categorias: humanitária, beneficente e de classe profissional. Data de 1876 a

⁷⁴ De acordo com Maria Tereza Chaves de Mello a campanha abolicionista invadiu os teatros cariocas com peças antiescravistas na década de 1880. MELLO, Maria Tereza Chaves de. 2007. p. 26.

⁷⁵ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano III, nº 489, de 22 de abril de 1884. p. 4.

⁷⁶ A FOLHA DA VICTORIA, ano I, nº 85, de 4 de maio de 1884. p. 2.

⁷⁷ Em 28 de janeiro de 1888 o *Éden Adelina Castro* deu um espetáculo “[...] com a melhor de suas peças – ‘Liberais e Conservadores’”. A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VI, nº 1568, de 28 de janeiro de 1888. p. 4.

⁷⁸ Em 3 de janeiro de 1888 nesse mesmo teatro foi encenado o drama “As duas órfãs” em benefício de uma liberdade. A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VII, nº 1549, de 3 de janeiro de 1888. p. 2.

⁷⁹ ALVES, Uelington Farias. *Cruz e Sousa: Dante negro do Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas Editora e Distribuidora LTDA. 2008. p. 67.

⁸⁰ ESPÍRITO SANTENSE, ano XVIII, nº 6, de 21 de janeiro de 1888. p. 2.

primeira menção a uma sociedade humanitária criada em Vitória, a *Sociedade Auxiliadora*. Ela distribuía “[...] esmolas todos os meses aos pobres da capital que se achavam inutilizados por defeitos orgânicos ou velhice [...]”⁸¹.

Em 1882 surgiu uma nova associação desse tipo: a *Aurora do Porvir*⁸². Sabemos muito pouco sobre essa agremiação; apenas que era formada por expoentes da mocidade da capital, que se dedicava à prestação de assistência aos menos favorecidos (com fornecimento de roupas e alimentos) e que criou uma escola noturna de primeiras letras⁸³, gratuita, que funcionava em um bairro popular da ilha de Vitória chamado Capichaba⁸⁴.

No que tange às sociedades beneficentes localizamos informações sobre três delas⁸⁵. Duas foram, simultaneamente, beneficentes e de classe profissional⁸⁶: a *União dos Artistas* e a dos *Artistas e Industriais*. As duas foram criadas em setembro de 1886, tendo sido a primeira aberta aos “[...] artistas de todas as classes e posições”⁸⁷. De acordo com uma publicação anônima publicada no jornal *Província do Espírito Santo*, que supomos ter sido escrita por um dos fundadores da *União dos Artistas*, a primeira reunião para constituição dessa sociedade foi concorrida.

O objetivo da *União dos Artistas* era “[...] mostrar às outras classes que a nossa faz-se respeitar. Nós, em número muito superior a todas as outras classes nesta província, desde que estabeleçamos a união, todas as outras classes estarão na dependência dos artistas e não nós deles”⁸⁸. Para o subscritor da carta particular o comércio, a lavoura e outras classes profissionais precisavam das produções artísticas. E esses profissionais, tomados enquanto categoria, tinham condições de

⁸¹ DAEMON, Bazílio Carvalho. 2010. p. 489.

⁸² A FOLHA DA VICTORIA, ano II, nº 85, de 4 de maio de 1884. p. 2.

⁸³ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano I, nº 5, de 24 de março de 1882. p. 2.

⁸⁴ Consultar as figuras 5 e 6 do Bairro da Capichaba no capítulo I desta tese.

⁸⁵ A sociedade beneficente da Irmandade de São Benedito do convento franciscano, fundada em 1886, é discutida na seção 6.5 deste capítulo, dada sua atuação no movimento abolicionista capixaba.

⁸⁶ Além da *União dos Artistas* e dos *Artistas e Industriais* localizamos informações esparsas sobre o *Club Caixeiral Victoriense* fundado na capital da Província em janeiro de 1889 e destinado aos indivíduos empregados no comércio capixaba. A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VIII, nº 1849, de 18 de janeiro de 1889. p. 4. ESPÍRITO-SANTENSE, ano XIX, nº 7, de 23 de janeiro de 1889. p. 3.

⁸⁷ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano V, nº 1172, de 4 de setembro de 1886. p. 3.

⁸⁸ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano V, nº 1172, de 4 de setembro de 1886. p. 3.

mostrar seu valor real. Contudo, precisavam de uma união inabalável para atingir esse fim⁸⁹. No início de seus trabalhos a *União* contava com 34 sócios efetivos⁹⁰.

As ações da sociedade beneficente *União dos Artistas* iam desde reuniões periódicas para discussão de temas pertinentes à classe até a encenação de peças no teatro que possuía⁹¹. Os esforços da diretoria instaladora dessa associação não conseguiram, no entanto, suportar as desavenças existentes entre alguns dos sócios, dentre eles o fotógrafo Joaquim Ayres. O conflito travado no seio da *União dos Artistas* sucumbiu com a criação de um outra beneficente, a dos *Artistas e Industriais*⁹².

Assim, os dissidentes da *União dos Artistas* fundaram, sob a liderança de Bazílio Carvalho Daemon, a sociedade beneficente dos *Artistas e Industriais*. Datados de setembro de 1886 os estatutos da nova associação não limitavam o número de sócios, porém, seriam aceitos somente artistas, operários e industriais, sendo estes últimos “[...] art. 3º [...] aqueles que tiverem oficinas ou fábricas de artes liberais ou mecânicas; exerçam ou não a arte, contanto que tenham sido artistas ou operários”⁹³.

A última sociedade beneficente identificada foi a *Redimidos 13 de Maio*, fundada, como o próprio nome já sugere, após a abolição da escravidão, em 1888. Os “novos cidadãos brasileiros” associados nessa agremiação intencionavam festejar a lei áurea e promover ações para auxiliar os membros na nova vida⁹⁴.

Também data dos anos 1880 o surgimento das primeiras associações ditas públicas, cujo objetivo principal era promover ações e discutir com o governo provincial medidas que viabilizassem o progresso material da Província do Espírito Santo. Em primeiro lugar citamos o *Club Commercial*, criado pelos comerciantes José Pinto Guimarães, Juvencio Moraes e Joaquim Cruz. No dia 25 de março desse

⁸⁹ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano V, nº 1172, de 4 de setembro de 1886. p. 3.

⁹⁰ A FOLHA DA VICTORIA, ano IV, nº 309, de 23 de setembro de 1886. p. 2.

⁹¹ “Amanhã, 7 de setembro. Espetáculo em grande gala com a presença do presidente da Província. Depois de entoar os hinos nacional e da independência, ante a efígie de S. M. imperial D. Pedro, subirá à cena o importante drama histórico em 2 atos AMOR E PÁTRIA”. A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VI, nº 1455, de 6 de setembro de 1887. p. 4.

⁹² “[...] quando armou-se aquela dissidência, motivada por um dos nossos companheiros de iniciativa, de que proveio a fundação da sociedade de Artistas e Industriais [...]”. A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VII, nº 1583, de 18 de fevereiro de 1888. p. 4.

⁹³ ESPÍRITO SANTENSE, ano XVII, nº 17, de 26 de fevereiro de 1887. p. 4.

⁹⁴ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VII, nº 1723, de 11 de agosto de 1888. p. 3.

ano realizou-se uma reunião na casa do negociante José Pinto Guimarães com membros da lavoura e do comércio da praça de Vitória. Estiveram presentes 36 pessoas.

A ideia de Pinto Guimarães era criar um clube que servisse de espaço de sociabilidade de recreio e também de reivindicação das demandas econômicas dos capixabas. Dessa forma, seria possível desenvolver ações que viabilizassem o progresso material da Província⁹⁵. Na sessão de inauguração do *Club* o presidente da Província⁹⁶, Antônio Joaquim Rodrigues, manifestou satisfação em saber que essa associação concorreria para o desenvolvimento da região no que tangia à imigração espontânea de estrangeiros. Na mesma reunião João Pinto Ferreira Leite, representante da Companhia de Navegação e Estrada de Ferro do Espírito Santo e Caravelas, pediu a palavra e declarou que “[...] muito estimava ver o club preocupar-se com o problema da imigração [...]” e que no que dependesse dele a companhia em que trabalhava empenharia esforços para auxiliar no propósito da introdução de imigrantes⁹⁷.

A atuação do *Club Commercial* não se restringiu a atividades relativas à situação econômica da Província do Espírito Santo. Em agosto de 1886 houve uma festa para comemorar a criação de uma biblioteca e das aulas de Português, Francês e Aritmética para os associados analfabetos⁹⁸. Nessa ocasião foi orador o farmacêutico João Aguirra. Seu discurso concentrou-se em um balanço “[...]”

⁹⁵ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano V, n° 1044, de 28 de março de 1886. p. 4.

⁹⁶ As reuniões e soirées promovidas pelo *Club Commercial* eram frequentadas por membros da elite política local, como deputados provinciais e presidente da Província. Fizeram parte da instalação do Club Commercial: Matta Coelho, Luiz Pinheiro, Ignacio Serrat, Ferreira da Silva e Domingos Netto, Juvencio Moraes, Ribeiro Póvoa, Lopes Pimenta e A. Moreira Dantas. A diretoria definitiva do *Club* foi composta por: Presidente: José Pinto Guimarães; Vice-Presidente: Antero da Silva Coutinho; 1° secretário: Antonio Joaquim Lopes Pimenta; 2° dito: Antonio Moreira Dantas; Tesoureiro: Joaquim José da Cruz; Conselho: Eugenio Wetzel, Ignacio Serrat, Antonio Nogueira Lopes, Manoel da Guia Tristão, José da Silva Cabral, Antonio da Silva Borges, Jose Ribeiro Coelho, João da Matta Coelho, Francisco Thomaz Ribeiro Póvoa. Eugênio Pinto Netto, Antonio da Cunha Lima e Juvencio Pereira de Moraes. Era franqueada a participação feminina no quadro de sócios honorários do *Club*, como confirma Francisca Ribeiro das Dores Dias elevada a essa categoria de associada em 1888. A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano V, n° 1057, de 13 de abril de 1886. p. 3; ano VI, n° 1438, de 17 de agosto de 1887. p. 3; ano VII, n° 1696, de 11 de julho de 1888. p. 3.

⁹⁷ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano V, n° 1065, de 27 de abril de 1886. p. 2.

⁹⁸ As redações dos jornais publicados em Vitória remetiam exemplares periodicamente para compor o acervo da biblioteca do *Club Comercial*.

histórico das bibliotecas, suas vantagens e benefícios” e na defesa do comércio como “grande e avantajado propulsor da solidariedade humana”⁹⁹.

A nova associação também se envolveu em questões de saúde pública. Telegrafou em novembro de 1886 ao Barão de Mamoré, Ministro dos Negócios do Império, solicitando providências do governo central para o envio de um navio da armada para “[...] as águas desta província, a fim de manter aqui as medidas preventivas ordenadas pelo aparecimento do cólera na República Argentina”¹⁰⁰. O *Club Commercial* enviou mensagens às redações do *Jornal do Commercio e Paiz*, ambas do Rio de Janeiro, rogando apoio a sua justa reclamação.

A medida surtiu efeito. Nos últimos dias daquele mês o Ministro do Império informou, por intermédio da presidência da Província do Espírito Santo, que o pedido seria atendido. Nas semanas seguintes um navio da Marinha de Guerra do Brasil chegaria à região “[...] a fim de tornar efetivas as ordens sobre o fechamento dos portos às embarcações procedentes dos lugares onde está grassando o cólera-morbus”¹⁰¹.

O *Club* também foi bastante atuante na gestão dos negócios públicos provinciais, principalmente daqueles que afetavam seus sócios diretamente. Em janeiro de 1887 uma comissão representou contra os deputados provinciais sobre o orçamento provincial aprovado para o ano em exercício. O projeto de lei aprovou a criação de um imposto de 50 réis sobre o quilo do sabão fabricado no Brasil. A representação não foi atendida e, por isso, alguns expoentes do comércio local e membros do *Club* decidiram representar também pela imprensa capixaba contra a taxaço, pois julgavam ser inconstitucional¹⁰².

Para o jornal *Província do Espírito Santo* o *Club Commercial* era fruto de um “estímulo de classe muito raro”. Considerando que o grau de civilização de uma

⁹⁹ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano V, nº 1168, de 31 de agosto de 1886. p. 4.

¹⁰⁰ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano V, nº 1239, de 27 de novembro de 1886. p. 3.

¹⁰¹ Porém, em maio de 1887 o *Club Commercial* teve de representar mais uma vez ao Ministro do Império, solicitando uma ordem substatória da partida da canhoneira *Marajó*, enviada no início de dezembro de 1886. A embarcação estava estacionada nas águas da Província do Espírito Santo em serviço quarentenário. Os associados que assinaram o pedido alegavam que “[...] o perigo de sermos visitados por navios procedentes de portos infeccionados pelo cólera [...]” ainda não tinha cessado. A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano V, nº 1241, de 30 de novembro de 1886. p. 2; A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VI, nº 1356, de 6 de maio de 1887. p. 3.

¹⁰² A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VI, nº 1265, de 6 de janeiro de 1887. p. 2.

cidade era medido pelo nível do seu espírito de associação era, pois, satisfatório assistir ao “[...] atual despertar da população desta cidade, agremiando-se para trabalhar e para divertir-se”¹⁰³. Os redatores Moniz Freire e Cleto Nunes Pereira demandavam que essa associação pública pugnasse “[...] pelo melhoramento do porto, não só quanto às obras de que necessita visto como tudo está conforme a natureza criou, como ainda para que não continue a ser obstruído [...]”¹⁰⁴.

Também era importante que o *Club* providenciasse um recenseamento da população de Vitória, tendo em vista que o último censo datava de 1872. Assim, ficaria sob sua responsabilidade a direção dos trabalhos e “[...] nomear uma comissão de quinze a vinte cavalheiros, cada um dos quais se incumba de organizar o mapa de seu quarteirão”. Essa empreitada seria “[...] um serviço de grandes resultados, quer para a estatística, quer para a organização de certas empresas, mormente a do abastecimento de água”¹⁰⁵.

Problemas na prestação de serviços públicos também mereceram a atenção do *Club Commercial*. Em especial citamos dois: o abastecimento de água e a iluminação. De acordo com o jornal *Província do Espírito Santo* as insatisfações dos capixabas relativas à provisão de água eram frequentes, mas na década de 1880 a situação se agravara bastante. Sobre a iluminação pública o quadro era ainda pior. Desde a década de 1840 a população de Vitória reclamava por melhorias urgentes.

Nos primeiros meses de 1889 a falta d’água e as constantes interrupções no serviço de iluminação a gás causavam transtornos aos capixabas. Para solucionar o problema da crise hídrica o presidente da Província decidiu usar o Rio Marinho para abastecer Vitória. A medida não foi aceita pelos capixabas e ganhou as páginas dos impressos. O *Club Commercial* também rechaçava o uso da água do Rio Marinho, por acreditar que poderia ser “veículo de miasmas palustres”. Logo, ela seria imprópria para consumo.

Diante desse quadro, o *Club* deliberou em reunião, por unanimidade, representar à presidência da Província, pedindo a execução da lei sobre o abastecimento de água (nº 33 de 19 de setembro de 1888) e também providências enérgicas quanto aos

¹⁰³ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VII, nº 1677, de 17 de junho de 1888. p. 1.

¹⁰⁴ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VIII, nº 1897, de 20 de março de 1889. p. 3.

¹⁰⁵ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VIII, nº 1906, de 2 de abril de 1889. p. 3.

problemas com o contratante da iluminação a gás¹⁰⁶. A representação asseverava que esses dois problemas eram, naquele momento, os que mais preocupavam o ânimo público.

O documento enumerava as frequentes crises hídricas que os capixabas já atravessaram: “[...] não há ano em que a população não se veja assoberbada pelas mesmas dificuldades, exposta aos rigores de secas inclementes, cujos efeitos podem de momento ser agravados pela invasão de epidemias”¹⁰⁷. O *Club Commercial* acusava os poderes públicos de negligência.

Sobre a iluminação pública o teor da representação declarava que o serviço prestado em Vitória desafiava a indignação pública, pois parecia “[...] um escárnio à população”. A empresa contratada era obrigada a “[...] dar nos combustores públicos certa intensidade de luz e conservá-los acesos por número determinado de horas”¹⁰⁸. Era notório, no entanto, que os combustores não tinham, em geral, nem a metade da intensidade de uma vela ordinária acesa. “Os das casas particulares da parte baixa da cidade quase não fornecem luz; a iluminação pública acende-se e apaga-se à hora que a empresa quer; longas filas de combustores apagam-se durante à noite automaticamente, deixando quarteirões inteiros às escuras [...]”¹⁰⁹. Em suma, o *Club* exigia providências do governo provincial para sanar as irregularidades denunciadas.

Assim, observamos que de 1886 a 1889 o *Club Commercial* atuou na interlocução dos negócios públicos da capital e da Província e se configurou como um espaço de participação política. Ali, reivindicações eram discutidas em reuniões de modo a problematizar a conduta das autoridades públicas e o próprio governo e a pressionar pela independência da praça mercantil de Vitória¹¹⁰.

Outro espaço de sociabilidade formal de destaque na discussão de demandas de interesse da Província foi a *Sociedade Espírito-Santense de Imigração*, também criada em 1886. Sua fundação vinha ao encontro do movimento associativo realizado em outras províncias brasileiras, a exemplo do Pará, Bahia e Paraná

¹⁰⁶ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VIII, nº 1913, de 9 de abril de 1889. p. 2.

¹⁰⁷ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VIII, nº 1914, de 10 de abril de 1889. p. 3.

¹⁰⁸ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VIII, nº 1914, de 10 de abril de 1889. p. 3.

¹⁰⁹ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VIII, nº 1914, de 10 de abril de 1889. p. 3.

¹¹⁰ ESPÍRITO-SANTENSE, ano XIX, nº 42, de 1º de junho de 1889. p. 2.

(onde já existiam instituições congêneres)¹¹¹. Os propugnadores da ideia em Vitória acreditavam que a instalação de uma sociedade desse tipo “[...] muito pode contribuir para o rápido desenvolvimento de nossa pátria [...]”¹¹².

Na capital a iniciativa de fundar uma sociedade dedicada a pensar a imigração deveu-se às diligências de Joaquim Adolpho Pinto Pacca, delegado da Sociedade Central de Imigração e Inspetor de Terras e Colonização na Província do Espírito Santo¹¹³. A solenidade inaugural da Sociedade Espírito-Santense de Imigração foi realizada no dia 16 de julho de 1886 no edifício da Inspetoria de Terras e Colonização localizada na capital no mesmo dia de abertura da primeira Exposição Provincial¹¹⁴.

Participaram da inauguração no dia 16: Pinto Pacca, Henrique Coutinho, também delegado da Sociedade Central; os membros da comissão agenciadora de gêneros da Província a serem enviados para a exposição universal de Berlim (na Alemanha); expoentes da política local, como Alpheu Monjardim e Francisco Tagarro; representantes do *Club Comercial*, João Aguirra, comendador Ribeiro Coelho e Juvencio Moraes; jornalistas da capital (Bazílio Daemon, Moniz Freire, Cleto Nunes) e A. J. Rodrigues Junior¹¹⁵. Joaquim Pinto Pacca abriu a sessão explicando que aquela festa constituía uma novidade atraente e era, sobretudo, “[...] a demonstração de que não vamos tão atrasados no caminho fulgurante do progresso”¹¹⁶.

Pinto Pacca pediu aos convidados a “[...] cooperação inteligente e desinteressada dos que desejam o progresso da província, sem distinção de crenças políticas”¹¹⁷. Solicitou, nesse sentido, que “[...] todos considerassem a nova sociedade com um terreno neutro – onde não tivessem entrada as dissensões políticas e só fosse

¹¹¹ A FOLHA DA VICTORIA, ano IV, nº 291, de 18 de julho de 1886. p. 3.

¹¹² A FOLHA DA VICTORIA, ano IV, nº 291, de 18 de julho de 1886. p. 3.

¹¹³ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano V, nº 1131, de 18 de julho de 1886. p. 3.

¹¹⁴ A sessão preparatória de instalação da *Sociedade Espírito-Santense de Imigração* foi presidida pelo presidente da Província, Desembargador Antonio Joaquim Rodrigues, e a mesa provisória constituída pelos membros da comissão encarregada de agenciar produtos para a exposição de Berlim, redatores dos periódicos e do diário da capital, representantes do *Club Comercial* e os delegados da Sociedade Central de Imigração do Rio de Janeiro nesta Província. A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano V, nº 1127, de 14 de julho de 1886. p. 3.

¹¹⁵ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano V, nº 1131, de 18 de julho de 1886. p. 2-3.

¹¹⁶ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano V, nº 1129, de 16 de julho de 1886. p. 2.

¹¹⁷ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano V, nº 1131, de 18 de julho de 1886. p. 2-3.

venerado o lábaro do Progresso”¹¹⁸. Ao que parece o discurso de Pacca empolgou os indivíduos presentes ao ponto de grande número deles, pertencentes a diferentes classes sociais e profissionais, ter decidido se inscrever para o quadro de sócios da nova associação¹¹⁹.

Após a inauguração solene da *Sociedade Espírito-Santense de Imigração* o presidente da Província, Antônio Joaquim Rodrigues, declarou aberta a Exposição Provincial¹²⁰ e convidou Henrique Coutinho, agricultor bastante conhecido entre os capixabas, para discursar. Coutinho aproveitou a presença da autoridade pública máxima provincial para expor com “[...] franqueza e severidade [...] os desperdícios das nossas administrações gerais e acentuou que, em geral, as monarquias na Europa não procuravam estear-se no amor e reconhecimento dos povos, mas sim na força bruta das armas”¹²¹. O auditório, de modo geral, apoiou e aplaudiu a fala do orador e Rodrigues Junior, Vieira de Mello e Greenhalg protestaram com salvas de palmas e gritos de “muito bem!”.

Em resposta o presidente Antônio Joaquim Rodrigues declarou aos membros da mesa que o orador deveria externar o seu pensamento com menos aspereza, “[...] do contrário sua excelência não poderia, como representante do governo e convidado para presidir uma festa patriótica como aquela era, autorizar com sua presença as veemências do discursante”¹²². Henrique Coutinho declarou que não tivera a intenção de faltar ao respeito e à veneração devidos às instituições

¹¹⁸ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano V, nº 1131, de 18 de julho de 1886. p. 2-3.

¹¹⁹ Nomes localizados dos sócios fundadores da *Sociedade Espírito-Santense de Imigração*: Desembargador Rodrigues, Juvêncio de Moraes, Bazílio Carvalho Daemon, Francisco da Rocha Tagarro, engenheiro Joaquim Adolpho Pinto Pacca, João Aguirra, Dr. Vieira de Mello, Comendador Ribeiro Coelho, Duque-Estrada Meyer, Cleto Nunes, Moniz Freire, E. Wetzell, Pinto Guimarães, Bandeira de Mello, Henrique Coutinho, Alpheu Monjardim e G. Fraga. A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano V, nº 1224, de 10 de novembro de 1886. p. 3.

¹²⁰ Exposição de produtos produzidos na Província que representariam o Espírito Santo no evento industrial de Berlim agendado para setembro de 1886. Estavam expostos “[...] nas duas salas da exposição além de produtos naturais, como as belas e incomparáveis madeiras de nossas florestas, os variados cipós, as resinas, as raízes e os frutos medicinais, o ouro, o diamante e outros minérios estimáveis; os produtos da indústria agrícola, como o café excelentemente beneficiado, a farinha de mandioca, o polvilho, a araruta, etc.; os produtos fabris, como as velas de cera e sebo, o sabão, a cerveja, o café moído, o fubá de milho, a aguardente, diversos licores e outras bebidas. Há também amostras de bicho da seda, europeu e indígena a seda desfiada, excelente galeria de produtos fotográficos e tipográficos e muitos outros [...]”. A Exposição era “[...] franqueada às exmas. famílias e a todos quantos apresentarem-se decentemente vestidos”. A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano V, nº 1129, de 16 de julho de 1886. p. 2.

¹²¹ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano V, nº 1131, de 18 de julho de 1886. p. 2-3.

¹²² A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano V, nº 1131, de 18 de julho de 1886. p. 2-3.

monárquicas, recebendo aclamação do público¹²³. Terminado o *incidente* Joaquim Rodrigues concedeu a palavra ao orador oficial da festa, José de Mello Carvalho Moniz Freire¹²⁴.

Moniz Freire abriu seu discurso com a constatação de que “[...] somos uma pequena província, atrasada, despovoada, cheia de preconceitos, sem amor próprio, pobre de estímulos e de forças”¹²⁵. Por outro lado, advertiu o orador que não havia povo “[...] mais ordeiro e nem mais hospitaleiro, nem solo mais rico e nem mais delicioso”¹²⁶. Para ele as “correntes diretoras da opinião [a imprensa e as associações modernas] e dos governos [...]” deveriam transformar o bloco das “[...] forças brutas desta natureza que ainda não teve lapidários em um ideal grandioso [...]”¹²⁷. A fundação da *Sociedade Espírito-Santense de Imigração* vinha cumprir parte desse propósito, uma “bela crisálida” do espírito progressista.

O orador lembrou a tão sonhada via férrea que “[...] os nossos homens de Estado ainda não tomaram a sério por se tratar, talvez, de um assunto da pequena Província do Espírito Santo”¹²⁸. Era preciso encarar a realidade. Esse *desideratum* estava adiado. Mas isso não significava a ruína desta porção do Império, pois seu progresso não dependia exclusivamente da construção de um caminho de ferro. Na verdade, acreditava Moniz Freire que era possível dotar a região de uma praça comercial importante e adiantada, como a de Santos, “[...] antes e independentemente da construção de qualquer linha férrea para Minas”¹²⁹. Justificava seu raciocínio com base no entendimento de que “[...] as estradas de ferro são apenas agentes indiretos de progresso”¹³⁰.

A alternativa para o desenvolvimento material da Província estava na imigração estrangeira, “[...] o capital do braço, da atividade, da inteligência dos [europeus], que como a lanterna do mineiro virá iluminar nos esconderijos desta terra bem fadada os grandes veios auríferos da imensa opulência desta natureza fecunda e amiga”¹³¹.

¹²³ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano V, nº 1131, de 18 de julho de 1886. p. 2-3.

¹²⁴ Filho de Manoel Feliciano Moniz Freire, proprietário do *Jornal da Victoria* (1864-1869).

¹²⁵ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano V, nº 1131, de 18 de julho de 1886. p. 2-3.

¹²⁶ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano V, nº 1131, de 18 de julho de 1886. p. 2-3.

¹²⁷ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano V, nº 1131, de 18 de julho de 1886. p. 2-3.

¹²⁸ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano V, nº 1131, de 18 de julho de 1886. p. 2-3.

¹²⁹ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano V, nº 1131, de 18 de julho de 1886. p. 2-3.

¹³⁰ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano V, nº 1131, de 18 de julho de 1886. p. 2-3.

¹³¹ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano V, nº 1131, de 18 de julho de 1886. p. 2-3.

Carregado de tom político o discurso de Moniz Freire defendia que a imigração era o maior problema social e econômico do país, dado o fim cada vez mais próximo da escravidão.

Trazei o imigrante, povoai com ele este solo ubérrimo, tão vizinho de nós, abri o seio da terra ao beijo santificados da indústria agrícola e em breve o Espírito Santo será cortejado sem desvantagens com qualquer das suas irmãs que caminham já na abundância e na prosperidade. Para sermos uma província rica não precisamos senão de cultivar o que é nosso. Mas não é somente sob essa primeira intuição que eu reputo uma conquista o povoamento do nosso território¹³².

À guisa de conclusão de seu discurso Moniz Freire ponderou que para atrair os imigrantes europeus era imperioso oferecê-los um torrão de terra com qualidade para cultivo que, no futuro, poderiam deixar de herança a sua família. À população da Província interessava, sobremaneira, a imigração e para trabalhar em prol dessa causa foi criada a *Sociedade Espírito-Santense de Imigração*. Sua finalidade era “[...] fazer a propaganda, estudar os métodos, encaminhar a realização prática desse magno interesse”¹³³. A primeira ação nesse sentido foi tomada com a participação do Espírito Santo na exposição de Berlim: “[...] o momento é oportuno: saibamos inspirar a esses povos as simpatias que lhes despertam os EUA e [...] os nossos vizinhos do Prata, [...] que para alimentar a sua propaganda sustentam até um jornal na capital da França e tem emissários especiais em toda a Europa”¹³⁴. O orador encerrou sua fala ovacionado com palmas e gritos de “muito bem, muito bem”.

A *Sociedade Espírito-Santense de Imigração* atuou de forma intensa junto aos governos local e central de forma a garantir a ocupação das terras do interior da Província. A cada mês um sócio ficava responsável pela direção da associação. Desse modo, pretendeu-se garantir que a rotatividade nos cargos administrativos estimulasse o envolvimento expressivo de seus membros. Em 1888 o Ministério da Agricultura deferiu um requerimento feito por essa sociedade para a “[...] introdução de 10000 famílias de imigrantes europeus na província”¹³⁵. Para seus sócios isso era

¹³² A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano V, nº 1131, de 18 de julho de 1886. p. 2-3.

¹³³ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano V, nº 1131, de 18 de julho de 1886. p. 2-3.

¹³⁴ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano V, nº 1131, de 18 de julho de 1886. p. 2-3.

¹³⁵ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VII, nº 1709, de 26 de julho de 1888. p. 2.

um atestado irrecusável do “[...] apreço e do conceito de que a nossa sociedade soube conquistar na opinião pública e no mundo oficial”¹³⁶.

6.4 Sociabilidades literárias: em nome do progresso intelectual do Espírito Santo

A análise dos impressos, conjugada à leitura de documentos oficiais produzidos pelo governo provincial, indica que o surgimento efetivo de formas de sociabilidade literária em Vitória dependeu, dentre outros fatores, da existência prévia de uma imprensa local atuante e permanente, de uma biblioteca pública e do desenvolvimento do ensino secundário na capital¹³⁷.

Marco Morel defende que, para a cidade Imperial (Rio de Janeiro), os jornais, e, mais especificamente, o local onde eram impressos (tipografias), foram um importante espaço de sociabilidade literária da população carioca¹³⁸. De acordo com o autor era comum encontrar anúncios nos jornais da Corte convidando o público para comparecer diretamente ao local da impressão dos periódicos, onde poderiam contratar assinaturas, comprar edições avulsas ou até conversar com os redatores e outros leitores sobre as notícias recém-publicadas¹³⁹.

Em Vitória as tipografias eram, também, local de encontro, venda de produtos variados e ponto de referência para os capixabas quando se queria obter informações sobre algum assunto¹⁴⁰. Considerando a estabilidade da imprensa periódica da capital que desde 1849, ano da fundação do *Correio da Victoria*, até o final o do Oitocentos se manteve em desenvolvimento progressivo, defendemos a importância dos jornais para fomentar práticas de sociabilidades literárias. As seções Literatura, Folhetim e Publicações a Pedido – unanimidade em todos os impressos consultados – corroboram nossa assertiva, demonstrando que os redatores incentivavam a Literatura e as Belas Artes entre os leitores.

¹³⁶ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VII, nº 1709, de 26 de julho de 1888. p. 2.

¹³⁷ Vale incluir nesse rol o desenvolvimento de um comércio livresco. Conforme vimos no capítulo III deste trabalho os capixabas contavam com estabelecimentos para venda de obras literárias desde, pelo menos, meados dos anos 1850. Porém, a primeira livraria propriamente dita de que temos notícia data de 1883 e foi estabelecida pelos comerciantes Duque-Estrada Meyer, Rouback e Freire. Meyer conciliava suas atividades comerciais com a carreira docente em sua escola particular fundada em Vitória nas últimas décadas do Oitocentos. NOVAES, Maria Stella de. [19-?]. p. 287.

¹³⁸ MOREL, Marco. 2003. p. 78.

¹³⁹ MOREL, Marco. 2003. p. 80.

¹⁴⁰ Sobre a discussão das tipografias capixabas como um espaço de sociabilidade consultar capítulo III desta tese.

De modo análogo, a existência de uma biblioteca pública na Província com catálogo variado de obras vinha ao encontro dos desejos de progresso intelectual propagados pelos publicistas capixabas e também por expoentes do professorado local. O funcionamento de um estabelecimento desse tipo servia de estímulo ao desenvolvimento da instrução pública.

Data de junho de 1855 a criação da biblioteca pública da Província do Espírito Santo¹⁴¹. Seu acervo original era composto por 900 obras¹⁴². No início da década de 1860 houve um decréscimo neste catálogo bibliográfico, que passou a somar 803 títulos. Ao que parece, a diminuição desse quantitativo deveu-se a dois fatores: abandono por parte do governo provincial e inexpressiva importância dada a esse estabelecimento pela população, revelando a letargia que ainda acometia a vida intelectual local¹⁴³.

O quadro desalentador agravou-se ainda mais no decênio seguinte, período em que a biblioteca pública foi extinta¹⁴⁴. Somente em 1880 ela foi reinaugurada, na administração do presidente da Província Eliseu de Sousa Martins, passando a funcionar de dia e também à noite no prédio do Ateneu Provincial¹⁴⁵. A nova estrutura física contava com sala de consultas e também um espaço reservado para leitura. Em 1881 o catálogo somava 2942 volumes, sendo 1261 encadernados e 1681 brochados. Nesse mesmo ano suas instalações foram frequentadas por 407 visitantes e 2491 leitores que consultaram juntos 2919 obras. Os títulos mais pesquisados foram: Belas Letras (1230), Jornais diversos (547) e Moral Aplicada (344)¹⁴⁶. Interessante observar que os jornais, da Província e de outras regiões do

¹⁴¹ CORREIO DA VICTORIA, ano VII, nº 63, de 11 de agosto de 1855. p. 1. DAEMON, Bazílio Carvalho. 2010. p. 392.

¹⁴² José Marcelino Pereira de Vasconcellos e Brás da Costa Rubim realizaram diversas doações de livros à biblioteca pública provincial durante os primeiros anos de sua existência.

¹⁴³ RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, o bacharel Pedro Leão Velloso, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 25 de maio de 1859. Vitória: Tip. Capitaniense de Pedro Antonio d'Azeredo, 1859. p. 52.

¹⁴⁴ No início dos anos 1870 os jornais capixabas denunciavam a ruína da biblioteca pública. CORREIO DA VICTORIA, ano XXIV, nº 45, de 25 de abril de 1872. p. 3. RELATÓRIO lido perante a Assembleia legislativa da Província do Espírito Santo na instalação da sessão ordinária pelo Exm. Sr. Coronel Dionysio Álvaro Resendo, 1 Vice-Presidente da Província, no dia 1º de outubro de 1870. Vitória: Tip. do *Correio da Victoria*, 1870. p. 6.

¹⁴⁵ RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa do Espírito Santo em sua sessão ordinária de 9 de março de 1880 pelo presidente da Província o Exm. Sr. Dr. Eliseu de Sousa Martins. Vitória: Tipografia da *Gazeta da Victoria*, 1880. p. 6. VASCO COITINHO, ano I, nº 5, de 15 de novembro de 1883. p. 3.

¹⁴⁶ RELATÓRIO com que o Exm. Sr. Dr. Marcellino de Assis Tostes no dia 13 de fevereiro de 1882 passou a administração da Província do Espírito Santo ao Exm. Sr. Tenente-Coronel Alpheu Adelpho

país, estavam entre as obras mais consultadas pelos capixabas nesse início dos anos 1880¹⁴⁷.

Em 1884 o número de frequentadores subiu para 3337 (529 visitantes e 2808 leitores). As obras consultadas também tiveram aumento, passando a 3066¹⁴⁸. Já em 1886 o número de consulentes baixou para 2206, ao passo que o de leitores atingiu a marca de 3412. Os jornais e revistas foram as obras mais lidas, totalizando 875 empréstimos, seguidos pelos títulos de Belas Letras, 644, e de Ciências Naturais, 207¹⁴⁹. Nos últimos anos do Império a biblioteca contava com 2021 livros encadernados e 1103 brochuras sem falar os diversos jornais e revistas que não foram contemplados no levantamento executado pelo amanuense dessa repartição¹⁵⁰.

A instalação da biblioteca pública em uma das salas do Ateneu Provincial transformou este estabelecimento de ensino secundário em *locus* de sociabilidade literária em Vitória. É possível, inclusive, sugerir ter existido um movimento sincrônico entre o aprimoramento das atividades da biblioteca e o desenvolvimento da instrução pública na capital, principalmente a partir de meados da década de 1870.

Conforme discutido no capítulo V deste trabalho a instrução pública passou por diversas reformas ao longo da segunda metade do século XIX, tanto no ensino primário, quanto no secundário. O primeiro estabelecimento de instrução primária e secundária da Província foi criado em Vitória no ano de 1843. As primeiras alterações ocorreram em 1854, quando adquiriu outras proporções e recebeu o

Monjardim de Andrade e Almeida, primeiro Vice-Presidente. Vitória: Tipografia *d'O Horizonte*, 1882. p. 10.

¹⁴⁷ “A imprensa e as livrarias do Império tem constantemente contribuído com seu auxílio na remessa de periódicos e revistas, que tem aumentado o número de volumes ali existentes”. RELATÓRIO com que o Exm. Sr. Dr. Miguel Bernardo Vieira de Amorim, 2º Vice-Presidente, passou a administração desta Província ao Exm. Sr. Dr. Joaquim José Affonso Alves no dia 12 de janeiro de 1884. Vitória: Tipografia do *Horizonte*, 1884. p. 26. Em 1886 a biblioteca recebeu “[...] 26 jornais, 55 periódicos e 12 revistas de várias partes do Império”. RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo pelo presidente da Província, Desembargador Antônio Joaquim Rodrigues em 5 de outubro de 1886. Vitória: Tipografia do *Espírito-Santense*, 1886. p. 18-19.

¹⁴⁸ RELATÓRIO com que o Exm. Sr. Dr. Miguel Bernardo Vieira de Amorim, 2º Vice-Presidente, passou a administração desta Província ao Exm. Sr. Dr. Joaquim José Affonso Alves no dia 12 de janeiro de 1884. Vitória: Tipografia do *Horizonte*, 1884. p. 26.

¹⁴⁹ RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo pelo presidente da Província, Desembargador Antônio Joaquim Rodrigues em 5 de outubro de 1886. Vitória: Tipografia do *Espírito-Santense*, 1886. p. 18-19.

¹⁵⁰ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VI, nº1775, de 14 de outubro de 1888. p. 3.

nome *Liceu de Vitória*. Já no final da década de 1860 passou por mais aperfeiçoamentos, ganhando o título *Ateneu Provincial*¹⁵¹.

O desenvolvimento mais expressivo da instrução pública no Espírito Santo ocorreu a partir dos primeiros anos de 1870, quando o governo imperial promulgou uma lei que validava os exames preparatórios feitos nas províncias brasileiras. De acordo com Affonso Cláudio de Freitas Rosa essa medida impulsionou a difusão do ensino secundário entre a mocidade capixaba que “[...] se afeiçoou ao estudo das coisas pátrias e pouco a pouco pôde entrar no conhecimento das falhas da construção monárquica de 1824”¹⁵². Para os jornalistas capixabas o Ateneu era:

[...] o santuário em que se cria a opinião pública e se elabora a alma do pensamento, que é a aspiração dos dias de hoje e a conquista dos dias de amanhã. [...] é também a tribuna em que se educam os sacerdotes do Direito, em que se levantam os atletas da imprensa e em que se erguem os apóstolos da liberdade¹⁵³.

Data da década de 1870 também a instalação das primeiras aulas noturnas gratuitas para alfabetização de adultos livres e libertos¹⁵⁴. A iniciativa objetivava propagar a instrução popular, nas classes operárias e em “[...] outras menos favorecidas da fortuna”, com vistas ao progresso intelectual da Província: “[...] venha o livro; que todos o saibam ler e um dia chegará em que a nascente nação do Brasil [...] ocupará o lugar de honra que lhe está destinado no banquete universal da civilização e da ciência”¹⁵⁵.

É verdade que os cursos ministrados no Ateneu Provincial careciam de professores bem formados. Estavam à frente das aulas indivíduos desprovidos de qualquer familiaridade com o magistério. Porém, para os objetivos desta tese, consideramos que esse ambiente desempenhava um papel bastante relevante na sociedade capixaba, para além da instrução propriamente dita. Nas últimas décadas do Império

¹⁵¹ DAEMON, Bazílio Carvalho. 2010. p. 365 e 435.

¹⁵² FREIRE, Mário Aristides. *A República no Espírito Santo*. Separata da edição da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo comemorativa do cinquentenário da proclamação da República. Vitória: Oficina “Vida Capixaba”, 1939. p. 4.

¹⁵³ ESPÍRITO-SANTENSE, ano III, nº 228, de 19 de junho de 1873. p. 2.

¹⁵⁴ Diversas associações de Vitória concorreram para a popularização da instrução na capital, com destaque para as literárias. Houve também iniciativas promovidas por associações ditas públicas (*Club Commercial*), uma carnavalesca (*Club Carnavalesco dos Barrigudos*) e uma loja maçônica (*União e Progresso*). Esta última, por meio do tronco de beneficência mantinha um liceu e uma biblioteca. ACHIAMÉ, Fernando. *Esquadro e compasso em Vitória*: álbum da loja maçônica União e Progresso. Vitória: Instituto Brasileiro e Geográfico do Espírito Santo, 2010. p. 32.

¹⁵⁵ ESPÍRITO-SANTENSE ano XXIV, nº 44, de 23 de abril de 1872. p. 3.

o Ateneu se tornou um importante espaço de sociabilidade da mocidade e, por isso, sua influência no desenvolvimento do movimento associativo não deve ser desprezada. Karulliny Silverol Siqueira Vianna afirma que o Ateneu foi “[...] usado para debates e fortalecimento da ideia de progresso e futuro [...]”¹⁵⁶, além de alguns de seus professores, que também eram redatores de jornais (a exemplo de José Joaquim Pessanha Póvoa, Amâncio Pinto Pereira e Aristides Freire), incentivarem os estudantes a ingressar na senda da imprensa, produzindo seus próprios textos editoriais, e criar associações.

Diante do exposto, identificamos 14 associações literárias e de instrução em funcionamento na cidade de Vitória nas últimas três décadas da monarquia, tendo a maioria sido criada durante os anos 1880 (12)¹⁵⁷. Em 23 junho de 1879 criou-se o primeiro clube literário e científico organizado por estudantes do Ateneu provincial chamado *Club Literário Saldanha Marinho*¹⁵⁸. Formado por moços com idade entre 12 e 17 anos ele reunia o entusiasmo da juventude e a efervescência política no cenário nacional daquela década, com a crise dos partidos monárquicos e a formação do Republicano¹⁵⁹.

No evento de instalação da nova sociedade, no qual estiveram presentes o Inspetor Geral da Instrução Pública, professor José Joaquim Pessanha Póvoa, bandas de música e diversos expoentes da política local, apresentou-se o programa do *Club Literário Saldanha Marinho*. Nele vinha estampada uma produção escrita do professor Pessanha Póvoa:

Eleva-te, Brasil, os ferros quebra
 Dos vis que te pretendem escravizar.
 Encara o teu passado glorioso,
 Repele quem pensou te avassalar.
 A Hungria, a Polônia, foram vítimas
 De tredo despotismo e tirania;

¹⁵⁶ VIANNA, Karulliny Silverol Siqueira. 2014. p. 193.

¹⁵⁷ Duas associações foram localizadas para as décadas de 1860 e 1870, sendo uma para cada período. No final da década de 1860 foi fundado em Vitória o *Club Philomático*, que, como o próprio nome indica, era dedicado ao estudo das Ciências. As discussões no seio do *Club* eram intercaladas pelas comissões Científica, Literária e de pesquisas de Manuscritos. Fizeram parte da primeira diretoria: Presidente: José Marcelino Pereira de Vasconcellos; vice: Leandro Ferreira Campos; 1° sec: José Zeferino Rangel de S. Paio; 2° dito: Manoel Antonio de Assis; sec. Adjunto: Alberto Claudio Pralon; orador: Coriolano Alberto de Andrade e Oliveira; tesoureiro: Urbano de Moura. JORNAL DA VICTORIA, ano V, n° 404, de 17 de abril de 1868. p. 2.

¹⁵⁸ Joaquim Saldanha Marinho foi um defensor das ideias republicanas e chefe do partido homônimo quando de sua fundação em 1870.

¹⁵⁹ CARVALHO, José Murilo de. 2009.

Mas, tu, oh, Briaréu do Novo Mundo
 Os teus pulsos não dês à Monarquia,
 Fulgure em toda a parte,
 Como brilha o diamante,
 A estrela a surgir
 No portentoso horizonte.
 Salve!...República esperada!
 Tu és o horror do verdugo,
 Vem vingar o Tiradentes,
 Ouvindo os versos de Hugo!¹⁶⁰

A poesia, declamada por um estudante, mostra que a mocidade capixaba estava em consonância com as questões políticas que agitavam o jogo político nacional, em especial a escravidão e a defesa de uma nova forma de governo, a República. Falaram durante a solenidade de instalação o professor Amâncio Pereira e Antonio Athayde. Também discursaram os estudantes Chapot Presvot, Cândido Sant'Anna e Lídio Mululo. Este último fez um discurso inflamado ao que o auditório respondeu com muitos "Vivas!"

Encerrados os discursos os estudantes saíram em passeata, precedidos por uma banda de música. No caminho saudaram as redações dos jornais da capital, recitaram poesias e distribuíram uma produção escrita por Pessanha Póvoa. Ao final do percurso deram vivas à República, a Saldanha Marinho e ao próprio *Club*. De acordo com o *Espírito-Santense* o passeio da mocidade foi apreciado por algumas autoridades públicas, como o presidente da Província e o tenente-coronel Alpheu Monjardim¹⁶¹.

O redator do jornal, Bazílio Daemon, declarou também que o préstito ocorreu na perfeita ordem. Porém, outros registros indicam que os estudantes enfrentaram resistência da polícia da capital. Ao chegarem ao cais do Imperador¹⁶² foram impedidos de continuar a passeata, sendo obrigados a retornar à sede do clube¹⁶³. Ao que parece os elogios proclamados à república durante o passeio, bem como a poesia distribuída, não foram bem aceitos por algumas autoridades públicas.

Ciente dessa resistência e das consequências que poderiam sofrer em função do posicionamento político que defendiam, o *Club Literário Saldanha Marinho* publicou

¹⁶⁰ NOVAES, Maria Stella de. [19-?]. p. 275-276.

¹⁶¹ ESPÍRITO SANTENSE, ano IX, nº 51, de 25 de junho de 1879. p. 2.

¹⁶² Conferir legenda nº 10 da Planta 1 no Anexo A da tese.

¹⁶³ NOVAES, Maria Stella de. [19-?]. p. 276.

uma carta no jornal *Sete de Setembro* para desconstruir a ideia de que ele defendia o fim da monarquia no Brasil:

[...] havendo um ligeiro passeio dos sócios com alguns músicos e dando-se alguns vivas á república houve pessoas que ocultando a brilhante ideia desses moços, apresentaram o panorama político como divisa deles e disse que o club era de caráter republicano! Ilusão! A república desses moços é a das letras. E como alguns interpretaram desta forma nos foi forçado a escrever algumas palavras a fim de destituir-nos o que aludiam [...]¹⁶⁴.

Debalde foram os esforços para desassociar o *Club* da ideia de república, pois não dissiparam as desconfianças dos defensores da monarquia. A *Literária Saldanha Marinho* tornou-se conhecida na cidade de Vitória e entre os capixabas por sua reputação republicana. Acreditamos que ela propugnasse, de fato, princípios republicanos, tendo em vista o telegrama enviado a Saldanha Marinho para notificar a criação da nova associação. Em resposta Saldanha manifestou que “nossa legenda é um hino de glória que se imortalizará pela coragem e civismo de moços”¹⁶⁵. Além disso, outros registros da imprensa local e de capixabas que viveram na mesma época de funcionamento da referida associação corroboram nosso entendimento¹⁶⁶.

De acordo com Antonio Athayde, por exemplo, o núcleo republicano mais antigo sediado em Vitória foi o *Club Saldanha Marinho*, que contou com a participação de Amâncio Pinto Pereira e do fotógrafo Joaquim Ayres (mais tarde membro do *Club Republicano* fundado em Cachoeiro). Entre os fundadores dessa sociedade literária citamos Antonio Rodrigues de Miranda, Urbano de Vasconcellos, Eduardo Chapot Presvot, Luiz Chapot Presvot, José Gameiro, Pinto Eloy, Edgardo Daemon, Candido de Sant’Anna, Virgílio Moraes, Lydio Mululo, Pedro Lyrio, Virgilio Barbosa, Tito Costa¹⁶⁷. Afora os partidos políticos, organizados em Vitória durante a década de

¹⁶⁴ SETE DE SETEMBRO, ano I, ° 18, de 16 de agosto de 1879. p. 1.

¹⁶⁵ NOVAES, Maria Stella de. [19-?]. p. 276.

¹⁶⁶ “Sessão Comunicações. Segredos à puridade. O que dizem? [...] Que estando os estudantes receosos em sair à passeata, porque são filhos de família, alguém lhes disse que podiam sair, porque o primeiro republicano da Província era o próprio presidente, o que não acreditamos...”. ESPÍRITO-SANTENSE, ano IX, n° 52, de 28 de junho de 1879. p. 4.

¹⁶⁷ FREIRE, Mário Aristides. 1939. p. 12.

1860, atribui-se a esse *Club* a primeira tentativa de formar uma associação política na capital composta por indivíduos sem vínculos partidários¹⁶⁸.

A vida associativa caiu no gosto dos estudantes do Ateneu Provincial. Em agosto de 1880 criaram uma nova sociedade literária chamada *Amor às Letras* com a finalidade de fomentar a cultura das Ciências e das Letras em Vitória. Para tanto previa em seu estatuto, no artigo 2º, a organização de discussões periódicas sobre pontos científicos e literários. Seria aceito para sócio efetivo o indivíduo que fosse: “Art. 5º. estudante exemplar; maior de 15 anos; que tenha ao menos dois preparatórios e que curse algumas aulas de ciências no Ateneu Provincial”¹⁶⁹. Os membros dessa sociedade estavam obrigados ao pagamento de uma mensalidade no valor de 500 réis, o que lhes garantiria o direito de votar e ser votado nas eleições que ocorreriam a cada início de semestre¹⁷⁰. Poderiam ser aceitos sócios honorários, que eram desobrigados da mensalidade, desde que os serviços prestados pelos candidatos a essa categoria em prol da instrução e da *Amor às Letras* fossem comprovados.

¹⁶⁸ Além desse clube sabemos da existência de outras duas associações políticas capixabas no período monárquico, porém, dispomos de pouquíssimos dados. O *Club Liberal Espírito-Santense*, fundado em 1885, com a finalidade de divulgar as ideias liberais em harmonia com o partido e o *Club Republicano* sobre o qual noticiou a *Gazeta da Victoria* a respeito da composição de sua diretoria: “presidente: Affonso Claudio; secretário: Salvador Thevenar e tesoureiro: João José Domingues Ramos”. À reunião de instalação desse último clube compareceram os indivíduos mencionados e “[...] Henrique da Silva Coutinho, influência conservadora da freguesia de Mangaraí e que acaba de aderir ao programa do novo partido”. A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano IV, nº 901, de 26 de setembro de 1885. p. 3. A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VII, nº 1815, de 2 de dezembro de 1888. p. 2.

¹⁶⁹ ESPÍRITO-SANTENSE, ano XI, nº 41, de 21 de maio de 1881. p. 3.

¹⁷⁰ Faziam parte da *Sociedade Literária Amor às Letras* os estudantes: Lydio Mululo, Bermudes Machado, José Candido, Dias Junior, Aldano Paiva, Olyntho Martins, Rio Ramos, Agenor Moreira, Sebastião d’Azevedo, Mario Barroso, Pedro Nolasco, José Batalha, Américo Batalha, Concínio Escobar, Olintho Modesto, B. Castello, D. Oliveira, Urcisino Siqueira, Pedro Daemon, Horácio Magalhães, Dias Junior, Deocleciano Araujo e Antonio Tagarro. A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano II, nº 205, de 26 de abril de 1883. p. 3. A FOLHA DA VICTORIA, ano II, nº 125, de 21 de setembro de 1884. p. 3-4. A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano IV, nº 904, de 30 de setembro de 1885. p. 2. A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano V, nº 1051, de 6 de abril de 1886. p. 2.

Além das discussões teóricas, as atividades da *Amor às Letras* incluíam, também, festejos nos aniversários da independência brasileira. Em setembro de 1883, por exemplo, as comemorações iniciaram ainda de madrugada com passeio dos sócios pelas ruas da capital acompanhados por banda de música. Ao longo daquele dia outros grupos musicais imitaram a iniciativa dos estudantes secundaristas¹⁷¹.

No ano seguinte a data foi comemorada no mesmo estilo. O relógio do convento São Tiago marcava três horas da madrugada e “[...] a cidade [dormia] um pesado e profundo sono, guardava por sua vez o silêncio [...]”¹⁷². Os primeiros fogos estourados no ar informavam aos capixabas que tinha início a festa promovida pela *Sociedade Literária Amor às Letras*: “[...] Foguetes, música, vivas, tudo enfim concorria para salvar este grande e suntuoso dia [...]”¹⁷³. O préstito era acompanhado pela banda marcial dos Caramurus do convento franciscano.

Os estudantes estavam vestidos a caráter, de distintivos, e levando à frente do grupo “o grande pendão do fumo e café”¹⁷⁴. Conforme os moradores saíam às portas das casas para assistir o passeio, recebiam da mocidade do Ateneu cartazes com um soneto escrito em homenagem àquela data. A passeata, que percorreu “[...] as ruas mais importantes da capital” foi encerrada perto das 8 horas da manhã, interrompendo as comemorações até o final da tarde do mesmo dia. À noite as celebrações tiveram lugar no salão do Colégio Nossa Senhora da Penha que foi preparado com as “[...] efígies do redentor do Brasil – D. Pedro I; do nosso atual regente – D. Pedro II; quadros, espelhos, luzes, flores [...]”. Convidou-se Aleixo Netto, presidente honorário da *Sociedade Literária Amor às Letras* e membro da loja maçônica *União e Progresso*, para presidir a sessão literária daquela noite.

O orador da *Sociedade Literária Amor às Letras*, Affonso Athayde, falou sobre a independência do Império e recitou uma poesia. Vários indivíduos inscreveram-se para discursar: Almeida Coelho e Cincinato do Nascimento, representantes do *Club Abolicionista Dr. João Clímaco*, Pedro Lírio, Olímpio Lírio, Deocleciano Nunes¹⁷⁵,

¹⁷¹ O HORIZONTE, ano IV, nº 98, de 11 de setembro de 1883. p. 2.

¹⁷² A FOLHA DA VICTORIA, ano II, nº 125, de 21 de setembro de 1884. p. 3-4.

¹⁷³ A FOLHA DA VICTORIA, ano II, nº 125, de 21 de setembro de 1884. p. 3-4.

¹⁷⁴ A FOLHA DA VICTORIA, ano II, nº 125, de 21 de setembro de 1884. p. 3-4.

¹⁷⁵ Deocleciano Nunes de Oliveira recitou uma poesia no Sarau Literário da *Sociedade Literária Amor às Letras*: “Vou cantar a liberdade de minha pátria querida, canto, sim, de coração que a liberdade é a vida; é o calor que vivifica o sangue que não trepida em remir do cativo a liberdade oprimida. A

Aureliano Nunes, Agenor Moreira, Sebastião d’Azevedo e Mario Barroso. A festa foi encerrada com uma *soirée* dançante que perdurou até a madrugada do dia 8 de setembro¹⁷⁶.

A *Sociedade Literária Amor às Letras* teve excelente aceitação por parte dos capixabas, dos jornalistas e de outras associações sediadas na capital¹⁷⁷, dentre elas a loja maçônica *União e Progresso*. Em 1885 esta loja cedeu sua biblioteca para os estudantes do Ateneu a fim de “[...] desenvolver e ilustrar o espírito de seus agremiados”¹⁷⁸. Em regozijo e gratidão, os sócios da *Amor às Letras* organizaram uma sessão magna no findar de setembro daquele ano. O orador, Horácio Magalhães, falou aos presentes sobre a importância de uma biblioteca e “[...] dirigiu entusiásticas saudações ao dia 28 de setembro, avivando com satisfação o nome do visconde do Rio Branco”¹⁷⁹. A retórica abolicionista marcou, também, a fala de outros dois jovens: Ferreira Dias, que discursou em nome da *Sociedade Literária Vinte e Cinco de Março*, de Vitória, e saudou “[...] o distinto abolicionista José do Patrocínio, a cuja seita diz pertencer de coração”¹⁸⁰. E Alcebíades Peçanha, membro do clube literário *José de Alencar*, que deu “vivas ao dia 28 de setembro e à república”¹⁸¹. A sessão foi encerrada com um passeio pelas ruas da cidade ao som da banda de

liberdade é farol que ilumina fulgurante o coração brasileiro que não vacila um instante em animar com valor a coorte [sic] militante em favor da redenção do cativo aviltante. Canto, sim, a liberdade com ardor no coração, quero ver exterminada a tirana escravidão; sou jovem, mas lutarei pela glória da nação, quero quebrar as algemas que escravizam meus irmãos. Na natureza contemplo dos seres a liberdade, este condão de delícias, pura deusa de bondade, grandeza que nutre a alma que não nega caridade, que não agrilhoa pulsos, açoitando a humanidade. Emancipa, oh! Pátria minha, teus filhos da escravidão, aurora que hoje fulgura brilhará com mais razão; mais brilhante o sol será que iluminar a nação que em prol dos filhos cativos espargir [sic] a redenção. Hoje saudamos a aurora de nossa emancipação, rendamos aos lidadores tributo de gratidão. Por amor de nossos brios, para a glória da nação, vamos dar a liberdade aos filhos da escravidão. Viva a nação brasileira, viva a família imperial, viva o dia 7 de setembro, viva a Sociedade Literária Amor às Letras”. A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano III, nº 604, de 12 de setembro de 1884. p. 3.

¹⁷⁶ A FOLHA DA VICTORIA, ano II, nº 125, de 21 de setembro de 1884. p. 3-4.

¹⁷⁷ Os redatores José de Mello Carvalho Moniz Freire e Cleto Nunes Pereira, da *Província do Espírito Santo*, disponibilizaram sua tipografia para a impressão do jornal *O Pylilampo*, de 1882. Esta folha era redigida pelos estudantes João Magalhães Junior, Aldano Paiva, Lydio Mululo, José Araujo Monjardim e os professores Amâncio Pereira e José Joaquim Pessanha Póvoa. Um dos objetivos visava o desenvolvimento da instrução da mocidade capixaba por meio da divulgação da verdade científica. Também defendiam a causa abolicionista. Em 1885 Aristides Freire, proprietário da *Folha da Victoria*, forneceu os materiais e maquinários necessários para a produção de *O Athleta*, novo periódico da *Sociedade Literária Amor às Letras* sob a coordenação de Lydio Mululo. Para mais informações consultar o capítulo V desta tese.

¹⁷⁸ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano IV, nº 904, de 30 de setembro de 1885. p. 2.

¹⁷⁹ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano IV, nº 904, de 30 de setembro de 1885. p. 2.

¹⁸⁰ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano IV, nº 904, de 30 de setembro de 1885. p. 2.

¹⁸¹ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano IV, nº 904, de 30 de setembro de 1885. p. 2.

música da Irmandade de São Benedito da Igreja do Rosário. O préstito foi acompanhado por muitos “populares”.

Ao longo de seu funcionamento observamos que para além de espaço de sociabilidade formal a *Sociedade Literária Amor às Letras* era a porta-voz das reivindicações estudantis. É isso que indica uma publicação do jornal *Província do Espírito Santo* de outubro de 1886. Consoante a redação, vários estudantes do Ateneu Provincial reuniram-se numa das salas da *Amor às Letras* para tratar sobre o “[...] recente decreto imperial que alterou o programa dos exames gerais de preparatórios”¹⁸². Deliberaram peticionar ao Inspetor da Instrução da Comarca da capital, Nascentes Azambuja, solicitando que a presidência da Província interviesse na questão.

Em 1885 mais uma sociedade literária foi formada por estudantes do Ateneu: *Grémio Literário 25 de Março*. A data era uma homenagem ao dia de aniversário do juramento da Constituição Política do Império. Identificamos que alguns dos estudantes que pertenciam aos quadros da *Amor às Letras* também fizeram parte da nova associação. A primeira diretoria do *Grémio* foi composta por Sebastião Azevedo, Ferreira de Sousa, Álvaro Gonçalves, João Sarmiento, Alcebíades Pessanha, Francisco Escobar, Benicio Gonçalves, Aureliano Pereira e Rodolpho Barroso¹⁸³.

Infelizmente dispomos de poucas informações a respeito do *Grémio 25 de Março*. Sobre esse silêncio nas fontes há, no mínimo, duas possibilidades: a falta de publicações na imprensa pode indicar que a nova sociedade durou pouco tempo ou que ela se manteve em funcionamento, porém, os estudantes do Ateneu concentravam seus esforços na *Amor às Letras*. Foram sócios honorários da *25 de Março*: José Joaquim Pessanha Póvoa (presidente honorário), Goulart de Souza, Domingos Barroso, Diógenes Teixeira, Antonio Athayde, capitão Nelson do Nascimento, Miguel Sarmiento e padre Francisco Antunes de Siqueira¹⁸⁴.

A última sociedade literária criada por estudantes do Ateneu data de 1886, o *Club Literário União Juvenil*. A exemplo da *Amor às Letras* e do *Grémio 25 de Março* o

¹⁸² A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano V, nº 1208, de 20 de outubro de 1886. p. 3.

¹⁸³ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano IV, nº 761, de 1º de abril de 1885. p. 2.

¹⁸⁴ O HORIZONTE, ano VI, nº 25, de 12 de abril de 1883. p. 2.

novo clube também hasteou a bandeira antiescravista. Em 28 de setembro de 1886 os sócios comemoraram o aniversário da Lei do Ventre Livre com uma sessão magna¹⁸⁵. Participaram na qualidade de oradores os jovens José Monjardim, Américo Batalha, Jorge Nolasco e Alexandre Moniz, “[...] que em frases cheias de inspirações ardentes traduziram a sua homenagem e amor à memória do eminente estadista, o seu devotamento e crescente entusiasmo pela continuação da obra de um benefício tão santo”¹⁸⁶.

A *Sociedade Literária Amor às Letras* esteve presente no evento promovido pelo *Club União Juvenil*. A sessão foi encerrada com uma *marche aux flambeaux* acompanhada pela banda de música Caramuru¹⁸⁷. Ao longo do percurso os estudantes e demais pessoas que participavam do passeio receberam calorosas “[...] demonstrações patrióticas, referências e ovações lisonjeiras, abraços e calorosos vivas de grande número de apreciadores”¹⁸⁸.

Os colégios particulares também tiveram representantes no movimento associativo desenvolvido em Vitória nas últimas décadas do Império¹⁸⁹. Em 1888 Duque-Estrada Meyer criou o *Grêmio Literário Victoriense* nas dependências da sua escola secundária. Ao contrário das demais sociedades formadas por estudantes da capital o *Victoriense* foi composta majoritariamente por indivíduos adultos. Mas reconhecemos alguns nomes que pertenciam aos quadros do Ateneu, como Bráulio Cordeiro Junior, Phidias Daemon, Pedro Daemon e Lídio Mululo¹⁹⁰.

Não obstante a falta de informações sobre este grêmio, identificamos duas características que o destacavam do restante das associações. Em primeiro lugar, a extensão da rede de sociabilidades forjada no seio do *Victoriense* que contava com sócios da capital, do interior da Província (Anchieta e Cachoeiro de Itapemirim), da

¹⁸⁵ Também figuraram como sócios do *Club Literário União Juvenil* os estudantes: Virgínio Calmon, Argeu Monjardim, Pedro Nolasco, Francisco Pessoa e Rufino Campos. A FOLHA DA VICTORIA, ano IV, n° 312, de 3 de outubro de 1886. p. 2.

¹⁸⁶ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano V, n° 1191, de 30 de setembro de 1886. p. 4.

¹⁸⁷ Passeio noturno com balões, lanternas ou luminárias. Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/marche%20aux%20flambeaux>. Acesso em: 01/08/2016.

¹⁸⁸ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano V, n° 1191, de 30 de setembro de 1886. p. 4.

¹⁸⁹ Localizamos poucas informações a respeito de uma associação constituída por estudantes do Colégio Meyer em Vitória no ano de 1887, o *Grêmio Literário José Bonifácio*. Sua diretoria era composta por Carolino Furtado, Heitor Coutinho, Leôncio Nunes, Francisco Cravo, Antonio Madruga e Mario Lopes. A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VI, n° 1384, de 11 de junho de 1887. p. 3.

¹⁹⁰ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VII, n° 1726, de 15 de agosto de 1888. p. 3.

Corte e Pernambuco¹⁹¹. Em segundo, foi a primeira sociedade literária a discutir a educação feminina “[...] para além do lar doméstico”¹⁹².

Na 3ª Sessão Literária realizada em 18 de setembro de 1888 sob a presidência de Duque-Estrada Meyer o sócio Cândido Miranda colocou em discussão o tema: “qual dos métodos de ensino que mais vantagens oferecerá à mocidade na época atual?”¹⁹³ Nesta oportunidade debateu-se também a tese “convirá a educação da mulher para além do lar doméstico?”¹⁹⁴ Este segundo tópico teve uma excelente repercussão entre os associados, gerando discursos acalorados. Ao final a mesa da sessão realizou uma votação: manifestaram-se favoravelmente à instrução das mulheres Pedro Daemon e Cândido Miranda e contra os sócios Bráulio e Meyer.

Isso indica que as sociedades literárias capixabas estavam longe de se restringirem às discussões filosóficas e de Belas Artes. Esses espaços de sociabilidade formal eram, igualmente, ambientes de discussão política, de crítica. Em diversos momentos de reuniões fechadas, eventos abertos a convidados e daqueles realizados nos espaços públicos da cidade os participantes dessas associações manifestaram-se politicamente, problematizaram questões e comemoraram. Assim, elas foram elemento-chave para a formação da esfera pública de opinião em Vitória e o avanço do movimento associativo moderno¹⁹⁵.

6.5 Movimento associativo e campanha abolicionista

Durantes as décadas de 1860 e 1880 algumas sociedades destacaram-se no contexto capixaba devido ao seu envolvimento com a causa abolicionista. Nesse período surgiram associações dedicadas quase exclusivamente à libertação de escravos. A primeira delas foi criada em 1869 e recebeu o nome *Sociedade Abolicionista da Escravatura do Espírito Santo*. Seus fundadores eram membros da

¹⁹¹ Localizamos os seguintes sócios efetivos do *Grêmio Literário Victoriense*: Manoel Teixeira da Silva Sarmiento, Amâncio Pereira, Horácio Magalhães, Augusto Calmon, Dias Junior, Ignacio Pessoa, Lima Escobar, Candido de Miranda e José Candido de Vasconcellos. Sócios honorários: Nascentes de Azambuja, José de Mello Carvalho Moniz Freire, Cleto Nunes Pereira, Pessanha Póvoa e Bazílio Daemon. Sócios correspondentes: Antonio Aguirre (Cachoeiro), Franklin Ferreira de Sampaio (Corte), Jorge Nolasco Pereira da Cunha (Pernambuco), João Zeferino Rangel de S. Paio (Corte), Antonio Rodrigues de Miranda (Anchieta). p. 2. A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VII, nº 1729, de 19 de agosto de 1888.

¹⁹² A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VII, nº 1752, de 18 de setembro de 1888. p. 2.

¹⁹³ PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VII, nº 1752, de 18 de setembro de 1888. p. 2.

¹⁹⁴ PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VII, nº 1752, de 18 de setembro de 1888. p. 2.

¹⁹⁵ MOREL, Marco. 2005. p. 265.

elite política da Província e, alguns deles, redatores de jornais publicados na capital¹⁹⁶.

De acordo com Amâncio Pinto Pereira a finalidade dessa sociedade era “[...] alforriar o maior número possível de escravos de ambos os sexos e de qualquer idade e fazer deles cidadãos úteis, velando sobre sua instrução religiosa, moral e literária [...]”¹⁹⁷. A compra das liberdades era feita por meio de donativos feitos em qualquer espécie por seus associados. Estes podiam ser divididos em duas categorias: ativos e passivos. Os primeiros abarcavam qualquer pessoa livre, brasileira ou não, homem ou mulher e sem restrição de idade¹⁹⁸. Os segundos, por sua vez, referiam-se aos escravos vinculados à *Abolicionista da Escravatura do Espírito Santo* na condição de sócio essencial.

A iniciativa desses expoentes da política provincial foi efêmera. No início da década de 1870 já não se ouvia falar em Vitória sobre a *Abolicionista do Espírito Santo*. Isso não quer dizer, contudo, que a causa emancipacionista enfraquecera na capital¹⁹⁹. Em 1872, políticos, comerciantes e profissionais liberais fundaram uma loja maçônica intitulada *União e Progresso*²⁰⁰.

A instalação da *Loja Maçônica União e Progresso* ocorreu em um momento de crise política entre o Estado e a Igreja Católica²⁰¹. É provável que isso e o fato de o “[...]”

¹⁹⁶ De acordo com Mariana de Almeida Pícoli concorreram para a fundação da Sociedade Abolicionista da Escravatura no Espírito Santo: Deolindo José Vieira Maciel (professor e diretor do Liceu de Vitória à época), José Feliciano Moniz Freire (engenheiro e redator), Clímaco Barbosa (bacharel em Direito), José Correa de Jesus (bacharel em Direito e redator), e Ernesto Mendo Andrade Oliveira (médico). PÍCOLI, Mariana de Almeida. 2009. p. 62.

¹⁹⁷ PEREIRA, Amâncio Pinto. *Homens e cousas espírito-santenses*. Vitória: Sociedade de Artes Gráficas, 1914. p. 122.

¹⁹⁸ Eram sócios ativos da *Sociedade Abolicionista da Escravatura do Espírito Santo*: Deolindo José Vieira Maciel, Clímaco Barbosa, Joaquim Álvares dos Santos Souza, Ernesto Mendo de Andrade e Oliveira, Manoel Feliciano Moniz Freire, Francisco Gomes d’Azambuja Meirelles, Leopoldo Augusto Diocleciano de Mello e Cunha, capitão Joaquim Francisco da Costa, José Ribeiro Coelho, tenente-coronel Adeplho Monjardim de Andrade de Almeida e José Correa de Jesus. PEREIRA, Amâncio Pinto. 1914. p. 123-124.

¹⁹⁹ Sobre a discussão emancipacionismo e abolicionismo consultar a seção 5.6 do capítulo V desta tese.

²⁰⁰ De acordo com Fernando Achiamé existiu, em 1862, uma loja maçônica em Vitória, chamada Beneficência n° 1044, da qual provieram muitos dos instaladores da *União e Progresso*. Não encontramos menção a essa sociedade nos impressos pesquisados. ACHIAMÉ, Fernando. 2010. p. 32.

²⁰¹ O conflito com a Igreja Católica ocorreu em 1874, quando dois bispos brasileiros proibiram a presença de maçons em irmandades religiosas. Publicaram-se críticas na imprensa brasileira com reclamações direcionadas ao governo imperial, alegando que os clérigos desobedeceram a legislação brasileira: o beneplácito constituía submeter ao parecer do imperador as bulas e determinações papais antes de serem aplicadas no Brasil. As ações dos bispos estavam em

mundo vitoriense daquele período [ser] muito provinciano e estreitamente vinculado ao Catolicismo [...]”²⁰² tenham contribuído decisivamente para os fundadores da *União* preferirem a forma jurídica de uma associação civil à de uma Loja maçônica²⁰³. Assim, fundou-se em Vitória a *Sociedade Beneficente União e Progresso*, a face pública da *Loja*. A parte de beneficência envolveu-se com a causa da instrução popular, criando um liceu com aulas noturnas (sob a liderança de Manoel Pinto Aleixo Netto) e uma biblioteca²⁰⁴. Também trabalhou, juntamente com a *Loja*, em prol da causa antiescravista. Na verdade, é difícil precisar os limites de atuação das duas entidades, visto que na qualidade de coirmãs e organizadas pelo mesmo grupo de indivíduos desenvolviam, na prática, as mesmas atividades.

Muitos nomes conhecidos do cenário político e jornalístico local foram maçons. Dos 44 redatores identificados nesta pesquisa cerca de quase 40% (38,63%) fazia parte da *Loja União e Progresso*²⁰⁵. Isso significa dizer que esses indivíduos, provenientes, muitas vezes, de grupos políticos e extratos sociais diferentes²⁰⁶, compartilhavam

consonância com o esforço de romanização da Igreja Católica e em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo papa Pio IX. Os bispos foram processados e condenados à prisão, mas anistiados no ano seguinte. O choque com a Igreja somou-se às insatisfações já existentes em relação ao governo imperial, alimentando a crise do regime monárquico das décadas de 1870 e 1880. BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. 1990. p. 277; CARVALHO, José Murilo de. 2012. p. 114.

²⁰² Nesse contexto da década de 1870 em que vários incidentes ocorreram envolvendo a maçonaria e o clero católico os irmãos da *Loja União e Progresso*, instalada em 1872, manifestavam-se nas sessões contra o “[...] Jesuitismo, o Ultramontanismo, a Sotaina Negra, etc. [...] demonstravam apenas o inconformismo dos maçons”. Nas freguesias de Cariacica, Viana e Queimado da Província do Espírito Santo os vigários incitavam o povo contra os maçons, além de o bispo do Rio de Janeiro proibir que esses fossem padrinhos de crismas. FRAGA, Christiano Woelffel. *A maçonaria no Espírito Santo: Loja União e Progresso*. Vitória: [s.n.], [1995?]. p. 103-104.

²⁰³ “Dessa forma ninguém poderia contestar juridicamente a existência da loja maçônica, e mesmo os católicos, que eram a maioria esmagadora da população na Vitória daquele tempo, poderiam dela participar sem serem alcançados por interdições ou excomunhões de autoridades religiosas”. ACHIAMÉ, Fernando. 2010. p. 32.

²⁰⁴ Em 1873: “[...] a Sociedade Beneficente União e Progresso acaba de fundar nesta capital um liceu gratuito de humanidades, em cujas diversas aulas que já funcionam acham-se matriculados mais de noventa alunos e, igualmente, uma biblioteca popular já franqueada aos público, contando para mais de mil e duzentos volumes e todos oferecidos por particulares. [...] em seguida à inauguração tive a satisfação de entregar três cartas de liberdade, concedidas em regozijo ao ato e para maior realce da festa, uma pelo cidadão Jacinto Escobar de Araújo e duas por uma respeitável D. Josefa Souto Pinho”. OLIVEIRA, José Teixeira de. 2008. p. 378.

²⁰⁵ A relação completa de redatores pode ser consultada no capítulo III desta tese. Eram maçons os seguintes publicistas: José Correa de Jesus, Aristides Brasileiro de Barcellos Freire, Bazílio Carvalho Daemon, José de Mello Carvalho Moniz Freire, Cleto Nunes Pereira, Tito da Silva Machado, Aprigio Guilhermino de Jesus, José Joaquim Pessanha Póvoa, Manoel Feliciano Moniz Freire, Delecarliense Drumond d’Alencar Araripe, Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas, Pedro de Sant’Anna Lopes, Maximino Teixeira Maia, Alpheu Adelpho Monjardim de Andrade e Almeida, Francisco Gomes de Azambuja Meirelles, Paulo de Freitas e Odorico José Mululo.

²⁰⁶ Exponentes da política provincial dos dois partidos, Conservador e Liberal, atuavam conjuntamente no seio da Loja. A título de exemplo citamos os liberais coronel Monjardim, Alpheu Adelpho Monjardim, Moniz Freire (pai e filho), Cleto Nunes Pereira e José Correa de Jesus, todos liberais que

esse espaço de sociabilidade e discussão. Karulliny Silverol Siqueira Vianna levanta a hipótese “da maçonaria como reduto de novas discussões que se desviaram do antigo debate restrito às ideias liberais ou conservadoras”²⁰⁷.

As ações antiescravistas encampadas pela *União e Progresso* começaram bem antes do *boom* abolicionista constatado em Vitória durante a década de 1880, dado que o “[...] o combate da escravidão do corpo e do espírito constitui um dos mais importantes ideais da Maçonaria, porque ligado à promoção da liberdade”²⁰⁸. Assim, na sessão de 23 de abril de 1874 foi concedida uma esmola no valor de 20\$000 (vinte mil réis) para a compra da liberdade de uma menor chamada Ernestina, escrava do irmão Antonio Rodrigues Pereira²⁰⁹. Em outra reunião, realizada em 1879, o irmão João Antunes Barbosa Quintão manifestou-se contrariamente à admissão de um candidato “[...] por se dedicar ele ao comércio de escravos, o que contraria o art. 308 dos Regulamentos” maçônicos²¹⁰.

A *União e Progresso* trabalhava em conjunto com outras sociedades antiescravistas em funcionamento na cidade de Vitória nos anos 1870 e 1880. Para a compra de alforrias estimulava a oferta de donativos entre os irmãos. Também aceitava doações de escravos que lhe confiavam seu pecúlio em troca de amparo jurídico nas ações de liberdade. Na ata da sessão de 26 de janeiro de 1882, por exemplo, o escravo Maximino denunciou à *Loja* que entregara ao irmão Zeferino José Mululo a quantia de 225 mil réis e que este não a depositara nos cofres dessa sociedade²¹¹.

Nos anos finais de existência da escravidão iniciou-se um movimento em diversas lojas maçônicas do país que visava proibir que os irmãos maçons possuíssem escravos. Nesse sentido, foi enviado um ofício do Grande Secretário-Geral da Ordem à Loja *União e Progresso* e lido para os associados na sessão de 6 de outubro de 1887. A *Loja* montou uma comissão especial, composta por Cleto Nunes Pereira, Francisco de Lima Escobar Araujo e Delecarliense Alencar Araripe para

conviviam como irmãos na sociedade maçônica ao lado dos conservadores Bazílio Carvalho Daemon, Aristides Barcellos Freire, Pedro de Sant’Anna Lopes, Dionyzio Álvaro Rezendo e Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas.

²⁰⁷ VIANNA, Karulliny Silverol Siqueira. 2014. p. 193.

²⁰⁸ ACHIAMÉ, Fernando. 2010. p. 43.

²⁰⁹ ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA da Sociedade Maçônica União e Progresso de 23 de abril de 1874. p. 2.

²¹⁰ FRAGA, Christiano Woelffel. [1995?]. p. 49.

²¹¹ ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA da Sociedade Maçônica União e Progresso de 26 de janeiro de 1882.

analisar o expediente. Na sessão de 15 de novembro do mesmo ano aprovou-se por unanimidade a proposta de “[...] serem convidados os nossos irmãos que possuem escravos a libertá-los até 31 de dezembro de 1889 sob pena de serem eliminados do Quadro os infensos a essa medida regeneradora e auspiciosa do Brasil”²¹².

Interessante observar que, em nível de associação, a abolição da escravidão para a *Loja União e Progresso* ocorrera alguns dias antes da fatídica data 13 de maio. Dez dias antes foi apresentada uma proposta de autoria de Theophilo Álvares da Silva Coutinho que pretendia libertar todos os escravos pertencentes a irmãos da *União e Progresso* sob pena de exclusão dos quadros da sociedade²¹³. Silva Coutinho foi ouvido com atenção e ao final de sua fala ovacionado pelos indivíduos presentes na reunião. De fato, na sessão magna realizada em 9 de maio de 1888 presidida por Cleto Nunes Pereira foram declarados “[...] emancipados todos os escravos pertencentes a Irmãos do Quadro da Benemérita Loja ‘União e Progresso’”²¹⁴.

Conforme já assinalamos a *Loja União e Progresso* trabalhou na campanha abolicionista em conjunto com outras associações recém-criadas em Vitória. Uma delas foi a *Emancipadora Primeiro de Janeiro* da Irmandade de São Benedito do convento franciscano. A ideia para a formação da nova sociedade surgiu em uma conversa estabelecida entre Affonso Cláudio, Cleto Nunes Pereira, Manoel Pinto Aleixo Netto, Cândido Vieira da Costa e Francisco de Lima Escobar Araújo. À exceção de Affonso todos os demais eram maçons.

Naquela reunião os irmãos da *União e Progresso* informaram a Affonso Cláudio os benefícios de uma associação libertadora para a causa antiescravista. Convencidos do sucesso do novo projeto eles decidiram fundar a *Emancipadora* no dia 1 de janeiro de 1874²¹⁵. De acordo com os estatutos da nova sociedade poderiam ser sócios quaisquer “[...] pessoas livres ou libertas que forem membros da Venerável

²¹² FRAGA, Christiano Woelffel. [1995?]. p. 50.

²¹³ FRAGA, Christiano Woelffel. [1995?]. p. 51.

²¹⁴ ATA DA SESSÃO MAGNA de posse da nova administração da Sociedade Maçônica União e Progresso de 9 de maio de 1888. p. 1.

²¹⁵ Fizeram parte do quadro de sócios: Cleto Nunes Pereira, Aleixo Netto, José Correa de Jesus, Francisco Escobar Araújo, Philomeno d’Andrade Gomes Resendo, José Ribeiro Coelho, Misael Ferreira Penna, Tito da Silva Machado, João Pinto Gomes Resendo, Cândido Vieira da Costa, José Freyre da Silva, João Pereira de Azevedo, Ovídio Pereira dos Santos, Augusto Nunes da Silveira, Fernando José de Araujo, Augusto Cesar da Silveira, Calisto Ribeiro Coelho, Sebastião da Guia Tristão, Adolpho José de Siqueira, Bazílio Carvalho Daemon e Christiano Augusto Nogueira da Gama. PEREIRA, Amâncio Pinto. 1914. p. 128.

Episcopal Irmandade de São Benedito, ereta no Convento de São Francisco desta cidade”²¹⁶. No artigo 2º explicitou-se seu objetivo: “[...] aquisição dos meios para reabilitação ou remissão dos irmãos ou irmãs – ou dos filhos destes escravos por meio de alforrias”²¹⁷. O artigo 35, por sua vez, estabeleceu a obrigatoriedade de as cartas de liberdade serem entregues no dia da festa de São Benedito do convento franciscano²¹⁸.

Os estatutos foram lidos na seção solene de posse da diretoria da *Associação Emancipadora Primeiro de Janeiro* ocorrida em março de 1874. Nesta ocasião discursaram José Correa de Jesus e Cândido Vieira da Costa. O primeiro falou a respeito da importância de se fundar uma sociedade desse tipo no seio de uma irmandade religiosa, a São Benedito ereta no convento franciscano. Parecia contraditória a existência de uma confraria religiosa com escravos “[...] sem ter [ela] o verbo da emancipação nos seus lábios [...]; como poderá ela levantar como lábaro da sua fé a cruz, o altar onde fora sacrificado o mais ardente apóstolo da liberdade, se em seu seio existem escravos?”²¹⁹ Cândido da Costa, por seu turno, afirmou que a concessão da liberdade significava para o escravo “[...] mais que ouro: o nome de cidadão!”²²⁰

Consoante Mariana Pícoli os festejos promovidos pela Irmandade de São Benedito do convento franciscano eram concorridos²²¹; participavam indivíduos de diferentes extratos sociais. Isso não passava despercebido pelos sócios da *Emancipadora Primeiro de Janeiro*, que aproveitavam essas oportunidades para proferirem discursos políticos inflamados²²². Essa associação também realizava eventos literário-musicais com o intuito de angariar recursos para aquisição de liberdade. No sarau ocorrido nos primeiros dias de novembro de 1874 foi orador Misael Ferreira Penna. Um hino composto especialmente para a associação foi executado no piano pelo sócio Feliciano Feital²²³. Finalizada a peça musical Feital leu uma poesia

²¹⁶ ESPÍRITO-SANTENSE, ano IV, nº 332, de 19 de fevereiro de 1874. p. 3.

²¹⁷ ESPÍRITO-SANTENSE, ano IV, nº 332, de 19 de fevereiro de 1874. p. 3.

²¹⁸ ESPÍRITO-SANTENSE, ano IV, nº 332, de 19 de fevereiro de 1874. p. 3.

²¹⁹ ESPÍRITO-SANTENSE, ano IV, nº 341, de 12 de março de 1874. p. 3.

²²⁰ ESPÍRITO-SANTENSE, ano IV, nº 341, de 12 de março de 1874. p. 4.

²²¹ Nas comemorações realizadas nos dias 25 e 26 de maio de 1874 foram entregues cartas de liberdades para duas menores. ESPÍRITO-SANTENSE, ano IV, nº 375, de 30 de maio de 1874. p. 3.

²²² PÍCOLI, Mariana de Almeida. 2009. p. 60.

²²³ “A LIBERDADE. Hino. O.D.C. À Associação Emancipadora Primeiro de Janeiro em seu Sarau Literário Musical a 31 de outubro de 1874. 1) Um hino cantar devemos neste solene momento em que

recheada de retóricas abolicionistas. Outra poesia, intitulada “O escravo”, foi recitada por Godofredo Autran²²⁴.

Não obstante a indiferença de parte dos capixabas em relação aos trabalhos desenvolvidos pela *Associação Emancipadora Primeiro de Janeiro* os sócios contavam com a solidariedade de outras entidades existentes em Vitória para levar adiante o projeto de libertação dos cativos da capital²²⁵, a exemplo da *Loja União e Progresso* e do Circo Blas-Otero. Este realizou um espetáculo no mês de outubro de 1875 em benefício dos cofres da *Emancipadora*:

[...] Foi dado a Blas-Otero, em sinal de gratidão, o diploma de sócio da mesma Emancipadora. [...] É assim, premiando o mérito de distintos artistas brasileiros, que conseguirá a benemérita Associação Primeiro de Janeiro reagir contra os espíritos tacanhos e as almas pequenas que lhe embarçam a sua elevada e civilizadora missão²²⁶.

A *Associação Emancipadora Primeiro de Janeiro* funcionou ao longo de pouco mais de dois anos. Nos primeiros dias de 1877 ela encerrou suas atividades, dando lugar à uma associação de beneficência²²⁷. Assim, de 1877 a 1882 não encontramos

unidos nos achamos formando um só pensamento. ESTRIBILHO. No Brasil quem foi escravo hoje é senhor dominante, hosana à liberdade que nos dá força gigante. 2) Saudemos a aurora maga donde emanou-se esta luz. Que aboliu o cativo na terra de Santa Cruz. 3) Levantemos meus irmãos d'entusiasmo uma voz que se sepulte para sempre aquele grilhão atroz. 4) E à frente do estandarte de nossa Associação juremos sustentar todos Pátria e Emancipação”. ESPÍRITO-SANTENSE, ano IV, nº 444, de 7 de novembro de 1874. p. 4.

²²⁴ ESPÍRITO-SANTENSE, ano IV, nº 442, de 3 de novembro de 1874. p. 3.

²²⁵ “Discurso proferido na sessão magna da Associação Emancipadora Primeiro de Janeiro no dia 1º de janeiro de 1875. DEUS, PÁTRIA E LIBERDADE. Senhores da Emancipadora! [...] É verdade que temos lutado com a descrença disso que se chama opinião pública, porém ela não é bastante para que nós, verdadeiros apóstolos da liberdade que procuramos, por meio de instituições como esta, quebrar o jugo que mania os pulsos de nossos irmãos, que ainda choram imersos nos abismos do cativo. Desmoronemo-nos ante o báratro do indiferentismo! [...] Posto que, quase sempre, as associações do nosso país, principalmente nesta província, onde as mais gigantescas ideias morrem oprimidas pelos marasmos da sociedade, desasem-se, não é por isso que não devemos caminhar impávidos e altaneiros no carro glorioso do progresso! [...] Cândido Vieira da Costa”. ESPÍRITO-SANTENSE, ano V, nº 6, de 14 de janeiro de 1875. p. 3.

²²⁶ ESPÍRITO-SANTENSE, ano V, nº 122, de 12 de outubro de 1875. p. 4.

²²⁷ “[...] reunidos os irmãos da Irmandade de São Benedito do convento franciscano e sócios da Emancipadora refundiram esta, instituindo uma sociedade beneficente, com o fim de serem auxiliados os irmãos pobres, fundando uma pequena enfermaria onde doentes possam ser convenientemente tratados ou fornecendo-lhes médico, botica, etc.”. ESPÍRITO-SANTENSE, ano VII, nº 1, de 2 de janeiro de 1877. p. 1. Em 1886 a Irmandade de São Benedito do convento franciscano fundou nova sociedade beneficente com a finalidade de “[...] proteger seus associados que caírem em indigência e alforriar os que foram cativos”. A associação realizou algumas “festas da caridade” com leilão de prendas e música da banda Caramuru para A FOLHA DA VICTORIA, ano V, nº 405, de 13 de julho de 1887. p. 2; A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano V, nº 1168, de 31 de agosto de 1886. p. 4; A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano V, nº 1150, de 10 de agosto de 1886. p. 2; A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano V, nº 1168, de 31 de agosto de 1886. p. 2.

notícias nos jornais sobre a existência de outras sociedades abolicionistas em Vitória²²⁸.

Em agosto de 1883 surgiu uma nova lidadora para o movimento antiescravista: a *Libertadora Domingos Martins*. A inauguração ocorreu no paço da Câmara Municipal da capital²²⁹. Nesta ocasião foram apresentadas 14 listas de inscrições femininas²³⁰, entre as quais identificamos os nomes das esposas de alguns sócios, como Adelina Nunes, Colatina Moniz Freire e Maria Couto Aguirra, casadas com Cleto Nunes Pereira, José de Mello Carvalho Moniz Freire e João Aguirra, respectivamente. Além delas mais 65 homens candidataram-se ao quadro da *Libertadora*²³¹. Rapidamente ela popularizou-se na Província e fora dela. Ao todo foram identificadas 191 adesões, 132 homens e 59 mulheres, o que significa que 44,69% do quadro era composto por sócias²³².

²²⁸ Em 1883 foi fundada na Corte imperial uma sociedade por estudantes espírito-santenses residentes no Rio. Intitulada *Sociedade Abolicionista Espírito-Santense* objetivava “[...] propagar de modo pacífico e inofensivo aos direitos dos possuidores de escravos, a ideia de extinguir a escravidão. Pretende a Sociedade, sobretudo, concorrer para o crescimento maior possível do número de alforrias na Província [do Espírito Santo]; incutir no ânimo de todos, principalmente dos senhores de escravos, as suas boas intenções; fazer-lhes conhecer o movimento abolicionista, que se opera em todo Brasil e a sua eficácia; convencer aos fazendeiros da conveniência de facilitar e auxiliar mesmo a emancipação de escravos, precavendo-se, assim, contra prejuízos futuros, que as dificuldades presentes acarretarão, colaborar, enfim, por todos os meios lícitos a seu alcance para a extinção da escravatura na província. Para conseguir seu fim tem a Sociedade uma direção composta de Diretor, 1º e 2º secretários e duas comissões encarregadas da propaganda no Norte e Sul da província. Na primeira reunião da Sociedade, que foi presidida pelo Sr. Torquato Malta, foi eleita a seguinte direção efetiva: Diretor Antonio Atayde, 1º sec Urbano Vasconcellos, 2º dito dr. Antonio Aguirra e nomeadas as comissões: do norte – Eloy, Torquato Malta, Olyntho Couto, Deolindo Costa, José Marcellino, Praxedes Oliveira, Magalhães Junior; do sul – Gameiro, Borges Athayde, Edgardo Daemon, Brizindor, Campos Sobrinho, Ubaldo Pereira e José C. dos Santos. [...] fiquem todos certos que abolicionista não quer dizer inimigo de possuidor de escravos, que deseja em um momento, sem atender coisa alguma, sem nada predispor, acabar com a escravidão [...]”. *ESPÍRITO SANTENSE*, ano XIII, nº 53, de 5 de julho de 1883. p. 2.

²²⁹ Estiveram presentes na solenidade de instalação: Cleto Nunes Pereira, José de Mello Carvalho Moniz Freire, Diogenes José Teixeira, Alfredo Paulo de Freitas, João Francisco Poggi de Figueiredo, Ovidio dos Santos, João Alberto do Couto Teixeira, Francisco de Lima Escobar Araujo, Affonso Claudio de Freitas Rosa, Manoel Pinto Aleixo Netto, Joaquim Alfredo Garcia Terra, José Antonio Vieira de Faria, engenheiro João Batista Maia de Lacerda, João Aguirra, Augusto Bandeira, Adrião Nunes Pereira, Aristides Brasiliano de Barcellos Freire, Augusto Nunes da Silveira, Antonio Alves do Nascimento e Cândido Vieira da Costa. *A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO*, ano II, nº 293, de 12 de agosto de 1883. p. 3.

²³⁰ Colatina Moniz Freire, Dulcina Isbela de Cerqueira e Silva, Cândida Pitanga, Izabel Maria de Alvarenga Santos, Maria Brazilina de Magalhães Tagarro, Alcina Cerqueira Teixeira, Roza Aguirra Bastos, Maria Albertina Couto, Adelina Maria Bastos Nunes, Leocadia Ribeiro E. Araujo, Alexandrina Salles, Eulália Alexandrina N. de Salles, Eugenia Tesch de Macedo e Maria Pereira Leitão da Silva. *A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO*, ano III, nº 495, de 29 de abril de 1884. p. 4.

²³¹ *A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO*, ano III, nº 495, de 29 de abril de 1884. p. 4.

²³² A lista completa de fundadores e sócios efetivos encontra-se no Anexo F desta tese.

A ideia de aceitar mulheres nos quadros da *Libertadora* foi proposta por Cleto Nunes Pereira, sob a justificativa de que elas eram “[...] elemento poderoso para as nobres conquistas do bem, incentivo forte para o fim altamente civilizador da sociedade [...]”²³³. A medida teve boa repercussão na imprensa capixaba. O jornal *Folha da Victoria* corroborou a ideia de Cleto Nunes, alegando que a mulher era, sem dúvida, “[...] o melhor veículo aos grandes cometimentos do coração, por onde ela tem feito as mais alterosas conquistas [...]”²³⁴.

De acordo com Karolina Fernandes Rocha o abolicionismo possibilitou um alto grau de visibilidade às mulheres de finais do Oitocentos, adquirindo “[...] a campanha antiescravista um caráter ‘feminizado’”²³⁵. Ademais, a autora considera o aceite dos abolicionistas capixabas quanto à participação feminina na associação um indicativo de que eles estavam “[...] em consonância com o movimento nacional [...]”²³⁶.

As ações iniciais da *Libertadora Domingos Martins* incluíram a nomeação de delegados em todos os municípios da Província do Espírito Santo²³⁷; a formação de uma “[...] comissão de senhoras e outra de cavalheiros para ativar na capital a ideia de libertação, aliciando forças novas e o concurso de meios que venham dar vigor ao fundo monetário da sociedade”²³⁸; e a redação de uma petição dirigida à Assembleia Provincial solicitando medidas antiescravistas²³⁹. A administração da

²³³ O HORIZONTE, ano IV, nº 85, de 7 de agosto de 1883. p. 2.

²³⁴ A FOLHA DA VICTORIA, ano I, nº 10, de 9 de agosto de 1883. p. 2-3.

²³⁵ ROCHA, Karolina Fernandes. Mensageiras da liberdade, porta-vozes da fé: mulheres capixabas no movimento abolicionista do Espírito Santo. In: *Anais do 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Curitiba/PR: UFPR, 2015. p. 1. Disponível em: www.escravidaoeliberdade.com.br Acesso em: 20 de junho de 2016.

²³⁶ ROCHA, Karolina Fernandes. 2015. p. 7

²³⁷ Delegados da *Libertadora Domingos Martins*: Nova Almeida, comendador Eduardo Mercier; Benevente, Antonio P. Martins; Guarapari, Ismael Loureiro e tenente-coronel Carvalho; Piúma, Alexandrino Pires; Itapemirim, Pimental dos Reis, João Loureiro e Talma dos Santos; São Mateus, Olavo Batista e Lopes de Azevedo; Barra de São Mateus, Antero Faria; Linhares, Deoclecio Costa e Alexandre Calmon Sobrinho; Serra, Antonio Borges e Miguel Barbosa Leão; Viana, Julio C. de P. Moraes; Porto do Cachoeiro, Ponciano de Menezes; Vila do Espírito Santo, Adrião Nunes; Santa Cruz, Neves Marins; Cachoeiro de Itapemirim, Deolindo Maciel e Bernardo Horta. A FOLHA DA VICTORIA, ano II, nº 80, de 17 de abril de 1884. p. 2.

²³⁸ A comissão de senhoras foi composta por Adelina Nunes, Etelvina Gouvea, Izabel Santos, Candida Pitanga, Maria Tagarro, Maria Aguirra, Albertina Couto, Leocadia Escobar e Colatina Moniz Freire. Faziam parte da comissão central: João Cassiano, capitão João Couto, Alfredo Rebello, Aleixo Netto e João Aguirra. A FOLHA DA VICTORIA, ano II, nº 80, de 17 de abril de 1884. p. 2.

²³⁹ No pedido os associados requeriam a criação de “[...] alguns impostos sobre a venda de escravos, assim como sobre a saída para fora da província, do município, sobre a troca, e mais ainda sobre a entrada de escravos para a província e [pediam] para reverter aos cofres da sociedade as contribuições provenientes de aluguéis de escravos, arrecadados pelas estações fiscais da província e pelas câmaras municipais, líquidas das porcentagens dos respectivos empregados”. A FOLHA DA VICTORIA, ano II, nº 80, de 17 de abril de 1884. p. 2.

associação também oficiou aos “[...] advogados e solicitadores deste foro no sentido de não aceitarem o patrocínio de causas de escravos contra a liberdade e à imprensa da capital para não publicar anúncios sobre fuga de escravos”²⁴⁰.

Em 1884 a *Libertadora Domingos Martins* realizou uma série de conferências abolicionistas no paço da Câmara Municipal de Vitória com variedades de oradores. Eram eventos concorridos por escravos “[...] de todas as distâncias” da Província²⁴¹. Na primeira, ocorrida em 20 de abril de 1884, falou Affonso Cláudio, considerado o “Nabuco espírito-santense”²⁴².

Na noite do dia 20 foi colocada estrategicamente a banda de música dos *Thalianos* à porta do paço municipal para atrair o povo. Affonso Cláudio dissertou sobre o tema “A escravidão no Brasil considerada segundo a legislação pátria”²⁴³. Apoiou-se nos aspectos jurídico-históricos ao tratar do problema da escravidão. Ao encerrar seu discurso desceu da tribuna sob uma salva de palmas: “[...] entusiasta e vibrante, vitoriou o orador, que foi abraçado e cumprimentado por muitos dos cavalheiros presentes” e cumprimentado “[...] com abundância de palmas por muitas senhoras”²⁴⁴. A sessão da *Libertadora Domingos Martins* “[...] estava repleta do *high life* vitoriense; via-se a maior parte dos deputados provinciais, comerciantes, lavradores, clero, povo” e escravos²⁴⁵.

A participação de cativos de Vitória e dos municípios do interior da Província foi constante nas conferências promovidas pela *Libertadora*. Houve quem censurasse a presença deles nos eventos antiescravistas e também nas festas daquela associação. Em 1884 alguns membros do comércio e fazendeiros da região reuniram-se na casa de Francisco da Rocha Tagarro²⁴⁶, importante negociante de

²⁴⁰ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano III, nº 495, de 29 de abril de 1884. p. 4.

²⁴¹ NOVAES, Maria Stella de. *A escravidão e a abolição no Espírito Santo*. Vitória: [s.n.], 1963. p. 129.

²⁴² NOVAES, Maria Stella de. 1963. p. 129.

²⁴³ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano III, nº 485, de 17 de abril de 1884. p. 4.

²⁴⁴ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano III, nº 489, de 22 de abril de 1884. p. 2; A FOLHA DA VICTORIA, ano I, nº 82, de 24 de abril de 1884. p. 2.

²⁴⁵ A FOLHA DA VICTORIA, ano I, nº 82, de 24 de abril de 1884. p. 2.

²⁴⁶ Não identificamos os nomes dos participantes dessa reunião. Sabemos que compareceram José da Silva Cabral, comerciante, Maximino Maia, redator da *Folha do Espírito Santo*, e os proprietários da *Província do Espírito Santo*. Estes últimos foram ao encontro para defender as ações desenvolvidas pela *Libertadora Domingos Martins*.

Vitória, para fundar uma sociedade que garantisse os direitos dos senhores de escravos nas ações de liberdade²⁴⁷.

Esses indivíduos criticavam a postura da *Libertadora* de permitir e incentivar a participação de escravos nos eventos organizados pela sociedade abolicionista. Por mais que ela propugnasse a causa da liberdade fundamentada na legalidade, “[...] os escravos mal interpretando os nobres sentimentos da *Domingos Martins*, podem de momento perturbar a ordem e por em perigo o direito de propriedade”²⁴⁸. O receio dos proprietários de escravos não era de todo infundado. A *Folha da Victoria* publicou algumas notas a respeito de escravos que fugiram das fazendas de seus senhores para vir à capital influenciados pelos discursos proferidos durante as conferências abolicionistas. Alguns deles, “[...] mesmo sem dispor dos meios em que, perante a lei, se deve firmar o seu direito [de liberdade]”, pediram guarida a Affonso Cláudio:

[...] dominados do ardente desejo de liberdade, inato no coração do homem, ou ignorantes dos meios aconselhados por nossas leis, bem crescido tem sido o número de escravizados que, abandonando as senzalas de seus senhores, vem ter com o criterioso moço, que [...] é o melhor conselheiro, expondo ao escravo as inconveniências da fuga e a vã tentativa da liberdade sem os recursos legais²⁴⁹.

Durante as conferências da *Libertadora Domingos Martins* os oradores falavam para um auditório específico: homens e mulheres com condições de contribuir, com ações ou financeiramente, para a causa antiescravista²⁵⁰. Aos escravos não era atribuído nenhum papel além do de espectador. Eles, por sua vez, não se contentaram com isso e se apropriaram dos discursos que ouviram na tentativa de serem protagonistas da sua própria liberdade.

As mulheres também foram bastante atuantes nas conferências da *Libertadora*. Uma comissão de senhoras bem arrumadas, incumbidas de aumentar os capitais da sociedade, passeava pelas dependências do paço municipal para arrecadar fundos

²⁴⁷ A FOLHA DA VICTORIA, ano II, nº 88, de 15 de maio de 1884. p. 1.

²⁴⁸ A FOLHA DA VICTORIA, ano II, nº 88, de 15 de maio de 1884. p. 1.

²⁴⁹ A FOLHA DA VICTORIA, ano II, nº 97, de 15 de junho de 1884. p. 2.

²⁵⁰ Sobre o caráter elitista do movimento abolicionista em Vitória conferir os trabalhos de: PÍCOLI, Mariana Almeida. 2009; QUINTÃO, Leandro do Carmo. 2015.

à causa. No evento ocorrido em 20 de abril de 1884 ela arrecadou a quantia de 40\$000 (quarenta mil réis)²⁵¹.

As conferências abolicionistas inauguraram em Vitória um novo tipo de propaganda que passou a apelar à persuasão da opinião pública. A primeira novidade referia-se à arrecadação de fundos para a causa da liberdade. Se os donativos tradicionalmente eram feitos antes dessas ocasiões, a partir de então passaram a ser coletados durante a realização das solenidades e comemorações.

A segunda inovação foi a escolha de “gentis meninas” para a tarefa. Os eventos realizados em Vitória seguiam os desenvolvidos em outras regiões brasileiras. José do Patrocínio, no Rio de Janeiro, contava com “[...] mocinhas vestidas de branco e ornadas com fita verde e amarela para atrair público e pedir aportes”²⁵².

A terceira nova, finalmente, foi a incorporação, em definitivo, da música aos eventos abolicionistas. Assim, os primeiros anos da década de 1880 implantaram a estratégia *master* da propaganda antiescravista: um misto de espetáculo e comício político, “[...] meio de persuasão e de financiamento, as conferências-concerto”²⁵³.

A 2ª conferência abolicionista promovida pela *Libertadora Domingos Martins* em Vitória foi realizada em finais de abril de 1884. Affonso Cláudio subiu à tribuna novamente para discursar desta vez sobre o trabalho e os meios de emancipação.

Sobre a primeira disse o orador que não acreditava na imigração espontânea e que ao poder público competia legislar sobre a vagabundagem, a fim de impedi-la e de tomar outras providências necessárias para que o trabalho se torne entre nós um dever. Sobre a segunda disse que na lei de 28 de setembro estavam os melhores elementos para a extinção da escravidão; fossem todos os juizes rigorosos cumpridores e executores da lei, que ela só resolveria o problema da emancipação²⁵⁴.

O salão da Câmara Municipal estava lotado. O discurso de Affonso Cláudio empolgou os espectadores, produzindo uma coleta de 45\$400 (quarenta e cinco mil e quatrocentos réis). A 3ª conferência foi realizada em 11 de maio de 1884 no lugar

²⁵¹ A FOLHA DA VICTORIA, ano I, n° 82, de 24 de abril de 1884. p. 2.

²⁵² ALONSO, Angela. 2015. p. 130.

²⁵³ ALONSO, Angela. 2015. p. 134.

²⁵⁴ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano III, n° 495, de 29 de abril de 1884. p. 4.

de costume com a presença do orador Antonio Athayde. O tema abordado foi: “Reorganização Social, Locação de Serviços, Leis contra a Vagabundagem”. Athayde defendeu a conveniência do ex-escravo, principalmente o da lavoura, e que ele não deveria “[...] ser incorporado imediatamente à sociedade brasileira sem passar por um período de transição ou preparatório devido à educação que recebeu”²⁵⁵.

O objetivo da 3ª conferência era provar os benefícios da locação de serviços para lavoura, porque essa medida resolveria a falta de braços e evitaria a crise financeira. Para sustentar sua tese Athayde exibiu aos espectadores um projeto de lei de locação de serviços. O evento foi abrihantado pela entrega de três cartas de liberdade e pela “[...] excelente e muito aplaudida música dos caramurus, com a exibição de boas peças do seu repertório recentemente avigorado”²⁵⁶. Também foram lidas cinco cartas de liberdade, tendo três sido entregues. O evento gerou a coleta de 39\$200 (trinta e nove mil e duzentos réis) feita por duas senhoras²⁵⁷.

A 4ª e última conferência teve lugar no final de maio do mesmo ano. Ocupou a tribuna o padre Francisco Antunes de Siqueira que dissertou sobre “[...] a escravidão segundo a filosofia cristã, secundando as suas reflexões com exemplos extraídos da história”²⁵⁸. Compareceram ao evento as redações dos jornais *O Horizonte* e *A Província*. Ao final do discurso de Antunes de Siqueira o promotor das alforrias leu e entregou uma carta de liberdade a um africano chamado Benedito, matriculado ilegalmente como escravo. Affonso Cláudio fez a leitura de mais duas alforrias. O evento produziu a arrecadação de 18\$000 (dezoito mil réis)²⁵⁹.

A participação ativa de mulheres na *Libertadora Domingos Martins* em ações de coleta de donativos, na produção de brindes para as quermesses²⁶⁰ e na

²⁵⁵ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano III, nº 505, de 11 de maio de 1884. p. 2.

²⁵⁶ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano III, nº 505, de 11 de maio de 1884. p. 2.

²⁵⁷ A FOLHA DA VICTORIA, ano II, nº 88, de 15 de maio de 1884. p. 2.

²⁵⁸ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano III, nº 515, de 24 de maio de 1884. p. 3.

²⁵⁹ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano III, nº 515, de 24 de maio de 1884. p. 3.

²⁶⁰ “[...] a senhora Isabel Santos, esposa do capitão Martinho dos Santos, ofereceu-se para bordar o estandarte da *Libertadora Domingos Martins* da qual é digna consocia. O estandarte tem a nívea cor dos lírios e das camélias e numa faixa rutilante e rubra a legenda histórica – *Liberta quae sera tamen*”. A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano III, nº 566, de 27 de julho de 1884. p. 4. Para a quermesse da Libertadora as senhoras Dalmacia e Petronilha Antunes de Siqueira [filhas do padre Francisco Antunes de Siqueira] ofereceram um belo adorno de mesa, representando uma serpente, e uma poesia: “Em prol da redenção dos cativos. À Libertadora Domingos Martins. O.D.C. De nossas livres florestas, volve também a serpente, a assistir estas festas de um povo independente. O brado

organização dos eventos promovidos por essa associação suscitaram questionamentos na imprensa capixaba. Indagava-se a *Libertadora* para saber quando uma sócia seria convidada a proferir uma conferência, “[...] a exemplo da sociedade das senhoras libertadoras de Recife”²⁶¹. Karolina Fernandes Rocha explica que a atuação feminina no movimento abolicionista capixaba relacionou-se a atividades vinculadas aos papéis sociais construídos culturalmente no Brasil²⁶².

No sarau literário-musical organizado pela *Libertadora* em junho de 1884 às mulheres foi reservado papel principal²⁶³. O evento ocorreu no dia 27 daquele mês no paço da Assembleia Provincial e contou com a presença da banda marcial dos *Caramurus* sob a direção do compositor João Azevedo²⁶⁴. As sócias ficaram incumbidas da parte musical do evento e da decoração²⁶⁵.

Os comentários publicados na imprensa de Vitória sobre o sarau informavam a magnitude do evento. As salas do paço da Assembleia Provincial foram bem ornadas com flores. À porta da entrada algumas meninas recolhiam os donativos que ao final da festa somaram 240\$000 (duzentos e quarenta mil réis). Dois sócios da *Libertadora* discursaram. Adelina Lírio de Castro pediu a palavra para recitar uma poesia que “[...] eletrizou a todos quantos lá estavam [...]”. Ao terminar Adelina Lírio foi saudada com “palmas retumbantes”. Houve a entrega de duas cartas de liberdade.

As galerias da Assembleia estavam topetadas de espectadores, assim como os outros ambientes da festa. O concerto musical foi executado exclusivamente pelas sócias da *Libertadora*²⁶⁶, “[...] um fato novo entre nós [...]”²⁶⁷. As salas do Parlamento foram insuficientes para a quantidade de gente que compareceu ao sarau. “Quem

da liberdade que soou pela montanha, fê-la prezar amizade, tirou-lhe veneno e sanha. Ao altar da pátria amada ela vem se devotar, querendo com seu produto os escravos libertar. Vitória, 26 de julho de 1884”. A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano III, nº 566, de 27 de julho de 1884. p. 2.

²⁶¹ A FOLHA DA VICTORIA, ano II, nº 85, de 4 de maio de 1884. p. 3.

²⁶² ROCHA, Karolina Fernandes. 2015. p. 8.

²⁶³ As senhoras Maria da Glória do Nascimento, Amelia Figueiredo, Porcina Goulart, Adelia Borges, Leocadia Escobar, Albertina Couto e Colatina Moniz Freire foram convocadas a tomarem parte no sarau literário-musical da *Libertadora*, bem como os músicos João Azevedo e Paula Moraes. A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano III, nº 514, de 22 de maio de 1884. p. 2.

²⁶⁴ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano III, nº 566, de 27 de julho de 1884. p. 4.

²⁶⁵ A FOLHA DA VICTORIA, ano II, nº 108, de 24 de julho de 1884. p. 3.

²⁶⁶ Participaram do concerto: Maria do Nascimento, Amélia Figueiredo, Leocádia Escobar, Alzira Pacheco, Adélia Borges e Maria Albertina Couto (professora de piano do C. N. S. da Penha).

²⁶⁷ A FOLHA DA VICTORIA, ano II, nº 110, de 31 de junho de 1884. p. 1.

não pôde entrar ficou em observação por fora e a mais de meia noite via-se gente aglomerada em diversos pontos da rua, assim como muitas famílias nas casas que ficam fronteiras ao edifício da Assembleia”²⁶⁸.

Várias associações participaram do sarau promovido pela *Libertadora Domingos Martins*, a exemplo da *Loja Maçônica União e Progresso* e das sociedades literárias de estudantes, com destaque para o *Club Literário Dr. João Clímaco*²⁶⁹.

O *Club Literário João Clímaco* era composto por estudantes, funcionários públicos e profissionais liberais. O cargo de presidente da primeira mesa diretora foi concedido ao estudante do Ateneu Provincial Lydio Mululo. Também constavam entre os sócios alguns expoentes da seara jornalística local, como Francisco Tibúrcio de Oliveira. A legenda do *Club* era proteger os oprimidos²⁷⁰. Funcionava numa das salas da biblioteca pública. No seu passeio de apresentação aos capixabas percorreram as ruas de Vitória. Os sócios foram saudados pelo juiz de Direito da Comarca de Vitória, pelo capitão Martinho e por sua esposa, D. Isabel, “[...] espírito reacionário e defensora de ideias republicanas” e pela filha de João Clímaco²⁷¹. Martinho e Isabel convidaram os representantes do referido clube para um lanche com “doces e refrescos” ao que aceitaram.

Isabel, dirigindo-se ao grupo de meninas que acompanhava o préstito e realizava a coleta de donativos²⁷², saudou-as dizendo: “[...] anima-me a falar porque também vejo o meu sexo tomando parte nesta festa em favor da liberdade; por isso peço-vos perseverança e se é possível mais coragem para nossa glória”²⁷³. Saindo da casa dos Martinho a comissão do *Club Literário Abolicionista Dr. João Clímaco* foi recebida na residência do engenheiro João Cassiano. Aí também tiveram uma

²⁶⁸ A FOLHA DA VICTORIA, ano II, n° 110, de 31 de junho de 1884. p. 1.

²⁶⁹ Inicialmente foi intitulado *Club Literário Pessanha Póvoa*. Porém, mudou para *Dr. João Clímaco* após o indivíduo homenageado pelos fundadores do clube ter declarado no jornal do qual era proprietário (*Vasco Coitinho*) que o clube abrigava piratas e que “o negro nasceu para ser escravo”. O nome de João Clímaco foi escolhido por ter sido ele um espírito-santense “[...] que soube dignamente representar esta província na câmara temporária, onde apresentou um projeto sobre a extinção do elemento servil, tendo sido um defensor devotado à causa da escravidão”. A FOLHA DA VICTORIA, ano I, n° 88, de 15 de maio de 1884. p. 3; A FOLHA DA VICTORIA, ano I, n° 90, de 22 de maio de 1884. p. 3-4.

²⁷⁰ A FOLHA DA VICTORIA, ano I, n° 93, de 1° de junho de 1884. p. 3.

²⁷¹ A FOLHA DA VICTORIA, ano I, n° 90, de 22 de maio de 1884. p. 3-4.

²⁷² Silvana Batalha, Celina bandeira, Adelia Silva, Emilia Martins e a inocente Maria Tristão. ESPÍRITO SANTENSE, ano XIV, n° 32, de 21 de abril de 1884. p. 2.

²⁷³ A FOLHA DA VICTORIA, ano I, n° 90, de 22 de maio de 1884. p. 3-4.

recepção calorosa. Após servido um copo d'água a esposa de Cassiano tocou no piano a polca "Abolicionista". Este momento emocionou os presentes e motivou os sócios a discursarem, entre eles Antonio Athayde, Tibúrcio de Oliveira, Castro Bandeira e Candido de Freitas²⁷⁴.

Os sócios do *Club Dr. João Clímaco* realizaram campanhas abolicionistas em conjunto com os da *Libertadora Domingos Martins*, como a compra de liberdades²⁷⁵. As duas associações participavam dos eventos produzidos por cada uma, a exemplo das regatas organizadas pelo *Club* durante os meses de maio e junho de 1884²⁷⁶.

A primeira regata teve lugar na baía da Ilha de Vitória em frente à Rua do Comércio. O povo aglomerava-se tanto na rua quanto nas residências do entorno. A música dos *Peroás* animava os espectadores. Dois escaleres corredores já estavam inscritos na competição, um chamado *Domingos Martins* e o outro *João Clímaco*²⁷⁷.

O evento do dia 11 de maio de 1884 não foi bem organizado. "Apenas um páreo ficou completo e este disputado pelos botes *João Clímaco* e *Vasco da Gama*, vencendo aquele"²⁷⁸. Não obstante, a festa manteve-se animada com a música dos *Peroás*. Os donativos arrecadados pelas meninas do *Club* totalizaram 64\$000 (sessenta e quatro mil réis). Na ocasião também foi colocada à venda uma brochura

²⁷⁴ A FOLHA DA VICTORIA, ano I, nº 90, de 22 de maio de 1884. p. 3-4.

²⁷⁵ A escrava Glicéria, de Manoel Pinto Netto, foi "[...] redimida pela quantia de 550\$000, sendo 400\$ oferecida por um irmão da Irmandade de S. Benedito, 50\$ pelos fundos do *Club João Clímaco* desta cidade e o restante agenciado entre os sócios da *Libertadora Domingos Martins* e mais pessoas amantes da caridade". A FOLHA DA VICTORIA, ano I, nº 96, de 12 de junho de 1884. p. 3. A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano III, nº 532, de 17 de junho de 1884. p. 3.

²⁷⁶ "Tendo sido esta associação [*Club Dr. João Clímaco*] convidada para assistir à *matinée* promovida pela sociedade *Libertadora Domingos Martins*, comunico aos consócios deste club para incorporados assistirmos a este ato. Secretário: Lírio". A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano III, nº 566, de 27 de julho de 1884. p. 4.

²⁷⁷ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano III, nº 498, de 2 de maio de 1884. p. 4.

²⁷⁸ O programa original da regata de 11 de maio previa os seguintes páreos. 1º: escaler de 4 remos d'Alfândega "Jangadeiro", escaler de 4 remos da capitania "Abolicionista". Tripula o 1º o pessoal da Alfândega e o 2º aprendizes marinheiros. 2º: bote de 4 remos Santa Maria "Domingos Martins", bote de 4 remos do Sr. comendador Ribeiro Coelho "João Clímaco". Tripula o 1º a sociedade "Domingos Martins" e o 2º o club "Pessanha Póvoa". 3º: bote de 4 remos Vasco da Gama "José do Patrocínio", bote de 4 remos Corsário "Pessanha Póvoa". Tripula o 1º a sociedade "Amor às Letras" e o 2º o club "União dos Pescadores". 4º: bote de 4 remos cruzeiro do Sul "Rio Branco", bote de 4 remos Flor da Vitória "Luiz Gama". Tripula o 1º a sociedade "Independência dos Artistas" e o 2º a sociedade "Simpatia". FOLHA DA VICTORIA, ano I, nº 86, de 8 de maio de 1884. p. 3. A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano III, nº 506, de 13 de maio de 1884. p. 4.

produzida pelo sócio Tibúrcio de Oliveira, cuja renda foi revertida totalmente para os fundos da *Abolicionista João Clímaco*²⁷⁹.

Em 1887 as sociedades *Libertadora Domingos Martins* e *Abolicionista Dr. João Clímaco* ganharam mais um apoio na luta contra a escravidão. A irmandade de São Benedito da Igreja do Rosário criara, naquele ano, uma beneficente cujo objetivo era “[...] remir os seus associados que estiverem em escravidão”²⁸⁰. A nova associação não restringia seu quadro de sócios somente aos irmãos da irmandade. Pela primeira vez uma associação colocou escravos e livres no mesmo patamar, pois ambos eram considerados sócios efetivos ativos²⁸¹.

A *Sociedade Beneficente Libertadora Rosariense* foi constituída, inicialmente, por Manoel Goulart de Souza, Ernesto Mendo, Barcelos Brandão, Antonio Aleixo e Martins de Queiroz²⁸². Os dois primeiros também faziam parte da *Libertadora Domingos Martins*. Os estatutos previam que as cartas de liberdade fossem concedidas somente nas festas de São Benedito comemoradas pela Igreja do Rosário e pelo convento de São Francisco²⁸³.

As ações da *Beneficente Libertadora Rosariense* para angariar recursos ao fundo de emancipação foram semelhantes as desenvolvidas pelas outras sociedades abolicionistas da década de 1880: quermesse e leilão de prendas²⁸⁴. Sabemos que o trabalho da *Beneficente* teve bons resultados. Em uma festividade promovida pela mesma associação em janeiro de 1888 foram libertados seis escravos²⁸⁵.

Não identificamos participação feminina na *Sociedade Beneficente Libertadora Rosariense*, porém, sabemos que as três associações abolicionistas em

²⁷⁹ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano III, nº 506, de 13 de maio de 1884. p. 4.

²⁸⁰ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VI, nº 1408, de 12 de julho de 1887. p. 3.

²⁸¹ A *Sociedade Beneficente Libertadora Rosariense* preocupava-se com a situação dos seus sócios cativos após serem libertos. Para tanto criou aulas de 1^{as} letras noturnas. A FOLHA DA VICTORIA, ano V, nº 413, de 31 de julho de 1887. p. 3.

²⁸² A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VI, nº 1373, de 27 de maio de 1887. p. 2.

²⁸³ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VI, nº 1408, de 12 de julho de 1887. p. 3.

²⁸⁴ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VI, nº 1511, de 15 de novembro de 1887. p. 3; A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VII, nº 1633, de 21 de abril de 1888. p. 4; A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VII, nº 1625, de 12 de abril de 1888. p. 4.

²⁸⁵ Januária, ex-escrava dos herdeiros de Fabiano Pereira de Lirio publicou uma nota na imprensa capixaba para agradecer a *Sociedade Beneficente Libertadora Rosariense*, Manoel Goulart de Souza, Manoel do Couto Teixeira e Juvencio Pereira de Moraes pelos esforços que fizeram para libertá-la juntamente com suas quatro filhas. A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VII, nº 1553, de 10 de janeiro de 1888. p. 4. A FOLHA DA VICTORIA, ano VI, nº 460, de 1º de janeiro de 1888. p. 3.

funcionamento em Vitória no final dos anos 1880 reuniram-se para formar uma aliança e antecipar o fim da escravidão em Vitória. Dessa reunião foi composta uma comissão formada pelas esposas de abolicionistas de renome na Província²⁸⁶. Elas ficariam responsáveis por negociar com os “[...] respectivos proprietários dos escravizados, no sentido de conceder plena liberdade [aos escravos sob sua posse] com a condição de prestação de serviços por tempo que não excede dois anos [...]”²⁸⁷.

Representantes da *Libertadora Domingos Martins, Clímaco Barbosa e Rosariense* marcaram para 23 de maio de 1888, data comemorativa do descobrimento da Capitania do Espírito Santo, a libertação da capital. A iniciativa, no entanto, não se realizou. A princesa regente, D. Isabel, assinou a Lei Áurea 10 dias antes. Não obstante os planos não terem sido levado às vias de fato interessa observar o papel das mulheres na negociação da libertação dos cativos.

De acordo com Karolina Rocha esse fato indica a construção de uma feminilidade desprovida de “[...] menções aos elevados e fortes sentimentos do sexo feminino [...]”²⁸⁸. Para ela, as mulheres foram colocadas “em uma relação de igualdade com os proprietários de escravos [...]”, garantindo-as a autonomia para decidir em que condições as liberdades seriam feitas²⁸⁹. O fato de os jornais da capital silenciarem a respeito de qualquer diretriz dada a essas mulheres para a atuação juntos aos senhores de cativos sugere à Karolina Rocha que elas foram alçadas, pelo menos neste episódio da campanha abolicionista local, a uma posição de protagonistas do movimento. Assim, reconhecemos que a esfera pública de opinião forjada em Vitória ao longo da segunda metade do século XIX, majoritariamente masculina, abria brechas à participação feminina nos espaços de discussão. Na capital da Província

²⁸⁶ Foram convocadas as esposas de: Ernesto Mendo, capitão Adrião Nunes, Pessanha Póvoa, capitão Bazílio Daemon, Affonso Claudio, Manoel Goulart de Souza, Christiano Augusto, Francisco de Lima Escobar, capitão Martinho dos Santos, Francisco da Rocha Tagarro, Guilherme Frederico de Almeida, João Aprigio Aguirra, tenente-coronel Manoel do Couto Teixeira, Ignacio Thomaz Pessoa, Lydio Mululo, professor Alexandrino Paiva, capitão Antonio Borges, dr. Cerqueira Lima e José Carlos da Silva. A FOLHA DA VICTORIA, ano VI, nº 486, de 8 de abril de 1888. p. 3.

²⁸⁷ A FOLHA DA VICTORIA, ano VI, nº 486, de 8 de abril de 1888. p. 3.

²⁸⁸ ROCHA, Karolina Fernandes. 2015. p. 12.

²⁸⁹ ROCHA, Karolina Fernandes. 2015. p. 12.

do Espírito Santo os abolicionistas “[...] falaram para as mulheres e não para seus corações”²⁹⁰.

6.6 Lugar de política é nas ruas

Nas últimas décadas da monarquia no Brasil a rua foi ressignificada. Se na primeira metade do século XIX ela era associada à desordem e à anarquia²⁹¹, a partir de 1870 ela adquiriu novos significados²⁹². De acordo com Maria Tereza Chaves de Mello ela se transformou no “espaço público da razão, da crítica, e lugar da verdadeira manifestação popular”²⁹³. A rua passou a disputar com a Assembleia Legislativa Provincial o *locus* do “fazer político”.

Em Vitória a “luta de ideias, com boatos e palpites” ocorria para além dos espaços políticos institucionais, isto é, a Câmara Municipal, o Parlamento e o Palácio do Governo provincial. A política, em sua dimensão vivida no cotidiano, era praticada “nos bancos das farmácias, nas horas de apanhar o fresco e nas portas das residências”²⁹⁴. As ruas de Vitória eram “ponto de conversação e conferência” dos capixabas. Os políticos liberais costumavam se encontrar na Rua da Alfândega²⁹⁵, local de intensa circulação de transeuntes, cais das embarcações que traziam as correspondências do correio e onde se localizava o mercado municipal²⁹⁶. Nesses espaços públicos da cidade discutia-se sobre diversos assuntos. Em 1882, por exemplo, a crise econômica que assolava a Província foi tema “[...] debatido na imprensa, nos clubes e nas conversações particulares”²⁹⁷.

²⁹⁰ ROCHA, Karolina Fernandes. 2015. p. 13.

²⁹¹ Consultar discussão a esse respeito feita no capítulo II desta tese sobre as manifestações de rua em Vitória nas primeiras décadas do XIX.

²⁹² Maria Tereza Chaves de Mello afirma que a monarquia estigmatizara a rua como o lugar da desordem. O projeto político Saquarema foi vitorioso, superando os momentos de efervescência política da Regência, durante a qual a rua foi alçada à espaço de democracia e liberdade. Na Era das Reformas o quadro alterou-se: “a proposta liberal, que recuara ante o discurso ‘saquarema’, foi retornando o campo cedido, principalmente no insistente apelo por reformas. O Sentimento democrático foi encurralando o elemento aristocrático”. MELLO, Maria Tereza Chaves de. 2007. p. 300.

²⁹³ MELLO, Maria Tereza Chaves de. 2007. p. 29.

²⁹⁴ NOVAES, Maria Stella de. 1963. p. 133.

²⁹⁵ ESPÍRITO-SANTENSE, ano XV, n° 90, de 28 de outubro de 1888. p. 2.

²⁹⁶ Consultar a Planta 1 do Anexo A desta tese.

²⁹⁷ O HORIZONTE, ano I, n° 38, de 12 de maio de 1882. p. 2.

A rua também era espaço de celebrações. Uma das festas mais comemoradas pelos capixabas ao longo de todo o Dezenove foi o carnaval²⁹⁸. Até a década de 1870, aproximadamente, a organização dos bailes e procissões de carnaval estava sob a responsabilidade quase exclusiva de Manoel José Dias, capixaba residente na Ilha de Vitória e proprietário de um salão na Rua São Francisco²⁹⁹.

O movimento associativo, em pleno desenvolvimento na cidade de Vitória nas décadas de crise da monarquia, fez-se sentir também nas festas do rei Momo³⁰⁰. Nos anos 1870 e 1880 foram criadas 13 sociedades carnavalescas na capital, sendo 12 no último decênio do Império³⁰¹. A novidade não parou por aí. O carnaval revestiu-se de conteúdo político. As associações capixabas introduziram os “carros de ideias ou crítica” nos passeios carnavalescos³⁰².

A primeira menção a esse tipo de carro na Corte data da década de 1870³⁰³. A sociedade carioca responsável pela novidade foi o *Club X*. De acordo com Nelson da Nobrega Fernandes a introdução dessas alegorias nos préstitos foi um dos principais fatores de revigoração das grandes sociedades de carnaval na década

²⁹⁸ Tomamos de empréstimo a definição de festa proposta por Norberto Guarinello. Para este autor a festa deve ser interpretada como parte da estrutura do cotidiano de todas as sociedades humanas, isto é, produtos necessários da vida social. A especificidade desse evento reside no fato de que durante sua existência ocorria uma interrupção do tempo social, suspensão temporária das atividades ordinárias da população. Assim, consideramos as festas elementos do arranjo das sociabilidades estabelecidas entre participantes, espectadores e sociedade como um todo. GUARINELLO, Norberto Luiz. 2001, p. 970- 971.

²⁹⁹ BASTOS, Fabíola Martins. 2009. p. 85.

³⁰⁰ “Na mitologia grega Momo (Momus) era a personificação do sarcasmo, da reclamação, da culpa e da ironia. Ao contrário do que se pensa, Momo era mulher, patrona de escritores e poetas, representada com uma máscara que levantava para exibir seu rosto, e com um boneco numa das mãos, simbolizando a loucura. Filha de Nix (sem pai), aparecia constantemente no cortejo de Dionísio, ao lado de Comos, deus das farras”. Disponível em: <http://nerdmitologico.blogspot.com.br/2013/03/momo-mitologia-grega-nerd-mitologico.html> Acesso em: 17 de julho de 2016.

³⁰¹ O *Club Recreio Carnavalesco* foi criado em 1875. Era “[...] ponto de reunião dos sócios que poderão simplesmente conversando passar horas de prazer, jogo de bilhar, dominó, xadrez, gamão, dama. Mais tarde pretende fazer aquisição de uma biblioteca e assinar jornais”. ESPÍRITO-SANTENSE, ano V, nº 152, de 21 de dezembro de 1875. p. 1.

³⁰² De acordo com Maria Clementina Pereira da Cunha os “carros de ideias” foram alegorias utilizadas nos préstitos organizados pelas sociedades carnavalescas. No Rio de Janeiro a crítica política no carnaval atingiu seu ápice nas duas últimas décadas do XIX. CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 110-113.

³⁰³ Os “carros de ideias” foram uma inovação proposta pela sociedade carnavalesca carioca *Club X* nos anos 1870. Ele foi criado a partir de uma divisão ocorrida na *Acadêmicos de Joanisberg*. FERNANDES, Nelson da Nobrega. O carnaval e a modernização do Rio de Janeiro, *Revista Geo-Paisagem*, ano 2, nº 4, jul/dez 2003. Disponível em: <http://www.feth.ggf.br/Carnaval.htm> Acesso em: 20 de julho de 2016.

de 1880 no Rio de Janeiro³⁰⁴. Para Nobrega Fernandes a mudança implicava “a substituição do objeto celebrado, com o abandono daquelas personagens e epopeias clássicas que formavam os temas dos desfiles pela crítica política e social contemporânea”³⁰⁵.

Em 1884 os capixabas contavam com três sociedades carnavalescas: *Mephistopheles*³⁰⁶, *Club dos Pescadores*³⁰⁷ e *Club dos Camisolas*³⁰⁸. As associações competiam entre si a predileção do público. A primeira, constituída em 1883 por expoentes da política local, preparou algumas críticas políticas para o desfile do carnaval de 1884 que seriam apresentadas em “carros de ideias”.

O trajeto a ser percorrido por esses carros da *Mephistopheles* partiria da Rua Conselheiro Costa Pereira e seguiria pelas Ruas do Caramuru, passando pela General Osório, Primeiro de Março, Duque de Caxias, Largo de José Marcelino, Senador Christiano Ottoni, Ladeira do Sacramento, da Matriz, Largo de Affonso Braz, da Assembleia, Dr. Azambuja e Sete de Setembro. O passeio seria encerrado na Ladeira da Várzea. Além de eventos públicos o programa carnavalesco da *Mephistopheles* previa, ainda, a realização de três bailes destinados aos sócios e suas famílias sediados no teatro da S.D.P. *Melpômene*³⁰⁹.

De fato, os festejos carnavalescos públicos de 1884 foram emblemáticos. A *Mephistopheles* surpreendeu os capixabas, ganhando destaque em todos os jornais publicados na capital. De acordo com a *Província do Espírito Santo* o carnaval daquele ano “[...] despreendeu-se das suas corriqueiras [sic] e velharias insulsas para tomar um aspecto mais condigno e apropriado ao adiantamento da nossa cidade”³¹⁰. Diversas críticas políticas desfilarão nos “carros de ideias” no primeiro e no terceiro

³⁰⁴ FERNANDES, Nelson da Nobrega. 2003.

³⁰⁵ FERNANDES, Nelson da Nobrega. 2003.

³⁰⁶ Fizeram parte da *Mephistopheles*: Eugênio Netto, Couto Teixeira, Guiherme F. de Almeida, Aristides Braziliano de Barcellos Freire, Lopes Pimenta, Manoel Goulart de Souza, Antonio Pimenta, Cândido Costa, Luiz Fraga Loureiro, Antonio Nascimento, Wenceslau Prado, Ovidio dos Santos, João Pedro, Pedro Lírio, José Carlos da Silva, Antonio Aguirre, Domingos Netto, Josino Vital, Godofredo da Silveira, Manoel Parada, Alfredo Faria, Martinho dos Santos e José Paculdino. A sede da sociedade localizava-se na Rua do Comércio em Vitória. ESPÍRITO-SANTENSE, ano XV, n° 15, de 22 de fevereiro de 1885. p. 2. A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano IV, n° 731, de 24 de fevereiro de 1885. p. 3.

³⁰⁷ Composto por pescadores do Bairro da Capichaba.

³⁰⁸ Não foram localizadas informações sobre os indivíduos sócios desta sociedade.

³⁰⁹ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano III, n° 447, de 24 de fevereiro de 1884. p. 4.

³¹⁰ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano III, n° 449, de 28 de fevereiro de 1884. p. 3.

dia das folias em préstitos nos quais os sócios foram fantasiados. No primeiro passeio as alegorias foram precedidas por banda de música e se referiam aos problemas no serviço da iluminação pública da capital e à imigração estrangeira³¹¹.

O *Club União dos Pescadores* desfilou somente no segundo dia do carnaval de 1884. Ele iniciou suas comemorações ainda de madrugada. A crítica política desta sociedade começava já com o figurino usado pelos sócios. Estavam vestidos de engenheiros e durante todo o percurso percorrido pelo préstito abaixavam-se próximo aos espectadores, “[...] medindo as ruas da cidade para uma estrada de ferro [...]”³¹². No terceiro dia saíram uniformizados, levando “cartões críticas mordazes sobre dízimos que pagam os pescadores, impostos, praça do Mercado quase a cair, etc”³¹³.

Já o *Club da Camisola* desfilou no segundo e terceiro dias da folia. Embora não gozassem de muitos recursos financeiros, tal como a *Mephistopheles*, os *camisolas* produziram críticas sobre “alguns fatos da atualidade” escritas em catazes de papelão fincados em varas que eram mostradas ao público ao longo do desfile³¹⁴, entre eles uma relativa “[...] ao futuro serviço da limpeza pública, recentemente contratado pela Câmara, simbolizada por uma carroça conduzindo uma enorme gaiola – onde repimpavam-se três grandes urubus”³¹⁵.

Durante os três dias do carnaval de 1884 a cidade esteve em festa. A Rua do Ouvidor conservou-se sempre movimentada e animada pela banda de música *Peroá* regida por Paula Moraes. Esta também tocou na Rua do Comércio junto com a banda dos *Thalianos* e *Caramuru*. O jornal *Província do Espírito Santo* narrou também a ocorrência de alguns episódios de conflito, não obstante Bazílio Daemon, redator do *Espírito-Santense*, ter declarado em sua folha que “graças à boa índole do povo espírito-santense nenhuma alteração houve na ordem pública”³¹⁶. Num desses casos um oficial da polícia deu voz de prisão a um máscara do *Club dos Pescadores*, porém, o feitiço saiu contra o feiticeiro: “[...] perguntinha ao prestimoso prendedor da rua Duque de Caxias: que tal foi a sua ordem de prisão dada ao

³¹¹ ESPÍRITO SANTENSE, ano XIV, n 17, de 27 de fevereiro de 1884. p. 2.

³¹² ESPÍRITO SANTENSE, ano XIV, n 17, de 27 de fevereiro de 1884. p. 2.

³¹³ ESPÍRITO SANTENSE, ano XIV, n 17, de 27 de fevereiro de 1884. p. 2.

³¹⁴ ESPÍRITO SANTENSE, ano XIV, n 17, de 27 de fevereiro de 1884. p. 2.

³¹⁵ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano III, n° 449, de 28 de fevereiro de 1884. p. 3.

³¹⁶ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano III, n° 449, de 28 de fevereiro de 1884. p. 3.

máscara de nosso Club em nome do delegado? Conheceu a força de nossos anzóis? Prendeste e fostes preso! Que belo...”³¹⁷.

1884 marcou o início do carnaval de rua capixaba interpretado como um espaço de manifestação política. A novidade caiu nas graças do povo e foi uma constante até o final da monarquia. Em 1885 a grande concorrência popular concentrou-se no centro formado pelos quarteirões da Rua do Comércio e Primeiro de Março³¹⁸. A exemplo do ano anterior, a sociedade *Mephistopheles* exibiu-se com superioridade. Seus passeios da tarde de 15 e noite de 17 de fevereiro foram “[...] concorridos, bem organizados e adubados de *ideias* ou *piadas* interessantes e algumas bem executadas”³¹⁹.

Na folia de 1885 fundaram-se duas novas sociedades carnavalescas de última hora, o *Club dos Barrigudos*³²⁰ e *Magnolia*. O primeiro prendeu “[...] a atenção pública pelo modo chistoso com que se exibiu nas tardes de 15, 16 e 17 de fevereiro”³²¹. Desfilaram os *barrigudos* e a *Mephistopheles*. O quarteirão formado pela ruas Primeiro de Março, Duque de Caxias e da Alfândega foi o escolhido para os desfiles daquele ano. Houve “[...] extensa procissão de caricaturas, com alusões crítico-carnavalescas”³²²: a Câmara Municipal foi ridicularizada. Várias alegorias simbolizaram os buracos das ruas. A limpeza pública também foi assunto de carros “congraçada com o *pé de galinha*”³²³. Os espectadores identificaram, também, críticas ao comércio e suas rachas, à política e ao jardim municipal, ao serviço de iluminação a gás e às eleições.

O desfile do *Club dos Barrigudos* foi um dos mais aplaudidos. Os sócios apanharam no mangue “[...] três gordos e desprevenidos caranguejos e alçou-os à altura de um...lábaro! Os três pacíficos e obscuros crustáceos passearam a cidade, enfeitando um estandarte onde lia-se [sic] esta cáustica legenda --- *progresso da*

³¹⁷ ESPÍRITO SANTENSE, ano XIV, nº 18, de 2 de março de 1884. p. 3.

³¹⁸ Região formada pelo encontro das ruas Primeiro de Março e Duque de Caxias. Consultar Planta 1 no Anexo A desta tese.

³¹⁹ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano IV, nº 727, de 19 de fevereiro de 1885. p. 2.

³²⁰ A primeira diretoria do *Club dos Barrigudos* foi composta de: “*presidente*: Theopesio d’Oliveira; *vice-presidente*: Manoel Antunes de Andrade Gomes; *1º secretário*: Francisco José Pinto; *2º secretário*: Jacintho Martins da Silveira; *Procuradores*: Amaro Serafim Dias e Joaquim Agostinho Ribeiro Espíndula; *tesoureiro*: Tenente João Barbosa das Neves; *Guarda-roupa*: José Nunes da Fonseca”. A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano IV, nº 731, de 24 de fevereiro de 1885. p. 1.

³²¹ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano IV, nº 727, de 19 de fevereiro de 1885. p. 2.

³²² A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano IV, nº 730, de 22 de fevereiro de 1885. p. 2.

³²³ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano IV, nº 730, de 22 de fevereiro de 1885. p. 2.

Vitória! Uma piada feliz a dos *barrigudos*³²⁴. A escrita em itálico teve a intenção de que o público entendesse exatamente o contrário.

A *Mephistopheles*, por sua vez, fez um longo cortejo de ideias em 1885. No primeiro carro veio “[...] uma mulher, viçosa e rochuncada [sic], coberta com um longo crepe, simbolizando a pobrezinha da reforma eleitoral, malsinada pelos políticos sem escrúpulos”³²⁵. No seguinte, “a questão dos vinhos”, uma alegoria à “[...] luta entre o comércio e a junta de higiene da municipalidade”³²⁶. O terceiro representou “[...] uma locomotiva, de cano cambaleante, adornada de emblemas fúnebres [...]” em alusão à procrastinação do governo central quanto à construção da via férrea Vitória-Natividade³²⁷. Três figurões de casaca e *clak*, com enormes orelhas e focinhos alongados à procura de pastos saudáveis para o descanso do gado votado ao consumo da cidade compunham o quarto carro. O quinto foi uma reclamação contra um estabelecimento comercial da capital que disputava a primazia dos preços baixos. A sexta alegoria teve “[...] uma gaiola e dentro um negro boçal assentado junto a uma mesa com pena, tinta e papel, em posição de quem escreve [...]” em referência ao fim de um “jornaleco pornográfico que vegetou alguns tempos aí nas esterqueiras da cidade”³²⁸.

O *Club dos Barrigudos*, por sua vez, criticou a *Libertadora Domingos Martins*. Durante o desfile os sócios dessa sociedade carnavalesca recitaram os seguintes versos: “Oh! Domingos onde estais, responde por piedade, Já tenho as pernas cansadas de correr toda a cidade! [...] daí notícias de teus feitos, que eu prometo oferecer-te dois cartuchos de confeitos. Trago-te cá um presente que deves apreciar. São esses pobres cativos que a ti se vem arrimar”³²⁹.

Durante os festejos de 1885 todas as quatro associações de folias, *Mephistopheles*, *Barrigudos*, *Club dos Camisolas* e *Magnolia* distribuíram “[...] prospectos, boletins e versos soltos chistosos e críticos”³³⁰. A política local também foi alvo de críticas

³²⁴ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano IV, nº 730, de 22 de fevereiro de 1885. p. 2.

³²⁵ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano IV, nº 730, de 22 de fevereiro de 1885. p. 2.

³²⁶ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano IV, nº 730, de 22 de fevereiro de 1885. p. 2.

³²⁷ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano IV, nº 730, de 22 de fevereiro de 1885. p. 2.

³²⁸ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano IV, nº 730, de 22 de fevereiro de 1885. p. 2.

³²⁹ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano IV, nº 730, de 22 de fevereiro de 1885. p. 2.

³³⁰ ESPÍRITO-SANTENSE, ano XV, nº 15, de 22 de fevereiro de 1885. p. 2.

avulsas. Máscaras percorreram as ruas de Vitória com cartazes lembrando as “[...] desagradáveis ocorrências do correio desta cidade em 1883”³³¹.

Os registros jornalísticos sobre o carnaval de 1886³³² informaram que ele “[...] nasceu enfezado e raquítico e morreu molhado e desenxabido”³³³. Os documentos sugerem que o desânimo que acometeu os foliões naquele ano deveu-se à política de regeneração implantada pelo gabinete conservador Barão de Cotejipe, João Maurício Wanderley³³⁴. Ao que parece, nenhum quarteirão da cidade “[...] revestiu-se de galas para solenizar a passagem efêmera da risonha quadra da Alegria. Nem a Rua do Comércio, nem a Primeiro de Março, nem a Duque de Caxias, que sempre teve a primazia dos festejos, deixaram a pacatez [sic] dos dias comuns”³³⁵.

Na terça-feira do carnaval de 1886 as sociedades *Magnolia*, dos *Barrigudos* e *Mephistopheles* saíram incorporadas, levando carros com críticas e emblemas alusivos a diversos fatos da política local e nacional. Coube ao *Club União dos Pescadores* “[...] a honra de ter dado a nota chistosa do carnaval pela exibição de belas críticas”³³⁶. A subida dos conservadores ao poder no ano antecedente forneceu o assunto de uma alegoria chamada “voto livre”, composta por “[...] um sujeito seguro por uma corrente ao pescoço e puxado para a urna da soberania nacional”³³⁷. O outro “carro de ideia”, intitulado “conversão do papel moeda em ouro”, fazia piada de um conhecido político conservador local. As rachas do mercado da capital ditaram o tema da terceira alegoria³³⁸.

Em 1887 circularam boatos em Vitória sobre a criação de três novos clubes carnavalesco, *Filhos da Montanha*, *Jacobinos*³³⁹ e *dos Girondinos*³⁴⁰. Ao que parece

³³¹ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano IV, nº 730, de 22 de fevereiro de 1885. p. 2.

³³² Neste ano surgiu em Vitória o *Club Carnavalesco União da Mocidade*. Era aberto à participação feminina, responsável pela comissão de figurinos, e objetivava angariar recursos em benefício das obras do asilo dos alienados. A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano V, nº1144, de 3 de agosto de 1886. p. 2.

³³³ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano V, nº 1031, de 12 de março de 1886. p. 2.

³³⁴ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano V, nº 1031, de 12 de março de 1886. p. 2.

³³⁵ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano V, nº 1031, de 12 de março de 1886. p. 2.

³³⁶ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano V, nº 1031, de 12 de março de 1886. p. 2.

³³⁷ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano V, nº 1031, de 12 de março de 1886. p. 2.

³³⁸ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano V, nº 1031, de 12 de março de 1886. p. 2.

³³⁹ A diretoria instaladora do *Club dos Jacobinos* foi composta por: “presidente – Amenophes de Assis; vice – Francisco Goulart; 1º sec: Eustáquio Tagarro; 2º dito: Manoel d’Oliveira; tesoureiro: Izidro da Silva; procurador: Alexandre Pinto Ribeiro”. A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VI, nº 1325, de 23 de março de 1887. p. 3.

eles prometeram apagar da memória dos capixabas o “fiasco” de 1886³⁴¹. As Ruas Conde d’Eu e da Alfândega foram preparadas e adornadas para receber o público³⁴². Coube ao *Club Filhos da Montanha* a primazia dos festejos.

Os desfiles do *Club Filhos da Montanha* foram organizados da seguinte maneira: à frente do séquito veio a banda *Caramuru*, seguida por uma banda de clarins. Logo após um carro simbólico, “[...] encimado por uma mimosa menina que empunhava o rico estandarte do Grupo”³⁴³. Desfilou, em seguida, uma guarda de honra de “guapos Montanhese a cavalo”. A partir de então iniciaram os “carros de ideia” no total de cinco.

No primeiro, representaram o comércio e a indústria capixabas “sopesados de impostos. No mesmo carro viam-se dois representantes da imprensa local acusar um ao outro de defender os impostos inconstitucionais criados pela última sessão da Assembleia”³⁴⁴. Nas rodas do carro foram colocados diversos objetos em alusão aos produtos da indústria espíritossantense onerados com as novas taxas. A segunda alegoria foi uma referência à depuração de cinco deputados feita pela última Assembleia: “[...] Uma guilhotina alçada caía de vez em quando sobre o pescoço das vítimas e em roda 22 tipos – *químicos* diziam os cartazes – aplaudiam a sentença de execução política, ao passo que outro dístico fazia o elogio fúnebre da política que autorizara aquele excesso”³⁴⁵.

A terceira ideia aludiu à “[...] gorada pretensão das loterias provinciais. Havia uma máquina Fichet e um tipo que atribuía à indiscrição da imprensa o mau sucesso da empreitada”³⁴⁶. O carro seguinte fez referência ao desaparecimento da *Mephistopheles*. O quinto e último foi intitulado “Palestra noturna”, em menção a uma casa de jogo cercada pela polícia. Os espectadores caíram na gargalhada com a representação do “[...] célebre assalto da polícia na casa de jogo na noite de 27 de

³⁴⁰ Os clubes *dos Jacobinos* e *dos Girondinos* foram fundados a partir de uma dissidência no seio da *Mephistopheles* que culminou no encerramento das atividades dessa última sociedade carnavalesca. A FOLHA DA VICTORIA, ano IV, n° 365, de 24 de fevereiro de 1887. p. 3.

³⁴¹ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VI, n° 1301, de 20 de fevereiro de 1887. p. 3.

³⁴² A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VI, n° 1301, de 20 de fevereiro de 1887. p. 3.

³⁴³ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VI, n° 1302, de 24 de fevereiro de 1887. p. 3.

³⁴⁴ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VI, n° 1302, de 24 de fevereiro de 1887. p. 3.

³⁴⁵ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VI, n° 1302, de 24 de fevereiro de 1887. p. 3.

³⁴⁶ A máquina Fichet foi um cofre à prova de fogo e roubo criado pelo francês Alexandre Fichet. A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VI, n° 1302, de 24 de fevereiro de 1887. p. 3.

setembro do ano passado”³⁴⁷. Encerraram o préstito vários sócios com cartazes de “[...] críticas à falta d’água, aos impostos sobre charutos, sabão, cigarros, etc”³⁴⁸.

O terceiro dia do carnaval de 1887 foi o mais concorrido e animado. À tarde o *Club Filhos da Montanha* fez o seu passeio triunfal. Novos “carros de ideias” desfilaram. O primeiro aludiu à proposta feita pela *Sociedade Espírito-Santense de Imigração* à Assembleia Provincial, solicitando “[...] o aumento de 3 rs sobre o quilo do café exportado para ser aplicado à introdução de imigrantes na província”³⁴⁹. No carro seguinte foi abordado “[...] o programa de outra associação de comerciantes”³⁵⁰. Na terceira alegoria foi representado “um edifício em construção”, menção “[...] às custosas obras da alfândega, àquele malsinado edifício onde o Estado gastou 27:000\$000 rs para sediar a casa de aprendizes marinheiros e que depois teve de ser demolido a fim de ser aplicado à Alfândega”³⁵¹. Dois indivíduos, suspensos por andaimes, discutiam o melhor meio de “[...] repartir o novo crédito de...25:000\$000 rs” destinado às futuras obras³⁵². Em outro carro foi posta uma mesa larga e comprida cercada por “[...] sujeitos encasacados que disputavam, famintos, a posse dos ossos descarnados que cobriam a toalha”³⁵³. Era mais uma sátira aos deputados provinciais que aprovaram “presentes” para “amigos e correligionários e que [estavam] sendo pagos pela vaca magra do tesouro provincial”³⁵⁴.

À luz de fogos de artifício fizeram os *Girondinos* sua estreia no carnaval capixaba de 1887. Os sócios desfilaram em passeata com a banda de música *Phil’orphenica Rosariense*. Considerando que sua fundação ocorreu na véspera dos festejos carnavalescos esse clube não pôde produzir “carros de ideias”. Contudo, escreveram críticas em vários cartazes sobre o “[...] arrolhamento do telégrafo oficial na questão militar”³⁵⁵.

Diferentemente do ano anterior, em 1887 as Ruas Duque de Caxias e Conde d’Eu “[...] revestiram-se de arcos de bambus, folhagens, palmeiras e bandeiras,

³⁴⁷ A FOLHA DA VICTORIA, ano IV, nº 365, de 24 de fevereiro de 1887. p. 3.

³⁴⁸ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VI, nº 1302, de 24 de fevereiro de 1887. p. 3.

³⁴⁹ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VI, nº 1302, de 24 de fevereiro de 1887. p. 3.

³⁵⁰ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VI, nº 1302, de 24 de fevereiro de 1887. p. 3.

³⁵¹ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VI, nº 1302, de 24 de fevereiro de 1887. p. 3.

³⁵² A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VI, nº 1302, de 24 de fevereiro de 1887. p. 3.

³⁵³ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VI, nº 1302, de 24 de fevereiro de 1887. p. 3.

³⁵⁴ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VI, nº 1302, de 24 de fevereiro de 1887. p. 3.

³⁵⁵ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VI, nº 1302, de 24 de fevereiro de 1887. p. 3.

apresentando aspecto agradável e bonito. Em ambas havia coretos, onde tocaram, na primeira, a banda *Caramuru* e, na segunda, a *Phil'Orphenica Rosariense*³⁵⁶. Foi grande a concentração de público que apreciou o desfile dos préstitos das sociedades³⁵⁷.

O carnaval de 1888, na opinião da imprensa de Vitória, “prometia muito e pouco deu”³⁵⁸. Os jornalistas censuraram as críticas políticas feitas pelas sociedades carnavalescas naquele ano, porque “[...] garatujadas com letras garrafais em pedaços de papelão”³⁵⁹ era uma velharia que não condizia com a nova tradição daqueles festejos (as alegorias). Esse carnaval marcou o ressurgimento da *Mephistopheles*, que realizou dois passeios. Como de costume essa sociedade organizou diversos “carros de ideias”³⁶⁰. No segundo desfile contou com a presença do *Club dos Barrigudos e dos Tagarellas*³⁶¹, sendo aquele composto por sócios que seguravam painéis com críticas e este por meninos vestidos com trajes de limpeza³⁶². A folia do ano seguinte, 1889, foi ainda mais criticada pelos jornais capixabas. “Nem passeatas, nem músicas, nem ruas ornamentadas, nem máscaras de espírito. Nada”³⁶³. Apenas algumas críticas políticas circularam em “painéis rabiscados”³⁶⁴.

A década de 1880 foi o período de transformação das ruas capixabas em *locus* do fazer político, no dizer de Maria Tereza Chaves de Mello³⁶⁵. Os festejos carnavalescos tiveram, sem dúvida, um papel considerável nesse processo de ressignificação dos ambientes públicos de Vitória, que perderam as conotações

³⁵⁶ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VI, nº 1302, de 24 de fevereiro de 1887. p. 3.

³⁵⁷ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VI, nº 1302, de 24 de fevereiro de 1887. p. 3.

³⁵⁸ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VII, nº 1581, de 16 de fevereiro de 1888. p. 2.

³⁵⁹ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VII, nº 1581, de 16 de fevereiro de 1888. p. 2.

³⁶⁰ “1º carro de *ideia* – *Casa dos jesuítas* – uma mesa de banquete, lauta, porém, sem convivas; alusão ao célebre *fiasco* da noite de 21 de janeiro último. No exterior da casa – vários dísticos alusivos ao aborto do diretório conservador e a personagens que influíram ou concorreram para o desastre da manifestação gorada ao chefe desse partido. O 2º carro de *ideia* – uma alusão à projetada e não realizada *kermesse* em favor da instrução pública. Via-se aí dois indivíduos representando um, alto funcionário da instrução e outro, um sacerdote membro do professorado secundário. A este carro seguia-se um grupo de pretendentes ao magistério público, “alunos do método de leitura *bacadafá*, agarrados a empenhos e solicitações para obter colocação no professorado primário”. A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VIII, nº 1887, de 7 de março de 1889. p. 3.

³⁶¹ O *Club Carnavalesco Tagarellas* foi fundado em Vitória em 1888. Não foram localizadas informações sobre a composição dessa associação.

³⁶² A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VII, nº 1581, de 16 de fevereiro de 1888. p. 2.

³⁶³ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VIII, nº 1887, de 7 de março de 1889. p. 3.

³⁶⁴ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VIII, nº 1887, de 7 de março de 1889. p. 3.

³⁶⁵ MELLO, Maria Tereza Chaves de. 2007. p. 29.

pejorativas e associadas à desordem e adquiriram um sentido positivo de espaço público de crítica. Outro evento que contribuiu sobremaneira para esse processo foram os *meetings* realizados na capital em 1885 e 1889³⁶⁶.

O *meeting* de 1885 foi classificado pelos jornais capixabas da época como um “movimento popular”. A reunião visou impedir a transferência da Companhia de Aprendizes Marinheiros desta Província para a Bahia. A população estava indignada e foi inflamada pelos redatores a se mobilizar contra essa medida³⁶⁷. Para os capixabas tratava-se de uma ação exclusivista, mas não inesperada, pois vinha ao encontro da postura adotada pelo governo imperial em relação às demandas da Província do Espírito Santo.

Nos dias que antecederam o *meeting* o povo, “[...] dominado de rancor, assistia aos ensaios do embarque da Companhia, ruminando protestos surdos, mas comoventes [...]”³⁶⁸. Vários comunicados foram telegrafados para a Corte. O convite para a participação do *meeting* foi feito por meio de boletins, impressos e manuscritos, distribuídos aos estabelecimentos comerciais, às repartições públicas e por abordagem de transeuntes que caminhavam pelas ruas de Vitória. A “grande reunião pública” ocorreu no dia 19 de junho, às 18 horas, na praça do cais da Alfândega. O evento foi capitaneado pelos redatores da *Província do Espírito Santo*, José de Mello Carvalho Moniz Freire e Cleto Nunes Pereira. Os organizadores intencionavam “[...] promover uma reação pacífica contra esse atentado feito face a face à nossa terra”³⁶⁹.

A retirada da Companhia de Aprendizes Marinhos traria sérios prejuízos ao Espírito Santo, em especial no que tocava aos órfãos desvalidos³⁷⁰. De acordo com o jornal *Província do Espírito Santo* reuniram-se na praça da Alfândega grande número de pessoas. Moniz Freire foi alçado a orador e representante daquela manifestação

³⁶⁶ Consoante Maria Tereza Chaves de Mello os *meetings* tornaram-se eventos frequentes ao longo da década de 1880 na Corte. MELLO, Maria Tereza Chaves de. 2007. p. 28.

³⁶⁷ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO. ano IV, nº 822, de 20 de junho de 1885. p. 2.

³⁶⁸ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO. ano IV, nº 822, de 20 de junho de 1885. p. 2.

³⁶⁹ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO. ano IV, nº 822, de 20 de junho de 1885. p. 2.

³⁷⁰ O público alvo das Companhias de Aprendizes Marinheiros eram a criança pobre, o órfão, o desvalido, o abandonado, “[...] não por ser uma instituição assistencialista, mas para transformá-los em futuros marinheiros [...]”. Era uma das poucas alternativas de acesso de crianças pobres à escola. SILVA, Rozenilda Maria de Castro. Companhia de Aprendizes Marinheiros da Província do Piauí: História de uma instituição educativa. In: *Anais do XXII Simpósio Nacional de História – História, acontecimento e narrativa*, João PessoaPB. 2003. p. 11. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.615.pdf> Acesso em: 11 de julho de 2016.

política. Seu discurso lembrou aos presentes que desde há muito tempo essa porção do Império era esquecida pelos governos, como no caso da estrada de ferro e “[...] agora era novamente afrontada nos seus brios com a retirada da companhia de aprendizes”³⁷¹.

Moniz Freire convidou “[...] o povo para se dirigir ao palácio a fim de pedir que o presidente da província telegrafasse ao governo imperial, solicitando que sobrestasse na retirada da mesma companhia”³⁷². Para tanto formou-se uma comissão, composta por Ernesto Mendo, João Aguirra, Maximino Maia, José Pinto Guimarães, Joaquim Lirio e Eugênio Netto, que se incumbiria de requerer uma audiência com o presidente Antônio Joaquim Rodrigues. Aceito o pedido por parte de Joaquim Rodrigues foi ele à praça da Alfândega ouvir a representação do povo.

Mais uma vez Moniz Freire foi indicado para exprimir “[...] os sentimentos do povo espírito-santense”³⁷³. Com frases cheias de arroubo expôs que a população sentia-se desacatada pelo governo central. O presidente Antonio Rodrigues respondeu que enviaria uma mensagem ao Ministro da Marinha com a representação dos habitantes da Província. Antes disso, porém, solicitou a Moniz Freire que a reunião fosse dissolvida. Em resposta, este se dirigiu aos presentes e pediu que o povo atendesse ao pedido do presidente. Alcebiades Pessanha, aluno do Ateneu Provincial, discordou da atitude do redator da *Província do Espírito Santo* e, em nome da mocidade, reclamou que Antônio Joaquim Rodrigues reconsiderasse o seu ato³⁷⁴.

O povo permaneceu, então, reunido na praça da Alfândega até que tivessem a confirmação do envio do telegrama. O presidente telegrafou ao governo e o ajuntamento foi dispersado³⁷⁵. Infelizmente, o *meeting* não surtiu o efeito desejado e

³⁷¹ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO. ano IV, nº 822, de 20 de junho de 1885. p. 2.

³⁷² A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO. ano IV, nº 822, de 20 de junho de 1885. p. 2.

³⁷³ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO. ano IV, nº 822, de 20 de junho de 1885. p. 2.

³⁷⁴ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO. ano IV, nº 822, de 20 de junho de 1885. p. 2.

³⁷⁵ Após mensagem enviada por telégrafo foi remetido um ofício endereçado ao presidente do Conselho de Ministros em nome da população de Vitória: “A população desta cidade, reunida hoje diante do palácio da presidência em grande massa, comissionou-nos para representar a v. ex. pedindo seja sustada a ordem de retirada da companhia de aprendizes marinheiros por ser antipática e odiosa. Aceitando comissão, pedimos v. ex. acolher justa reclamação do povo espírito-santense, providenciando conforme ditarem o patriotismo e equidade, a fim de acalmar os ânimos excitados. Assinam: Alpheu Monjardim, Moniz Freire, Maximino Maia, Ribeiro Mascarenhas, João Aguirra, Epaminondas Gouvea, dr. Florêncio Gonçalves, dr. Ernesto Mendo, Ernesto Vieira”. A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO. ano IV, nº 822, de 20 de junho de 1885. p. 2.

os 42 aprendizes marinheiros do Espírito Santo embarcaram no final de junho daquele ano com destino a Bahia. A consumação dessa medida provocou revolta entre estudantes, redatores e políticos da capital: “[...] obra de iniquidade do governo central! Tempos virão em que vingaremos esse e outros ultrajes da violenta centralização que nos asfixia”³⁷⁶.

Em 1889 novo *meeting* foi organizado na cidade de Vitória e a redação da *Província do Espírito Santo* estava à frente do movimento, desta vez em conjunto com Affonso Cláudio de Freitas Rosa, amigo pessoal de Moniz Freire. A “reunião popular” foi marcada para o dia 9 de abril com vistas a pedir providências da administração pública sobre “[...] o serviço de iluminação e urgentes medidas para o abastecimento de água à cidade”³⁷⁷.

A crise hídrica que assolava a capital, bem como o péssimo estado da iluminação dos diversos quarteirões capixabas, fomentaram indignações no seio da população. Os organizadores do *meeting* “Água e Luz” distribuíram cartazes pela cidade e conversaram com a população, explicando a natureza do protesto. Convocaram a participação de todos³⁷⁸. Tão logo as autoridades públicas provinciais tiveram conhecimento do evento tomaram providências para proibir sua realização.

Apesar da interdição oficial expedida pela polícia, a manifestação foi confirmada para o dia 9 de abril, às 19 horas em frente ao *Club Commercial*, localizado na Rua do Comércio. Na data marcada, uma hora antes já se notava nas redondezas do *Club* a presença de avultado número de soldados de linha e de polícia. Pouco depois chegou o delegado de polícia, Fernandes de Magalhães, e o comandante da força policial, capitão João Ribeiro. Consoante os relatos publicados na *Província do Espírito Santo* a polícia preparava-se para amedrontar o povo, “[...] coagindo-o, pela ostentação da força armada, a não comparecer ao convite para o *meeting*”³⁷⁹.

Mesmo assim, o povo, pouco a pouco, começou a se reunir na Rua do Comércio. A popularidade do evento deveu-se ao fato de os temas “Água e Luz” serem afetos à população como um todo. A redação da *Província do Espírito Santo* estimou que

³⁷⁶ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano IV, n° 822, de 20 de junho de 1885. p. 2.

³⁷⁷ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VIII, n° 1913, de 9 de abril de 1889. p. 2.

³⁷⁸ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VIII, n° 1914, de 10 de abril de 1889. p. 3.

³⁷⁹ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VIII, n° 1915, de 11 de abril de 1889. p. 2.

quase 1800 pessoas participaram do *meeting*³⁸⁰. Da janela do *Club Commercial* discursaram, sob “muitos aplausos da grande massa popular”, Affonso Claudio e Moniz Freire³⁸¹. O primeiro começou seu discurso “[...] concitando a polícia a manter-se na órbita da lei; que não provocasse distúrbios, nem perturbasse com a intervenção da força armada as resoluções pacíficas do povo [...]”³⁸².

Moniz Freire, por sua vez, disse que lamentava os esforços empreendidos pelos agentes do governo no sentido de obstar “[...] uma das mais belas prerrogativas constitucionais – o direito de representação”³⁸³. Nesse momento o chefe de polícia e seu séquito aproximaram-se do *Club Commercial*, movimento interpretado pelos participantes do evento como uma ameaça à continuação do *meeting*. Temendo a dissolução da reunião popular “[...] o povo, aglomerado à porta do Club, protestava energicamente contra a intervenção da polícia e exigia a retirada da força”³⁸⁴.

Em auxílio à causa pública da reunião alguns representantes do *Club Commercial* declararam às autoridades policiais que não permitiriam a entrada de soldados no edifício. Depois de reiteradas reclamações o chefe de polícia ordenou que a força de linha se retirasse do evento, porém, ele permaneceu para negociar a interrupção do *meeting* com os oradores. Dentro do *Club* “[...] procurou obter dos oradores a dispersão da reunião ou o seu adiamento para o dia seguinte, depois de *licenciada!*”³⁸⁵ O pedido foi negado, porque não era fundamentado. Após muita relutância o chefe de polícia cedeu e se retirou. Acalmados os ânimos recobrou a palavra Moniz Freire, que conclamou aos presentes a necessidade de reclamar da presidência duas providências: o respeito a uma lei (a de abastecimento de água) e a observância de um contrato (o arremate da iluminação pública).

Ao finalizar seu discurso, sob estrepitosos aplausos, Moniz Freire pediu ao povo que decidisse entre “[...] a ida a palácio para representar pessoalmente ou uma representação por escrito assinada por toda a população”³⁸⁶. A resposta foi unânime:

³⁸⁰ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VIII, n° 1914, de 10 de abril de 1889. p. 3.

³⁸¹ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VIII, n° 1915, de 11 de abril de 1889. p. 2.

³⁸² A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VIII, n° 1915, de 11 de abril de 1889. p. 2.

³⁸³ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VIII, n° 1915, de 11 de abril de 1889. p. 2.

³⁸⁴ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VIII, n° 1915, de 11 de abril de 1889. p. 2.

³⁸⁵ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VIII, n° 1915, de 11 de abril de 1889. p. 2.

³⁸⁶ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VIII, n° 1915, de 11 de abril de 1889. p. 2.

a multidão queria a primeira opção. Assim, percorreram toda a Rua do Comércio e subiram a ladeira do convento São Tiago com destino ao Palácio do Governo³⁸⁷.

O povo permaneceu à entrada do palácio. Entre os presentes formou-se uma comissão popular a ser recebida pelo presidente da província. Este ouviu as reclamações dos representantes da multidão e declarou que desde o dia anterior ao *meeting* havia ordenado a “[...] execução da lei do abastecimento d’água, votada na última reunião da Assembleia Provincial. Quanto à iluminação fez promessas que nada absolutamente satisfizeram a massa popular”³⁸⁸.

Em retaliação houve manifestações de desagrado à porta do palácio. Nesta ocasião falaram Affonso Cláudio, Moniz Freire e Cleto Nunes Pereira. Este último procurou acalmar os ânimos da multidão, defendendo que a realização daquele *meeting* significava uma “[...] vitória do povo espírito-santense, [que fez] manter a bela prerrogativa constitucional do direito de reunião [...]”³⁸⁹. A maioria acatou o discurso de Cleto Nunes e dispersou-se, dando “[...] vivas ruidosos ao povo espírito-santense e ao direito de reunião”³⁹⁰. Alguns grupos populares, porém, não ficaram satisfeitos com o desfecho daquela manifestação política e, por isso, “[...] quebraram vários combustores da iluminação pública”³⁹¹. Aquele foi um dia agitado na cidade de Vitória. Patrulhas de linha, em número extraordinário, percorreram a capital até a madrugada de 10 de abril³⁹².

A realização do *meeting*, como sabemos, não foi aceita pelas autoridades públicas. A imprensa conservadora também se manifestou contrária à reunião popular. Em tom de escárnio informou o *Espírito-Santense* que, ao contrário do relato feito pelo jornal de Moniz Freire e Cleto Nunes, participaram daquele evento “*algumas pessoas*”³⁹³. Além disso, Bazílio Carvalho Daemon declarou não ter participado daquele protesto, porquanto era contrário a “[...] certas práticas republicanamente organizadas, quanto mais tomando elas o caráter e certa forma não admitidas em

³⁸⁷ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VIII, nº 1915, de 11 de abril de 1889. p. 2.

³⁸⁸ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VIII, nº 1914, de 10 de abril de 1889. p. 3.

³⁸⁹ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VIII, nº 1914, de 10 de abril de 1889. p. 3.

³⁹⁰ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VIII, nº 1914, de 10 de abril de 1889. p. 3.

³⁹¹ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VIII, nº 1914, de 10 de abril de 1889. p. 3.

³⁹² A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ano VIII, nº 1914, de 10 de abril de 1889. p. 3.

³⁹³ ESPÍRITO SANTENSE, ano XIX, nº 29, de 13 de abril de 1889. p. 2.

nosso país, que é monárquico constitucional representativo, contra ajuntamentos e reclamações”³⁹⁴.

Os *meetings* realizados em Vitória nos anos de 1885 e 1889 sugerem que os capixabas apropriaram-se politicamente do espaço público da cidade. Daemon, político conservador da capital, viu com maus olhos essa novidade da última década monárquica.

Essas manifestações políticas, a exemplo dos desfiles de carnavais, eram abertas ao conjunto da população. Não havia, *a priori*, distinção entre ricos e pobres, letrados e ágrafos. Desse modo, assistimos à ascensão das ruas capixabas ao patamar de espaços de participação política, que para determinados extratos sociais eram um dos poucos, senão o único, *locus* de fazer política ao qual eles tinham acesso.

6.7 Conclusão

O desenvolvimento de formas de sociabilidade formal e a transformação dos espaços públicos contribuíram para a formação da esfera pública de opinião em Vitória. Esses espaços de sociabilidade tornaram-se *locus* de produção de opinião, lugar de disputas discursivas em torno da organização de projetos e práticas políticos³⁹⁵.

A esfera pública de opinião era, a bem da verdade, marcadamente elitista, principalmente em função do papel desempenhado pelos jornais capixabas no processo de sua formação. Contudo, era também popular, em função da oralidade impregnada nas manifestações políticas capixabas do Oitocentos. Em diversas ocasiões a oralidade foi soberana: nas passeatas, nos saraus literário-musicais, nas festas, nos teatros, nas reuniões ocorridas em ruas e praças da cidade, nas folias carnavalescas e nos *meetings*.

³⁹⁴ ESPÍRITO SANTENSE, ano XIX, n° 29, de 13 de abril de 1889. p. 2.

³⁹⁵ Tradução livre. PIÑEIRO, Elena. Espacio simbólico, ideología y poder: relaciones entre prácticas discursivas y procesos políticos. *Revista Colección*, Buenos Aires: Pontificia Universidad Católica Argentina, n° 13, 2002. p. 217.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Defendemos ao longo desse trabalho a hipótese da formação da esfera pública de opinião em Vitória durante a segunda metade do Oitocentos. Nesse período as sociabilidades capixabas ganharam novos espaços e se complexificaram. Desenvolveu-se na capital a imprensa de opinião e o movimento associativo moderno.

Partimos do pressuposto de que a vida política no Dezenove, enquanto vida pública, desenvolvia-se para além dos espaços políticos institucionais¹. Ela também se desenrolava na imprensa. Nos anos finais da década de 1850 os impressos capixabas adquiriram conteúdo político e se tornaram *arma* e *arena* de combate de ideias. Os anos 1860 foram emblemáticos nesse sentido. Nesse período os jornais transformaram-se, definitivamente, em espaço de sociabilidade política. Assim, os conflitos políticos, em nível local e nacional, eram *reproduzidos pela (e produzidos na)* imprensa capixaba.

O “triunfo” da opinião pública, enquanto entidade abstrata legitimadora de práticas políticas, não se deu em um vazio cultural. Formas antigas de comunicação conviviam com a imprensa política. Infelizmente não conseguimos localizar exemplares de manuscritos e pasquins, mas os testemunhos indiretos colacionados dos jornais capixabas sugerem que eles perduraram até o final do século XIX.

A pesquisa tentou ser sensível a outras formas de circulação das vozes, quase inacessíveis ao historiador: as arruaças, os gritos e gestos. Partindo do pressuposto de que “voz é presença” entendemos os rumores parte indissociável da opinião pública². Em um país onde o analfabetismo era estrutural a oralidade exerceu papel fundamental para a emergência da esfera pública de opinião.

A comprovação de que jornais, panfletos, pasquins e boatos coexistiram em Vitória ao longo da segunda metade do Oitocentos sugere que a esfera pública de opinião capixaba abrigava elementos da modernidade (os jornais de opinião e oposição) e também reminiscências de formas de comunicação típicas do Antigo Regime (a exemplo dos pasquins e dos rumores). A realidade da época era uma via de mão

¹ MOREL, Marco. 2005, p. 156.

² ALVES, José Augusto dos Santos. 2009. p. 114.

dupla: ao mesmo tempo em que os redatores encontravam nos rumores a pauta de seus artigos, os rumores, por sua vez, eram alimentados pelos editoriais impressos.

Durante os anos de 1849 a 1889 identificamos que os jornais passaram a atuar na defesa de um projeto de desenvolvimento para a Província do Espírito Santo. Da tribuna impressa os redatores questionaram as ações do governo e discutiram, em patamar de igualdade, com deputados provinciais. A prerrogativa de crítica não era mais exclusiva dos membros da Assembleia Provincial.

A esfera pública de opinião era o lugar da participação política. Nela participaram indivíduos talvez não tão familiarizados com o jogo político: professores, estudantes do Ensino Secundário, escravos, libertos e mulheres. É verdade que a presença de libertos e mulheres nos impressos capixabas foi bem menos expressiva do que a dos indivíduos envolvidos, de alguma forma, com a elite política capixaba. Ainda assim, os registros encontrados tem relevância, porque denotam que a esfera pública de opinião não era exclusiva de uma minoria instruída e que em seu âmbito desenvolveram-se práticas de cidadania informal³.

Inspiramo-nos na leitura de Arlette Farge sobre o conceito esfera pública de Jürgen Habermas para descortinar as diversas instâncias não institucionalizadas de participação política que viabilizaram o protagonismo de certos setores da sociedade capixaba nas sociabilidades políticas⁴. Imprensa, manifestações de rua e associações foram os elementos da esfera pública de opinião analisados neste trabalho.

Nas últimas décadas do Império a rua foi ressignificada. Se na primeira metade do século XIX ela teve um sentido negativo e associado à desordem e anarquia, a partir de 1860, aproximadamente, a rua passou a adquirir, progressivamente, uma conotação positiva. Isso significou uma transformação dos espaços públicos da capital e comprovou que a esfera pública de opinião apresentava, também, uma dimensão popular.

³ BASILE, Marcello Otávio Campos Neri. 2000. p. 256.

⁴ FARGE, Arlette. 1992.

Não é possível falar em manifestação política na cidade de Vitória da segunda metade do Oitocentos sem levar em conta os aspectos da oralidade e do visual. Passeatas, saraus literário-musicais, festas religiosas, encenação de peças teatrais, reuniões nas ruas e praças, folias carnavalescas e *meeting*. Em tudo a oralidade e o apelo visual fizeram-se presentes e ocuparam lugar de destaque.

Nesse sentido, a análise da esfera pública de opinião capixaba do Oitocentos extrapolou o viés estritamente *habermasiano* – cultura letrada, acesso igualitário aos meios impressos e restrição de gênero. Nosso estudo preocupou-se também em considerar a oralidade e o apelo visual elementos constitutivos e indissociáveis dessa esfera. Isso permitiu relativizar os limites de atuação da esfera pública.

Se por um lado os altos índices de analfabetismo impediam um desenvolvimento mais disseminado e expressivo da cultura impressa em Vitória, por outro, a comunicação oral, as palavras, as encenações, os gestos e as entonações de fala configuraram-se signos muito fortes e, além disso, não encontraram jamais obstáculo a sua emissão⁵.

⁵ Tradução livre. FARGE, Alerte. 2009. p. 22.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

I. Jornais (organizados em ordem alfabética)

Rio de Janeiro:

A NAÇÃO – 1872

CONSTITUCIONAL – 1863

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO – 1842

O CHRONISTA – 1838

SETE DE ABRIL – 1836

Espírito Santo:

A ACTUALIDADE – 1878

A FOLHA DA VICTORIA – 1883 a 1889

A IDEA: ÓRGÃO DA MOCIDADE – 15/09/1878 e 20/10/1878

A LIGA – de 08/04/1860 a 12/08/1860 e 30/01/1861

A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO – 1882 a 1889

A REGENERAÇÃO – 11/01/1854

CORREIO DA VICTORIA – 1849-1851; 1854-1859; 1863-1863; 1869-1872

ESPÍRITO-SANTENSE – 1870 a 1889

ESTANDARTE – 1872

GAZETA DO COMMERCIO – 31/12/1876 e 23/08/1877

JORNAL DA VICTORIA – 1864; 1866 a 1869

LUCIFER – 06/10/1884 a 17/11/1884

O AMIGO DO POVO – 08/08/1863

O BALUARTE – 01/09/1882 a 02/12/1882

O CIDADÃO – 15/03/1868 a 30/07/1868

O ECHO DOS ARTISTAS – 13/01/1878
O HORIZONTE – 1880 a 1885
O LIBERAL – 11/06/1885 a 28/08/1885
O METEORO – 24/02/1888
O MONARQUISTA – 20/09/1863
O SEMANÁRIO: JORNAL DE INSTRUÇÃO E RECREIO – 1857-1858
O TEMPO – 10/12/1861
OPINIÃO LIBERAL – 11/02/1877
PYRILAMPO – 20/08/1882 e 16/10/1882
SETE DE SETEMBRO – 10/11/1878 e 16/08/1879
VASCO COITINHO – 15/11/1883

II. Panfletos

AOS MEUS PATRÍCIOS, 1860, p. 1. Seção de manuscritos raros da Biblioteca Nacional.

PHILEMON. *Livro Negro* – Memórias escritas a lápis pelo doido, Philemon, para serem publicadas quando os eu autor convencer-se da fraqueza da eloquência dos homens bons e do poder das coisas sérias. Vitória, 1874.

III. Documentos oficiais

Correspondência ao presidente da Província do Espírito Santo, Brigadeiro Venceslau de Oliveira Bello. Registro da correspondência com a Presidência da Província do Espírito Santo. Série Acioly, Livro 41, Fundo Governadoria, APEES.

Correspondência ao presidente da Província do Espírito Santo, Senhor João Lopes da Silva Coito Couto. Registro da correspondência com a Presidência da Província do Espírito Santo. Série Acioly, Livro 41, Fundo Governadoria, APEES.

Correspondência do presidente da Província a José Feliciano de Castilho. Registro da correspondência do presidente da Província com o Ministério do Império. Série 751 Livros, Livro 72, Fundo Governadoria, APEES.

Ofício n. 147, de 29 de dezembro de 1845, enviado ao Presidente da Província do Espírito Santo, Herculano Ferreira Pereira, p. 192. Registro de ofícios enviados à Presidência da Província do Espírito Santo. Série Acioly, Livro 52, Fundo Governadoria, APEES.

Ofício n. 169, de 19 de janeiro de 1846, enviado ao Presidente da Província do Espírito Santo, Herculano Ferreira Pereira, p. 211. Registro de ofícios enviados à Presidência da Província do Espírito Santo. Série Acioly, Livro 52, Fundo Governadoria, APEES.

Ofício n. 254, de 23 de junho de 1846, enviado ao Vice-Presidente da Província do Espírito Santo, José Ignacio Accioli de Vasconcellos. Registro de ofícios enviados à Presidência da Província do Espírito Santo. Série Acioly, Livro 52, Fundo Governadoria, APEES.

Registro da correspondência com a Presidência da Província do Espírito Santo. Série Acioly, Livro 47, Fundo Governadoria, APEES.

Registro da correspondência com a Presidência da Província do Espírito Santo. Série Acioly, Livros 56 e 57, Fundo Governadoria, APEES.

Registro da correspondência do Governo Provincial com a Câmara Municipal de Vitória. Série 751 Livros, Livro 174, Fundo Governadoria, APEES.

Registro da correspondência do Governo Provincial com a Câmara Municipal de Vitória. Série 751 Livros, Livro 174, Fundo Governadoria, APEES.

Correspondência ao vice-presidente da Província do Espírito Santo, Senhor José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim. Registro da correspondência com a Presidência da Província do Espírito Santo. Série Acioly, Livro 41, Fundo Governadoria, APEES.

Relatório do presidente da Província do Espírito Santo, o bacharel Pedro Leão Velloso, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 25 de maio de 1859. Vitória: Tip. Capitaniense de Pedro Antonio d'Azeredo, 1859.

Relatório lido perante a Assembleia legislativa da Província do Espírito Santo na instalação da sessão ordinária pelo Exm. Sr. Coronel Dionysio Alvaro Resendo, 1 Vice-Presidente da Província, no dia 1º de outubro de 1870. Vitória: Tip. do Correio da Victoria, 1870.

Relatório lido no paço da Assembleia Legislativa da Província do Espírito Santo pelo presidente, o Exmo. Sr. Dr. Francisco Ferreira Correa, na sessão ordinária do ano de 1871. Vitória: Tipografia do Correio da Victoria, 1872.

Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo pelo presidente da província, o Exmo. Sr. Dr. Antonio Gabriel de Paula Fonseca, no dia 2 de outubro de 1872. Vitória: Tipografia do Espírito-Santense, 1872.

Relatório apresentado a S. Ex. o Sr. Coronel Manoel Ribeiro Coitinho Mascarenhas pelo Exmo. Sr. Dr. Luiz Eugênio Horta Barbosa por ocasião de deixar a administração da Província do Espírito Santo. Vitória: Tipografia do Espírito-Santense, 1874.

Relatório apresentado pelo Exmo. Sr. Dr. Manoel José de Menezes Prado na instalação da Assembleia Provincial do Espírito Santo, na sessão de 15 de outubro de 1876. Vitória: Tipografia do Espírito-Santense, 1876.

Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Espírito Santo, em sua sessão ordinária de 8 de março de 1881, pelo presidente da província, Exmo. Sr. Dr. Marcellino de Assis Tostes. Vitória: Tipografia da Gazeta da Victoria, 1881.

Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Marcellino de Assis Tostes no dia 13 de fevereiro de 1882 passou a administração da Província do Espírito Santo ao Exm. Sr. Tenente-Coronel Alpheu Adelpho Monjardim de Andrade e Almeida, primeiro Vice-Presidente. Vitória: Tipografia d'O Horizonte, 1882.

Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Herculano Marcos Inglez de Souza entregou, no dia 9 de dezembro de 1882, ao Exmo. Sr. Dr. Martim Francisco Ribeiro de Andrada Junior a administração da província do Espírito Santo. Vitória: Tipografia do Horisonte, 1882.

Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Espírito Santo em sua sessão ordinária de 9 de março de 1880 pelo presidente da Província o Exm. Sr. Dr. Eliseu de Sousa Martins. Vitória: Tipografia da Gazeta da Victoria, 1880. p. 6. VASCO COITINHO, ano I, nº 5, de 15 de novembro de 1883.

Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Miguel Bernardo Vieira de Amorim, 2º Vice-Presidente, passou a administração desta Província ao Exm. Sr. Dr. Joaquim José Affonso Alves no dia 12 de janeiro de 1884. Vitória: Tipografia do Horisonte, 1884.

Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo em 22 de outubro de 1885 pelo presidente desembargador Antonio Joaquim Rodrigues.

Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo pelo presidente da província, Desembargador Antonio Joaquim Rodrigues, em 5 de outubro de 1886. Vitória: Tipografia do Espírito-Santense. 1886.

Relatório ao presidente da Província do Espírito Santo, Dom Manoel de Assis Mascarenhas. Registro da correspondência com a Presidência da Província do Espírito Santo. Série Acioly, Livro 41, Fundo Governadoria, APEES.

Segunda resposta à representação de Ignácio Rodrigues Bermude ao presidente da Província do Espírito Santo, Dom Manoel de Assis Mascarenhas. Registro da correspondência com a Presidência da Província do Espírito Santo. Série Acioly, Livro 41, Fundo Governadoria, APEES.

IV. Legislação

BRASIL. *Constituição da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil*, decretada e promulgada pelo Congresso Nacional Constituinte em 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>.

BRASIL. *Constituição Política do Império do Brasil* elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I em 25 de março de 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>.

POSTURAS MUNICIPAIS: 1829. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1999. p. 28.

LITERATURA DE APOIO

ACHIAMÉ, Fernando. *Esquadro e compasso em Vitória: álbum da loja maçônica União e Progresso*. Vitória: Instituto Brasileiro e Geográfico do Espírito Santo, 2010.

AGULHON, Maurice. Le cercle dans La France bourgeoise 1810-1848. Étude d'une mutation de sociabilité. *Cahier des Annales*, Paris: Armand Colin, n. 36, 1977, p. 8-33.

AGULHON, Maurice. *Pénitents et Francs-Maçons de l'Ancienne Provence*. Paris: Fayard, 1984. p. VIII.

AGULHON, Maurice. Introduction: La sociabilité est-elle objet d'Histoire? In: FRANÇOIS, Étienne (Org.). *Sociabilité et Société Bourgeoise en France, en Allemagne et en Suisse, 1750-1850*. Paris: Éditions Recherche sur les Civilisation, 1986. p. 17-35.

AGULHON, Maurice. Visão dos bastidores. In: NORA, Pierre (Org.). *Ensaio de Ego-História*. Lisboa: DIFEL, 1987. p. 21-42.

AGULHON, Maurice. D'amont em aval. In: LEVASSEUR, Roger (Dir.). *De La sociabilité: spécificité et mutations*. Actes du Colloque organisé par Le Centre de Recherche en Études Québécoises de l'Université du Québec à Trois-Rivières. 1988. p. 13-39.

AGULHON, Maurice. La Sociabilidad como categoría histórica, In: FUNDACION MARIO GONGORA. *Formas de Sociabilidad en Chile, 1840-1940*. Santiago do Chile: Vivaria, 1992, p. 8-22.

ALMADA, Vilma Paraiso Ferreira de. *A escravidão na história econômico-social do Espírito Santo, 1850-1888*. [Dissertação de Mestrado] Niterói/RJ: PPGHIS/UFF, 1981.

ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALONSO, Angela. Apropriação de ideias no Segundo Reinado. In: GRINBERG, Keila; SALES, Ricardo. *O Brasil Imperial*, volume III: 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 72-110.

ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ALVES, José Augusto dos Santos. Nos primórdios da opinião pública em Portugal (1780-1820). In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Livros e Impressos: retratos do Setecentos e do Oitocentos*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009. p. 110-135.

ALVES, Uelington Farias. Cruz e Sousa: Dante negro do Brasil. Rio de Janeiro: Pallas Editora e Distribuidora LTDA. 2008.

AMARAL, Alex Lombello. *Cascudos e Chimangos: Imprensa e Política em São João Del-Rei (1876-1884)*. [Dissertação de Mestrado]. Juiz de Fora: UFJF, 2008.

ASSIS, Machado de. *Bons dias!* 3 ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2008.

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA da Sociedade Maçônica União e Progresso de 23 de abril de 1874.

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA da Sociedade Maçônica União e Progresso de 26 de janeiro de 1882.

ATA DA SESSÃO MAGNA de posse da nova administração da Sociedade Maçônica União e Progresso de 9 de maio de 1888.

BANCK, Geert. *Dilemas e símbolos: estudos sobre a cultura política do Espírito Santo*. 2. ed. ampliada. Vitória: EDUFES, 2011.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARROS, Thiago Zanetti de. *Imigração estrangeira no jornal A Província do Espírito Santo (1882-1889)*. [Dissertação de Mestrado] Vitória: PPGHIS/UFES, 2007.

BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. O Império Brasileiro: panorama político. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História Geral do Brasil*. 9 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 240-279.

BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. *Anarquistas, rusguentos e demagogos: os liberais exaltados e a formação da esfera pública na Corte Imperial (1829-1834)*. [Dissertação de Mestrado] Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2000.

BASTOS, Fabíola Martins. *Relações sociais, conflitos e espaços de sociabilidade: formas de convívio no Município de Vitória, 1850-1872*. [Dissertação de Mestrado] Vitória: PPGHIS/UFES, 2009.

BAVIERA, Teresa da. *Viagem pelo Espírito Santo (1888): viagem pelos trópicos brasileiros*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2012.

BICHARA, Terezinha Tristão. *História do Poder Legislativo do Espírito Santo, 1835-1889*. Vitória: Gráfica Leoprint Indústria Ltda, 1984. v. 1, t. 1.

BIOGRAPHIA de José Marcelino Pereira de Vasconcellos. Rio de Janeiro: Typographia Universal de E. & H. Laemmert. 1875.

BOUTIER, Jean & JÚLIA, Dominique (Orgs.). *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998.

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. *Pierre Nora, ou o historiador da memória*. História Social, Campinas/SP: UNICAMP, 1999.

BUENO, José Antonio Pimenta. *Apontamentos sobre o Processo Criminal brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Empresa Nacional do Diário, 1857.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo: Difel, 1962.

CARVALHO, Enaile Flauzina. *Política e economia mercantil nas terras do Espírito Santo (1790 a 1821)*. [Dissertação de Mestrado] Vitória: PPGHIS/UFES, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. *História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura*. Topoi, Rio de Janeiro. n° 1, v. 1, 2000. p. 123-152.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. Radicalismo e Republicanismo. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. (Orgs.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 19-47.

CARVALHO, José Murilo de. A vida política. In: CARVALHO, José Murilo de. *A construção nacional, 1830-1889*. Coleção História do Brasil Nação: 1808-2010. Rio de Janeiro/Madrid: Editora Objetiva LTDA/Fundación MAPFRE, 2012, v. 2, p. 95-130.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Artes do fazer. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. La cultura de l'imprimé. In: CHARTIER, Roger (Dir.). *Les usages de l'imprimé XV^e-XIX^e*. Paris: Fayard, 1987. p. 8-14.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Miraflores (Portugal): DIFEL, 1992.

CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger (Org.). *Práticas de leitura*. São Paulo: estação Liberdade, 1996. p. 93-109.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. 2 ed. Brasília: EDUnB, 1998.

CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, Literatura e História*. Santana (Porto Alegre/RS): Artmed, 2000.

CHARTIER, Roger. *Escutar os mortos com os olhos*. Estudos Avançados, IEA/USP, 2010, 24 (69), p. 7-30.

CHARTIER, Roger. *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

CHASSIN, Charles-Louis. *Liberté de la presse. Lettres à M. de Persigny, ministre de l'Intérieur, par Charles-Louis Chassin*. 1861, vol. I. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5424819m/f6.image.r=libert%C3%A9>>.

CLÁUDIO, Affonso. *História da Literatura Espírito-Santense*. Porto: Oficinas do "Comercio do Porto", 1912.

CLÁUDIO, Affonso. *História da Propaganda Republicana no Estado do Espírito Santo*. Vitória: Gráfica Espírito Santo, 2002.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Difel, 1966.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COSTA, Emília Viotti da. A Era da Reforma, 1870-18889 - 1889. In: BETHEL, Leslie (Org.). *História da América Latina: de 1870 a 1930*. São Paulo/Brasília: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado/Fundação Alexandre Gusmão, 2002. v. V, p. 702-730.

COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. São Paulo: UNESP, 2008. p. 57.

CROCHEMORE, Gilles. *Armand Carrel 1800-1836: um républicain realiste*. p. 2. Disponível em: <http://hist-geo.spip.ac-rouen.fr/IMG/pdf/Armand_Carrel.pdf>.

CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana, 1890-1915*. São Paulo: EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial SP, 2000.

CUNHA, Alexandre Mendes. *O urbano e o rural em Minas Gerais entre os séculos XVIII e XIX*. Cadernos da Escola do Legislativo, jan./jun. 2009, v. 11, n. 16, p. 47-65.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 110-113.

DAEMON, Bazilio Carvalho. *Província do Espírito Santo*. Sua descoberta, história cronológica, sinopsis sinopses e estatística. 2 ed. Vitória: SECULT/APES, 2010.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

DARNTON, Robert & ROCHE, Daniel (Orgs.). *A Revolução Impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: EDUSP, 1996.

DARNTON, Robert. *Os Best-sellers proibidos da França revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 3 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

DECUZZI, Caio Rabello. *O debate em perspectiva: a atuação do jurado e seus ecos no discurso da elite política (1842-1871)*. [Relatório final] Vitória: Programa Institucional de Iniciação Científica/UFES, 2012.

DERENZI, Luiz Serafim. *Biografia de uma ilha*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1965.

DIFONZO, Nicholas. *O poder dos boatos: como os rumores se espalham, ditam comportamentos, podem ser administrados e por que acreditamos neles*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

ELTON, Elmo. *Velhos templos de Vitória e outros temas capixabas*. Vitória: Conselho Estadual de Cultura, 1987.

ELTON, Elmo. *Logradouros antigos de Vitória*. Vitória: EDUFES/Secretaria Municipal de Cultura, 1999.

ESCALERA, Javier. Sociabilidad y Relaciones de Poder. Kairos, *Revista de Temas Sociales*, Universidad Nacional de San Luis, San Luis, Argentina, ano 4, n. 6, 2000. Disponível em: <http://www.fices.unsl.edu.ar/~kairos/k06-02.htm>.

FARGE, Arlette. *Le goût de l'archive*. Paris: Éditions du Seuil, 1989.

FARGE, Arlette. *Lugares para a história*. Lisboa: Editorial Teorema, 1999.

FARGE, Arlette. *Dire et mal dire: l'opinion publique au XVIIIe siècle*. Paris: Éditions du Seuil, 1992.

FARGE, Arlette. *Essai pour une histoire des voix au dix-huitième siècle*. Paris: Bayard Éditions, 2009.

FARIA, Vanessa Silva de. Eleições e eleitores: balanço historiográfico sobre o processo eleitoral no século XIX. In: MATA, Sérgio Ricardo da; MOLLO, Helena Miranda; VARELLA, Flávia Florentino (Orgs.). *Anais do 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história?* Ouro Preto: Edufop, 2009. Disponível em: http://www.seminariodehistoria.ufop.br/t/vanessa_silva_de_faria.pdf.

FELDMAN, Ariel. *O império das carapuças: espaço público e periodismo político no tempo das regências (1832-1842)*. [Dissertação de Mestrado] Curitiba/PR: PPGH/UFPR, 2006.

FELDMAN, Ariel. *Espaço público e formação do Estado Nacional brasileiro: a atuação política do Padre Carapuço (1822 a 1852)*. [Tese de Doutorado] São Paulo: FFLCH/USP, 2012.

FERNANDES, Nelson da Nobrega. O carnaval e a modernização do Rio de Janeiro, *Revista Geo-Paisagem*, ano 2, n° 4, jul/dez 2003. Disponível em: <http://www.feth.ggf.br/Carnaval.htm>

FERRARO, Alceu Ravello; KREIDLOW, Daniel. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. *Educação e Realidade*, jul/dez de 2004. p. 180-203.

FERREIRA, Gilton Luís. Um desejo chamado Metrópole: a modernização urbana de Vitória no limiar do século XX. [Dissertação de Mestrado] Vitória/ES: PPGHIS/UFES, 2009. p. 118.

FERREIRA, Heloisa Souza. *Ardis da sedução e estratégias de liberdade: escravos e senhores nos anúncios de jornais do Espírito Santo (1849-1888)*. [Dissertação de Mestrado] Vitória: PPGHIS/UFES, 2012.

FORTUNATO, Danielle de Oliveira Bresciani. Uma análise do Espírito Santo   luz do processo de implantação dos grandes projetos. *Dimensões*, v. 27, 2011. Disponível em: <www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/download/2582/2078>

FRAGA, Christiano Woelffel. A maçonaria no Espírito Santo: Loja União e Progresso. Vitória: [s.n.], [1995?].

FRANCO, Sebastião Pimentel. *O terribil ssimo mal do Oriente: o cólera na Província do Espírito Santo (1855-1856)*. Vitória: EDUFES, 2015.

FREIRE, Mário Aristides. *A República no Espírito Santo*. Separata da edição da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo comemorativa do cincoenten rio da proclamação da República. Vitória: Oficina "Vida Capichaba", 1939.

FREIRE, Mário Aristides. *A Capitania do Espírito Santo: cr nicas da vida capixaba no tempo dos capit es-mores (1535-1822)*. Vitória: Flor&Cultura/Cultural-ES, 2006.

GALVES, Marcelo Cheche. *Ao público sincero e imparcial: imprensa e independ ncia do Maranhão (1821-1826)*. [Tese de Doutorado] Niterói: PPGHIS/UFF, 2010.

GONZÁLEZ, Bernaldo de Quirós Pilar. *Civilidad y Política en los orígenes de La Nación Argentina: las sociabilidades en Buenos Aires, 1829-1862*. 2. Ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econ mica, 2008.

GOULARTE, Rodrigo da Silva. *Figur es da terra: trajet rias e projetos políticos no Espírito Santo de Oitocentos*. [Dissertação de Mestrado] Vitória: PPGHIS/UFES, 2006.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Festa, trabalho e cotidiano. In: JANCSÓ, István & KANTOR, Iris. *Festa: cultura & sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: EDUSP/FAPESP/Imprensa Oficial, 2001. v. 2, p. 962-989.

GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias: ensayos sobre las revoluciones hisp nicas*. Madri: MAPFRE, 1992.

GUERRA, François-Xavier. LEMP RI RE, Annick. *et al. Los espacios públicos em Iberoamérica: ambigüedades y problemas*. Siglos XVIII-XIX. México: Fondo de Cultura Econ mica, 1998.

GUERRA, François-Xavier. De la política antigua a la moderna: invenciones, permanências, hibridaciones. [ponencia presentada em El 19th. International

Congresso of Historical Sciences]. Norway: University of Oslo, agosto 6-13, 2000. Disponível em: <http://www.oslo2000.uio.no/program/papers/s17/s17-guerra.pdf>

GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001. p. 88.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. Vol. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HOLSTON, James. *The modernist city: an anthropological critique of Brasília*. Chicago: University of Chicago Press, 1989.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. *Ciência da Informação*, v. 25, n. 2, 1995. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/viewFile/439/397>

JESUS, Aloiza Delurde Reali de. *De porta adentro a porta afora: trabalho escravo nas freguesias do Espírito Santo (1850-1871)*. [Dissertação de Mestrado] Vitória: PPGHIS/UFES, 2009.

JORGE, Karina Camarneiro. *Urbanismo no Brasil Império: a saúde pública na cidade de São Paulo no século XIX (hospitais, lazaretos e cemitérios)*. [Dissertação de Mestrado] Campinas/SP: PUC – CAMPINAS, 2006.

KURY, Mario da Gama. *Dicionário de Mitologia Grega e Romana*. 8. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Porto/Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2007.

LAMENNAIS, Félicité Robert de. *De L'esclavage Moderne*. Paris: Pagnerre Editeur, 1839. p. 26. Disponível em: <http://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uva.x001711305;view=1up;seq=3>.

LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (Orgs.). *História: Novos Problemas, Novas Abordagens, Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. v. 3.

LEÃO, Michele de. Lei Saraiva (1881): se o analfabetismo é um problema, exclui-se o problema. *Aedos Revista do corpo discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS*, n. 11, v. 4, set. 2012. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/30737/20890>.

LEFEBVRE, Henri. *Critique de la vie quotidienne*. II Fondements d'une sociologie de La quotidienneté. Paris: L'Arche Editeur, 1961.

LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Documentos, 1969.

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. 4 ed. Paris: Librarie de l'architecture et de La ville. 2000.

LEVASSEUR, Roger. Présentation. In: LEVASSEUR, Roger (Dir.). *De La sociabilité: spécificité et mutations*. Actes du Colloque organisé par Le Centre de Recherche en Études Québécoises de l'Université du Québec à Toirs-Rivières. 1988, p. 03-10.

LIMA, Evelyn Furquim Werneck & MALEQUE, Miria Roseira (Org.). *Espaço e cidade: conceitos e leituras*. 2 ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

LIMA, Guilherme Cunha; LIMA, Edna Cunha; MARTINS, Fernanda de O. *Apontamentos para uma história do design gráfico no Brasil – o caso do Pará – levantamento das empresas tipográficas do Pará entre 1820 e 1850*. [Mimeo]. Disponível em: <www.academia.edu>.

LINS, Ivan. *História do positivismo no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

LOPES, Eliane Cristina. *O revelar do pecado: os filhos ilegítimos na São Paulo do século XVIII*. São Paulo: Annablume, 1998.

LOUSADA, Maria Alexandre. A rua, a taberna e o salão: elementos para uma geografia histórica das sociabilidades lisboetas nos finais do Antigo Regime. In: VENTURA, Maria da Graça Mateus (Coord.). *Os espaços de sociabilidade na Íbero-América* (sécs. XVI-XIX). Lisboa: Ed. Colibri, 2004. p. 95-120.

LOUSADA, Maria Alexandre. *Espaços de sociabilidade em Lisboa: finais do século XVIII a 1834*. 1995. Tese [Doutorado em Geografia Humana] – Programa de Doutorado em Geografia Humana, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1995.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Org.). *História da imprensa no Brasil*. 2 ed. 1a reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012. p. 149-175.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LUZ, Nícia Vilela. *Aspectos do nacionalismo econômico brasileiro: os esforços em prol da industrialização*. São Paulo: Seção Gráfica da FFLCH/USP, 1959.

LYRA, Heitor. *História de Dom Pedro II: Fastígio*. São Paulo: EDUSP, 1977.

MACHADO, Humberto Fernandes. Imprensa abolicionista e a censura no Império do Brasil. In: LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito (Orgs.). *Entre a Monarquia e a República: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008. p. 243-257.

MAIA, Doralice Sátyro; GUTIERRES, Henrique Elias Pessoa; SOARES, Maria Simone Morais. A iluminação pública da cidade da Parahyba: século XIX e início do século XX. *Fênix Revista de História e Estudos Culturais*, abril/maio/junho de 2009, n. 2, v. 6, ano VI. Disponível em: <www.revistafenix.com.br>.

MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tania Regina de (Org.). *História da imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de Império. In: MARTINS, Ana Luiza. Introdução. MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. 2 ed., 1 reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012. p. 45-60.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

MAXIMILIANO, Príncipe de Wied-Neuwied. *Viagem ao Brasil*. São Paulo: Nacional, 1940.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV/Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (EDUR), 2007.

MENEZES, Lená Medeiros de. A imigração nos anúncios de jornais do Rio de Janeiro: facetas parisienses do sonho civilizatório. In: LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito (Orgs.). *Entre a Monarquia e a República: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008. p. 221-242.

MONTÓIA, Ana. Da sociabilidade à solidariedade: as tentativas de definição pela Sociologia do século XIX. *História & Perspectivas*, Uberlândia/MG, n° 14-15, p. 23-35, jan/dez 1996, p. 22-40.

MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e política: espaço público e cultura política na província de Minas Gerais, 1828-1842*. [Dissertação de Mestrado] Belo Horizonte: PPGHIS/UFMG, 2006.

MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e opinião pública no Brasil Império: Minas Gerais e São Paulo (1826-1842)*. [Tese de Doutorado] Belo Horizonte: PPGHIS/UFMG, 2011.

MOREL, Marco & BARROS, Mariana Monteiro. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 23.

MOREL, Marco. *O período das regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: HUCITEC, 2005.

MOREL, Marco. Da gazeta tradicional aos jornais de opinião: metamorfoses da imprensa periódica no Brasil. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (Org.). *Livros e impressos: retratos do Setecentos e do Oitocentos*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009, p. 157-174.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. 2 ed., 1 reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012. p. 10-27.

MOTTA, Kátia Sausen da. *Juiz de paz e cultura política no início do Oitocentos* (Província do Espírito Santo, 1827-1842). [Dissertação de Mestrado] Vitória: PPGHIS/UFES, 2013.

MOUILLAUD, Maurice. O jornal: da forma ao sentido. In: PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). *O jornal: da forma ao sentido*. 2 ed. Brasília: EdUnB, 2002, p. 33-57.

MÜLLER, Dalila. “Feliz a população que tantas diversões e comodidades goza”: espaços de sociabilidade em Pelotas (1840-1870). [Tese de Doutorado] São Leopoldo/RS: PPGH/UNISINOS, 2010.

MUNIZ, Maria Izabel Perini. *Parque Moscoso: documento de vida*. 2 ed. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2001.

NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império: Nabuco de Araujo – sua vida, suas opiniões, sua época por seu filho Joaquim Nabuco*. Tomo I (1813-1857). Rio de Janeiro: H. Garnier, 1897.

NEDER, Gizlene. “Carretilhas” em ação: Reforma e conservadorismo no Segundo Reinado, *Dimensões*, vol. 28, 2012, p. 82-102.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: FAPERJ/REVAN, 2003.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Os panfletos políticos e o esboço de uma esfera pública de poder no Brasil. In: ABREU, Márcia. SCHAPOCHNIK, Nelson. *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas/São Paulo: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB)/FAPESP, 2005. p. 399-411.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz (Org.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Constituição: usos antigos e novos de um conceito no Império do Brasil (1821-1860). In: CARVALHO, José Murilo de. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (Org.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 190-216.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Opinião Pública. In: JÚNIOR, João feres. *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: EDUFMG, 2009. p. 181-202.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Traduzido por KHOURY, Yara Aun. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, 1981. p. 2-13.

NOVAES, Maria Stella de. *História do Espírito Santo*. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo. [19-?].

NOVAES, Maria Stella. O teatro no Espírito Santo: o teatro jesuítico. O teatro popular. Propulsores do teatro no Espírito Santo. O Melpômene e o Carlos Gomes. Vitória: IHGES, 1961.

NOVAES, Maria Stella de. A escravidão e a abolição no Espírito Santo. Vitória: [s.n], 1963.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 3 ed. Vitória: APEES/SECULT, 2008.

OLIVEIRA, Julio Cesar de. *XIV Curso de uso escolar de sensoriamento remoto no estudo do meio ambiente*. Julho/2011. Disponível em: <http://www.dsr.inpe.br/vcsr/files/Apres_Cartografia.pdf>.

PAMPLONA, Marco A. Nação. In: JÚNIOR, João Féres (Org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editoria UFMG, 2009. p. 172-190.

PANDOLFI, Fernanda Cláudia. *A abdicação de D. Pedro I: espaço público da política e opinião pública no final do primeiro reinado*. [Tese de Doutorado] Assis: UNESP, 2007.

PAQUOT, Thierry. *L'espace public*. Paris: Éditions La Découverte, 2009.

PENNA, Misael Ferreira. *O presente e o futuro da Província do Espírito Santo*. In: Conferências Populares, Rio de Janeiro, julho/1876, n. 6. p. 94-99.

PENNA, Misael Ferreira. *História da Província do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Typographia de Moreira, Maximino e Cia., 1878.

PEREIRA, Amâncio Pinto. *Homens e cousas espírito-santenses*. Vitória: Sociedade de Artes Gráficas, 1914.

PEREIRA, Heráclito Amâncio. A imprensa no Espírito Santo por Amâncio Filho. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, Vitória, n. 3, 1922, p. 28-40.

PEREIRA, Heráclito Amâncio. História da imprensa capixaba. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, n. 5, 1926, p. 41-80.

PERELMAN, Chaïm; e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação. A nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PÍCOLI, Mariana de Almeida. *Ideias de liberdade na cena política capixaba: o movimento abolicionista em Vitória (1869-1888)*. [Dissertação de Mestrado] Vitória: PPGHIS/UFES, 2009.

PIÑEIRO, Elena. Espacio simbólico, ideología y poder: relaciones entre prácticas discursivas y procesos políticos. *Revista Colección*, Buenos Aires: Pontificia Universidad Católica Argentina, n° 13, 2002.

PINHEIRO, J. C. Fernandes. Relatório do primeiro secretário o Sr. Cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo XXV, suplemento, 1864. p. 389-410.

PINHO, Wanderley. *Salões e Damas do Segundo Reinado*. 3. Ed. São Paulo: Livraria Martins, 1959.

PORTO, Walter Costa. *Dicionário do voto*. Brasília: UnB, 2000.

QUINTÃO, Leandro do Carmo. *A interiorização da capital pela estrada de ferro sul do Espírito Santo*. [Dissertação de Mestrado] Vitória: PPGHIS/UFES, 2008.

QUINTÃO, Leandro do Carmo. Construções da escravidão no jornal A Província do Espírito Santo. In: *Anais do V Encontro Internacional UFES/Paris-Est Seres vivos: representações, narrativas e Histórias*. Vitória: PPGHIS/UFES, 2015.

QUINTÃO, Leando do Carmo. *Oligarquia e elites políticas no Espírito Santo: a configuração da liderança de Moniz Freire*. [Tese de Doutorado] Vitória: PPGHIS/UFES. No prelo.

RAMINELLI, Ronald. História Urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana & VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 265-289.

RÉBOLI, Aliny Valle. *Amâncio Pereira – um representante da elite mulata capixaba*. [Relatório de IC] Vitória: UFES, 2006.

REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RÉMOND, René. Do Político. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1996. p. 441-450.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A imprensa da independência e do primeiro reinado: engajamento e mercado. In: *Anais do V Congresso Nacional de História da Mídia*. São Paulo: INTERCOM. p. 1.

RIBEIRO, Gladys Sabina. Nação e cidadania em alguns jornais da época da Abdicação: uma análise dos periódicos O Repúblico e O Tribuno do Povo. In: LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito (Orgs.). *Entre a Monarquia e a República: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008. p. 35-60.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papius, 1997. Tomo III.

ROCHA, Karolina Fernandes. Mensageiras da liberdade, porta-vozes da fé: mulheres capixabas no movimento abolicionista do Espírito Santo. In: *Anais do 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Curitiba/PR: UFPR, 2015. p. 1. Disponível em: www.escravidaoeliberdade.com.br Acesso em: 20 de junho de 2016.

ROCHA, Levy. *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*. 3 ed. Vitória: APEES, 2008

RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difel, 1966.

ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.

ROSTOLDO, Jadir Peçanha. Uma imagem para a República: intervenções públicas na cidade de Vitória, 1892-1896. In: *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – ANPUH*, Londrina: UEL, 2005.

S. PAIO, José Zeferino Rangel. *Notas biográficas de José Marcelino Pereira de Vasconcellos*. Brazil Illustrado: arquivo de conhecimentos uteis. Rio de Janeiro: Typographia Pinheiro e C., 1887. ano 1, n. 8.

SÁEZ, Hernán Enrique Lara. *O 11 de setembro de 1864 da praça carioca: a crise do Souto e a transformação da política econômica brasileira*. Disponível em: <<http://www.iseg.utl.pt/aphes30/docs/progdocs/HERNAN%20SAEZ.pdf>>.

SAIANI, Renato Cesar Santejo. As discussões sobre a política brasileira nos artigos de imprensa do Barão do Rio Branco: entre a Monarquia e a República (1865-1902). In: *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História: Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios*. Florianópolis/SC, 2015. p. 5. Disponível em: [...]
<http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439061591_ARQUIVO_TrabalhoCompletoAnpuh-RenatoSaiani.pdf>.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, EDUSP, 1974.

SANTOS, Estilaque Ferreira dos. Vias de comunicação, conquista territorial e colonização estrangeira no Espírito Santo do séc. XIX: a gênese do pensamento político capixaba, *Dimensões – Revista de História da UFES*. n.17. Vitória: Centro de Ciências Humanas e Naturais – UFES, 2005. p. 47-68.

SANTOS, Estilaque Ferreira dos. *José de Melo Carvalho Moniz Freire*. Vitória: Espírito Santo em ação, 2012.

SANTOS, Estilaque Ferreira dos. *Escritos Políticos de Moniz Freire*. Vitória: Pro Texto Comunicação e Cultura, 2013.

SANTOS, Mário Ferreira dos. *Curso de Oratória e Retórica*. 9 ed. São Paulo: Livraria e Editora Logos Ltda, 1962.

SARMIENTO, Guilherme. Diversões óticas e literárias na Corte Imperial. 2004. Dissertação [Mestrado em Letras] Programa de Pós-Graduação em Letras/PUC-Rio: Rio de Janeiro, 2004.

SCHIAVINATTO, Iara Lis. Entre manuscritos e impressos. In: LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito (Orgs.). *Entre a Monarquia e a República: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008, p. 25-42.

SCHNEIDER, Omar; NETO, Amarílio Ferreira; ALVARENGA, Jeizibel Alves. A escolarização e a sua obrigatoriedade: debates na província do Espírito Santo (1870-1880). *Educação em Revista*, n. 2, v. 28, jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982012000200009>.

SHIBUTANI, Tamotsu. *Improvised news: a sociological study of rumor*. Indianapolis: The Bobbs-Merrill Company, 1966; ROSNOW, Ralph L. Inside rumor: a personal journey. *American Psychologist*, 46, 1991, p. 484-496. Disponível em: <<http://psycnet.apa.org/>>

SIEBER, Tim. Ruas da cidade e sociabilidade pública. In: CORDEIRO, Graça Índias & VIDAL, Frédéric (Orgs.). *A rua: espaço, tempo, sociabilidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008. p. 49-68.

SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza* - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

SILVA, Márcia Pereira da & FRANCO, Gilmara Yoshihara. *Imprensa e política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica*, Revista História em Reflexão, vol. 4, n. 8, UFGD, Dourados jul/dez 2010.

SILVA, Rodrigo Fialho. *Nas Minas... por entre "typos", jornais e tintas: sociabilidade impressa e debate político na Província das Gerais (1823-1831)*. [Tese de Doutorado] Rio de Janeiro: PPGH/IFCH/UERJ, 2011.

SILVA, Rozenilda Maria de Castro. Companhia de Aprendizes Marinheiros da Província do Piauí: História de uma instituição educativa. In: Anais do XXII Simpósio Nacional de História – História, acontecimento e narrativa, João Pessoa PB. 2003. p. 11. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.615.pdf>

SILVEIRA, Godofredo da. *Almanak Administrativo, mercantil, industrial e agrícola da Província do Espírito Santo para o ano de 1889 contendo a compilação das leis provinciais de 1886, 1887 e 1888*. 4º ano. Vitória: Tipografia da Província do Espírito Santo, 1889.

SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais de Sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SIQUEIRA, Francisco Antunes de. *Poemeto descritivo em oito cantos*. Vitória: Tipografia d'A Província do Espírito Santo, 1884.

SIQUEIRA, Francisco Antunes de; ACHIAMÉ, Fernando A. M. *Memórias do passado: a Vitória através de meio século*. Vitória: Flor&cultura/Cultural-ES, 1999.

SIQUEIRA, Karulliny Silverol. *Os apóstolos da liberdade contra os operários da calúnia: a imprensa política e o parlamento nas disputas políticas da província do Espírito Santo, 1860-1880*. [Dissertação de Mestrado] Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRRJ, 2011.

SLEMIAN, Andréa. *Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo: HUCITEC, 2006.

SOARES, Geraldo Antonio. Cotidiano, sociabilidade e conflito em Vitória no final do século XIX. *Dimensões*, Vitória: UFES/CCHN, 2004, n. 16. p. 58-770.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Modernidade urbana e dominação da natureza: o saneamento de Pelotas nas primeiras décadas do século XX. *História em Revista*. Pelotas/RS: UFPEL/Núcleo de Documentação Histórica, dezembro de 2001, v. 7. Disponível em: <http://www2.ufpel.edu.br/ich/ndh/hr/historia_em_revista_07.html>.

SODRÉ, Néelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Alexandre de Oliveira Bazilio de. *Das urnas para as urnas: o papel do juiz de paz nas eleições do fim do Império (1871-1889)*. [Dissertação de Mestrado] Vitória: PPGHIS/UFES, 2012.

SPIEGEL, Gabrielle M. History and Post-Modernism. *Past & Present*. Oxford, , n. 135, maio 1992, p. 194-208.

STEIN, Stanley. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

TACKETT, Timothy. Conspiracy obsession in a time of revolution: french elites and the origins of the Terror, 1789-1792. *The American Historical Review*, v. 105, n. 3, jun., 2000, p. 680-696.

VASCONCELLOS, José Marcellino Pereira de. *Ensaio sobre a história e a estatística da Província do Espírito Santo*. Vitória: Tipografia de Pedro Antonio Azeredo, 1858.

VELHO, Gilberto. Entrevista com Gilberto Velho. Entrevista concedida em 3 de julho de 2001 a Celso Castro, Lucia Lippi Oliveira e Marieta de Moraes Ferreira. *Estudos Históricos*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, v. 2, n. 28, 2001, p. 200-221.

VIANNA, Karulliny Silverol Siqueira. A ordem ameaçada: linguagens e ideias republicanas na crise da monarquia no Espírito Santo. In: RIBEIRO, Gladys Sabina; MARTINS, Ismênia de Lima; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz (Orgs.). *O Oitocentos sob novas perspectivas*. São Paulo: Alameda, 2014.

VIANNA, Karulliny Silverol Siqueira. Abram-se as portas para o progresso: o projeto político positivista na imprensa da província do Espírito Santo, 1880-1889. *Anais do Seminário Internacional Brasil no século XIX*. 2015. Disponível em: <<http://www.seo.uff.br/index.php/inividuais?id=51>>.

VIEIRA, Bruno V. G. José Feliciano de Castilho e a clâmide romana de Machado de Assis. *Machado de Assis em linha*, ano 2, n. 4, p. 127, dez 2009. Disponível em: <<http://machadodeassis.net/download/numero04/num04artigo07.pdf>>.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. São Paulo: Editora UnB/Impressão Oficial, 2004. v. 1.

WILBERFORCE, Edward. *Inglezes na costa: impressões de um aspirante de marinha sobre o Espírito Santo em 1851*. Vitória: Cultural, 1989.

ANEXO A

PLANTA N 1 – PLANTA GERAL DA CIDADE DE VITÓRIA EM 1895

ANEXO B

**PLANTA N 3 - PARTE DA CIDADE DA VICTORIA COM
MELHORAMENTOS**

ANEXO C – LISTA DE COMERCIANTES DE VITÓRIA

Rua	Número das casas	Número do contribuinte	Contribuintes	Estabelecimento	Nacionalidade	Observações
Assembleia	3	1	Aprigio Guilhermino de Jesus	Artes	Brasileiro	Continua
Assembleia	1	2	Belarmino Pinto Ribeiro	Taberna	Brasileiro	Continua
Sacramento	16	3	Heliodoro Joaquim Rangel	Oficina	Brasileiro	Não
Santa Luzia	60	4	Manoel Dias Gomes Netto	Taberna	Brasileiro	Continua
Santa Luzia	46	5	Manoel Antonio Albuquerque Rosa	Artes	Brasileiro	Continua
Santa Luzia	15	6	Jose Pinto Aleixo	Casa de jogos	Brasileiro	Continua
São Francisco	1	7	Manoel José Dias	Taberna	Brasileiro	Continua
Carmo	6	8	Francisco Antonio Leal	oficina	Brasileiro	Continua
Varzea	67	9	Manoel Pinto Machado	Taberna	Brasileiro	Continua
Varzea	20	10	José Rodrigues Pereira Machado	Taberna	Brasileiro	Não
Varzea	3	11	Manoel da Guia Tristão	Taberna	Brasileiro	Continua
Varzea	2	12	Francisca Maria do Sacramento	Taberna	Brasileiro	Não
Ladeira Varzea	7	13	Faustino José Falcão	Taberna	Brasileiro	Continua
Matriz	28	14	Joaquim Pereira dos Santos	Taberna	Brasileiro	Continua
Matriz	1	15	Claudino Ignacio Pinto	Quitanda	Brasileiro	Não
Praça Matriz	26	16	Manoel Antonio Siqueira Gomes	Oficina	Brasileiro	continua
Fogo	34	17	Lauriana Maria da Penha	Quitanda	Brasileiro	Continua
Fogo	9	18	Francisco Loyola Pimentel	Quitanda	Brasileiro	Continua
Fogo	2	19	João Antunes da Victoria	Taberna	Brasileiro	Continua
Fogo	5	20	Balduino José da Silva	Taberna	Brasileiro	Continua
Lapa	40	21	Manoel Soares do Rosário	Oficina	Brasileiro	Continua
Lapa	2	22	João Rodrigues Vieira	Taberna	Brasileiro	Continua
Lapa	26	23	Joaquim Rodrigues Vieira	Quitanda	Brasileiro	Continua
Porto dos Padres	61	24	Francisco de Paula Couto	Taberna	Brasileiro	Continua
Porto dos Padres	72	25	José Pinheiro Borges	Taberna	Português	Continua
Porto dos Padres	58	26	Antonio João Fernandes	oficina	Brasileiro	Continua
Porto dos Padres	56	27	Ana Maria de Jesus	Quitanda	Brasileiro	Continua
Porto dos Padres	43	28	João Carvalho de Abreu	Açougue	Português	Continua
Porto dos Padres	52	29	José de Castanheda Pimentel	Fogueteiro	Brasileiro	Continua
Porto dos Padres	38	30	Manoel Pinto Corrêa	Oficina	Brasileiro	Continua
Porto dos Padres	31	31	Romão José Monteiro	Taberna	Português	Continua
Porto dos Padres	33	32	Delecarliense Drumond Alencar Araripe	Bilhar	Brasileiro	Continua
Porto dos Padres	29	33	Maria Joaquina da Conceição	Quitanda	Brasileiro	Continua
Porto dos Padres	27	34	Camillo Francisco Lellis	Taberna	Brasileiro	Continua
Porto dos Padres	19	35	Carlos Rosemberg	Oficina	Prussiano	Continua
Porto dos Padres	13	36	Frederico Braius	Oficina	Prussiano	Continua
Porto dos Padres	9	37	Manoel do Couto Teixeira	Fazendas	Brasileiro	Continua
Porto dos Padres	14	38	Delecarliense Drumond Alencar Araripe	Oficina	Brasileiro	Continua
Porto dos Padres	12	39	Joanna Maria Guimarães	Fazendas	Brasileiro	Continua
Porto dos Padres	10	40	Modesto Augusto Araujo	Oficina	Brasileiro	Continua
Porto dos Padres	8	41	Cantidio Luis Silva Reis	Açougue	Brasileiro	Continua
Porto dos Padres	6	42	Martinho Simplício Jorge dos Santos	fazendas	Brasileiro	Continua
Porto dos Padres	4	43	Martinho Simplício Jorge dos Santos	Armas (armazém)	Brasileiro	Continua
Porto dos Padres	2	44	Joaquim Taboada	Fazendas	Espanhol	Continua
Comércio	35	45	Joaquim Vieira Peyneau	Padaria	francês	Continua
Comércio	32	46	Galdino Pinto da Terra	Taberna	Brasileiro	Continua
Comércio	30	47	Adrião Nunes Pereira	Taberna	Brasileiro	Continua
Comércio	29	48	Coelho Silva Companhia	Taberna	Brasileiro	Continua

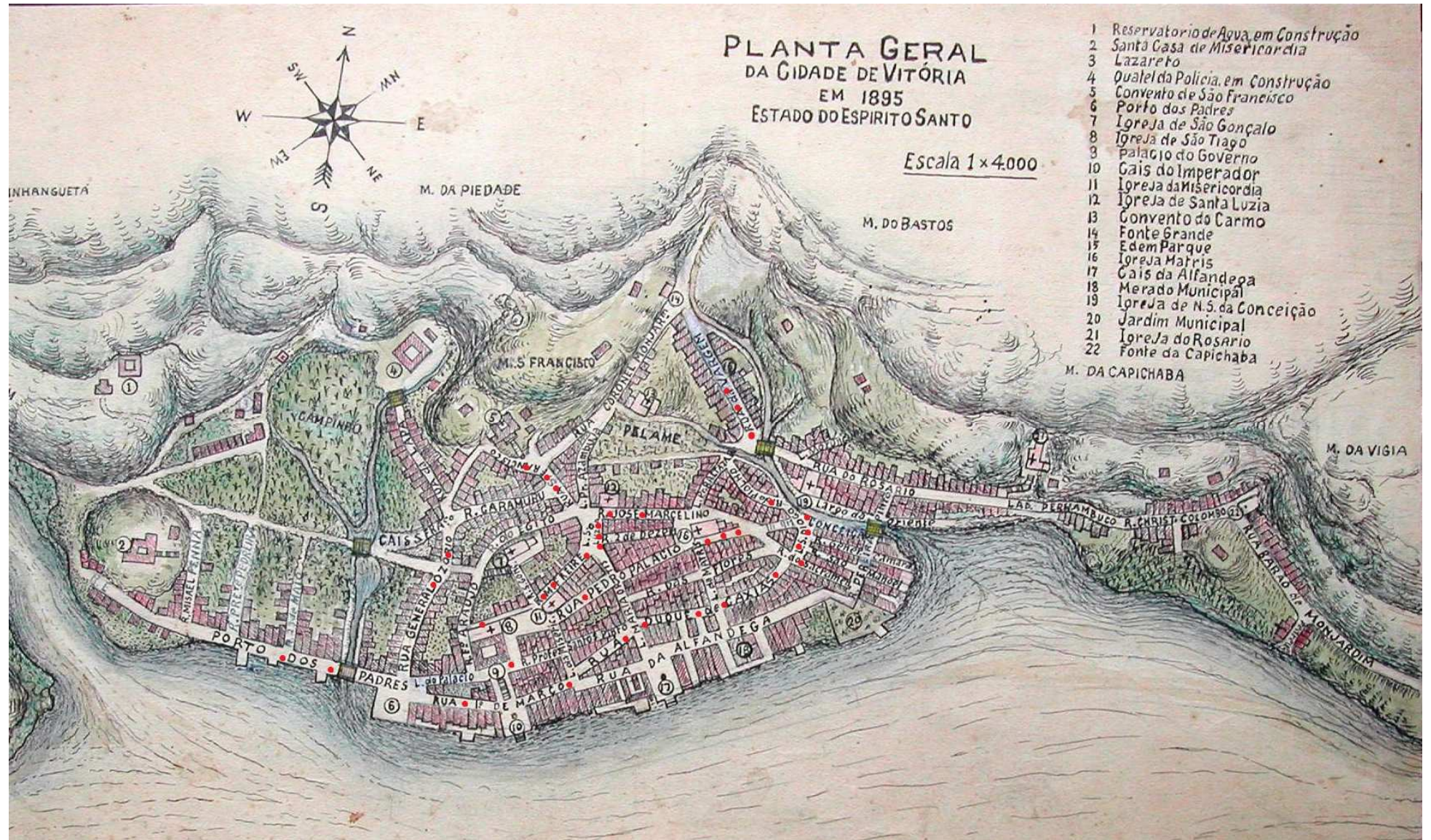
Comércio	28	49	Coelho Silva Companhia	Fazendas	Brasileiro	Continua
Comércio	25	50	Antonio Rodrigues de Campos	Taberna	Espanhol	Continua
Comércio	20	51	Rodrigues Pereira & Tagarro	Taberna	Brasileiro	Continua
Mangueira	2	52	Almeida & Coutinho	Fazendas	Brasileiro	Continua
Mangueira	3	53	Guilherme Frederico de Almeida	Loja	Português	Continua
Mangueira	3	54	Guilherme Frederico de Almeida	Oficina	Português	Continua
Mangueira	12	55	Marciano Antonio Izidoro	Oficina	Brasileiro	Continua
Mangueira	14	56	Francisco Thomas Ribeiro Povoá	Fazendas	Português	Continua
mangueira	20	57	Nicolao Victor Primo Companhia	Fazendas	Espanhol	Continua
Mangueira	24	58	Joaquim Vieira da Victoria	quitanda	brasileiro	Continua
Mangueira	9	59	João Coitinho de Almeida Brandão	Oficina	Brasileiro	Continua
Mangueira	6	60	José Antonio Soares	Oficina	Português	Continua
Mangueira	34	61	Joana Pereira das Neves	Quitanda	Brasileiro	Continua
Mangueira	36	62	Francisco Pinto de Oliveira	Taberna	Português	Continua
Mangueira	40	63	Ignacio Martins de Jesus Leal	Taberna	brasileiro	Continua
Mangueira	44	64	Manoel Correa de Jesus	Oficina	Brasileiro	Continua
Mangueira	19	65	João Baptista Grijó	Oficina	Brasileiro	Continua
Mangueira	52	66	Francisco Gomes de Alvarenga	Quitanda	Brasileiro	Continua
Mangueira	31	67	Francisco Vieira da Costa	Taberna	Brasileiro	Continua
Mangueira	64	68	Manoel Joaquim dos Santos	quitanda	Brasileiro	Continua
Ladeira Palácio	4	69	Daniel Francisco de Gouvea	Oficina	Brasileiro	Continua
Ladeira Misericórdia	1	70	Manoel Joaquim Ramos	Quitanda	Português	Continua
Imprensa	12	71	José Bernardo de Simas	Quitanda	Brasileiro	Continua
Alfândega	2	72	Miguel Adão	Oficina	Prussiano	Continua
Alfândega	23	73	João Batalha Ribeiro	Taberna	Brasileiro	Continua
Alfândega	25	74	Bernardino José Machado e Companhia	Taberna	Português	Continua
Alfândega	31	75	Augusto Manoel de Aguiar	Taberna	Brasileiro	Continua
Alfândega	33	76	Augusto Manoel de Aguiar	Açougue	Brasileiro	Continua
Alfândega	12	77	Luis Alves Cabral	Oficina	Brasileiro	Continua
Alfândega	29	78	Luis Camões da Costa	Taberna	Brasileiro	Continua
Alfândega	18	79	Miguel Batalha Ribeiro	Fazendas	Brasileiro	Continua
Alfândega	22	80	José Francisco Ribeiro	Taberna	Brasileiro	Continua
Alfândega	22	81	Isidio José Caparica	Taberna	Brasileiro	Continua
Alfândega	6	82	Francisco da Rocha Tagarro	Taberna	brasileiro	Continua
Alfândega	26	83	Luis Coutinho de Alvarenga	Quitanda	Brasileiro	Não continua
Alfândega	28	84	Cecília Maria da Victoria	Quitanda	Brasileiro	Continua
Alfândega	56	85	Manoel Pinto Netto	Taberna	Português	Continua
Alfândega	59	86	José Pinto de Queiroz	Açougue	Brasileiro	Continua
Cais Municipal (M ^a)	69	87	João Francisco de Carvalho	Oficina	Brasileiro	Continua
Cais Municipal (M ^a)	71	88	João Chrisostomo Carvalho	oficina	Brasileiro	Continua
Cais Municipal (M ^a)	77	89	Claudina Maria Rosario Mascacota	quitanda	Brasileiro	Continua
Formosa	5	90	Rosa Maria Boa Morte	Quitanda	Brasileiro	Continua
Formosa	5	91	Antonio Pinto Queiroz	Açougue	brasileiro	Continua
Formosa	6	92	Henrique Pinto de Queiroz	Taberna	Português	Continua
Formosa	8	93	Maria Gertrudes Oliveira	Quitanda	Brasileiro	Continua
Formosa	9	94	Antonio Pereira da Trindade	Taberna	Brasileiro	Continua
Formosa	20	95	Manoel Joaquim Gomes Ribeiro	Taberna	Brasileiro	Continua
Ouvidor	2	96	Juvencio da Rocha Coutinho	Quitanda	Brasileiro	Continua
Ouvidor	10	97	Manoel da Penha Braga	Padaria	Português	Continua
Ouvidor	16	98	Joana Pinto dos Santos Lisboa	Fazendas	Brasileiro	Continua
Ouvidor	20	99	Rosa Maria do Sacramento	Quitanda	brasileiro	Continua
Ouvidor	22	100	José Custodio Alves da Motta	Taberna	português	Continua
Ouvidor	24	101	Antonio Peixoto	Oficina	Português	Continua
Ouvidor	26	102	José Antunes Barbosa	Taberna	Brasileiro	Continua
Ouvidor	11	103	Manoel Francisco Guimarães Gabioba	Açougue	Brasileiro	Continua
Ouvidor	15	104	João Baptista Laborde	Loja	francês	Continua
Ouvidor	14	105	João Baptista Laborde	Oficina	Francês	Continua
Ouvidor	19	106	Domingos Guigon	Fazendas (loja)	Francês	Continua
Ouvidor	34	107	Tito Livio da Silva	Loja	brasileiro	Continua
Ouvidor	36	108	Francisco Antonio	Botica	brasileiro	Continua

			Machado			
Ouvidor	40	109	João Ribeiro Pinto Pé preto	Oficina	brasileiro	Continua
Ouvidor	29	110	Miguel Rodrigues Batalha	Botica	brasileiro	Continua
Ouvidor	44	111	Elisiário Maria da Assunção	Oficina	Brasileiro	Continua
Ouvidor	31	112	José Antonio Reis Bastos	Fazenda	Brasileiro	Continua
Ouvidor	37	113	Francisco da Rocha Tagarro	Padaria	Brasileiro	Continua
Ouvidor	50	114	Domingos Antonio Lourenço Castello	Fazendas	Espanhol	Continua
Ouvidor	41	115	Jacques Baudussier	Fazendas	Francês	Continua
Ouvidor	-	116	Manoel José Ferreira Barroso	Fazendas	Português	Continua
Travessa do quartel	1	117	Luis Soares de Freitas	Oficina	Brasileiro	Continua
Travessa do quartel	2	118	João Aprigio Aguirra	Botica	Brasileiro	Continua
Beco do quartel	2	119	Francisco de Paula Gomes Bittencourt	Oficina	Brasileiro	Continua
Ladeira Matriz	2	120	José Francisco Caparica	Taberna	Brasileiro	Continua
Ladeira Matriz	-	121	Joana Maria das Candeas	Oficina	Brasileiro	Continua
São Diogo	1	122	Antonio Rodrigues Pessoa	Padaria	Brasileiro	Continua
São Diogo	-	123	Antonio Alves de Azevedo	Armarinho	Brasileiro	Continua
São Diogo	2	124	Antonio Pereira Souza Costa	Taberna	Brasileiro	Continua
São Diogo	10	125	Maria do Carmo Jesus Neves	Quitanda	Brasileiro	Continua
São Diogo	-	126	Manoel dos Passos Pereira	Quitanda	Brasileiro	Continua
São Diogo	-	127	João Nunes Pereira	Quitanda	Brasileiro	Continua
Largo da Conceição	20	128	José Antonio dos Santos	Quitanda	Brasileiro	Não continua
Largo da Conceição	7	129	Benedicta Maria da Conceição	Taberna	Brasileiro	Continua
Largo da Conceição	4	130	Adriana Maria da Conceição	Quitanda	Brasileiro	Continua
Fresca	1	131	Manoel Pereira Mendes	quitanda	português	Continua
Sacramento	1	132	Manoel Ferreira dos Passos Costa	Taberna	Brasileiro	Continua
Rosário	19	133	Anna Maria de Jesus	Quitanda	Brasileiro	Continua
Rosário	-	134	Iziliandra Maria dos Remédios	Taberna	Brasileiro	Continua
Rosário	11	135	Belmira Maria da Penha	Taberna	Brasileiro	Continua
Pescadores	14	136	Manoel Rodrigues de Campos	Taberna	Brasileiro	Continua
Pescadores	28	137	Luis José da Victoria	Taberna	Brasileiro	Continua
Pescadores	3	138	Joaquim Pedro Correa	foqueteiro	Brasileiro	Continua
Pescadores	46	139	Antonio Ferreira de Quadros	Oficina	Brasileiro	continua
Pescadores	50	140	José Gonçalves Rodrigues	Taberna	Brasileiro	continua
Pescadores	52	141	Antonio Gomes da Silva	Fogueteiro	Brasileiro	continua
Pescadores	66	142	José Ignacio da Silva	Taberna	Brasileiro	continua
Pescadores	17	143	Joaquim Ignacio da Silva	Fogueteiro	Brasileiro	continua
Pescadores	66	144	Jose Corrêa de Santa Anna	Taberna	Brasileiro	continua
Pescadores	-	145	Ignacio Pinto Maiorca	Quitanda	Brasileiro	continua
Pescadores	27	146	Joaquim Francisco de Lirio	Quitanda	Brasileiro	continua
São João	-	147	Felippe de Jesus Maria	Negócio	Brasileiro	continua
São João	-	148	Miquelina Maria da Penha	Negócio	Brasileiro	continua
São João	-	149	Fellipe dos Santos Braga	Negócio	Brasileiro	Não continua
São João	2	150	Joaquim José do Nascimento	Quitanda	Brasileiro	Continua
Romão	-	151	João Guilhermino de Jesus	Taberna	Brasileiro	Continua
Maruípe	-	152	Daniel Gonçalves Meirelles	Taberna	Brasileiro	Continua
Ilha das Calleiras	-	153	Joaquim José da Silva	Taberna	Brasileiro	Continua
Ilha das Calleiras	-	154	Dionisio Pinto Furtado	Taberna	Brasileiro	Continua

Fonte: Ofícios emitidos pela Câmara Municipal de Vitória à presidência da Província do Espírito Santo. Fundo: Ofícios. Arquivo Público Municipal de Vitória.

ANEXO D

RUAS COM MAIS OCORRÊNCIA DE TIPOGRAFIAS



ANEXO E – TRANSCRIÇÃO DO CONTRATO FIRMADO ENTRE O CORREIO DA VICTORIA E O GOVERNO PROVINCIAL, 1849

Artigo 1°. Obriga-se o empresário a publicar as ordens e ofícios da pública administração da província, em uma folha de papel ordinário, que sairá duas vezes por semana, ficando reservada a última página de cada folha para a publicação de objetos particulares. Debaixo da expressão – ordens e ofícios da pública administração – compreendem-se não só as portarias da província como também os ofícios destas, dirigidos à presidência, quando o governo entender conveniente fazê-los publicar;

Artigo 2°. Dos atos que tiverem de ser impressos serão subministradas cópias rubricadas pelo secretário do governo, para se evitar alguma inexatidão e salvar o empresário de qualquer responsabilidade ou dúvida, que a esse respeito possa haver, ficando obrigado o empresário a entregar ao secretário do governo 100 exemplares de seu periódico para serem remetidos às autoridades e estações da província;

Artigo 3°. O governo pagará por cada folha, inclusive o papel, a quantia de 10£000 réis, devendo a impressão ser em leitura – Cícero – sendo o pagamento das folhas publicadas em cada mês feito no princípio do mês seguinte;

Artigo 4°. Fica sendo privativo do empresário o imprimir as leis, regulamentos, relatórios e todos os papéis necessários às diversas repartições da província, sendo o preço da impressão o porque imprime a tipografia nacional;

Artigo 5°. Sendo remetido de noite a horas tais, em que a folha já esteja composta, algum ofício que tenha de ser publicado no dia seguinte que para isso seja necessário tirar alguma parte do que tiver composto o pagamento da impressão em casos tais será regulado pelo número de linhas, segundo o que então se convencionar;

Artigo 6°. O prazo de 10 anos para o privilégio exclusivo marcado na lei provincial de 23 de março de 1835 sob o nº 6, começará a contar-se da publicação do primeiro número da folha em diante. O empresário se compromete a aplicar todo o cuidado para que tal publicação se verifique quanto antes;

Artigo 7º O presente contrato durará o mesmo tempo que o privilégio, não podendo ser nesse prazo derogado, podendo, todavia, ser alterado ou modificado, se nisto concordarem o governo e o empresário;

Artigo 8º. Os objetos particulares de que fala o artigo 1º cifram-se em notícias externas ou internas, desacompanhadas estas de quaisquer reflexões em desabono das medidas que o governo geral ou provincial tenham tomado a respeito;

Artigo 9º. Fica proibido ao empresário aceitar correspondências que entrettenham polêmica individual e nem artigos que ofendam a qualquer cidadão e só admitirá anúncios que não contemham insultos diretos ou indiretos e também publicações literárias;

Artigo 10. Sendo o presente jornal oficial não poderá fazer censuras aos atos do governo, quer geral, quer provincial;

Artigo 11. O empresário da tipografia envidará todos os esforços para dar princípio à publicação do jornal contratado no mês de janeiro próximo futuro;

Artigo 12. A transgressão de qualquer destes preceitos importará imediatamente a rescisão do contrato.

**ANEXO F – LISTA DOS SÓCIOS DA SOCIEDADE LIBERTADORA
DOMINGOS MARTINS**

SÓCIOS EFETIVOS FUNDADORES	
HOMENS	MULHERES
Adrião Nunes Pereira	Adelina Nunes (esposa de Cleto Nunes)
Affonso Claudio	Albertina Couto (esposa de João Alberto do Couto Teixeira)
Alfredo Paulo de Freitas	Alcina Cerqueira Teixeira (esposa de Diogenes José Teixeira)
Antonio Alves do Nascimento	Alexandrina Salles
Aristides Freire	Amelia Poggi (esposa de João Francisco Poggi de Figueiredo)
Augusto Bandeira	Anna C. de Vasconcellos
Augusto Nunes da Silveira	Candida Pitanga
Candido Vieira da Costa	Carlota Duarte Pereira (esposa de Adrião Nunes Pereira)
Cleto Nunes Pereira	Colatina Moniz Freire (esposa de Moniz Freire)
Diogenes José Teixeira	Dulcina Isbella de Cerqueira e Silva
Francisco de Lima Escobar Araujo	Etelvina Gouvea
J. A. Garcia Terra	Eugenia Tesch
J. A. Vieira de Faria	Eulalia Salles
João Aguirra	Izabel M. de A. Santos
João Alberto do Couto Teixeira	Leocadina Escobar (esposa de Francisco de Lima Escobar Araujo)
João Batista Maia de Lacerda	Maria B. M. Tagarro (esposa de Francisco da Rocha Tagarro)
João Francisco Poggi de Figueiredo	Maria P. Leitão da Silva
Manoel Goulart de Souza	Maria S. Couto Aguirra (esposa de João Aguirra)
Manoel Pinto Aleixo Netto	Porcina Goulart (esposa de Manoel Goulart de Souza)
Moniz Freire	
Ovidio dos Santos	

Fonte: A FOLHA DA VICTORIA, ano II, nº 84, de 1º de maio de 1884. p. 2-3.

SÓCIOS EFETIVOS

1	A. F. Monteiro da Silva	67	João Alves de castro
2	Adeodato Terra	68	João Cassiano
3	Adolpho José de Siqueira	69	João da matta Coelho
4	Affonso Nunes Falcão	70	João da Matta Pinto Aleixo
5	Alberto A. P. Pacca	71	João Gonzalez Garcia
6	Alexandrino Paiva	72	João Inácio Lopes
7	Alfredo dos Santos Pereira Junior	73	João Laurentino da Gama
8	Alfredo José de Lima	74	João Pedro das N. Freitas
9	Alfredo Rebello	75	João Pereira de Azevedo
10	Antonio Augusto Nogueira da Gama	76	João Pinto das neves
11	Antonio de Moreira Dantas	77	João Pinto Machado
12	Antonio F. Rufino Junior	78	João Rodrigues da Costa
13	Antonio Francisco de Athayde	79	João Teixeira Maia
14	Antonio J. Lopes Pimenta	80	Joaquim Correa de Lírio
15	Antonio José Garcia	81	Joaquim da Silva Simões
16	Antonio José Ribeiro dos Santos Junior	82	Joaquim pereira dos Santos
17	Antonio Nunes de Salles	83	José A. M. de Queiroz
18	Aprigio Guilhermino de Jesus	84	José Alves de Almeida
19	Aprigio Moraes de Sá	85	José Antonio de Souza Pacheco.
20	Arminio Correa da Fonseca	86	José Antonio dos Reis bastos Junior
21	Arthur A.. F. Leão	87	José Carlos da Silva
22	Augusto Manoel de Aguiar	88	José Carlos de Lirio
23	Benedito Claudino da Vitória	89	José Francisco de Lellis Horta
24	Bento José Bastos	90	José Francisco Ribeiro
25	Christiano Augusto	91	José Goulart de Souza
26	Delecarliense Araripe	92	José Jorge da Serpa
27	Delfim Horta de Araujo	93	José Julio Guimarães
28	Domingos Giffoni	94	José Pinto de Oliveira
29	Domingos Martins Costa do Nascimento	95	José Ribeiro Coelho
30	Domingos Pinto Netto	96	Jozino Vital Pinto de Azevedo
31	Dulcelino Ignacio da Silva	97	Juvenio Moraes
32	Eduardo de Mello C. Mercier	98	Leonardo fraga
33	Eduardo Gabriel Junior	99	Ludgero de Jesus e Silva
34	Ernesto mendo de A. e Oliveira	100	Luiz Aguiar
35	Ernesto Vieira de Mello	101	Luiz Bernardino Dentice
36	Eugenio Pinto Netto	102	Luiz Lopes Escobar de Siqueira
37	Eugenio Ribeiro de Alvarenga	103	Luiz Paranhos
38	Faustino F. do nascimento	104	Luiz Pinto Rangel
39	Fernando José de Araujo	105	M. J. da Silva Guimarães
40	Florencio Francisco Gonçalves	106	Manoel Antunes de Andrade
41	Francisco A. Azambuja Meirelles.	107	Manoel F. dos P. Costa Junior
42	Francisco A. B. de Freitas	108	Manoel F. Guimarães

43	Francisco Amalio grijó	109	Manoel José de Souza
44	Francisco Antonio de Miranda	110	Manoel Maria de Mello Moniz Freire
45	Francisco Antunes de Siqueira	111	Manoel Pinto Ribeiro Manso
46	Francisco de Paula Moraes	112	Manoel Rodrigues de campos
47	Francisco de Paula Xavier	113	Manoel V. de A. Rezendo
48	Francisco José Pinto	114	Manoell Parada da Fonseca
49	Francisco Julio de Medeiros	115	Marcollino José da Fonseca
50	Francisco Pinto de Siqueira	116	Martinho S. J. dos Santos
51	Francisco R. C. do Nascimento	117	Maximino Barker Meio
52	Francisco Tiburcio de Oliveira	118	Mayer Roubach
53	Francisco Urbano de Vasconcellos	119	Miguel Sarmento
54	Galdino das Chagas Rocha	120	Nazario Pinto Ribeiro
55	Genezio de Sant'Anna Lopes	121	Nelson Pereira do Nascimento
56	Herculano João Muniz	122	Nestor Costa
57	Hermann Schindler	123	Orlando de P. V. da Floresta
58	Honorio João Rebello	124	Philomeno rezendo
59	Hortencio Gomes Netto	125	Rafael P. Bandeira 2º
60	J. A. da Rocha Paranhos	126	Rufino Antonio de Azevedo
61	J. B. de Almeida Nobre	127	Silvestre Francisco Pinto
62	J. B. P. Espíndula	128	Tito Lívio da Silva
63	J. G. Azambuja Meirelles	129	Vicente Gomes
64	J. J. Carlos de Oliveira	130	Victor Carlos de Oliveira Maurice Roubach
65	J. T. carvalho Junior	131	Virgilio L. M. da Costa
66	João A. F. Magalhães	132	W. Prado

Fonte: A FOLHA DA VICTORIA, ano II, nº 84, de 1º de maio de 1884. p. 2-3; A FOLHA DA VICTORIA, ano I, nº 85, de 4 de maio de 1884. p. 2; A FOLHA DA VICTORIA, ano II, nº 85, de 4 de maio de 1884. p. 2; A FOLHA DA VICTORIA, ano II, nº 87, de 11 de maio de 1884. p. 3; A FOLHA DA VICTORIA, ano II, nº 101, de 29 de junho de 1884. p. 3; A FOLHA DA VICTORIA, ano II, nº 88, de 15 de maio de 1884. p. 2; A FOLHA DA VICTORIA, ano II, nº 89, de 18 de maio de 1884. p. 3.

SÓCIAS EFETIVAS	
1 Aurea Ribeiro de Almeida	31 Josepha Pereira de Alvarenga Santos
2 Adelaide caparica de Madeiros	32 Leopoldina Moraes
3 Adelaide Espindula	33 Lina Martins
4 Adelaide Nunes	34 Lucia Silva
5 Adelia Borges	35 Lucrecia Hermann
6 Adelina Castro	36 Luduvina Lopes
7 Alipia Fraga	37 Lydia Manso de Carvalho Junior
8 Ana Santos	38 Maria Abreu Peixoto
9 Anna Aleixo de Lima	39 Maria Adelaide Peyneau Nunes Pereira
10 Anna Bandeira	40 Maria Aguirra Guimarães
11 Anna da Costa	41 Maria freire
12 Arminda Netto	42 Maria Inocência Garcia
13 Aurelia Nogueira da Gama	43 Maria Roza da Conceição
14 Brazilina Oliveira	44 mariana Domitilia da Encarnação
15 Candida Abreu Peixoto	45 Mariana Pacheco
16 Candida de Vasconcellos	46 Mathilde Abreu
17 Carolina Rebello Menezes	47 Maximina Nunes de Oliveira
18 Chrispiniana Santos	48 Otilia Dentice
19 Dalmacia A. de Siqueira	49 Otilia Goulart
20 Eliza Araripe Paiva	50 Petronilha A. de Siqueira
21 Elvira Ribeiro de Almeida	51 Philomena Nunes Ribeiro
22 Emilia Vianna	52 Raymunda de Mello e Oliveira
23 Fausta Goulart	53 Rosa Aguirra bastos
24 Florinda Araujo	54 Rosa Aleixo
Francisca de Paula Neves	
25 Xavier	55 Rosa Araripe
26 Francisca Lirio	56 Rosa campos Nascimento
Guilhermina Souto Gonçalves	
27 Maia	57 Rosa Nobre
28 Jactinha Leocadia E.. Ribeiro	58 Sophia Abreu
29 Jesuina Lopes	59 Urbana M. Ribeiro Philomena Manso
30 Joaquina Machado	

Fonte: A FOLHA DA VICTORIA, ano II, nº 84, de 1º de maio de 1884. p. 2-3; A FOLHA DA VICTORIA, ano II, nº 88, de 15 de maio de 1884. p. 2; A FOLHA DA VICTORIA, ano II, nº 89, de 18 de maio de 1884. p. 3; A FOLHA DA VICTORIA, ano II, nº 91, de 25 de maio de 1884. p. 3.